Considerado hoje um clássico no gênero, *Brasil: de Getúlio a Castelo* de Thomas Skidmore dispensaria maiores apresentações. Pioneiro no levantamento de fatos históricos que percorreram o longo período analisado (1930-1964), o autor proporcionou ao estudioso brasileiro, já nos fins dos anos 60, uma lição de seriedade na pesquisa, de apego à objetividade e de arrojo no tratamento dos fatos mais recentes.

Escrito no "calor da hora" (Castelo Branco era ainda presidente do Brasil), o ineditismo de *Brasil: de Getúlio a Castelo* o transformou numa referência obrigatória de toda a literatura posterior.

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição desta obra fundamental de um grande "brasilianista", Thomas Skidmore.

ISBN 978-85-7753-022-9

9 788577 530229

THOMAS E. SKIDMORE

BRASIL: DE GETÚLIO VARGAS A CASTELO BRANCO (1930-1964)

Apresentação de
Francisco de Assis Barbosa

Tradução coordenada por
Ismênia Tunes Dantas

14ª Edição

PAZ E TERRA

Traduzido do original em inglês *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy*
Capa Maria do Céu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Skidmore, Thomas E.
S639B Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ª ed. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
Tradução de: Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy.
Apêndice: Papel dos Estados Unidos na queda de Goulart.
Bibliografia
1. Brasil – História I. Título.

ISBN: 978-85-7753-022-9

CDD – 981
CDU – 981

82-0369

EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua do Triunfo, 177
Santa Efigênia, São Paulo, SP — CEP: 01212-010
Tel.: (0XX11) 3337-8399

E-mail: vendas@pazeterra.com.br
Home Page: www.pazeterra.com.br

2007
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Para Felicity,
dona dêste livro.

Sumário

Apresentação

Francisco de Assis Barbosa

Há precisamente oito anos que Thomas E. Skidmore, hoje professor permanente da Universidade de Wisconsin, se dedica ao estudo da História do Brasil. O seu *curriculum* de campeão de bôlsas dá-nos a medida do mecanismo e da eficiência do ensino de nível superior na preparação profissional de uma das mais prestigiosas carreiras nos Estados Unidos da América — a de professor. Depois do curso universitário em Ohio, seu Estado natal, o B.A. (Bachelor of Arts) Skidmore seguiu para a Inglaterra, onde se graduou pela Universidade de Oxford, voltando ao seu País para a defesa final de tese e exame de doutoramento na Universidade de Harvard, em 1960. Tinha então 28 anos. O trabalho com o qual conquistou o PhD (Doctorate in Philosophy), título acadêmico que equivale ao nosso doutorado, versava sôbre a História Moderna da Alemanha, uma análise exaustiva do período imediatamente posterior à Era de Bismarck, o govêrno do Chanceler Caprivi (1890-1894), na verdade um assunto muito pouco estudado àquela época. Foi em Harvard que se deu a conversão do germanista Skidmore, que se tornaria, a partir de 1960, o que nos Estados Unidos se chama um "brasilianista".

Como é óbvio, "brasilianista" é todo aquêle estudioso americano, historiador ou sociólogo, economista ou cientista político, professor de Português ou de Literatura, que se interessa pelo Brasil. Por outro lado, os "brasilianistas" se enquadram num grupo maior, o da América Latina, reunidos numa vasta associação que possui cêrca de 2.000 membros, a maior parte de professôres universitários militantes. Os que cuidam exclusivamente da História do Brasil andam pela casa dos 400. E alguns de primeira ordem, a começar pelo próprio Thomas E. Skidmore. Basta citar, entre os "brasilianistas", Alexander Marchant, que escreveu uma obra clássica já editada no Brasil, *Do Escambo à Escravidão;* Alan K. Manchester, autor de um notável estudo sôbre a predominância britânica ao tempo de D. João VI; Stanley J. Stein, que se desviou agora para o México, cujos livros sôbre o algodão e o café (só êste último traduzido para o nosso idioma) figuram entre as mais importantes contribuições para uma visão correta da nossa História econômica e social... e muitos outros. Seria na verdade impraticável citar todos (aos de maior valor, apenas), numa tentativa bibliográfica ainda que sumária.

Qual a razão dêste interêsse?

A pergunta é feita freqüentemente, com ou sem propósito, de vez que nos Estados Unidos não existem, nas suas universidades e centros de cultura, apenas brasilianistas, mas especialistas em literatura, sociologia, economia, política ou história da União Soviética ou da China Comunista, da Índia ou da África, — melhor diria, das diversas nações africanas —, como do Japão ou da Indonésia, como da Inglaterra ou da Grécia, da França ou da Itália, havendo intercâmbio intensivo de professôres e alunos entre os Estados Unidos e cada um dêsses países. Na Universidade de Wisconsin, por exemplo, há cursos pelo menos de três diferentes idiomas africanos para quem quiser aprendê-los. E o Professor Vansina, nascido na Bélgica mas cidadão americano, dá cursos de história, com o mesmo espírito renovador que vamos encontrar em seus trabalhos, utilizando, além das fontes clássicas em historiografia, as entrevistas que êle próprio realizou na África com os antigos sobas e com as personalidades mais eminentes ou mais velhas das tribos em tranformação, onde não pôde compulsar por inexistente a documentação escrita. O Professor Frykenberg, de origem sueca, ensina a compreender a Índia contemporânea. O Professor Phelan, com uma bagagem respeitável de livros sôbre a colonização castelhana, preside a um seminário sôbre as sociedades multirraciais da América Latina. O Professor Goldberg, de formação libertária, arrasta duas dezenas de alunos pelo menos para as suas conferências em tôrno das revoluções no mundo moderno, uma espécie de história comparada das subversões. O Professor Skidmore disserta sôbre a Guerra do Paraguai, o movimento abolicionista e a grande imigração como fatôres determinantes da queda do Império no Brasil. E assim por diante.

Os exemplos acima fornecem apenas uma amostragem do grau de sofisticação dos estudos históricos nos Estados Unidos sem qualquer objetivo polêmico. Não só porque é muito maior o interêsse sôbre a África, o Japão ou a União Soviética, como porque não há como estabelecer comparações entre o ensino universitário nos Estados Unidos e na América Latina. O que deve chamar a nossa atenção é que lá os cursos de História do Brasil estão se multiplicando, ao mesmo tempo que vai aumentando o número de professôres que, em breve, suplantará, se não suplantou, ao das nossas faculdades de filosofia. Em têrmos globais, a matrícula de estudantes de História do Brasil em nosso País é sem dúvida maior. Mas é preciso ter em vista que o estudante brasileiro quase sempre não possui qualquer preocupação de natureza profissional, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde o aluno se dispõe, desde que ingressa na universidade, a exercer e disputar competitivamente uma carreira. Além disso, a História, tal como a ensinamos, dando ênfase muito discutível ao período colonial, exerce pouca atração, preferindo a mocidade cursos mais dinâmicos. Formamos cada vez mais economistas e administradores, e cada vez menos historiadores. Naturalmente, nesta hora em que os cosmonautas se preparam para a conquista da lua, não é nada fácil motivar um jovem se preservarmos na proposição de temas como o da casualidade/intencionalidade dos portuguêses na descoberta — perdão, queria escrever descobrimento — do Brasil; se insistirmos em continuar a cultivar o lado anedótico/comemorativo, abandonando os grandes temas que constituem o desafio histó-

rico da nossa época: o mundo dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Não só os métodos rotineiros de ensino, como a concepção antiquada de certos professôres, — infelizmente a maioria, — transformaram a História em instrumento recreativo, quando não em coisa velha e imprestável, provocando a evasão dos estudantes, seduzidos por outras disciplinas que estão na moda ou que oferecem um campo de atividade mental mais atualizado. O Professor José Honório Rodrigues, que bem conhece o problema, traçou em 1957 um quadro pessimista, realçando a inexistência de centros de pesquisas especializados, a não ser um Instituto de Pré-História, então recentemente criado pela Universidade de São Paulo, o que não deixa de ter o seu lado pitoresco. "De 1958 em diante — observa o Professor José Honório Rodrigues, em trabalho posterior — são poucos os sinais positivos no campo da História. Concentram-se especialmente na expansão do ensino, com a difusão das Faculdades de Filosofia e Letras, que eram, em 1962, 78 unidades, e contêm 22,5% da população universitária. Da matrícula dos cursos de filosofia, ciências e letras, 60% (14.653 estudantes) destinavam-se, em 1962, à formação de bacharéis, com preferência por pedagogia (3.347), história (1.313) e letras anglo-germânicas (1.241), disciplinas estas que representam 74% daquele total; e mais, dos 9.517 estudantes que se matricularam para a formação de professôres secundários, o maior número encontrava-se nos cursos de pedagogia (1.420), seguindo-se os de letras neolatinas (1.120), história natural (868), letras anglo-germânicas (841), história (650) e ciências sociais (643)".

Eis um problema a ser examinado e discutido, num momento em que tanto se fala em reforma universitária: o da motivação do estudo não só da História, como da Sociologia.

A verdade é que, inexistindo motivação dentro do País, há muita gente interessada em estudar História do Brasil lá fora, não só nos Estados Unidos, como na Inglaterra, na França e na Alemanha. Da Inglaterra, pode-se dizer, veio o primeiro impulso para o estudo sistemático da nossa história, através da obra imponente de Robert Southey. Os estudos brasileiros tiveram em Edgard Prestage um grande animador no início dêste século, no Colégio de Londres, trabalho pioneiro

continuado por C. R. Boxer, sem falar nos esforços de R. A. Humphreys, professor da Universidade de Londres, autor do mais completo guia para os estudos publicados em inglês sôbre a América Latina, recenseando nada menos de 2.089 títulos, até o ano de 1960, quando foi reimpresso o guia em questão. A contribuição francesa é igualmente valiosa, a começar pelos viajantes do século passado e pelos professôres contratados pela Universidade de São Paulo, ao tempo da sua fundação na década de 30, no govêrno de Armando de Sales Oliveira. Como também valiosa é a contribuição alemã, que tem o seu ponto alto na *História do Brasil*, de Henrique Handelman, vazada em têrmos muito próximos do modêlo de Martius, estimulado pelo nosso Instituto Histórico, nos primórdios de sua vida institucional, para elaborar a receita de como deveria ser escrita a História do Brasil. Não sendo embora um historiador, Martius foi quem abriu os nossos olhos para uma visão nacional — e não simplesmente portuguêsa — da tríplice formação do povo brasileiro, reunindo o branco, o índio e o negro. E por falar em alemães, é preciso não esquecer que êles nos têm dado as melhores versões estrangeiras das obras de ficção de modernos autores brasileiros, como João Guimarães Rosa e Valdomiro Autran Dourado. Mas não nos afastemos do problema: o estudo da História, dentro e fora do País.

De qualquer modo, reconhecendo a boa qualidade dos estudos europeus, às vêzes até superiores aos americanos, parece fora de dúvida que se concentra nos Estados Unidos a maior quantidade de especialistas estrangeiros interessados em História do Brasil. E é nos Estados Unidos onde se ensina, em todo o mundo, incluindo o próprio Brasil, mais extensa e intensamente a nossa história. Não pode haver nada mais melancólico, para nós, mas esta é uma verdade que desafia contestação. Como pouco ou quase nada realizamos nessa matéria, o que pode acontecer é que tenhamos uma antecipação americana sem têrmos ainda construído o edifício da nossa história com a nossa própria perspectiva nacional. Faço essa advertência sem nenhum espírito de xenofobia, antes despido de quaisquer implicações de ordem política, pois tenho sabidamente colaborado com professôres e estudantes norte-americanos, entre os quais possuo mestres e amigos. Admiro

sinceramente o que têm realizado, uma obra realmente notável, se levarmos em conta o pouco que ensinamos e pesquisamos, o muito pouco que publicamos, em meio à indiferença não direi muçulmana mas caracteristicamente tropical — ou tropicalista — pela defesa do nosso patrimônio documental, hoje bastante reduzido e fadado a desaparecer, diante do desprêzo impressionante com que governos e instituições encaram os problemas relativos à guarda de documentos e conservação dos arquivos.

Os arquivos e bibliotecas brasileiros — não só no Rio de Janeiro e São Paulo, com em Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Belém do Pará — estão repletos de estudantes estrangeiros, americanos e inglêses na maioria, que estudam o Brasil, em proporção bem maior que de brasileiros. Poucos são os estudantes brasileiros dedicados a pesquisas, que freqüentam os arquivos, por culpa sem dúvida dos professôres que não lhes dão assistência. Ao contrário do que acontece entre nós, o estudante americano não é desamparado material e intelectualmente. Desde que demonstre aptidões, recebe logo uma bôlsa que lhe garante a manutenção e o pagamento do ensino. (Nada se faz de graça nos Estudos Unidos!) Alojamento, comida barata, boa e farta, livros, nada disso é problema. Tôda Universidade mantém com orgulho a sua Union, com Restaurante, Teatro, Cinema, onde os estudantes também organizam as suas associações e centros de diversões. Com o professor, o aluno mantém contacto quase que diário, não apenas o encontro obrigatório e formal das aulas, uma ou duas vêzes por semana. Entre aluno e professor, — principalmente em se tratando de alunos interessados, — estabelece-se uma convivência fecunda, na orientação das leituras, no debate metodológico, na abertura enfim de horizontes mais amplos que um ensino rotineiro não pode jamais oferecer. Outra motivação a ser considerada: as bôlsas de viagem. Após o primeiro estágio, o estudante se candidata a pesquisas fora dos Estados Unidos, sempre sob a direção do professor. Êste, por seu turno, conserva a mais ampla autonomia no seu programa de ensino e pesquisa, depois de discutido e aprovado pelo seu Departamento, com períodos às vêzes longos em que se dedica exclusivamente à preparação de seus livros, dentro e fora do País.

O Professor Thomas E. Skidmore, por exemplo, jamais poderia ter escrito êste livro, *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, — publicado nos Estados Unidos em 1967, e que agora aparece em português, sob o patrocínio da Editôra Saga S.A., — sem o opoio financeiro substancial que recebeu da Universidade de Harvard e da Universidade de Wisconsin. Trata-se de um estudo alentado e objetivo sôbre a nossa história recente, do ponto de vista político, social e econômico, que não fôra ainda objeto de nenhuma tentativa sistematizada por brasileiros. E que impressiona, desde logo, não sòmente pela lucidez com que o tema foi tratado, como pela vasta bibliografia levantada, bibliografia esta onde se encontra uma parte apreciável da contribuição de americanos e franceses. O leitor há de verificar nas notas ao fim do volume uma idéia do desequilíbrio que se vai acentuando cada vez mais nos últimos anos no volume de obras de análise e interpretação da chamada realidade brasileira na bibliografia autóctone e alienígena. Há sem dúvida um descompasso por certo inexplicável, que confere aos americanos a primazia numérica. E por que não reconhecer também que êsses estudos, sobretudo os de história recente, em muitos casos, superam aos nossos em qualidade? Ao ler êste livro, na edição americana, um grande brasileiro, diplomata, economista, o saudoso Octavio Dias Carneiro, com a sua bravia honestidade intelectual, não se pode controlar, exclamando: "Para nós brasileiros é simplesmente uma vergonha que não tenha sido um brasileiro o autor do livro"...

Tinha razão Dias Carneiro. Pode-se divergir de Thomas E. Skidmore num ou noutro pormenor do panorama que traçou da política nacional, após a Revolução de 1930, na busca inútil empreendida pelas nossas elites para encontrar um sucedâneo do sistema oligárquico-federalista, embora com a hegemonia dos Estados econômicamente mais poderosos do centro-sul, que vigorou na República Velha. Tôdas as tentativas foram frustradas, em 1934, como em 1937, mais ainda em 1945, até o impasse afinal verificado em 1964. Isso porque tôdas as soluções ensaiadas, desde o débil constitucionalismo de 1934 ao regime forte do Estado Nôvo, possuíam uma inequívoca dose de elitismo, aprofundando-se as distâncias entre a classe política e o povo, sempre marginalizado no processo.

O povo só despertou e esta é a tese de Skidmore — depois de 1945, mesmo assim sem conseguir organizar-se em partidos de conteúdo ideológico ou que pudessem eficazmente representar os interêsses dos diferentes grupos sociais em antagonismo. O que se viu foi a multiplicação indiscriminada de agremiações, visando ùnicamente à disputa desenfreada de uma clientela eleitoral, manobrada por um populismo de caráter messiânico que acabou por desmantelar os partidos onde proliferavam os chefes e os chefetes na medida em que se esvaziavam como fôrças populares. O "vale-tudo" da política, que se seguiu à chamada "redemocratização", especialmente depois de abolida a lei eleitoral patrocinada por Agamemnon Magalhães quando Ministro da Justiça, o que veio a enfraquecer de modo irremediável o processo da representação popular, cada vez mais irrealístico e tumultuário, gerando as distorções do "ademarismo", do "janismo" e do "janguismo".

A análise de Skidmore, tão aguda na apreciação do fenômeno político, não seria completa se no quadro que traçou com mão de mestre lhe faltasse o condicionamento da realidade política à realidade econômica. É que o Brasil, depois de 1930, rompeu radicalmente com o liberalismo do *laissez-faire* da República Velha para tomar os rumos do estatismo, na verdade a única solução cabível para muitos dos problemas que só então foram equacionados com decisão, como os do aço, do petróleo e da energia elétrica, entre outros. No regime anterior ao da Revolução, o govêrno apenas ensaiara uma política estatal, e assim mesmo na área estadual, e não na federal, através do engenhoso Convênio de Taubaté para a valorização do café, mediante um acôrdo firmado pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O estatismo tomou alento na década de 1930, suscitando, a partir da Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, a polêmica sôbre o desenvolvimento econômico em tôrno da qual Skidmore traça no seu livro a mais sugestiva de tôdas as sínteses históricas, desde os primeiros entreveros entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin até o Plano Trienal de Celso Furtado, no Govêrno João Goulart, síntese que nos permite acompanhar *pari passu* a evolução das posições daqueles que, não sendo políticos profissionais, assumiam papel importante na direção dos negócios públicos até então território defeso aos não iniciados

nos complicados meandros da rêde defensiva armada pela elite dirigente do país, e na qual se embalava como que despreocupada dos problemas econômicos, sobretudo os problemas do desenvolvimento.

A participação dos tecnocratas é assinalada por Skidmore como uma das características da nossa nem sempre racional história recente, no momento em que engenheiros e economistas como Lucas Lopes, Roberto Campos, Rômulo de Almeida, Celso Furtado ou Delfim Neto passaram a ocupar lugar mais proeminente que os bacharéis ou políticos da velha classe tradicional, manipuladores do eleitorado, como Otávio Mangabeira, Benedito Valadares, Flores da Cunha, Cirilo Júnior, para citar entre bons e maus, dentro de uma visão maniqueísta de homens respeitáveis ou não, na política brasileira, do lado civil, correspondendo aos mesmos paradigmas no lado militar figuras como Góes Monteiro, Eduardo Gomes, Eurico Gaspar Dutra, Estillac Leal. O exame do espectro político, com as diversas tonalidades que tomou o nacionalismo, especialmente a partir de 1954, procedido por Skidmore, num dos capítulos dêste livro, pode e deve ser considerado sem favor uma página definitiva, mesmo que possa sofrer um ou outro retoque posterior, ao alongar-se a distância dos acontecimentos, muito próximos ainda, para melhor favorecer a perspectiva do analista. Por ora, parece perfeito o trabalho de laboratório, utilizando material vivo, por certo sujeito a alterações ou deteriorações em contacto com a atmosfera política, à maior ou menor temperatura em que se formam e desenvolvem os fenômenos sociais.

Muito poderia escrever sôbre êste livro tão vivo e estimulante nas idéias e proposições, muitas das quais escapariam ao estudioso brasileiro que se propusesse a observar a nossa realidade política em ebulição, sem quaisquer restrições mentais. Mas isso seria desviar de um modo talvez impertinente o convívio entre o autor e o leitor. Apenas gostaria de repetir aqui, como despedida, o apêlo de Skidmore: não comecem a leitura pelo apêndice, muito menos não fiquem apenas no apêndice, que versa sôbre o papel dos Estados Unidos na queda de João Goulart em 1964. É sem dúvida um dos pontos polêmicos dêste belo livro. Que os mais afoitos se precavenham. O apêndice foi escrito para ser lido mais nas en-

trelinhas que no próprio contexto, está carregado de subtilezas, cuja compreensão despontará aqui e ali depois de percorridos todos os capítulos. O livro de Skidmore possui uma estrutura sólida, levantada sob arquitetura bem planejada. Por isso mesmo obriga ao leitor entrar pela porta da sala de visitas e não pela da cozinha.

Rio de Janeiro, janeiro de 1969

Prefácio à edição brasileira

O leitor já familiarizado com a edição original dêste livro achará que muito poucas alterações foram feitas para a edição brasileira. Realmente, devo confessar que, embora muita coisa tenha sido escrita sôbre a recente política brasileira nos dois anos que se seguiram à edição original, em agôsto de 1966, nada acrescentei de nôvo à presente edição. De qualquer modo, não creio que, fazendo-o, tivesse modificado substancialmente a minha interpretação. Mas esta é uma questão que só o tempo poderá julgar.

Lamento não me ter sido possível ampliar o Epílogo com um estudo mais completo sôbre a Presidência Castelo Branco, que ainda estava no poder quando terminei o livro. Êste importante período, que vai de 1964 a 1967, mereceria uma análise objetiva, o que é extremamente difícil de ser realizado na atmosfera brasileira atual.

Também a política econômica concebida e dirigida por Roberto Campos deveria ser objeto de um estudo cuidadoso, o que sòmente agora se está começando a fazer através de trabalhos de economistas como Werner Baer, Celso Furtado, Alexandre Kafka, Antônio Dias Leite e outros.[1] As principais medidas políticas dêste período são ainda mais difíceis de serem

analisadas objetivamente. É evidente que o papel dos militares é fundamental, e a sua posição foi analisada não só nos números especiais de *Cadernos brasileiros* e da *Revista brasileira de estudos políticos,* como também no documento divulgado durante a reunião de 1968 na Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros.[2] Aliás, caberia observar que uma lacuna notável a êste respeito é a ausência de qualquer estudo sôbre as importantíssimas relações entre os militares brasileiros e os militares norte-americanos.

Foram relativamente poucas as tentativas para explicar o "modêlo" político que se esboçou durante o govêrno de Castelo Branco. A êste respeito, os artigos de Cândido Mendes de Almeida representam um esfôrço pioneiro.[3]

Não há dúvida de que um vasto material, tanto primário, como secundário, aguarda o estudioso da moderna história do Brasil. Se as notas bibliográficas que coligi puderem de alguma forma auxiliar a despertar a atenção para êste fato, eu me darei por bem recompensado. O leitor observará que procurei utilizar, tanto quanto possível, as fontes brasileiras, especialmente os textos originais de discursos e documentos oficiais. Em alguns casos, os tradutores não conseguiram localizar a versão portuguêsa original de uma citação traduzida para o inglês na edição americana. Tais casos aparecem assinalados em notas ao pé da página. Mas tôdas as citações voltaram à sua forma primeira, tal como saíram impressas no Brasil.

Ainda uma palavra sôbre as fontes: em alguns casos, usei intencionalmente fontes não brasileiras, por me parecerem mais vantajosas. Um bom exemplo é o uso dos relatórios trimestrais do *Economist Intelligence Unit* sôbre a economia brasileira em 1963-1966, que têm a dupla vantagem de serem redigidos por experimentados economistas, que não são nem brasileiros nem americanos.

Êste é um livro que foi escrito para leitores americanos. E isto explica porque muitas coisas nêle parecerão óbvias a qualquer brasileiro bem informado. Tentei, porém, suprimir as passagens que julguei serem mais redundantes para o leitor brasileiro. Que me perdoem aquêles leitores para os quais eu não tenha realizado a tentativa satisfatòriamente.

Devo dizer, para concluir, que a minha condição de americano teria de influenciar, inevitàvelmente, a minha interpretação dos acontecimentos que aqui são analisados. Não obstante, trabalhei como um estudioso independente, sem compromissos ou ligações com nenhum govêrno, quer do meu país ou qualquer outro. A insatisfação que êste livro causou em certos círculos oficiais, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, talvez seja a prova mesma disto. Para as pesquisas que realizei, o único apoio financeiro que recebi me veio do *Social Science Research Council,* da Universidade de Harvard e da Universidade de Wisconsin.

Muitos leitores brasileiros começarão provàvelmente a leitura dêste livro pelo Apêndice. Espero, contudo, que não fiquem apenas nêle, pois creio que não é só desmoralizante como desconcertante que os brasileiros vejam a história contemporânea de seu país tão-sòmente como um reflexo da presença dos Estados Unidos no Brasil.

Desejo agradecer a Francisco Iglésias, Alberto Venancio Filho, Fernando Rocha e Kenneth Ericson a gentileza de me chamarem a atenção para algumas incorreções que apareceram na edição americana. As inúmeras dificuldades encontradas na realização de uma tradução brasileira fizeram-me compreender a complexidade desta tarefa. Uma primeira versão do texto não pôde ser aproveitada. Foi necessário realizar uma segunda, efetivada por uma equipe coordenada por Ismênia Dantas, incluindo Carmem Vargas de Andrade, Elsie Lessa, Carmem Sylvia Murgel, Nélson Dantas, Celina Whately e Luís Cláudio Castro. Isaac Kerstenetzky muito gentilmente colaborou na tradução de alguns têrmos de Economia. A assistência datilográfica desta edição foi generosamente prestada pela equipe do sr. Aluísio Pinto, da Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Michael e Giuliana Field colaboraram com o autor de tantas maneiras e modos, que jamais êste saberia agradecer-lhes devidamente. Tenho uma especial dívida de gratidão para com o escritor Orígenes Lessa, que dedicou muito do seu tempo ao exame atento do original. Finalmente, agradeço ao meu amigo e companheiro, o historiador Francisco de Assis Barbosa, cujas sugestões foram inestimáveis para a preparação da edi-

ção brasileira, pois que leu o manuscrito com ôlho experimentado e minucioso. Desde que insisti em participar diretamente da preparação da presente edição brasileira, nenhuma das pessoas acima mencionadas pode ser considerada responsável por quaisquer erros ou interpretações discutíveis que tenham permanecido no texto.

Uma vez mais desejo agradecer a enorme paciência e a constante boa-vontade que tantos brasileiros me demonstraram durante a elaboração dêste estudo. As inúmeras amizades que fiz aqui são uma prova cabal da generosidade de um povo que permite a um estrangeiro — mesmo que norte-americano — intrometer-se na análise da história do *seu* país. Duvido que meus conterrâneos se mostrassem tão indulgentes.

Rio de Janeiro
agôsto, 1968

[1] Werner Baer e Andrea Maneschi, *Import-Substitution, Stagnation and Structural Change: An Interpretation of the Brazil Case* (trabalho mimeografado, para próxima publicação); Celso Furtado, *Um projeto para o Brasil,* Rio de Janeiro, 1968; Alexandre Kafka, "The Brazilian Stabilization Program, 1964-66", in *The Journal of Political Economy,* agôsto de 1967 (Suplemento: "Issues in Monetary Research"); Antônio Dias Leite, *Caminhos do desenvolvimento: contribuição para um projeto brasileiro,* Rio de Janeiro, 1966; Samuel A. Morley, *Inflation and Stagnation in Brazil* (trabalho mimeografado, Universidade da Califórnia, Berkeley, Brazil Development Assistence Program, 1968); Cibilis da Rocha Viana, *Estratégia do desenvolvimento brasileiro; Uma política nacionalista para vencer a atual crise econômica,* Rio de Janeiro, 1967.

[2] *Cadernos brasileiros,* n.º VIII, nov.-dez. de 1966; *Revista brasileira de estudos políticos,* n.º 21, julho 1966; "A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina da Igreja", *in Correio da Manhã,* 21 de julho de 1968.

[3] Cândido Mendes de Almeida, "Sistema político e modelos de poder no Brasil", *Dados,* n.º 1, 2.º semestre, 1966: "O Govêrno Castelo Branco: paradigma e prognose", *Dados,* n.º 2/3, 1967.

Agradecimentos

Tive a sorte de receber os conselhos e sugestões de um grande número de amigos e colegas que se deram ao trabalho de ler êste livro, em vários estágios de sua preparação: Nathaniel Leff, Riordan Roett, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Richard Ullman, Robert Packenham, John Wirth, Albert Hirschmann, Frank Bonilla e Melvin Croan. Brady Tyson emprestou-me a sua utilíssima coleção de recortes. Qualquer escrito americano sôbre a história política e econômica do Brasil, depende das opiniões generosas e úteis dos estudiosos brasileiros, cuja paciência em tais assuntos parece ilimitada. Fico em grande débito para com Hélio Jaguaribe e Octávio Dias Carneiro, por muitas horas de conversa estimulante sôbre o período abrangido por êste livro, bem como por numerosas sugestões úteis ao seu manuscrito. Márcio Rêgo Monteiro não apenas me deu muita visão sôbre a feitura da história da política econômica no Brasil de após-guerra; também me permitiu usar uma quantidade de livros e publicações oficiais que eu só poderia encontrar em qualquer outra parte com grandes dificuldades. O ex-embaixador Lincoln Gordon foi generoso com seu tempo e sua hospitalidade, tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington, onde atualmente (outono

de 1966), é Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos. As suas críticas oportunas e detalhadas foram muito bem recebidas, embora nem sempre incorporadas. Meu amigo Paul Samuelson leu as seções de história econômica, em uma valente tentativa de expurgar os mais flagrantes erros da economia. Gentilmente permitiu que eu recorresse à alta capacidade de sua assessoria de pesquisas. Martha Wailes, Inez Crandall, Emmy Norris, Norma Wasser e Katherine Herrlich colaboraram com a sua perícia dactilográfica. O mais pesado fardo dactilográfico recaiu sôbre Diana Meister, que cuidou carinhosamente do manuscrito, através de mais de uma encarnação. Anil Khosla fêz inúmeras viagens à biblioteca e foi um valioso assistente de pesquisas, da mesma forma que Ferne Gurvitz. Muitas das fontes impressas foram localizadas na Harvard College Library, na Harvard Business School Library e na Biblioteca do Congresso, cujos funcionários foram de muita valia. Sou grato ao Comitê de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, por uma bôlsa que ajudou a cobrir as despesas de pesquisa, e ao Comitê de Estudos Ibero-Americanos da Universidade de Wisconsin por uma bôlsa que possibilitou completar êste livro. Finalmente, devo expressar os meus agradecimentos a Robert L. Wolff, que foi o primeiro a chamar a minha atenção para o sul. A minha gratidão à minha mulher está expressa na dedicatória. O seu nome deveria estar na página de rosto. Os erros que escaparam aos seus olhos treinados (e aos dos leitores anteriores) ficam sendo de minha responsabilidade.

T.E.S.

Madison, Wisconsin

Janeiro, 1967

Introdução

Comecei êste livro numa tentativa de investigar as causas da queda do ex-Presidente João Goulart, a 1.º de abril de 1964. O projeto inicial teve logo de ser ampliado, porque achei impossível explicar o sistema político em que Goulart trabalhava, sem examinar as origens dêsse sistema, na década seguinte à Revolução de 1930 e o processo de redemocratização que pôs fim à ditadura de Vargas, em 1945.

Todos os brasileiros, independentemente de posição política, parecem de acôrdo em que o 1.º de abril de 1964 foi um divisor de águas na história brasileira do após-guerra. Os acontecimentos posteriores só têm servido para fortalecer esta impressão. Estou convencido de que a derrubada de Goulart pôs têrmo à era de política democrática que começou em 1945. Não importa o que a política brasileira possa trazer depois disso: o processo político será fundamentalmente diferente do que era, entre 1945 e 1964. Se esta suposição parece válida, então não é cedo demais para começar uma avaliação do complexo capítulo que teve início com a ascensão de Getúlio Vargas e terminou com a queda de João Goulart.

A derrubada do Presidente João Goulart pode ser interpretada em diversos níveis. Em primeiro lugar, pode-se ana-

lisar o impasse político imediato que, dadas as atitudes dos protagonistas, estava destinado a ser quebrado por algum desvio radical dos processos constitucionais estabelecidos. Pode-se encarar êsse conflito político como parte de crise institucional mais profunda, resultante do fracasso em criar instituições e processos políticos que pudessem canalizar e dirigir as rápidas mudanças sociais e econômicas que transformaram o Brasil, desde 1930. Finalmente, pode-se notar que o aprofundar da crise política era o corolário inevitável do dramático retardamento no crescimento econômico, que se tornou evidente depois de 1962, exacerbado pelo pesado fardo das dívidas externas a curto prazo. Êstes três níveis de interpretação poderiam ser chamados: o político, o social e o econômico, se bem que o segundo implique na relação entre as instituições políticas e o desenvolvimento econômico.

Estas interpretações não se podem, evidentemente, separar. Para fins de análise, contudo, é de utilidade diferenciá-las. No primeiro nível, deve-se começar por analisar a maneira pela qual as motivações pessoais e o estilo político de Goulart catalisaram os conflitos que se aprofundaram entre os árbitros do poder político brasileiro. Aqui, é preciso ficar em guarda contra uma ênfase excessiva, tanto das ambições "personalistas" de Goulart, quanto das linhas de conflitos de grupo (interêsses econômicos, classes sociais, e regiões geográficas).

Para compreender como os conflitos de grupo desempenharam seu papel no *impasse* político, devemos lançar mão do segundo nível de interpretação, e encarar a queda de Goulart no contexto da crise institucional, que caracterizou as relações entre a política brasileira e a sociedade brasileira, desde 1945. A polarização, tão evidente em março de 1964, tinha raízes bem mais profundas do que a controvérsia imediata que cercava os atos de Goulart como presidente. Tanto os seus adeptos quanto os seus adversários (e, significativamente, muitos brasileiros polìticamente ativos abominavam a dicotomia que os forçava a escolher entre os dois campos), encontravam-se diante de um sistema político cujas regras implícitas e bases sociais êles estavam já agora discutindo. Quase todos os setores podiam ver que a racionalização das relações políticas estava ameaçada pelo desequilíbrio entre as

instituições políticas e a sociedade, em cujo benefício se esperava que elas funcionassem. O conflito imediato surgiu quanto à seriedade do desequilíbrio e como poderia ser corrigido.

Presente em todos os acontecimentos políticos, especialmente desde o começo da década de 50, estava a necessidade de fazer dolorosas escolhas em política econômica. À altura de 1964, a questão básica era como retomar o rápido desenvolvimento econômico e como dirigir os benefícios dêste crescimento para uma faixa cada vez mais larga da população brasileira. As opções tinham-se tornado tão delicadas quanto inevitáveis: o equilíbrio entre industrialização e agricultura, as possíveis fontes de capital (se estrangeiro, quanto público e quanto particular?), a necessidade de corrigir desníveis regionais, a distribuição de renda conforme fôsse afetada pela política salarial, fiscal e previdencial e o problema ulterior de como cumprir todos êsses objetivos, contendo a inflação dentro de limites controláveis.

As decisões econômicas levantavam grandes questões políticas, porque qualquer medida tendia a redundar em benefício de alguns grupos e em detrimento de outros. Além disso, a incapacidade de manter uma taxa alta de crescimento econômico global — um fracasso evidente depois de 1962 — criou pressões intensas sôbre a liderança política nacional. Cada presidente tinha que tomar decisões imediatas e de longo alcance, que, por sua vez, exigiam uma maquinaria política adequada para sustentá-lo no processo de concepção e implantação de sua política econômica. Somado a isso, todos os presidentes tinham que manter um consenso político, a lhes assegurar um razoável apoio da maioria dos setores políticos mais poderosos. Um tal consenso era o que João Goulart havia irremediàvelmente perdido em fins de março de 1964.

Infelizmente, o período de 1930 a 1945 tem sido pouco estudado pelos historiadores. Mesmo o esbôço factual do período de após-guerra é difícil de delinear. Não tentei escrever uma história definitiva da política brasileira entre 1930 e 1964. O leitor não deve, portanto, esperar um relato completo dos principais problemas e realizações de cada govêrno durante êsse período. O que escrevi é antes uma interpretação daquilo que considero como sendo os fatôres mais impor-

tantes na determinação das tendências da política brasileira desde a revolução de 1930. Certos temas são colocados com ênfase: o contexto institucional mutável da política (a expansão do eleitorado, o fortalecimento do govêrno central), a fraqueza eleitoral do constitucionalismo liberal, a notável sobrevivência dos políticos "de dentro", a inexperiência e a divisão das esquerdas, e o crescente envolvimento político dos militares. Através de tôda a análise, dei muita atenção à pressão sentida pelos políticos para encontrar uma estratégia satisfatória de desenvolvimento econômico e para lidar com a cíclica crise financeira. Nenhum estudo da moderna política brasileira pode se dar ao luxo de ignorar a maneira pela qual as pressões econômicas restringiram as opções das chamadas elites. Essas pressões constituíram igualmente um convite ao estatismo. Aceitando êsse desafio, a história da liderança política no Brasil, desde 1930 é um registro tanto de sucessos quanto de fracassos. Se bem que o estilo e as instituições políticas possam mudar, o desafio fundamental permanece: como pode o Brasil reconciliar o seu ideal democrático com as tensões sociais resultantes do hiato entre a rápida modificação social do seu passado recente e as enormes tarefas do desenvolvimento que ainda faltam ser cumpridas?

I

Era de Vargas (1930-1945)

Uma Revolução de Elite

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o govêrno legal do Presidente Washington Luís (1926-30), com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março. Pela primeira vez, desde a proclamação da República, em 1889, o candidato "do govêrno" não conseguia chegar à presidência.

Uma luta amarga pela sucessão presidencial não constituía nada de nôvo na história da República Velha (1889-1930).[1] Pela Constituição de 1891, a presidência era o grande prêmio da política nacional. Já que o presidente estava constitucionalmente impedido de se suceder a si mesmo, era fatal que houvesse grande agitação política, de quatro em quatro anos (a duração do período presidencial), à medida que a liderança situacionista procurava acôrdo entre os líderes das principais máquinas políticas estaduais para a indicação de um sucessor. Uma vez acertada a indicação, contudo, isso já equivalia à eleição, de vez que os governos estaduais tinham poder para dirigir as eleições e não hesitavam em manipular os re-

sultados para enquadrá-los nos seus arranjos pré-eleitorais. Com o apoio dos líderes políticos de um número de Estados suficiente para assegurar a maioria eleitoral, o candidato indicado, amparado pelo regime vigente, temia muito pouco a derrota. À medida que o século vinte avançava e as cidades cresciam, a manipulação do eleitorado tornava-se mais difícil. Mas os resultados nas cidades ainda podiam ser neutralizados pelos "currais" eleitorais dos chefões do interior (conhecidos como "coronéis"), que governavam seus domínios patriarcais com mão de ferro. Se bem que o sistema político de coronelismo estivesse em declínio, como resultado das mudanças econômicas que minavam a tradicional estrutura econômica do atrasado interior brasileiro, ainda era considerado como um fator importante durante as negociações pré-eleitorais de 1929.[2]

O Presidente Washington Luís pensava ter assegurado apoio suficiente para garantir a eleição do seu candidato presidencial, Júlio Prestes. Os resultados oficiais pareciam confirmar os seus cálculos. Prestes, cujos laços com o presidente em exercício eram reforçados por serem ambos políticos do Estado de São Paulo, recebeu 1.091.709 do total de 1.890.524 votos apurados. Mas a oposição, que havia feito a campanha sob a égide da Aliança Liberal, recusou violentamente os resultados oficiais.[3] Os líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que dominavam a aliança oposicionista, se ressentiam, principalmente, da tentativa de Washington Luís para instalar outro político paulista na Presidência.

Nas eleições anteriores, especialmente as de 1910 e 1922, os candidatos derrotados tinham sempre acusado de fraude a contagem dos votos, da mesma forma que reclamavam que a fôrça, a ameaça e o subôrno eram usados à bôca das urnas. E, durante um curto espaço de tempo após oficialmente anunciada, em abril, a eleição de Júlio Prestes, parecia que a oposição, mais uma vez, iria limitar os seus protestos às simples palavras. A 30 de maio, Vargas lançou um manifesto, denunciando as "fraudes e compressões" praticadas pelas mesas eleitorais, "cujos truques e ardis a mesma legislação eleitoral estimula e propicia". Mas o candidato derrotado temperou o seu ataque com a afirmação de que ainda acreditava que as modificações necessárias nos "nossos hábitos e costumes políticos", poderiam ter lugar "dentro da ordem e do regime".[4]

Alguns dos revolucionários, contudo, estavam menos dispostos a se satisfazerem com palavras, e finalmente organizaram uma conspiração integral, destinada a tomar o poder pela rebelião armada. Algumas semanas depois das eleições, jovens radicais, como Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, entraram em contacto com líderes descontentes da Aliança Liberal, em Minas Gerais e na Paraíba. Mas os patriarcas políticos do Rio Grande do Sul (Borges de Medeiros) e Minas Gerais (Antônio Carlos) mostraram-se cautelosos, a princípio. Como nenhum dos dois queria iniciar uma revolta, um esperava pelo outro.

O acontecimento que catalisou a oposição em rebelião armada, foi o assassinato do seu ex-candidato à vice-presidência, João Pessoa, da Paraíba. A 26 de julho, Pessoa saiu sob as balas do filho de um acerbo inimigo político local. Sua morte não foi atípica entre as sangrentas lutas das clãs políticas da região nordestina do país. Contudo, nesse momento tenso da política nacional, teve um efeito traumático, porque Washington Luís havia apoiado o grupo político ao qual estava ligado o assassino. Os conspiradores indecisos no seio da oposição foram engolfados pela onda de indignação levantada pelos radicais, de maneira a criar uma atmosfera revolucionária. Borges de Medeiros agora apoiava a revolução e ajudava ativamente a recrutar comandantes militares para a conspiração. Foi organizado um quartel-general revolucionário, tendo como chefe o Coronel Góes Monteiro. A data da revolta foi marcada para 3 de outubro.[5]

A revolta começou como programado, com Vargas exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a marcharem sôbre o Rio de Janeiro. "Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico!" O "povo" estava se levantando "para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional", proclamava Vargas.[6]

A conspiração foi apoiada por políticos da Aliança Liberal e por um grupo de jovens oficiais revolucionários (tenentes). Se êste tivesse sido o limite da fôrça dos rebeldes, êles teriam constituído uma ameaça séria, mas não necessàriamente uma ameaça mortal para o govêrno vigente. Com os militares a seu favor, o Presidente Washington Luís teria impôsto seu nôvo presidente ao país, como no passado, em 1910 e 1922,

contra os severos protestos da oposição. Mas à medida que os rebeldes marchavam para o Rio de Janeiro, vindos do sul (Rio Grande do Sul), do norte (Paraíba) e do oeste (Minas Gerais), Washington Luís ia se enfraquecendo, a ponto de perder o comando militar do govêrno.

O presidente em exercício havia recebido do seu Ministro da Guerra, General Sezefredo dos Passos, a certeza de que poderia contar com as fôrças armadas para apoiá-lo contra os rebeldes. Mas muitos generais de patente mais elevada, servindo no Rio, alarmaram-se com a perspectiva de uma guerra civil contra o que, agora, era uma formidável oposição armada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O líder dos oficiais dissidentes, chefe do Estado-Maior do Exército, General Tasso Fragoso, esclareceu posteriormente as suas apreensões: "Parecia que uma faísca elétrica havia atravessado a atmosfera política". E responsabilizou o Presidente "pelo estado de inquietação e desconfiança em que nos encontrávamos. Infelizmente êle enveredara por caminho escabroso e já causara grandes males ao país". Quanto a apoiar Washington Luís: "Ninguém desejava que seu filho vestisse uma farda e fôsse morrer na linha de frente por um homem tão francamente divorciado dos interêsses coletivos."[7]

Umas três semanas depois de haverem os rebeldes iniciado sua marcha sôbre o Rio de Janeiro, Washington Luís ainda não queria reconhecer o quanto a sua autoridade havia caído. Em fins de outubro, a revolta havia assumido tais proporções que os generais do Rio resolveram assumir o comando da situação.

Os militares dissidentes, liderados pelos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto movimentaram-se, a 24 de outubro, para tomar o poder ao Presidente e seus ministros militares. Tasso Fragoso explicou que os comandantes no Rio eram forçados a agir porque "a agitação explodia em tôda a parte", apresentando-lhes a ameaça de uma "revolução nacional como jamais tinham visto".[8]

Os generais dissidentes lançaram um manifesto apelando a Washington Luís para que renunciasse; chegaram mesmo a forçar uma entrevista para fazer-lhe o apêlo pessoalmente. Sempre confiante, Washington Luís desprezou o ultimato. Sòmente depois da intervenção pessoal do Cardeal Leme, do Rio

de Janeiro, o Presidente se convenceu de que sua posição estava perdida e que êle devia deixar o cargo e abandonar seu plano de empossar Júlio Prestes em Novembro.[9]

Uma junta militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, antes de entregar finalmente o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, o líder incontestável do movimento de oposição. Qualquer inclinação por parte da junta para se perpetuar no poder, teria sido brevemente atalhada pela pressão crescente dos rebeldes, cujas fôrças militars apertavam o cêrco sôbre a capital do país. Em seu discurso por ocasião da investidura de Vargas como chefe do Govêrno Provisório, o General Tasso Fragoso observou que os militares haviam decidido intervir, movidos pelo desejo de que "os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pelo vitória de uma causa que não era a da consciência nacional".[10] Como em 1889, quando a República sucedeu ao Império, o contrôle, no momento crítico, foi assumido pelos militares superiores e então transferido para novos quadros de políticos civis. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha encontraram-se colocados numa posição que se deveria tornar cada vez mais familiar na subseqüente história do Brasil: o papel de árbitros finais da política interna.

A mudança de liderança política, resultante da ascensão de Vargas à presidência, tornou-se conhecida como a Revolução de 30. Os acontecimentos posteriores confirmaram a precisão da denominação, pelo menos na esfera política. Na década e meia depois de Vargas ter assumido o poder, pràticamente tôdas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram objeto do zêlo reformista. Muitas dessas mudanças permaneceram ficções jurídicas, em bom número suficientemente consolidadas em 1945, a ponto de ter transformado irrevogàvelmente o mundo do govêrno e da política, que havia produzido os promotores da Revolução de 1930.

Vista da perspectiva de novembro de 1930, a revolução pode ter parecido apenas mais um capítulo na história das lutas entre as elites em lenta transformação, que dominaram a política do Brasil desde a independência, em 1822. Em certo sentido, essa interpretação é correta. A estrutura social e as fôrças políticas do Brasil não sofreram mudança da noite

para o dia. O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920).

Havia dois fatôres, entretanto, que distinguiam os acontecimentos de 1930 de tôdas as lutas precedentes pelo poder, na história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o pêso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político. A magnitude dêsse descontentamento com o sistema vigente e a natureza exata dos remédios propostos variavam enormemente numa coalizão de malhas frouxas contra a liderança situacionista da República Velha. Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo a reorganização nacional, em larga escala. O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esfôrço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Nôvo.

O homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945 foi Getúlio Vargas. Havia pouco no passado de Vargas, antes de 1930, a sugerir que êle estava para se tornar a figura dominante da política brasileira durante os vinte e cinco anos seguintes. Baixo, cheio de corpo, fumante inveterado de charutos, parecia possuído por uma paixão que mal se distinguia da de outros membros da elite política durante a República Velha. Nascera em 1883, de uma rica família de estancieiros, no Rio Grande do Sul, perto da fronteira com a Argentina, onde ainda permanece viva a tradição de guerra fronteiriça. Primeiramente, Vargas embarcou na carreira militar,

mas depois de um breve estágio como cadete passou a estudar Direito, o treinamento preferido dos políticos brasileiros. Depois de uma breve carreira como advogado no Rio Grande do Sul, entrou para a política estadual e em seguida elegeu-se deputado federal, em 1924. Subiu ràpidamente no mundo político do Rio de Janeiro, ocupando o Ministério da Fazenda no govêrno de Washington Luís, em 1926. O Rio Grande do Sul tinha sido "contemplado" com o Ministério da Fazenda, pôsto para o qual Vargas, como chefe da bancada gaúcha na Câmara Federal, era naturalmente indicado. Se bem que Vargas tenha sido Ministro por menos de dois anos, ganhou valiosa experiência política em nível de gabinete, numa época em que o nôvo presidente estava reorganizando de maneira radical a política financeira do govêrno.

Em 1928, Vargas foi chamado de volta ao Rio Grande do Sul como governador, cortando desta forma sua ligação com as medidas financeiras federais, que, em breve, viriam a se tornar desastrosamente impopulares. Vargas foi governador sob a liderança de Borges de Medeiros, durante tão longo tempo o chefe político do Rio Grande do Sul, já então impedido, por um acôrdo político recente, de se reeleger para o cargo. Ao assumir o govêrno no seu Estado natal, em pouco Vargas mostrou uma extraordinária habilidade em unir as facções políticas que lá se guerreavam. Foi êste talento, mais do que qualquer outro, que deveria sustentar Getúlio nos seus primeiros anos de poder no Rio de Janeiro. Seus outros talentos só se tornaram óbvios mais tarde.[11]

A Coalizão "Revolucionária"

Uma compreensão da política brasileira depois de 1930 requer uma análise mais detalhada da coalizão heterogênea que fêz a Revolução de 1930.

A divisão básica a ser efetuada é entre os partidários, revolucionários e não-revolucionários, da mudança de poder. Se bem que, mesmo os revolucionários, como grupo, não tivessem programa algum definido, podem-se distinguir duas posições principais.[12] Primeiro, havia os constitucionalistas, que desejavam implantar os ideais liberais clássicos — eleições livres,

govêrno constitucional e plenas liberdades civis. A posição constitucionalista liberal era mais forte no Estado de São Paulc e encontrava seu apoio mais seguro na pequena mas crescente classe média de poucas cidades maiores. O seu precursor mais ilustre durante a República Velha foi Rui Barbosa, cuja mal sucedida campanha contra o candidato governista em 1910 constituiu o ponto alto da oposição liberal às máquinas partidárias estaduais que manipulavam a sucessão presidencial. Ao romper da era de Vargas, a posição constitucionalista liberal era melhor representada pelo Partido Democrático de São Paulo, organizado em 1926 e contrário ao candidato do Govêrno em 1930, Júlio Prestes.

Em segundo lugar, havia os nacionalistas semi-autoritários, cujas preocupações principais eram a "regeneração nacional" e a modernização. Seus adeptos estavam querendo experimentar formas políticas não-democráticas, de molde a obter as modificações sociais e econômicas sôbre as quais falavam de modo vago porém apaixonado. Os principais propositores dessa posição em 1930, eram os tenentes, que haviam ensaiado uma série de revoltas abortadas em 1922 e 1924 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.[14] Sua insatisfação com a República Velha era mais profunda do que a causada pelo fracasso desta em preencher os ideais constitucionalistas liberais delineados na Constituição de 1891. Êles esperavam uma mudança fundamental, ainda que imprecisamente articulada, na administração pública, na assistência social e no nível da consciência nacional. Além disso, temiam recorrer a eleições cedo demais depois da revolução, porque sabiam que as tradicionais máquinas políticas estaduais, sem dúvida, manipulariam quaisquer eleições em benefício próprio. Em suma, a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Êsses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não-comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional. Depois da revolução, o ponto-de-vista tenentista ficou melhor representado pelo Clube 3 de Outubro (o nome recordava o dia em que começou a bem-sucedida revolta de Vargas), uma organização fundada em 1931, que incluía tanto militares quanto civis

da mesma opinião. Se bem que os tenentes, como grupo, começassem a perder influência depois de 1932, e virtualmente desaparecessem depois de 1934, foi a posição identificada com a sua ala mais militante que Vargas abraçou depois de 1937.[15]

Com exceção dos tenentes, os adeptos de mudanças radicais estavam fragmentados. A parca industrialização do Brasil e seu patrimonialismo não tinham produzido nenhum movimento de massas, ou mesmo uma liderança política unificada de esquerda. O movimento sindical (de proporções extremamente modestas em 1930) estava destroçado por lutas entre anarquistas, trotsquistas, comunistas e radicais. O Bloco Operário e Camponês não conseguiu exercer nenhuma influência significativa nos acontecimentos de 1930. O Partido Comunista desdenhou a revolução, chamando-a de "luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos do Exército".[16]

A "ameaça bolchevista" era, no entanto, uma preocupação importante da liderança "burguesa". A junta militar, por exemplo, emitiu um manifesto a 27 de outubro, pedindo calma, avisando a população para tomar cuidado porque os "elementos perniciosos à ordem social procuram infiltrar no meio operário idéias nocivas à paz pública".[17] Essa preocupação de interceptar qualquer "agitação" proletária — uma fôrça de potencial desprezível no Brasil da década de 30 — tornou-se mais marcante nas cogitações de quase todos os setores da elite política tradicional depois da instalação do Govêrno Vargas.

Os partidários "não-revolucionários" da ascensão de Vargas ao poder, compunham-se de três grupos. Ainda que nenhum dêsses grupos se considerasse revolucionário, cada um dêles, com razões próprias, opunha-se à liderança política vigente e estava preparado para ajudar, ou pelo menos aquiescer para a sua derrubada.

Em primeiro lugar, havia os militares superiores. Generais como Tasso Fragoso, que encabeçara a junta que passou o poder a Vargas, estavam ressentidos com o que consideravam medidas míopes e impopulares da elite política no poder. Estavam também inquietos com a pouca vontade dos governos civis de examinar com mais benevolência os requisitos técnicos das fôrças armadas — a necessidade de novos

equipamentos e orçamentos mais generosos.[18] Além disso, os militares tinham passado a sentir-se alvo de propostas de políticos civis, que procuravam o seu auxílio nas batalhas políticas. A eleição do Presidente Artur Bernardes, em 1922, iniciou um período de dura peleja política, na qual o Exército havia sido mergulhado por um suposto insulto à honra militar através de uma carta de Bernardes, publicada no jornal de oposição *Correio da Manhã,* que mais tarde ficou provado ter sido forjada.[19] Mas a brecha entre os militares superiores e a liderança política já tinha sido aberta.

Durante a década de 20, os militares foram contìnuamente solicitados a concordar com o estado de sítio, a fim de salvar os governos, tanto o federal quanto os estaduais. Irritava-os e perturbava-os o fato de que governos eleitos precisassem ser constantemente escorados. Essa frustração transbordou em outubro de 1930 e apareceu como a causa final da saída prematura de Washington Luís da presidência. Muitos oficiais superiores, portanto, acreditavam que a profundidade do descontentamento no país provava que o Brasil necessitava de reformas em 1930. A sua preocupação não deve ser confundida com o zêlo mudancista manifestado pelos tenentes. Êstes últimos estavam separados dos seus comandantes, não só pela diferença de idade, mas também pelas ambições de carreira e por uma diversa visão do mundo.[20]

Os plantadores de café também apoiavam a revolução. Se bem que o govêrno federal estivesse empenhado em um programa de proteção ao café, o Presidente Washington Luís insistiu em manter para a moeda brasileira uma taxa fixa de câmbio, dando assim ao setor de exportação uma receita decrescente, à medida que caíam os preços do café no exterior. Além disso, o govêrno se recusava a tomar medidas especiais para evitar as execuções das hipotecas resultantes do colapso financeiro. Recusava-se também a conceder mais crédito ao Instituto de Café do Estado de São Paulo, para a compra dos estoques excedentes, resolvendo, ao invés disso, baixar o preço, anteriormente fixo do café brasileiro no mercado internacional, esperando com isso aumentar o total de vendas. Essa tática, que contrariava completamente a política anterior a Washington Luís, fracassou, de vez que a procura do café estava realmente em declínio. Os plantadores de café estavam furiosos, portanto, com o duplo choque da suspensão da compra dos excedentes e do declínio desastroso nos preços internacionais (aproximadamente de 50%, entre setembro de 1929 e janeiro de 1930). Como conseqüência da crise de 1929, portanto, Washington Luís encontrou-se no pior dos mundos: a receita cambial caía e os possuidores de moeda brasileira corriam para converter seus bens em ouro. O ouro do Brasil, ganho a duras penas, e as reservas de divisas, se esgotaram ràpidamente, e os plantadores de café jogavam a culpa dos seus prejuízos na política do govêrno. Apesar de Júlio Prestes ter prometido reformular a política financeira do seu predecessor, êle era vítima inevitável do ressentimento dos plantadores de café contra o seu patrono.[21]

Finalmente, havia muitos membros dissidentes da elite política estabelecida, ansiosos para usar um golpe em causa própria. A sua dissensão tinha origem, em muitos casos, em rivalidades políticas corriqueiras nos Estados e entre os Estados. Os líderes dos clãs de oposição dentro da política estadual, por exemplo, exultariam em obter o poder local por meio de um golpe militar no Rio de Janeiro. No plano nacional, os proprietários das máquinas políticas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, líderes da Aliança Liberal, estavam irritados com a tentativa de Washington Luís para impor outro paulista, Júlio Prestes, no palácio presidencial. Êles apoiavam a "revolução", não porque quisessem modificações sociais e econômicas básicas, mas como uma justificativa para o seu recurso à revolta armada contra os "de dentro", que não haviam atendido aos seus interêsses nas negociações para a escolha do candidato "do govêrno" em 1929. Êsses políticos frustrados, tanto nos Estados maiores quanto nos menores, deveriam fornecer a continuidade indispensável entre a República Velha e os estágios sucessivos da era de Vargas. De fato, a essência da habilidade política de Vargas era a capacidade de usar êsses políticos não-ideológicos em seu próprio proveito — o que implicava tanto em se manter no poder quanto em transformar o sistema político que êles haviam ajudado a derrubar em 1930.[22]

Novas Fôrças Políticas

O grupo que sentia mais profundamente estar superada a política de elite no Brasil, antes de 1930, concentrava-se na população urbana, pequena mas em crescimento. Era a classe média, como posição econômica mais próxima dos padrões de comportamento classista da Europa ocidental no século dezenove, embora bem distanciada dêsses padrões pela mentalidade política. Eram empregados no comércio, na indústria leve, nas profissões liberais e na burocracia. Ainda que êsse grupo não tivesse, de modo algum articulado plenamente uma mentalidade de classe que os pudesse colocar em oposição consciente à economia de exportação dominada pela agricultura, constituía afinal o maior grupo isolado de adeptos do constitucionalismo liberal. O seu mais importante baluarte nacional era a cidade de São Paulo.[23]

O principal objetivo político da classe média, tal como expresso pelo constitucionalismo liberal, era uma representação mais "autêntica": o voto deveria ser honestamente supervisionado e as urnas apuradas honestamente. Se a exigência de alfabetização fôsse tornada obrigatória, isso significaria um aumento de poder político para os eleitores da classe média, que tinham nas cidades suas reservas políticas naturais. Nos meses que se seguiram à revolução, os constitucionalistas liberal bombardearam Vargas com exigências para que reformasse o sistema eleitoral. Enquanto os adiamentos se sucediam, cresciam as suspeitas contra as desculpas do presidente e êles colocaram a responsabilidade nos tenentes e seus agentes em tôrno de Vargas.[24]

Os temores eram agravados pelo fato de que o govêrno provisório havia enfeixado àmplos podêres. A 11 de novembro, o chefe do govêrno provisório baixou um decreto, com a assinatura dos seus novos ministros, que dava ao govêrno o direito (a revolução estava se "legitimando") de exercer, não apenas o poder executivo, mas também a autoridade legislativa "até que a uma Assembléia Constituinte eleita estabeleça esta a reorganização constitucional do País". Tôdas as entidades legislativas, desde o Congresso Nacional até as câmaras municipais foram abolidas. O cargo de interventor federal, em nível estadual, foi criado como contrapartida para o chefe

do govêrno provisório, no nível nacional. O interventor recebia plenos podêres executivos e legislativos e era diretamente responsável perante o govêrno provisório no Rio.[25]

Essa extraordinária concentração de poder (notàvelmente ausente sob o extremo federalismo da República criada em 1889), fêz do regime de Vargas o foco imediato de uma luta pelo poder entre os elementos divergentes dentro da coalizão revolucionária. Durante os primeiros meses, persistiu um tênue acôrdo quanto a duas medidas: a necessidade de expurgar a "corrupção" dos velhos políticos e a necessidade de tomar novas providências governamentais para satisfazer as aspirações das classes trabalhadoras. Uma comissão de inquéritos foi organizada em dezembro de 1930, para punir os "carcomidos" da República Velha, mas chamou pouca atenção, não provou nada e desapareceu antes do fim de 1931. Tendo deslocado a velha elite política, os revolucionários viam pouco proveito em perseguir os derrotados, que haviam sido tão decididamente afastados do poder. Para as classes trabalhadoras, o Govêrno Provisório criou, em dezembro de 1930, um nôvo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, formado — anotação interessante sôbre o Brasil de 1930 — através do desmembramento de uma parte do Ministério da Agricultura. A "questão social" não deveria mais ser considerada "um caso de polícia"; deveria agora ser "resolvida" mediante concessões de parte da nova elite política, antes que as pressões de baixo pudessem forçar mudanças mais básicas.[26]

O tópico com respeito ao qual os revolucionários se dividiam, era a questão de quando e como o Brasil deveria ser "reconstitucionalizado". Os constitucionalistas liberais pressionavam por eleições imediatas. Em fins de 1931, os defensores de eleições urgentes incluíam também os líderes dos Estados "revolucionários" do Rio Grande do Sul e de Minas, que percebiam como as eleições aumentariam o seu poder de barganha com o nôvo govêrno federal e com isso preservariam uma porção da grande independência política de que haviam gozado desde a década de 1890. Os tenentes, por outro lado, através do Clube 3 de Outubro, exigiam que Vargas continuasse indefinidamente o seu mando, como govêrno provisório. Argumentavam que as mudanças estruturais de que o Brasil necessitava seriam frustradas por eleições ime-

diatas, que apenas reporiam nos cargos a elite tradicional, ou seus sucessores bem-intencionados mas inidentificáveis, entre os constitucionalistas liberais.

O maquiavélico estilo político de Vargas encorajava cada um dêsses grupos a pleitear suas exigências. Os tenentes, por exemplo, exerciam considerável influência dentro do govêrno provisório, durante o primeiro ano. Os seus líderes eram liberalmente usados por Vargas como agentes políticos em diversas áreas importantes, como João Alberto, interventor em São Paulo, e Juarez Távora, o vice-rei político do Nordeste.

Vargas, porém, dava terreno aos defensores da reconstitucionalização rápida. A 24 de fevereiro de 1932, publicou o nôvo Código Eleitoral, satisfazendo um dos desejos principais dos constitucionalistas liberais. Os tenentes revidaram no dia seguinte, enviando uma turba para depredar a redação do jornal anti-tenentista, *Diário Carioca*. O ataque teve lugar com a aparente anuência do chefe de polícia de Vargas, no Rio. Os adversários dos tenentes afirmavam estarem êstes a ponto de tomar o poder. Os tenentes pareciam compartilhar dêsse ponto-de-vista ou, pelo menos, esperavam surgir como fôrça dominante dentro dos altos círculos do Rio. No começo de março, uma delegação do Clube 3 de Outubro visitou Vargas para pedir-lhe que repudiasse a idéia de uma Assembléia Constituinte. Vargas prometeu que "o regresso ao regime constitucional não pode ser, nem será, contudo, uma volta ao passado, sob a batuta das carpideiras da situação deposta, que exigem, hoje, invocando o princípio da autonomia, um registro de nascimento a cada interventor local...". A ironia era endereçada ao ressentimento paulista contra os "estrangeiros" mandados do Rio para administrar o Estado mais rico do país. Mas Vargas advertia também contra "a prática de violências de quaisquer origens" e tentou reconciliar as múltiplas pressões sôbre êle, conclamando todos os revolucionários civis e militares que "fizeram a Revolução [que] se unam contra a obra de intriga, de derrotismo mas a colaboração de todos aquêles não é de 'sabotage' dos adversários da véspera". Concluiu, sugerindo peremptòriamente que os tenentes deveriam continuar seu trabalho de "propaganda *pacífica*".[28]

A ameaça de violência, contudo, era maior no sul. Vargas sabia que seus adversários de São Paulo tinham ido além

dos protestos verbais e estavam tramando uma revolta armada. A conspiração em São Paulo tinha diversas fontes. Uma das maiores era a desilusão dos constitucionalistas liberais com a tática de Vargas de retardamento das novas eleições. A 13 de janeiro de 1932, o Partido Democrático (o partido dos constitucionalistas liberais) rompeu abertamente com o govêrno provisório e, em meados de fevereiro, organizando-se a Frente Única Paulista, que incluía a Liga de Defesa Paulista e uma ala do antigo Partido Republicano Paulista, ou PRP.

Essa coalizão heterogênea era prova de que o govêrno de Vargas tinha conseguido afastar quase todos os elementos políticos de São Paulo. A oposição era liderada pelo Partido Democrático, que se havia oposto ao candidato do PRP em 1930 (Júlio Prestes) e apoiado a Revolução de Outubro. Agora estavam desiludidos por não terem sido contemplados com os proventos do poder que os seus rivais do PRP haviam desfrutado no passado, e estavam amargurados pela atitude arbitrária do primeiro interventor de Vargas em São Paulo, o desastrosamente impopular tenente João Alberto. Estavam também alarmados com as tendências radicais do chefe de polícia revolucionário, Miguel Costa, que organizava milícias populares e lidava com a "questão social", de um modo que ameaçava minar a estratégia paternalista da nova elite política.[29]

A liderança política de antes de 1930, o Partido Republicano Paulista, unia-se ao movimento de oposição por desejo de vingança contra os "revolucionários" que haviam impedido a posse de Júlio Prestes, o porta-estandarte do PRP. Êles enfatizavam a "invasão" de São Paulo por "forasteiros", apelando assim para o forte orgulho regionalista, compartilhado pela classe média e os políticos da velha guarda. A oposição a Vargas, em São Paulo, incluía muitos plantadores de café, que achavam que o nôvo govêrno federal ainda havia feito muito pouco para amparar os seus negócios. Finalmente, havia os oficiais descontentes que amargavam a sua substituição pelos tenentes, durante o breve e incompleto expurgo no corpo de oficiais depois da Revolução de Outubro. O General Bertoldo Klinger era o seu líder. Com satisfação, êles ofereceram seus serviços como coordenadores de uma conspiração militar paulista contra o govêrno do Rio.

Em março, a posição indecisa de Vargas, com relação aos tenentes, provocou as demissões de Maurício Cardoso, Ministro de Justiça, e Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho. Ambos eram naturais do Rio Grande do Sul, para onde voltaram a fim de ajudar a formar um movimento de oposição (Frente Única Gaúcha). A 29 de março, o Rio Grande do Sul rompeu abertamente com Vargas, cujos esforços para reconciliar a oposição foram tão infrutíferos lá quanto em São Paulo.

Em Minas Gerais, a liderança estava dividida quanto à questão da resistência armada ao regime de Vargas. Uma ala da Frente Única, liderada por Artur Bernardes, mantinha ativo contato com as conspirações de São Paulo e do Rio Grande do Sul, enquanto o antigo presidente do Estado Olegário Maciel, mantinha uma atitude equívoca, que, no entanto, levava os conspiradores a acreditar que Minas aderiria à revolta.

Parecia agora que Vargas tinha provocado a oposição conjunta dos três Estados mais poderosos: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Uma missão de última hora de João Neves da Fontoura, em 9 de junho, não conseguiu convencer Getúlio a renunciar aos tenentes. Ao invés disso, êle substituiu seu Ministro da Guerra, General Leite de Castro, pelo General Espírito Santo Cardoso, candidato dos tenentes e figura que podia assegurar a Vargas a lealdade da maioria dos oficiais.[30]

Se bem que a oposição florescesse, assustadoramente, Vargas fazia concessões estratégicas, tanto a São Paulo quanto aos constitucionalistas liberais, como um todo. O nôvo Código Eleitoral, publicado a 24 de fevereiro de 1932, foi seguido por um decreto de 15 de março, marcando o 3 de maio de 1933 como a data das eleições para a Assembléia Constituinte. A oposição tenentista a essas medidas de reconstitucionalização foi improfícua. Vargas atendeu ainda a uma grande queixa de São Paulo, a 1.º de março, quando nomeou interventor Pedro de Toledo, satisfazendo assim a exigência de um interventor que fôsse "civil e paulista". Mas, como bem sabia Vargas, a oposição em São Paulo era baseada em arraigado antagonismo regional, que qualquer govêrno federal forte estava destinado a exacerbar. O Estado e a cidade de São Paulo tinham um tal complexo de superioridade em relação ao resto do Brasil que um movimento de oposição ao govêrno federal poderia ganhar muitos adeptos que nada tinham de comum, além da sua apaixonada qualificação como paulistas.

A 9 de julho de 1932, São Paulo levantou-se em revolta armada. A rebelião foi imediatamente batizada Revolução Constitucionalista e a cidade de São Paulo mobilizada para uma guerra civil em larga escala. Fábricas foram apressadamente convertidas para a produção de munição bruta. Donas-de-casa da classe média contribuíram com suas jóias para uma Campanha do Ouro, a fim de financiar o esfôrço de guerra, enquanto seus filhos se apresentavam como voluntários para servir nas trincheiras. As classes trabalhadoras, contudo, permaneceram relativamente indiferentes ao chamado às armas.[31]

Os constitucionalistas liberais, liderados pelo Partido Democrático, cometeram um êrro fatal ao lançar a revolta. Como era talvez inevitável, permitiram que as exigências de reforma constitucional se misturassem, e finalmente se identificassem com o separatismo regionalista. Isso significava que os constitucionalistas liberais perdiam qualquer apoio para os seus princípios, que bem poderia vir dos centros urbanos em outras partes do Brasil, especialmente dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tal auxílio era essencial, se êles quisessem ter qualquer esperança de sucesso, e a sua ausência foi um golpe de morte no movimento "constitucionalista".

O apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que parecia certo, deixava agora de se materializar. Isso foi, em parte, porque os rebeldes paulistas começaram a revolta prematuramente, antes que os seus aliados em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul tivessem tempo de se organizar. A Frente Gaúcha, no Rio Grande do Sul, foi apanhada de surprêsa. Quando o indeciso interventor Flôres da Cunha optou por Vargas, os dissidentes favoráveis à ajuda aos rebeldes paulistas revoltaram-se contra o govêrno do Estado, mas foram contidos e logo derrotados. Minas Gerais, sob a liderança de Olegário Maciel, também pulou para o lado de Vargas. Os dissidentes pró-paulistas de Minas, como os seus colegas rio-grandenses, revoltaram-se, sem sucesso, contra o govêrno estadual.[32]

Em ambos os Estados, foram os patriarcas políticos da República Velha que lideraram os rebeldes — Borges de Me-

deiros, no Rio Grande do Sul e Artur Bernardes, em Minas Gerais. Ambos fracassaram e foram presos. A sua adesão à Revolução Constitucionalista de 1932 ajudou a rotular aquêle movimento simplesmente como a contra-revolução dos "oligarcas" do antigo regime. Essa impressão era reforçada pelo fato de que o Partido Republicano Paulista, da velha guarda, tinha aderido à revolta em São Paulo, quando, de fato, foi o Partido Democrático que, em São Paulo, com o apoio entusiástico da classe média, organizara a conspiração e os elementos do antigo regime apenas a acompanharam.

Vargas havia sido cuidadoso ao selecionar o seu apoio para enfrentar São Paulo. Êle cultivou os líderes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, argumentando que a conspiração paulista não lhes traria benefício algum. Mais importante ainda, êle havia se assegurado quanto ao apoio militar, que permanecia firme, com exceção de uns poucos comandantes espalhados por posições remotas, como Mato Grosso. O General Góes Monteiro dirigia as fôrças federais no Vale do Paraíba, bloqueando a marcha paulista para o Rio de Janeiro. Fôrças militares estaduais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul invadiram o Estado de São Paulo, ao norte e ao sul, ajudando as tropas federais no seu cêrco à capital. O bombardeio aéreo pelas fôrças federais suscitou a indignação e o alarme dos homens de negócios de São Paulo que pediram trégua, baseados no fato de que mesmo os princípios do constitucionalismo não justificavam a destruição do centro mais rico e mais produtivo do Brasil. Depois de um sítio de dois meses, os rebeldes renderam-se às fôrças federais superiores.

Parecia que a terra que era o coração do constitucionalismo liberal havia cometido um suicídio. A intenção primordial de Vargas, no entanto, era suprimir a auto-afirmação cruamente provinciana de São Paulo. Num gesto característico, imediatamente estendeu o ramo de oliveira aos constitucionalistas liberais, ao declarar que tencionava levar a cabo as promessas iniciais de eleições e uma nova Constituição. Também apaziguou os paulistas dando instruções ao Banco do Brasil para dar cobertura aos bônus de guerra que os bancos paulistas haviam emitido para financiar o esfôrço de guerra do Estado.

As eleições para a Assembléia Constituinte foram realizadas como programado, a 3 de maio de 1933. Os observadores concordaram em que elas foram notàvelmente honestas, comparadas com as de antes de 1930.[33] Os tenentes, que mantinham sua atitude antipolítica e nunca haviam tentado mobilizar um amplo apoio popular, estavam divididos quanto à questão das eleições. Uma ala radical opunha-se francamente às eleições, ao passo que outro grupo se organizava sem muita convicção para a campanha. Contudo, alguns dêles foram eleitos, e conseguiram mesmo forçar uma modificação no tradicional método de representação a ser observada nas eleições para a Assembléia Constituinte: os regulamentos eleitorais contemplavam os sindicatos profissionais, eleitos pelos sindicatos, como representantes classistas, num total de quarenta, ao passo que os demais deputados, como representantes do povo, foram eleitos pelo voto direto, em cada Estado.

Na votação da Assembléia, êsses representantes dos sindicatos votaram com os tenentes, e conseguiram aprovar um projeto para transformar a Assembléia Constituinte na primeira Câmara dos Deputados, com podêres para eleger o presidente da República. Isso era extremamente importante para o grupo dos tenentes, porque êles achavam que, se deveria haver eleições, estas teriam que ser indiretas, baseados no fato de que não poderiam contar com o grande eleitorado para o apoio a mudanças radicais. As lideranças políticas estaduais já estabelecidas capitalizavam o seu contrôle da política local para extrair das eleições as suas próprias vitórias. A Assembléia Constituinte começou a deliberar em 15 de novembro de 1933 e, em meados de julho do ano seguinte, apresentou as bases legais para a nova ordem constitucional do Brasil.

A Constituição de 1934 era um produto híbrido. Como documento jurídico, concretizava em grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico. Os constitucionalistas liberais podiam ficar satisfeitos com o fato de que, mesmo a estrutura federal sendo ainda muito parecida com a da República Velha, havia agora garantias de eleições livres, asseguradas pelo Código Eleitoral de 1932 e pelo nôvo Tribunal Eleitoral, entidade federal com podêres para fiscalizar as eleições e efetuar a apuração dos

votos e reconhecimento dos eleitos. Havia também nôvo e mais complexo dispositivo de garantias de um judiciário imparcial. Por outro lado, os tenentes podiam se apoiar na asserção constitucional de uma nova responsabilidade do govêrno nas áreas do dirigismo econômico e da previdência social, principalmente como estava formulada nos dispositivos da Ordem Econômica e Social. Foi estabelecido, por exemplo, um nôvo sistema de justiça do trabalho e era dado ao govêrno federal o poder de fixar salários mínimos. Em julho de 1934, Getúlio foi eleito pelo Congresso Nacional por um período que iria até às eleições diretas, marcadas para janeiro de 1938. As eleições para as legislaturas estaduais (as quais, em seguida elegeram os governadores dos Estados), foram realizadas em outubro de 1934 e confirmaram a fôrça das lideranças estabelecidas nos Estados principais — Armando de Sales Oliveira em São Paulo, Flôres da Cunha no Rio Grande do Sul e Benedito Valadares em Minas Gerais.[34]

A aparente facilidade com que, tanto os constitucionalistas liberais quanto o grupo tenentista, conseguiram incorporar os seus pontos-de-vista à nova Constituição, não era um indício rigoroso da fôrça política de nenhuma das duas posições. A classe média das grandes cidades, que formava o constitucionalismo liberal *par excellence*, carecia ainda de liderança, em parte devido ao descrédito que os paulistas, seus líderes naturais, haviam caído depois da *débacle* de 1932. Por outro lado, os tenentes, os mais influentes defensores da modificação econômica e social dirigida pelo Estado, jamais haviam conquistado amplo apoio popular. Eram manobradores com acesso direto a Vargas, seus conselheiros políticos durante os dois anos posteriores a 1930, por conseguinte em posição de influir decisivamente em muitas questões econômicas e sociais. A partir de meados de 1932, no entanto, já haviam perdido muito da coesão que possuíam anteriormente e, a partir daí, só os tenentes que Vargas *escolhia* para usar em seu govêrno tinham influência.[35]

A formalização do nôvo sistema político, em 1934, ocorreu em um momento em que se enfraqueciam as linhas políticas produzidas pela revolução de 1930. Se o acôrdo precário corporificado pela nova Constituição tivesse sido o produto de

um balanço entre fôrças políticas opostas, poderia ter gozado de maiores perspectivas de longevidade. Mas os grupos políticos mais ìntimamente identificados com as posições do constitucionalismo liberal e do reformismo sócio-econômico estavam, em 1934, superados por um nôvo gênero de ativismo político. A política no Brasil, como na Europa no começo da década de 1930, marchava para a radicalização.[36]

À esquerda, uma facção do Partido Comunista, a ala "legalista", organizou um movimento de frente popular, chamado Aliança Nacional Libertadora, ou ANL. Se bem que o movimento dependesse maciçamente da organização do Partido Comunista, conseguiu agrupar grande número de perplexos eleitores da classe média, preparados para suplementar o seu anterior liberalismo com uma dose do progressismo simbolizado pelo fascínio de Luís Carlos Prestes, presidente honorário da ANL. Mesmo sendo comunista, o papel de Prestes na ANL era atrair os eleitores que ainda o admiravam como o corajoso comandante da Coluna Prestes, que havia dramatizado a causa dos tenentes na década de 20, escapando com sucesso aos exércitos federais no interior brasileiro durante dois anos e meio.[37]

Sùbitamente, parecia que a esquerda havia ganho vida. Mais de 1.600 sedes locais da ANL haviam brotado, até fins de maio de 1935. Os elementos "progressistas" dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A plataforma da ANL, anunciada em fevereiro, pedia o cancelamento das "dívidas imperialistas", a nacionalização das emprêsas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios.[38]

Os radicalizantes estavam igualmente ativos na direita. Desde 1932, um movimento fascista chamado Integralismo vinha por igual ganhando fôrça. O líder integralista, Plínio Salgado, usava os aparatos do fascismo europeu — camisas verdes, desfiles de milícias, violências de rua contra os radicais da esquerda — para explorar a crescente suspeita da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos da depressão só pudessem ser resolvidos com o recurso aos métodos extremistas da direita.[39]

Muito significativo era o fato de que o Integralismo e a Aliança Nacional Libertadora constituíam os primeiros movi-

mentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica. Os componentes da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a revolução de 30, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora, tinham sido eclipsados por movimentos nacionais mais ambiciosos, mais disciplinados, de bases mais amplas e mais radicais.

Radicalização; o Estado Nôvo

Se a política se reavivava com tal vigor em 1934, como foi possível um golpe, apenas três anos depois? A resposta está na grande habilidade com que Vargas manipulava um extremo contra o outro, produzindo nas mentes dos militares e da classe média um profundo pessimismo quanto à viabilidade de uma política aberta.[40] No Brasil, como em todo o mundo político ocidental, o liberalismo estava seguramente perdendo terreno.

Mesmo antes que a Aliança Nacional Libertadora fôsse inteiramente organizada, em 1935, o Congresso, cada vez mais conservador, começou a debater a ameaça dos "subversivos". A 30 de março, a maioria, liderada por Raul Fernandes, fêz passar uma Lei de Segurança Nacional, dando ao govêrno federal podêres especiais para reprimir atividades políticas "subversivas". Vargas já vinha manobrando desde fins de 1934 para desacreditar o crescente movimento de frente popular, com base no fato de ser liderado pelos comunistas.

Luís Carlos Prestes, demasiado confiante, em breve daria a Vargas a oportunidade de usar a nova lei de segurança. A 5 de julho, aniversário da primeira revolta tenentista no Forte de Copacabana (1922), pronunciou violento discurso, atacando o fracasso de Vargas ante os ideais de 1922; o de que o Brasil precisava era de um "govêrno popular", que fôsse realmente "revolucionário e antiimperialista". Superestimando gravemente as perspectivas de uma revolução de massas da esquerda, terminou com o grito: "Abaixo o govêrno odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um govêrno popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!"[41]

Vargas respondeu prontamente. A 13 de julho a polícia invadiu o quartel-general da Aliança, confiscando documentos usados mais tarde para provar que o movimento era financiado do exterior e controlado pelos comunistas. A Aliança foi fechada por ordem do govêrno durante seis meses. Muitos líderes de esquerda foram presos, enquanto a maioria no Congresso deixava o julgamento das medidas repressivas ao Supremo Tribunal, que se recusou a aceitar a petição da Aliança. O "caminho legal" para o poder havia sido vedado à extrema esquerda. O Congresso, dominado pelos seus membros da classe média e da agricultura, juntamente com os delegados sindicais, estava apreensivo com a ameaça "bolchevista", e pronto a dar a Vargas os podêres especiais que êle desejava utilizar em seu próprio benefício. Quanto ao apoio popular, Vargas sabia que os integralistas continuavam sempre agindo, atenazando a esquerda na política de rua.[42]

Nessa altura, a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que êsses acontecimentos eram planejados por agentes do govêrno, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista. Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada, assassinando oficiais superiores, mas os rebeldes do nordeste tinham falhado em coordenar o seu golpe com os conspiradores do sul. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi fàcilmente esmagada pelas fôrças do govêrno. Vargas possuía agora a justificativa ideal para a repressão da esquerda: provas indiscutíveis do perigo de traição armada.[43]

Os podêres de emergência do govêrno federal foram ràpidamente aumentados. A 25 de novembro, Vargas pediu ao Congresso o estado de sítio. Foi aprovado. Em dezembro, a Câmara dos Deputados concordou em arrochar a Lei de Segurança Nacional, aprovando igualmente três emendas constitucionais. Uma autorizava o presidente a demitir sumàriamente qualquer funcionário público, enquanto outra fortale-

cia o contrôle de Vargas sôbre os militares, dando-lhe podêres sôbre a promoção de todos os oficiais e onde deveriam servir. A terceira dava ao Presidente podêres temporários de emergência ainda maiores.

Métodos policiais impiedosos ràpidamente eliminaram os movimentos de esquerda em formação. A liderança do Partido Comunista foi aprisionada (Luís Carlos Prestes escapou aos seus captores até março de 1936), e seus escritórios foram invadidos. Nos meses que se seguiram à abortada revolta comunista, milhares de políticos suspeitos, tanto militares quanto civis, foram aprisionados. Para dramatizar a ameaça "subversiva", os prisioneiros foram concentrados em um antigo navio mercante, o "Pedro I", que foi convertido em presídio flutuante, fundeado na baía fronteira a um dos bairros mais populosos do Rio. No Distrito Federal o popular govêrno reformista do Prefeito Pedro Ernesto foi suprimido. O sistema político começara a fechar-se.

Para todo o ano de 1936, a aquiescência do Congresso em legislar com podêres de emergência continuou inabalável. Quatro vêzes durante aquêle ano, o Congresso votou para ampliar o estado de sítio por noventa dias. A repressão se estendeu até mesmo a membros do Congresso: em março, um senador e quatro deputados foram presos, e em julho a Câmara concordou com o seu julgamento. Em setembro, um nôvo Tribunal de Segurança Nacional foi aprovado pelo Congresso, dando a Vargas mais um instrumento para perseguir e reprimir a oposição.

A despeito da repressão contra a esquerda, começaram em 1936 os planos para a eleição presidencial que deveria ser realizada em janeiro de 1938. Vargas havia sido eleito como primeiro presidente do Brasil sob a nova Constituição pela Assembléia Constituinte de 1933-34, que no entanto impedira a sua reeleição. Em meados de 1937, apareceram dois candidatos. Uma aliança política recentemente formada, a União Democrática Brasileira, apoiava Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, que terminava uma administração bem sucedida. Era um autêntico porta-voz do constitucionalismo liberal (o partido que o havia indicado em primeiro lugar chamava-se, significativamente, Partido Constitucionalista), proclamando a sua fé na capacidade do Brasil

em se governar pelo processo democrático, ao mesmo tempo que advertindo contra a agitação "bolchevista" e a infiltração nas fileiras da apreensiva classe média. O Brasil, explicava êle, tinha a felicidade de haver escapado "às angústias dos povos europeus"; o país não precisava de métodos totalitários para repelir as "investidas bolchevistas"; ao invés disso, podia fortalecer as suas tradições democráticas, seguindo os "poderosos métodos de propaganda" aperfeiçoados na Itália, em Portugal e na Alemanha. Sales Oliveira observava com orgulho que um sistema de legislação social "capaz de satisfazer os anseios das classes trabalhadoras" fôra implantado sem "pressão de partidos poderosos nem a violência e o tumulto de greves desesperadas". O de que o Brasil precisava agora, insistia, era uma "robusta democracia social", fortalecida contra a subversão, tanto da direita como da esquerda.[44]

O outro candidato era José Américo de Almeida, um antigo tenentista, romancista e político, da Paraíba. Destacara-se como um dos líderes da Aliança Liberal de 1930 e porta-voz das medidas nacionalistas autoritárias (tais como eram defendidas pelos tenentes) nos dois primeiros anos após a Revolução de 30. Na campanha presidencial de 1937, José Américo tentou mobilizar os eleitores da classe média, argumentando que sòmente pelo exercício do sufrágio poderia obter seus direitos sociais e econômicos. De um modo geral, era êle considerado como candidato do govêrno, faltando-lhe apenas o endôsso formal de Vargas.[45]

Mas Vargas, ostensivamente, abstinha-se de apoiar um ou outro. Se bem que fôsse difícil calcular a fôrça relativa dos dois candidatos, — essa era a primeira eleição presidencial direta desde a revolução de 30 e do nôvo Código Eleitoral, publicado em 1932 — Armando de Sales Oliveira tinha chances razoáveis de ganhar as eleições. Vargas, desejando, como sempre, preservar uma faixa máxima de manobra, adotou uma estratégia de despistamento, permitindo que se robustecesse a impressão de que José Américo era o candidato oficial, ao mesmo tempo que encorajando as especulações quanto à possibilidade de algum movimento de surprêsa partido do palácio presidencial. Os integralistas esperavam em vão que Vargas esclarecesse a sua atitude, e finalmente indicaram como candidato o seu líder Plínio Salgado, em junho de 1937.

À medida que a campanha prosseguia, os conselheiros mais próximos de Getúlio argumentavam que só êle poderia salvar o Brasil dos extremismos da direita e da esquerda. Na verdade, o apoio a uma espécie qualquer de solução "continuista" estava disseminado entre as elites políticas e militares. Vargas precisava de bem pouco estímulo para se acreditar indispensável. Desde a revolta comunista de 1935, vinha pensando na possibilidade de um golpe. A facilidade com que o Congresso lhe dera podêres de emergência, encorajava projetos de um regime autoritário que eliminasse as divididas fôrças políticas e deixasse o presidente de mãos livres para levar a cabo a "reorganização" do Brasil, da forma que lhe aprouvesse.

Durante o primeiro semestre de 1937, Vargas pôs em prática um duplo estratagema: por um lado, parecia cooperar com preparativos para a campanha presidencial, negociando com líderes estaduais; contudo, ao mesmo tempo, trabalhava por isolar os mais refratários dentre os mesmos. Uma nova série de "intervenções" foi efetuada, em Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal, substituindo as lideranças eleitas por homens da confiança de Vargas. Dos três maiores Estados, cuja oposição Vargas temia, o Rio Grande do Sul foi o primeiro a sentir a pressão vinda do Rio de Janeiro. Em abril foi colocado em estado de sítio, auxiliando dêste modo os adversários do Governador Flôres da Cunha, que estava tentando jogar o pêso do Rio Grande a favor da candidatura de Armando de Sales Oliveira. O Rio Grande do Sul foi um obstáculo importante ao plano de Vargas para desarmar a oposição, porque Flôres da Cunha tinha a maior milícia estadual do Brasil sob seu comando.

Os políticos do Congresso começavam agora a sentir as possíveis implicações dos movimentos de Vargas. Tendo estado continuamente a dar a Vargas armas de emergência contra a esquerda, perceberam que a sua própria sorte nas eleições dependia de um executivo mais flexível. Pela primeira vez, desde novembro de 1935, o Congresso se recusou a renovar o estado de sítio, pedido em junho de 1937. Em vista disso, Vargas adotou uma nova estratégia, destinada a colocar os seus adversários em posição insustentável, libertando os "subversivos". Soltou um grupo de prisioneiros políticos de

esquerda, dramatizando com isso a "ameaça" da esquerda às classes médias, os políticos estaduais conservadores e os militares. A libertação de prisioneiros continuou durante setembro. Vargas entrou também em contato com os integralistas, confiantes de que sairiam vitoriosos no próximo embate eleitoral. A candidatura de Plínio Salgado foi comunicada a Vargas em 14 de junho. Lutas de rua entre os camisas-verdes e os seus desorganizados provocadores da esquerda estouravam repetidamente. Em agôsto, treze mortes resultaram de um conflito em Campos, cidade do Estado do Rio de Janeiro. A campanha presidencial achava-se agora sob uma nuvem crescente de violência antidemocrática.

Em vista da divisão e da indecisão dos políticos conservadores e do centro, Vargas sabia que a posição do Exército seria crucial em qualquer tentativa de golpe. Desde a mudança do Ministro da Guerra, em 1934, o Exército vinha conseguindo restabelecer a disciplina que havia sido minada durante as revoltas da década de 20, a revolução de 30 e a revolta de São Paulo, em 1932. Em dezembro de 1936, o General Eurico Dutra tornou-se Ministro da Guerra, assegurando o apoio militar aos desígnios totalitários. Em julho de 1937, o General Góes Monteiro, persistente defensor de um regime mais centralizado e mais autoritário, foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, fortalecendo ainda mais o braço de Vargas. Nos dois anos seguintes à revolta comunista de 1935, Góes Monteiro, a *éminense grise* militar de Vargas, tinha levado a cabo o seu próprio plano de neutralizar os Estados cuja liderança política havia entrado em oposição ao govêrno federal: Bahia (Juraci Magalhães), Pernambuco (Lima Cavalcanti), Rio Grande do Sul (Flôres da Cunha) e São Paulo (os partidários de Sales Oliveira). Para Góes Monteiro e Dutra, o objetivo era um "Exército forte dentro de um Estado forte". Os esforços de ambos para dar ao Exército nacional o monopólio da fôrça militar coincidiam com os planos de Vargas de uma ditadura pessoal.[46]

Por meio de transferências estratégicas, Góes Monteiro entregou os altos postos militares, nos Estados duvidosos, a comandantes com os quais poderia contar para isolar e, caso necessário, assumir o contrôle das milícias estaduais e das

fôrças federais. Góes Monteiro fêz, pessoalmente, uma visita de inspeção ao Rio Grande do Sul, em janeiro de 1937, a fim de se certificar de que o comando do Exército, lá, poderia cuidar das brigadas estaduais de Flôres da Cunha. Mas Flôres da Cunha estava com sua posição enfraquecida dentro do Rio Grande do Sul. O estado de sítio implantado no Estado, em abril, havia ajudado os seus inimigos locais.

À altura de setembro de 1937, os comandantes militares de Vargas haviam conseguido isolar a oposição nos Estados principais. Minas Gerais que, em abril do mesmo ano, havia firmado um pacto de defesa mútua com o Rio Grande do Sul e a Bahia, tornou-se cautelosa. São Paulo, tendo fornecido o principal candidato de oposição, ficou também temeroso de uma ligação com o Rio Grande do Sul, cuja "traição" em 1932 havia deixado os paulistas impotentes diante das tropas de Vargas.

Os planos de golpe aguardavam agora algum nôvo movimento dramático no Rio de Janeiro. Impacientando-se com os manejos de Vargas, Góes Monteiro recorreu a um estratagema conhecido: o Estado-Maior do Exército, de repente, "descobriu" um documento que se propunha a ser o plano de combate de uma revolução comunista. Apresentaram uma falsificação grosseira conhecida como Plano Cohen, fabricada, como sugeria o título, pelos integralistas e entregue a Góes Monteiro por um oficial integralista, o Capitão Olímpio Mourão Filho. Foi levada a Dutra e Getúlio, que a aprovaram como pretexto para o *seu* golpe. A 30 de setembro, Dutra denunciou a trama comunista revelada pelo Plano Cohen e, no dia seguinte, 1.º de outubro, o Congresso concedeu a suspensão dos direitos constitucionais que havia negado a Vargas em junho precedente. Minas Gerais apoiou a medida, com o Rio Grande do Sul e São Paulo em oposição.[47]

Os preparativos para o golpe estavam agora acelerados. O deputado Negrão de Lima foi enviado com a missão de preparar os Estados indecisos para apoiarem medidas federais mais fortes. O Rio Grande do Sul permanecia como o obstáculo mais importante. A oposição local a Flôres da Cunha (a qual incluía o irmão de Vargas, Benjamin), já havia iniciado os preparativos do *impeachment* contra o governador. A 14 de outubro, a milícia estadual rio-grandense foi federalizada, por ordem de Góes Monteiro e do comandante local do Exército por êle indicado. A 18 de outubro, Flôres da Cunha fugiu para o Uruguai, privando Sales Oliveira do seu maior aliado contra o golpe de Vargas.

Dutra e Góes Monteiro estavam agora certos da sua fôrça. Francisco Campos, revolucionário de 30, de Minas Gerais, vinha trabalhando há algum tempo no esbôço de uma nova Constituição. Ao começar novembro havia um temor crescente entre os adeptos de Sales Oliveira e José Américo de Almeida, de que a eleição marcada para janeiro de 38 poderia ser adiada ou cancelada. A 8 de novembro, o Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, demitiu-se. Havia finalmente percebido que a "reforma constitucional", que vinha sendo discutida ativamente entre os comandantes militares, estava para vir sob auspícios muito diferentes dos que êle havia imaginado. A data do golpe havia, na realidade, sido marcada para 15 de novembro, quadragésimo oitavo aniversário da proclamação da República.[48]

O curso dos acontecimentos tornou-se tão óbvio que Sales Oliveira decidiu fazer um apêlo de última hora aos militares. Em declaração lida perante as duas casas do Congresso, a 9 de novembro, o ex-governador de São Paulo atacou o "pequeno grupo" em tôrno do Presidente, que tinha um plano preparado "longamente", para subverter as instituições brasileiras. "Ao Exército e à Marinha cumpria montar guarda às urnas e velar para que o país obtenha nelas um govêrno de autoridade...".[49]

Sales Oliveira não estava em posição segura para dar aos militares tais lições de democracia. Anteriormente, louvara o "heroísmo abnegado" do Exército como resposta à agressão "bolchevista".[50] Observara com orgulho, em outubro de 1936, que "o Parlamento brasileiro demonstrou que não teme a responsabilidade de dar ao executivo os meios de defender a nação em crises que a Constituição não previu". Agora, o candidato à presidência via a sua própria carreira política e as esperanças do constitucionalismo liberal ameaçadas pelo mesmo destino que havia atingido a esquerda. O depoimento de Sales Oliveira terminava com um apêlo aberto: "A nação está voltada para os chefes militares: suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva".[51]

O gesto não demorou a vir. Na manhã seguinte, as tropas rodearam o Congresso e dispersaram os seus membros com a notícia de que havia sido fechado. Vargas tomara a precaução de primeiro confirmar que o governador de São Paulo, Cardoso de Melo Neto, não endossava a posição de Sales Oliveira. Oito membros da Câmara dos Deputados imediatamente declararam seu apoio a Getúlio. Vargas tinha preparado o terreno tão eficientemente nos Estados, que apenas dois governadores tiveram que ser substituídos: Juraci Magalhães na Bahia, que renunciou em protesto, e Lima Cavalcanti, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, Vargas promulgava uma nova Constituição, dando a si mesmo podêres autocráticos e prevendo um plebiscito para dentro de seis anos, a fim de escolher um presidente. As novas diretrizes constitucionais eram uma imitação dos modelos corporativistas e fascistas europeus, especialmente de Portugal e da Itália.

Na sua transmissão radiofônica de 10 de novembro, Vargas explicou que o Brasil devia deixar de lado a "democracia dos partidos" que "ameaça a unidade pátria". Descreveu o Congresso como sendo um "aparelho inadequado e dispendioso", cuja continuação era "desaconselhável". O Brasil não tinha outra alternativa senão instituir um "regime forte, de paz, justiça e de trabalho", concluiu o nôvo ditador, para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país". Para sublinhar o seu ponto-de-vista, Vargas anunciava, no mesmo discurso, a decisão do Brasil de suspender todos os pagamentos de juros e amortizações da sua dúvida externa.[52] Todos os partidos políticos foram abolidos a 2 de dezembro e começou a nova consolidação do poder federal.

O golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo, há muito tempo evidente, de Vargas, de permanecer no cargo além do seu prazo legal, que deveria expirar em 1938. Desde 1935 vinha êle manobrando seus adversários para colocá-los em posição de poder desacreditá-los ou reprimi-los, ao mesmo tempo que cultivando cuidadosamente o apoio dos grupos de poder sòlidamente estabelecidos, tais como os fazendeiros de café e os militares superiores. Para apaziguar os fazendeiros, por exemplo, Vargas havia, em outubro de 1937, reduzido o teto dos preços do café brasileiro num esfôrço para

incrementar as vendas no exterior e melhorar a receita cambial.[53]

Quanto aos militares, o comando do Exército vinha planejando uma solução autocrática para a crise política brasileira desde a revolta comunista de novembro de 1935. Os militares superiores estavam céticos quanto à capacidade do Brasil para suportar a confusa indecisão da competição política aberta, e estavam assustados com a perspectiva de maiores progressos por parte dos radicais de esquerda — os quais, se chegassem ao poder, poderiam afastar as Fôrças Armadas da posição de árbitros finais dos conflitos políticos. Finalmente, o golpe de 1937 foi possível porque a classe média, aquêle grupo social pequeno mas importante, que manteria o equilíbrio em qualquer sistema de eleições livres, limitadas aos eleitores alfabetizados, estava confusa e dividida. Alguns eleitores da classe média permaneciam leais ao seu tradicional constitucionalismo liberal e depositavam suas esperanças em Armando de Sales Oliveira, na campanha de 1937. Outros, perderam as esperanças no seu liberalismo e voltaram-se para o radicalismo, quer de direita, quer de esquerda. Ao fazer isso, com efeito, êles admitiam que as fórmulas liberais não se aplicavam mais ao Brasil e portanto estavam preparados, mesmo inconscientemente, a aceitar com poucos protestos o tipo especial de autoritarismo que Vargas impôs sùbitamente em novembro de 1937. O golpe de novembro de 1937 fechou o sistema político. Com êle, tôdas as previsões de fôrça eleitoral, no pleito marcado para janeiro de 1938, tornavam-se acadêmicas.[54]

Os oficiais superiores do Exército justificavam a reviravolta totalitária baseados em que a livre competição política entrara em falência, tornando-se mesmo perigosa para a unidade e a segurança nacionais. A prova imediata desta afirmação era a pressão para que o Executivo fôsse fortalecido contra os "extremistas". Vargas vinha manobrando astutamente para aumentar o seu próprio poder desde o tempo em que havia chegado pela primeira vez à Presidência, em 1930. De 1935 a 1937, no entanto, movera-se no vazio resultante do total colapso da aliança de fôrças que derrubou a República Velha em 1930.

Com o golpe de novembro de 1937, Vargas começou a segunda metade do seu domínio de quinze anos. Deveria durar até que os militares forçassem a sua retirada em outubro de 1945. A implantação do Estado Nôvo, versão brasileira atenuada do modêlo fascista europeu, enfatizava e confirmava a divisão há muito tempo existente entre as duas principais posições inerentes ao movimento revolucionário de 1930. Desde a queda de Washington Luís, naquele ano, a política nacional havia consistido numa série de acôrdos precários entre os constitucionalistas liberais e os nacionalistas autocráticos, presididos por políticos oportunistas (muitas vêzes representando as oligarquias locais do tipo antigo), ou por idealistas que se sentiam atraídos para ambas as direções. O sistema político aberto, com o seu instável equilíbrio de fôrças, tinha sido desgastado pela violência da esquerda e da direita. O golpe de 1937 determinou finalmente o caminho histórico do Brasil, numa conjuntura crítica. Os objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico, muito debatidos no comêço daquela década, iriam ser agora perseguidos sob tutela autoritária. O resultado foi um aprofundamento da dicotomia entre um constitucionalismo estreito que havia negligenciado as questões econômicas e sociais e uma preocupação com o bem-estar social de fundo nacionalista inequìvocamente antidemocrática.[55]

Ao surgir do golpe, um grupo político parecia ainda desfrutar de plena liberdade: os radicais de direita. Plínio Salgado e seus seguidores integralistas pensaram, errôneamente, que iriam ser os principais beneficiários do movimento de Vargas. Seus arquiinimigos de esquerda haviam sido eliminados. Parecia agora que os integralistas deveriam fornecer os quadros e, talvez, a liderança do nôvo Brasil. Mas Vargas não tinha a intenção de entregar a sua vitória política aos camisas-verdes. O instrumento político ostensivo dos integralistas, a Ação Integralista Brasileira, foi suprimido em 2 de dezembro de 1937, juntamente com todos os outros partidos políticos. No seu ressentimento subseqüente, os integralistas ficaram nas mãos de Vargas, em circunstâncias quase tão estranhas quanto as que cercaram o abortado levante comunista de 1935.

Em maio de 1938, um pequeno bando de integralistas armados, ajudados por alguns militares não-integralistas e anti-Vargas, atacou o palácio presidencial. Se bem que uma parte da guarda do palácio colaborasse com os atacantes, e a guarnição militar local demorasse para mandar reforços, os guardas legalistas ajudaram Vargas e sua filha, Alzira, de arma em punho, a conter os atacantes, até que fôssem levados pela polícia.[56] Agora, Vargas tinha a mesma justificativa para reprimir os integralistas que a que lhe havia sido fornecida pelos comunistas em 1935. Já que a sua Constituição de próprio punho, do Estado Nôvo, lhe dava amplos poderes, o restante da organização integralista (os clubes esportivos "não-políticos" haviam sobrevivido ao decreto de 2 de dezembro de 1937) pôde ser ràpidamente desmantelado e seus líderes aprisionados ou exilados. O último dos dois movimentos políticos nacionais que haviam surgido no princípio da década de 30 acabava de ser esmagado. De 1938 até fins de 1944, o Estado Nôvo repousou no apoio das Fôrças Armadas, a polícia de Vargas e a desorganização, a desmoralização e a debilitação da oposição.

É importante compreender que, ao contrário dos seus mentores europeus em matéria de fascismo, Vargas não organizou nenhum movimento político para nêle basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Nôvo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira. O Estado Nôvo, na sua forma não-diluída, entre 1937 e 1943 (quando Vargas começou a preparar-se para a volta às eleições), representou um hiato no desenvolvimento da política partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas — uma política que, em si mesma, só havia começado a tomar forma no Brasil em começos da década de 30. Todos os grupos de alguma significação haviam sido desbaratados e suprimidos. Os comunistas e radicais de esquerda sofreram a repressão mais brutal.. Os integralistas desapareceram, devido à repressão, em parte, porque a lógica do seu autoritarismo era minada pela forma de ditadura mais brasileira, de Vargas.

Os constitucionalistas liberais emudeceram. Os comunistas capitalizavam o seu sofrimento, conforme a dialética da história. Podiam esperar que a ditadura de Vargas preparasse

mais ainda as massas para a revolução, ao passo que os liberais viam seus ideais de eleições livres, liberdades civis e justiça imparcial repudiados, sem levantarem protestos relevantes. Ao primeiro olhar, poderia parecer que os que se identificavam com as mudanças econômicas e sociais semi-autoritárias haviam perdido menos. Mas, se Vargas implantou algumas das idéias dos tenentes depois de 1937, e até mesmo utilizou alguns dos ex-líderes tenentistas, êstes haviam perdido qualquer identidade como grupo, ou qualquer coerência como posição política.

Em suma, o Estado Nôvo era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. A despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Nôvo era uma criação altamente pessoal.[57]

O Brasil mostrou ser incapaz de achar uma solução democrática para as alternâncias de paroxismo e paralisia que se haviam seguido à morte da República Velha. À medida que passavam os oito anos de ditadura, o Brasil continuava a sofrer um processo de rápida modificação econômica e social, que impossibilitava o retôrno ao sistema político anterior a 1930. Ao fim do Estado Nôvo, em 1945, as bases sociais da política mudaram irrevogàvelmente. Se bem que o Brasil não tivesse embarcado em um programa de completa industrialização, por volta de 1945 havia já indícios significativos. Acompanhando o seu limitado desenvolvimento econômico, havia um crescimento contínuo da proporção entre brasileiros que viviam nas áreas urbanas e um rápido crescimento no volume total da população alfabetizada. As conseqüências políticas dessas mudanças econômicas e sociais foram notáveis. Os dinâmicos centros urbanos do triângulo de industrialização, com as suas três pontas localizadas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, criavam um bloco importante de eleitores urbanos. Havia ainda grandes áreas do Brasil rural onde a velha política "de cabresto" persistia, mas a política nacional, se e quando fôssem realizadas eleições livres, se tornaria inevitàvelmente um jôgo mais aberto e menos previsível.[58]

Novos Padrões de Govêrno

O Estado Nôvo trouxe mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública. Mais importante ainda, Vargas transformou as relações entre o poder federal e estadual e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um govêrno verdadeiramente nacional.

Em 1945, o Brasil herdou um executivo federal que era incomensuràvelmente mais forte que o que os revolucionários haviam tomado em 1930. O processo pelo qual o govêrno federal era constantemente fortalecido, às expensas dos governos estaduais e municipais, começou em novembro de 1930 e foi acelerado depois de 1937. Havia um aspecto político e outro administrativo nesse processo, se bem que os dois estivessem ìntimamente relacionados.

O govêrno federal aumentava seus podêres na esfera administrativa por dois modos diferentes. Primeiro, muitas funções, prèviamente exercidas por governos estaduais e municipais, foram transferidas para a área de competência federal. Antes de 1930, muitas das mais importantes funções de govêrno tinham sido exercidas pelos Estados, que gozavam de ampla autonomia. Estados como São Paulo, por exemplo, estavam habituados a negociar diretamente empréstimos estrangenros, a serem utilizados para melhoramentos tais como ferrovias e portos, ou para financiamento do programa de proteção ao café. Nas áreas fundamentais de educação e trabalho, a responsabilidade, durante a República Velha, era da competência quase exclusiva dos Estados. Imediatamente depois da revolução de 30, a situação começou a mudar. Há muitos anos, críticos da velha ordem vinham argumentando que as enormes necessidades sociais do Brasil exigiam um esfôrço nacional, de parte de um govêrno federal forte.[59] Mesmo antes que a Constituição de 1934 codificasse êsse nôvo papel, o govêrno de Vargas, em sua fase provisória, obteve, por decreto de 11 de novembro de 1930, podêres mais amplos do que jamais havia gozado qualquer govêrno anterior. Dois novos ministérios foram criados em novembro de 1930 — o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde, e a supervisão da produção e exportação de café foi transferida dos auspícios estaduais para os federais, em troca de

um mais alto nível de apoio. Novos institutos federais do pinho, mate, e sal foram montados depois de 1937 (o Instituto do Açúcar e do Álcool fôra criado em 1933). Êsses cartéis patrocinados pelo govêrno representavam uma tomada de responsabilidades federais em áreas sôbre as quais govêrno algum havia anteriormente reclamado podêres.[60]

Isto leva ao segundo método pelo qual cresceu a predominância administrativa federal: a atividade em novas áreas. A era de Vargas viu, no Brasil, um repúdio da teoria do "gendarme", segundo a qual o Estado deveria ser um policial, não um participante. A crescente intervenção federal, notadamente na economia, requeria novos órgãos federais, os quais, em retôrno, enfraqueciam ainda mais o poder relativo dos Estados e municípios. A propriedade federal de indústrias, tais como ferrovias e emprêsas de navegação, e emprêsas de economia mista, técnica preferida para estimular o investimento em indústrias básicas, depois de 1938 — correspondia à direção dessa política do Rio de Janeiro. Nesse sistema, as influências regionais só se poderiam efetivar através dos canais do govêrno central.

Nova responsabilidade em duas outras áreas — previdência social e organização dos sindicatos trabalhistas — aumentou ainda mais o poder federal. Se bem que a atividade federal nessas áreas se acelerasse sob o Estado Nôvo, e fôsse considerada por Vargas como a pedra fundamental do seu nôvo estilo político depois de 1943, tinha ela sido iniciada antes da Constituição de 1934. Fontes de renda canalizadas através dos institutos de previdência social e dos sindicatos trabalhistas, ainda que não fazendo parte das rendas federais, eram, a despeito disso, transferências supervisionadas pelas autoridades federais, e não estaduais ou municipais. A finalidade era aumentar o contato federal direto, em nível local, dêsse modo minando os alicerces da "política dos governadores", que tinha vigorado antes de 1930.

O poder dos governos estaduais e municipais fôra desgastado pela restrição de fontes tradicionais de receita tributária. As jurisdições fiscais revistas pelas constituições de 1934 e 1937, eliminando, nesse último caso, uma das maiores fontes de renda estadual: o impôsto interestadual (chamado "de exportação"). Foi êste um passo importante para a criação de um mercado nacional.[61]

Justamente com o crescimento geral da responsabilidade federal, veio um crescimento da burocracia. Esta última foi institucionalizada sob Vargas, com a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), organismo federal montado em 1938. O DASP tornou-se um instrumento importante para a melhoria dos padrões administrativos, mas também um meio através do qual Vargas podia aumentar o seu contrôle (e, para os seus sucessores, os podêres do presidente) sôbre a administração federal.[62]

Todos êsses acréscimos ao poder e à competência administrativa federal tiveram grande repercussão política. O executivo federal ganhou enormes possibilidades de empreguismo, tanto no sentido de contrôle das nomeações pela federação, quanto no sentido do favoritismo ou da discriminação inerentes ao exercício dos crescentes podêres administrativos. Incluía, por exemplo, o contrôle sôbre empréstimos a juros baixos do Banco do Brasil, projetos de obras públicas, taxas múltiplas de câmbio e contrôles de importação. Êsse aumento dos meios de contrôle político da presidência fêz-se sentir mais fortemente naquelas partes do país mais dinâmicas, pòlìticamente falando: as áreas urbanas. Dêste modo, Vargas pôde usar o executivo federal, grandemente fortalecido, para fundar o que o Brasil não tinha conseguido antes de 1930: um regime verdadeiramente nacional.

O crescimento de novas instituições políticas em nível federal, serviu a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa de um país que se ampliava; e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rêde nacional de alianças políticas.

O crescimento da centralização sob Vargas foi uma reação à descentralização imposta pelos redatores da Constituição Republicana de 1891, que desejavam desfazer o que encaravam como uma danosa supercentralização do Império. Com exceção dos paulistas, que ainda veneravam o seu regionalismo excepcionalmente eficiente, a maior parte dos que receberam de bom grado o fim da República Velha em 1930 esperava por um Brasil mais centralizado. Isso era particularmente verdadeiro com relação às classes urbanas, que não haviam con-

seguido obter, da elite política dominada pela agricultura, aquilo que elas consideravam como seu direito de representação política. Tanto os constitucionalistas liberais quanto os tenentes, sabiam que os seus propósitos tinham maiores perspectivas de sucesso sob um regime federal mais forte. Se se chegasse a uma escolha entre a anarquia e a autocracia, um número surpreendentemente grande de revolucionários de 30 optaria de bom grado pela última solução, ao menos implìcitamente.

Na realidade, êles não estavam com vontade de lutar contra a ditadura, sem primeiro ver o que esta poderia conseguir. De fato, muitas das inovações institucionais do Estado Nôvo eram apenas extensões lógicas do crescimento do executivo federal, começado na primeira fase de Vargas. Com exceção de umas poucas instituições, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, para a propaganda oficial e para a censura da imprensa, além da polícia secreta, a estrutura administrativa do Estado Nôvo era uma resposta ao desafio a governar efetivamente e, ràpidamente, transformar o país, tanto quanto era um conjunto de dispositivos para facilitar o poder pessoal de Vargas. Êste fato ajuda a explicar porque o Estado Nôvo começou e terminou com tensões sociais relativamente pequenas.[63]

Junto com as mudanças administrativas, quais eram as técnicas políticas que Vargas usava para aumentar o seu próprio poder e o do govêrno federal? Uma vez empossado na presidência, em 1930, êle se colocara face-a-face com o problema imediato de consolidar o nôvo poder do regime. Desde 1889 a política nacional tinha sido prerrogativa dos líderes dos Estados — Províncias no Império — mais poderosos. Minas Gerais e São Paulo foram os líderes neste sistema, com o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro crescendo de importância, e a Bahia e Pernambuco declinando em poder relativo. De 1930 até 1945, Vargas se esforçou para substituir esta quase-confederação por um executivo federal forte (redundando, naturalmente, em um maior poder pessoal de Vargas), a expensas das máquinas políticas estaduais. A meio caminho do período, 1937, Vargas conseguira, em escala notável, neutralizar os oligarcas políticos locais que, anteriormente, dispunham da chave da política nacional.

Foi esta manobra de desbancamento da oposição nos Estados principais que possibilitou a Vargas capitalizar a divisão, a desmoralização e a inépcia das fôrças políticas geradas pela revolução de 30. Mesmo antes do golpe de 1937, Vargas demonstrara amplamente seus extraordinários talentos de persuasão política. Poucas vêzes falhou em cultivar uma facção minoritária em Estado onde a liderança lhe fôsse hostil. Mantendo assìduamente contatos políticos íntimos com a "oposição", Vargas pôde oferecer a promessa de apoio federal, se a facção pró-Vargas alcançasse o poder. Já que as possibilidades de empreguismo do govêrno federal estavam crescendo enormemente, os favores federais podiam ser de grande valor para o político local. Poderiam significar influência sôbre as crescentes operações das autoridades federais na sua localidade. Sem o apoio de Vargas, tal influência seria muito mais difícil. Depois do golpe de 1937, seria impossível. Mas, mesmo antes do Estado Nôvo, Vargas demonstrou o quão efetivamente sabia usar a persuasão, a bajulação e a promessa de favores para explorar, em seu próprio benefício, as tradicionais lutas pelo poder no seio das lideranças políticas dos principais Estados.

Havia outros trunfos, com os quais Vargas jogava, nas suas negociações com os políticos estaduais. Para aquêles que nutriam ambições nacionais, a bênção de Vargas era quase indispensável depois de 1935, e uma condição *sine qua non* depois de 1937. Com a responsabilidade federal crescendo ràpidamente em tantos campos, como ficara comprovado pelos atos do govêrno provisório de 1930-34 e pela Constituição de 1934, qualquer político brasileiro que quisesse ajudar a dirigir os destinos de seu país, tinha que entrar ou na política nacional ou na administração federal. É óbvio o poder de manobra que Vargas havia alcançado.

Um dos alvos constantes de Vargas era o extremo regionalismo de alguns Estados, do qual a revolta de São Paulo em 1932 foi o exemplo mais edificante. Vargas apelava para o sentimento mais alto de nacionalismo, colocando-se assim em posição de superar as paixões regionais em conflito. Depois do golpe de 1937, Vargas adotou uma tática mais direta: em fins de novembro de 1937, o ditador realizou uma

cerimônia pública, na qual queimou as tradicionais bandeiras dos Estados.

Tanto antes quanto depois de 1937, Vargas fêz uso freqüente dos "interventores". Êsse era o título, como foi dito anteriormente, dado a um governador de nomeação federal e que era também investido de podêres legislativos. Quando os Estados se rebelavam, Vargas recorria a militares, como interventores. Se bem que o seu poder fôsse limitado pela própria capacidade de obter a cooperação dos podêres locais, alguns dos interventores mostraram-se representantes muitíssimo bem sucedidos da autoridade federal. Usando um punhado dêsses estratagemas, Vargas pôde, nos Estados principais, minar os clãs políticos tradicionais e criar, em lugar dêles, uma rêde de alianças locais de orientação nacional. Na época de Vargas, essas alianças eram projetadas para serem leais ao próprio presidente. Talvez o caso típico do cultivo de uma liderança estadual por Vargas fôsse Minas Gerais, cujo interventor, Benedito Valadares, foi um aliado valioso nos preparativos para o golpe de 1937. Depois da queda de Vargas, em 1945, essas lideranças estaduais favoráveis mostraram reagir bem às ordens de outros detentores do poder nacional, demonstrando que fôra montado um sistema de govêrno nacional capaz de sobreviver à ditadura.[64]

Ao explicar o sucesso político de Vargas depois de 1930, é preciso também notar que êle conseguiu se transformar em símbolo, aos olhos de muitos da nova geração, de um senso de objetivo nacional. De 1930 a 1932, foi-lhe dado explorar as idéias, o entusiasmo e a habilidade administrativa de um grupo de jovens militares (os "tenentes"), e seus aliados civis, tais como Oswaldo Aranha. Mesmo depois de muitos dêles se haverem desiludido, ou terem sido descartados por Vargas, havia outros políticos que identificavam suas esperanças com o presidente revolucionário. Francisco Campos, de Minas Gerais, autor da Constituição de 1937, é o exemplo mais famoso. Houve muitos outros, como José Américo de Almeida, da Paraíba. Alguns deveriam desertar Vargas, antes do golpe de 1937. O apoio ponderado de jovens intelectuais, geralmente oriundos da classe média, ajudava a fornecer, a cada estágio, uma aura de legitimidade a um líder que não era dado à autojustificação ideológica. Tal legitimidade intelectual era

importante para muitos brasileiros que aprovavam em silêncio as medidas de Vargas, mas que queriam receber alguma explicação racional para os atos do presidente.[65]

Se bem que o próprio Vargas não fôsse dado a alimentar um "culto de personalidade", permitia à sua agência de propaganda (DIP), tanto através dos seus escritórios nacionais quanto estaduais, a cantar os seus louvores, em publicações como *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, cujo primeiro número foi publicado em 1939. Mesmo assim, Getúlio, indubitàvelmente, olhava essa adulação com ceticismo. Aprovava-a, na medida em que absorvia a energia de alguns intelectuais que, de outro modo, ficariam inquietos, preenchendo além do mais a lacuna deixada pela supressão da política democrática. Mas a confiança de Vargas nestes instrumentos emprestados do fascismo europeu, não era, em sentido algum, irreversível. Sabia muito bem que o espírito irreverente dos seus patrícios, principalmente os cariocas, visava o ditador. Vargas, mais tarde, explicou que, durante os anos de 1930 a 1945, "o anedotário do povo foi meu guia, indicando-me o caminho certo através do sorriso amável e do suave veneno destilado pelo bom humor dos cariocas". Conclui dizendo que foi êste "respeito profundo à inteligência popular" que "criou a identidade de nossos espíritos e a comunhão entre a ação do govêrno e a vontade do povo".[66]

A despeito da sua imodéstia, Vargas tinha razão ao apontar o seu conhecimento magistral da psicologia brasileira como um dos seus grandes trunfos políticos. Pessoas que visitaram o Brasil durante o Estado Nôvo, como o jornalista John Gunther e o perito constitucionalista Karl Loewenstein, ficaram fascinados pelo modo com que o domínio político de Vargas era, em parte, baseado na sua capacidade camaleônica de personificar o caráter nacional. Os seus exasperados inimigos rotularam-no de "maquiavélico". Essa denominação era exata; Getúlio também a teria achado lisonjeira.[67]

Mas, e o papel dos partidos políticos? Como foi observado na análise das novas fôrças políticas, o Estado Nôvo foi uma saída autocrática e não-partidária para a inexperiência política do Brasil e do subseqüente impasse político de meados da década de 30. Uma inovação autêntica no plano dos partidos políticos teria sido a criação de organizações realmente nacio-

nais. Nem os constitucionalistas liberais nem os tenentes haviam sido capazes de conseguir isso, antes que os primeiros partidos nacionais — os integralistas e os comunistas — inadvertidamente deflagrassem o plano de Vargas para impor o seu poder autoritário. Já que Vargas teve grande cuidado em não criar partido governista algum, o Estado Nôvo não produziu novos partidos. O breve funcionamento do Código Eleitoral de 1932, havia, contudo, demonstrado como seria importante a organização partidária, em regime de eleições livres. A lição não se perdeu para Vargas, que, no entanto, adiou ao máximo possível qualquer pensamento de organizar o seu próprio movimento político. O sistema "não-político" do Estado Nôvo oferecia o veículo perfeito para os seus grandes talentos de conciliação e manipulação, que por sua vez dependiam de contacto altamente pessoal, com adversários e aliados.

Durante os dois últimos anos do Estado Nôvo (1943-45), Vargas teve suficiente largueza de visão para perceber que a sua ditadura não poderia sobreviver à guerra. O seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada próxima do fascismo na Europa, para a derrota do qual o Exército Brasileiro estava contribuindo com uma Fôrça Expedicionária. Assim sendo, em 1943, Vargas apoiou os esforços de um de seus lugares-tenentes de maior confiança, o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, que começou a propor as bases de um nôvo movimento político. Vargas estava prevendo o momento em que o sistema político seria reaberto, e o poder repousaria no processo eleitoral.

Essa tentativa de edificar uma nova base política fazia parte de um esfôrço, em três pontas-de-lança, da parte de Vargas, para preencher a esquerda do espectro político. Primeiramente, veio a vasta legislação da previdência social (como por exemplo, a assistência médica, as aposentadorias e pensões aos trabalhadores) da classe proletária destinada a ganhar a lealdade ao govêrno paternalista que havia implantado êstes programas. A doutrina para justificar êste sistema era o trabalhismo, que Marcondes Filho enunciou nos famosos programas radiofônicos, A Hora do Brasil, a partir de 1942. Além disso, a nova estrutura sindical era orientada sob contrôle cerrado do Ministério do Trabalho, fornecendo dessa forma ao govêrno uma importante fonte de influência na economia urbana, bem como um grande instrumento de empreguismo para converter adversários em potencial em clientes políticos. O contrôle do govêrno sôbre os sindicatos assumia diversas formas. Primeiro, só os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho eram considerados legais. À medida que a organização sindical aumentava, depois de 1941, sob pressão do govêrno, o Ministério do Trabalho ficava em condições de colocar seus agentes (mais tarde cognominados "pelegos") em posições de liderança, excluindo assim os militantes operários independentes (em especial os anarco-sindicalistas e os comunistas), atuantes durante o nascituro movimento operário de antes de 1937. A "burocratização" da estrutura sindical recebeu mais uma base institucional com a implantação da taxa compulsória de filiação aos sindicatos (impôsto sindical), no montante de um dia de salário por ano, deduzido da fôlha de pagamento do trabalhador. Os fundos eram então distribuídos entre os sindicatos reconhecidos pelo govêrno através do Ministério do Trabalho. Essa organização paternalista, imposta ao setor operário por Vargas, era parte de uma estrutura econômica corporativista global, que o govêrno do Estado Nôvo armou para tôda a sociedade urbana.[68]

A terceira tática deveria ser um Partido Trabalhista, baseado na coalizão dos sindicatos dominados pelo govêrno e das fôrças "progressistas", que Vargas esperava liderar, adotando programas de industrialização, nacionalismo econômico e previdência social. Em um discurso de 1943, expondo os seus planos políticos para o após-guerra, Vargas prometeu que os trabalhadores teriam um papel proeminente entre a "gente nova, cheia de vigor e de esperança, capaz de crer e de levar avante as tarefas de nosso progresso". Em 1944, êle conclamou os trabalhadores de São Paulo a se filiarem aos sindicatos supervisionados pelo govêrno e dessa forma participarem da necessária "modificação de mentalidade" exigida pela "rapidez das transformações da vida econômica".[69]

Os dois últimos anos do Estado Nôvo, em suma, faziam prever uma nova fase (a terceira), na carreira política de Vargas. Durante a sua primeira fase (1930-37), êle representou o duplo papel de árbitro político e de conspirador a caminho dos podêres ditatoriais. Na segunda, compreendeu a ditadura do Estado Nôvo. Agora, depois de 1943, Vargas estava,

com efeito, deitando os alicerces para sua última aparição como líder "democrático", que podia confiar no apoio de um nôvo movimento popular, e também de grupos mais estratificados, como os proprietários rurais, os industriais de São Paulo e a burocracia. Para que possamos compreender como o "terceiro" Vargas foi capaz de voltar ao poder em 1950, depois de ter sido forçado a deixar o cargo, em 1945, devemos antes examinar aquelas inovações na área da política econômica, as quais, juntamente com as modificações nas instituições políticas, deveriam fazer da era de 1930 a 1945 um divisor de águas da moderna história brasileira.

Novas Direções Econômicas

Sob a República Velha, a economia brasileira tinha sido altamente dependente de alguns produtos agrícolas — café, cacau, algodão, e borracha. O Brasil exportava êstes produtos, utilizando a decorrente receita cambial para importar quase todos os produtos manufaturados de seu consumo interno. Era uma continuação do papel histórico do Brasil na economia mundial: o de fornecedor de produtos primários tropicais e subtropicais, para as economias do Atlântico Norte. No século dezessete, o Brasil se tornou relativamente próspero com as exportações de açúcar para a Europa; no século dezoito, o ouro e os diamantes substituíram as exportações agrícolas, sem alterar a posição periférica do Brasil na economia mundial. Na segunda metade do século dezenove, o café apareceu como o nôvo grande produtor de divisas.

Mas o espectro da superprodução, e o concomitante problema das violentas flutuações de preço, haviam se tornado agudos, no século atual. De molde a aumentar ao máximo a sua receita cambial, o Brasil recorreu à prática de reter estoques de café e borracha (um importante produto de exportação até a segunda década), do mercado mundial. Esta política baseava-se na presunção de que a procura mundial de ambos os produtos, era relativamente insensível ao preço. Uma política de mercado que impedisse os estoques excedentes de causarem uma depressão nesse mercado poderia manter elevados os preços, aumentando assim ao máximo as receitas

totais em divisas. Os contrôles de mercado eram conhecidos como planos de "valorização", violentamente atacados por muitos seguidores brasileiros da estrita economia do *laissez-faire*, que argumentavam que tais tentativas de manipulação seriam a longo prazo contraproducentes e serviriam a curto prazo,[70] apenas para irritar os clientes e credores do Brasil. Mas a tentação de aumentar ao máximo a receita cambial era forte demais, especialmente aos exportadores e aos governos estaduais (no caso do café, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) que êstes Estados controlavam. Os sucessivos governos federais ficavam divididos entre as possíveis vantagens dos esquemas de valorização, por um lado e por outro lado, os contra-argumentos dos liberalistas econômicos (inclusive alguns Ministros da Fazenda) e credores e clientes estrangeiros. Na altura dos anos 30, o Brasil estava efetivamente engajado nesta forma de intervenção estatal em um setor vital da economia. Era uma situação algo paradoxal: o Brasil exportava produtos primários e importava produtos manufaturados, como sugeriam os princípios do liberalismo econômico. Mas tentava, também, aumentar ao máximo sua vantagem relativa através de contrôles de mercado — uma clara violação da doutrina econômica liberal da escola de Manchester.[71]

Na área da industrialização, contudo, os apologistas do puro liberalismo econômico haviam ganho a parada, antes de 1930. Verificavam-se, por parte dos defensores da industrialização, tentativas periódicas de alcançar tarifas de proteção mais altas e crédito mais liberal para a indústria nascente. Mas eram bastante mal sucedidos. Com exceção de uns poucos itens, como os tecidos, pràticamente todos os produtos manufaturados eram importados. A intervenção estatal em benefício da indústria, em contraste com o setor de exportação, entrava em choque com a visão predominante do papel "natural" do Brasil como economia dependente, trocando produtos primários por bens acabados.[72]

A crise de 1929 pôs em relêvo a dependência do Brasil em seus poucos produtos agrícolas de exportação. Num esfôrço desesperado para compensar os cafeicultores pela desastrosa queda dos preços do produto, o govêrno federal, depois de 1930, aumentou suas compras de excedentes de café. Se bem que a queda nos lucros dos fazendeiros fôsse amplamen-

te compensada por essa "socialização de prejuízos", tais programas não podiam deter o declínio na receita cambial brasileira, porque os preços mundiais das utilidades simplesmente não podiam ser estabilizados pelos monopólios estatais de mercado, dentro de um país produtor isolado. Com a perda de divisas, a capacidade brasileira de importação declinou ainda mais. A despeito de reduções drásticas nas importações, o balanço de pagamentos mostrou um deficit crescente (com rápidas melhorias ocasionais, como em 1934 e 1935), forçando, finalmente, o govêrno de Vargas a faltar com o pagamento dos seus débitos exteriores em 1938 e 1939.[73]

A fragilidade da posição brasileira, em meio à anarquia econômica mundial, evidenciava-se de modo dramático. Os princípios do liberalismo econômico, mesmo quando modificados pelos programas de valorização, haviam fracassado. O govêrno Vargas chegou a recorrer à queima de grandes quantidades de excedentes de café, para garantia de que nunca entrassem no mercado. Se bem que tal medida não pudesse manter os preços do café, em Nova Iorque e em Londres, à altura dos níveis anteriores à depressão, encorajou a industrialização de um modo que, aparentemente, foi mal visto na época, quer pelo govêrno, quer pelos setores econômicos de maior relevância.

A compra dos excedentes de café pelo govêrno federal, criando uma grande fonte de deficit de financiamento, evitou que o Brasil experimentasse o grave colapso na procura interna que, de outro modo, a queda da receita cambial teria trazido. A resultante manutenção da procura interna, conjugada com uma desvalorização progressiva da moeda, suficientemente rápida para manter as importações, grosso modo, em equilíbrio com a reduzida capacidade de importação, veio a ser um estímulo poderoso para o crescimento da indústria leve nacional. Os consumidores agora procuravam fontes brasileiras para os produtos que, anteriormente, compravam no exterior. Ao mesmo tempo, os investimentos, desviados para o setor de exportação, eram atraídos pelos lucros mais altos advindos da produção industrial.[74]

O surto de industrialização "espontânea" foi auxiliado, em fins da década de 30, por uma política consciente de intervenção estatal, à medida que o repúdio do Estado Nôvo ao liberalismo político trazia consigo a determinação de se afastar do liberalismo econômico. Os empresários particulares eram estimulados a prosseguir com os seus próprios esforços, enquanto o govêrno federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: a "manipulação de incentivos", tais como impostos, contrôles de câmbio, cotas de importação, contrôles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos, em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, como o petróleo e o aço.

Na primeira destas áreas, o Estado Nôvo presidiu à fixação dos primeiros salários mínimos. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho criava o aparelho sindical controlado pelo govêrno, que se tornou importante instrumento da intervenção do Estado na política salarial. Foram introduzidos ou fortalecidos outros recursos de estímulos administrativos: os institutos de previdência social e as caixas econômicas, cujos fundos de capital poderiam ser canalizados para investimentos da preferência do govêrno, o licenciamento de importações e o contrôle cambial, e o Banco do Brasil, com poder para fornecer empréstimos a sacadores indicados pelo govêrno.[75]

Na segunda área — o investimento público direto quer através de emprêsas mistas ou apenas públicas — verificaram-se precedentes de vulto durante o Estado Nôvo: a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional foi criada em 1940 e a Companhia Siderúrgica Nacional fundada oficialmente em 1941. Auxiliada por empréstimos do Export-Import Bank, construiu uma imensa usina em Volta Redonda.[76] Outras companhias mistas foram criadas antes de 1945, nos setores de minérios de ferro, processamento de álcalis, produção de motores para caminhões e aviões e o desenvolvimento do vale do São Francisco.

A intervenção do govêrno federal na economia brasileira, se bem que já estivesse explicada em têrmos de nacionalismo econômico e defesa militar, foi grandemente acelerada pela Segunda Guerra Mundial. A entrada formal do Brasil na guerra, em 1942, deu oportunidade a um esfôrço de mobilização econômica em escala total, sob a direção de João Alberto, o antigo tenente e interventor em São Paulo. A necessidade óbvia de matérias-primas e bens manufaturados, vitais para o

esfôrço de guerra, deu nova importância ao programa do govêrno Vargas, de emprêsas financiadas pelo Estado.[77]

Como os brasileiros forneceram bases vitais para a batalha do Atlântico Norte e para a linha de comunicações com o norte da África, de importância fundamental, o govêrno norte-americano estava ansioso por ajudar o esfôrço de mobilização de Vargas. O govêrno americano já se havia comprometido com a ajuda ao desenvolvimento econômico do Brasil em 1940, colocando à disposição empréstimos a longo prazo do Export-Import Bank, em troca da garantia de suas bases no Brasil. O primeiro grande compromisso foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional. Êsse apoio ao investimento público na indústria básica, em um país subdesenvolvido, refletia uma mescla de motivos, do ponto-de-vista norte-americano. Por um lado, demonstrava o desejo da administração New Deal, de Roosevelt, de dar substância econômica à política da Boa Vizinhança. Ao mesmo tempo, representava uma tentativa de realizar antigas ambições americanas de maior penetração comercial na América Latina, através das novas e heterodoxas medidas de ajuda governamental dos Estados Unidos aos programas de industrialização dirigidos pelo Estado. A boa vontade americana era, indubitàvelmente, acrescida pelo conhecimento de que Vargas havia negociado ativamente, com a Alemanha nazista, a ajuda para a montagem de uma indústria siderúrgica.

Em 1942, a participação americana no desenvolvimento econômico brasileiro tornou-se maior ainda, quando a administração Roosevelt enviou uma missão técnica para ajudar a planejar a mobilização do Brasil. O trabalho dessa missão, chefiada por Moris Llewellyn Cooke, foi o comêço de uma longa e estreita colaboração entre os planejadores econômicos dos dois governos. A Missão Técnica Americana contribuiu de maneira significativa para o que foi o primeiro levantamento sistemático dos recursos brasileiros, ainda que as recomendações da Missão para a assistência americana no após-guerra não fôssem seguidas.[78]

Vargas usou a ocasião do esfôrço de guerra para elaborar uma política de industrialização, objetivo para o qual se encaminhava desde 1937, se bem que até 1940 êle ainda não se houvesse empenhado a fundo no desenvolvimento industrial sistemático. Em 1943, Vargas anunciou com orgulho que, com emprêsas como usinas de ferro e aço, fábricas de alumínio e cobre e a exportação de minérios, o Brasil estava caldeando "os elementos básicos para a transformação de uma vasta e esparsa comunidade agrícola em uma nação capaz de prover às suas necessidades fundamentais". Para os militares, êste ponto foi tornado inequìvocamente óbvio em um discurso de 1944: "Daí tiramos a nossa primeira lição da atual guerra", observava Vargas. "Só os países suficientemente industrializados e aptos a produzir dentro das próprias fronteiras os materiais bélicos de que necessitam podem realmente ser considerados potências militares".[79]

Durante o Estado Nôvo, Vargas intensificou também o apêlo aos sentimentos brasileiros de nacionalismo econômico. A opinião nacionalista variava da suspeita elementar contra os aproveitadores estrangeiros, até sofisticadas teorias de estratificação econômica internacional. O efeito prático do nacionalismo econômico foi criar condições de apoio às medidas para a industrialização, da mesma forma que incrementou a intervenção estatal na economia.[80]

Os militares superiores eram a favor do contrôle nacional sôbre os setores que consideravam essenciais à segurança nacional.[81] Isto coincidia com o tipo de nacionalismo formulado pelos tenentes, que tanto se empenharam na luta contra o regime anterior a 30, formando nos quadros de liderança durante os dois primeiros anos do govêrno de Vargas. Os intelectuais e os estudantes, que desempenhariam um papel influente na política, nos anos que se seguiram à queda de Vargas, eram atraídos pelos argumentos do nacionalismo econômico. E a intervenção pública em setores-chave da economia, também oferecia atrativo político para a mais conscientizada classe operária urbana, cujo poder político era óbvio, caso se realizassem eleições. Finalmente, alguns detalhes da direção estatal da economia agradavam aos homens de negócios e aos consumidores brasileiros. Colocado o capital alienígena em relativa desvantagem, mui òbviamente medidas anti-estrangeiras bem que poderiam ser atraentes para os empresá-

rios nacionais, inibidos de competir com os recursos superiores dos investidores de fora. Também, alguns homens de negócios e consumidores acreditavam ser-lhes vantajoso o desenvolvimento do mercado nacional, e reconheciam que isto exigia um grande número de intervenções estatais, num país em estágio primitivo de desenvolvimento.[82]

Em suma, a industrialização do Brasil, entre 1930 e 1945, foi produto de dois fatôres: substituição "espontânea" das importações, resultante do colapso da capacidade de importação, com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café, e o deslocamento dos investimentos particulares, do setor de exportação, para a produção industrial destinada ao mercado interno; e a intervenção estatal, direta e indireta.

O crescimento da responsabilidade estatal no setor econômico não resultou de exigência popular, nem de pressão trazida à tona pelo setor empresarial; foi, antes, a reação da elite política. O único grupo importante que amparou maciçamente a industrialização foi constituído pelos militares superiores, que desejavam urgentemente uma indústria siderúrgica. A medida justificava-se por uma lógica composta de argumentos baseados em considerações de economia, segurança nacional e nacionalismo emocional. A questão da industrialização *per se* não foi amplamente debatida nesse período, nem mesmo dentro dos círculos de negócios.[83] Em fins da década de 30, contudo, os argumentos históricos do setor de exportação a respeito do papel "natural" do Brasil, como exportador de produtos primários, começaram a cair pelo próprio pêso. A prolongada depressão mundial havia mostrado, aos países subdesenvolvidos, quanto os havia tornado vulneráveis a divisão internacional do trabalho. Se o Brasil deveria emergir do seu estágio de economia agrícola de exportação para o de nação industrializada, um considerável número de costumes teria que ser abandonado. Foi êsse processo que o regime autoritário do Estado Nôvo ajudou a tornar possível. A nova política de industrialização, que Vargas endossou explìcitamente só depois do início da guerra, não foi vitória de um dinâmico setor urbano; foi uma política imposta do alto, durante uma ditadura. A teoria de uma tal política estava no

ar; as doutrinas corporativistas e fascistas na Europa, o New Deal na América do Norte, o socialismo estatal na União Soviética. Na altura de 1945, a direção da política do govêrno era irreversível. Vargas, em parte reagindo à pressão dos militares superiores, havia comprometido todos os governos subseqüentes com a responsabilidade de dirigir a economia nacional em larga escala. Mesmo o caráter de uma tal tutela pareceria, mais tarde, difícil de mudar. A Depressão demonstrou que o Brasil não poderia escolher senão a industrialização, se quisesse se transformar em uma nação moderna e numa potência mundial. A pressão inicial a favor da industrialização, sob os auspícios do Estado, partiu dos militares, cujo apoio tinha sido a condição *sine qua non* do golpe de Vargas, em 1937. As idéias e a racionalização desta política vieram de conselheiros-empresários, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Contudo, foi o hábil político Vargas que se tornou o mais conhecido padrinho da industrialização. Na área da política econômica, assim como na esfera das instituições políticas, deveria ficar provado ser mais fácil derrubar o ditador do que repudiar o seu legado.

II

Fim do Estado Nôvo; Govêrno Dutra (1945-1950)

O Ditador Perde o Contrôle

À medida que a maré da guerra mudava a favor dos aliados, em 1943, Vargas foi se preparando para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada. Em 1944, êle recebeu relatórios de críticas ao Estado Nôvo, correntes entre os oficiais brasileiros que lutavam lado a lado com o 5.º Exército Americano, na Itália. Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país.[1] A 10 de novembro de 1943, sexto aniversário do golpe, data na qual deveria ter sido realizado o plebiscito previsto na Constituição de 1937, Vargas falou à nação e prometeu que, depois da guerra, "em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro".[2] Seis meses depois, a 15 de abril de 1944, êle repetiu a promessa assegurando aos brasileiros que poderiam "se declarar e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem".[3]

Durante o Estado Nôvo, a eficiente censura de Vargas à opinião pública tinha silenciado as vozes dissidentes. Antes de 1945, houve apenas uma declaração importante da oposição. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso manifesto, pedindo a redemocratização do Brasil e citando a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o govêrno constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros.

Ao começar 1945, os protestos começaram a permear através da cortina de censura. A 26 de janeiro, o 1.º Congresso Brasileiro de Escritores, pediu "completa liberdade de expressão", e exigiu um govêrno eleito por "sufrágio universal, direto e secreto".[5] A 22 de fevereiro, ouviu-se uma voz de protesto ainda mais sensacional: José Américo de Almeida, candidato na frustrada campanha presidencial de 1937, deu uma extensa entrevista na qual explicava porque deveriam ser realizadas eleições presidenciais e porque seria "inadequado", para Vargas, candidatar-se.[6] A falha dos censores em evitar a publicação da entrevista (o órgão de censura do govêrno, o DIP, ainda estava funcionando), era um sinal claro de que o ditador estava cedendo terreno diante da oposição. O relaxamento dos contrôles do govêrno tornou mais ousadas as vozes de protesto. Poucos agora duvidavam de que o Brasil estivesse às vésperas da reabertura de seu sistema político.

As discussões sôbre a fixação das datas para as mudança constitucionais foram parcialmente acalmadas, quando o govêrno emitiu um Ato Adicional, a 28 de fevereiro, emendando a Constituição de 1937. O Ato previa que, dentro de 90 dias, seria baixado um decreto fixando a data das eleições. Imediatamente antes de Vargas publicar o Ato, foi lançado o primeiro candidato à Presidência. O Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenente e agora um dos principais comandantes da Fôrça Aérea, foi apresentado como candidato dos constitucionalistas liberais que, em breve, iriam entrar na campanha sob a égide da União Democrática Nacional ou UDN.

Em princípio de março, Vargas deu uma entrevista coletiva de imprensa, a primeira em muitos anos. Defendeu peremptòriamente a Constituição de 1937 e foi evasivo quanto à sua candidatura a presidência. Os protestos populares, já agora, saíam às ruas. A agremiação dos estudantes universitários, UNE, recentemente organizada no Rio de Janeiro, realizou um comício; uma demonstração semelhante, em Recife, provocou violências policiais e levou à morte dois estudantes.

A disposição do espírito popular tornara-se hostil. Vargas acalmou a cena, anunciando a 11 de março que não se candidataria. No dia seguinte, foi lançado um movimento para indicar a candidatura do Ministro da Guerra, General Dutra, o que foi interpretrado pela oposição como tática diversionista de Vargas. Apoiando um candidato "governista", que era eminentemente aceitável para o corpo de oficiais do Exército, o ditador poderia influenciar a política do seu sucessor. Além disso, a candidatura de Dutra abalaria o apoio potencial a Eduardo Gomes, por parte dos círculos pró-governamentais para os quais a vitória era mais importante do que os princípios. Em começos de abril, Dutra, ainda Ministro da Guerra, aceitou tàcitamente a indicação.[7]

Aumentava agora a pressão para afastar os restos de autoritarismo que obstruíam a atividade política livre. Em meados de abril, o govêrno anunciou a anistia política e soltou centenas de presos políticos, que se haviam estiolado na prisão durante o Estado Nôvo, incluindo alguns como o famoso líder comunista Luís Carlos Prestes.

Getúlio discursou em um grande comício no dia 1.º de Maio, explicando que a sua missão estava cumprida. Passou em revista as suas realizações, particularmente nas áreas do desenvolvimento econômico e da legislação social, e concluiu apoiando a candidatura de Dutra.[8] A 23 de maio, Prestes falou durante o seu próprio comício de massas no Rio de Janeiro, assinalando o começo da atividade política do Partido Comunista, recentemente legalizado.[9]

A atenção agora se concentrava no iminente decreto que marcaria a data da eleição. Foi baixado a 28 de maio, fixando a data para 2 de dezembro de 1945. A campanha presidencial ganhava impulso. Um nôvo partido político, o Partido Social Democrático, ou PSD, que tinha sido formalmente organizado a 9 de maio, apoiou a candidatura de Dutra, a 1.º de julho. Em comêço de agôsto, Dutra demitiu-se como Ministro da Guerra e foi substituído pelo General Góes Monteiro, um dos arquitetos do golpe de 1937. Em meados de agôsto, a UDN formalizou a sua campanha a favor de Eduardo Gomes, publicando uma plataforma a 17 de agôsto. Até aí, haviam sido apresentados aos brasileiros dois candidatos. Parecia não haver dúvidas de que a volta às instituições democráticas estava iminente. A atmosfera de confiança foi, contudo, conturbada por agitações da esquerda e uma equívoca manifestação no palácio presidencial.

Em princípio de agôsto, um grupo de adeptos de Vargas começou um movimento no sentido de adiar as eleições presidenciais realizando, em lugar destas, eleições para a Assembléia Constituinte. O seu objetivo era "redemocratizar" o Brasil sob os auspícios do ditador. A oposição a Vargas estava defendendo o oposto: a eleição de um nôvo presidente *antes* da redação de uma nova Constituição. A diferença era crucial, de vez que o govêrno ainda no poder poderia exercer grande influência sôbre as deliberações da Asembléia Constituinte.

Os que desejavam que Getúlio continuasse como Presidente, ou se declarasse candidato nas próximas eleições, foram denominados "queremistas", devido ao refrão por êles usado: "Queremos Getúlio". O seu lema era "Constituinte com Getúlio!" Salientando-se entre os líderes dêste movimento, estavam membros do Partido Comunista, bem como lugares-tenentes de Vargas, como Hugo Borghi, que havia começado a organizar um nôvo Partido Trabalhista Brasileiro, ou PTB.[10]

Vargas assumiu uma atitude dúbia, com relação ao movimento queremista. Não o encorajou abertamente, mas também não tentou evitar o seu crescimento. Depois do dia 2 de setembro, data de encerramento para a apresentação das candidaturas à Presidência, parecia que Vargas tinha finalmente afastado qualquer possibilidade de pedir a Dutra para desistir em favor da sua própria candidatura. A 29 de setembro, o embaixador americano, Adolph A. Berle Jr., pronunciou um discurso em que expressava "confiança" em que o Brasil realizaria eleições a 2 de dezembro, como estava programado. O discurso, examinado pessoalmente com Vargas pelo Embaixador Berle, causou uma grita por parte das esquerdas. Os comunistas e os queremistas denunciaram a "intervenção" americana, e tacharam as eleições próximas como "maquinação de reacionários".[11]

Depois de baixar os decretos destinados a "redemocratizar" o Brasil, Vargas inclinara-se para a esquerda, na sua política interna. Em junho, assinara um decreto "antitruste",

criando uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interêsses nacionais. O decreto que começou a vigorar a 1.º de agôsto, tinha por objetivo estabilizar o custo de vida, proibindo a prática do monopólio. Mencionava especìficamente "emprêsas nacionais ou estrangeiras sabidamente ligadas a associações, 'trustes' ou 'cartéis'". O decreto provocou o entusiasmo da esquerda e a indignação da direita. A UDN lançou um protesto imediato contra o decreto, considerando-o "nada mais do que um instrumento do tipo nazi-fascista, com que o ditador ameaça tôda a economia brasileira". A fúria da oposição era particularmente violenta, porque se dizia que o decreto era dirigido principalmente contra a cadeia de jornais de propriedade de um antigetulista declarado, Assis Chateaubriand. Os interêsses comerciais dos Estados Unidos também ficaram alarmados com o decreto, por motivos óbvios. Discretamente, êstes procuraram obter modificações na sua regulamentação.[12]

A 3 de outubro, 15.º aniversário do apêlo às armas de 1930, os queremistas organizaram um comício em frente ao Palácio Guanabara. Era a maior demonstração do movimento até então. Getúlio falou aos manifestantes, afirmando firmemente que não era candidato às eleições, mas acrescentou que o público tinha o "direito" de exigir uma Assembléia Constituinte, e advertiu que havia "fôrças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias tôdas à convocação de uma Constituinte". "Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depende, o povo pode contar comigo". Qualificou o encontro de "delegação da vontade popular" e agradeceu à multidão por "esta demonstração cívica de tão alta significação".[13]

A posição enigmática de Getúlio estimulava especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes. Estaria o ex-ditador planejando uma repetição de 1937, quando libertou a esquerda de molde a justificar o seu próprio golpe? Ou estaria estudando uma nova era política baseada no apoio operário militante, tal como o que Perón havia mobilizado na Argentina, a partir de seu golpe de 1943? A 10 de outubro, Getúlio deu à oposição um nôvo motivo para desconfiar das suas intenções. Baixou um decreto antecipando a data das eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais, 2 de dezembro. Já que o decreto também exigia que os titulares de cargos que desejavam se candidatar às governanças teriam que se demitir trinta dias antes das eleições, a oposição temia que os novos governantes municipais, nomeados por Vargas, pudessem manipular as eleições em benefício do candidato do presidente em exercício.[14]

As intempestivas modificações nas leis eleitorais provocaram profunda suspeita entre muitos oficiais das fôrças armadas. A UDN, igualmente temerosa, protestou contra o decreto de 10 de outubro. A volta triunfal de Perón ao poder na Argentina, a 17 de outubro, depois de ter sido deposto, apenas oito dias antes, advertia aos adversários do ditador brasileiro um exemplo do fracasso dos liberais em outra parte. A 25 de outubro, Vargas deu outro passo mais audacioso, o que foi demais para os generais. Comunicou a João Alberto, chefe de Polícia do Distrito Federal, que êste seria substituído por Benjamin Vargas, seu irmão e figura medíocre, conhecido por suas ligações com o lado mais sombrio dos negócios públicos.[15]

João Alberto comunicou a decisão de Vargas ao Ministro da Guerra, Góes Monteiro, com quem êle, João Alberto, havia concluído um acôrdo informal, mediante o qual, se um deixasse o cargo, o outro faria o mesmo. Mas Góes Monteiro não estava disposto a se demitir. Num turbilhão de atividade, mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o enigmático presidente. Góes Monteiro certificou-se dêsse apoio depois de extensas sondagens entre os oficiais superiores. Dutra foi a palácio, na tarde de 29 de outubro, para apresentar um ultimato a Getúlio: retirar a nomeação de seu irmão, ou enfrentar a sua deposição pelo Exército. Vargas recusou, ainda não convencido de que Góes Monteiro levaria a cabo o ultimato.

Já era tarde demais. Góes Monteiro havia mobilizado a guarnição local do Exército, e o palácio presidencial foi virtualmente sitiado, quando Dutra voltou ao Ministério da Guerra com a resposta de Vargas. A despeito dos esforços desesperados do Ministro da Justiça, Agamemnon Magalhães, para conseguir uma solução conciliatória, Góes Monteiro estava determinado a levar tudo às últimas conseqüências. Naquela

noite, mandou o General Oswaldo Cordeiro de Farias ao palácio presidencial, para informar a Vargas de que o seu período havia terminado. A princípio, Getúlio se recusou a aceder. Mas desistiu, quando o seu velho companheiro explicou que qualquer resistência lhe seria impossível. Quando Cordeiro de Farias perguntou se o presidente havia pensado em seus planos para o futuro, Vargas respondeu: "Quero ir direto daqui para São Borja". A partida de Vargas foi ràpidamente arranjada, e, em 30 de outubro, êle entrou em seu "exílio", no Rio Grande do Sul.[16]

O General Góes Monteiro assumiu inteira responsabilidade pela deposição do presidente, emitindo declarações sucessivas, a 29 de outubro, explicando porque a ação era necessária. Vargas foi induzido a publicar um comunicado, esclarecendo que havia aquiescido em sua própria deposição. Consolava-se com a certeza de que "a História e o Tempo falarão por mim", e recordava os brasileiros que havia sempre procurado defender as suas "aspirações e legítimos interêsses". Muito significativamente, êle afirmara: "não tenho razões de malquerença para as gloriosas Fôrças Armadas da minha Pátria, que procurei sempre prestigiar."[17]

A maneira pela qual Vargas havia partido era importantíssima. Como Góes Monteiro lembraria mais tarde à UDN, o ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército.[18] Não era, portanto, uma vitória conquistada pela influência política dos constitucionalistas liberais. Era, antes, um ato de fôrça por parte dos generais. Como havia acontecido, nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiães do poder.

Redemocratização em Marcha

Com a derrubada de Vargas, o General Góes Monteiro consultou então os dois candidatos à presidência, Eduardo Gomes e Dutra, sôbre a questão da escolha de um presidente interino. Ambos concordaram que deveria ser, como vinham pregando os líderes da UDN ("todo o poder ao Judiciário"),

o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Góes Monteiro não deixou dúvidas de que as eleições nacionais seriam realizadas a 2 de dezembro, como programado. O nôvo presidente, Linhares, repudiou o decreto de Vargas que havia antecipado a data das eleições estaduais. Substituiu os interventores e suspendeu todos os prefeitos, até depois das eleições. A substituição dêsses titulares foi feita em grande parte por membros do poder judiciário, que tinham instruções para serem imparciais nas próximas eleições.

Linhares também nomeou um gabinete de circunstância. Góes Monteiro, que insistia em se demitir do cargo de Ministro da Guerra, foi convencido pelos seus adeptos militares a assumir o pôsto recém-criado de comandante em chefe do Exército, onde continuou a ser a eminência parda. Embora o govêrno de Linhares se caracterizasse como "não-político", apressou-se em repudiar o decreto antitruste baixado por Vargas, em junho. Empenhou-se também em uma breve perseguição ao Partido Comunista, invadindo-lhe os escritórios. Essa repressão foi de vida curta, contudo, e o Partido reassumiu as suas atividades políticas.

A saída de Vargas do poder, em 1945, teve conseqüências profundas e imediatas para a política brasileira. Em primeiro lugar, ainda que abandonasse a cena o personagem central da recente história do Brasil, a sombra da sua personalidade dominaria a política brasileira, durante os anos vindouros. Em segundo lugar, o afastamento de Vargas significava a criação de uma nova estrutura legal, para acompanhar a era democrática. Os brasileiros precisariam de uma Constituição para substituir o documento autocrático de Francisco Campos, de 1937. Os partidos políticos — os mais importantes veículos da democracia moderna — teriam que ser fundados e fortalecidos. Em terceiro lugar, a volta da política democrática ofereceria grandes possibilidades para o aparecimento de desacordos e conflitos. A classe média urbana e os grupos operários centralizados nas regiões mais desenvolvidas poder-se-iam beneficiar, de vez que manteriam um importante número de votos em qualquer eleição nacional, em que o direito de voto fôsse limitado aos alfabetizados, como veio a ser na Constituição de 1946.

E quanto aos grupos de poder mais tradicionais, especialmente os proprietários de terras, que haviam manipulado a política tão livremente, antes de 1930? Êstes permaneciam os mais fortes nas áreas intocadas por mudanças econômicas significativas. Com a volta das eleições livres, era de esperar que estas áreas continuassem, mais uma vez, a mostrar os vícios políticos comuns na República Velha. Os seus "chefões" do interior ainda podiam fornecer votos sob medida, mas a sua importância dependeria do quão ràpidamente crescesse a parte urbana do eleitorado total do país. Dêsse crescente contraste entre as regiões em desenvolvimento e as tradicionais, dentro do país — contraste, muitas vêzes, mais violento ainda dentro dos próprios Estados — havia-se tornado ainda mais agudo nos quinze anos que se seguiram à revolução de 30.[19]

A divisão mais elementar da política brasileira, em meados de 1945 era entre os "de dentro" e os "de fora". Na terminologia tradicional da política brasileira, o contraste era expresso pelos têrmos "situacionistas" (donos do *status quo*) e "oposicionistas". Os "de dentro", em 1945, eram aquêles que haviam apoiado Vargas tàcitamente durante o Estado Nôvo e que representavam agora um farto manancial de votos para o candidato que lhes parecesse mais disposto a continuar as suas diretrizes básicas. Os "de fora", eram aquêles que haviam sido excluídos do poder, desde 1937, especialmente os constitucionalistas liberais. Cada grupo merece uma análise mais detida.[20]

Os "de Dentro"

No processo de transformar o sistema político brasileiro, Vargas criara uma rêde de líderes e grupos com os quais poderia contar para apoio e cooperação. Mesmo sob o sistema autoritário impôsto pelo golpe de 1937, o seu estilo político necessitava de uma astuta combinação de coerção e bajulação, dirigidas aos quadros políticos e sociais do velho estilo, que têm garantido a continuidade da moderna história brasileira. A rêde política de Vargas, não testada, naturalmente, por uma eleição durante o seu próprio mando, era formada por três grupos principais. Em primeiro lugar, havia os políticos e burocratas que se tinham beneficiado dos anos de Vargas e que preferiam um mínimo de modificações no sistema que conheciam. Eram os homens que haviam dirigido as mais importantes criações políticas de Vargas — as novas máquinas estaduais, e a nova aparelhagem governamental, grandemente aumentada. O segundo grupo, entre os "de dentro", eram os proprietários de terras e industriais que haviam prosperado sob Vargas e que manifestavam grandes incertezas quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto. Importantes, nesta categoria, eram os fazendeiros de café, e outros grandes proprietários de terras que apreciavam o completo silêncio de Vargas a respeito da questão agrária. Havia também os banqueiros e os homens de negócios que tinham aprendido a operar lucrativamente, com o crescente contrôle central sôbre o crédito e os regulamentos comerciais. O terceiro grupo era o mais nôvo elemento entre os "de dentro". Era formado pelos trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalística, fortalecida nos primeiros anos da década de 40.

Os dois primeiros elementos entre os "de dentro", tinham o seu próprio partido *par excellence*, fundado em 1945. Era o Partido Social Democrático, ou PSD. Não tinha semelhança alguma com um partido social democrático europeu, ficando mais próximo, na política tradicional brasileira, das máquinas políticas estaduais que levavam o rótulo de Partido Republicano durante a República Velha. Os instituidores do PSD começaram a se organizar em março de 1945, quando as eleições se haviam tornado inevitáveis. A maneira pela qual o partido foi fundado dava uma pista para as suas características posteriores. Os interventores, em muitos Estados, pura e simplesmente, reuniram homens públicos governistas, pedindo-lhes para colhêr as assinaturas necessárias para a fundação de um partido de acôrdo com a nova legislação eleitoral. A direção vinha de cima, já que Vargas supervisionava pessoalmente a organização do PSD, de maneira a apoiar a candidatura oficial de Dutra.[21]

Se bem que o recém-formado PSD usasse muito da linguagem dos constitucionalistas liberais, era mais uma criação dos políticos tradicionais, nas áreas rurais, do que da oposição da classe média, nas cidades. O partido era particularmente forte em Minas Gerais, onde o interventor, Benedito Valladares, havia sido íntimo colaborador de Vargas, desde a sua própria subida ao poder em fins de 1933. Paradoxalmente, o PSD atraiu também o apoio de empresários progressistas, tais como Roberto Simonsen, que encaravam a continuação da intervenção estatal como essencial a um impulso maior na industrialização. Essa combinação de industriais *nouveaux* e políticos estaduais da velha guarda, deveria dar ao PSD a sua posição "não-ideológica" *sui-generis,* no período de após-guerra.[22]

Os operários urbanos organizados — uma minoria privilegiada, dentro da fôrça total de trabalho — eram representados entre os "de dentro" pelo nôvo Partido Trabalhista Brasileiro, ou PTB. Vargas revelou mais tarde, num momento de franqueza, porque foi fundado o PTB. "Como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem às dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária, que se denominaria Partido Trabalhista Brasileiro".[23] O PTB representava o esfôrço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente. O partido foi organizado por prepostos e conselheiros de Vargas, como Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, e Alberto Pasqualini. Como Ministro do Trabalho desde 1943, Marcondes Filho havia consolidado as leis trabalhistas e ajudado a produzir a mística do trabalhismo, sôbre a qual se pudessem basear um movimento político.

A estratégia eleitoral do PTB era complicada pelo fato de que o partido havia sido profundamente envolvido no movimento queremista. A partida súbita de Vargas desmoralizou e dividiu o PTB. Alguns defendiam o apoio a Dutra; outros, privados do seu líder, foram atraídos pela militancia do Partido Comunista; outros, ainda, perderam interêsse pela disputa presidencial e concentraram-se no apoio a Vargas nas eleições para tantos postos no Congresso, quanto possível, esperando com isso avolumar a impressionante votação total para o Presidente deposto.

Os "de Fora"

Os "de fora", de 1945, mostraram ser um grupo menor do que se poderia esperar. Importantíssimos, dentro da oposição heterogênea, eram os constitucionalistas liberais. Em 1930, êles haviam apoiado Vargas na crença de que estavam iniciando uma nova era democrática no Brasil, dando assim predominância às áreas urbanas em ascensão. Ao invés disso, êles viram as suas esperanças de um regime liberal despedaçadas quando Vargas levou o Brasil para o regime autocrático do Estado Nôvo. Em fins de 1944, à medida que a maré montante da vitória aliada tornava a redemocratização uma esperança palpável, os constitucionalistas liberais organizaram um nôvo movimento político, a União Democrática Nacional, ou UDN. O título indicava a sua intenção de formar uma frente unida de oposição, tentativa que se mostrou muito mal sucedida. Com Vargas forçado pelo Exército a resignar, os liberais esperavam retomar a tarefa inacabada de quinze anos atrás. O seu candidato à presidência era o Brigadeiro Eduardo Gomes, conhecido oficial da Fôrça Aérea, que havia sido um dos jovens militares rebeldes da década de 20 e um revolucionário de 30, mas que se havia oposto à virada autocrática dos acontecimentos de 1937.[24]

Eduardo Gomes recebeu a herança política de Armando de Sales Oliveira, principal candidato de oposição na abortada campanha presidencial de 1937. Naquela campanha, Sales Oliveira falava em nome dos paulistas frustrados a quem havia servido como Governador, de 1935 a 1937. Lutara, contudo, para dar amplitude nacional ao seu apêlo. Forçado a se exilar pelo golpe de novembro de 1937, viveu no exílio para voltar ao Brasil a 7 de abril de 1945. Chegou ao solo brasileiro atacado de doença incurável e morreu a 17 de maio, com tempo apenas para testemunhar as dores de parto do renascimento democrático do Brasil.

Sales Oliveira sempre reconhecera que os políticos brasileiros estavam sujeitos ao veto militar. Foi o seu apêlo ao Exército, às vésperas do golpe de novembro de 1937, que for-

çou Dutra e Góes Monteiro a anteciparem de cinco dias a data do golpe. Durante todo o seu exílio, Sales Oliveira continuou a apelar para o Exército com a única fôrça que poderia pôr fim à ditadura que êste mesmo Exército havia endossado em 1937. Os seus constantes apelos eram prova convincente da fraqueza dos constitucionalistas liberais. Incapazes de dissuadir o alto comando do Exército do golpe de 1937, êles só poderiam esperar o seu reingresso na arena política, se convencessem os militares a reencaminhar o Brasil para a sua senda democrática. Nunca ocorreu a Sales Oliveira, durante todos os anos de exílio, atacar o Exército por haver desbaratado a democracia em 37, ou organizar um movimento revolucionário. Qualquer das duas atitudes teria violado a lei implícita da política brasileira, que êle, como membro preeminente da elite, instintivamente apoiava.

Atacar o Exército teria sido atacar a própria lógica do sistema, e teria levado à conclusão de que o papel do Exército, em 37, tinha sido mal concebido. Para os constitucionalistas liberais, não era o *direito* do Exército de intervir, mas os resultados de sua intervenção, que tanto mal havia feito ao Brasil. Reconhecendo o poder de arbítrio do Exército, e até mesmo glorificando êste papel, os constitucionalistas liberais aguardavam uma nova intervenção em seu benefício. Escrevendo do exílio, em Nova Iorque, em dezembro de 1939, Sales Oliveira colocava a questão da seguinte forma: "Fora do Exército, não há solução para a crise do Brasil. A união só o Exército a pode realizar, porque é a única fôrça nacional não desorganizada pela demência autoritária". Continuava dizendo que encarava o Exército "com uma confiança ilimitada" e sugeria que o povo brasileiro desejava que o Exército assumisse o poder "nesta hora de supremas ameaças para assegurar a ordem interna e o respeito externo, até que a Nação, unida, delibere".[25]

Um mês depois da promessa de Vargas, de novembro de 1943, no sentido de redemocratizar o Brasil depois da guerra, Sales Oliveira publicou (desta vez de Buenos Aires), outra "Carta aos Brasileiros". Nessa mensagem, identificava as esperanças dos constitucionalistas liberais mais ìntimamente com o Exército: "Do povo é o Exército a imagem, nestas fases de guerra mais do que nunca. Do povo tem êle as qualidades

e os defeitos. Sentindo que a opinião dos oficiais estava se voltando contra o Estado Nôvo, Sales Oliveira era solidário com a sua angústia. "A verdade é que o Exército sofre, e, em certo sentido, é mais infeliz que o povo, porque os galões são antenas sensíveis, que devem recolher desde muito longe os funestos presságios de humilhação da Pátria".[26]

A identificação dos constitucionalistas liberais com o corpo de oficiais tinha uma base classista natural. O corpo de oficiais brasileiros era recrutado principalmente entre a classe média, da qual dependiam também os constitucionalistas liberais. Era, portanto, lógico que políticos, como Sales Oliveira, presumissem que lhes compartilhavam um interêsse comum com os militares.[27]

Mesmo quando o ditador já cedia abertamente terreno, durante os primeiros nove meses de 1945, os constitucionalistas liberais, organizados na UDN, tinham os olhos postos no Exército, para a proteção dos seus direitos. Em outubro de 1945, por exemplo, a UDN mandou um rosário de queixas ao Ministro da Guerra, contra a atuação parcial de autoridades governamentais que permitiam a violência, alegavam êles, para perturbar a campanha eleitoral da UDN.[28] Depois do comício queremista de 3 de outubro, a UDN protestou que "o continuísmo" estava no ar, como ficara evidenciado pelo "caráter subversivo" do comício.[29] A 29 de outubro, o Exército finalmente fêz o que os constitucionalistas liberais haviam esperado durante tanto tempo — depôs Vargas. O fato de ter sido o Exército que depôs o ditador privou a oposição, especialmente a UDN, da oportunidade de reclamar para si o mérito de haver conjurado a ameaça à democracia brasileira. Com Vargas fora do pôsto, um dos principais objetivos da UDN tinha sido alcançado, se bem que o puro sentimento anti-Vargas continuasse a manter a coesão do partido. O pêso da campanha teria agora que repousar na simpatia ao seu candidato e na sua posição quanto a importantes questões de organização política e econômica. Eduardo Gomes, o candidato da UDN, contava com o apoio de grupos de homens de negócios nas cidades principais, inclusive no nordeste, bem como de alguns proprietários de terras, a quem recorria também o PSD. Êle incluía entre os seus partidários muitos membros eminentes da elite política brasileira, tais como o ex-pre-

sidente Artur Bernardes (Minas Gerais) e Oswaldo Aranha, ex-embaixador em Washington e ex-Ministro da Relações Exterioses. Aranha apoiou o candidato da UDN, em parte porque sentia mágoa de ter visto cortadas as suas próprias ambições presidenciais, quando Vargas o forçou a renunciar como Ministro do Exterior em 1944. Eduardo Gomes era apoiado também pela maior parte da imprensa, liderada pelos seus magnatas, Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais *Diários Associados*, Herbert Moses (*O Globo*), e Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*).[30]

O programa de Eduardo Gomes dava destaque aos aspectos jurídicos da redemocratização do Brasil. No setor econômico, Eduardo Gomes e a UDN pediam uma política cautelosa de industrialização. Advertiam contra o uso do Banco do Brasil "para a criação de indústrias novas e financiamento das inviáveis". Pediam a "colaboração do capital estrangeiro", opunham-se às "barreiras fiscais" e recomendavam um "saneamento financeiro". A plataforma da UDN de 17 de agôsto apoiava a proteção à indústria, sòmente se ela estivesse "dotada de um equipamento moderno que reduza o preço da produção". Herbert Levy, que seria mais tarde um dos principais líderes da UDN, frisou o perigo comunista e advertiu que a elite deveria se adaptar, a fim de "assumir a direção das transformações que se tornaram imperativas no nosso tempo".[31]

Em essência, a UDN estava recomendando uma volta aos princípios do liberalismo, tanto em política quanto em economia (o "liberalismo" econômico na acepção de Manchester). A sua fórmula era desmantelar o aparelhamento de contrôle do tempo de guerra, abolir as barreiras que obstruíam o livre curso de homens e de capitais e por esta forma permitir o funcionamento das fôrças econômicas espontâneas. Não propuseram, contudo, a abolição da Legislação previdenciária, nem, e é interessante notar, o desmonte da estrutura corporativista, especialmente o sistema de sindicatos manobrados pelo govêrno, que havia sido deixado por Vargas.

Dada a importância do assunto, na política brasileira de após-guerra, vale a pena frisar o quanto era dúbia a posição da UDN na questão da industrialização. Clamando a favor do prosseguimento da industrialização, não se esclarecia qual a atitude que tomaria se o crescimento industrial do

Brasil viesse a ser impedido pelo emprêgo das regras do jôgo da economia clássica. Além disso, os grupos comerciais e os consumidores urbanos, que formavam uma parte importante das fileiras da UDN, certamente se oporiam a medidas econômicas que tornassem os bens manufaturados mais custosos a curto prazo.

Um grupo muito diferente entre os "de fora", nas eleições de 1945, foram os comunistas. Clandestinos, desde a abortada revolta de 1935, êles ressurgiram à hora da abertura democrática. Os candidatos do partido e o dogma marxista encontravam uma larga receptividade, especialmente no seio da nova geração, que pouco tinha conhecido além da estéril tutela intelectual e política do Estado Nôvo. O Partido Comunista do Brasil, ou PCB, estava em posição difícil em 1945. Era o único Partido Comunista da América Latina que havia tentado uma revolução violenta. O desastroso fracasso dessa revolta, em 1935, redundou em formidável passivo político. A revolta havia começado com o assassinato de oficiais do Exército, fornecendo dessa forma provas para os generais anticomunistas, como Góes Monteiro e Dutra, afirmarem que a "ameaça bolchevista" justificava medidas de repressão. Anticomunistas militantes, inclusive muitos constitucionalistas liberais, citavam constantemente 1935 como prova de que o Partido Comunista não tinha lugar num sistema democrático.

Mas a anistia geral, em 1945, e o nôvo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao Partido Comunista reorganizar-se como fôrça política. A atmosfera de triunfo sôbre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil havia participado, ajudou a ressuscitar a reputação do Partido Comunista dentro do país. O partido, portanto, gozava do prestígio moral de identificação com o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Vargas, em abril de 1945.

O próprio Luís Carlos Prestes era o grande trunfo do partido. Como o "cavaleiro da esperança", da década de 20, havia gozado de grande prestígio pessoal, inclusive entre alguns membros da classe média. Depois de haver saído da

prisão, em meados de abril, Prestes discursou durante um grande comício no Rio de Janeiro, a 23 de maio, pregando a "unificação nacional", com vistas a uma "Assembléia Constituinte". Dirigiu-se especialmente aos "comunistas e antifascistas conscientes" como "nestes dias de agitação, em que se prega a desordem e se fala abertamente de golpes armados, o esteio máximo da ordem e da lei".[32]

Para surprêsa de muitos adeptos, Prestes delineou uma estratégia de frente popular que incluía o apoio à continuação de Vargas no poder. A política do Partido Comunista era apoiar o pedido de uma Assembléia Constituinte, enquanto que ao mesmo tempo dava preferência ao adiamento das eleições presidenciais. A estratégia dos comunistas, portanto, coincidia com a dos queremistas, e levantava a suspeita de que havia um acôrdo entre Vargas e Prestes. Teria Vargas "alforriado" Prestes em troca do apoio dêste último ao movimento queremista? Era realmente verdade que os comunistas tinham sido importantes para ajudar a organização do comício queremista à porta do palácio presidencial, a 3 de outubro? Êles estavam também se infiltrando ativamente nos movimentos sindicais oficiais e estavam animando comícios operários queremistas "antifascistas"?

Depois que Vargas foi deposto, a 29 de outubro, a liderança do Partido Comunista foi lançada em confusão momentânea. A breve supressão do partido provocou temores de que o seu *status* legal poderia estar no fim. Mas foi-lhe permitido continuar agindo e proceder à indicação de candidato próprio à presidência. Em meados de novembro, o Partido escolheu Iedo Fiuza, engenheiro civil, ex-prefeito de Petrópolis e não-comunista. Como esclareceu Prestes, em um discurso da campanha, no Recife, em fins de novembro, o PCB acreditava que o Brasil ainda não estava pronto para um govêrno comunista. O êrro de novembro de 1935 não se deveria repetir. Prestes exortava seus ouvintes a apoiar o "candidato civil". Ao mesmo tempo, contudo, o PCB continuava a sua vigorosa campanha para eleger os seus próprios deputados e senadores dentro do nôvo Congresso.[33]

Nos outros setores da esquerda havia pouca atividade importante. Dentro da UDN, havia uma pequena ala da Esquer-

da Democrática, que de fato se separou do udenismo em 1946. Nem então, nem mais tarde, conseguiu influência dentro daquilo que, em si mesmo, já era um partido minoritário. Igualmente significativo foi o fato de que a ressurreição da competição política livre não conseguiu produzir nenhum partido socialista independente de importância. Em lugar disso, a esquerda foi preenchida pelo Partido Comunista e pelo nascente Partido Trabalhista Brasileiro, que era, na realidade, um pilar entre os "de dentro", e que apoiou intensamente Dutra, candidato do PSD, no resto da campanha presidencial.[34]

A Constituição de 1946; Um Nôvo Brasil?

Às vésperas da eleição de 2 de dezembro de 1945, a situação era a seguinte: tanto os "de dentro" quanto os "de fora" não comunistas haviam apresentado, como candidatos, militares de alta patente, esperando dar às respectivas campanhas roupagens não-partidárias. O General Dutra, o incolor mas respeitável candidato dos "de dentro", parecia prometer uma continuação do sistema de Vargas, sem as características totalitárias. Sua campanha era discreta e dirigida a capitalizar o apoio da rêde política dos *situacionistas,* antigos e novos, herdados de Vargas. Êstes, "de dentro", estavam confiantes na fôrça da sua máquina eleitoral nas áreas rurais e urbanas dos maiores Estados, especialmente Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os políticos liberais de oposição não tinham nenhum baluarte geográfico, e pareciam basear a sua confiança na crença de que o seu papel na mobilização da opinião pública contra Vargas havia conquistado, para êles, um direito natural a ter a sua vez no poder. Os comunistas ofereciam uma crítica radical ao sistema político e econômico inteiro, enquanto esperavam ganhar votos através de um apêlo "não-revolucionário".

Enquanto a oposição, especialmente a UDN, se queixava amargamente das vantagens de que gozavam os candidatos "oficiais", os adeptos de Dutra mostravam-se preocupados com a inabalável incapacidade do general de suscitar o entusiasmo dos eleitores. Em setembro, os principais líderes do PSD tiveram um encontro e concordaram unânimemente que a can-

didatura não era mais "viável". João Alberto, ex-chefe de polícia do Distrito Federal e importante partidário de Dutra, confessou que a campanha do general se havia tornado "pesada". Decidiram que deveria ser mandado um emissário a Dutra, pedindo-lhe para retirar a sua candidatura em favor de um nôvo candidato oficial. Mas a missão fracassou, quando Góes Monteiro, um dos líderes do PSD e firme adepto de Dutra, ameaçou renunciar, se o ultimato levasse o apoio do ditador deposto. Vargas negou qualquer conhecimento da decisão e o assunto morreu.[35] Mesmo depois de Vargas deposto, os adeptos de Dutra continuaram a se preocupar com êle. Dutra estava irritado porque Vargas havia feito muito pouco, depois de 29 de outubro, para apoiá-lo na campanha. Virtualmente nas vésperas da eleição, a 28 de novembro, Vargas foi, finalmente, induzido a emitir uma nova declaração apoiando o candidato do PSD. Êste apoio a Dutra era sem muita convicção, e Vargas advertia de que "estarei ainda ao lado do povo contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato".[36]

As eleições realizadas a 2 de dezembro foram, como é da opinião geral, dirigidas com imparcialidade, e se passaram sem maiores incidentes. Os adeptos de Dutra não precisavam ter-se preocupado. O ex-Ministro da Guerra obteve 55 por cento da votação nacional, com inclusive uma confortável margem de diferença nos Estados-chave: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Eduardo Gomes recebeu 35 por cento dos votos. Muito surpreendente foi a relativamente grande votação do candidato comunista, Fiúza, que recebeu 10 por cento do total nacional. Nas eleições para o Congresso, o PSD ganhou 42 por cento dos votos (151 cadeiras), a UDN, 26 por cento (77 cadeiras), o PTB, 10 por cento (22 cadeiras) e o PCB, 9 por cento (14 deputados e um senador).[37] Os votos restantes e as respectivas cadeiras foram para candidatos de partidos menores. A conclusão era inevitável: mesmo com Vargas substituído por um candidato apagado, a frágil aliança presidencial dos "de dentro" podia sobreviver a uma eleição livre.

As eleições de 2 de dezembro de 1945 prepararam o terreno para a redemocratização do Brasil. Tendo empossado o seu nôvo presidente em janeiro de 1946, o país se preparava para refazer a sua Constituição pela quarta vez, desde a queda do Império, em 1889. A Ordem dos Advogados do Brasil indicou uma lista de destacados estudiosos em legislação, para propor a substituição da estrutura autocrática imposta em 1937. O nôvo Congresso reuniu-se em Assembléia Constituinte e debateu sucessivos projetos constitucionais.[38]

Em setembro de 1946 aprovaram uma versão final e o Brasil teve uma nova Constituição. Como em 1934, ela englobava tanto as esperanças dos constitucionalistas liberais quanto as dos que eram favoráveis a um govêrno federal forte. Como em 1934, foram incluídos elaborados dispositivos, destinados a assegurar eleições livres e direitos cívicos. Mas não houve retôrno ao sistema descentralizado que vigorava antes de 1930. Na realidade, os representantes à Assembléia Constituinte de 1946 não faziam segrêdo da sua oposição a um renascimento da antiga "política dos governadores". O executivo, muito ampliado, criado por Vargas, permaneceu virtualmente intacto, se bem que a oposição liberal tivesse, durante a campanha eleitoral de 1945, feito acusações no sentido de que êste executivo havia sido usado para fins eleitorais pelo Partido Social Democrático. O eleitorado foi formado com a exclusão dos analfabetos e dos convocados para as fôrças armadas. Esta exclusão de mais da metade do eleitorado brasileiro deveria ser mais tarde alvo de propósitos reformistas e aceso debate.[39]

O Govêrno Dutra

Dutra logo se mostrou um presidente tranqüilamente apolítico. O seu período presidencial foi caracterizado por freqüentes apelos por um retôrno à "tranqüilidade".[40] Dutra gozou de uma lua-de-mel política durante o seu primeiro ano, quando a UDN cooperou com o seu govêrno nas tarefas imediatas de reconstrução do após-guerra. Não foi senão depois da aprovação da nova Constituição, em setembro, que a política se tornou francamente partidária. Naquele mês, o Presidente Dutra escolheu um nôvo gabinete moderadamente conservador, em suas características gerais. O nôvo Ministro das Relações Exteriores, por exemplo, Raul Fernandes, era mem-

bro destacado da UDN. O Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, era um anticomunista declarado. O Ministro da Fazenda, Corrêa e Castro, prometia tomar medidas monetárias ortodoxas, de forma a deter a inflação nascida dos racionamentos do tempo de guerra. A UDN, contudo, fumegava, com o seu papel diminuto no nôvo govêrno. Seus líderes achavam que o regime de Dutra, que repousava na mal alicerçada máquina política do PSD, havia permitido a um demasiado número de protegidos de Vargas permanecerem nos cargos. A despeito dos esforços de alguns líderes da UDN, o partido entrou em oposição aberta ao govêrno de Dutra.[41]

Em dezembro de 1946, os problemas do govêrno Dutra se complicaram, quando o popular ex-ditador rompeu abertamente contra o govêrno. Vargas havia estado ativo, organizando o nascente Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Eleito senador sob a legenda do PSD, Vargas incitava aos trabalhadores brasileiros a se alistarem no PTB. Seguia a estratégia característica de manter um pé em cada campo, esperando desta forma uma larga margem de apoio para um retôrno político. Tentou acalmar com explicações a grita levantada pela sua aparente deslealdade ao partido do presidente Dutra, mas a sorte estava lançada. Juntamente com uma Constituição democrática, o Brasil havia retomado a política partidária.[42]

Linhas Políticas: Fluidez e Rigidez

A mais implacável oposição a Dutra partia do Partido Comunista, que ressurgiu em 1945 como o mais forte partido comunista da América Latina. Nas eleições de dezembro, o Partido elegera para a Assembléia Constituinte quinze membros, que atacavam violentamente os dispositivos neoliberais inscritos na Constituição de 1946. Havia choques periódicos entre a polícia e os militantes comunistas. Êstes não demoraram em criticar o grande apêlo que o govêrno de Dutra fêz aos investidores estrangeiros. Em março de 1946, Prestes chegou mesmo a declarar que ficaria

ao lado da União Soviética no caso de uma guerra entre aquêle país e o Brasil. Em maio de 1946, o govêrno de Dutra expurgou todos os funcionários públicos conhecidos como membros do Partido Comunista. Em agôsto, o PCB foi presenteado com uma excelente oportunidade de fazer propaganda. O General Eisenhower, herói do teatro de guerra europeu, onde haviam lutado as tropas brasileiras, visitou o Rio de Janeiro. Numa recepção oficial, o líder da UDN, Otávio Mangabeira, deu um jeito de conseguir beijar a mão do general americano. Os ultranacionalistas sentiram-se ultrajados, levantando uma tal onda que o assunto chegou a encapelar o Congresso que, finalmente, votou a favor da atitude de Mangabeira.[43]

O Partido Comunista estava fàcilmente encontrando terreno fértil para suas atividades. Os preços subiram ràpidamente e os comunistas se infiltravam com sucesso na liderança de muitos sindicatos. Conseguindo uma importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurada uma base de massas. As eleições estaduais e suplementares para o Congresso, em janeiro de 1947, confirmaram essa suposição. O PCB manteve a sua posição como o quarto mais poderoso partido do país e acrescentou dois novos deputados, elevando o total a dezessete deputados e um senador, ao mesmo tempo elegia quarenta e seis membros em quinze legislaturas estaduais e dezoito na Asembléia do Distrito Federal, sendo assim a maior bancada na Câmara da capital brasileira. No Estado de São Paulo, o PCB chegou mesmo a substituir a UDN como o terceiro partido na votação total.[44]

Defrontando com essa crescente fôrça, o govêrno de Dutra decidiu usar a repressão. Fôra incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos "antidemocráticos" poderiam ser impedidos de participação aberta na política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do govêrno e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947. Esta atitude foi apoiada, sem causar surprêsa, pelo Exército, que havia sido um bastião da ideologia anticomunista oficial desde a revolução comunista, em novembro de 1935. Também havia sido apoiada pela maioria dos constitucionalistas liberais que acompanharam os padrões de 1935 a 37 e engoliram as suas dúvidas quanto a privar os "antide-

mocratas" dos seus direitos democráticos. Êles concordaram claramente com os "de dentro", que a militância dos comunistas, combinada com o alarmante crescimento de seus podêres eleitorais, poderia ser uma fôrça realmente dissolvente.[45] A supressão oficial do Partido Comunista coincidiu também com o início da guerra fria. Os anticomunistas brasileiros podiam, portanto, encontrar no exterior uma pronta justificativa para os seus atos.

O govêrno de Dutra valeu-se dessas circunstâncias para derrubar os líderes trabalhistas da ala esquerda. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, esquerdista, organizada em 1946, foi declarada ilegal e o govêrno federal "interveio" em 143 sindicatos (num total de 944) "para eliminar os elementos extremistas".[46]

A outra importante voz de oposição ao govêrno Dutra foi a do ex-ditador, agora inquieto no seu "exílio" auto-impôsto no Rio Grande do Sul. Vargas participou ativamente da campanha para as eleições de janeiro de 1947, apoiando os candidatos do PTB para o Congresso e os do PSD para as governanças estaduais. Já estava experimentando a estratégia que o reconduziria ao palácio presidencial.

A supressão do Partido Comunista criou um vazio na esquerda. O PTB, cuja criação Vargas havia encorajado em 1945, especìficamente para mobilizar o apoio da classe operária em seu benefício, movimentou-se ràpidamente para ocupar o terreno deixado pelo PCB. Durante a campanha para colocar fora da lei os comunistas, Vargas havia procurado dissociar o PTB do comunismo, que êle rejeitava como "destituído de idealismo construtor".[47] Uma análise das eleições para a Assembléia Legislativa de São Paulo, em janeiro de 1947, mostrava que a votação da classe operária estava dividida entre o PCB e o PTB. Com o desaparecimento do primeiro, o PTB deveria certamente se beneficiar.[48]

Nessa altura de sua carreira, Vargas personificava, de um modo preliminar, um nôvo estilo populista político. O têrmo "populista" era um tanto impreciso. Veio a ser usado para denominar um estilo de procedimento político em uma situação na qual o eleitorado urbano de massas mostra receptividade a um líder atraente, que recorre a um apêlo direto e emocional, baseado em considerações econômicas de variável sofistica-

ção ideológica. O político populista seria imprevisível antes de 1930, e êste seu sucesso pressupõe um voto relativamente livre. É um líder personalista, cuja organização política gira em tôrno das suas próprias ambições e da sua própria carreira. É temido, naturalmente, pela direita, devido ao transtôrno que poderia trazer ao *status quo*. Desdenhado pela esquerda marxista disciplinada, pela sua irresponsabilidade e "mistificação" das massas, nos últimos vinte anos, os políticos populistas mostraram ser formidáveis imantadores de votos no Brasil.[49]

O populista mais notável da era de Dutra foi Ademar de Barros. Produto de uma antiga família paulista, fôra interventor de Vargas em São Paulo, de 1938 a 1941. Inteiramente familiarizado com as técnicas dos "de dentro", poderia indubitàvelmente ter continuado como um manipulador bem sucedido daquele sistema, depois que Vargas foi forçado à renúncia. Mas Ademar tinha uma ambição compulsiva que o impelia a se mostrar com uma nova forma política. Misturando ao empreguismo generoso, vistosas obras públicas e uma campanha pitoresca, de um estilo que lembrava Tammany Hall ou Huey Long, êle se mostrou notàvelmente bem sucedido. Para surprêsa de quase todos os políticos da velha guarda, Ademar arrebatou a governança de São Paulo, em 1947.

A eleição de Ademar foi um *tour de force*. Durante a campanha, fêz acôrdo declarado com o Partido Comunista, em troca do apoio dêste. Isso lhe valeu uma grande quantidade de votos da classe operária, e levantou também a raiva dos políticos conservadores e de oficiais do Exército que questionavam abertamente o direito de Ademar ser empossado. No entanto, Ademar conseguiu atrair uma grande faixa da classe média, provando dessa forma a alguns observadores (e isto não perdia, para Vargas), que nem o PSD, nem a UDN, eram veículos satisfatórios para a opinião da classe média. Foi permitido a Ademar assumir o cargo, onde êle começou um pitoresco govêrno de quatro anos. Entre os seus adeptos mais desabusados, o lema era "rouba mas faz".[50]

O estilo político personalista e "corrupto" que Ademar adotou era uma resultante lógica do aumento súbito do número de eleitores. Os políticos elitistas de antes de 1930 tinham poucas esperanças de alcançar sucesso com os seus mé-

todos antigos, em meio ao eleitorado de massas criado pelo processo acelerado de urbanização. Como populista, contudo, Ademar foi algo decepcionante. Êle não constituiu na verdade ameaça *aparente* à ordem econômica e social estabelecidas. O seu *approach* era essencialmente a política de "bem-estar social", da década de 1930, levada às últimas conseqüências eleitorais, combinada com um astuto desejo de cooperar com os centros de poder já existentes em São Paulo. Ao mesmo tempo, Ademar estava organizando o seu próprio partido, o Partido Social Progressista, ou PSP, o qual, em 1950, iria obter o maior número de votos do Estado.[51]

No final da presidência Dutra, ainda não havia aparecido um político populista significativo da esquerda. Ademar não tinha procurado explorar os sentimentos populares de nacionalismo econômico, uma tônica que, mais tarde, viria a ser o pau-para-tôda-obra dos populistas da ala esquerda. Mas o nôvo estilo e o efeito que causava haviam sido amplamente demonstrados.[52]

O Ziguezague Econômico

A história econômica da presidência de Dutra pode ser dividida em duas fases: 1946-47 e 1947-50. No primeiro período ensaiou-se o retôrno aos princípios do liberalismo do *laissez faire*, uma política que foi abalada pelo rápido esgotamento das reservas brasileiras de divisas e do resultante deficit no balanço de pagamentos em 1937. A reintrodução de contrôles cambiais, em junho de 1947, marcou o comêço da transição para o segundo período, com o aceleramento da "industrialização espontânea" e uma inclinação para formas rudimentares de planejamento geral dos gastos federais.[53]

Os homens que haviam redigido a Constituição de 1946 foram fortemente influenciados pelas idéias do liberalismo econômico, do qual o Estado Nôvo se havia desviado. Como o fim do Estado Nôvo coincidia com o fim da guerra, os advogados e os políticos anti-Vargas estavam tentando rejeitar a intervenção estatal, que havia sido identificada com ambas as coisas. Em parte, eram motivados pelo desejo de evitar a continuação, no futuro, daquilo que consideravam como o uso

político ilegítimo dos contrôles econômicos do passado. Ao mesmo tempo, à medida que surgia a nova Constituição, em 1946, o govêrno Dutra ràpidamente desmontou o aparelho *ad hoc* de contrôles diretos dos tempos da guerra. A resposta do nôvo govêrno à inflação oriunda da guerra foi abrir o país à importação de bens manufaturados no exterior. Isso parecia ainda mais lógico, em vista das grandes reservas de divisas acumuladas durante a guerra. Os Ministros da Fazenda, em 1946 e 1947, procuraram, portanto, satisfazer a procura em suspenso, e combater o aumento de preços através de uma generosa política de importação.

Combinada com essa inclinação para a política de taxa de câmbio flutuante e livres movimentos de capital, havia uma política de restrição no tocante à economia interna. Preocupado com o aumento do nível de preços, o govêrno Dutra, em 1946, não empreendeu medidas efetivas para expandir a capacidade industrial interna. O Ministro da Fazenda Correia e Castro, no seu Relatório anual, referente a 1946 datado de maio de 1947, observou que o crédito bancário deveria ser "organizado em moldes clássicos" e advertiu contra "manobras bancárias oportunistas". Sublinhou que "o retôrno às normas do livre comércio", criaria "um clima de confiança propiciadora do aumento de produção".

Quanto ao destino econômico do Brasil, o Ministro da Fazenda foi franco. Qualificou o Brasil como um "país essencialmente agrícola" e acrescentou: "É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados".[54]

A política econômica do início do govêrno Dutra, baseada em um mínimo de contrôles em cada setor, bem cedo se mostrou contraproducente. As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US$708 milhões, foram virtualmente dissipadas depois de ano e meio. Os pequenos saldos externos que sobraram estavam em contas bloqueadas, reduzindo o ativo líquido no exterior a apenas US$92 milhões, no fim do primeiro trimestre de 1947. A política de satisfazer a procura interna mantendo um alto nível de importações entrara em choque

com o fato da limitada capacidade do Brasil para importar. Em essência, o Brasil tentara voltar ao nível de importações que havia prevalecido em 1929. Mas a renda nacional crescera de 50 por cento sôbre a de 1929, ao passo que a capacidade de importação permanecera a mesma. Um equilíbrio a curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma dentre duas medidas: a desvalorização ou o contrôle do câmbio. Escolhendo esta última, o regime de Dutra, provàvelmente sem perceber as implicações de sua própria atitude, forneceu um poderoso estímulo à industrialização brasileira.[55]

Em junho de 1947, o govêrno introduziu um conjunto de contrôles cambiais que estabeleceu um drástico sistema de importação, ao mesmo tempo que mantinha a alta valorização da moeda brasileira. Mesmo que o govêrno declarasse não se haver afastado da sua anunciada política de combate à inflação com a manutenção das importações, na prática os regulamentos trabalhavam contra os bens de consumo e em favor de artigos essenciais, tais como combustíveis, equipamentos e maquinaria. Já que a procura interna continuava elevada, havia forte incentivo para a expansão da indústria brasileira. Além disso, a manutenção de um alto valor oficial do cruzeiro agia como desestímulo do setor de exportação, desviando assim os investimentos para a produção destinada ao mercado interno. O surto resultante no desenvolvimento econômico do Brasil, da mesma forma que a substituição das importações na década de 30, foi chamado a fase da "industrialização espontânea".

Êste processo não foi, de modo algum, produto de uma política deliberada por parte do govêrno Dutra. Ao contrário, resultou de medidas destinadas à solução de problemas imediatos, tais como a inflação interna e o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Os contrôles cambiais de 1947 agiram de modo semelhante à política de apoio ao café da década de 30, já analisada. Nenhuma das duas políticas se destinava a promover a industrialização, mas ambas tiveram êste efeito. Do ponto-de-vista dos que defendiam a industrialização do Brasil, são exemplos de "sonambulismo" no planejamento da política econômica.[56]

A industrialização dos dois últimos anos do período de Dutra foi ajudada por uma política de crédito mais liberal, incluindo-se aí empréstimos do Banco do Brasil a diversos setores-chave da indústria particular, como, por exemplo, a emprêsa Klabin, que construiu uma fábrica de celulose no Paraná, e a Acesita, para a produção de aços especiais no Vale do Rio Doce. No fim da presidência Dutra, o Brasil já podia ostentar um índice notável de crescimento econômico. Entre 1945 e 1951, houve um crescimento de 6 por cento ao ano no produto real total e de 3,2 por cento ao ano no produto *per capita*.[57]

Os anos que se seguiram a 1947 também viram o comêço de uma mudança na atitude do govêrno Dutra diante da necessidade de coordenar os seus gastos públicos, consubstanciado no Plano SALTE, proposto em maio de 1947.[58] Isso era pouco mais do que uma primeira tentativa para a coordenação de gastos públicos, dentro de um plano qüinqüenal. O Plano SALTE foi incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicado. Funcionando durante um ano apenas, o Plano SALTE entrou em dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951.[59]

O fracassado programa SALTE, que abrangia apenas investimentos públicos, foi o máximo que o govêrno Dutra conseguiu para se aproximar de um planejamento em escala nacional. O planejamento em escala regional, contudo, estava no texto da Constituição de 1946 e previa projetos para desenvolver os vales dos rios São Francisco e Amazonas e um outro para combater a sêca do nordeste. Cada programa tinha garantida uma percentagem da renda fiscal da Federação (1 por cento para o Vale de São Francisco e 3 por cento, cada, para o Amazonas e o nordeste). A Comissão do Vale do São Francisco, ou CVSF, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ou SPVEA, foram criadas em 1948. Nenhuma das duas iria se mostrar um agente particularmente efetivo de desenvolvimento econômico, mas a sua criação e o contínuo apoio financeiro por elas recebido, de parte do govêrno federal, mostravam que não havia aversão ao planejamento, na prática, a despeito da influência que defensores do liberalismo tinham exercido em 1945 e 46. Em resumo, o planejamento, durante os anos de Dutra, foi procurado em base regional e setorial, acompanhado de uma marcha

reduzida deliberada do princípio da intervenção estatal na economia.[60]

Em fins da década de 40, no entanto, havia sinais de um debate de amplas proporções sôbre a questão da estratégia ideal do Brasil com relação ao desenvolvimento econômico. Em 1948, o Brasil e os Estados Unidos acordaram em instalar uma Comissão Técnica Mista, destinada à retomada da cooperação econômica estabelecida pela Missão Cooke, que o Presidente Roosevelt havia enviado durante a Segunda Guerra Mundial. A comissão recebeu podêres para "analisar os fatôres que, no Brasil, tendem a promover ou retardar o desenvolvimento econômico brasileiro". A delegação americana era chefiada por John Abbink, e a delegação brasileira por Otávio Gouvêa de Bulhões. O resultado dos trabalhos da comissão, publicados em junho de 1949, ficaram conhecidos com o Relatório Abbink. O relatório refletia os pontos-de-vista fortemente neoliberais dos seus dois chefes, Bulhões e Abbink. Negligenciava grandemente a área da indústria manufatureira e se decidia a favor de medidas financeiras e fiscais ortodoxas: "Pode um desenvolvimento equilibrado e rápido, de tal natureza que traga benefícios duradouros ao povo, ser conseguido no Brasil em condições rápidas e contínuas de elevação de preços? A comissão está convencida de que não". O relatório sublinhava também a necessidade de "um desenvolvimento equilibrado dos recursos do Brasil, através da emprêsa privada". A comissão via a necessidade de medidas para reestruturar o mercado interno brasileiro, o qual, nunca bem organizado, havia sido lançado em confusão pela rápida inflação de 1941 a 46 e pelo efeito distorsivo do surto de especulação imobiliária urbana. Finalmente, o relatório dava ênfase às sérias deficiências nas áreas do transporte e da energia, e reconhecia que estas áreas de estrangulamento iriam requerer vigorosa ação estatal.[61]

A publicação do Relatório Abbink estimulou as críticas de um grupo de jovens economistas que vinham de editar um jornal econômico para a Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro. Êles discutiam as bases teóricas do relatório, especialmente a presunção de que a inflação num país subdesenvolvido, como o Brasil, era necessàriamente o resultado de uma tentativa de "superutilização" dos recursos

disponíveis. Sugeriam uma alternativa na interpretação, levando em conta as diversas condições das economias subdesenvolvidas, nas quais o desemprêgo disfarçado poderia coincidir com a elevação de preços. "O que deve preocupar numa política econômica", argumentavam, "é o aumento das rendas reais, sobretudo num país subdesenvolvido, mesmo que suponha uma certa alta de preços".

Êstes críticos anteciparam-se à versão primitiva da teoria "estruturalista". O relatório apenas sublinhara a necessidade de eliminação dos "sintomas", que, afirmava, só desapareceriam quando as deficiências subjacentes à estrutura houvessem sido superadas. Ainda que reconhecessem o valor de alguns dos trabalhos técnicos da comissão, concluíam que "a política de contenção creditícia preconizada pelo relatório, portanto, é contrária, na situação atual, ao objetivo do desenvolvimento econômico, que requer, antes, para um emprêgo mais produtivo dos fatôres de produção, uma expansão adequada de crédito". Otávio Gouvêa de Bulhões replicou defendendo o relatório, pelo qual havia sido em grande parte responsável. Êsse debate foi uma abertura para a subseqüente controvérsia sôbre desenvolvimento econômico, entre os "monetaristas" e os "estruturalistas".[62]

A Volta de Vargas

Vargas tinha sido apanhado desprevenido pelo súbito desmoronar do Estado Nôvo. A retomada das eleições livres se tornara inevitável em princípios de 1945, e o ditador no poder não conseguira evitar a sua própria destituição, como prelúdio do restabelecimento da democracia liberal, da qual se havia desviado em 1937. Contudo, poucos acreditavam que Vargas permanecesse fora da política por muito tempo.

Mal havia Dutra se instalado no palácio presidencial, e os admiradores de Vargas começaram a manipular a candidatura dêste às eleições presidenciais de 1950. A eleição de 1945 provou que Vargas gozava de grande prestígio popular, eleito que fôra para o Senado por dois Estados — Rio Grande do Sul e São Paulo. Depois de alguma hesitação, aceitou o mandato como senador pelo PSD e por seu Estado natal, o Rio

Grande do Sul. Parecendo afastado dos embates políticos, a sua estância, em São Borja, tornou-se a meca dos aspirantes aos cargos públicos, o que vinha mostrar, a tôda evidência, que a personalidade central do período não era o presidente recém-eleito, mas o recém-deposto.

Eleito para o Senado, Getúlio aparecia com pouca freqüência naquele órgão que descrevera em seu discurso de estréia como uma "espécie de remanso onde se vinham atenuar todos os rumores vindos de fora". Durante 1946, posou de ex-presidente que não guardava rancor das amargas lutas políticas, em seus quinze anos no poder. Esperava que sua atitude ostensivamente conciliatória desarmasse os seus inimigos, liderado pelos políticos da UDN, e que continuavam, depois de 1945, a capitalizar pollticamente a sua longa oposição ao Estado Nôvo. Diante da denúncia, Getúlio explorava a notável propensão dos brasileiros a esquecer e perdoar, em política. Em dezembro de 1946, pronunciou longo discurso no Senado, justificando o golpe de 1937, como única alternativa do Brasil diante de uma guerra civil iminente. A implicação era clara. A livre competição política tinha sido a norma pela qual o país se afastara durante um período de emergência. Com o retôrno à normalidade constitucional, o ditador de ontem se transformara no maduro estadista de hoje — pronto, se fôsse solicitado pelos seus compatriotas, a concorrer ao cargo supremo.[63]

À altura de 1949, a paciente estratégia de Vargas começou a dar frutos. Misturando discrição, magnanimidade e tato, êle gradualmente conseguiu ir mudando a sua imagem de Vargas ditador para a de Vargas democrata. Os políticos da UDN descobriram que meros ataques aos erros do Estado Nôvo traziam resultados diminutos. A retórica de 1945 soava cada vez mais irrelevante aos problemas de 1950. Em seu nôvo papel de político democrático, Vargas necessitava de um partido. Os seus esforços iniciais dirigiram-se à organização do Partido Trabalhista Brasileiro, que havia sido fundado sob a sua inspiração e liderança, em 1945. Na declaração apoiando Dutra, às vésperas da eleição presidencial de 1945, convocara todos os trabalhadores brasileiros a se filiarem ao PTB. Em 1946, pedira apoio para o PTB como o partido "o melhor indicado para realizar a felicidade de todos os brasileiros". Nas eleições suplementares e estaduais para o Congresso, em janeiro de 1947, colocara-se à frente da campanha em favor dos candidatos do PTB ao Congresso, atacando a "plutocracia" da "democracia capitalista", na qual a liberdade política era um "burla", pois lhe faltava "igualdade social".[64]

Enquanto trabalhava para dinamizar êste nôvo partido, Vargas cuidou de não esquecer os seus velhos contatos. Quando afastado do poder, verificou, com astúcia, que as linhas partidárias eram demasiado fluídas e que os empenhos partidários eram muito pouco dignos de confiança para que um político nacional se identificasse exclusivamente com um só partido. Na realidade, a sua ligação partidária, *como senador*, era com o PSD. Perguntado, em fins de 1946, como podia êle conciliar seus esforços para organizar um partido de oposição (o PTB), com a sua condição de senador pelo partido do Presidente Dutra (o PSD), disse francamente: "tenho no PSD de todo o Brasil muitos amigos a quem aprecio. Uma atitude política em campo doutrinário não constitui injúria a ninguém, nem exclui possibilidade de uma colaboração".[65] Foi precisamente sôbre a "colaboração" do PSD e do PTB, que Getúlio baseou a sua volta política na década de 40. Por ocasião de uma *tournée* de discursos em Minas Gerais, durante a eleição de 1947, por exemplo, Vargas apoiou o Governador Bias Fortes, político da velha guarda do PSD, ao mesmo tempo que fazia campanha pela eleição dos candidatos do PTB ao Congresso. A estratégia de Vargas era clara: manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo que conseguia fôrça eleitoral nas cidades, por meio do PTB.

Como líder do PTB, Vargas enunciava a sua filosofia política do *trabalhismo* — uma mistura de medidas de bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico. Era uma versão atualizada (agora, num contexto democrático, ao invés de autocrático), da filosofia social que havia sido expressa em têrmos corporativistas durante o Estado Nôvo.[66]

O trabalhismo não foi no entanto o único movimento político a funcionar nas cidades. O Partido Comunista havia mostrado fôrça em 1945 e 47, especialmente no Distrito Federal

e em São Paulo. O seu fechamento legal em 1947 cedo o afastou como fôrça autônoma, pùblicamente identificável. Fôrça eleitoral mais dinâmica, em São Paulo, era o movimento do político populista Ademar de Barros. Ademar havia montado uma formidável máquina eleitoral, o PSP, que se infiltrava bem pelo interior do Estado de São Paulo. Depois de dois anos como governador de São Paulo, Ademar representava uma fôrça mais poderosa, dentro do Estado, do que o PTB ou o PSD. Se Getúlio quisesse alcançar a presidência, não o poderia fazer sem o auxílio de Ademar. O próprio Ademar tinha também ambições presidenciais. Mas achava muito cedo para testá-las e precisava do amparo de Getúlio para os seus planos de longo alcance. O apoio ao retôrno de Vargas, significava, em contrapartida, o futuro apoio de Vargas ao nome de Ademar, que estendia assim um trampolim para o cargo supremo.

Não era apenas entre os políticos que Vargas construía os alicerces da sua candidatura. Havia também a opinião dos militares, a ser levada em consideração. Getúlio fôra instalado na presidência, em novembro de 1930, por uma junta militar; feito ditador em 1937, pelos militares; e sumàriamente deposto, em 1945, pelos militares. Em cada caso, houve vigorosos debates entre os oficiais superiores do Exército, sôbre o caminho que deveriam tomar as Fôrças Armadas. Em cada oportunidade, houve suficiente concordância, quanto ao alto comando em assumir uma frente unida. Em 1937, e de nôvo em 1945, as figuras-chave na carreira de Getúlio foram os Generais Dutra e Góes Monteiro. Agora, quando Vargas planejava o seu retôrno político, Dutra era o presidente rìgidamente correto, enquanto Góes Monteiro, sem posição formal de comando no Exército, não perdera ainda a influência como chefe militar, grandemente respeitado dentro da classe dos oficiais, como autor do "movimento de 29 de outubro", que derrubara Getúlio em 1945.

Vargas e Ademar de Barros mandaram seus emissários, em fins de 1949, para saber de Góes Monteiro como os militares reagiriam à idéia da candidatura do ex-ditador. Góes assegurou aos lugares-tenentes de Vargas que nas "Fôrças Armadas não perduravam ressaibos ou idéias preconcebidas contra êle, nem elas se oporiam à sua posse no caso de eleito, desde

que respeitasse, não só a Constituição, como os direitos impostergáveis dos militares". O apoio de Góes foi selado por uma reconciliação emocional com Getúlio, durante a qual os detalhes da estratégia da campanha foram discutidos. Vargas tentou convencê-lo a aceitar a indicação para a vice-presidência, pela coligação PSP-PTB, mas Góes já se havia comprometido a apoiar o candidato escolhido por Dutra e o PSD. Isso tornava duplamente importante para Vargas obter a garantia de Góes, de que a maioria dos militares não vetaria a sua candidatura. No comêço de 1950, o PSP, sempre um instrumento pessoal de Ademar de Barros, ofereceu a Getúlio a indicação da sua candidatura para a eleição presidencial de 3 de outubro de 1950. Em junho, o PTB se reuniu e também indicou Vargas. A 7 de junho, êste aceitou ambas as indicações. O cenário para a campanha eleitoral de 1950 já estava montado. Vargas ressurgia no cenário nacional como campeão do trabalhismo e como o candidato endossado por seu rival mais próximo em populismo, Ademar de Barros.

O PSD, abrigo de muitos getulistas dos dias do Estado Nôvo, decidiu apresentar o seu próprio candidato, Cristiano Machado, um advogado e político sem ressonância nacional, retirado do baluarte pessedista de Minas Gerais. A indicação do PSD surgiu por insistência de Dutra, que se mostrava ofendido com os ataques de Vargas ao govêrno vigente e queria assegurar "continuidade" na presidência, escolhendo o seu próprio sucessor. Mas Dutra foi ingênuo e relativamente ineficiente na arte das negociações com os caciques do PSD. Só no Estado de Minas Gerais teve a candidatura Cristiano Machado um apoio capaz de oferecer a Getúlio alguma ameaça real. Nos outros Estados, "entendimentos" com o PSD ou com facções dissidentes do partido, como no Rio Grande do Sul, asseguraram um apoio menos que entusiástico a Machado, senão o apoio tácito a Getúlio. Essa estratégia foi facilitada pelos contatos íntimos de Vargas com os ex-interventores que eram agora próceres do PSD. Ernâni do Amaral Peixoto, concorrendo a governador do Estado do Rio de Janeiro, era um dos mais proeminentes. Era, também, genro de Getúlio. O apoio do PSD a Cristiano Machado, naquele Estado, foi mìnimo.[68]

A oposição natural a Getúlio, a UDN, voltou a indicar Eduardo Gomes, seu candidato de 1945. A despeito da vitória dos "de dentro", em 1945, a UDN não havia abandonado sua esperança de que a redemocratização do país a ajudaria a alcançar a presidência. Imediatamente após sua derrota em 1945, Gomes explicou que a eleição de Dutra havia sido influenciada por "alguns fatôres transitórios", que eram os "resíduos de um govêrno maléfico", tais como "a submissão fascista dos trabalhadores ao Estado, o descuramento da educação" e "o pauperismo". Por volta de 1949, os líderes da UDN esperavam que êstes "fatôres transitórios" deixassem de ter muito pêso. Teimosamente recusavam-se, no entanto, a adaptar a sua estratégia de campanha à nova atmosfera política do Brasil de pós-guerra. Durante a campanha, Gomes chegou mesmo a defender o repúdio à lei do salário-mínimo. Por igual, aceitou o apoio formal da última leva de integralistas de Plínio Salgado, agora organizados como Partido de Representação Popular (PRP).[69]

A campanha eleitoral decorreu dentro das linhas que Vargas havia planejado. A oposição contra êle estava dividida. Incapaz de encontrar um candidato de união, tanto a UDN quanto o PSD colocaram em campo os seus próprios candidatos, contra os quais Vargas edificou uma formidável aliança, num casamento de conveniência, entre as fôrças políticas velhas e novas do Brasil. As velhas, representadas pelos políticos do estilo tradicional — especialmente do PSD — para quem a política era menos uma questão de diretrizes e princípios que de poder e empregüismo. Encaravam a vida pública como um processo para satisfazer aos seus "clientes", geralmente os proprietários da estrutura social rural. As novas fôrças políticas eram representadas pelos políticos populistas, que haviam demonstrado capacidade de obter os votos das massas em crescimento inclusive a classe operária e a baixa classe média — nas cidades maiores. Ademar de Barros era o principal beneficiário dessa política de nôvo estilo. E o próprio Vargas assumiu êsse papel, nos seus esforços para construir o PTB. A aliança de Getúlio repousava, portanto, no PSP de Ademar (de crucial importância em São Paulo), no PTB, e no PSD, onde a lealdade dêste último fôsse negociável. Em um Estado, Pernambuco, Vargas encontrou o PSD teimosamente comprometido com Cristiano Machado, e foi forçado a se aliar à UDN, o partido cuja *raison d'être* era a oposição ao getulismo. Não se pode encontrar maior prova do caráter não-doutrinário dos partidos nos Estados econômicamente atrasados!

Getúlio tinha fortes razões pessoais para querer reconquistar a presidência. Em seus discursos afirmava não guardar amargor pela sua deposição, em 1945, embora se mostrasse apaixonado, nos contactos pessoais que mantinha, com respeito à sua "reivindicação" imediata.[70] Durante a campanha, fêz a defesa da sua fôlha de serviços, de 1930 a 1945, especialmente quanto à política econômica. "A minha atuação obstinada", explicava êle, fôra no sentido de "transformar em nação industrial" uma nação "paralisada pela miopia dos governantes aferrados à monocultura extensiva e à exploração primária de matérias-primas". Os brasileiros tinham agora a oportunidade de "renovar o impulso perdido em 1945". Êle bradava: "lutei e lutarei, enquanto tiver alento, contra os empedernidos e míopes apóstolos da involução, os apologistas da estagnação e do marasmo".[71]

Vargas poupou Dutra em seus ataques, mas não o Ministro da Fazenda, Manuel Guilherme da Silveira Filho, que Getúlio denominava "o grande organizador de derrotas".[72] Vargas escarnecia das medidas financeiras ortodoxas que haviam custado ao Brasil as suas reservas cambiais em 1946, sem fortalecer suficientemente a sua base industrial. Essencialmente, advogava um aceleramento na industrialização — uma política do tipo que seria mais tarde rotulada como "desenvolvimentismo". Ao mesmo tempo, reclamava para si o mérito de haver iniciado o impulso de industrialização no Brasil.

Vargas também fazia campanha quanto à necessidade de expandir e fortalecer a legislação da previdência social, iniciada na década de 30. Em 1946, pronunciara a sentença de morte da "velha democracia liberal e capitalista", a qual tem "fundamento na desigualdade". Em seu lugar, estava surgindo, declarava então, "a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores". Agora, na campanha de 1950, protegia-se dos "reacionários" citando a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, "que muita gente cita sem conhecer".[73]

Eis a linguagem do trabalhismo de Vargas, mas o velho Maquiavel era demasiado astuto para oferecer a mesma mensagem em tôda parte. No Rio de Janeiro, centro de fôrça comunista em 1945-47, sentiu que precisava alguma coisa mais forte, e apareceu como populista: "se fôr eleito a 3 de outubro, no ato da posse, o povo subirá comigo as escadas do Catete. E comigo ficará no govêrno".[74] Em Minas Gerais, era o sóbrio estadista; na Bahia, o eloqüente discípulo do liberalismo de Ruy Barbosa; no nordeste, o campeão de uma cruzada contra as sêcas.

Quanto aos adversários de Getúlio, Cristiano Machado não empreendeu uma campanha nacional séria, concentrando-se, ao invés, onde a sua fôrça já estava provada. Eduardo Gomes, ao contrário, movimentou-se frenèticamente em busca de votos, e seu partido, a UDN, apoiava o seu candidato com uma riqueza de publicidade, sustentada pela maioria dos jornais e estações de rádio. Vargas enfrentava os meios de comunicação de massas com caminhões equipados com alto-falantes e volantes impressos. Seu itinerário de campanha era um modêlo de eficiência. Realmente, conhecia mais o Brasil, como nem Gomes nem Machado jamais o poderiam conhecer.[75]

A 3 de outubro travou-se a disputa eleitoral e Getúlio saiu vitorioso. Para grande choque da UDN e surprêsa do PSD, obteve quase que a maioria absoluta da votação para a presidência, recebendo 3.849.040, ou seja, 48,7 por cento da votação total. Gomes chegou em um débil segundo lugar com 29,7 por cento e Machado em terceiro, com 21,5 por cento. Um belo resultado da estratégia eleitoral de Vargas.

Esta estratégia vitoriosa assinalou, entretanto, um grande número de débitos eleitorais. A maior dívida eleitoral de Getúlio era para com Ademar de Barros, governador de São Paulo. Aproximadamente, um quarto da votação nacional veio do reduto ademarista, onde o total de 925.493 votos do presidente eleito foi quase três vêzes o de Gomes (357.413) e seis vêzes o de Machado (153.039). No Distrito Federal, a máquina eleitoral de Ademar funcionou com grande eficiência, ajudando Getúlio a ganhar 378.015 votos, — mais do que o dôbro dos votos de Gomes, 169.263. O apoio dramático e altamente eficiente de Ademar, portanto, dava-lhe direito indiscutível de ter uma voz no nôvo govêrno, mas era a voz

de um movimento político altamente pessoal, articulada em um tom populista e deliberadamente ambíguo quanto a problemas de orientação pública.

Vargas também estava nìtidamente em débito com o PSD, a organização dos "de dentro", que êle próprio havia fundado em 1945. A despeito da indicação de Machado pelo partido, os líderes locais do PSD tinham estabelecido compromissos com Vargas. Minas Gerais era um bom exemplo. Estado de forte coloração pessedista, Vargas conseguira neutralizar ali a votação de Machado. Durante a campanha evitou apoiar os candidatos, quer da UDN, quer do PSD ao govêrno mineiro. Contudo, negociou com líderes locais do PSD em seu próprio benefício. Como resultado, conseguiu dividir a votação total de Minas, em partes quase iguais entre êle mesmo (418.194 votos), Gomes (441.690) e Machado 409.402). Era um triunfo não pequeno diante da fôrça da máquina do PSD em Minas.

O que devia Vargas ao PTB? Êste foi eficiente principalmente no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal mas, mesmo nestas áreas, a sua importância era secundária. O partido crescia ràpidamente — duplicara a votação para o Congresso entre 1945 e 1950. Estava longe porém de proclamar ter contribuído de modo decisivo para a vitória de Getúlio. Além disso, o PTB tinha sido poderosamente moldado pela forma pessoal de Vargas. Em vez de surgir como partido independente, capaz de produzir o seu próprio quadro de líderes, foi explorado simplesmente como outro instrumento de Vargas, a reboque de uma coalizão política de curta duração.

III

Nova Era de Vargas (1951-1954)

Ministério de Experiência

Em 31 de janeiro de 1951, a faixa presidencial foi passada a Getúlio Vargas por Dutra, que terminava o seu período. Começava uma nova era de Vargas. O ex-ditador correspondera ao apêlo político como democrata, "vingando-se" com uma eleição livre. Pela primeira e única vez, Vargas alcançava a presidência pelo voto popular direto.

Vargas escolheu um ministério que refletia as diversas alianças da sua campanha eleitoral. O PSD saiu ganhando na disputa aos ministérios. Recebeu os ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Justiça, Educação e Saúde. O PTB ficou com um ministério apenas, o do Trabalho, entregue a Danton Coelho. Danton Coelho fôra incansável como organizador do PTB, arquiteto da campanha para recolocar Vargas no poder. Entregar a um líder do PTB a vasta aparelhagem do Ministério do Trabalho fortaleceria o partido para ganhar o contrôle dos sindicatos operários patrocinados pelo govêrno. O PSP de Ademar de Barros recebeu o Ministério da Viação e Obras Públicas (com seu enorme poder de empreguismo) e Ademar influiu na escolha do nôvo presidente do Banco do Brasil — uma posição-chave para São Paulo, porque o presidente do Banco do Brasil, juntamente com o Ministro da

Fazenda (sôbre a indicação do qual Ademar teve também influência), determinava as diretrizes da política monetária e cambial, de importância vital para a vida econômica. Os compromissos eleitorais de Getúlio incluíam um débito para com uma seção estadual da UDN, impermeàvelmente *antigetulista.* João Cleofas, líder da UDN em Pernambuco, e candidato derrotado à governança estadual, havia apoiado Getúlio, quando o PSD daquele Estado se mostrou leal à candidatura de Cristiano Machado. Vargas, portanto, nomeou Cleofas para o Ministério da Agricultura.[1]

Juntamente com a sua equipe civil, Getúlio nomeou três ministros militares, dos quais o mais importante era o Ministro da Guerra. Para o pôsto, escolheu o General Estillac Leal, um oficial respeitado, da vanguarda do "tenentismo", integrante da Coluna Prestes, agora um dos líderes da ala nacionalista do corpo de oficiais. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, de menor significação na política dos militares brasileiros, foram o Almirante Renato Guilhobel e o Brigadeiro Nero Moura.

Classes Sociais e Desenvolvimento

Ao assumir a presidência, em janeiro de 1951, Getúlio se deparava com um Brasil muito diferente do país que havia governado como presidente autoritário, de 1937 a 1945. A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classes mais nìtidamente diferenciada do que a do tempo do Estado Nôvo, especialmente nos primeiros anos. O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana.[2]

Nenhuma dessas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de "orientação de classes". Ao contrário, a atmosfera política "conciliatória" do Brasil patriarcal ainda era notàvelmente dominante. Durante o princípio da década de 50, contudo, a questão do desenvolvimento econômico veio gradativamente a ocupar a atenção dos políticos que, cedo, viram que as implicações políticas do estabelecimento das diretri-

zes econômicas não poderiam ser ignoradas por muito tempo. É importante, por isso mesmo, examinar a atitude dos principais setores, com relação ao desenvolvimento econômico.

Os industriais ainda constituíam um grupo pequeno, dentro da sociedade brasileira. Concentrados no triângulo centro-sul, localizado *grosso modo* entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, êles eram tímidos em política. Alguns poucos seguiam a liderança de Roberto Simonsen, de São Paulo, industrial progressista e escritor, que batalhara, até a sua morte, em 1948, em favor de uma vigorosa política de industrialização. A maioria, contudo, limitava a sua atividade política aos esforços para garantir medidas favoráveis de crédito e uma certa medida de apoio governamental para a indústria. Seu veículo político principal em São Paulo era, principalmente, o PSD. Mas não constituíam um setor empresarial dinâmico, em 1950, se medidos pela sua influência na política nacional. Contentavam-se com o depender, principalmente das organizações corporativistas criadas sob a égide governamental durante o Estado Nôvo.

A classe operária, em rápido crescimento, estava relativamente desarticulada dentro da política. Votava mais como massa do que como classe. Suas aspirações eram exploradas pelos políticos populistas que, ao invés de lançar os seus apelos em têrmos de antagonismo de classes, apenas prometiam mais garantias e benefícios. Na campanha de 1950, Vargas havia ocasionalmente assumido a pôse populista, mas o seu *approach* permanecia essencialmente paternalístico, refletindo a sua própria avaliação da consciência política, crescente mas ainda limitada, dos trabalhadores urbanos.[3]

A posição da classe média é mais difícil de ser analisada. A classe média não existia em verdade nas regiões econômicamente atrasadas do país, em particular no norte e no nordeste. Mesmo em cidades grandes, como Recife, com uma população de mais de 700.000 habitantes, era difícil identificar qualquer setor médio significativo, que tivesse chegado a diferençar os seus interêsses dos da arcaica economia baseada na agricultura de subsistência, pecuária ineficiente e indústrias extrativas. Os grupos urbanos estavam inextricàvelmente comprometidos através de ligações familiares e financeiras com a estrutura agrária tradicional. Êsse quadro

persistia nas cidades do interior, até mesmo nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo.

Mas, as maiores concentrações urbanas dentro do "triângulo desenvolvido", haviam produzido um grupo médio autoconsciente, composto de burocratas, profissionais liberais, os quadros executivos da nova sociedade industrializada e dos interêsses comerciais cujo destino se ligava ao crescimento daquela mesma sociedade. Em números, esta classe não era muito grande — talvez cinco milhões numa população de cinqüenta e dois milhões, em 1950. Ainda assim, estava em posição política vantajosa, porque o direito de voto no Brasil excluía os analfabetos. Além disso a cooperação do setor médio era crucial para administrar o país e alcançar um maior desenvolvimento econômico. De suas fileiras saía a maior parte dos administradores experimentados, indispensáveis ao desenvolvimento da economia brasileira.[4]

Pollticamente, a classe média urbana era um enigma. Compreendia dois grupos principais. O primeiro, formado pelos burocratas e administradores cujo *status* econômico resultava mais da urbanização e do crescimento do poder federal do que da industrialização *per se*. A sua mentalidade e os seus empregos eram, muitas vêzes, a herança do mundo patriarcal brasileiro de antes de 1930. Não viam, portanto, a sua posição, como dependente de uma contínua transformação no papel tradicional do Brasil como exportador de produtos primários. Ao contrário, tendiam a se identificar com os valôres sociais — e, portanto, com o sistema econômico — da classe dos plantadores e do grupo comercial de exportação e importação que haviam dominado a política brasileira desde meados do século dezenove.[5]

A outra parte maior da classe média urbana era formada por administradores e profissionais liberais que encaravam a industrialização e a expansão dos métodos técnicos "modernos" como indispensáveis para o futuro do Brasil. E, o que é igualmente importante, identificavam-se, bem como as suas próprias carreiras, com êsse processo e viam com suspeita, senão algumas vêzes com hostilidade, os valôres tradicionais prevalecentes na era anterior a 1930. A maioria dos membros da classe média estava dividida entre essas duas atitudes. No fundo do coração, estavam apreensivos com a sua condição

futura, num sistema econômico e social que se modificava ràpidamente. Essa apreensão era, por sua vez, aprofundada e complicada pela inflação de após-guerra, que já se havia instalado antes de 1950.

O partido político que cortejava mais ardentemente a classe média era a UDN. A devoção da UDN ao antigetulismo (especialmente o getulismo da ditadura) e aos princípios do constitucionalismo liberal, dava-lhe um atrativo de *prima facie* para a classe média. Mas a UDN deveria ter-se lembrado de que a classe média havia estado longe de se manter unida na sua oposição ao Estado Nôvo; nem guardavam os eleitores da classe média qualquer antipatia instintiva contra a intervenção estatal na economia, que Vargas havia acelerado. De fato, as novas posições burocráticas, criadas desde a década de 1930, davam empregos aos elementos da classe média. Assim, o monopólio natural sôbre a classe média, de que parecia gozar a UDN no fim do Estado Nôvo, era objeto de rápida erosão, à medida que a questão do desenvolvimento econômico começava a ocupar o lugar central da política brasileira.

Êstes três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana, cresceram significativamente, desde 1930. Havia três outros setores cujo pêso relativo decrescera, desde 1930, se bem que a sua influência estivesse longe de ser desprezível, em 1950: o fazendeiros de café, os comerciantes de exportação e importação e os produtores nacionais de artigos alimentícios.

Todos os governos modernos do Brasil tentaram, com maior ou menor vigor, aumentar ao máximo a receita cambial. Já que o café fôra o maior produtor de divisas no decorrer da República, os fazendeiros sempre gozaram de apoio e proteção governamentais. Êste apoio começou em nível estadual em 1906, e foi gradualmente transferido para a esfera federal. O nível e a maneira exatos de apoio ao café variaram. Mas o compromisso básico continuou depois de 1945. Os anos finais de Dutra viram uma alta nos preços do café, começando em 1949, e depois fortalecida pela alta geral no preço das utilidades resultantes da Guerra da Coréia.[6]

Os negociantes e comerciantes de importação e exportação, que se especializavam em produtos importados, constituíam um importante grupo de pressão na política brasileira. Êles haviam engrossado a onda da alta de importações, em 1946-47, que ràpidamente, exauriu as reservas de divisas estrangeiras acumuladas pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Depois disso, os importadores tiveram que agir dentro das limitações dos contrôles de câmbio, cada vez mais estritos, e que incluíam cotas e proibições da importação de muitos bens de consumo. Êsse grupo se encastelava nas chamadas Associações Comerciais, bem organizadas para as atividades políticas nas cidades maiores, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. As Associações Comerciais vinham de longa data sendo adversárias da industrialização, porque esta, em última análise, lhes tiraria o lugar de intermediários para as fontes externas de abastecimento. Opunham-se também à industrialização, porque as medidas de proteção a curto prazo — cotas estritas de exportação e uma política liberal de câmbio — pareciam tornar mais difíceis e custosas, se não impossíveis, as suas transações de importação. Essas Associações Comerciais incluíam muitos comerciantes que trabalhavam quase que inteiramente com bens que já eram produzidos no país. Mesmo assim, êsses comerciantes seguiam, em grande escala, a liderança dos adversários da industrialização. Êste setor comercial da economia fornecia, direta ou indiretamente, empregos para uma parte importante da classe média, e era esta parte da burguesia que se encontrava mais confusa com relação ao seu *status*, num Brasil que se transformava ràpidamente.

Os produtores nacionais de alimentos — isto é, os fazendeiros que produziam excedentes para a venda no mercado (excluindo assim o setor de subsistência) — formavam um grupo cuja posição básica na economia não havia jamais sido posta em questão, nem mesmo durante o período mais intervencionista do Estado Nôvo. De vez que o Brasil necessitava importar alimentos, principalmente o trigo (em 1950, 15 por cento do valor total das importações era de alimentos), os fazendeiros brasileiros não tinham problemas para vender tudo o que pudessem produzir.

A classe que ainda não foi mencionada até aqui é a do setor de subsistência da economia rural. Pòliticamente, êsse setor não tinha virtualmente importância alguma, em 1930, e

muito pouca em 1950. A Constituição de 1946 proibia os analfabetos de votar, e, já que as zonas rurais eram esmagadoramente analfabetas especialmente nas regiões mais retrógradas, os desprotegidos rurais não tinham pêso no processo político. Nenhuma figura política de importância, em 1950, propôs quaisquer mudanças radicais no sistema de propriedade rural.

Na sua estratégia para a campanha de 1950, Vargas levou em conta os diversos Brasis produzidos pelo desenvolvimento econômico desigual dos últimos vinte anos. Vencera as eleições apelando para os interêsses diversos e contraditórios dêsses vários setores e classes. Uma vez no poder, contudo, resolveu concentrar-se na aceleração da industrialização do Brasil, e na diversificação da sua economia. Ao mesmo tempo, Vargas procurou, em 1951, tranquilizar os setores econômicos tradicionais, para que não embaraçassem o aceleramento da industrialização. Nessa estratégia, foi ajudado na conjuntura internacional, com a melhoria em relações de trocas, que começou em 1949 e continuou durante 1951.

Em seus esforços para acelerar o crescimento econômico, Vargas se defrontou com um problema fundamental: qual deveria ser a estratégia do desenvolvimento brasileiro? Como poderia o Brasil avançar para um nôvo estágio de crescimento que implicava na expansão de bens de capital e em vastos investimentos de infra-estrutura, tais como transporte, fôrça hidrelétrica e combustíveis? Estas necessidades foram claramente delineadas em um estudo publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), apenas alguns meses depois da investidura de Vargas. Como sublinhava o referido relatório, a capacidade brasileira para importar criava uma forte restrição e impunha a necessidade de instaurar severas prioridades no estabelecimento das diretrizes econômicas.

Dada a disponibilidade de análises técnicas dos principais problemas econômicos, qual seria a base política para a estratégia adotada? De que classes, ou setores econômicos, podia Vargas depender para o apoio, a liderança e o entusiasmo que medidas arrojadas e muitas vêzes impopulares iriam exigir? As "fôrças espontâneas" eram inadequadas em si mesmas para superar as barreiras institucionais e estruturais, que agora limitavam o crescimento da economia. Faltava

ao Brasil uma classe empresarial dinâmica, que pudesse, pelo seu próprio pêso, empolgar a liderança de um impulso dirigido à industrialização. Isso não queria dizer que não se poderia contar com os industriais brasileiros para expandir e inovar, quando lhes eram oferecidos incentivos suficientes, e quando o clima geral dos negócios lhes era favorável. O notável crescimento econômico de São Paulo havia amplamente demonstrado a capacidade industrial brasileira.[8] No início da década de 50, contudo, a economia havia encontrado um emaranhado de pontos de estrangulamento, que só poderia ser rompido por decidida ação governamental.

O papel exato da intervenção estatal dependeria da estratégia de desenvolvimento escolhida. Tendo o govêrno Dutra ensaiado uma breve tentativa de retôrno parcial às medidas de liberalismo econômico, e apêgo a uma taxa de câmbio supervalorizada e o temor de inovações no planejamento central, mostravam, em 1947, a necessidade de uma intervenção estatal mais ousada na economia. Os contrôles cambiais em 1947-48 e o Plano SALTE eram os primeiros passos para a retomada pelo govêrno federal do papel que viria desempenhar na economia, durante os anos do segundo Govêrno Vargas. De fato, a estrutura corporativista imposta à economia brasileira, durante o Estado Nôvo, tinha sido apenas parcialmente desmontada em 1945-46. O que permaneceu deu ao govêrno federal meios suficientes, ainda que muitas vêzes mal e ineficientemente usados, para dirigir a economia. Quando voltou à Presidência, em 1951, Vargas, sempre o pragmático, não se havia comprometido irrevogàvelmente com nenhuma estratégia de desenvolvimento, mas estava òbviamente aberto ao argumento de que seria necessário um vigoroso dirigismo estatal.

Fórmulas Para o Crescimento

A era de Dutra havia presenciado os começos de um vigoroso debate sôbre a estratégia do desenvolvimento. Surgiram três fórmulas principais: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. Nenhuma dessas posições representava uma estratégia detalhada. Ao invés, cada

uma delas era uma combinação de diagnósticos e de recomendações de medidas gerais.[9]

A fórmula neoliberal baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinante principal da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado, como ajuda indispensável para um país falto de capitais. As limitações impostas pelo govêrno ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens, deveriam ser reduzidas ao mínimo. Esta autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatôres, e relegaria o Brasil ao seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável da vantagem comparativa. O principal porta-voz desta fórmula era o velho economista Eugênio Gudin. Era um ponto-de-vista esposado também por muitos importadores para os quais os benefícios da lei da vantagem comparativa eram óbvios. As principais cadeias de jornais que apoiavam êste ponto-de-vista eram O *Globo* (de propriedade da família Marinho, intimamente ligada ao grupo de negociantes e importadores portuguêses do Rio de Janeiro), e o vasto império editorial de Assis Chateaubriand, os *Diários Associados*.[10]

A segunda fórmula era a desenvolvimentista-nacionalista. Estava apenas em fase preliminar de formulação, em 1950, e deveria receber uma definição mais precisa, tanto em nível teórico quanto empírico, através das pesquisas e publicações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), iniciadas em 1949. As origens dêste ponto-de-vista no Brasil podem ser rastreadas até o nacionalismo econômico dos tenentes e, mais recentemente, pelos esforços de industrialização dirigida pelo Estado, durante a época do Estado Nôvo. Os defensores desta fórmula partiram da suposição de que o Brasil se defrontava com uma necessidade imperiosa de industrialização, mas argumentavam que as fôrças espontâneas que haviam conseguido a industrialização no Atlântico Norte seriam inadequadas no Brasil. Passar da fase de transição de

uma economia agrária para uma economia industrial moderna, requeria uma nova estratégia de desenvolvimento. Na realidade, o livre funcionamento do mecanismo de preços e a contínua mobilidade de fatôres obstruiriam a industrialização do Brasil. A nova estratégia deveria visar a uma economia mista, na qual o setor privado recebia novos incentivos, na proporção de um determinado número de prioridades de investimento. Ao mesmo tempo, o Estado interviria mais diretamente, através das emprêsas estatais e das emprêsas de economia mista, no sentido de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento em áreas nas quais faltasse, ao setor privado, quer a vontade, quer os recursos para se aventurar. Os defensores dessa fórmula reconheciam que o capital privado estrangeiro poderia desempenhar um papel importante, mas insistiam em que só fôsse aceito, quando objeto de cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras.[11]

A fórmula desenvolvimentista-nacionalista foi apresentada por um grupo pequeno mas variado. O seu denominador comum era um forte nacionalismo. Muitos oficiais do Exército, por exemplo, achavam que o Brasil só se poderia tornar uma grande potência, caso desenvolvesse a indústria. Além disso, a segurança nacional do Brasil exigia que a exploração de recursos naturais, tais como combustíveis, fôrça hidrelétrica e recursos minerais, se mantivessem a salvo de mãos estrangeiras. Essa exigência havia sido apresentada pelos "tenentes" mais radicais, e figurava na Constituição de 1934, e foi então esposada, nos fins da década de 30, por oficiais nacionalistas do Exército, como o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, que serviu como diretor técnico da siderúrgica de Volta Redonda e se tornou mais tarde presidente da Confederação Nacional da Indústria, ou CNI. Esta fórmula também atraía uma geração mais jovem de tecnocratas e intelectuais, que achavam que o Brasil poderia atingir um padrão de vida mais elevado, para todos os seus cidadãos, e uma condição madura de nação moderna, sòmente se tomasse um impulso acelerado para a industrialização, renunciando, conscientemente, por essa fórmula, ao seu papel anterior de sonolento fornecedor de exportações tropicais para o mundo do Atlântico Norte. É necessário sublinhar, mais uma vez, que

esta fórmula de desenvolvimentismo estava em estado embrionário em 1951. Era a mais pragmática das três posições e deveria se tornar a mais amplamente disseminada e compreendida, à medida que decorria a presidência de Vargas.[12]

A terceira fórmula era a do nacionalismo radical. Merece menos atenção que as outras duas, como fórmula econômica, porque foi apresentada mais dentro de um espírito de polêmica política, do que como estratégia cuidadosamente pensada para o desenvolvimento. Na realidade, a posição do nacionalismo radical baseava-se na suposição de que a estrutura social e econômica vigente era "de exploração" e exigia mudança radical. Os nacionalistas radicais atribuíam o subdesenvolvimento brasileiro a uma aliança natural de investidores particulares e governos capitalistas, dentro do mundo industrializado. Essa conspiração procurava limitar o Brasil eternamente a um papel subordinado, como exportador de produtos primários, cujos preços eram mantidos em níveis mínimos, e importador de bens manufaturados, cujos preços eram mantidos em níveis exorbitantes, por organizações monopolistas. Qualquer programa de industrialização estava, portanto, destinado ao fracasso, se baseado na esperada cooperação dos países desenvolvidos. Ao contrário, as medidas estratégicas para acelerar a industrialização, tais como o aumento máximo da capacidade de importação de equipamentos de base, podia contar com a sabotagem deliberada por parte dos conspiradores estrangeiros. Mais do que isso, o estado de subdesenvolvimento econômico do Brasil era promovido por aquêles setores internos que estavam ligados ao comércio de exportação e importação, ajudados e encorajados pelos empregados brasileiros de firmas estrangeiras, cujos investimentos eram, por natureza, de espoliação.[13]

A fórmula do nacionalismo radical era lacônica ao sugerir medidas. O seu agressivo tom polêmico destinava-se a levantar animosidade apaixonada contra o sistema vigente. Sua única linguagem positiva era reservada para os empreendimentos econômicos sob completo contrôle estatal. O tom estridentemente negativo dos nacionalistas radicais conduzia fàcilmente à conclusão de que, pelo menos alguns, estavam principalmente interessados em fornecer a motivação econômica para uma estratégia de revolução política. Visto sob êste prisma, o nacionalismo radical era dirigido, não a uma revisão da estratégia brasileira para o desenvolvimento, mas para desacreditar a elite política, como prelúdio a uma reordenação radical da ordem social.

É importante considerar que a posição do nacionalismo radical abarcava uma faixa de opinião mais ampla do que a dos que eram comunistas ativos (membros do PCB), ou intelectuais marxistas. A teoria do subdesenvolvimento, baseada na "espoliação", sensibilisava a muitos brasileiros, inclusive muitos intelectuais que não estavam preparados para aceitar a teoria econômica marxista, nem a disciplina do Partido Comunista, na prática. A menos que se tenha em mente a heterogeneidade da posição nacionalista radical, há o perigo de que qualquer análise da subseqüente política brasileira venha a dar demasiada ênfase à influência do comunismo e do marxismo como explicação para os atrativos do nacionalismo econômico.

Seria um êrro encarar essas três fórmulas como posições fàcilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento econômico.[14] Eram antes posições analíticas, assumidas por um pequeno número de escritores e de jornalistas. Na prática, nem ao menos se excluíam mùtuamente. O mesmo indivíduo, ou setor econômico, podia tomar emprestada a linguagem de qualquer uma, ou mais do que uma das três, sem se comprometer inteiramente com a fórmula completa. Era, contudo, possível identificar as tendências predominantes, em têrmos dessas fórmulas, dentro de cada um dos grandes partidos. A gama se estendia da UDN, cujos membros, em sua maioria, se filiavam ao neoliberalismo,[15] passando pelo PSD, dentro do qual alguns líderes urbanos eram adeptos do desenvolvimentismo-nacionalismo, até o PTB, mais maciçamente a favor do desenvolvimentismo-nacionalismo, e finalmente à ala esquerda do PTB ou mesmo do PCB (ilegal desde 1947, mas ainda ativo polìticamente), que adotavam o nacionalismo radical. Essas posições partidárias, como deveria se tornar claro na presidência de Vargas, estavam longe de ser homogêneas. No entanto, representavam a tendência dominante dentro de cada grupo.

As fórmulas para o desenvolvimento econômico não eram, naturalmente, oferecidas no vazio. Eram apresentadas em res-

posta à necessidade de formular diretrizes que pudessem enfrentar os problemas imediatos da economia brasileira.[16] Um dos problemas era a necessidade de imaginar e executar uma estratégia de investimentos para superar os pontos de estrangulamento estruturais, atrasos setoriais e desequilíbrios regionais. Havia pontos de estrangulamento resultantes de transporte inadequado, insuficiente energia hidrelétrica e falta de fontes internas de combustíveis. Os atrasos setoriais poderiam ser notados em áreas como a da indústria química e da siderurgia. Os desequilíbrios regionais, especialmente entre o centro-sul, industrializado, e o nordeste, empobrecido, haviam tornado o Brasil um dos principais exemplos de "economia dual". A correção dêsses desequilíbrios requeria uma política de investimentos ponderada. A solução mais lógica deveria conjugar a promoção de emprêsas estatais com o uso de meios para coordenar e dirigir os investimentos particulares.

Outro problema econômico era o balanço brasileiro de pagamentos, as limitações que impunha à capacidade do país para importar. Como já vimos, a industrialização dependia da capacidade de comprar equipamentos básicos e materiais essenciais no exterior. Essa capacidade, por sua vez, permanecia dependente da capacidade brasileira de produzir divisas estrangeiras, ou cair na dívida externa. Eram reduzidas as perspectivas de aumentar os lucros das exportações tradicionais do Brasil — café, cacau, algodão, etc. — devido à procura relativamente elástica dêstes produtos nos mercados mundiais. A alta nos preços do café, que havia começado em 1949, fornecera um prêmio cambial, mas servira também para dramatizar a dependência com relação a flutuações dos preços de seus produtos de exportação, sôbre a qual o Brasil exercia pouco contrôle. No lado das importações, quase um têrço das compras no exterior tinha que ser consumido em gêneros alimentícios e combustíveis, sendo o trigo e o petróleo os mais importantes.

O crescimento súbito de reservas cambiais, em 1949-51, deu aos empresários brasileiros a oportunidade de importar grande quantidade de equipamentos de base. O sistema de licenças de importação, instituído em 1947, havia fornecido uma bonificação para os materiais e equipamentos essenciais para a industrialização. Esta capacidade aumentada de importação tornou possível a compra de equipamentos que forneciam a capacidade produtiva para um nôvo estágio de substituição das importações. Os anos de 1951 e 1952 trouxeram uma onda de importações. A importação de mercadorias em cada um dêsses dois anos, totalizou 1,7 bilhões de dólares, enquanto que mal havia excedido um bilhão de dólares em qualquer ano precedente. À altura de 1952, a tensão no balanço de pagamentos era mais forte do que jamais havia sido na década de 40. A melhoria da relação de trocas do Brasil e o grande aumento da sua receita cambial, eram mais do que anulados pelo aumento das importações.

Um último problema econômico foi o crescimento súbito da taxa de inflação. O nível de preços, no Brasil, permanecera relativamente estável, nos primeiros anos do após-guerra, em parte devido às amplas reservas combiais estarem disponíveis para financiar uma expansão das importações que satisfazia à procura interna. Contudo, depois de 1947, quando essas reservas se exauriram e as fontes internas de fornecimento se mostraram insuficientes, o Brasil começou a experimentar rápidos aumentos de preços. No Rio de Janeiro, por exemplo, o custo de vida, em 1950, subiu de 11 por cento, enquanto que o aumento em qualquer dos anos anteriores, desde 1945, registrara uma taxa máxima de 6 por cento. Aumentou mais 11 por cento em 1951, e pulou para 21 por cento em 1952.

Uma tal inflação não deixava de ter seus efeitos benéficos. Criou poupanças forçadas e ajudou a redistribuir a renda para investimentos em áreas vitais. Mas o aceleramento da inflação trazia por outro lado sérias desvantagens. Em primeiro lugar, exercia efeito negativo sôbre o balanço de pagamentos, porque tornava as exportações do Brasil mais caras nos mercados mundiais, especialmente depois da onda de desvalorizações de moedas, em 1949. De vez que o cruzeiro era mantido artificialmente a um nível irreal de 18,5 por dólar, havia um forte desestímulo aos exportadores e um superincentivo equivalente para os importadores que podiam obter as necessárias licenças. A combinação de inflação interna com uma taxa de câmbio supervalorizada, agravavam também o problema do balanço de pagamentos, encorajando as remessas para o exterior, ao mesmo tempo que desencorajando os investimentos estrangeiros no Brasil.

Ortodoxia e Nacionalismo

Conhecidos êsses problemas, que estratégia de desenvolvimento econômico adotou Vargas, durante os seus dois primeiros anos de govêrno? Seria inexato dizer que êle deu prioridade máxima a medidas de industrialização integral, às expensas de todos os objetivos a curto prazo. Nem o temperamento de Vargas, nem o seu estilo político, nem as condições políticas brasileiras, teriam permitido uma atitude tão obstinada. E, o que é igualmente importante, o govêrno se defrontava com muitos problemas imediatos, que, muitas vêzes, assumiam precedência sôbre os objetivos a longo prazo, como o era a industrialização.

Às vêzes, a industrialização aparecia como o resultado inconsciente, mais que a razão de ser das medidas governamentais. Tentativas de corrigir os deficits no balanço de pagamentos, por exemplo, apresentavam um efeito parecido com o que tinham tido na década de 30 e no período imediatamente posterior à guerra: forneciam um poderoso estímulo para a criação de capacidade interna de produção, não só limitando as fontes externas de abastecimento, como canalizando as divisas disponíveis para a compra de produtos importados essenciais à industrialização.

Na prática, Vargas atacou os problemas econômicos a curto prazo, com uma política mista. No campo externo, êle tinha de se preocupar com o balanço de pagamentos e a necessidade de ajustar os ingredientes, de molde a evitar os deficits crônicos. No campo interno, êle se defrontava com o problema da inflação, com as resultantes tensões sociais, e a necessidade de encontrar uma estratégia de investimentos que elevasse ao máximo os benefícios, tanto sociais quanto econômicos, do desenvolvimento futuro.

A maneira de Vargas atacar essas questões era ambivalente. A resultante política "mista" refletia o cálculo de Getúlio quanto às paixões e interêsses que se escondiam por trás das fôrças políticas heterogêneas que êle procurava canalizar. A "mistura" era também produto dos seus próprios instintos políticos, que o inclinavam à conciliação e à solução de compromisso. De repente, Vargas viu-se envolvido entre

os conselhos econômicos conflitantes que recebia dos adeptos das três fórmulas para o desenvolvimento econômico.

Um dos lados da ambivalência de Vargas era uma política econômica que aceitava as regras tradicionais de um sistema econômico internacional, e procurava trabalhar com elas. Era uma adaptação pragmática dos princípios do liberalismo econômico e evitava deliberadamente qualquer apêlo aos sentimentos mais extremados do nacionalismo emocional. Estava mais próximo do desenvolvimentismo-nacionalismo do que de qualquer das duas outras fórmulas.

Êsse aspecto da política econômica de Vargas — o *approach* "ortodoxo" — podia ser visto em ação tanto nos aspectos internos quanto externos dos problemas econômicos brasileiros. No lado interno, Getúlio embarcou em um ousado programa nôvo de medidas de investimento coordenadas pelo govêrno. Êste esfôrço nasceu da já mencionada Missão Cooke, enviada ao Brasil pelos Estados Unidos em 1943, da Missão Abbink, enviada em 1948 e do fracassado Plano SALTE, lançado em 1948. O fato nôvo no relacionamento com os Estados Unidos era a boa vontade do govêrno americano para oferecer assistência técnica e empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento econômico de base. Em dezembro de 1950, o govêrno dos Estados Unidos concluiu um acôrdo com o Brasil para a organização da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.[17] A comissão mista começou seu trabalho em julho de 1951 e apresentou seu relatório final em dezembro de 1953. Os estudos técnicos e as sugestões de medidas por parte da comissão eram destinados, conforme suas próprias palavras, a "criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico".[18]

O trabalho da comissão mista deu grande impulso ao planejamento da política de investimentos. Um dos seus primeiros resultados foi a criação, em 1952, de um Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou BNDE, que se destinou a "anular ou reduzir as deficiências infra-estruturais que impedem o regular desenvolvimento da economia brasileira".[19] A comissão estabeleceu também objetivos e linhas-mestras para grandes programas de investimento nas áreas de transportes e

energia, que considerou como os dois principais pontos de estrangulamento da economia. A comissão declarou, francamente, que os seus projetos foram concebidos de maneira a serem "tècnicamente adaptados às exigências de instituições financeiras estrangeiras, tais como o Export-Import Bank, e o Bank for International Reconstruction and Development".[20] Estas, as principais fontes de financiamento estrangeiro para as quais o Brasil imediatamente se voltou. O Govêrno Vargas cooperou integralmente com os esforços da Comissão Mista e acolheu bem o estímulo à coordenação de um planejamento econômico para o Brasil. Vargas indicou em sua mensagem ao Congresso, em 1951, que o seu govêrno iria "facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não firam interêsses políticos fundamentais do nosso País".[21] Com sua receptividade, o regime de Vargas demonstrou que estava querendo cooperar com as normas do sistema financeiro internacional.

A figura política que ganhou crédito como o arquiteto da nova política brasileira de desenvolvimento, foi o Ministro da Fazenda, Horácio Láfer. Em setembro de 1951 Láfer anunciou um plano qüinqüenal que exigia um bilhão de dólares em novos investimentos em indústrias de base, e nos setores estrangulados de transporte e energia. O programa se tornou conhecido como Plano Láfer, e recebeu uma base financeira especial, quando o Congresso brasileiro autorizou, em fins de 1951 e meados de 1952, um Fundo de Reaparelhamento Econômico, a ser administrado pelo nôvo BNDE. Auxiliando Láfer na formulação e na administração de seus numerosos novos projetos de investimentos, trabalhou uma equipe de competentes economistas jovens, engenheiros e funcionários públicos, cujos pontos-de-vista divergentes quanto à estratégia adequada para o desenvolvimento econômico não os impediam de cooperar entusiàsticamente para o ímpeto "desenvolvimentista". Aí se incluíam homens como Glycon de Paiva, Roberto Campos e Rômulo de Almeida.

A tática desenvolvimentista moderada de Getúlio, em política econômica, também se aplicava à face externa dos problemas econômicos brasileiros. Em 1950, o Brasil beneficiara-se de um excedente de exportações da ordem de 425 milhões de dólares, na conta-corrente, em moeda atual. Mas

êsse excedente decresceu para 67 milhões em 1951, devido a um grande aumento nas importações: e se transformou em um deficit de exportação de 286 milhões de dólares em 1952, quando um declínio na receita cambial se combinou com um alto nível continuado nas importações. Em fins de 1952, era claro que o Brasil não poderia mais viver com o complexo sistema de contrôles cambiais e a supervalorização do cruzeiro. Teria que ser introduzida uma forma qualquer de desvalorização.

Em janeiro de 1953, o Govêrno Vargas adotou uma nova medida, que levava a uma política cambial mais flexível. Em essência, um sistema de taxas múltiplas de câmbio foi introduzido pela SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), Instrução 48, de fevereiro de 1953, e Instrução 70, de outubro de 1953. Ao estabelecer categorias múltiplas para diversos tipos de exportações, importações e movimentos de capital, êste sistema ajudou a restaurar as exportações brasileiras em nível competitivo no exterior, e serviu como poderoso instrumento para canalizar as importações para setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico de base.[22]

Essas modificações ajudaram também a convencer as autoridades financeiras internacionais e os investidores estrangeiros, de que o Brasil estava preparado para manter uma política de equilíbrio financeiro com o mundo exterior, pelo uso medido do mecanismo de preços, e taxas livres de câmbio — as fôrças clássicas enfatizadas pelos defensores da fórmula neoliberal.

Não obstante, a necessidade do govêrno brasileiro de talhar a sua política econômica de acôrdo com essas restrições externas repercutiu mal na política interna. Quaisquer que fôssem os fatos em causa, tal cooperação poderia sempre parecer "submissão" às exigências estrangeiras. Para justificar tais medidas, o Govêrno Vargas sucumbiu algumas vêzes à tentação de rotular os estrangeiros como os vilões que haviam obrigado o Brasil a medidas que, de fato, qualquer govêrno responsável teria que adotar. Depois de 1952, a pressão do balanço de pagamentos tinha um "efeito multiplicador" negativo sôbre a política interna. O Govêrno Vargas tentou amortecer o efeito de suas medidas econômicas "ortodoxas", perse-

guindo, simultâneamente, uma estratégia de nacionalismo econômico. Esta tarefa, Vargas abraçou com entusiasmo.

Ao retornar ao palácio presidencial, em janeiro de 1951, Vargas trouxera consigo um legado de profundas suspeitas contra os investimentos estrangeiros. Brotava daquilo que representava uma das poucas paixões políticas genuínas de Getúlio: um nacionalismo "antiimperialista", nada incomum no seu Estado natal, o Rio Grande do Sul. Dava-lhe também um elo de ligação com os políticos da esquerda, e com intelectuais que esposavam a fórmula do nacionalismo radical. Os nacionalistas radicais, por razões de tática política, bem como por convicção intelectual, recusavam qualquer papel "construtivo" ao investimento estrangeiro e se opunham acerbamente a que o Brasil "sucumbisse" frente às regras do sistema financeiro internacional.

Quando recorria à linguagem do nacionalismo econômico, Getúlio ampliava grandemente o tom xenófobo que havia usado de maneira apenas hesitante durante o Estado Nôvo. Êle falava agora de "espoliação" e da luta do Brasil contra os "trustes internacionais" que conspiravam para despojá-lo do seu lugar de direito na economia mundial. Durante a ditadura, Vargas havia cancelado duas diferentes concessões de minério de ferro, anteriormente concedidas ao investidor americano Percival Farquhar, pitoresco mas sem tato. Mas os apelos de Vargas, ao nacionalismo econômico, naquele período, eram muito em surdina. No caso do aço, por exemplo, aceitou a idéia da propriedade do govêrno, sòmente depois que a United States Steel Corporation havia declinado de investir. E a Companhia Siderúrgica Nacional, financiada pelo govêrno, se bem que pùblicamente descrita na linguagem do nacionalismo econômico, foi fundada com o apoio financeiro do govêrno dos Estados Unidos (através do Export-Import Bank).

Agora, Vargas aplicava uma fórmula nova e mais agressiva de nacionalismo econômico tanto aos aspectos internos quanto aos externos dos problemas brasileiros. No campo interno, sublinhava a necessidade de emprêsas públicas como instrumento básico da política de investimentos. Em dezembro de 1951, mandou ao Congresso um projeto-de-lei para a criação de uma emprêsa petrolífera de capital misto (que

seria chamada Petrobrás — com a maioria das ações em mãos do govêrno), que ficaria com o monopólio da perfuração de petróleo e de tôdas as refinarias, ressalvadas as refinarias já existentes que teriam permissão de permanecer sôb propriedade particular, e a distribuição dos produtos do petróleo que continuaria em mãos de particulares. A proposta levantou uma campanha acirrada que dividiu as opiniões, entre os intelectuais, oficiais militares, homens de negócios e políticos, antes que a lei fôsse finalmente aprovada, em outubro de 1953. A maioria das opiniões parecia favorável à criação dessa emprêsa estatal. Mas o tom agressivo dos que lideraram a campanha dava a impressão de uma cruzada apaixonada para assegurar a "emancipação" do Brasil da sua condição de "colônia econômica".[23]

A posição nacionalista radical sôbre a questão do petróleo foi reforçada pela adoção, por parte do Partido Comunista, de uma atitude agressivamente antiamericana, em princípios da década de 50. Como a guerra fria se transformava em guerra aberta na Coréia, o PCB seguia a linha de Moscou e concentrava o seu fogo sôbre os abusos "imperialistas" no Brasil. Os comunistas se apoderaram da lei da Petrobrás e tentaram ultrapassar Vargas pela esquerda. Atacaram a idéia de uma emprêsa de petróleo mista, e lançaram uma campanha de propaganda para desacreditar os nacionalistas moderados como "entreguistas" disfarçados. A tática comunista apanhou Vargas desprevenido e tornou mais difícil para o presidente diferenciar entre a posição moderada do desenvolvimentismo-nacionalismo e o extremismo dos nacionalistas radicais.

As emprêsas internacionais de petróleo eram alvos excelentes para a propaganda nacionalista extremada. A lembrança de seu comportamento monopolista, em fins do século dezenove (que ajudou a criar a necessidade da legislação antitruste, nos Estados Unidos) e a lembrança da sua íntima colaboração com políticos corruptos do mundo subdesenvolvido, muitas vêzes através de intermediários inescrupulosos, forneciam aos nacionalistas as provas para as suas acusações de que aos interêsses petrolíferos internacionais não deveria ser confiado o desenvolvimento de um setor tão vital da economia nacional. No Brasil, havia constantes acusações contra

campanhas de publicidade fartamente financiadas e de subornos oferecidos por companhias petrolíferas estrangeiras, para evitar a criação de um monopólio estatal para a produção de petróleo.

Vargas podia constatar que a maioria da opinião pública, mesmo entre a classe média, era a favor de uma solução "nacionalista" para a questão do petróleo. Mas êle preservou o seu distanciamento, deixando aos seus conselheiros e aliados da esquerda o uso da linguagem mais extremada do nacionalismo radical na campanha da Petrobrás, que se estendeu por 1952 e até 1953. Enquanto isso, Getúlio preservava a sua própria imagem de principal intermediário, que podia reconciliar as fôrças políticas em conflito em assunto de tão grande importância, fazendo ressaltar apenas a imperiosa necessidade na solução do problema, como campeão dos sentimentos de nacionalismo econômico. Em 1953, o debate sôbre a política petrolífera havia empolgado a atenção pública a um grau que superava de longe o de qualquer assunto político desde 1945.

Mas a controvérsia evoluiu de modo a frustrar aquêles nacionalistas radicais que queriam ver tôdas as indústrias básicas nas mãos do Estado. Havia uma predisposição entre os setores moderados no sentido de apoiar a lei da Petrobrás, como intervenção estatal indispensável em uma área muito especial, de vez que o petróleo era diferente e que, portanto, justificava medidas diferentes. Ésses moderados não desejavam excluir em princípio os investimentos estrangeiros. Além disso, a campanha em favor da Petrobrás estava gerando um tal entusiasmo popular que os políticos, que haviam anteriormente esposado doutrinas do neoliberalismo, tornaram-se sùbitamente adeptos do monopólio estatal. Em 1953, a UDN propôs emendas ao projeto de lei de Vargas, pelas quais seriam nacionalizadas as refinarias já existentes, ao passo que a proposta de Vargas permitia às refinarias já existentes continuar em mãos particulares. A vantagem política a ser tirada da tomada de uma posição nacionalista diante da questão do petróleo era tão grande que mesmo os antigetulistas estavam tentando parecer mais nacionalistas que o presidente.

Do ponto-de-vista do planejamento econômico, Vargas havia optado pela solução nacionalista para um problema de

política de investimentos, em uma área de estrangulamento. Propôs solução semelhante para a área de energia elétrica, que seria vastamente ampliada por uma nova emprêsa, chamada Eletrobrás, dirigida pelo Estado, para complementar as instalações de emprêsas estrangeiras que constituíam um dos alvos tradicionais dos ataques dos nacionalista militantes e do antagonismo popular. A Eletrobrás permaneceu em grande parte no papel durante a presidência de Vargas, ao passo que a lei da Petrobrás foi aprovada em outubro de 1953. No processo da sua aprovação, Vargas havia dado outra oportunidade aos que desejavam radicalizar a opinião pública com relação ao tema geral dos investimentos particulares estrangeiros, transferindo-as para uma rêde de emprêsa pública.

O projeto-de-lei da Petrobrás não era apenas um exemplo de política "nacionalista" de investimentos; era também uma tentativa de aliviar a tensão crescente no balanço de pagamentos, substituindo, por fontes internas de suprimentos de petróleo, o petróleo importado, que estava consumindo as escassas divisas estrangeiras. Houve outras medidas reveladoras das indicações de Getúlio por soluções "nacionalistas", para o problema do balanço de pagamentos. Uma delas foi a sua marcante animosidade contra firmas estrangeiras acusando de "exorbitantes" as remessas de lucros para as suas matrizes no exterior. Em 31 de dezembro de 1951, Vargas pronunciou um violento discurso em defesa da sua lei da Petrobrás, apresentada pouco antes, no mesmo mês, advertindo que ninguém "deve exigir do Brasil colaboração e sacrifício distribuindo aos outros os benefícios". Prosseguiu atacando as emprêsas estrangeiras pelas remessas de lucros exorbitantes.[24] Durante a segunda metade de 1951, Vargas alarmara-se com a elevada taxa de remessas, que havia sido estimulada pela supervalorizada taxa brasileira de câmbio. Em 1950, as remessas de lucros totalizaram 83 milhões de dólares (aproximadamente o mesmo nível que nos dois anos anteriores), mas em 1951, saltaram para 137 milhões de dólares. Em fins de 1951, Vargas nomeou uma comissão de técnicos em finanças para estudar o problema. Baseado no relatório, que lhe foi apresentado, concluiu que o govêrno deveria impor novos contrôles sôbre a remessa de lucros. Trouxe essa questão a debate público, em um discurso apaixonado, em 31 de dezembro de 1951.

Por cálculo, ou por instinto, decidira explorar sentimentos de nacionalismo econômico e de animosidade popular contra os investimentos estrangeiros, como justificativa para uma mudança de política que poderia, no entanto, ser defendida em linguagem menos emocional.[25]

Em janeiro de 1952, Vargas emitiu um decreto que impunha um limite de dez por cento para as remessas de lucros. A entidade monetária (SUMOC) recebeu podêres para aplicar êsse limite, apenas quando julgasse necessário diante da pressão do balanço de pagamentos. Já que os preços de exportação permaneceram animadores durante 1952, as autoridades da SUMOC preferiram não exercer êsse poder, e o decreto, que havia sido justificado em linguagem de crise, permaneceu em grande parte, letra morta. Contudo, à medida que se estreitava o campo das manobras políticas, Vargas voltou a essa questão e repetiu seus ataques contra a remessa de lucros. Em 21 de dezembro de 1953, queixou-se amargamente de que o seu plano para a Petrobrás, agora transformado em lei, e o seu projeto da Eletrobrás, ainda em fase de planejamento, estavam sendo "sabotados" pelas "emprêsas privadas", que "têm em cruzeiros duzentas vêzes o capital que empregaram em dólares para levá-los para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando".[26]

Em têrmos políticos, o problema de Vargas era manter o delicado equilíbrio entre ortodoxia e nacionalismo na política econômica. De 1951 até 1953, o seu *approach* foi dialético. Medidas moderadas tinham que ser contrabalançadas por medidas nacionalistas. Ataques ao capital estrangeiro, por exemplo, tinham que ser contrabalançados por liberalização do câmbio. Essa estratégia atingiu seu ponto culminante em outubro de 1953, quando o projeto da Petrobrás, objeto de longa campanha nacionalista, com pesadas entonações antiestrangeiras, transformou-se em lei. No mesmo mês, o govêrno emitiu novos regulamentos, instaurando o sistema de taxas múltiplas de câmbio, que facilitaria os investimentos estrangeiros e ajudaria a restaurar o equilíbrio financeiro do Brasil com o mundo exterior, através do mecanismo de preços. Era típico do estilo de Vargas. No correr de 1953, contudo, os acontecimentos da vida política tornaram essa política mista cada vez mais difícil de manter.

Focos de Oposição: a UDN e os Militares

Era inevitável que o retôrno político de Vargas despertasse ressentimentos amargos entre os seus adversários. Getúlio esperava poder, através de uma variedade de táticas, desarmar a oposição. Acima de tudo, estava decidido a se vingar històricamente, demonstrando a sua vocação "democrática". Nessa situação, Vargas dispunha de um ativo aparente: uma grande parte da elite política estava pronta a cooperar com a nova era de Vargas. Como lamentava *O Estado de São Paulo* em editorial, pouco depois da vitória eleitoral de Vargas, "em tôdas as classes, a começar pelas chamadas classes superiores, o que se nota é uma vontade imensa de acomodação".[27]

O cenário político que encontrou no início da década de 50 era mais difícil de dominar que qualquer outro que já tivesse enfrentado em seus anos de poder, entre 1930 e 1945. Vargas, agora, presidia um sistema político aberto e fluido. Os votos mobilizados pelos chefões do interior estavam caindo de importância, enquanto que o eleitorado urbano continuava a crescer ràpidamente. As possibilidades da política de massas, demonstradas em primeiro lugar por Ademar de Barros em 1947, eram mais valorizadas ainda pelo firme crescimento do PTB.[28]

Lá por meados da década de 30, Vargas tinha podido contar com o apoio final dos militares superiores, bem como dos políticos do centro e da direita, para medidas de "emergência", das quais o golpe de novembro de 1937 foi a conclusão lógica. Agora, Vargas enfrentava um centro desconfiado, implacável oposição da direita e um Exército neutro, na melhor das hipóteses. Na Câmara dos Deputados, em 1951, o govêrno enfrentava uma complexa mistura de fôrças políticas. O PSD ainda tinha a maioria parlamentar (112), seguido pela UDN (81), o PTB (51) e o PSP (24); as restantes 36 cadeiras estavam divididas entre oito partidos menores. A maioria era "centrista", indecisa com respeito a pon-

tos fundamentais das diretrizes políticas, mas não inclinada a aceitar fórmulas radicais oferecidas quer pela direita, quer pela esquerda. O ministério heterogêneo de Getúlio, nomeado em janeiro de 1951, revelava uma estratégia destinada a garantir o apoio de tantos setores políticos quanto possível.

Os adversários mais irreconciliáveis de Vargas não esperaram pela sua posse para iniciar seus ataques contra o presidente recém-eleito. Pouco depois da contagem dos votos, em outubro de 1950, a UDN, chefiada pelo Deputado Aliomar Baleeiro, tentou impedir a posse de Vargas, argumentando que uma interpretação rígida da Constituição exigia que o candidato vencedor recebesse a maioria absoluta nas eleições presidenciais. Os intransigentes líderes udenistas receberam a adesão de Carlos Lacerda, um brilhante jornalista jovem e militante antigetulista. Pelo raciocínio dêles, mesmo os 48,7 por cento de votação para Vargas ficara aquém do mínimo necessário. Infelizmente, para êsses advogados descontentes da UDN, a Constituição se referia a uma simples maioria de votos. Além disso, a UDN não havia descoberto essa ambigüidade legal até depois da derrota do seu próprio candidato, cuja vitória só poderiam ter esperado com a pluralidade. A UDN levou seu apêlo ao Tribunal Superior Eleitoral, o órgão autorizado para examinar o resultado das eleições e proclamar os vencedores. Antes que o tribunal se reunisse, em dezembro, a UDN e a imprensa conservadora como *O Estado de São Paulo*, encheram os ares de terríveis advertências de que Vargas, se lhe fôsse permitido assumir a Presidência, tencionava impor ao Brasil uma nova ditadura.[29]

Essas cassandras não conseguiram convencer a maioria dos oficiais superiores do Exército, que permaneceram teimosamente comprometidos com a "legalidade". O Presidente Dutra e seu Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, anunciaram que respeitariam a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Mesmo essa afirmativa não foi bastante para os generais ativistas, como Estillac Leal e Zenóbio da Costa, que declararam abertamente em uma reunião no Clube Militar, a 15 de novembro, que Vargas estava eleito. Êstes generais estavam, com efeito, aconselhando o Tribunal a não acolher os argumentos jurídicos da UDN.[30] Baleeiro tentou, então, desesperadamente, introduzir uma cunha entre Vargas

e o corpo de oficiais, referindo-se à influência deletéria que o ex-ditador havia exercido no Exército durante o Estado Nôvo. Góes Monteiro refutou irritadamente a acusação de Baleeiro e, por sua vez, acusou o porta-voz da UDN de invocar o prestígio do Exército, "quando V.ª S.ª quer apenas defender os interêsses do partido a que pertence". Na verdade, Góes estava dizendo que a UDN, tendo fracassado contra Vargas, nas urnas, não podia agora esperar que o Exército a salvasse da derrota eleitoral.[31] O tribunal se reuniu em dezembro e proclamou Vargas e Café Filho legalmente eleitos presidente e vice-presidente.

Uma vez no poder, Vargas estudou a sua situação e resolveu tentar o impossível. Tentou trazer seus velhos inimigos — tantos quantos pudessem ser seduzidos — para o aprisco governamental. Esta era uma tática que Getúlio havia usado muitas vêzes no passado — juntar fôrças com seus ex-inimigos. Mas como poderia persuadir a UDN a renunciar à sua *raison d'être* — o antigetulismo? Durante todo o ano de 1951 e a primeira metade de 1952, êle animou um grupo de "coordenadores" em suas abordagens destinadas a trazer a UDN para o govêrno. A intenção era fortalecer o apoio a Vargas entre a classe média urbana, que estava crescendo de importância eleitoral, mas que continuava confusa quanto à direção adequada para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Êsses movimentos conciliatórios em direção à UDN, nunca tornados públicos pelo próprio Getúlio, fracassaram em seus propósitos. Conseguiram, contudo, levantar a oposição de alguns líderes do PTB, cuja insatisfação contra Vargas se havia tornado óbvia em setembro de 1951, com a renúncia do único membro do PTB no Ministério — o Ministro do Trabalho, Danton Coelho. Os esforços dos "coordenadores" mobilizaram também a zanga do PSD, que temia uma perda de prestígio e influência caso a UDN ingressasse no govêrno. Em meados de 1952, a tática de conciliação com a UDN ruiu. Daí em diante, Vargas perdeu as esperanças de ganhar o apoio do partido que havia sido criado como veículo do antigetulismo.[32]

Se considerada simplesmente em têrmos de votos — quer dentro do Congresso, quer no seio do eleitorado — o insucesso na tentativa de dividir a UDN (e os partidos conserva-

dores dissidentes), não foi de nenhuma significação crucial para o govêrno. Vargas poderia lidar com o maior partido isolado, o PSD, aos votos do qual êle podia somar os do seu próprio PTB. Ainda assim, a amargura do sentimento antigetulista era um elemento peçonhento na atmosfera política, porque poderia fàcilmente ser transformado na espécie de pensamento antidemocrático que havia contribuído para minar a democracia brasileira na década de 30. A inversão de posições era irônica. A volta de Vargas ao poder, através das urnas, abalava a fé dos constitucionalistas liberais na nova ordem democrática. Ao olhos dêsses ex-campeões da redemocratização, o próprio fato da eleição de Vargas significava que a democracia no Brasil não estava funcionando.

Êsse ponto-de-vista era compartilhado por certos militares de patente inferior em contato com Lacerda e extremistas da mesma opinião, dentro da UDN, incondicionalmente contrários à volta de Getúlio, e que, em 1945, haviam tentado excluir o ex-ditador de *tôda e qualquer* atividade política, depois da sua deposição. Mas êsses oficiais inferiores constituíam uma minoria. O General Góes Monteiro, ainda a *éminence grise* da política dos oficiais superiores, deu o seu *imprimatur* à posse de Getúlio. O apoio de Góes era indispensável, pois continuava a desfrutar de prestígio entre os oficiais antigetulistas que se lembravam do seu papel ao preparar a saída de Vargas em 1945. Além disso, havia outros destacados generais, como Estillac Leal e Zenóbio da Costa, que apoiavam abertamente a posse de Getúlio. A sua volta à Presidência não estava, portanto, em perigo de ser vetada pelo Exército — o árbitro final do poder no sistema político brasileiro.[33]

Mas a aquiescência militar estava longe de ser incondicional. Quando Góes Monteiro fôra inquirido sôbre a possível candidatura de Getúlio, replicou que esta seria aceitável para os militares enquanto Vargas "respeitasse, não só a Constituição, como os direitos impostergáveis dos militares".[34] Getúlio teria que continuar a justificar os seus atos perante o corpo de oficiais. A manutenção do apoio militar seria tão importante quanto a do apoio dos políticos civis e do público. De fato, a formação da opinião dentro dos setores civis e militares estava intimamente interligada, devido ao modo pelo

qual o Exército Brasileiro espelhava as opiniões e as tensões dentro da sociedade brasileira.

A nomeação, por Vargas, do General Estillac Leal, para seu primeiro Ministro da Guerra, mostrava estar êle plenamente consciente disso. Em 1945, Estillac manifestara simpatias aos Queremistas da ala esquerda, que faziam campanha para manter Vargas na presidência, enquanto era redigida uma nova Constituição. A sua nomeação para Ministro da Guerra, em 1951, indicava que Vargas queria fortalecer o campo nacionalista da ala esquerda, dentro do corpo de oficiais. Mas essa nomeação de modo algum punha têrmo às diferenças de opinião no Exército, com respeito a Vargas e suas medidas. Na realidade, a facção nacionalista dentro da oficialidade não era tão forte quanto pode ter parecido a Vargas em 1950. No começo do ano, as eleições para a diretoria (presidente e vice-presidente) do Clube Militar, sempre um indicador da opinião da oficialidade, deram a vitória à chapa nacionalista dos Generais Estillac Leal e Horta Barbosa. O candidato derrotado foi o General Cordeiro de Farias, que surgira como um dos principais porta-vozes da facção anticomunista no seio do Exército (o Clube Militar compreendia apenas oficiais do Exército — havia o Clube Naval, para a Marinha e o Clube da Aeronáutica, para a Fôrça Aérea).

Vargas, naturalmente, voltou-se para a ala nacionalista do Exército, em busca de apoio, ao empreender o seu ambicioso programa econômico "desenvolvimentista". O General Horta Barbosa, por exemplo, que era um dos principais defensores da Petrobrás, e que, anteriormente, havia sido o primeiro presidente do Conselho Nacional de Petróleo (criado em 1938), representava o tipo de nacionalismo militar que Getúlio esperava atrelar nas suas maquinações políticas na década de 50, assim como, anteriormente, procurou capitalizar o nacionalismo econômico dos militares durante o Estado Nôvo. Infelizmente para Vargas, o ano de sua eleição foi também o ano em que a guerra fria se transformou em conflagração aberta entre os Estados Unidos e o satélite comunista da Coréia do Norte. Mais uma vez, como em 1945, a sombra dos acontecimentos internacionais se atravessava na carreira de Getúlio.

O agravamento do conflito entre os dois blocos teve efeito imediato sôbre o Exército Brasileiro. O Brasil foi o único país latino-americano que mandou tropas para lutar ao lado das fôrças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Estava ainda bem vivo o sentimento da lealdade ideológica e pessoal resultante da estreita colaboração entre os militares americanos e brasileiros durante a guerra. Como conseqüência, a questão do nacionalismo, anteriormente limitada em primeiro lugar a questões de medidas domésticas de economia, sùbitamente assumiu um significado político muito maior. A questão política tornou-se dramática quando o Partido Comunista do Brasil, correspondendo ao endurecimento da linha de Moscou, no início da década de 50, adotou uma posição agressivamente antiimperialista.[35] O PCB tentou identificar o nacionalismo econômico de Vargas com o antiamericanismo e, dêsse modo, explorar as questões de política econômica para seus próprios desígnios políticos.

Dentre a oficialidade do Exército havia alguns nacionalistas radicais que compartilhavam, em parte, com a atitude do Partido Comunista com relação à disputa militar entre os dois blocos mundiais. Em fins de 1950, a *Revista do Clube Militar*, publicação oficial do Clube, que tinha como diretor um major da extrema nacionalista, publicou um artigo que sugeria serem os Estados Unidos responsáveis pelo início da Guerra da Coréia, e recomendava que o Brasil deveria preservar a mais estrita neutralidade na questão. Houve reação imediata e irritada por parte de outros membros do Clube que não queriam saber de um nacionalismo dotado dessas roupagens geopolíticas. A imprensa conservadora estava, dentro em pouco, repleta de cartas de protesto de oficiais anticomunistas. Em princípios de dezembro, 600 oficiais lançaram um manifesto denunciando os pontos de vista "russófilos" expressos no artigo da *Revista*. Como a grita aumentava, a diretoria do Clube Militar anunciou, em meados de dezembro, a suspensão da *Revista*, de forma a garantir, para o corpo de oficiais, "o clima de unidade que deve ter".[36]

Em novembro, Estillac Leal, como Presidente do Clube, já havia tentado, diplomàticamente, dissociar-se dos pontos-de-vista antiamericanos dos oficiais extremistas, mas o golpe em seu próprio prestígio, não obstante, tinha sido grande. Depois

de se tornar Ministro de Vargas, em janeiro de 1951, Estillac continuou a ser alvo de uma campanha por parte de um grupo de oficiais da oposição, que recusavam mesmo a posição nacionalista moderada, representada pelo Ministro da Guerra. Êles a atacavam como sendo "jacobinismo", "falso nacionalismo" e "nacionalismo emocional". Êsses opositores também se consideravam "nacionalistas", mas eram menos radicais com relação às duas questões que haviam recentemente polarizado as opiniões no seio da oficialidade. Uma, era uma controvérsia quanto ao papel adequado do capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais brasileiros, especialmente o petróleo. A segunda, era a política que o Brasil deveria adotar na guerra fria. Essa questão se tornava urgente, devido à pressão dos Estados Unidos para que o Brasil ratificasse os acôrdos militares, negociados em 1951-52. Havia também uma "sugestão" americana (recusada pelo govêrno de Vargas), para que o Brasil mandasse tropas para lutar na Coréia.

A ala nacionalista, chefiada por Estillac Leal, deu forte apoio ao projeto de Vargas para a Petrobrás, apresentado pela primeira vez ao Congresso em dezembro de 1951. Os nacionalistas advogavam também uma linha mais independente na política exterior e pregavam cuidado em seguir a liderança americana na guerra fria, embora a maioria dos oficiais nacionalistas ficasse muito aquém dos pontos-de-vista antiamericanos extremados, mantidos pelos seus colegas que assinaram o célebre artigo da *Revista* sôbre a Guerra da Coréia.

A controvérsia entre nacionalistas e anticomunistas prosseguiu durante 1951. Em começos de 1952 a linguagem entre as duas facções tornou-se abusiva. Os oficiais nacionalistas acusavam os seus adversários de "entreguistas", epíteto preferido dos nacionalistas radicais para ridicularizar os seus opositores. Tinha uma conotação de traição. A oposição contra-atacava, acusando a ala nacionalista de colaborar com os "demagogos" e os "agitadores", que serviam consciente ou inconscientemente aos interêsses do comunismo internacional.[37] O debate, entre os oficiais, tornou-se tão acerbo e a oposição ganhou tanto terreno que Estillac Leal foi forçado a demitir-se do Ministério da Guerra, em março de 1952.

Parte das dificuldades de Estillac Leal se originava do agravamento das suas relações pessoais com outro general-lí-

der, o anticomunista declarado Zenóbio da Costa. Estillac Leal mostrou-se também incapaz de manter a "disciplina" no seio da oficialidade, insatisfeita diante da pouca diligência do ministro quanto às prementes questões de níveis salariais e melhoria de equipamento. Vargas nomeou seu nôvo Ministro da Guerra, o General Ciro do Espírito Santo Cardoso, que prometeu usar de mão firme. Bem cedo colocou-se na defensiva aos propósitos da ala nacionalista dos oficiais.[38] A luta entre as duas alas continuava acirrada. Alguns oficiais jovens, da ala nacionalista, convenceram Estillac Leal de que não deveria desistir sem luta, pressionando não só a êle, como ao General Horta Barbosa no sentido de aceitarem a candidatura à reeleição na diretoria do Clube Militar, contra a chapa de oposição encabeçada pelos Generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo.[39]

Estillac Leal aceitou o desafio e em breve se empenhava em uma ardente campanha. Etchegoyen e Nelson de Melo foram apoiados pela Cruzada Democrática, grupo de oficiais que recusavam o nacionalismo da ala esquerda, de Estillac Leal, e propunham, em seu lugar, um "nacionalismo racional", de aceitação menos crítica aos investimentos particulares estrangeiros e pronto a seguir a liderança americana na guerra fria, como, por exemplo, ratificando imediatamente os acôrdos militares com os Estados Unidos.[40] Os partidários de Estillac Leal, por outro lado, advertiam que o Brasil tinha que manter uma vigilância rigorosa, tanto sôbre a sua soberania quanto sôbre a exploração de seus recursos naturais.[41]

A campanha eleitoral foi de âmbito nacional. Os partidários das duas chapas pregavam seus pontos-de-vista entre os oficiais das principais regiões militares. A maioria da imprensa, que era antigetulista e violentamente contrária ao nacionalismo da ala radical, apoiou Etchegoyen e Nelson de Melo. Falava-se de violências entre os oficiais e convocados, em ambos os lados. As prisões preventivas eram freqüentes. Os partidários de Estillac Leal queixavam-se amargamente de que os oficiais nacionalistas haviam sido sistemàticamente transferidos dos comandos-chave durante a era de Dutra. Essas queixas tinham relevância especial, de vez que Estillac Leal tinha falhado em neutralizar essas transferências durante seus treze meses como Ministro da Guerra. Os "nacionalistas" sofriam também de expurgos e prisões de oficiais acusados de serem comunistas e "subversivos".[42]

As eleições para a presidência do Clube Militar realizaram-se a 21 de maio de 1952. Etchegoyen e Nelson de Melo receberam 8 288 votos, quase o dôbro dos 4 489 votos para Estillac Leal e Horta Barbosa. Era uma derrota surpreendente para a ala nacionalista. Era também de importância crucial para os próprios projetos de Vargas. Como presidente, êle só poderia continuar no cargo enquanto mantivesse o apoio da maioria da opinião militar. O nacionalismo, na forma avançada de Estillac Leal e seus adeptos, recebera formal repúdio da grande maioria dos oficiais. Êsse resultado refletia as verdades políticas do setor civil, onde a opinião também estava dividida. Para poder reconquistar a presidência, Vargas havia conseguido seus votos através de uma combinação de apelos, dos quais o nacionalismo e a linguagem mais ambígua do populismo eram apenas dois dos ingredientes. Nem no setor civil nem no militar o nacionalismo radical conseguira apoio que se aproximasse nem mesmo de uma quase maioria.

Do ponto-de-vista de Vargas, êsse era um fato importante, mas não decisivo. A sua estratégia política, em meados de 1952, ainda visava a conseguir e manter o apoio de tantas classes e setores quanto possível. O apêlo aos sentimentos nacionalistas que animavam a esquerda, era apenas uma das cordas do seu arco. Igualmente importantes eram os seus esforços para reter o apoio dos setores políticos tradicionais, representados, acima de tudo, pelo PSD.

Ainda que não alterasse de pronto a sua estratégia política, a verdade é que Vargas pesou os prós e contras. À direita, os gestos conciliatórios em direção à UDN haviam fracassado, enquanto que, à esquerda, o apoio ao nacionalismo da ala esquerda se havia mostrado minoritário entre os militares, da mesma forma que entre o público em geral. Além disso, Getúlio estava sob uma crescente onda de amargas críticas, tanto de parte da esquerda quanto da direita, nas suas tentativas de conciliação com os extremos opostos.

O campo de Vargas para as manobras políticas se estreitava cada vez mais, circunscrito pela dificuldade de acertar as decisões na área da política econômica. Essas decisões

afastariam inevitàvelmente alguns setores e classes, sem satisfazer à maioria de uma só vez. Tendo Vargas objetivos políticos mais ambiciosos do que Dutra, o preço político das medidas econômicas seria inevitàvelmente mais alto do que nos anos de 1945 a 1950. Pela segunda metade de 1952, essas escolhas difíceis nas diretrizes da economia eram inevitáveis.

Aumentam as Tensões Sociais

O impulso do Brasil para a industrialização e para maior autonomia econômica tinha que despertar tensões sociais, especialmente entre as classes tradicionais ligadas ao comércio de exportação e importação. Êsses grupos temiam a perda de importância relativa e de *status*, mas não estavam necessàriamente preparados para se oporem à industrialização *per se*. Podiam, contudo, entrar em pânico diante do temor de que as modificações sociais e econômicas resultantes se operassem brusca ou indevidamente ou que a estrutura social existente pudesse ser derrubada.

Devido a êsse temor, os apelos emotivos ao nacionalismo econômico constituíam uma estratégia perigosa. Tais apelos tendiam a relacionar a idéia do nacionalismo com os pontos-de-vista radicais quanto à reestruturação da sociedade brasileira. Antes que possamos compreender essa ligação, devemos examinar mais detidamente o apêlo político do nacionalismo.[43]

Vargas compreendera acuradamente que o nacionalismo, em particular quanto às questões econômicas, atraía uma ampla faixa da opinião pública. Mesmo entre os chefes políticos mais tradicionais do interior brasileiro, havia, algumas vêzes, uma profunda suspeita contra os investimentos estrangeiros. Artur Bernardes, por exemplo, era um crítico incansável dos interêsses estrangeiros na mineração. Êle havia ajudado a bloquear e, finalmente, cancelar a concessão de minérios de Itabira ao investidor americano Farquhar, nas décadas de 20 e 30. Depois de 1945, como líder do partido mineiro dissidente, conhecido como Partido Republicano, ou PR, foi um dos principais defensores da lei da Petrobrás. O seu apaixonado nacionalismo econômico era inusitado, mas não único entre a elite política orientada no sentido tradicionalista.[44]

A classe média sentia uma atração instintiva pelas doutrinas do nacionalismo econômico, especialmente os membros da classe média que se identificavam com a industrialização e a modernização e que sentiam que o Brasil precisava estabelecer contrôle sôbre a direção da sua própria economia. Naturalmente, a classe média se beneficiaria muito de um aumento de autonomia. Seus membros preencheriam os postos administrativos e técnicos que o desenvolvimento econômico exigia e criava.[4] Compreendiam, igualmente, a necessidade que tinha o Brasil de atingir ràpidamente a "maturidade" política e cultural, com tudo o que o têrmo implicava. Òbviamente, êsses sentimentos nacionalistas eram mais fortes no seio da classe média que era pró-industrialização, do que entre aquêles que, consciente ou inconscientemente, se identificavam com uma economia de exportação agrícola. Para os observadores que ainda não estavam convencidos da fôrça dos sentimentos nacionalistas no seio da classe média, a campanha da Petrobrás era uma prova convincente.

A classe da qual se poderia esperar com mais certeza uma resposta positiva aos apelos nacionalistas, era a classe operária urbana. O entusiasmo despertado pela campanha da Petrobrás era indubitável entre os assalariados urbanos. De fato, a linguagem do nacionalismo econômico parecia-lhes mais fácil de entender do que a idéia do conflito interno de classes.

O nacionalismo econômico, portanto, poderia ser muito útil como meio de edificar um consenso popular. O nacionalismo era um sentimento que podia unir brasileiros de diversas classes e setores, dar-lhes um senso de comunidade. Como argumentavam os apologistas intelectuais do nacionalismo desenvolvimentista, a identificação com a nação em um esfôrço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento.

Mas a estratégia do nacionalismo econômico tinha também seus perigos. Era perigosa porque podia aprofundar a divisão política do país. Se o nacionalismo tivesse sido meramente uma questão de xenofobia ou de ambições da classe média, seus perigos não teriam sido grandes. Infelizmente, contudo, os mais ativos instigadores políticos do nacionalismo

eram também revolucionários internos, partidários da fórmula econômica do nacionalismo radical. Alguns eram intelectuais marxistas, outros membros do Partido Comunista, enquanto outros ainda eram esquerdistas radicais, que não se sujeitavam a qualquer disciplina política ou intelectual. Suas doutrinas, dirigidas contra os investimentos estrangeiros e a política capitalista com relação ao Brasil, enquadravam-se numa estratégia mais ampla, que visava a reestruturar radicalmente o sistema econômico e social dentro do país. Em outras palavras, esta campanha antiestrangeira destinava-se a ser o primeiro estágio de um processo de radicalização política, cujo objetivo final seria uma redistribuição radical do poder entre as classes. Dêsse ponto-de-vista, a questão das diferentes táticas a curto prazo não era importante. Quer a política imediata fôsse a revolução ou a cooperação limitada com o "sistema", o objetivo final permanecia implícito.

A opinião do centro, especialmente entre a classe média, estava, portanto, apreensiva quanto aos propósitos finais de uma campanha nacionalista. E o que seria, se a classe operária fôsse despertada para uma profunda insatisfação com a sua própria sorte? Quais eram os propósitos a longo prazo, dos "demagogos" que atacavam os estrangeiros, em uma linguagem que poderia fàcilmente ser empregada para incitar a luta interna de classes? Seria o nacionalismo o cavalo de batalha da subversão e da revolução?

Os propagandistas e os políticos da extrema direita jogavam com êsses temores. A ala direita da oposição era liderada por porta-vozes das classes tradicionais que se opunham à industrialização. Adotaram o lema nacionalista, de molde a converter para suas próprias fileiras políticas os membros confusos da classe média que poderiam ser afastados, por mêdo, do apoio às medidas de industrialização e desenvolvimento de Vargas; por mêdo, em suma, de que o Brasil estivesse sendo conduzido pelo desfiladeiro do suicídio da classe. Os radicais da direita jogavam também as lembranças do Estado Nôvo entre a classe média e com os melindres da burguesia ultrajada, recordando a superdemonstrada habilidade de Getúlio para negociar acôrdos políticos virtualmente com qualquer grupo político. Antigetulistas profissionais, como Carlos Lacerda, atacavam o nacionalismo político como sendo um

pernicioso instrumento de subversão, que Vargas utilizava para manter no poder a sua rêde de corruptos parceiros políticos. A sua barganha eleitoral com Ademar de Barros, em 1950, fornecia a prova, para êsses críticos, da irresponsabilidade e do cinismo políticos de Getúlio.[45]

Apelando para os sentimentos de nacionalismo econômico, Vargas estava, portanto, numa corda-bamba. Tentava ajustar o seu *approach* nacionalista e ortodoxo a uma estratégia complexa, destinada a manter o apoio das diferentes classes ou partes da mesma classe em estados de espírito diferentes. O seu *approach* misto com relação às diretrizes econômicas era político, inspirado pela necessidade de garantir a maioria no Congresso e no eleitorado.

Mas, quanto ao problema da inflação — diversamente do deficit do balanço de pagamentos, ou dos pontos estruturais de estrangulamento — o govêrno de Vargas não podia conceber mistura alguma de ortodoxia e nacionalismo. Diversamente das áreas da política de investimentos e da política de comércio exterior, onde as tensões sociais eram despertadas de modo apenas indireto, através das associações políticas com os nacionalistas e os moderados, na política salarial e de crédito, o interêsse imediato de cada classe era visível.

A inflação agravava as tensões sociais, porque tornara dramáticas as alterações na distribuição da renda, e criava incertezas quanto à participação na mesma. Se a poupança forçada era uma técnica valiosa para os investimentos, poderia não ser vista com simpatia pelo setor que havia sido forçado a se abster do consumo. Os constantes aumentos de preços e a necessidade freqüente de reajustar os pagamentos e salários concentravam a atenção pública na questão de como os benefícios e sacrifícios do desenvolvimento econômico seriam distribuídos.

O grupo que mais sofria com o aumento do custo de vida era a classe operária urbana. Quando Vargas assumiu a presidência, não tinha havido aumento no salário-mínimo decretado oficialmente, desde 1943. Os anos de Dutra haviam, de fato, testemunhado uma perda da renda real no setor assalariado. Em dezembro de 1951, o govêrno de Vargas decretou um nôvo salário-mínimo que pouco mais fêz que cobrir

os mais recentes aumentos de preços. Os protestos operários contra o custo de vida haviam sido atalhados depois de 1947 pela dura política do govêrno de Dutra, que "interveio" em muitos sindicatos trabalhistas e expurgou as suas lideranças. Êsses movimentos foram coordenados com o fechamento do Partido Comunista, em 1947. O govêrno de Vargas, contudo, propositadamente, permitiu o retôrno ao poder dos líderes operários mais radicais. Como resultado, êstes ràpidamente se organizaram para pressionar em favor de maiores salários.[46] A classe média também se mostrava apreensiva com os aumentos do custo de vida. Com relação a êste, o arrôcho era mais difícil de medir, porque os seus rendimentos não estavam presos a um salário decretado pelo govêrno. Mas os que trabalhavam na burocracia governamental sofriam de persistentes atrasos nos ajustes salariais. A ameaça resultante contra a sua condição social era séria.

As tensões sociais criadas pela inflação cresceram, portanto, no segundo e terceiro anos do nôvo período de Vargas como Presidente. Quaisquer tentativas antiinflacionárias e de estabilização podiam provocar a oposição de todos os setores da economia. Por outro lado, a necessidade de medidas antiinflacionárias se havia tornado inelutável.

Uma Nova Estratégica Política

Essa necessidade de introduzir medidas de estabilização, foi um dos fatôres que levaram Vargas a reorganizar o seu Ministério, em junho-julho de 1953. As mudanças ministeriais foram também uma reação para reavivar o prestígio do presidente em declínio. Seus gestos conciliatórios em direção à UDN haviam falhado, e o ministério, sabedor do plano de Getúlio para alterar a face política do seu govêrno, estava desmoralizado e faltava-lhe o menor sentido de coesão. Vargas, finalmente, resolveu substituir seus ministros mais importantes. Dois dos novos ministros eram seus aliados de longa data. José Américo de Almeida, nomeado Ministro da Viação, havia concorrido à presidência na frustrada campanha de 1937, e em fevereiro de 1945 havia sido um dos primeiros a pedir abertamente a redemocratização do Brasil. Apoiara o candidato da UDN nas eleições de 1945, preservando contudo uma posição independente, depois disso. Tinha amplas ligações no nordeste, onde começara a vida pública, na Paraíba. O nôvo Ministro da Fazenda era Oswaldo Aranha, um conterrâneo rio-grandense, cuja carreira tinha sido estreitamente ligada à de Vargas, desde a Revolução de 30. Getúlio já havia, uma vez, se voltado para Aranha, em meio a dificuldades financeiras — em dezembro de 1931 havia substituído José Maria Whitaker como Ministro da Fazenda. Mais tarde, serviu como Ministro das Relações Exteriores (1938-44) e como representante brasileiro nas Nações Unidas (1946-47).

O outro importante nôvo Ministro era João Goulart, um jovem protegido de Vargas no PTB, do Rio Grande do Sul. Esta nomeação mostrava que Vargas havia optado por uma nova tática política. Ainda se defrontando com uma classe média cheia de suspeitas e uma irreconciliável oposição conservadora, Vargas decidiu cortejar mais enèrgicamente o eleitorado operário. Até êsse momento, a atitude de Vargas com relação ao PTB havia sido ambivalente. O partido crescera ràpidamente, entre 1945 e 1950, desempenhando um papel importante, se bem que não decisivo, na volta de Getúlio à presidência. Apesar disso, Vargas pouco havia feito, durante os seus dois primeiros anos na presidência, para expandir ou fortalecer o PTB como instrumento político. Essa indiferença lhe valeu amargas críticas de líderes do PTB, tais como o Ministro do Trabalho, Danton Coelho, que se demitiu em setembro de 1951. Agora, em junho de 1953, Vargas parecia decidido a se reabilitar de sua omissão anterior em cultivar a esquerda.

Sua atitude tinha duas explicações. Primeiro, a eficácia da pressão, exercida pelos nacionalistas radicais sôbre a lei da Petrobrás, convenceu Vargas de que teria de tomar novas medidas para evitar ser ultrapassado pela esquerda. Além disso, precisava de "cobertura" política para o plano de estabilização que estava então sendo formulado. Uma vigorosa posição pró-operária ajudaria a fornecer essa cobertura. Em segundo lugar, Vargas já estava pensando na sucessão presidencial de 1955. O fracasso de suas tentativas de conciliação com o centro, em 1951 e 1952, enfraquecera sua posição política, na verdade precária desde o início, em razão da coliga-

ção necessàriamente heterogênea que o elegera. Seu mais importante apoio nessa campanha, Ademar de Barros, lançara abertamente sua própria candidatura à sucessão presidencial. Êle tinha direito a reclamar o apoio de Getúlio, como retribuição do apoio que lhe dera na campanha de 1950. Getúlio, contudo, não pretendia abdicar do contrôle sôbre a sua própria sucessão. Sabendo que a fôrça de Ademar se situava entre os assalariados urbanos, Getúlio se voltou para êsse setor e tentou fortalecer o PTB.[47]

O nôvo Ministro do Trabalho, um jovem gaúcho (trinta e cinco anos de idade), pertencia a família intimamente ligada ao clã de Vargas, no município rio-grandense de São Borja. O significado da sua nomeação só poderia ser compreendido se examinada a história do PTB e a política dos sindicatos trabalhistas brasileiros desde 1945. Durante dois anos, entre 1945 e 1947, os comunistas e outros ativistas operários da esquerda radical haviam conseguido um grande número de posições de liderança dentro dos sindicatos trabalhistas. Tinham particular influência nos sindicatos metalúrgicos e portuários. Em 1947, o govêrno de Dutra interveio e dispersou muitos dêsses líderes operários comunistas e esquerdistas, sem conseguir desmantelar a estrutura corporativista dos sindicatos e tribunais trabalhistas criados por Vargas durante o Estado Nôvo. Sob êsse sistema, o Ministério do Trabalho tinha vastos podêres para controlar os sindicatos através da canalização das contribuições compulsórias para os sindicatos (um dia de salário, por ano). Depois de expurgar a liderança dos sindicatos trabalhistas, o govêrno de Dutra apenas explorou o contrôle do Ministério do Trabalho sôbre a máquina sindical, de maneira a evitar a "inquietação" operária.[48]

Quando Vargas voltou ao poder, nomeou um líder do PTB para seu Ministro do Trabalho, mas a sua política, no sentido de encorajar o sindicalismo militante, quer em questões salariais, quer em assuntos de interêsse público geral, era cautelosa. Agora, em junho de 1953, essa política deveria mudar. A nomeação de João Goulart mostrava que Vargas abandonava a sua cautelosa atuação e estava em condições de delegar podêres a um político que tinha a reputação de colaborar com os comunistas e outros líderes operários militantes. Na realidade, a nomeação de Goulart revelava o temor

de Vargas de estar perdendo o contrôle da situação, especialmente em face do crescente radicalismo de esquerda despertado pela campanha da Petrobrás. O próprio Goulart, contudo, não poderia ser exatamente pintado como um revolucionário ou um radical. Na realidade, era membro privilegiado dentro da elite política estabelecida, que vinha explorando o trabalhismo de Vargas em seu próprio interêsse. O fato de sêr um fazendeiro de gado, na região dos estancieiros do Rio Grande do Sul, reforçava a opinião generalizada de que cultivava a política trabalhista mais com propósitos eleitorais do que devido a qualquer experiência de primeira mão com os problemas dos trabalhadores numa sociedade em fase de industrialização.[49]

Qualquer que fôssem os motivos pessoais de Goulart, era uma figura suspeita para a classe média. Por parecer o primeiro passo de uma nova campanha para cortejar o proletariado, a sua nomeção alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares de inclinações conservadoras. Em seus espíritos, Goulart estava ligado à ameaça de um regime sindicalista, do tipo que Perón havia criado na Argentina. Bastava aos brasileiros olhar para o sul, para verificar o poder político de um movimento operário bem manobrado. Aos olhos dêsses antigetulistas, Goulart era um "agitador demagógico" que, para proveito pessoal, organizaria uma falange proletária capaz de derrubar a ordem social vigente. Portanto, o problema de Vargas era que quaisquer atitudes no sentido de mobilizar a classe operária poderiam levar ao pânico a opinião do centro e jogaria a favor da oposição da extrema direita. Poderia ter escolhido outros ministros para essa tarefa. Na área do getulismo, Goulart era certamente o mais capaz de afastar a opinião do centro.

Através de suas mudanças ministeriais de junho de 1953, Vargas havia embarcado em uma nova estratégia política, baseada em um esfôrço para mobilizar a classe operária sem afastar os industriais. Essa estratégia seria muito difícil, quando as verdadeiras medidas de estabilização se fizessem sentir. Os trabalhadores pediam aumentos de salários, para compensar a inflação, e os industriais pressionavam o govêrno no sentido de manter a política creditícia que havia possibilitado o extraordinário surto industrial, entre 1948 e 1952. As restri-

ções de crédito e as limitadas fixações de salários atalhariam, portanto, o apoio daqueles mesmos setores que Vargas procurava cortejar.[50]

Tentativa de Estabilização Econômica

Tendo remodelado quase completamente o seu ministério em agôsto de 1953, Vargas se lançou a um programa antiinflacionário — cuja ausência se tornara tão óbvia em meados de 1953. Como vimos acima, a alta nos preços do café, começada em 1949, havia aumentado a receita cambial do país. Em 1950, houve um saldo favorável de 106 milhões de dólares em conta corrente, o primeiro superavit desde 1947. (Os dados referentes a 1946 não estão disponíveis.) O Brasil reagiu, aumentando as importações, em parte pelo receio de que a guerra da Coréia tomasse maiores proporções, cortando todos os fornecimentos de equipamentos. Como resultado, em 1951, houve um deficit de 468 milhões de dólares em conta corrente, e, em 1952, o deficit alcançou o alarmante nível de 707 milhões de dólares. O govêrno brasileiro demorou a reagir a essa reviravolta no balanço de pagamentos. Ao invés, parecia viver na esperança de que os preços do café se elevassem ainda mais e que, dessa forma, financiassem o alto nível de importações, como em 1951-52. Ao final de 1952, contudo, a situação a curto prazo no balanço de pagamentos tornou-se crítica. Recusando-se a acreditar que a tendência desfavorável continuasse, o govêrno brasileiro mergulhara em grandes atrasos comerciais. O saldo negativo era de 612 milhões de dólares e mfins de 1952; em junho de 1953, totalizavam mais de um bilhão.[51]

A inflação também havia alcançado um ponto crítico, pelos padrões da década de 50. Como foi observado anteriormente, o custo de vida no Rio de Janeiro aumentou 11 por cento em 1950 e 11 por cento outra vez em 1951, saltando para 21 por cento em 1952. Além disso, 1953 presenciou um declínio na taxa de crescimento da produção industrial. O primeiro Ministro da Fazenda de Vargas, Horácio Láfer, fôra prejudicado em seus esforços para formular um programa coerente de estabilização. Havia tentado limitar a expansão de

crédito, mas se viu em antagonismo com o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, que insistia numa política de crédito fácil. Deixando o Ministério da Fazenda em junho de 1953, Láfer queixava-se de que, muitas vêzes, nem sequer havia sido informado das medidas do Banco do Brasil com relação ao crédito.[52]

O nôvo Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, e o nôvo Presidente do Banco do Brasil, Souza Dantas, concordaram quanto à necessidade de um completo programa antiinflacionário. Vargas reconhecia agora a necessidade de estabilização, que só poderia ter sucesso se apoiada tanto pelo Ministro da Fazenda quanto pelo presidente do Banco do Brasil. Ao explicar as diretrizes que tencionava seguir, Aranha prometeu cortar o deficit, seguindo uma política de estrita economia. Advertiu que o Brasil não podia senão "conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização", ao mesmo tempo "tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos". Em outras palavras, o Brasil dever-se-ia conformar com o fato desagrável de que havia sérios limites exteriores às suas ambições industriais.[53]

Em outubro de 1953, o nôvo Ministro da Fazenda revelou o seu programa, que ficou sendo conhecido como Plano Aranha.[54] Em primeiro lugar, êste prometia uma política de restrição de crédito. Em segundo lugar, previa um nôvo sistema de contrôle cambial. Êsses novos contrôles cambiais, anunciados desde janeiro de 1953, instauravam um sistema múltiplo de câmbio, que instituía uma escala móvel de desvalorização de fato. Esperava-se que as novas medidas corrigiriam o deficit do balanço de pagamentos, tornando as exportações brasileiras mais accessíveis nos mercados mundiais e mais caras as importações, ao mesmo tempo que, através de taxas de câmbio diferenciais, não desencorajariam demasiadamente as importações consideradas essenciais à industrialização. Ao término de 1953, portanto, o govêrno de Vargas havia adotado um programa de estabilização relativamente ortodoxo, confiado a um dos colaboradores mais experimentados do presidente.[55]

Houve, porém, uma dificuldade inesperada. O ingresso do Brasil em maré econômica perigosa — deficits no balanço de pagamentos e inflação persistente — coincidindo com um

aumento de pressão por parte dos Estados Unidos. O Govêrno Truman, que lançou o programa do Ponto Quatro e que se mostrara solidário com os problemas financeiros dos países em desenvolvimento, foi substituído, em janeiro de 1953, por um govêrno republicano que desconfiava abertamente da necessidade de quaisquer "medidas especiais", para ajudar o desenvolvimento econômico dos países mais pobres. Os novos Secretários do Tesouro e de Estado americanos, George Humphrey e John Foster Dulles, acreditavam firmemente nas regras ortodoxas das transações econômicas internacionais. Além disso, com Foster Dulles como Secretário de Estado, a política exterior americana ganhou um tom mais rìgidamente anticomunista, especialmente nos negócios com o "terceiro mundo".

O Govêrno Eisenhower decidiu, de início, reavaliar o alto nível de assistência pública assumido na política econômica externa de Truman. A administração republicana favorecia, em lugar disso, o papel predominante a ser desempenhado pelos investimentos particulares. A responsabilidade dos governos estrangeiros, como o do Brasil, era a de criar o "clima" apropriado para os investimentos particulares americanos. Paralelamente a essa mudança na atitude de Washington, verificou-se o encerramento formal da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Em junho de 1953, o govêrno americano tornou claro o seu desejo de acabar com a Comissão. Os funcionários brasileiros acharam os seus correspondentes americanos evasivos quanto ao que os brasileiros pensavam ter sido compromissos firmes para o financiamento dos projetos delineados pela Comissão. A súbita mudança na atitude americana era um sério golpe nas possibilidades de uma política econômica moderada por parte do govêrno brasileiro. O efeito foi mais psicológico e político do que econômico, porque os projetos a serem financiados eram a longo prazo, e a nova atitude americana não representava uma tentativa de desacreditar o trabalho da Comissão ou renegar os amplos compromissos já assumidos pelo Export-Import Bank. Mas a nova política de Washington fortalecia a posição dos nacionalistas radicais, que argumentavam, às vêzes para o próprio Getúlio, que a moderação na política econômica era autodestrutiva. Os países capitalistas desenvolvidos — especialmente os Estados

Unidos —, argumentavam êles, jamais cooperariam com a industrialização do Brasil. Pelo contrário, êles retornariam, inevitàvelmente, a uma política de vista curta a favor da proteção aos interêsses dos "trustes", cuja *raison d'être* era a obtenção de lucros excessivos nos países semidesenvolvidos.[56]

A política petrolífera de Vargas tornara ainda mais dramáticas as atitudes diversas do Brasil e dos Estados Unidos com relação ao deenvolvimento econômico. A campanha fortemente emocional que havia cercado os esforços de Vargas em favor da lei da Petrobrás, chocou e aborreceu muitos homens de negócios e banqueiros americanos, que encaravam a criação do monopólio petrolífero estatal como o triunfo do radicalismo irresponsável. Essa reação americana também fortaleceu o braço dos nacionalistas radicais. Irônicamente, a fôrça da reação americana não refletia qualquer decisão a longo prazo dos investidores americanos no sentido de evitarem o Brasil. Como no caso do México, os investidores sabiam que o petróleo poderia ser um caso especial, na atitude de um país subdesenvolvido com referência aos investimentos estrangeiros. Mas a linguagem da indignação americana fornecia valiosa munição para os nacionalistas no Brasil.

Finalmente, as relações econômicas brasileiras com os Estados Unidos se tornaram tensas em razão das severas críticas dentro da América do Norte com vistas ao nível alto dos preços do café, depois de pesadas geadas haverem reduzido a safra de 1953.

Vargas Subestima a Classe Média

O setor político que Vargas subestimou, em seus novos cálculos, a classe média, desempenhara papel considerável na sua eleição de 1950. No Estado de São Paulo, por exemplo, a votação de Vargas, 925.493 votos, — foi quase o dôbro da dos dois outros candidatos principais, Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Uma boa parte da votação de Vargas, dada a estrutura social paulista, deve ter vindo da classe média. Depois da sua eleição, contudo, Vargas pouco fêz para cortejar a opinião burguesa. Seus assédios à UDN foram mal sucedidos. Suas medidas para acelerar a industrialização e diri-

gida para a autonomia econômica criaram novos empregos e nôvo prestígio para o Brasil, mas Vargas não encontrara meio algum de traduzir tudo isso em apoio político organizado por parte da classe média. Qualquer tentativa de aproximação com a classe média tornava-se mais difícil pelos implacáveis antigetulistas da direita, que atacavam constantemente a honestidade e a boa-fé de Vargas. Êsses moralistas políticos jogavam com a tendência que tem a classe média para avaliar a política em têrmos de honestidade pessoal.

Em março de 1953, poucos meses antes de Vargas adotar sua nova estratégia política, em junho, uma eleição inusitada, em São Paulo, revelou a profundidade do descontentamento da classe média. Jânio Quadros, um professor quase desconhecido transformado em político obteve uma vitória esmagadora para prefeito da capital de São Paulo. Derrotou o candidato do PSD e o da UDN, da mesma forma que o do PSP de Ademar de Barros. Era a primeira vez, desde 1954, que alguém completamente fora dos esquemas havia ganho uma posição tão importante. Quadros ocupava a tribuna com a sua personalidade magnética, a negra cabeleira revôlta e a gesticulação abundante, prometendo restituir a honestidade na administração. Atacava os "de dentro" e o sistema inteiro que êles representavam. Era um ataque ao estilo tradicional da elite política, mas expresso à maneira populista, que Ademar de Barros fôra o primeiro a explorar. Enquanto Ademar dirigia seu apêlo à classe operária (se bem que ganhando, ao mesmo tempo, amplo apoio da classe média nas eleições para governador, em 1947), Quadros dirigia seu apêlo, principalmente, à classe média. O lema de sua campanha era "a revolução do tostão contra o milhão". Isso era dirigido à baixa classe média, que se indignava com os favores econômicos que muitos *nouveaux riches* haviam recebido do govêrno, tanto estadual quanto federal.

Quadros estava capitalizando a insatisfação da classe média diante do seu quinhão no desenvolvimento econômico brasileiro. Canalizava também o seu desejo de uma ordem política isenta de corrupção, na qual os direitos do cidadão comum fôssem iguais aos dos que possuíssem influência ou dinheiro. Êsse ressentimento havia recrudescido com o aumento da taxa de inflação. A classe média estava sendo esmagada pelo custo

de vida e se mostrava confusa quanto à direção do desenvolvimento brasileiro. A vitória eleitoral de Quadros sublinhava, portanto, o descontentamento da classe cuja importância Vargas subestimou sèriamente na sua mudança de rumo político, em junho de 1953.[57]

O fato político principal, com relação à classe média, era a ausência de qualquer partido que pudesse representar os seus interêsses. A UDN, que começara em 1944-45 como refúgio natural da classe média, transformara-se em defensora rígida do constitucionalismo liberal no tacanho sentido jurídico. Esposara também uma versão de liberalismo econômico que tendia a afastá-la dos sentimentos nacionalistas dos eleitores da classe média que apoiavam a industrialização. Fato igualmente importante, a UDN se deixara transformar, nas áreas mais atrasadas, em rival do PSD, como porta-voz dos interêsses rurais, em Minas Gerais, e em grande parte do nordeste.[58] Em 1945-46 houvera uma breve tentativa, para a formação de uma Esquerda Democrática, com base na ala esquerda da UDN e em alguns representantes de pequenos partidos socialistas democráticos. O movimento nunca atingiu qualquer importância nacional. Com o fechamento do Partido Comunista, em 1947, a esquerda foi herdada pelo PTB, e, em menor escala, pelo PSP de Ademar. Embora o PSP e o PTB conquistassem alguns eleitores da classe média, essa os olhava como suspeitos de "demagogia" pela imagem premeditada dêsses dois partidos. Na realidade, o trabalhismo do PTB se baseava num apêlo pessoal e de classe que excluía a classe média.[59]

No comêço da década de 50, a classe média brasileira, era, portanto, pòliticamente órfã. Dada a sua falta de qualquer expressão partidária satisfatória, sua opinião veio a ser expressa, como em todo o decorrer da história da República, pelo Exército. A oficialidade do Exército Brasileiro ao inverso das congêneros de muitos países hispano-americanos, não era dominada pelos representantes do latifúndio. Sua origem social predominante era a classe média. Muitos oficiais eram filhos de profissionais liberais ou de pequenos comerciantes e homens de negócios. Os Estados econômicamente menos desenvolvidos, produziam uma parcela desproporcionada de oficiais, talvez porque outros caminhos de elevação social estivessem menos ao seu alcance.[60]

A oficialidade, como a classe média, estava dividida polìticamente. Mas havia concordado, històricamente, com uma idéia: a devoção ao princípio do legalismo. Acima de tudo, a preservação dos processos constitucionais. Essa convicção se fortalecera depois da deposição de Vargas, em 1945, quando o Exército garantiu a redemocratização do Brasil. A devoção ao legalismo, significava, para muitos oficiais, a crença de que as modificações econômicas e sociais deveriam ser encaminhadas dentro da estrutura constitucional vigente, com a clássica divisão de podêres entre o executivo, o legislativo e o judiciário.

Por outro lado, muitos oficiais acreditavam que o Brasil precisava apressar o seu ingresso na família das nações modernas, acelerando o processo de industrialização. Êsse objetivo podia ser justificado, tanto em têrmos materiais de segurança nacional quanto em têrmos de aumento do padrão de vida para os muitos brasileiros que viviam na miséria.

Essa concordância geral disfarçava um desencontro de opiniões sôbre como processar o desenvolvimento brasileiro. Havia, falando *grosso modo,* três campos dentro do corpo de oficiais. Um dêles era o grupo nacionalista-esquerdista, antes liderado pelo primeiro Ministro da Guerra de Vargas, Estillac Leal. Êsse grupo caía algumas vêzes na linguagem do nacionalismo radical. Seus membros eram ardentes adeptos das emprêsas públicas em setores econômicos de base, tais como o ferro e o aço, o petróleo e a energia elétrica. Em segundo lugar, havia o campo conservador. Eram os líderes da Cruzada Democrática, que forçara a renúncia de Estillac Leal como Ministro da Guerra, em março de 1952, e chefiara a campanha para derrotá-lo em sua segunda candidatura à presidência do Clube Militar, em maio de 1952. Êsse grupo advertia contra o "jacobinismo" e a "agitação demagógica" entre os militares. Exigindo que o Exército permanecesse neutro em política, apenas mascarava a sua solidariedade com os interêsses agrícolas e mercantis que haviam tradicionalmente dominado a política brasileira.

O terceiro grupo ocupava uma posição de centro. Dividido pela luta entre a direita e a esquerda, simpático à necessidade de um esfôrço nacional (embora não necessàriamente "nacionalista") no sentido do desenvolvimento econômico, porém temeroso, também, dos perigos de levar a luta de classes para o seio da oficialidade, estava perplexo, sem saber qual o papel que a história lhe reservara.[61]

A derrotada de Estillac Leal em maio de 1952 não fôra uma vitória incondicional da facção conservadora contra os nacionalistas. Mas muitos oficiais centristas apoiaram Etchegoyen contra Estillac Leal porque temiam que os nacionalistas estivessem avançando rápido demais, desencadeando, assim, fôrças políticas que podiam vir a se tornar incontroláveis.

Êsse receio decorria da suposição geral de que, independentemente dos acontecimentos no âmbito da política civil, os militares deviam preservar sua própria unidade. Isso era necessário porque os militares se arvoravam em árbitro de última instância em política. Sem unidade interna, não podiam ter a cereza de agir decisivamente numa crise. Na verdade, foi o monopólio de fôrça do Exército e sua capacidade de movimentar essa fôrça ràpidamente em todo o território nacional que lhe forneceu a base como árbitro político. Não obstante as divergências ideológicas entre os oficiais, os comandantes procuravam sempre certificar-se de que, em dado momento, seus subordinados atenderiam prontamente às suas vozes de comando. Êste, em essência, o sentido das repetidas crises de "disciplina". Fôssem quais fôssem as divergências no seio da oficialidade, havia uma fidelidade virtualmente unânime ao princípio de unidade face ao setor político civil. Por êsse motivo, os políticos civis podiam cultivar seus aliados entre a oficialidade, porém, se um impasse da elite civil degenerasse em séria crise política, os civis sabiam que teriam de fazer frente a uma ação unida dos militares, uma vez realizado o complexo processo de definir a opinião da maioria da oficialidade.

Manifesta-se a Crise

Em dezembro de 1953 Getúlio marcou ainda mais decisivamente sua posição nacionalista. Num discurso pronunciado em Curitiba denunciou as remessas de lucros excessivas feitas pelas firmas estrangeiras e aparentemente atribuiu as dificuldades econômicas crônicas do Brasil à má fé dos estrangeiros. Na verdade, o Presidente precisava levar a cabo

um programa antiinflacionário penoso e impopular, que se impunha tanto pelo estrangulamento externo como pelos desequilíbrios internos. Atacando as emprêsas estrangeiras, Getúlio tentava conseguir apoio político. Mas como transformar êste apoio numa real vontade de cooperar com as medidas antiinflacionárias?

Em outro discurso, no dia 31 de janeiro de 1954, Getúlio reiterou o tema nacionalista. As firmas estrangeiras, acusou êle, não apenas estavam fazendo remessas de lucros excessivas, mas também cometendo fraude no faturamento das exportações a fim de acobertar a retirada de lucros ilegais do país.[62] Enquanto isto, o programa de estabilização de Oswaldo Aranha caminhava mal. As prometidas reduções nos gastos governamentais não se concretizaram suficientemente para contrabalançar o constante aumento das emissões. Além do mais, a organização do sistema financeiro do Brasil era primitiva demais para tornar exequível um programa ortodoxo de estabilização. Aranha alimentara a esperança de reorganizar a estrutura do Ministério da Fazenda e fortalecer a direção central, mas tais reformas exigiam tempo.[63]

Em janeiro de 1954 o aumento do custo de vida provocara comícios dos trabalhadores exigindo aumento dos salários. Apesar das reformas cambiais e do drástico corte nas importações, o problema do balanço de pagamentos persistia, pois a insistente teimosia do govêrno em manter um alto preço do café custara valiosas reservas de divisas quando os compradores do exterior, especialmente os Estados Unidos, procuravam outros mercados. E para enfatizar ainda mais a extensão, no exterior, da crise de estabilização do Brasil, uma comissão de senadores dos Estados Unidos (presidida pelo senador Gillete) iniciou uma investigação sôbre os preços "exorbitantes" do café do Brasil. O Brasil e Getúlio estavam enfrentando uma situação das mais difíceis. O Brasil estabelecera um alto preço do café, irritando assim os americanos. Os americanos revidaram com uma investigação, irritando, por sua vez, os brasileiros. Tudo isto serviu apenas para fortalecer o sentimento nacionalista no Brasil — sentimento que se nutria, principalmente, da crença na má-vontade dos estrangeiros, desviando a atenção do problema mais cruciante, o das medidas internas antiinflacionárias. E o que era mais

importante, as vendas de café do Brasil aos Estados Unidos diminuíram tanto, que o país, na verdade, estava faturando *menor* quantidade de divisas do que em 1953 quando o preço do café era mais baixo.

Embora Aranha não tivesse conseguido impedir um grande aumento nas emissões em fins de 1953, havia ainda esperanças de que o programa de estabilização pudesse se concretizar, se a revisão iminente do nôvo salário-mínimo fôsse mantida a um nível não-inflacionário. Muitos concordavam que a capacidade real dos salários tinha começado a diminuir a partir de março de 1953 e que, portanto, um aumento do salário-mínimo se impunha. A questão era o valor do aumento. Os empresários paulistas, assim como muitos economistas, sustentavam que o aumento não deveria ser maior que o aumento do custo de vida observado desde dezembro de 1951, data do último reajuste. Qualquer aumento nos salários reais, acima dêste nível, não poderia ser absorvido pelos empregadores, o que resultaria em nôvo aumento de preços e escandalizaria a classe média, em sérias dúvidas quanto a sinceridade dos esforços de estabilização.[64]

A especulação sôbre a política salarial concentrou-se na figura do Ministro do Trabalho, João Goulart. Sua nomeação, em junho de 1953, despertara profundas suspeitas no seio da classe média. E havia fornecido, também, aos implacáveis antigetulistas, um alvo precioso. Os oponentes políticos de Jango — sobretudo a UDN — o apontavam constantemente como um oportunista "demagógico" que desejava subir ao poder na crista da onda de agitação "sindicalista". Jango tornou-se assim o alvo de todos os receios da classe média, temerosa da possibilidade de perder seu *status* e vantagens econômicas numa sociedade em vias de industrialização mas desgovernada pela inflação.

Jango estava bem consciente dessa desconfiança quando assumiu o pôsto em 1953. Em seu primeiro discurso afirmou incisivamente: "Não trago para o Ministério um programa de inquietação — como pretendem alguns setores políticos". Prometeu que jamais se desviaria dos "postulados democráticos que sempre nortearam minha vida pública". Mas acrescentou, desafiadoramente, que a campanha anti-Jango "não me atemoriza".[65]

Em janeiro de 1954 Jango encontrava-se no ponto crucial de sua política. A tensão surgiu porque o Ministro do Trabalho estava em vias de dar seu parecer ao presidente sôbre o aumento do salário-mínimo. Sua deliberação foi tomada em meio a uma atmosfera de protesto dos trabalhadores. Era difícil determinar com certeza a responsabilidade do ministro no recente número de greves. Como Ministro do Trabalho poderia ter tentado evitá-las ou atenuá-las. Mas os líderes trabalhistas radicais (inclusive alguns comunistas), que haviam conseguido infiltrar-se nos sindicatos após o retôrno de Getúlio à presidência, não encontraram obstáculos da parte do ministro. Na opinião tanto de seus partidários quanto na de seus inimigos, Jango era o porta-voz de uma impaciente classe trabalhadora. Os antigetulistas concentravam seus ataques sôbre Jango, mas seu verdadeiro objetivo era o presidente. Quem eram êsses políticos e oficiais militares cuja "razão de ser" era o aniquilamento de Getúlio e do getulismo?[66]

No setor civil, a oposição era liderada pela UDN e pelos partidos minoritários da direita e centro-direita, tais como o Partido Republicano, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão. A maioria dos integrantes da UDN havia combatido ferozmente a volta de Vargas em 1950. Reintegrados no cenário político em virtude do protesto contra a ditadura de Getúlio, presenciaram com humilhação e rancor a volta do ex-ditador ao poder, por meio das urnas — o instrumento que haviam lutado para restabelecer. Incapazes de impedir sua posse por meios legais, não estavam dispostos a aceitar o oferecimento de Getúlio para uma participação em seu govêrno em 1951 e 1952. A partir do momento da volta de Getúlio ao palácio presidencial, seus oponentes afirmaram que sua eleição fôra uma perversão do processo democrático.

O porta-voz mais extremado da oposição a Vargas era Carlos Lacerda, o mestre da invectiva política, que fundou o jornal *Tribuna da Imprensa* para transformá-lo num veículo da propaganda antigetulista. Em 1952 Lacerda sustentava que o Brasil deveria declarar o "estado de emergência" durante o qual as instituições democráticas seriam "reformadas". Isto nada mais era que um eufemismo das medidas que se destinavam a remover os "de dentro" de seus cargos públicos, baseados no argumento de que a democracia brasileira tinha

funcionado mal. Uma vez que a máquina eleitoral era passível de ser manipulada (através da demagogia e propinas usadas pelos que estavam "dentro"), argumentava Lacerda, a política brasileira necessitava de um expurgo radical. Isto significava a manipulação da máquina eleitoral a favor dos que estavam "fora" — em outras palavras, a subida da UDN ao poder.[67]

Muitos políticos da UDN não apoiavam o extremismo de Lacerda, porque tinham esperanças de que o Brasil sobrevivesse à presidência de Vargas. Além do mais, êsses membros hesitantes da UDN ainda acreditavam, embora dèbilmente, na própria habilidade para melhorar sua posição pessoal perante o eleitorado brasileiro. Embora muito preocupados com a situação da democracia brasileira, não se encontravam preparados para feri-la a fim de favorecer o expurgo que Lacerda exigia.

A oposição exercida pela UDN era sustentada pela maioria da imprensa, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O renomado *O Estado de São Paulo*, por exemplo, era um feroz oponente de Vargas. Duas organizações jornalísticas, de âmbito nacional, *O Globo* e os *Diários Associados* (o império de Chateaubriand que incluía *O Jornal* no Rio de Janeiro e vários jornais no interior), também eram pilares do antigetulismo. Desde a eleição de Getúlio, seus oponentes procuraram um tema sôbre o qual basear tôda a campanha oposicionista. Em 1953 concentraram seu fogo na "corrupção" que envolveu a fundação do jornal pró-Getúlio, *Última Hora*.

Êste, ao retornar à presidência em 1951, encontrou o grosso da imprensa contra êle. Não poderia contar com a boa vontade, ou mesmo apenas com uma cobertura imparcial, por parte da imprensa antigetulista. Havia alguns jornais, de menor irradiação, como *A Gazeta* (São Paulo), que o apoiavam. A fim de assegurar-se o apoio de uma imprensa mais importante, Getúlio aprovou um empréstimo do Banco do Brasil a Samuel Wainer para que fôsse fundada uma nova cadeia de jornais que apoiasse o govêrno. O jornal *Última Hora* foi lançado, obteve sucesso e proporcionou um excelente rendimento a Wainer que adquiriu prestígio nos círculos governamentais. Wainer pagou o empréstimo, mas os oponentes de Getúlio investiram sôbre a transação tachando-a como exemplo

do "cínico" uso que fazia o govêrno do dinheiro público, em favor de seus partidários. Em junho de 1953 a UDN conseguiu formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as transações do empréstimo de Wainer ao Banco do Brasil. O caso teve repercussão e forneceu aos antigetulistas uma oportunidade de explorar os receios da classe média sôbre a "imoralidade" e "corrupção" existentes no govêrno, receios que eram partilhados pelas classes armadas.[68]

Getúlio teve também que lutar contra o foco de oposição existente no seio das próprias fôrças armadas. Em janeiro de 1954 era difícil saber o que pensava, sôbre Getúlio, a maioria dos oficiais. A posição da oficialidade em relação ao presidente era conseqüência de dois fatôres. O primeiro resultava da divisão dos oficiais entre a ala esquerda nacionalista e a anticomunista. Esta cisão tornara-se mais acentuada em 1950, quando os esquerdistas encabeçaram a campanha para manter a neutralidade do Brasil na Guerra da Coréia e condenaram os Estados Unidos por terem começado a guerra. A divergência entre os dois grupos aumentou ainda mais em 1951 durante o debate sôbre a política do petróleo. Por ocasião da renúncia de Estillac Leal, em março de 1952, as duas alas estavam em pé de igualdade. Mas a subseqüente eleição para a presidência do Clube Militar trouxe uma derrota decisiva para os nacionalistas.

Os líderes da Cruzada Democrática, que foram os vencedores desta eleição, eram, na sua maioria, antigetulistas, mas esta posição dependeu do fato de terem achado que Getúlio se havia identificado demasiadamente com a ala nacionalista. O presidente sustentava um intrincado jôgo com a oficialidade. Até 1953 conseguiu manter, na maioria dos oficiais, uma certa crença na moderação de suas intenções. Mas a estratégia política de Vargas, depois de junho daquele ano, despertou novas dúvidas entre os oficiais do centro e fortaleceu a facção conservadora que era o equivalente, entre os militares, da UDN.

Os líderes desta facção não baseavam tanto seus pontos-de-vista numa posição conservadora em relação à necessidade de uma reforma econômica. Muito pelo contrário, muitos dêsses oficiais acreditavam na industrialização, pois esta fortaleceria o Brasil e permitiria a formação de maior base econômica e técnica que apoiaria os militares na defesa da segurança nacional. Foi a ênfase anticomunista de sua atitude que os tornou marcadamente conservadores. Esta a questão que cindiu o Clube Militar em 1950, quando sua Revista publicou um artigo condenando a intervenção dos Estados Unidos na Coréia. Os oficiais da Cruzada Democrática afirmavam que seus opositores nacionalistas eram colaboradores, conscientes ou inconscientes, da infiltração comunista nas fôrças armadas. A facção anticomunista era liderada por oficiais tais como o General Cordeiro de Farias, General Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Alguns dêstes oficiais consideravam a maioria dos políticos civis meros oportunistas preocupados com sua própria carreira. Outros, como Eduardo Gomes, se identificavam integralmente com a UDN. Mas o mais importante é que existia uma ativa aliança entre os políticos e os militares antigetulistas.[69]

Fevereiro de 1954: Um Teste de Poder

No início de 1954 aumentou a especulação sôbre o nôvo nível do salário-mínimo a ser estabelecido. Nos círculos conservadores corria abertamente o rumor de que Jango proporia um aumento de 100%. Além do mais, êle nada fazia para desencorajar a onda de greves e demonstrações de protestos que se manifestavam por todo o país.

Em fins de janeiro de 54 *O Estado de São Paulo* informou que existia um movimento de protesto entre a oficialidade jovem do Exército contra seus baixos salários. De fato, no dia 8 de fevereiro, os coronéis apresentaram um longo memorial ao Ministro da Guerra. Pormenores dêste memorial logo apareceram na imprensa, embora o texto só fôsse publicado no dia 20 de fevereiro. Tratava-se de um caso inédito de protesto irrompendo através das fileiras. O memorial era assinado por 42 coronéis e 39 tenente-coronéis e estourou como uma bomba na tensa atmosfera política. Era um sinal de que Getúlio não poderia mais desdenhar a opinião da oficialidade.

O memorial argumentava que o Exército estava ameaçado por uma "inegável crise de autoridade", que poderia "solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerme às manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem e usu-

frutuários de intranqüilidade pública". E continuava apontando uma série de itens onde o govêrno havia, de maneira ostensiva, negligenciado o Exército: como o fracasso em reequipar unidades, a indiferença à necessidade de aumento de salários, a falta de atenção à "disparidade de acesso entre as diversas armas e serviços" provocada pela acentuada discrepância entre os escalões da hierarquia e a quota de postos para os diversos setores do Exército. Esta negligência, afirmavam os coronéis, dificultava o recrutamento tanto de praças como de oficiais, abalando sèriamente o prestígio do Exército. Muitos oficiais, explicavam êles, abandonavam as fileiras por empregos civis de melhor remuneração, onde "dissociados dos interêsses profissionais e dos problemas de sua classe, nem sempre se podem conservar imunes às intrigas da política partidária".

A desmoralização resultante dividira a oficialidade e tornara-a mais suscetível à "infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas". Estava aí implícito que os comunistas e nacionalistas radicais granjeariam adeptos entre os oficiais e soldados. O que valia dizer que a derrota dos nacionalistas na eleição do Clube Militar, em maio de 1952, poderia converter-se em vitória se a desmoralização do Exército continuasse. Estas cisões entre os militares poderiam ser fatais para o Brasil porque "com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta."

E qual a solução que apresentavam os coronéis para que a unidade fôsse restaurada? Era uma solução acanhada. O govêrno deveria liberar mais verbas para equipamentos e salários. Tornando-se melhor equipado, e percebendo melhores salários, a oficialidade seria capaz de preservar seu papel de guardiã das instituições brasileiras. No memorial não havia qualquer reivindicação política específica. Não havia, por exemplo, qualquer referência a Jango ou à "ameaça sindicalista", contra a qual os políticos civis antigetulistas constantemente advertiam a nação.

Suas exigências revelaram, porém, um forte tom de ressentimento que refletia as tensões sociais geradas pela inflação,

assim como a crença da oficialidade jovem de que seu *status*, ímpar na sociedade brasileira, encontrava-se ameaçado. Havia referência específica à rápida desagregação das diferenças salariais. Se o propalado aumento do salário-mínimo (referindo-se à recomendação esperada de Jango de um aumento de 100%) fôsse concedido, afirmava o memorial, significaria que um trabalhador não-qualificado passaria a ganhar quase o mesmo que um cidadão de nível universitário. O nervosismo sôbre o problema *status* era evidente. Enquanto os militares lutavam para manter "um padrão de vida compatível com sua posição social", queixavam-se os coronéis, o govêrno preparava e anunciava medidas que beneficiariam apenas *certas classes ou grupos*". O alvo dêste ressentimento não era apenas a classe trabalhadora, cujo aumento de salário ainda estava para ser anunciado, mas também os empresários e comerciantes, que podiam se proteger contra a inflação por meio de transações financeiras pouco ortodoxas. O memorial comparava incisivamente o nível de honestidade e decôro administrativo existente no Exército à atmosfera "de negociatas, desfalques e malversação de verbas" predominante em todo o país.[70]

Êste importante documento representava uma advertência da maior importância para Getúlio. Manifestava a genuína expressão do descontentamento dos oficiais jovens, muitos dos quais nunca haviam estado diretamente ligados ao movimento antigetulista anteriormente. Evidenciava também o descontentamento da classe média traduzido em vocabulário militar. Embora os oficiais expressassem seu receio pela perda de *status*, na linguagem específica da tradição militar brasileira, falavam, na verdade, por uma grande parte da classe média.

O memorial constituía indício de que as acusações de comunismo e corrupção constantemente levantadas pelos civis antigetulistas encontravam eco entre a oficialidade. Não obstante, o memorial representava um documento profundamente limitado. Era um grito de protesto contra a negligência. Se houvesse sido dada maior atenção às necessidade técnicas e aos regulamentos internos do Exército, a maioria daquelas reclamações não teria sido apresentada. Embora o memorial

fôsse dirigido ao alto comando do Exército, suas implicações políticas mais amplas eram óbvias, apenas por causa da posição dos militares no cenário político do Brasil. Ao contrário do que os jornalistas pensavam antes de ser publicado, o memorial não fazia qualquer referência ao Presidente da República ou ao Ministro do Trabalho, ou mesmo às freqüentes greves e exigências de aumento de salários.[71]

O memorial surpreendeu Getúlio, que sempre prestara cuidadosa atenção às exigências do Exército sôbre salários e equipamentos. Mas o presidente estava envelhecendo, perdendo o pulso. Queixou-se ao Ministro da Guerra, General Espírito Santo Cardoso, de não o ter informado sôbre o descontentamento dos oficiais: "Mas afinal, o senhor, ao invés de me ajudar, está me criando dificuldades". A partir dêste momento foi apenas uma questão de tempo até Getúlio encontrar outro Ministro da Guerra.[72]

Neste meio tempo Jango preparava seu relatório sôbre o salário-mínimo. No dia 22 de fevereiro, finalmente, apresentou-o, propondo um aumento da ordem de 100% (de 1.200 para 2.400 cruzeiros mensais), aplicável, sobretudo, aos trabalhadores do comércio e indústria do setor urbano. Jango assim justificou seu ponto-de-vista sôbre a inflação: "Não são os salários que elevam o custo de vida; pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais altos". E atacou "os exploradores da miséria popular", aumentando os preços e obtendo "lucros exagerados e anti-sociais". Se o parecer de Jango fôsse aprovado, teria produzido um abrupto aumento nos salários reais, muito acima do nível concedido no último reajustamento, em dezembro de 1951.[73]

A data em que Jango apresentou a sua exposição-de-motivos foi também a de sua destituição. Num esfôrço para recuperar a posição política perdida entre a classe média e os oficiais, Getúlio decidiu substituir os Ministros da Guerra e do Trabalho. Embora o memorial dos coronéis não tivesse mencionado o nome de Jango, Getúlio fôra inúmeras vêzes advertido pelos militares conservadores de que o primeiro passo a tomar para recuperar a confiança da oficialidade seria a destituição do Ministro do Trabalho. O afastamento de Jango, especialmente por causa de sua política salarial, serviria também para restaurar a confiança daqueles que, tanto no país como fora, mantinham dúvidas sôbre o verdadeiro comprometimento de Getúlio ao plano de estabilização de Aranha.

Em janeiro, *O Estado de São Paulo* havia perguntado retòricamente se Jango seria o Jafet (o presidente do Banco do Brasil cuja política de crédito minara os esforços de estabilização do predecessor de Aranha no Ministério da Fazenda) do período de Aranha. Uma semana antes da destituição de Jango, o mesmo jornal o chamou de *alter ego* de Getúlio, e "o chefe do Peronismo brasileiro". Em 2 de fevereiro *O Estado* expressou sucintamente o ponto-de-vista dos antigetulistas dizendo ser Getúlio o "caudilho" que fomentava a crise a fim de "justificar, perante o povo e as classes armadas, o seu tão acariciado golpe continuísta". No início de fevereiro, a UDN lançou um manifesto denunciando as atividades "subversivas" de Jango entre a classe trabalhadora. A oposição antigetulista estava a todo vapor. Encorajada pelo memorial dos coronéis, passou a ameaçar Getúlio.[74]

As reformas ministeriais de 22 de fevereiro representaram uma importante concessão feita pelo presidente. Mais ainda, demonstraram um sinal de fraqueza política. Jango tinha sido a chave da nova estratégia política que Getúlio adotara ao nomeá-lo Ministro do Trabalho, em junho de 1953. Destituindo-o agora, face ao crescente número de opositores, tanto civis como militares, Getúlio deixava entrever um sintoma da sua perda de contrôle sôbre a situação política. Jango foi substituído por um ministro interino, Hugo de Farias, que pouco mais era que um burocrata do Ministério do Trabalho.

O General Espírito Santo Cardoso foi substituído, no Ministério da Guerra, pelo General Zenóbio da Costa, conhecido por sua franca oposição à infiltração comunista nas fôrças armadas. Zenóbio era também conhecido como o "herói de Monte Castelo", local da atuação mais valorosa do Exército Brasileiro na campanha da Itália, em 1945. Além disso, fôra o principal defensor militar da posse de Getúlio após a eleição de 1950. Era considerado como homem resoluto e Getúlio esperava que o nôvo Ministro da Guerra pudesse recuperar a autoridade sôbre a oficialidade, que o General Espírito Santo Cardoso patentemente perdera.

Equívoco e Polarização

Embora Getúlio tivesse sido forçado a dar maior atenção à oposição surgida entre os oficiais, ainda era capaz de jogar com dois trunfos. A 21 de fevereiro, véspera da destituição de Jango, Getúlio discursou num comício de trabalhadores em Volta Redonda. Declarou então que seu objetivo era preservar o processo democrático. Assegurou aos trabalhadores que o "govêrno vela pelos vossos interêsses. O combate sem quartel que dou aos opressores e exploradores só tem equivalência na luta sem tréguas com que defendo os desfavorecidos e os espoliados".[75] Logo, após, entretanto, destituía Jango e dava a entender que não tinha intenção de conceder o aumento de 100%. O nôvo salário, segundo as especulações de um repórter, ficaria em tôrno de 1.700 cruzeiros, portanto um aumento de 42% e não de 100% como propusera Jango.

A 15 de março, Getúlio apresentou a mensagem ânua ao Congresso. Era mais nacionalista do que a anterior. Punha ênfase nas desvantagens estruturais sob as quais o Brasil operava no comércio internacional. Em seus discursos de 20 de dezembro de 1953 e 31 de janeiro de 1954, Getúlio atacara os investidores estrangeiros por seu papel pernicioso, agravando a situação do balanço de pagamentos. Informava agora ao Congresso que o "mercado livre revelou-se um instrumento inadequado para alcançar os objetivos que induziram sua criação: não condizia com a expansão das exportações, nem com o estímulo à imigração de capitais". E continuou explicando que o desequilíbrio no balanço de pagamentos não era nem "transitório" nem "superficial", mas, sim, o sintoma de "uma profunda crise de estrutura no campo das nossas relações com o estrangeiro — com graves repercussões sôbre a economia interna do País".[76]

Em abril, Getúlio prosseguiu em sua linha nacionalista, apresentando ao Congresso um projeto-de-lei criando a Eletrobrás, emprêsa de energia elétrica administrada pelo govêrno federal que supriria o deficit de produção de energia elétrica apresentado pelas emprêsas estrangeiras (especialmente norte-americanas e canadenses) de utilidade pública. Essas companhias, cujas tarifas e serviços eram alvo constante das

críticas brasileiras, hesitavam em expandir sua capacidade em virtude das incertezas sôbre a regulamentação das tarifas e possível encampação. Enquanto isto, a pressão para decidir a questão do salário-mínimo tornou-se mais forte.

Com a saída de Jango, a oposição antigetulista perdera seu alvo predileto para os ataques que dirigia aos membros do govêrno. Passaram então a concentrar seu fogo sôbre o próprio Getúlio, dizendo que o presidente ainda nutria esperanças da possibilidade de um golpe destinado a mantê-lo no poder quando se expirasse seu mandato, em janeiro de 1956. Imediatamente após as reformas ministeriais de 22 de fevereiro, um dos líderes da UDN, Olavo Bilac Pinto, lançou a culpa da crise no próprio fato de Getúlio ser o presidente. Recapitulou os "escândalos" da administração de Getúlio, tais como os favores governamentais concedidos para a fundação da *Última Hora* e as irregularidades da política de crédito de Ricardo Jafet quando presidente do Banco do Brasil.[77] Não resta muita dúvida de que a política de favores aumentara alarmantemente à sombra do pessoalmente honesto, mas cada vez mais cansado, Getúlio Vargas. Tendo obtido sucesso ao forçar a destituição de Jango, a oposição esperava agora derrubar o próprio presidente.

A 4 de abril uma nova oportunidade apresentou-se à oposição. João Neves da Fontoura, que fôra Ministro das Relações Exteriores desde 1951 até a época da reforma ministerial ocorrida em junho-julho de 1953, deu uma entrevista de grande repercussão na imprensa do Rio. João Neves da Fontoura acusava Getúlio de ter estado negociando, secretamente, com o Presidente Perón, da Argentina, a assinatura de um pacto entre os governos ABC (Argentina, Brasil e Chile) a fim de formar um bloco contra os Estados Unidos, no hemisfério ocidental. Essas negociações, alegava o ex-Ministro, tinham sido levadas a efeito por Getúlio e Jango, sem o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores. A causa imediata das revelações de Neves da Fontoura era sua afirmação de que Perón, num discurso recentemente dirigido a um grupo de oficiais do Exército argentino, havia-se queixado amargamente de que Getúlio não cumprira suas promessas nas negociações. O govêrno argentino prontamente negou que Pe-

rón tivesse pronunciado tal discurso, mas o clamor no Brasil foi imediato.[78]

Esta era a *deixa* ideal para os antigetulistas. O próprio ex-Ministro do Exterior de Getúlio fornecia novos elementos para consubstanciar a acusação de que o presidente alimentava esperanças de formar um estado "sindicalista" inspirado na linha peronista. Além disso, as acusações de João Neves da Fontoura reavivaram, sob outro ângulo, a questão ideológica da política externa do Brasil. O antiamericanismo existente no alegado pacto ABC enfureceu aquêles antigetulistas que identificavam os destinos do Brasil com o prudente acatamento da liderança dos Estados Unidos em matéria de política externa. Tal ponto-de-vista era típico, por exemplo, do General Cordeiro de Farias e dos oficiais da Cruzada Democrática que se tinham oposto tão vigorosamente à facção nacionalista.

A UDN decidiu tentar o afastamento do presidente por meios legais, apresentando uma moção de impedimento no Congresso. Mas Getúlio contava ainda com forte maioria parlamentar. O PTB o apoiou vigorosamente. O PSD, embora não mantivesse nenhuma lealdade partidária e ideológica a Getúlio, não se achava preparado para negociar sua privilegiada posição no govêrno por uma situação desconhecida, onde a UDN poderia obter crescente influência. Além do mais, Getúlio ainda podia contar com a lealdade pessoal de muitos dos líderes do PSD, tais como Gustavo Capanema e Benedito Valadares, que o tinham ajudado a destituir Jango, em fevereiro. A UDN não conseguiu arrecadar votos bastantes contra a maioria do PSD-PTB, e a tentativa de *impeachment* falhou. Sob a reinante conjuntura política, Getúlio só poderia ser deposto, então, pela intervenção direta do Exército. A maioria dos oficiais, porém, ainda não estava convencida de que o presidente eleito legalmente constituísse ameaça para as instituições democráticas do Brasil, nem de que o conflito civil justificasse a intervenção dos militares.

Embora tivesse destituído Jango em fevereiro, até abril Getúlio ainda não tinha anunciado ao público sua decisão sôbre o aumento do salário mínimo. No dia 1.º de maio, feriado socialista internacional, e data que sempre reservara para seus pronunciamentos "trabalhistas", Getúlio tornou pública esta decisão. Em agressivo discurso feito em Petrópolis, anunciou que o aumento do salário-mínimo seria de 100%. Fêz acentuado elogio a Jango, "incansável amigo e defensor dos trabalhadores". Rememorou as medidas que êle próprio havia tomado durante sua carreira, para proteger a classe trabalhadora. E terminou com um dos mais audaciosos apelos de apoio à classe trabalhadora que jamais fizera: "E pelo voto podeis não só defender os vossos interêsses, como influir nos próprios destinos da Nação. Como cidadãos a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a fôrça decisória do número. Constituís a maioria. Hoje estais com o Govêrno. Amanhã sereis o Govêrno.[80]

O aumento de 100% do salário-mínimo era inflacionário porque representava um aumento nos salários reais acima do nível do último salário-mínimo fixado, em decreto de dezembro de 1951. Os trabalhadores ganharam um aumento de, pelo menos, 54% nos salários reais, segundo estimativa feita pelas Nações Unidas. Embora o nôvo salário-mínimo fôsse ainda baixo, comparado com o dos países desenvolvidos, alarmou a classe empresarial, que sabia que não poderia absorver o nôvo aumento sem um grande aumento nos preços, e também a classe média, que se sentiu negligenciada e ameaçada. O manifesto dos coronéis, em fevereiro, expressara êste temor sôbre a pressão do custo de vida.

Getúlio decidira conceder o aumento de 100%, contrariando o parecer de quase a totalidade dos assessôres econômicos que consultara. O Conselho Nacional de Economia, por exemplo, tinha recomendado um aumento de 40%. A verdade era que Getúlio tinha decidido conquistar o apoio político da classe trabalhadora por meio de um atraente aumento nos salários reais, sem se incomodar com as conseqüências que seu ato pudesse ter sôbre os outros setores da opinião pública. Era um sinal de que Getúlio havia perdido seu já comprovado senso de equilíbrio. Sua nova estratégia era imprudente, devido à situação política brasileira, uma vez que os grupos marginalizados — industriais, classe média, militares — estavam em melhor posição para mobilizar a oposição do que os trabalhadores para mobilizar o apoio ao govêrno.

O clamor de protesto contra o decreto do salário-mínimo surgiu imediatamente. O jornal oposicionista *Correio da Manhã*, trovejou: "Para o Sr. Getúlio Vargas, que ia caindo em irremediàvel decadência política, o pior será o melhor. Se a estrutura econômica e social do país entrar a desmoronar-se, abalada por agitações e indicações perturbadoras, êle tentará aparecer como o seu 'salvador' com um nôvo regime". Se falhar, "que importa? Depois dêle, o dilúvio...[81] Os antigetulistas mais extremados da UDN lançaram-se febrilmente à luta, fazendo conferências e comícios, engrossando a ofensiva contra o presidente.

Os seus correligionários nas fôrças militares foram ainda mais longe: conspiravam para depor Getúlio, se necessário pela fôrça. Um ex-secretário particular do presidente, Luís Vergara, visitando o Rio em princípios de maio, ficou surprêso ao descobrir uma conspiração contra Getúlio, agindo ativamente entre a oficialidade jovem da Aeronáutica, na base aérea do Galeão. Apressou-se a informar Getúlio e ficou pasmo quando êste lhe respondeu que a informação apenas confirmava o que já ouvira de outras fontes. Incrédulo, Vergara perguntou por que o presidente não exonerava o Ministro da Aeronáutica, o qual, segundo explicação de Getúlio, nada havia feito para reprimir a conspiração. "Mande-o embora e ponha outro no seu lugar", implorou Vergara, "essa situação não pode continuar". Getúlio, que parecia cansado e preocupado, respondeu ao seu antigo companheiro de Estado Nôvo: "Não te preocupes... Lembra-te que atravessamos juntos situações tanto ou mais difíceis do que esta e tudo afinal se recompôs sem abalos irreparáveis".[82] Getúlio continuou a rotina estabelecida de longa data, de despachar com cada ministro em dia marcado da semana. Não havia indícios de que estivesse fazendo qualquer esfôrço significativo para organizar a classe trabalhadora à qual havia tão dramàticamente apelado no dia 1.º de maio.

Além do mais, a situação econômica estava piorando e não melhorando. Os empresários lutavam nos tribunais contra o decreto do aumento do salário-mínimo, que finalmente foi declarado legal pelo Supremo Tribunal Federal, que tomou sua decisão sob ameaça de greve geral. A tentativa do Ministro da Fazenda de contrôle do crédito levantou protestos

entre os homens de negócio de São Paulo que, em julho, apresentaram petição ao ministro para liberar as reservas monetárias que o Banco do Brasil acumulara com seus lucros de comissões pela venda de divisas estrangeiras, de acôrdo com as regulamentações estabelecidas em outubro do ano precedente.[83] Juntando-se às tensões internas criadas pelo aumento do salário-mínimo, crédito e política cambial, houve uma desastrosa redução nas receitas em dólar no exterior. Os preços do café tinham atingido níveis excepcionais em princípios de 1954, chegando em abril a 97 centavos a libra, no mercado de Nova Iorque. Mas o Brasil não completou sua quota junto ao mercado de Nova Iorque, a qual se manteve inferior aos níveis costumeiros, em conseqüência da decisão do govêrno de manter o preço do produto acima dos níveis ascendentes do mercado. Encorajado pela excelente demanda mundial, o govêrno estabeleceu, em junho, um preço mínimo de 87 centavos por libra. Esta medida produziu a pior repercussão possível. O mercado norte-americano boicotou o café brasileiro, diminuindo ainda mais as receitas em dólar do país. Em agôsto o Brasil exportou apenas 145.000 sacas de café, faturando 14 milhões de dólares contra 860.000 sacas exportadas num valor de 66 milhões de dólares na mesma época no ano anterior (1953). Êste fracasso desastroso em aumentar a receita cambial em dólar através do principal produto de exportação do Brasil forçou o país a depender de financiamento de curto prazo, quase sempre conseguido sob condições muito desvantajosas, para cobrir o deficit do balanço de pagamentos. Também fortaleceu os nacionalistas radicais que lançaram a culpa do total desequilíbrio financeiro do país à má vontade dos estrangeiros.[84]

Do Assassinato ao Suicídio

Em fins de julho, Getúlio encontrava-se numa posição extremamente vulnerável.[85] Embora o plano de estabilização ainda tivesse algum resultado positivo a apresentar, tinha, porém, conseguido marginalizar quase todos os setores econômicos, inclusive a classe trabalhadora, que Getúlio deixara esperando longos meses pelo aumento, finalmente pôsto em

vigor a partir do início de julho. Além do mais, de acôrdo com a Constituição brasileira, Getúlio poderia contar com apenas dois ou três anos de influência política. Depois disso, em vista da Constituição proibir a reeleição, o presidente veria o centro das atenções políticas deslocar-se para as personalidades de seus rivais, candidatos à presidência. Segundo dizia o povo: "Só existe govêrno no Brasil durante a primeira metade do mandato presidencial. A outra metade é consumida, elegendo o próximo presidente". Ao lançar sua campanha para presidente em 1953, Ademar de Barros ajudou a forçar Getúlio a adotar a nova estratégia política iniciada com as reformas ministeriais em junho daquele ano.

A oposição a Getúlio começara a tomar corpo no princípio do ano. A UDN conseguira a adesão de vários militares após o manifesto dos coronéis, em fevereiro. A imprensa antigetulista mantivera em fogo cerrado o ataque contra a "imoralidade" e a corrupção (que na verdade se tornara generalizada) existente no séquito do "caudilho". A democracia brasileira estava "doente" e necessitava um "purgativo".

Contra esta oposição maciça, resultante de uma crescente coalizão entre os antigetulista civis e militares, a estratégia política de Getúlio provava-se ineficaz. Seu decreto sôbre o salário-mínimo fôra dado visando especialmente a classe trabalhadora. No entanto, Getúlio pouco fizera para mobilizar o apoio dessa classe. Não se esforçara muito para fortalecer o PTB que se preparava para as eleições do Congresso em outubro. Isto era ainda mais necessário uma vez que havia poucas associações operárias políticas organizadas às quais pudesse recorrer. Os sindicatos operários, por exemplo, continuavam sob o contrôle do Ministro do Trabalho e êste pôsto, com a saída de Jango em fevereiro, estava ocupado por uma figura política pouco dinâmica. A verdade era que a estratégia de Getúlio, de contar com o apoio da classe trabalhadora, repousava em bases muito precárias. Tendo cultivado a imagem de "pai dos pobres", Getúlio não poderia esperar o apoio espontâneo de seus "filhos" pollticamente desorganizados. A passiva mentalidade política da classe trabalhadora, para a qual Getúlio havia contribuído, representava agora uma séria desvantagem.

O partido político independente de esquerda, melhor organizado, o Partido Comunista, assumira uma atitude equívoca em relação ao presidente. Por um lado, o PCB, de acôrdo com a posição de guerra-fria adotada depois de 1952, opunha-se violentamente à disposição de Getúlio de estabelecer acordos militares com os Estados Unidos e de seguir a orientação norte-americana em relação à defesa do hemisfério. Por outro, havia começado a cooperar informalmente com as fôrças getulistas no movimento trabalhista, onde o partido havia perdido terreno desde a ascensão do prestígio de Getúlio durante o imediato após-guerra. Mas Getúlio olhava os comunistas com reserva, sabendo que não lhe poderiam dar nenhum apoio significativo neste momento de sua carreira.

Embora a política adotada por Getúlio, de contar com o apoio da classe trabalhadora, tivesse, na verdade, produzido poucos resultados, era o bastante para abalar a confiança da classe média. O manifesto dos coronéis e a campanha vingativa e inflamada da UDN, haviam minado o mínimo de apoio da classe média de que necessitava o presidente. Sua política econômica pouco feliz contribuiu ainda mais para aumentar o crescente descontentamento tanto da classe média quanto dos industriais.

Em tôda sua carreira, Getúlio sempre contara com seu talento pessoal de persuasão e poder de manipulação. Agora, porém, seus amigos começavam a perceber que êle parecia envelhecido e cansado. Estava com setenta e dois anos e deixava transparecer os efeitos dos anos em que suportara a carga administrativa do país, durante o Estado Nôvo. Reagia morosamente às inúmeras advertências que lhe faziam seus colaboradores mais íntimos. A vigorosa ação necessária para restaurar a confiança da oficialidade — que se tornava a chave para a solução do impasse político — parecia estar acima de suas fôrças.

Vários dos amigos íntimos e adeptos de Getúlio observavam com angústia a deterioração da posição política do presidente. A principal figura dos ataques da oposição, concordavam êles, era o belicoso jornalista Carlos Lacerda. Se ao menos pudessem "removê-lo" do cenário político, talvez se salvasse a situação. Êstes seguidores de Getúlio decidiram tomar o assunto em suas próprias mãos. O General Mendes

de Morais e o Deputado Federal Euvaldo Lodi sugeriram a Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial do palácio, que seu dever era "cuidar" de Lacerda. Gregório, um gaúcho analfabeto, que há mais de trinta anos servia fielmente a Getúlio, viu aí a ocasião de prestar ao presidente seu maior serviço. Sem o conhecimento de Getúlio, arranjou um pistoleiro profissional para assassinar Lacerda.

Lacerda sabia que existiam conspirações contra sua vida e tomara suas cautelas. Guardado dia e noite por um contingente voluntário de jovens oficiais da Aeronáutica, já escapara de vários atentados. À meia-noite e quarenta e cinco minutos do dia 5 de agôsto, um pistoleiro, sob as ordens indiretas de Gregório, atirou em Lacerda quando êste se dirigia para o edifício de seu apartamento na rua Toneleros, em Copacabana. Lacerda ficou apenas ligeiramente ferido, mas seu acompanhante, o Major Rubens Florentino Vaz, morreu. Lacerda fêz fogo também, enquanto o pistoleiro escapava.[86]

O impacto político causado por êste atentado não poderia ter sido maior. Diz-se que Getúlio comentou: "Esta bala não era dirigida a Lacerda, mas a mim". Uma vez que a "honra" da oficialidade estava em jôgo, a classe armada foi arrastada diretamente para o centro da disputa política travada por Getúlio e seus opositores. O Brigadeiro do Ar Eduardo Gomes, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e há muito tempo inimigo pessoal de Getúlio, advertiu: "Para o bem da honra da nação, esperamos que êste crime não fique impune".

Embora um inquérito tivesse sido imediatamente ordenado pelo Ministro da Justiça, a Aeronáutica começou seu próprio inquérito. A remanescente autoridade de Getúlio começou a esvair-se visìvelmente. Foi vaiado em público e os cartazes para a eleição ao Congresso, de seu filho Lutero, foram arrancados e destruídos. Após uma intensa caçada-humana o assassino foi capturado e durante os interrogatórios revelou sua ligação com membros do palácio presidencial. A 10 de agôsto, Getúlio concordou em dissolver a guarda presidencial, mas o ímpeto do protesto dos militares aumentava inexoràvelmente. No mesmo dia, os oficiais antigetulistas, encabeçados por Eduardo Gomes e Juarez Távora, exigiram que o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, solicitasse a renúncia do presidente. O Ministro da Guerra recusou-se,

comprovando, assim, a divergência de opiniões existente entre a oficialidade.

A posição de Getúlio piorava à medida que os resultados das investigações da polícia e da Aeronáutica vinham a público. Surgiram chocantes notícias de corrupção em larga escala praticada pelos funcionários da presidência, envolvendo a concessão de favores especiais a várias figuras políticas preeminentes. Apareceram notícias de que Gregório, o fiel servidor de Getúlio, além de ter comandado o atentado a Lacerda, mantinha estreitas ligações com vários criminosos profissionais e que acumulara grande fortuna, explorando sua posição oficial. Chocado com tais revelações, Getúlio comentou desapontado: "Tenho a impressão de me encontrar sôbre um mar de lama".[87]

Imediatamente a frase passou de bôca em bôca. Lacerda encontrava-se em seu elemento. Os editoriais da *Tribuna da Imprensa* tornaram-se cada dia mais violentos, agora mais dramatizados ainda na mente do público, pela condição de quase-mártir do autor. Lacerda falava tôdas as noites pelo rádio, criando novas invectivas para descrever o getulismo e suas obras. A cada nôvo ataque, o envelhecido Getúlio parecia recuar visìvelmente.

Respondendo ao crescente côro de exigências sôbre sua resignação, Getúlio afirmou num discurso em Belo Horizonte, no dia 12 de agôsto: "as minhas preocupações com o bem público não me deixam fugir ao dever", o qual prometeu cumprir "até o fim". Assegurou que manteria "as garantias constitucionais" e que procederia às eleições de outubro "num clima de ordem e tranqüilidade". Desdenhava "mentiras e calúnias" a êle dirigidas, declarando-se confiante nas "reações saudáveis da opinião pública e no sentimento de patriotismo e disciplina das nossas fôrças armadas". Êste último ponto era crucial, Getúlio bem o sabia, e terminou enfatizando o fato de que muitos oficiais, inclusive o Ministro da Guerra, ainda consideravam primordial — a legalidade da posição do presidente: "No Govêrno, represento o princípio da legalidade constitucional que me cabe preservar e defender. Dela não me separarei e advirto aos eternos fomentadores da provocação e da desordem que saberei resistir a tôdas e quaisquer tentativas de perturbação da paz e da tranqüili-

dade pública".[88] Apesar dessas resolutas afirmações, ao retornar ao Rio, Getúlio pràticamente se encerrou no palácio presidencial, onde seus verdadeiros amigos eram difíceis de reconhecer por entre o "mar de lama".

Entretanto, os oficiais das três armas reuniam-se constantemente e debatiam a crise política. O General Zenóbio da Costa, o fiel Ministro da Guerra, reiterou pùblicamente seu empenho de que os "podêres legalmente constituídos" seriam respeitados. Mas suas referências à necessidade de manter a "disciplina" e "unidade" no seio das fôrças armadas era um inegável sinal de que os oficiais antigetulistas estavam trabalhando ativamente em sua campanha para a intervenção militar no govêrno de Getúlio.

A 21 de agôsto, o Vice-Presidente Café Filho, que era um alvo especial para a tentativa da UDN de fomentar uma cisão dentro do govêrno, sugeriu a Getúlio que ambos resignassem, deixando que o Congresso elegesse um sucessor interino para o restante do mandato presidencial. Getúlio recusou-se, dizendo a Café Filho que não abandonaria o palácio antes do fim do seu mandato, exceto "morto". No dia 23 de agôsto, Café Filho rompeu pùblicamente com o presidente, revelando a proposta feita, em um discurso no Congresso.[89]

As sensacionais revelações de corrupção dentro do palácio presidencial tinham fornecido aos oficiais antigetulistas novos elementos com os quais podiam convencer seus colegas "legalistas" da necessidade de depor Getúlio. No dia 22 de agôsto, um grupo de oficiais da Aeronáutica, liderados por Eduardo Gomes lançou um manifesto exigindo a renúncia do presidente. O manifesto estava assinado por vários comandantes do Exército e entregue a Getúlio, em palácio, pelo Marechal Mascarenhas de Morais, comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e solidário com o ultimato dos oficiais da Aeronáutica. Mais uma vez Getúlio recusou-se a renunciar. "Daqui só saio morto", disse êle. "Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte".[90]

A última esperança de Getúlio eram os oficiais leais do Exército. Zenóbio da Costa ainda acreditava que detinha o contrôle das unidades de comando, apesar da oposição de alguns oficiais antigetulistas. Na verdade, a situação estava muito pior do que êle gostaria de admitir. No dia 23 de agôsto, seus adversários entre os altos escalões do Exército o venceram.

Vinte e sete generais do Exército, liderados por conhecidos antigetulistas, tais como os Generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, mas acompanhados também por generais do centro, como Pery Constant Bevilacqua e Machado Lopes, assim como por generais que mais tarde se assegurariam o título de "nacionalistas", como Henrique Lott, lançaram um Manifesto à Nação, exigindo a renúncia de Getúlio. No manifesto declaravam que "a corrupção criminosa" que envolvia o presidente tinha comprometido "a autoridade moral indispensável" de seu govêrno, e que a continuação "da atual crise-político-militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica", e poderia "culminar em graves comoções internas".[91]

Os militares haviam falado. Pela segunda vez em sua vida, Getúlio recebia um ultimato do comando do Exército. Na madrugada do dia 24 de agôsto, Getúlio reuniu seu gabinete para uma reunião sombria. Depois de consultar seus ministros, concordou em tirar uma licença, embora ficasse assentado que não apresentaria um pedido definitivo de renúncia. Concluiu com uma nota desafiadora, advertindo que "se vêm para me depor, encontrarão meu cadáver".[92] Zenóbio da Costa contava ainda poder organizar uma resistência contra os generais "rebelados", que agora representavam a quase totalidade da Aeronáutica e Marinha, e grande parte do Exército. Após conferenciar com os generais oposicionistas do Exército, o Ministro da Guerra finalmente convenceu-se de que o afastamento de Getúlio teria que ser definitivo. A palavra de um ultimato final dos militares, agora endossada pelo próprio Ministro da Guerra, foi transmitida ao palácio presidencial e entregue a Getúlio pouco depois das oito horas da manhã do dia 24 de agôsto.

Getúlio manteve a palavra. Não hesitando um só momento acêrca de sua defesa final contra seus inimigos, apontou cuidadosamente a arma contra o coração e apertou o gatilho. Sua família e seus ajudantes precipitaram-se para o aposento mas já encontraram o presidente morto. Oswaldo Aranha, companheiro de tantas batalhas no passado, prorrompeu em lágrimas.

Uma inflamada carta-suicídio, alegadamente deixada por Getúlio, foi imediatamente entregue aos jornais. Denunciava que uma "campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais" e haviam tentado bloquear "o regime de proteção ao trabalho", as limitações dos lucros excessivos e as propostas de criar a Petrobrás e a Eletrobrás. "Os lucros das emprêsas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano", dizia êle, enquanto as medidas do govêrno brasileiro para proteger suas exportações de café provocaram "uma violenta pressão sôbre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder". A carta deixava poucas dúvidas sôbre a maneira de como o suicídio do presidente deveria ser interpretado: "Eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho êste meio de estar sempre convosco". A mensagem concluía: "Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".[93]

Autêntica ou não, a carta-testamento foi imediatamente aceita como tal pelo povo. Terminara a indecisão de Getúlio entre uma política ortodoxa ou nacionalista. Sua carta-suicídio era o apêlo nacionalista mais vigoroso que jamais fizera.

A reação do povo surpreendeu seus oponentes. Uma onda de simpatia por Getúlio envolveu o país. Lacerda, o jornalista da cruzada, cuja coragem havia galvanizado a oposição, precisou esconder-se e pouco depois deixava o país à espera que a fúria do povo amainasse. Caminhões de entrega do jornal oposicionista *O Globo* foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou ao assalto ao edifício da Embaixada dos Estados Unidos. Durante a sua campanha, os antigetulistas tinham concentrado o fogo de ataque na pessoa de Getúlio. Através de seu ato final de sacrifício, Getúlio neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado. Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político.

IV

Govêrno Transitório (1954-1956)

Política Sem Vargas

O desenlace sensacional da crise política de agôsto desarmou os antigetulistas e privou-os de uma nítida vitória. Os tumultos de rua e os protestos públicos contra os adversários de Vargas deram vida nova à popularidade do presidente extinto. De forma diferente à sua retirada do poder em 1945, o desaparecimento de Vargas em 1954 produziu um trauma psicológico que impediu aos constitucionalistas liberais erradicar o sistema que êles associavam a Vargas. Havia, portanto, poucas perspectivas de que a amarga divisão entre getulistas e antigetulistas pudesse ser logo superada.

O Vice-Presidente Café Filho prestou juramento como Presidente da República, imediatamente após o suicídio de Vargas. Era um líder do PSP, partido de Ademar de Barros, e teve o seu nome na cédula, em 1950, como parte do acôrdo eleitoral entre Vargas e Ademar. Sabia-se que êle era mais conservador do que Vargas e que havia rompido abertamente com o presidente na crise de agôsto. Após assumir o cargo, assegurou à nação que daria "aos humildes a proteção que Vargas sempre lhes deu".[1] Organizou um nôvo gabinete que incluía diversos líderes identificados com a UDN. O Ministro da Fazenda era Eugênio Gudin, destacado professor de Eco-

nomia, que freqüentemente falava e escrevia em jornais e revistas a favor de uma política financeira ortodoxa. Nos últimos anos do Estado Nôvo, Gudin combateu vivamente as propostas de industrialização de Roberto Simonsen. Vários outros Ministros civis eram eminentes figuras públicas de visão moderadamente conservadora, como Cândido Mota Filho, o nôvo Ministro da Educação, e Raul Fernandes, conhecido e veterano político da UDN, o nôvo Ministro das Relações Exteriores. Os Ministérios da Aeronáutica e da Marinha foram para destacados antigetulistas, Brigadeiro Eduardo Gomes e Almirante Amorim do Vale. Ambos haviam sido líderes na conspiração para forçar a renúncia de Vargas. O Ministro da Guerra era o General Lott, que tinha a reputação de ser um oficial de centro, desvinculado das facções políticas do Exército, ao contrário dos Generais Juarez Távora e Canrobert Pereira da Costa, ligados aos militantes antigetulistas, cujos nomes também foram cogitados para o Ministério da Guerra. O Ministério do Trabalho foi preenchido pelo Coronel Napoleão de Alencastro Guimarães, antigo aliado de Vargas, agora, porém, líder dissidente do PTB, que proibira aos seus membros participarem da nova administração. A designação de Alencastro Guimarães mostrou que o govêrno interino teria que dar uns acenos políticos para a esquerda.

Embora políticos udenistas e militares antigetulistas estivessem em preeminência no nôvo govêrno, não havia perspectivas de um expurgo anti-Vargas nos moldes solicitados anteriormente por extremistas como Lacerda. Sabia-se que Café Filho era adepto fervoroso dos princípios da "legalidade". Desde a posse, êle fêz ver que considerava seu govêrno como um regime interino, que tinha a responsabilidade primordial de continuar a estabilização econômica e presidir à eleição de seu sucessor constitucional. O primeiro teste desta resolução presidencial foi a realização das eleições para o Congresso, programadas para outubro de 1954. Muitos dos líderes udenistas, receosos do impacto psicológico do suicídio de Vargas, exigiam que as eleições fôssem adiadas. Os líderes petebistas denunciavam as propostas udenistas como tentativas disfarçadas para a suspensão do govêrno constitucional.

As eleições realizaram-se, como programadas, a 3 de outubro. Os resultados revelaram, de maneira surpreendente,

que a crise política pouco afetara a opinião dos votantes. O PTB não conquistou uma vitória significativa (56 cadeiras na Câmara dos Deputados contra 51 cadeiras no Congresso anterior), embora o filho de Vargas, Lutero, fôsse reeleito para o Congresso. João Goulart foi decididamente derrotado, em sua tentativa de tornar-se senador pelo PTB, por seu Estado natal, o Rio Grande do Sul. O seu fracasso foi sobremaneira surpreendente, já que a campanha fôra baseada diretamente no apêlo à memória do seu mentor e conterrâneo Vargas, recentemente "martirizado". A UDN perdeu terreno na eleição, caindo de 84 cadeiras para 74, embora Lacerda fôsse eleito para a Câmara dos Deputados. O PSD, o partido menos atingido no recente conflito, aumentou ligeiramente a sua representação, de 112 para 114 cadeiras. Havia tendências marcantes dos candidatos de concorrerem em chapas de "coalizão", que combinavam legendas partidárias. No entanto, o resultado eleitoral indicava que quem quer que fôsse eleito presidente em 1955, enfrentaria um Congresso com a mesma complexidade política substancial daquele que Vargas havia enfrentado.[3]

Café Filho começou 1955 reafirmando a intenção do govêrno em fazer realizar a eleição presidencial, na data marcada, em outubro. Êle endossava a sugestão da alta cúpula militar — conduzida por antigetulistas — de que deveria ser oferecido ao eleitorado um candidato de "união nacional". Contudo, tal figura não pode ser encontrada. O PSD foi o primeiro partido a escolher o seu próprio candidato. Numa convenção, em fevereiro, o partido indicou unânimemente o Governador Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais. Kubitschek, doutor em medicina e bisneto de um imigrante tcheco, fizera carreira nas fileiras do PSD mineiro, sendo portanto herdeiro de uma das alas do sistema político de Vargas. Sua indicação dispôs o cenário para subseqüentes manobras entre os políticos.[4]

Os antigetulistas procuravam ansiosamente um candidato que atraísse votos do centro. Porém a indicação de Kubitschek deu ocasião ao recrudescimento dos mais ardorosos sentimentos antigetulistas. A preocupação dêles tinha origem nos rumores de negociações preliminares entre o PSD e o PTB. Corria o boato de que o PSD colocaria João Goulart, principal alvo dos antigetulistas, na sua chapa, como candidato à vice-pre-

sidência. Oficiais das Fôrças Armadas, que apenas um ano antes comandavam a campanha para forçar Vargas a demitir Goulart, viam agora seu inimigo aspirar a um cargo ainda mais elevado. A imprensa estava agitada pelos rumores acêrca das supostas "advertências" dos militares, inclusive o Ministro da Guerra, Lott, quanto aos perigos que traria a candidatura Goulart. Em abril, a aliança eleitoral foi celebrada — Kubitschek para presidente e João Goulart para vice-presidente. Seria o poder eleitoral da máquina rural do PSD, combinado com o poder do PTB nas cidades.

Também em abril, uma facção dissidente do PSD celebrava sua própria convenção, em sinal de protesto contra a indicação de Kubitschek, que julgavam estar se voltando muito para a esquerda. Êste grupo conservador do PSD indicou como seu candidato o ex-Governador de Pernambuco, Etelvino Lins, político de pouca projeção nacional, posteriormente endossado pela UDN, desorientada na escolha de um candidato, desde o fracasso dos seus esforços em janeiro, procurando um candidato de "unidade", com suficiente projeção eleitoral para impedir o retôrno das fôrças de Vargas.

Em maio, Ademar de Barros entrou na arena, sem se deixar deter pela sua derrota ao govêrno de São Paulo que caíra nas mãos de Jânio Quadros, na última eleição de outubro. Ademar continuava com os olhos voltados para o palácio presidencial, que no seu entender lhe fôra prometido na barganha eleitoral com Vargas em 1950. Esperava-se que Ademar arrebatasse de Kubitschek os votos da classe trabalhadora e, dêsse modo, aumentasse as chances do candidato da UDN.

Em junho, a UDN começou a preocupar-se com a falta de projeção do seu candidato, Etelvino Lins, e retirou a sua candidatura, substituindo-o pelo General Juarez Távora. Antigo líder dos tenentes e importante aliado de Vargas na Revolução de 1930, Távora fôra o virtual *vice-rei* do nordeste em 1931. Em 1937, Távora rompeu pràticamente com o regime de Vargas, deixando o país para tornar-se adido militar no Chile. Após 1945, contudo, identificou-se mais ìntimamente com os militares anti-Vargas. Atuava na Cruzada Democrática, que derrotou a facção nacionalista no corpo da oficialidade nos primeiros anos da década de 50, e foi comandante da Escola

Superior de Guerra, importante núcleo militar anti-Vargas, tendo sido um dos primeiros conspiradores nos eventos que levaram ao suicídio de Vargas em 1954. Távora foi recompensado ao ser nomeado Chefe da Casa Militar do Govêrno Café Filho. Foi também indicado em maio pelo Partido Democrata Cristão e esperava criar uma imagem centrista moderada, sob a bandeira da democracia cristã. Apoiando-o, a UDN denunciava o receio de que sua legenda carecesse de suficiente projeção para uma eleição nacional.

Retôrno dos "de Dentro"

Quando a campanha começou, especulava-se em tôrno das possibilidades que teria Kubitschek de unir os dois elementos da sua aliança. Discursos que agradavam aos chefes políticos das bases rurais do PSD, dificilmente agradariam aos eleitores do PTB nas cidades. Por outro lado, Kubitschek não podia apelar para os sentimentos nacionalistas do eleitorado urbano, sem correr o risco de provocar os militares antigetulistas, levando o govêrno em exercício a pensar na necessidade de adiar as eleições. A fôrça de Kubtischek entre o eleitorado urbano, principalmente em São Paulo, foi posteriormente ameaçada pela candidatura de Ademar.

As chances de Kubitschek eram suficientes para alarmar as fôrças anti-Vargas. O candidato do PSD, nem bem havia sido indicado em fevereiro, e já Carlos Lacerda, artífice do trágico fim de Vargas, atacava a idéia de eleições livres. Acusava Kubitschek de "condensador da canalhice nacional" e clamava por uma "reforma da democracia brasileira para instaurar a legalidade legítima". Lacerda sonhava com um govêrno de emergência, que impedisse aos getulistas a tomada do poder. Na realidade, Lacerda estava admitindo como certa a eleição de Kubitschek, batendo-se para que ela não se efetivasse. Outros elementos da direita participavam do pessimismo de Lacerda. F. Rodrigues Alves Filho, membro de um clã político paulista de grande projeção em tôda a história da República, advogava um imediato golpe militar, porque só os militares tinham "fôrça para calar a mazorca, a imundície dos nossos costumes políticos". Eleições? "O voto, portanto, não

resolve, porque não se trata de dar ao povo meios para escolher gente decente".[5]

A maioria da UDN desejava esperar pelos resultados da eleição, embora o pessimismo fôsse enorme nos círculos do partido. Na convenção nacional em julho, por exemplo, o líder udenista João Agripino pintou um lúgubre retrato do abuso de liberdade no Brasil "livre" — era liberdade para "corromper" e "roubar", e êle sugeria que seria melhor "viver limpo num cárcere do que livre nessa podridão". Mantinha, contudo, um fio de esperança: "Confiemos na capacidade de reação e recuperação moral do povo brasileiro".[6]

Afonso Arinos, líder moderado da UDN, exemplificava o esfôrço de abrandar a imagem do partido e dêsse modo ampliar sua projeção. Sua própria linguagem, porém, mostrava como eram remotas as possibilidades de sucesso. A UDN não era um "partido retrógrado", dizia êle. "Não temos ódio e estamos prontos a estender a mão fraternal àqueles que conosco comunguem da necessidade de união nacional, baseada na conveniência da repulsa ao crime e à podridão".[7] Não houve réplicas.

A campanha de Távora enfatizava os apelos moralistas familiares à UDN, porém o candidato adotou uma posição diferente, diante dos problemas sociais e econômicos, da que adotara Eduardo Gomes nas campanhas eleitorais de 1945 e 1950. Távora prometia conservar as leis de bem-estar social, enquanto que, em 1950, Gomes parecia advogar a anulação da lei do salário-mínimo. Porém a tomada de posição de Távora diante da política econômica, era tímida. "A principal ação de um govêrno é fiscalizadora", enfatizava êle, explicando que o govêrno devia aspirar ao "equilíbrio necessário para o ordenamento da Nação".[8]

O contraste com a campanha de Kubitschek era surpreendente. Em vez de falar em têrmos de "equilíbrio", o candidato do PSD-PTB insistia na aceleração da industrialização do Brasil. O esfôrço iria requerer a máxima participação tanto dos setores privados como dos setores públicos. Advogava urgentes investimentos públicos, maciços nas áreas onde o estsangolamento esa se moita evidência — energia e transportes. Apelava para os sentimentos democráticos dos votantes da classe média (inclusive muitos oficiais das Fôrças Armadas),

que estavam ansiosos de que o Brasil se mantivesse na trilha contitucional após o trauma da queda de Vargas.[9]

O Govêrno Café Filho estava determinado a proceder às eleições, não obstante as abertas exigências dos "golpistas" de que apenas a suspensão das eleições poderia evitar que o "bando de Vargas" retornasse ao poder.[10] Em 5 de setembro, o Presidente Café Filho confessou que o seu govêrno não havia feito nenhuma tentativa para ser popular, mas pretendia apenas levar adiante uma série de medidas essenciais a curto prazo. Indubitàvelmente, a estabilização econômica predominava em seus planos. Explicava que não tivera tempo de atacar os problemas básicos. Isto teria que ser deixado ao nôvo govêrno a ser eleito em 3 de outubro. Café Filho apelava para o otimismo. Como que refutando os golpistas, declarava: "O mêdo e o pessimismo nada constróem". Tornou explícita a garantia de que transferiria o poder ao seu sucessor legalmente eleito: "O govêrno exorta o eleitorado a que se reúna em seus comícios e marche para as urnas, em 3 de outubro, na certeza de que se respeitará o veredicto dêsse julgamento nacional em que o único juiz será o povo". Repetiu esta garantia em linguagem inequìvocamente igual em 1.º de outubro. Igualmente importante, o Ministro da Guerra de Café Filho, o General Lott, era conhecido pelo seu respeito à "legalidade" e significava poderosa barreira nos esforços da campanha daqueles militares favoráveis ao golpe.[11]

Em 3 de outubro, os eleitores compareceram às urnas e elegeram Kubitschek e Goulart. Os resultados foram relativamente próximos. Kubitschek obteve 36% dos votos, enquanto que Juarez Távora recebia 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado, candidato e também dirigente fascista, 8%. Juscelino tinha uma clara maioria, porém a sua votação era um pouco menos do que um têrço do total em todo o país. Venceu tranqüilamente folgado em Minas, onde a máquina do PSD demonstrou sua esperada eficiência. Em Minas, Kubitschek obteve 713.113 votos, comparados aos meros 418.194 votos de Vargas em 1950 (quando o total de votantes em Minas era realmente maior do que em 1955). A *performance* de Kubitschek nos outros grandes Estados foi menos impressionante. Em São Paulo, por exemplo, obteve apenas 240.940,

pouco mais do que um oitavo do total de votos do Estado, que deu 867.320 a Ademar de Barros e 626.627 a Juarez Távora. O pacto eleitoral com o PTB deu a Kubitschek uma ajuda mínima em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por outro lado, no resto do país, o PSD produziu os votos que deram a Kubitschek a maioria nacional.

João Goulart atingiu a vice-presidência com uma votação maior do que Kubitschek. Seu total foi de 3.591.409 contra 3.077.411 de Kubitschek. Porém a margem de vitória de Goulart sôbre Milton Campos, companheiro de chapa de Juarez Távora, era pouco superior a 200.000 enquanto a margem de Kubitschek sôbre Távora era quase de 470.000.[12]

Kubitschek era o presidente eleito pela minoria. Sua percentagem do total de votos (36%) era significativamente menor do que a de Vargas em 1950 (49%) ou a de Dutra em 1945 (55%). Mesmo o seu total de votos de 3.077.411, apesar do crescimento do eleitorado, era menor do que o de Vargas em 1950 (3.849.040) ou mesmo o de Dutra em 1945 (3.251.507). Estava claro que a candidatura de Ademar de Barros fôra um golpe profundo na votação esperada por Kubitschek, especialmente em São Paulo.

Posse ou Golpe?

Os advogados do golpe começaram a se fazer ouvir à medida que o resultado começava a definir-se. Carlos Lacerda apelava para "quem têm nas mãos a fôrça capaz de decidir a questão. Basta que ouçam a voz do seu patriotismo e não a dos que falam em legalidade para entregar o Brasil a contraventores e criminosos do pior dos crimes, que é o de enganar o povo com o dinheiro que lhe roubam". Foram os comunistas que elegeram Kubitschek e Goulart, clamava Lacerda.[13] A "Cruzada Brasileira Anticomunista" colocava anúncios nos jornais exigindo que Juscelino e Jango não tivessem permissão para assumir os cargos para os quais haviam sido "indevidamente eleitos", porque, além de serem apoiados pelos comunistas e não alcançarem uma maioria absoluta, seus votos vieram de um eleitorado "formado pela massa ignorante, sofredora, desiludida, trabalhada pela mais sórdida das demagogias e envenenada pela propaganda solerte do Partido Comunista". O "movimento de 24 de agôsto", como a nota dizia francamente, "falhou".[14]

A figura-chave, que qualquer um agora reconhecia, era o General Lott, Ministro da Guerra. Em 8 de outubro, Lott fêz saber que continuaria ao lado da Constituição e endossaria a posse dos candidatos eleitos.[15] A UDN votou por levar o caso à decisão da Justiça Eleitoral, argumentando que pela Constituição os candidatos vencedores necessitavam de maioria absoluta de votos. Porém, êsse protesto já se mostrara ineficaz após a eleição de 1950 e oferecia poucas possibilidades de melhor sucesso agora. O Congresso era igualmente inútil como saída para os antigetulistas. Em setembro, êle derrotara uma emenda constitucional proposta, que transferia a eleição presidencial para a Câmara dos Deputados, se o candidato não recebesse a maioria absoluta. As lideranças anti-Vargas caíram em desespêro. No fim de outubro, Otávio Mangabeira concedeu uma entrevista na qual criticava o funcionamento da democracia brasileira desde a deposição de Getúlio em 1945, concluindo que as "instituições enfraquecidas" do país não poderiam "dar conta das crises de tôdas as naturezas que elas suportem".[16]

Extremistas como Lacerda, já perdiam a fé nos meios "legais" para bloquear o retôrno dos getulistas. Lacerda estava em contacto com um grupo da oficialidade jovem, que esperava poder convocar os generais a intervir diretamente. Primeiro, tentou publicar um documento (a carta Brandi), querendo provar que Goulart havia comprado armas de Perón em 1953, a fim de equipar milícias operárias. Uma sindicância do Exército provou que a carta era forjada. Ademais, Perón fôra deposto na Argentina em meados de setembro, reduzindo a capacidade de alarma de um ataque do Peronismo.

A 1.º de novembro, um dos líderes da conspiração militar fêz um apêlo público aos seus companheiros para intervirem. Isto assinalou o comêço de uma nova e mais crítica fase da luta entre os golpistas e o campo pró-legalidade. Na oração fúnebre do entêrro do General Canrobert Pereira da Costa, o Coronel Mamede, um dos signatários do manifesto dos coronéis, de fevereiro de 1954, elogiou em têrmos extravagantes a coragem do general falecido, por haver liderado o movi-

mento contra Vargas em agôsto de 1954.[17] Atacou os políticos que usavam a "pseudo-legalidade imoral e corrompida" para justificar "seus apetites de poder e de mando". Não deixando dúvidas acêrca da situação corrente, sugeria categòricamente que seria uma "indiscutível mentira democrática" se o regime presidencial, que traz uma "enorme soma de poder que se concentra em mãos do Executivo", pudesse suportar "uma vitória da minoria" na posse "do mais alto mandatário da Nação".[18]

O discurso incitou o General Lott. Mamede fôra muito longe; devia ser punido. Êste passo era de todos o mais necessário do ponto-de-vista de Lott, porque apenas duas semanas antes êle tinha forçado a demissão do General Zenóbio da Costa, que havia pùblicamente exigido a posse dos candidatos eleitos. Deixar o pronunciamento de Mamede sem punição minaria, portanto, os esforços de Lott no sentido de impedir qualquer pronunciamento político por parte de oficiais do Exército. Porém o Ministro da Guerra tinha um problema: Mamede pertencia ao Estado-Maior da Escola Superior de Guerra e subordinado diretamente ao Presidente da República e não ao Ministro da Guerra. Lott telefonou aos assessores militares do presidente, pedindo a punição de Mamede.[19]

Ao mesmo tempo, Lott e os outros ministros militares tentaram demonstrar sua imparcialidade, requerendo ao presidente a supressão da "imprensa comunista", por causa das suas "provocações e os contínuos insultos dirigidos às Fôrças Armadas".[20] O Presidente consultou o seu Ministro da Justiça, Prado Kelly, que confirmou o próprio julgamento de Café Filho de que tal medida seria inconstitucional. As idéias de Lott e Café Filho, no sentido de preservar a "legalidade", já eram divergentes. Havia bastante razão para acreditar, contudo, que os dois continuariam a trabalhar juntos, como vinham trabalhando até o início de 1955, no sentido de garantir a transferência pacífica da Presidência e da Vice-Presidência da República para os homens que haviam vencido as eleições. Esta possibilidade foi sùbitamente cortada pelo ataque cardíaco sofrido pelo Presidente.

Na manhã de 3 de novembro, Café Filho sofreu um ataque cardiovascular e foi para o hospital. Os médicos prescreveram-lhe repouso completo. Membros do gabinete continuaram a consultar o Presidente no seu quarto de hospital, porém logo ficou patente que Café Filho teria que delegar seus podêres presidenciais, pelo menos temporàriamente. Em 8 de novembro, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados (e portanto o próximo na sucessão, segundo a Constituição), assumiu o poder como presidente interino. Luz era reconhecidamente partidário, ao contrário de Café Filho, líder da facção dissidente do PSD que se opôs à indicação de Kubitschek em fevereiro. Dizia-se também que eram frágeis as suas relações com Lott, cujo requerimento para a punição do Coronel Mamede ainda esperava solução.[21]

Em 9 de novembro, Carlos Luz presidia a primeira reunião do seu gabinete. Quando Lott anunciou que desejava falar, presumìvelmente acêrca do caso Mamede, Luz encerrou a reunião e chamou o Ministro da Guerra de lado, para debaterem a matéria de forma privada. Quando Luz se recusou a atender à exigência de Lott de transferir Mamede, o Ministro da Guerra renunciou em protesto. A 10 de novembro, Luz substitui Lott pelo General Fiúza de Castro, que rumorosamente começou a organizar uma longa lista de comandos militares a serem transferidos.[22]

Neste ponto, os acontecimentos sucessivos tornar-se-iam compreensíveis apenas se tivessemos em mente a atmosfera política na qual esta disputa administrativa, aparentemente insignificante, teve lugar. Desde a indicação de Kubitschek pelo PSD em fevereiro, havia uma campanha para suspender a Constituição, o cancelamento das eleições e o lançamento do que Carlos Lacerda chamava um "regime de emergência". A campanha levada a efeito por antigetulistas intransigentes, que consideravam a queda de Vargas em 1954, como o início da "revolução" (o "movimento de 24 de agôsto") que livraria o Brasil dos "malfeitores", significava que tais políticos permaneciam influentes, apesar da deposição de Vargas em 1945, e que tinham ousadamente retornado ao poder em 1950. Com efeito era um argumento para excluir do poder o PSD e o PTB, que comandariam a maioria dos votos nas eleições nacionais. O beneficiário óbvio seria a UDN.[23]

A liderança da UDN não apoiava pùblicamente um golpe contra a posse de Kubitschek e Goulart. A sua atitude era ambígua. Oficialmente, o partido seguia a estratégia usada

após a eleição de Vargas em 1950: uma tentativa de advogar perante o Tribunal Superior Eleitoral (que se reuniria em dezembro para diplomar os vencedores) que a eleição não fôra válida, porque nenhum candidato recebera maioria absoluta. Ninguém, inclusive os líderes udenistas, tinha ilusões a respeito do sucesso dessa tática. Na realidade, êles sabiam que Lacerda tinha razão: a única maneira de impedir a posse de Kubitschek e Goulart era um golpe militar.[24]

Embora um golpe militar fôsse a negação das tradições liberais, em defesa das quais se constituíra a UDN, políticos como Otávio Mangabeira, um dos fundadores da UDN e agora membro da dissidente ala direita — Partido Libertador —, e Afonso Arinos de Melo Franco, eminente jurista constitucional da UDN, encontram-se ante um dilema moral: desanimados com a idéia de um nôvo período presidencial da coalizão PSD-PTB e tudo que ela representava, e também inconformados com a "grossura" dos advogados do golpe. Se a linguagem de Lacerda era empolgante, suas implicações finais inquietavam. O dilema da UDN era outro capítulo na história das angustiantes relações entre os constitucionalistas liberais e os militares. Como se justificaria, aos seu olhos, a suspensão do processo democrático, em defesa da democracia? E a intervenção militar não viria infestar o Brasil com a doença do *caudillismo,* da qual os seus vizinhos da América Espanhola sofriam de há muito?[25]

Quando a tensão cresceu após o período eleitoral, a posição ambígua da UDN tornou-se cada vez mais óbvia. Em fins de outubro, a UDN fôra o único dos grandes partidos que não fizera um pronunciamento público opondo-se ao golpe. Também não estava interessada em seguir a conduta de seu candidato derrotado, Juarez Távora, que publicara um pronunciamento desejando sucesso aos vitoriosos e renunciando à idéia do golpe. Após o discurso de Mamede, Lacerda tornou-se mais atrevido. A 4 de novembro, publicou um editorial no seu jornal *Tribuna da Imprensa,* dando o sinal de partida: "Esta é a hora da decisão para as Fôrças Armadas". A 9 de novembro, por ocasião do encontro de Lott com Carlos Luz, a *Tribuna da Imprensa* anunciou o repicar de sinos pela morte política de Kubitschek e Goulart: "Êsses homens não

podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse".[26] O Rio de Janeiro estava agitado com os boatos de contactos entre o presidente interino Luz e os golpistas comandados por Lacerda e os jovens oficiais como Mamede. Nessa atmosfera, a substituição de Lott foi imediatamente interpretada como uma prova de que a dedicação de Luz para com a "legalidade" era mais fraca do que a de Café Filho.

Lott estava pessoalmente ressentido com o seu afastamento do Ministério da Guerra. Êle tentara controlar duramente os extremistas de ambos os lados — os comunistas da esquerda e os antidemocratas da direita. Queria suprimir a imprensa comunista e punir Mamede. Ambas as medidas dependiam do presidente; nenhuma foi levada adiante.

Mas não eram os comunistas o verdadeiro alvo do golpismo. Como Lacerda explicara em fins de outubro: "O que tememos é que o General Lott entregue o poder a Jango Goulart, para que Jango Goulart governe êste país com a quinta-coluna".[27] Sôbre a conveniência de Goulart assumir o alto pôsto, Lott, como outros oficiais centristas, tinha sentimentos confusos. Lott inquietara-se com a indicação de Goulart em abril, sabendo da forte oposição ao antigo Ministro do Trabalho, especialmente na ala dos coronéis. Porém o Ministro da Guerra era um devoto inflexível dos princípios da legalidade. Goulart havia sido legalmente indicado como candidato e Lott repetidamente garantira a posição "apolítica" do Exército. Sua promessa tornara-se, ràpidamente, um compromisso de assegurar a validade dos resultados das eleições.[28]

Ademais, Lott era receptivo aos argumentos dos correligionários de Kubitschek, tanto dentro como fora da tropa, em cuja opinião o destino do presidente eleito estava ligado ao de Goulart, já que a vitória de ambos vinha da "minoria". Ou ambos ou nenhum. Não haveria veto "seletivo". Desde que Kubitschek era claramente um moderado, em têrmos políticos, e um "getulista" apenas por associação muito geral, êsse argumento aumentava a fôrça dos militares pró-legalidade, que estavam frouxamente organizados num Movimento Militar Constitucionalista.[29]

Havia, também, uma dimensão pessoal na agonia da decisão de Lott. Embora se empenhasse em defender um papel "apolítico" para o Exército, Lott era um general orgu-

lhoso, não impermeável às sugestões de ser êle o homem destinado a salvar a democracia brasileira num momento de perigo.

Os Militares Intervêm

Convencido de que o presidente interino Carlos Luz estava ligado aos conspiradores, Lott decidiu promover o seu próprio "golpe preventivo". A 10 de novembro, no dia em que sua demissão tornou-se pública, o ex-Ministro da Guerra ràpidamente mobilizou o comando do Exército no Rio de Janeiro. A 11 de novembro, unidades do Exército ocuparam todos os principais prédios públicos, estações de rádio e jornais. Era um golpe militar no estilo clássico.[30]

Tendo deposto o Presidente interino, o General Lott imediatamente anunciou que o Presidente do Congresso e o Presidente do Supremo Tribunal Federal declaravam sua "solidariedade com o movimento dirigido para o retôrno à situação de um regime constitucional normal".[31] Embora Lott tivesse o apoio do Exército no Rio e dos comandos vizinhos, os Ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciaram sua ação como "ilegal e subversiva". Sua resistência desapareceu, contudo, quando as unidades do Exército cercaram as bases aéreas e navais dissidentes.

O alvo do golpe — o presidente interino Luz — escapou ao Exército num cruzador rebelado, o "Tamandaré", que ràpidamente zarpou do Rio, com uma tripulação curiosa que incluía vários Ministros do govêrno, bem como as lideranças outrora golpistas como Lacerda. O cruzador escapou ileso do fogo das baterias da praia quando deixou o pôrto e foi para Santos, evidentemente com a intenção de instalar um govêrno em São Paulo. Enquanto Luz e seu séquito cruzavam os mares, irradiando despachos, que asseguravam o seu direito de permanecer como govêrno legal, o General Lott movia-se ràpidamente para legitimar a deposição de Luz.[32]

Imediatamente, o Congresso entrou em sessão. A 11 de novembro, a Câmara dos Deputados, por 185 a 72 votos, votou para a presidência Nereu Ramos, Presidente do Senado

e o seguinte na linha sucessória segundo a Constituição. O voto seguiu estritamente a linha dos partidos: o PSD e o PTB apoiando a medida e a UDN opondo-se.[33] A ação do Congresso teve uma série de características interessantes.

Primeiro, a rígida linha dos partidos na votação enfatizou o caráter partidário do conflito. Embora rotulado de legalismo *versus* golpismo, na realidade não passava de uma vitória da coalizão majoritária contra a minoria amargurada. Em segundo lugar, a intervenção miiltar deu aos defensores udenistas de Café Filho e Carlos Luz — nenhum dos quais, por sinal, pertencia à UDN — Café Filho sendo do PSP e Carlos Luz do PSD — a oportunidade de replicar: os "legalistas" acabaram de mover um golpe "brutal" contra o presidente legítimo. Diante do fato da sucessão presidencial tornada inevitável — todo o prestígio do Exército estava agora comprometido com a posse de Kubitschek e Goulart — as fôrças anti-Vargas puderam descarregar suas frustrações em queixas amargas contra a "injustificada" interrupção do processo legal.[34]

Em terceiro lugar, a constitucionalidade do golpe "preventivo" permanecia obscura. O Congresso votou para reconhecer Nereu Ramos como nôvo presidente, porém não votou para impedir Carlos Luz, que assim permaneceu como Presidente da Câmara dos Deputados. Ademais, o Congresso não votou sanções contra Luz, Café Filho ou qualquer de seus Ministros. Não houve tentativas de estabelecer, a tempo, provas de que Luz, Café Filho ou qualquer dos seus ministros eram culpados da conspiração, cuja prevenção fôra a justificativa para o golpe de Lott. O Congresso reconheceu, sem legitimar totalmente, a transferência do poder imposta pelos militares. O resultado foi um legado de amargura entre os antigetulistas acêrca da "capa", ambìguamente legal, que os dois partidos majoritários tinham votado.

No entender do General Lott e da maioria das altas patentes militares, havia em 9-10 de novembro um grave perigo de que o presidente interino estivesse ligado aos golpistas e planejasse bloquear a posse de Kubitschek e Goulart.[35] Dada a fanfarronada de Lacerda e a audácia dos seus aliados no meio militar, não era fácil avaliar o perigo real. No mínimo, Luz

não fêz qualquer esfôrço para dissipar os rumores de um golpe. Ademais, era um grave êrro, da parte de Luz, permitir que o Ministro da Guerra renunciasse por causa do *affaire* Coronel Mamede. Por outro lado, Lott e seus colegas generais não se esforçaram por provar suas suspeitas de um golpe iminente contra Kubitschek e Goulart. Talvez êles temessem a inevitável confusão política, se tentassem documentar a intenção dos golpistas. Em qualquer caso, as afirmativas não foram substituídas pelas novas. Como resultado, havia grandes argumentos contra o débil fundamento legal do golpe "preventivo".

O presidente interino deposto aproveitou a ambígua situação legal para defender-se e aos seus ministros. A 14 de novembro, Carlos Luz, descansado de sua breve viagem no "Tamandaré", falou na Câmara dos Deputados. Negou vigorosamente que houvesse justificativas para as suspeitas de Lott quanto a ser o caso Mamede prova de intenções golpistas dentro dos círculos governamentais. Luz submeteu-se à lógica dos fatos. Contudo, embora mantendo sua cadeira de deputado, teve de renunciar ao cargo de presidente da Câmara.

Uma semana mais tarde, a crise da sucessão irrompeu de nôvo. A 21 de novembro, Café Filho saiu do hospital e anunciou que pretendia reassumir os podêres presidenciais que tinham sido subtraídos ao seu sucessor interino. A saída constitucional foi mais uma vez forçada. De nôvo o Exército cercou os prédios públicos. A seqüência de 11 de novembro foi repetida. A Câmara dos Deputados, em 22 de novembro, respondeu votando para desqualificar Café Filho do cargo e confirmar Nereu Ramos, como presidente, até a posse de Kubitschek em janeiro. Dois dias mais tarde, o Congresso votou aprovando uma solicitação dos ministros militares, de trinta dias de estado de sítio, que em dezembro foi prorrogado por mais um mês.

Acalmada a celeuma das conspirações e contragolpes de novembro, Kubitschek e Goulart esforçaram-se para reassegurar posições centristas e demonstrar que o temor de seus inimigos era infundado. Goulart negou quaisquer ligações com os comunistas, pecado de que sempre o acusavam. O Partido Trabalhista Brasileiro reafirmou sua natureza democrática e repudiou a sugestão de que o endossamento da chapa Kubits-

chek-Goulart pelo Partido Comunista envolvesse qualquer barganha política.

Os podêres do estado de sítio foram exercidos discretamente, com intermitente censura à imprensa, continuando até a posse de Kubitschek e Goulart em 31 de janeiro de 1956. Lacerda, o destemido advogado de medidas de exceção antes do 11 de novembro, desembarcou do "Tamandaré" para pedir asilo imediato na Embaixada de Cuba. Dali retirou-se para um ano de exílio, durante o qual continuou seus ataques aos "corruptos" e "malfeitores", cujo retôrno fôra incapaz de conter. Lacerda e os conspiradores antigetulistas tinham conseguido provocar um golpe, mas contra si mesmos. E haviam compreendido um ponto bem significativo: a democracia brasileira ainda não era capaz, após o trauma político do último ano de Vargas, de transferir o poder — teste fundamental do sistema sob pressão — por processos constitucionais normais.

Em têrmos de conflito político, as lições de novembro foram notáveis. A oposição liberal, que aparentemente ganhara tanto com a morte de Vargas em agôsto de 1954, perdeu tôdas as possibilidades de um caminho extra-legal para o poder, a curto prazo. Os militares esforçaram-se por se afastar da tentação de impor sua própria opinião aos políticos. A intenção de Lott era garantir as regras do processo eleitoral, porém, a ironia de sua devoção à "legalidade" repousava no fato de que essa mesma "legalidade" teve de ser garantida pelo ato arbitrário de um golpe militar. O resultado foi que se criou uma nova divisão no meio da oficialidade; a divisão entre o "movimento de 24 de agôsto" e o "grupo de 11 de novembro". O contraste entre os dois foi acentuado pelos seus respectivos apologistas civis. Os antigetulistas promoviam o "grupo de 24 de agôsto" como seu braço militar; os militantes do PSD e do PTB, bem como a esquerda, passaram a venerar Lott como o líder do "grupo de 11 de novembro". O efeito total era aprofundar a inquietação entre os oficiais centristas acêrca do seu papel natural como "guardiães apolíticos" da democracia brasileira.

O interregno entre a morte de Vargas e a posse de Kubitschek dramatizou assim características da política brasileira. Primeiro, a eleição de outubro mostrou a inabilidade da oposição liberal (identificada, acima de tudo, com a UDN) de

vencer a eleição nacional, mesmo quando seus inimigos estavam divididos. Essa fraqueza eleitoral fortalecia aquêles que nas suas fileiras favoreciam o golpe. Em segundo lugar, as altas patentes militares, embora desconfiadas do nôvo estilo populista, não estavam preparadas para dar o poder aos antigetulistas. Isto foi demonstrado em novembro de 1955. Em terceiro lugar, a presença de Ademar de Barros, na eleição, fêz o PSD e o PTB juntarem-se mais, fortalecendo assim a curiosa aliança dos "de dentro", criada por Vargas. Disso resultou a eliminação de qualquer chance remanescente, embora fraca, de o PTB desenvolver-se como partido de esquerda independente. Ao contrário, êle se tornou um aglomerado cada vez mais controlável dos "de dentro", entre a classe trabalhadora organizada e seus líderes de indicação governamental.

A Confusão Financeira

O regime Café Filho herdou a difícil situação econômica, que fazia Vargas flutuar cada vez mais frenèticamente entre uma política moderada e uma política extremada. Vargas, com efeito, renunciara a qualquer tentativa de estabilização com o seu decreto de salários de 1.º de maio de 1954. Além do mais, o boicote ao café brasileiro no mercado de Nova Iorque, em resposta ao alto preço mínimo do Brasil, agravara os problemas com o balanço de pagamentos nos três últimos meses. Em agôsto, o govêrno de Vargas finalmente terminou com a sua política irrealista do preço mínimo para o café, num esfôrço de recuperar as suas vendas em dólares. O nôvo govêrno de Café Filho, portanto, herdou uma crise financeira de proporções alarmantes. Poderia ser enfatizado que a produção industrial, tanto de bens de capital como de bens de consumo, continuava a crescer ràpidamente no início da década de 50. Os problemas que se apresentaram além da capacidade de Vargas, contribuindo, dêsse modo, para a crise política que lhe custou a vida, foram a inflação interna e os deficits de pagamentos externos. Eram êsses dois problemas na área da política econômica — problemas essencialmente financeiros — que o govêrno transitório de Café Filho tinha que enfrentar.[37]

O primeiro Ministro da Fazenda de Café Filho foi Eugênio Gudin, que há longo tempo criticava a má-vontade do govêrno brasileiro em empreender rigorosas medidas antiinflacionárias. No seu primeiro discurso como ministro, Gudin prometia levar avante o plano de estabilização de Aranha, que Vargas havia conduzido ao fracasso por falta de suporte político. Gudin pintou um retrato medonho da confusão financeira deixada por Vargas e prometeu cortar os deficits governamentais, aos quais atribuía a responsabilidade maior na inflação.[38] O seu grupo antiinflação incluía como diretor do órgão monetário (SUMOC), Otávio Gouvêia de Bulhões.[39] Gudin sabia que o sucesso dos seus esforços dependeriam, em parte, da atitude do Govêrno dos Estados Unidos da América e do Fundo Monetário Internacional. Em setembro, logo após Café Filho formar seu gabinete, o nôvo Ministro da Fazenda viajou para Washington para o encontro anual do Banco Mundial e do FMI (o Ministro da Fazenda era membro nato da junta dirigente do FMI). Embora desmentisse que a sua viagem incluiria quaisquer negociações com as autoridades do FMI, sôbre as dificuldades financeiras do Brasil, Gudin, indubitàvelmente, usou a oportunidade para impressionar os seus colegas em Washington a respeito da seriedade do programa antiinflacionário que estava por lançar no país.

Os críticos "nacionalistas" no Brasil aproveitaram a sua viagem para atacar Gudin, pela sua missão de "pedinte", dizendo que a sua política monetarista ortodoxa resultaria em estagnação econômica. Quaisquer que tenham sido as próprias expectativas de Gudin, êle não aplicou de fato medidas que congestionassem a economia até o ponto que os seus detratores da esquerda previam. Gudin queixava-se de que estava carregando um desastroso e dispendioso programa de suporte ao café que cancelava a poupança proveniente dos seus cortes em outras áreas de despesas públicas. Ao tomar posse, Gudin restringiu sèriamente as reservas monetárias, aumentando o saldo de caixa mínimo exigido aos bancos comerciais e estabelecendo, além disso, que metade de todos os seus novos depósitos deveriam ser recolhidos na SUMOC, o órgão monetário nacional. Os efeitos foram imediatos e árduos. Em novembro de 1954, dois bancos em São Paulo fecharam as suas portas e o Banco do Brasil teve de fazer pagamentos

adiantados especiais para outros bancos de São Paulo, a fim de aliviar o pânico incipiente. No início de 1955 o Governador de São Paulo, Jânio Quadros, negociou com Café Filho uma mudança na política de restrição de crédito que havia causado uma séria crise nas indústrias de bens de capital instaladas em São Paulo. Receoso de que o compromisso do Presidente com o programa antiinflacionário estivesse enfraquecendo, Gudin demitiu-se, em sinal de protesto, em abril de 1955, junto com o Presidente do Banco do Brasil, Clemente Mariani.[40]

O nôvo Ministro da Fazenda foi José Maria Whitaker, velho banqueiro paulista que havia sido o primeiro Ministro da Fazenda de Vargas, após a revolução de 1930. Whitaker imediatamente aliviou a política monetária, não requerendo mais aos bancos o depósito de metade dos seus próprios depósitos na SUMOC. Esta alteração na política creditícia levou em maio de 1955 a que o último membro da equipe comprometida com o programa antiinflacionário de Gudin — Bulhões — abandonasse seu pôsto de diretor da SUMOC, em protesto. Whitaker esperava equilibrar os efeitos da sua política branda de crédito, suspendendo, em abril, o programa da compra de café. Porém, aquêle ato, levado a efeito no seu primeiro mês como ministro, provocou violentos protestos dos plantadores de café. Whitaker planejou acalmá-los, instituindo uma política cambial radicalmente simplificada, que eliminaria o "confisco cambial" que dava aos comissários de café (e portanto aos plantadores) um retôrno em cruzeiros mais baixo para o seu café do que a taxa em dólar livre equivalente.

A reforma cambial de Whitaker, introduzida no final de setembro de 1955, contudo, nunca foi aprovada. Café Filho estava hesitante em endossar a capitulação do que havia provado ser um instrumento deveras poderoso (isto é, o "confisco cambial") para a colocação das divisas. De fato, êsse dispositivo era o mais próximo, a que o Brasil havia chegado, do monopólio estatal das exportações e havia se tornado um método útil de desviar parte dos lucros cambiais das principais exportações brasileiras em áreas de investimentos de alta prioridade, determinadas pelo govêrno. O Tesouro também obteve consideráveis benefícios, através do prêmio ganho pelo sistema introduzido em 1953, de leiloar câmbio externo.

Assim, o regime de Café Filho encontrou razões que o persuadiam à cautela no sentido de desembaraçar-se do sistema cambial que o Ministro da Fazenda Whitaker e o FMI (que trabalhou cuidadosamente com Whitaker no planejamento das reformas propostas em setembro de 1955) desejavam simplificar dràsticamente.

Café Filho explicou ao seu Ministro da Fazenda que o Congresso teria de ser consultado. Duramente pressionado por Whitaker, o presidente pôs a matéria em discussão no gabinete e terminou por endossar o ponto-de-vista de seus ministros militares, que consideravam "inoportuna medida de tal envergadura nos últimos dias de um Govêrno transitório". Whitaker logo se demitiu e foi substituído por Mário Câmara, um alto funcionário do Ministério da Fazenda.

Câmara continuou a política monetária branda de Whitaker e, no fim de 1955, a produção industrial havia se recuperado do leve declínio do início do ano. A produção de bens de consumo havia sofrido relativamente pouco e a recuperação nas indústrias de bens de capital ajudou a trazer um aumento total de cêrca de 4% no setor industrial, que contrastava com o aumento de cêrca de 10% em 1954.

Na área da estabilização de preços, o Govêrno Café Filho foi capaz de demonstrar, relativamente, um pequeno sucesso imediato. O custo de vida no Rio de Janeiro aumentou 26% em 1954 e 19% em 1955. A pressão inflacionária continuou porque salários e deficits governamentais continuaram a crescer. O fato era que o regime interino não estava preparado para prosseguir a política financeira, de grande restrição, que deveria reduzir os aumentos de preços, porém provàvelmente causaria também uma séria queda nos níveis de produção. Café Filho viu o seu govêrno como uma administração transitória à qual faltava autoridade e tempo para levar adiante vastas reformas na política econômica.

Além do mais, o Ministro da Fazenda simplesmente não tinha sob o seu contrôle as despesas totais do govêrno (havia agências governamentais semi-autônomas, cujos orçamentos não podiam ser cortados por simples portarias do Ministério da Fazenda). De fato, a despesa corrente do govêrno em 1955 foi até mais alta do que a de 1954. E havia decisões anteriores, da presidência de Vargas, que limitavam sèriamente

o campo de manobras do Govêrno Café Filho durante a sua curta permanência. O aumento salarial de 1.º de maio de 1954, por exemplo, não podia ser revogado e encorajava outros assalariados a pressionar por suas exigências. Também, a introdução do sistema de leilão para pagamento do câmbio externo em 1953, fêz os produtores pagarem um prêmio para os bens importados, tanto matérias-primas como equipamentos, aumentando os custos domésticos e necessitando de aumentos de preços adicionais.

No âmbito do balanço de pagamentos, o govêrno transitório foi capaz de mostrar resultados mais impressionantes. Em 1954, que havia sido um ano ruim devido às dificuldades no mercado de café, o Brasil terminou com um deficit na conta corrente de US$ 230 milhões. Em 1955, contudo, o Brasil virtualmente equilibrou sua conta-corrente, ao mesmo tempo que liquidava mais de US$ 200 milhões de dívidas a curto prazo. Isto foi conseguido a despeito da queda dos preços do café e do algodão. O método escolhido foi a medida draconiana de cortar violentamente as importações, que em 1955 caíram para US$ 409 milhões, ou seja, cêrca de 30 por cento menos que o ano anterior. Esta era uma política que não poderia ser longamente sustentada sem danificar sèriamente o desenvolvimento econômico da nação. Mesmo assim, oferecia a oportunidade de interromper o recente recorde brasileiro de constantes aumentos na dívida externa.

Mas o Govêrno Café Filho provou que não tinha receios de tomar uma decisão de longo alcance na política econômica. No início de 1955, as autoridades financeiras lançaram um decreto (Instrução 113 da SUMOC), favorecendo os investidores estrangeiros, aos quais seria permitido importar equipamentos industriais para a produção de bens, sendo dada uma classificação prioritária pelo govêrno. Essa abertura ao capital estrangeiro foi o resultado da firme convicção do Ministro da Fazenda, Gudin, sempre defendida no passado, de que o Brasil tinha grande necessidade de investimentos estrangeiros e deveria ser complacente dando aos mesmos incentivos especiais. A instrução da SUMOC, junto com a boa-vontade de Gudin em cooperar com o FMI no programa de estabilização, irritou aos nacionalistas, que se tornaram cada vez mais atuantes após a campanha eleitoral de Vargas em 1950.[42]

V

Anos de Confiança (1956-1960)

Início da Era de Kubitschek

Poucos presidentes brasileiros tomaram posse sob condições políticas tão pouco auspiciosas como Juscelino Kubitschek. Embora tivesse sido legalmente eleito, sua posse teve de ser garantida por um golpe "preventivo". As divisões políticas deixadas pela queda de Vargas levaram à crise subseqüente que se estendia entre os militares, onde uma minoria aparente de antigetulistas era tida como amargurada pelo golpe do General Lott. Contudo, Kubitschek tornou-se o segundo presidente, desde 1945, que conseguiu ocupar o cargo por um período inteiro. Como o conseguiu, se o fracasso parecia certo?[1]

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina, uma das mais tradicionais cidades de Minas Gerais. Sua mãe era a neta de um imigrante da Boêmia, que veio para o Brasil na metade do século dezenove. Juscelino formou-se em Medicina e por pouco tempo exerceu sua profissão na Polícia Estadual de Minas Gerais. Sua vocação real, contudo, era a política. Desde o início de sua carreira, estêve ìntimamente associado à fechada e unida elite política de Minas Gerais. Um dos seus principais protetores foi Benedito Valadares, um antigo aliado de Getúlio Vargas e um dos fundadores do PSD. Com

o suporte de Valadares, Kubitschek tornou-se prefeito de Belo Horizonte em 1940, pôsto no qual se manteve até a queda dos prefeitos, que se seguiu à deposição de Vargas em 1945. A mesma eleição que trouxe Vargas de volta à Presidência, fêz Kubitschek Governador de Minas Gerais. Como governador ganhou reputação de administrador, executando um impressionante número de projetos na área dos transportes e energia. Foi do Govêrno de Minas Gerais que Kubitschek lançou sua proposta vitoriosa para a indicação presidencial.[2]

Governar Minas Gerais foi preparo excelente para a tarefa maior de governar o Brasil. Como o mais importante Estado interiorano, Minas oferecia em miniatura muitos dos problemas devidos a um inadequado capital social, que eram característicos do Brasil como um todo. Além disso, Kubitschek era capaz de trazer para a presidência o sólido apoio de uma das mais coesas fôrças políticas do Brasil, o PSD de Minas Gerais.

A Economia da Confiança

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu "cinqüenta anos de progresso em cinco de govêrno" e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. Para a década de 1950, o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vêzes maior que o do resto da América Latina.[3]

Como obteve essa alta taxa de crescimento? Em parte, resultou de circunstâncias econômicas básicas favoráveis: um grande mercado interno, maior capacidade em áreas-chave,

tais como a produção de ferro e aço, maior do que em qualquer outro país da América Latina, e a disposição dos homens de negócio do exterior em investir no Brasil. Contudo, foi o papel dinâmico do Govêrno Kubitschek que serviu para estimular e canalizar as fôrças do crescimento econômico.

Em têrmos das três fórmulas de desenvolvimento econômico, diferenciadas anteriormente, o Govêrno Kubitschek seguiu uma política de nacionalismo desenvolvimentista. Foi uma aproximação pragmática a uma economia já mista, dirigida no sentido de conseguir a mais rápida taxa de crescimento possível, encorajando a expansão nos setores tanto privados como públicos. A ênfase maior foi dada às indústrias básicas. Em essência, esta era uma nova fase no processo de substituição de importações, iniciada na mudança do século, acelerada na década de 1930, o que produziu uma virtual auto-suficiência em bens de consumo leves no meio da década de 1950.

Os últimos anos de Dutra viram uma nova fase do processo de industrialização "espontânea". Durante o truncado período de Vargas surge uma política de desenvolvimento projetada para dirigir e guiar a industrialização suplementar, tornada possível pela política cambial e pela oportunidade favorável em relações de troca, após 1949. Durante os anos de Kubitschek a substituição das importações entraria já em outra fase, com maior ênfase na criação de indústrias de bens de capital.

Kubitschek esboçara sua estratégia de desenvolvimento econômico durante a campanha. Mesmo após a posse, o presidente eleito publicou um prefácio do seu *Plano Nacional para o Desenvolvimento,* que fôra redigido por um grupo de jovens tecnocratas, nos quais o presidente se apoiava para conselhos durante a campanha.[4] Uma vez no cargo, Kubitschek anunciava sua estratégia clara e freqüentemente.

Primeiro, fêz um apêlo direto aos investidores privados, tanto nacionais como estrangeiros. Para os homens de negócios brasileiros, o seu govêrno oferecia uma política de créditos liberais e a promessa de manter um alto nível de demanda interna, assegurando, dêsse modo, mercados proveitosos. A fim de canalizar investimentos privados para as indústrias básicas, o govêrno estabeleceu "grupos executivos" em indústrias

como a de automóveis e aparelhos elétricos, o que mostrava que as regulamentações governamentais a ajudavam e não atrapalhavam a rápida expansão da capacidade.[5]

Às firmas estrangeiras foi dado um incentivo especial para investir na indústria brasileira. A fim de encorajá-las a trazerem equipamentos industriais para o Brasil, o que era extremamente necessário, o govêrno fêz uso liberal da Instrução 113 da SUMOC, baixada durante o Govêrno Café Filho. Essa regulamentação isentava as firmas estrangeiras da necessidade de providenciar "cobertura" cambial externa para importar maquinaria, desde que estivessem associadas a emprêsas brasileiros — vantagem não gozada por firmas inteiramente nacionais. O Govêrno Kubitschek deu também repetidas vêzes atenção especial a problemas tais como remessa de lucros e impostos. O apêlo aos investidores privados, estrangeiros e nacionais, foi bastante bem sucedido, especialmente em indústrias-chave tais como produção de veículos, onde uma virtual auto-suficiência foi conseguida em apenas cinco anos, com a produção alcançando 100.000 veículos por ano, no fim do govêrno. Em suma, o apêlo ao setor privado foi amplamente atendido.[6]

A estratégia de Kubitschek, contudo, não repousava exclusivamente no setor privado. O govêrno empreendeu um programa escalonado de investimentos públicos, dirigido para a superação dos estrangulamentos estruturais nas áreas dos transportes e da produção de energia. Aqui o govêrno foi capaz de capitalizar uma série de projetos e instituições que êle havia herdado do início dos anos cinqüenta. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de 1951-53, traçou um programa de investimentos públicos, cumprido apenas parcialmente durante o Govêrno Vargas e freado durante os esforços de estabilização no interlúdio de Café Filho. Havia também os estudos técnicos do grupo de trabalho, constituído por representantes da Comissão Econômica para a América Latina e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A última instituição era um excelente veículo para aumentar os investimentos públicos, desde que desfrutasse de certos privilégios no setor da receita fiscal, usados na expansão da produção de energia elétrica e do sistema rodoviário. Além do mais, o Govêrno Kubitschek poderia contar com fontes de expansão dos

fundos públicos no exterior, tais como o Govêrno dos Estados Unidos e as agências internacionais de empréstimo. Essas fontes eram importantes porque ajudavam a manter o equilíbrio no uso dos fundos externos do Brasil. Enquanto o Brasil ganhava investimentos privados externos para o seu setor privado interno, também obtinha investimentos públicos externos para o seu setor público interno.

Ordenando a estratégia completa de desenvolvimento econômico de Kubitschek, tínhamos uma série de "metas" de produção, que abrangiam tudo, alinhadas formalmente em 1958. Êsse não era um programa rígido, era mais uma série de objetivos através dos quais os setores designados teriam que ser dirigidos. Executando o seu programa, o govêrno era pragmático, enfatizando o crescimento das indústrias de base e virtualmente ignorando áreas como a agricultura e a educação, apenas nominalmente incluídas no Programa das Metas.

Símbolos e Estratégias

A estratégia de Kubitschek merece o rótulo de "nacionalismo desenvolvimentista", e não simplesmente "desenvolvimentismo", tal a fórmula pela qual foi apresentada ao povo brasileiro. Reforçando os propósitos e as ações do govêrno havia um apêlo ao senso de nacionalismo. Era o "destino" do Brasil tomar "o caminho do desenvolvimento". A solução para o subdesenvolvimento nacional, com tôdas as suas injustiças sociais e tensões políticas, devia ser a industrialização urgente.

O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política. Êle foi capaz de manter isso apenas por um *tour de force* político. O segrêdo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Êste estilo político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek se utilizava do próprio sistema a fim de ganhar apoio — ou em muitos casos "ajeitando" a oposição — para os seus programas. Isto significava capitalizar as alianças getulistas sem o autoritarismo ou o populismo

dos quais Vargas lançou mão em vários estágios de sua carreira.[9]

A essência do estilo de Kubitschek era a improvisação. O entusiasmo, a sua principal arma, refletia uma confiança contagiante no futuro do Brasil como grande potência. Sua estratégia básica era pressionar pela rápida industrialização, tentando convencer a cada grupo do poder que teriam alguma coisa a ganhar ou, então, nada a perder. Isto requeria um delicado equilibrismo político.

Primeiro, Kubitschek esforçou-se por gerar um senso de confiança própria entre os próprios brasileiros. Outro fato igualmente importante, era que afirmava sua fé no processo democrático. Era tanto um presidente eleito por uma reduzida minoria em busca do alargamento de seu suporte político, quanto um líder ambicioso tentando assegurar o seu lugar na história, tomando a liderança do caminho para a industrialização do Brasil — papel reclamado primeiramente por Vargas.

O símbolo que Kubitschek escolheu foi a nova capital no interior do país, Brasília. Durante a campanha eleitoral prometera levar adiante a previsão de uma nova capital, consignada na Constituição de 1891. Discutido por quase um século, o projeto era freqüentemente revogado como utópico ou proibitivamente caro. Quando o nôvo presidente levou a matéria ao Congresso para votação direta em 1956, o projeto foi prontamente aprovado, quase com a descrença do próprio Congresso.

Kubitschek arrojou-se na construção com infatigável entusiasmo, confiando num arquiteto brasileiro, mundialmente famoso — Oscar Niemeyer — e num urbanista brasileiro, igualmente notável, Lúcio Costa. O trabalho se processou num clima de expectativa, mobilizando brasileiros de tôdas as classes, que viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil. Isto forneceu ao resto do programa econômico de Kubitschek, detalhes do qual permaneciam ainda desconhecidos pela maioria do povo, um símbolo imediatamente compreensível.[11]

A construção de Brasília serviu também para outros fins, desviando a atenção de muitos problemas difíceis no setor social e econômico, tais como reformas no sistema agrário e

nas universidades. Nos dois casos, os otimistas do regime Kubitschek diziam que a mera construção da nova capital teria efeitos colaterais, levando os problemas em questão à solução. No setor agrário, por exemplo, diziam que a construção de novas estradas demandando Brasília abriria terras anteriormente incultas e facilitaria o escoamento no ineficiente sistema de distribuição de alimentos. Na esfera educacional, os entusiastas de Brasília apontavam a universidade radicalmente nova que lá se instalaria como modêlo para a reforma do ensino através de todo o país. Invariàvelmente a ênfase era dada na transformação da maneira de ver antigos problemas, começando tudo outra vez na solitária situação da nova capital.

Kubitschek adaptou cuidadosamente o seu nacionalismo desenvolvimentista, a fim de ganhar a máxima simpatia de cada classe. Dos industriais êle podia esperar um apoio entusiasta. O início de sua presidência coincidiu com o aparecimento de um grupo de empresários paulistas de vivo espírito público. Em junho de 1957, a Confederação Nacional da Indústria deu início à publicação de uma revista mensal que defendia veementemente o programa de industrialização. Êsses empresários eram os herdeiros espirituais de Roberto Simonsen, o industrial pioneiro paulista. O seu apoio indicava que, embora Kubitschek houvesse ganho relativamente poucos votos em São Paulo, contaria com a "burguesia nacional" naquele Estado.[12] O seu govêrno oferecia aos empresários crédito fácil, além de continuar a protegê-los das importações, prometendo-lhes dêste modo grandes benefícios no mercado interno em rápida expansão. Alguns se ressentiam dos favores outorgados aos investidores estrangeiros, especialmente a sua vantagem na importação de equipamentos. Porém, essa insatisfação era relativamente pequena e parcialmente anulada pela exigência legal de que as firmas estrangeiras necessitavam de sócios brasileiros.[13]

Os agricultores brasileiros não ofereciam maiores problemas para a estratégia de Kubitschek. Os plantadores de café eram amparados pelo apoio contínuo do govêrno, incluindo novas medidas, largamente frustradas, de embargar o declínio mundial dos preços da rubiácea. A insatisfação causada pelo sistema de "confisco cambial" foi melhorada por altas periódicas nos "bônus" pagos aos exportadores.[14] Quanto aos ou-

tros agricultores, tinham poucas razões para continuar a temer reformas significativas na estrutura arcaica do uso da terra. Kubitschek, pelo contrário, assim como Vargas antes dêle, nunca levantou o problema da terra de outra forma, senão a de sugerir medidas pollticamente inócuas, tais como a expansão do crédito rural ou o aperfeiçoamento da distribuição de alimentos através das facilidades de construção de novos armazéns. Tendo sido bem treinado na escola política do PSD de Minas Gerais, Kubitschek estava pouco inclinado a influir no sistema de propriedade rural existente.[15]

Com a classe trabalhadora, Kubitschek adotou uma política cautelosa de generosos aumentos salariais e continuou com o contrôle governamental na estrutura sindical. Nos contactos com os sindicatos, Kubitschek contava com o vice-presidente João Goulart — o jovem político populista, que, como líder do PTB, ganhara novamente muito do contrôle sôbre sindicatos, papel que lhe havia sido dado primeiramente por Vargas. Após sua eleição como vice-presidente em 1955 (concorrendo na chapa de Kubitschek), Goulart poderia reatar seus laços com o Ministério do Trabalho, ao qual o Exército o havia forçado a renunciar em 1954. Dessa forma, quando Kubitschek lançava mão de um apêlo populista para a massa de eleitores, pelo menos até 1959, visava problemas não ideológicos, como na construção de Brasília.

A classe média urbana constituía o setor que Kubitschek tinha a maior dificuldade em agradar. O "desenvolvimentismo" que corria sôlto parecia trazer com êle muitas das feições insatisfatórias da era de Vargas — corrupção e favoritismo político —, que os eleitores de classe média censuravam. Êles sentiam satisfação pelo progresso econômico do Brasil, e vergonha pelos "gastos" e pela "corupção", que os detratores de Juscelino pertencentes à UDN diziam ser um produto oriundo de projetos monumentais, tais como Brasília.[16] No geral, contudo, havia pouco na política de Kubitschek que ameaçasse o *status* do indivíduo de classe média urbana, pelo menos até a inflação se acelerar após 1959. O mais importante era que o rótulo de nacionalismo de Kubitschek se baseava na elite administrativa e empresarial brasileira e não em qualquer movimento de massas. Kubitschek não fêz qualquer tentativa no sentido de misturar populismo esquerdista com nacionalismo desenvolvimentista, ato que se esperava uniria a classe média aos militares de oposição.

Finalmente, o presidente escolheu fazer um apêlo especial aos intelectuais. Os intelectuais tradicionalistas — aquêles que se opunham radicalmente a qualquer tentativa de transformar a economia de exportação, predominantemente agrária do Brasil — estavam além de qualquer apêlo que o presidente pudesse fazer. Porém, muitos intelectuais de idéias nacionalistas foram atraídos pela entusiástica fé do presidente no futuro do Brasil e sua boa vontade no sentido de tentar acelerar o processo de mudanças econômicas. Havia um instituto financiado pelo Govêrno Federal — Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB — que se tornou a meca da pesquisa e do ensino dos problemas brasileiros, tais como eram conceituados pela posição liberal do nacionalismo desenvolvimentista. O instituto lançou uma série de livros e publicações, racionalizando o problema da industrialização e explicando as causas e os efeitos do subdesenvolvimento em cada setor da sociedade e da economia. Centenas de jovens brasileiros, que assistiam ao curso de um ano do Instituto, foram profundamente tocados pela "mística desenvolvimento". Os intelectuais da esquerda radical, por outro lado, eram antipáticos em princípio a Kubitschek; porém a sua oposição foi anulada, pelo menos nos três primeiros anos de sua presidência, pelo sucesso evidente de sua política.[17]

Apoio e Oposição

Ao escolher sua estratégia política, Kubitschek teve de preocupar-se mais do que em apenas vender a sua estratégia de desenvolvimento econômico. Êle também teve de se preocupar com a continuada luta política entre os herdeiros de Vargas e os antigetulistas. O golpe preventivo de Lott, em novembro, assegurou a posse de Kubitschek, porém criou também um legado de ódio entre os inimigos de Vargas, que se desesperaram após o "fracasso" do "movimento de 24 de agôsto". No fim de janeiro de 1956, o Congresso votou pela continuação do estado de sítio através do primeiro mês da nova administração.

Embora Kubitschek apelasse para seus opositores, a fim de que expressassem sua oposição em têrmos democráticos, no espaço de duas semanas de seu mandato, uma revolta militar eclodiu. Um grupo de oficiais direitistas da Fôrça Aérea estabeleceu um pôsto avançado rebelde na remota base aérea de Jacarèacanga, na Amazônia. O colapso da revolta, em fins de fevereiro, deu ao presidente a oportunidade de declarar anistia para todos os oficiais acusados de "atos revolucionários" desde o golpe de novembro último.[18]

Através da sua presidência, Kubitschek cortejou os militares com uma variedade de ardis, — sempre atento aos seus pedidos de pagamento de aumento e de modernos equipamentos. Em dezembro de 1956 comprou, para a alegria da Marinha, um porta-aviões superado, que havia pertencido à esquadra britânica e que foi remodelado com gastos enormes. A Marinha que, junto com a Fôrça Aérea, mantinha pontos-de-vista políticos mais conservadores do que o Exército, ficou encantada em receber o nôvo navio. Infelizmente a compra logo levou a uma briga de oito anos com a Fôrça Aérea, sôbre se os seus aparelhos tinham direito de aterrissar no convés (as razões da Marinha pecavam pela falta de aeronave apropriada). Durante o seu mandato, até a renúncia de Lott para concorrer à presidência, Kubitschek foi ajudado por seu Ministro da Guerra, firmemente "pró-legalidade", em seus esforços para conservar o apoio das fôrças armadas.

Kubitschek esforçou-se também para tranqüilizar os fanáticos anticomunistas nas fôrças armadas, através de repetidas declarações anticomunistas e sua política exterior ortodoxa. Não se desviaria, por exemplo, do tradicional apoio brasileiro a Portugal, e foi receptivo em seguir a liderança americana na diplomacia hemisférica, pelo menos no seu aspecto anticomunista, tranqüilizando, assim, generais anti-getulistas como Cordeiro de Farias e Juarez Távora, grandemente desconfiados com as aventuras "nacionalistas" no campo da política exterior. O presidente, de fato, encaixava o seu nacionalismo nas opiniões centristas dentro das fôrças armadas. Não havia ingredientes antiamericanistas, nem ataques ao "imperialismo". Era uma linguagem nacionalista, com a qual a maioria dos oficiais podia concordar. Industrialização acelerada, expansão da capacidade energética e facilidades nos transportes, além da construção da nova capital no interior, tudo ao encontro da idéia de desenvolvimento mantida por uma ampla faixa de opinião dos oficiais.[20]

E Kubitschek não limitou o seu anticomunismo a simples pronunciamentos. Em junho de 1956, por exemplo, ordenou o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores Portuários e da Liga de Emancipação Nacional, ambas manipuladas por comunistas. Contudo, para contrabalançar sua repressão à esquerda, em agôsto do mesmo ano, o govêrno apreendeu o jornal direitista — *Tribuna da Imprensa* — que estampava um manifesto de seu diretor, que se havia exilado por conta própria, Carlos Lacerda, afirmando que o Govêrno Kubitschek estava afinado com os comunistas e era dominado por "traidores". Essas medidas, para suprimir os extremismos políticos, pretendiam convencer as opiniões centristas nas fôrças armadas e no país todo de que o Govêrno Kubitschek não permitiria que os radicais da esquerda ou da direita tirassem o Brasil fora do caminho democrático.

Havia um aspecto nas manobras de Kubitschek com os militares que permanece difícil de explicar. Era a relativa facilidade com que os oficiais antigetulistas se conformavam com a manutenção de seu velho inimigo, João Goulart, na vice-presidência. Como parte da barganha eleitoral do PSD de Kubitschek e do PTB de Goulart, Kubitschek deu a Goulart liberdade na escolha do Ministro do Trabalho. Goulart contribuiu com sua parte na alusão freqüente às suas crenças anticomunistas. Em maio de 1958, visitou os Estados Unidos, onde repetidamente afirmou aos americanos os seus pontos-de-vista democráticos. Em outubro de 1957, explicava que o "nacionalismo pragmático" era a luz que guiava o Partido Trabalhista, e nas eleições para o Congresso em outubro de 1958 êle novamente desmentiu que houvesse cooperação entre comunistas e o Partido Trabalhista.[21]

Goulart também conseguiu, por todo o período, não fazer nenhuma mudança na área trabalhista que pudesse alarmar aquêles oficiais para os quais a idéia de uma república sindicalista era um anátema. Em outras palavras, Goulart evitou com sucesso dar qualquer evidência substancial às constantes afirmações de que pretendia ser um nôvo Perón.[22]

No trato com o Congresso, Kubitschek contava com a aliança entre os partidos que o haviam indicado. A coalizão PSD-PTB provou ser um veículo seguro, embora freqüentemente votasse verbas federais e aumentos salariais mais altos do que o presidente pedia. Os políticos hostis, especialmente os da UDN, estavam em minoria no Congresso. A despeito de sua tradição fortemente "legalista", a única esperança de sucesso parecia repousar num golpe antigovêrno, o que requeria, por seu turno, uma radicalização de opiniões entre a classe média e os militares, contra o estilo não dogmático e ideológico de Kubitschek que o protegia eficazmente. O seu sucesso mostrou que era um aluno hábil de Vargas, enquanto estivesse livre do único perigo insuperável de Vargas — o passo autoritário do Estado Nôvo.

Kubitschek era, em qualquer caso, um mestre na arte de convencer políticos recalcitrantes por meio de concessões liberais. Quaisquer que fôssem os propósitos mais amplos da construção apressada de Brasília, ela deu ao presidente uma maleabilidade de manobras sem precedentes, no trato com os oponentes suscetíveis de serem atraídos pela participação rendosa na nova emprêsa. E o programa de construção de estradas que a acompanhou significava que as possibilidades se estenderiam muito mais longe do que os limites do Distrito Federal.

Kubitschek foi também bem sucedido no trato com os governadores estaduais, que eram menos fortes do que na época da República Velha, mas que continuavam a ser importantes manipuladores da opinião pública. O presidente cooperou eficientemente, por exemplo, com o ambicioso Governador de São Paulo (1955-59), Jânio Quadros, cujos correligionários o lançaram nos moldes do antigetulismo — tentando assim em vão levá-lo a uma oposição ativa ao presidente.

Havia uma outra área política onde Kubitschek foi bem sucedido: as relações com os Estados Unidos. Desde o início êle calculou que o êxito da industrialização dependia de uma estreita cooperação com o Govêrno dos Estados Unidos e investidores privados americanos. Portanto, fêz todos os esforços para impor os seus programas às autoridades americanas públicas e privadas. O seu Govêrno se dedicava a relações públicas em Nova Iorque e Washington, como nenhum outro

regime brasileiro. Felizmente para o nôvo presidente, 1956 e 1957 foram de relativa calma na diplomacia hemisférica. A queda do regime de Arbenz na Guatemala em 1954, patrocinada pela CIA, e o aparecimento de Fidel Castro em Cuba em 1959 eram igualmente distantes. Em maio de 1958, o Vice-Presidente Nixon visitou a América do Sul e teve uma má recepção por parte de estudantes hostis. Kubitschek esforçou-se em capitalizar as subseqüentes preocupações americanas sôbre a sua política latino-americana.

Numa carta dramática ao Presidente Eisenhower, o Presidente brasileiro propôs um ambicioso e nôvo programa — Operação Pan-Americana — com o apoio dos Estados Unidos e de tôda a América Latina, um programa de desenvolvimento econômico multilateral, a longo prazo. O propósito real era assegurar o suporte americano para a consecução das ambiciosas metas econômicas da América Latina. Êle incluiria a concordância em medidas tais como acôrdos de preço de produtos primários e empréstimos públicos a longo prazo. Pòliticamente, tal compromisso daria aos governos progressistas democráticos (no Brasil a posição poderia ser descrita como "nacionalismo desenvolvimentista") uma fonte inestimável de apoio externo contra os seus oponentes internos, tanto da direita quanto da esquerda, que procuravam sabotar qualquer desenvolvimento econômico sob auspícios democráticos.[23]

A idéia de Kubitschek sôbre a Operação Pan-Americana teve uma recepção visìvelmente superficial em Washington, por Eisenhower e Dulles. Só depois do rompimento de relações com Fidel Castro que os Estados Unidos, apressadamente, lançaram uma versão atrasada da Aliança para o Progresso, programa multilateral, essencialmente similar ao que Kubitschek havia proposto.[24]

Inflação Novamente

O programa econômico ambicioso de Kubitschek tinha um calcanhar de Aquiles: o financiamento. Esperava-se em 1956 que fundos suficientes pudessem ser obtidos de fontes públicas e privadas no exterior, através de lucros nas exportações brasileiras. Embora a primeira fonte se mostrasse satisfató-

ria, a incisiva deterioração no balanço de pagamentos do Brasil, deficitária desde 1955, continuou dêsse modo a esgotar os lucros das exportações.[25] Os sintomas do desequilíbrio financeiro logo apareceram, porque o govêrno recusou comprometer seus ambiciosos planos de industrialização. Em 1957, o balanço de pagamentos apresentou um deficit de $ 286 milhões em conta corrente, enquanto que os dados para 1955 e 1956 resultaram numa conta-corrente razoàvelmente equilibrada. O govêrno preocupava-se também com os sinais da inflação interna. Os aumentos de preços, embora ainda modestos (o custo de vida subiu apenas 13% no Rio de Janeiro em 1957, o menor aumento desde 1951), começaram a acelerar-se na primeira meade de 1958. Entre janeiro e agôsto de 1958 o custo de vida subiu 10% no Rio de Janeiro. Em junho, o Ministro da Fazenda, José Maria Alkmim, renunciou, cercado de amargas críticas no sentido de que havia falhado na tentativa de obter novos financiamentos internacionais suficientes ou por ter aumentado a taxa de inflação e o deficit crescente no balanço de pagamentos. Foi substituído por Lucas Lopes, famoso engenheiro de Minas Gerais, que havia sido o primeiro diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, no Govêrno Kubitschek.

Infelizmente, o reconhecimento do Govêrno Kubitschek quanto à urgência de um programa antiinflacionário coincidiu com as eleições do Congresso, marcadas para outubro de 1958. Kubitschek decidiu esperar e verificar o resultado dessas eleições, que não trouxe aliás grandes surprêsas. A posição de dois entre os três maiores partidos — o PSD e a UDN — continuou virtualmente inalterada, enquanto que o PTB obteve mais 10 cadeiras (passando de 56 a 66), principalmente à custa do PSP (que passou de 32 a 25), partido de Ademar de Barros, que perdeu novamente o Govêrno de São Paulo (seu concorrente vitorioso, em 1954, havia sido Jânio Quadros e, em 1958, Carvalho Pinto, candidato apoiado pelo mesmo Jânio Quadros). O grupo de candidatos da esquerda radical foi derrotado, para surprêsa de vários observadores que imaginavam que a inflação já tivesse fortalecido a ala dos extremistas.[26]

Tendo as eleições transcorrido num clima tranqüilo, o Govêrno Kubitschek anunciou um elaborado programa de estabi-

lização econômica, com o fim de "permitir, através dum esfôrço de estabilização monetária, que o desenvolvimento do país se possa realizar em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social". O programa foi dividido em duas fases: primeiro, de outubro de 1958 ao final do ano de 1959, processar-se-ia uma "fase de Transição e Reajustamento" durante a qual o govêrno reduziria "dràsticamente o ritmo de incremento de preços" diminuindo, paralelamente, as distorções nos investimentos e melhorando os salários reais; segundo, a subseqüente expansão dos meios de pagamento, tendo início em 1960, a partir da estabilidade de preço atingida, seria limitada estritamente ao montante necessário para cobrir o aumento do produto real. Tudo isso deveria ser alcançado sem que fôsse, de modo algum, sacrificado o Programa de Metas, tido como "perfeitamente compatível" com o "programa de estabilização."[27]

Na carta que endossava o programa, Kubitschek deixava transpirar seu otimismo habitual ("a situação econômica de base do Brasil não oferece matéria para qualquer espécie de descrença") e anunciava o objetivo de seu govêrno de desacelerar o aumento do custo de vida, atingindo um nível de 5% em 1959.[28]

Êste programa de estabilização foi elaborado pelo Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e pelo Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Roberto Campos. Por trás da linguagem confiante e de esquemas detalhados, permanecia um problema: como poderiam ser conciliados objetivos tão contraditórios, tais como a manutenção de um alto nível de investimento e a obtenção de uma estabilidade de preços? Nos meios econômicos, os "estruturalistas" argumentavam que um certo grau de inflação (talvez até 20%) era inevitável durante a industrialização, para um país subdesenvolvido, e que a estabilidade de preços só poderia ser alcançada à custa da estagnação. Campos e Lopes, cientes do perigo da estagnação, esperavam atingir a estabilização gradualmente — e não pelo tratamento de choque freqüentemente sugerido pelo Fundo Monetário Internacional e que estava sendo tentado na Argentina e no Chile.

O desequilíbrio financeiro apresentava duas causas contra as quais o govêrno poderia fazer muito pouco a curto

prazo — as relações de intercâmbio e os pontos de estrangulamento na estrutura da economia nacional. Alguns acordos sôbre o comércio de determinadas mercadorias poderiam, eventualmente, aliviar a primeira das causas, enquanto que a segunda só poderia ser superada pelo investimento público a longo prazo. No entanto, uma alta taxa de investimento público constituía mais um estimulante à inflação, visto que produziria grandes deficits no orçamento federal. Em 1957, por exemplo, o deficit federal elevou-se a 4% do Produto Nacional Bruto em comparação a pouco mais de 2% em 1956 e menos de 1% em 1954 e 1955.[29] O conflito entre o Programa de Metas e a estabilização era, portanto, inevitável.

A decisão do Govêrno Kubitschek de perseguir um programa antiinflacionário foi tomada por pressões, tanto domésticas quanto estrangeiras. Como o próprio Programa mostrava, a inflação começava a ter efeitos negativos ao distorcer o tipo de investimento e ao oferecer uma crescente falta de estímulo à poupança privada.[30] Havia, inclusive, tensões que resultavam do desnorteio de diversas classes e setores, tentando ajustar suas rendas em face do aumento dos preços. A pressão externa fazia-se sentir pelo crescente número de credores que exigiam provas de que seus clientes estavam tomando as necessárias medidas a fim de acelerar o pagamento de suas dívidas. O principal índice da opinião externa era o Fundo Monetário Internacional, cuja aprovação para qualquer plano de estabilização era essencial. O FMI desempenhava um papel vital, não devido aos fundos que liberava, pois êstes eram relativamente pequenos, mas sim ao fato de que sua aprovação constituía a pré-condição para novos auxílios dos principais credores, tais como os bancos particulares norte-americanos e europeus e o Govêrno dos Estados Unidos.

O Govêrno brasileiro consultou o FMI na elaboração do programa de estabilização Lopes-Campos e o Fundo tomou uma atitude de "esperar para ver". O FMI, conhecido por defender o "tratamento de choque" em relação à estabilização, insistiu em que se simplificassem os complicados regulamentos de câmbio (que incluíam subsídios substanciais à importação de trigo e gasolina) e que se fizesse um orçamento mais equilibrado. A aprovação norte-americana para a solicitação brasileira de um empréstimo de 300 milhões de

dólares dependia da concordância do FMI. Qualquer atitude no campo da política econômica brasileira estava, então, na dependência do escrutínio de seus credores estrangeiros.

Kubitschek constatou, finalmente, para grande constrangimento seu, o preço político de um programa antiinflacionário. A situação social engendrada pela inflação a longo prazo havia criado um enorme obstáculo a qualquer tentativa de reforçar a política de contenção salarial, de crédito e de gastos públicos, necessária para deter um processo inflacionário profundamente enraizado. Cada classe e setor desejava que a carga fôsse suportada em primeiro lugar por outro grupo — "sòmente mais um ajuste e então poderemos cooperar" — era a reação inevitável a todo apêlo a um "sacrifício". Esta era a situação enquanto o Govêrno Kubitschek tentava a estabilização prometendo impedir qualquer hipótese de estagnação.[31]

As tentativas de limitação ao crédito industrial levantaram protestos entre os empresários de São Paulo que reagiram afirmando que o crédito para o setor público estava visìvelmente mais disponível que para o setor privado. O Presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida, mostrou-se favorável a essas queixas. Em dezembro de 1958, a recusa de Pais de Almeida em cortar o crédito às indústrias tornou clara a incapacidade do Ministro da Fazenda para tornar efetivo um programa antiinflacionário. A situação era semelhante à do desentendimento entre Ricardo Jafet e Horácio Láfer em 1952-53: um Ministro da Fazenda inclinado à estabilização, mas um Presidente do Banco do Brasil que não recusaria à indústria o capital de giro essencial que esta não poderia obter em nenhuma outra parte.

São Paulo havia sido, anteriormente, um foco de resistência à política do café. O Govêrno Kubitschek tinha se comprometido com um programa dispendioso de compra de excedentes do estoque de café, devido à contínua queda do preço internacional dêsse produto. Essa compra de excedentes só poderia ser financiada por uma emissão adicional de moeda que, aliando-se à pressão inflacionária, tinha que gerar outros deficits no setor público. Quando em setembro de 1958, o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, substituiu essa política protecionista de compra de excedentes por um programa mais

limitado de apoio ao café, levantou-se um clamor desesperado por parte dos cafeicultores paulistas. Em outubro, Lopes teve que pedir ao Exército que impedisse o plano dos cafeicultores de patrocinar um desfile de 2.000 automóveis que protestariam contra esta medida.

Quanto aos salários, foi anunciado a 1.º de janeiro de 1959 um nôvo salário-mínimo, seguindo-se um aumento de 30% para os servidores públicos e para os militares. Essa medida não representou senão um reajuste frente à elevação do nível de vida, verificada desde o último ajuste salarial, colaborando, ainda, para sugerir aos empregadores a necessidade de novos aumentos de preços.

Na área dos gastos públicos, o presidente mostrou-se relutante em sancionar quaisquer tentativas em relação às verdadeiras medidas de austeridade. Não queria comprometer seu Programa de Metas. Empenhado sèriamente em seu objetivo de acelerar a industrialização e ultrapassar os pontos estruturais, de estrangulamento, continuou defendendo, como em outubro de 1958, quando as propostas Lopes-Campos foram apresentadas, que êsses objetivos eram compatíveis com a estabilização. Não obstante, em janeiro de 1959, o presidente anunciou que o orçamento federal seria reduzido aos itens essenciais.

Nos primeiros meses de 1959, o govêrno lutou de modo cada vez mais desesperado com o sistema de taxa de câmbio diferencial. Foram concedidos novos bônus aos exportadores e os subsídios a importações de bens como gasolina e trigo declinaram. No entanto, a demanda por exportações brasileiras não aumentou de modo significativo e a brecha comercial manteve-se, exigindo mais financiamento a curto prazo. O corte dos subsídios à importação causou uma elevação dos preços internos, principalmente no que se referia a itens essenciais tais como o pão (feito de trigo importado) e transportes coletivos (refletindo o preço mais caro da gasolina). No entanto, o govêrno não fêz uma reforma tão drástica no sistema cambial nem restringiu o aumento da oferta monetária de tal modo que satisfizesse o FMI. Continuava-se na expectativa do empréstimo de US$ 300 milhões a ser concedido pelos Estados Unidos. Kubitschek havia por muito tempo perseguido a estabilização para sofrer suas desvantagens políticas (a inquietação

social resultante das reivindicações de novos aumentos salariais aumentou durante 1959), mas não por tempo suficiente para poder atingir seu objetivo. Os ajustes da taxa de câmbio e os aumentos salariais haviam, como os próprios conselheiros econômicos tinham previsto, exacerbado a instabilidade dos preços a curto prazo. Além disso, as restrições de crédito ameaçavam impedir a obtenção das metas, principalmente no que dizia respeito à produção industrial.

O Diálogo Conturbado

No primeiro semestre de 1959, a oposição ao Govêrno Kubitschek cresceu de modo considerável. O problema da sucessão presidencial já pairava no ar. Qual seria o candidato dos meios governamentais à sucessão de Kubitschek? Ficaria êle amarrado em sua campanha ao impopular programa antiinflacionário?

Kubitschek começou a sentir o impacto dos ataques organizados pela esquerda. Os defensores do nacionalismo radical que sempre afirmavam que a industrialização brasileira estava ameaçada de "estrangulamento" pelos capitalistas estrangeiros, encontravam, então, uma maior platéia para seus argumentos. O FMI tornou-se o símbolo daquilo que diziam ser a incompreensão obstinada por parte dos podêres capitalistas em relação aos problemas especiais do Brasil. O Govêrno dos Estados Unidos e o FMI se haviam tornado o bode expiatório das medidas de estabilização que o Govêrno Kubitschek tomava. A imprensa comunista, por exemplo, acusava o Ministro da Fazenda, Lopes, e Roberto Campos, de porta-vozes de Wall Street, que estariam condescendentemente apoiando um plano do FMI a fim de sabotar o desenvolvimento do Brasil. As constantes viagens de representantes brasileiros a Washington, assim como as freqüentes visitas de representantes americanos e do FMI ao Brasil, serviam para dramatizar a dimensão internacional da crise inflacionária do país.[32]

O Govêrno Kubitschek estava realmente dividido quanto ao próprio caminho a seguir. Lopes e Campos diziam que o programa antiinflacionário devia ser intensificado e lutavam para convencer o FMI e o Govêrno americano de que o pro-

grama seria mantido por Kubitschek. Mas o presidente hesitava. Sua má-vontade em endossar realmente tôdas as propostas de Lopes-Campos, principalmente no referente à política creditícia, salarial e a questões orçamentárias, indicavam claramente suas próprias dúvidas quanto à viabilidade política de um govêrno que desenvolvesse o tipo de programa antiinflacionário com o qual se havia comprometido anteriormente em outubro. Era realmente difícil medir a receptividade do público em relação aos complexos problemas envolvidos na crise de estabilização.

Embora a versão extrema do nacionalismo radical não representasse a opinião da maioria dos brasileiros, a reação à "pressão estrangeira" estava muito disseminada. Augusto Frederico Schmidt, que Kubitschek enviou a Washington em 1958, a fim de auxiliar as negociações de um financiamento adicional, e que não era de modo algum esquerdista (defendia veemente o investimento privado estrangeiro, por exemplo), atacou violentamente as exigências "irrealistas do FMI. Entre alguns dos conselheiros de Kubitschek pairava um forte ressentimento quanto à recusa do Govêrno dos Estados Unidos em responder à Operação Pan-Americana, proposta um ano antes. Esta havia sido concebida, afinal de contas, para impedir o tipo de desentendimento que se tornava, então, aparente entre o Brasil e os Estados Unidos. No entanto, os americanos mantinham-se indiferentes, falando sòmente em têrmos de medidas de austeridade, que os desenvolvimentistas julgavam dificultar o desenvolvimento a longo prazo do Brasil. A reação antiamericana era compartilhada por tôda a imprensa brasileira, inclusive entre elementos não especialmente "nacionalistas". Em maio de 1959, o Vice-Presidente Goulart acusou os lucros excessivos das firmas de propriedade estrangeira de provocarem os problemas econômicos no Brasil, dando com isso nôvo refôrço dentro do PTB à posição nacionalista extrema que Vargas tinha sempre endossado durante sua própria crise antiinflacionária.[33]

A controvérsia sôbre a estabilização transformou-se logo num debate geral sôbre a estratégia adequada ao desenvolvimento do Brasil. Os defensores das três fórmulas — nacionalismo radical, nacionalismo-desenvolvimentista e neoliberalismo — sustentaram suas opiniões, certos de que os pro-

blemas evidenciados pela crise sôbre a política inflacionária só vinham confirmar a exatidão de suas respectivas opiniões. Os adeptos do nacionalismo radical pensaram ter sua chance nutrindo-se da extrema esquerda. Apoiando-se na controvérsia da estabilização, êles tentaram inflamar a opinião pública sôbre outros problemas básicos, tais como o papel do capital estrangeiro e as relações econômicas e políticas com os Estados Unidos. Atacaram Kubitschek como um traidor que se tivesse vendido aos investidores estrangeiros e estivesse agora entregando os restos da soberania econômica o bancos estrangeiros e ao FMI.[34]

Vozes mais moderadas tendiam a ser sufocadas no burburinho da histeria política. O debate estendeu-se aos círculos intelectuais que haviam conseguido criar um consenso em apoio ao nacionalismo-desenvolvimentista de Kubitschek. O ISEB, Instituto em tôrno do qual se reuniam os intelectuais "desenvolvimentistas", foi abalado por uma violenta querela entre os moderados e a extrema esquerda. O consenso intelectual que apoiava o nacionalismo-desenvolvimentista desagregou-se à medida que a linguagem da discussão pública se deteriorava em polêmicas abusivas. Os moderados, como Hélio Jaguaribe, foram rotulados pela esquerda de entreguistas, enquanto que a direita os tachava de "comuno-nacionalistas". Mais significativo ainda, a boa-fé mútua na qual descansava o próprio processo de discussão democrática foi minada. A discordância era tida como traição, à medida que o diálogo racional ia se tornando cada vez mais difícil.[35]

Em junho de 1959, Kubitschek fêz sua opção. No meio de uma efervescente atmosfera política, deu ordens a seus representantes em Washington para que rompessem as negociações com o FMI. Diante do dilema da escolha entre prosseguir o programa para a obtenção de suas metas e a necessidade de conter a economia doméstica a fim de satisfazer os credores estrangeiros e os partidários brasileiros do programa antiinflacionário, Kubitschek optou pelo primeiro caminho. Havia chegado à conclusão de que sua presidência já ia muito avançada, começando então já a sofrer o problema da sucessão, para desenvolver o plano de estabilização elaborado em 1958. Recusou aceitar os argumentos de Lopes e Campos

de que a economia estava prestes a gozar dos frutos das medidas prévias de estabilização.[36] Ao invés disso, decidiu romper dramàticamente com o exterior, esperando com isso desviar a opinião pública da elevação do nível de inflação, inevitável a partir do abandono do programa Lopes-Campos. O Brasil teria, portanto, possibilidades para satisfazer as metas estabelecidas em 1956-57 e os desajustes daí resultantes seriam apontados como má-vontade do exterior. Era uma estratégia arrojada, elaborada por um líder político ansioso por preservar sua reputação e destinada, talvez, a preparar o terreno para seu retôrno à presidência nas eleições de 1965. Êle deixaria os problemas da inflação e da dívida externa para seu sucessor. Sua nova estratégia constituía também uma resposta ao tipo mais apaixonado de nacionalismo que seus próprios esforços para construir uma confiança nacional tinham, indiretamente, auxiliado a consolidar.[37]

O presidente tentou capitalizar ao máximo sua ruptura com o FMI. Em junho falou no Clube Militar, palco de várias controvérsias sôbre o nacionalismo brasileiro. E apresentou um desfio como mensagem: "o Brasil já se tornou adulto. Não somos mais os parentes pobres, relegados à cozinha e proibidos de entrar na sala de visitas. Só pedimos a colaboração de outras nações. Através de maiores sacrifícios poderemos obter a independência política e, principalmente, a econômica, sem ajuda de outros".[38]

Os telegramas de congratulações, vindos de tôdas as partes do Brasil, afluíram ao palácio presidencial. O contentamento parecia ainda maior do que se o Brasil tivesse realmente recebido o empréstimo de 300 milhões adiado havia tanto tempo. Os brasileiros tinham a sensação de estar desafiando, com êxito, as autoridades estrangeiras para as quais seus vizinhos da Argentina e do Chile baixavam a cabeça. Era uma jogada política, cujas conseqüências ninguém poderia prever.[39]

Em agôsto de 1959, Kubitschek substituiu os conselheiros que haviam planejado o programa de estabilização. Lucas Lopes, o responsável Ministro da Fazenda que desde vários meses se encontrava doente, foi substituído por Sebastião Pais de Almeida. Lúcio Meira entrou no lugar de Roberto Campos, como Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e Marcos de Souza Dantas substituiu José Garrido Tôrres como chefe das autoridades monetárias. Os nacionalistas de esquerda comemoraram a saída dos entreguistas.[40]

A mudança ministerial que selou a rejeição de Kubitschek ao programa de estabilização estava extremamente ligada à manobra da campanha eleitoral do presidente.[41] O debate sôbre a estabilização levantou novamente muitos dos problemas que haviam atormentado Vargas e em relação aos quais Kubitschek adotara uma atitude estritamente pragmática. Quais deveriam ser os papéis do setor público e privado? Que indústrias deveriam se tornar monopólio estatal? Até que ponto poderia o Brasil confiar no talento empresarial nativo, no que dizia respeito à inovação e à administração? Qual deveria ser a fonte de capital tão urgentemente necessária? Que montante de investimento estrangeiro seria compatível com o desejo generalizado de manter o contrôle da economia brasileira em mãos de brasileiros? Devido à necessidade de capital estrangeiro, qual seria a proporção de investimento público e privado? Finalmente, como seria o planejamento nacional e regional pôsto em prática? Êstes problemas incluíam não só considerações técnicas de análise econômica; correspondiam a itens que os políticos debateriam e negociariam. Dado que êstes problemas criaram cada vez mais profundas divisões sociais, bem como diferenças ideológicas agudas, não seria fácil resolvê-los. Grandes esperanças de crescimento econômico, propostas conflitantes para sua obtenção, o híbrido sistema político, apesar dos vários recursos de improvisação de Kubitschek, começava a ceder sob as pressões dos centros de decisão econômica.

Os Limites da Improvisação

Seria exagerado concluir que o estilo político de Kubitschek não poderia ter continuidade. Não havia, de fato, nenhum candidato em 1960 capaz de tentá-lo. A essência do êxito de Kubitschek havia sido sua habilidade de manobra dentro do sis-

tema presidencial. Do mesmo modo que Vargas, decidira não depender de nenhum partido ou movimento especial. Na realidade, os partidos continuavam fracamente organizados, como instrumentos passivos, agindo raramente em relação a problemas políticos importantes. O êxito de Kubitschek como manipulador cheio de recursos reforçara a natureza *ad hoc* do próprio sistema, sem fornecer nenhuma continuidade institucional para o futuro. À medida que a campanha de 1960 se aproximava, o PSD e o PTB renovaram sua aliança eleitoral, sem que, no entanto, Kubitschek participasse dela.

Mas, mesmo que os meios governamentais tivessem descoberto outro "grande improvisador", êste teria que se deparar com uma tarefa extremamente difícil. Era duvidoso que o sistema de corretagem política, baseado na hipótese de que a maioria dos setores se propunha a vencer e nenhum a perder (pelo menos em têrmos absolutos), pudesse ter uma continuidade nos mesmos têrmos.[42] A sociedade brasileira passara por um desenvolvimento suficiente para que seus conflitos sociais pudessem ser utilizados da mesma forma. Os populistas da esquerda, tendo seu melhor representante na pessoa de Leonel Brizola (eleito Governador do Rio Grande do Sul em 1958), começavam a ameaçar o equilíbrio da balança política, tão cuidadosamente mantida por Kubitschek.[43] Juntamente com os intelectuais nacionalistas radicais, obtinham êxito ao identificar o nacionalismo e o populismo perante a opinião pública. Era essa identificação que Kubitschek não conseguira fàcilmente impedir em seu próprio estilo político.[44]

O crescente e importante fenômeno do populismo merece uma análise mais profunda. Por definição, o populismo apelava diretamente à massa de eleitores. A prosperidade econômica das cidades havia contribuído para engrossar as massas urbanas. Embora isso trouxesse um aumento dos sindicatos, sua liderança carecia, na maioria das vêzes, de iniciativa política, preferindo gozar dos privilégios provenientes de sua ligação com o govêrno. Por outro lado, isso não impediu êstes líderes de serem cuidadosamente vigiados pelos militares, muitos dos quais não perdoavam o constante uso que Kubitschek fazia dos quadros sindicais para seus fins políticos limitados. Mas os populistas como Brizola eram muito menos inibidos do que Kubitschek. Estavam dispostos a prometer às massas

uma maior participação na prosperidade econômica (melhores acôrdos salariais) e uma política econômica mais nacionalista (uma regulamentação mais severa para o investimento estrangeiro, quando não um verdadeiro confisco e uma atitude mais agressiva em relação às exigências de estabilização feitas pelos credores alienígenas). Além disso, referiam-se, freqüentemente, a alterações na estrutura do poder político. Na crista da onda levantada pelos populistas, parecia ampliar-se a radicalização pela qual a política brasileira havia passado entre 1932 e 1937, com uma importante diferença: não havia um movimento correspondente de massas de direita.

O Governo Kubitschek também presenciou ao início da radicalização política no campo. A extensão das atividades entre os camponeses, desde fins de 1960, foi certamente exagerada pelos observadores estrangeiros. No entanto, esta atividade era significativa visto que chamou a atenção para um enorme setor, habitualmente tranqüilo. Não era o porte dos líderes que se sucediam, como Francisco Julião, — nem a sinceridade de seus motivos — o que importava, mas, sim, a ameaça potencial que as reivindicações de terra e maiores salários para os camponeses (condições adequadas de trabalho) representavam para o proprietário rural. Isto se dava especialmente nas áreas mais organizadas de grande lavoura (*plantation*), como Pernambuco.[45]

Vistos em seu conjunto, os sinais do despertar político das massas nos setores urbanos e rurais iriam assustar os grupos que tinham mais a perder se o equilíbrio de poder fôsse perturbado pelos populistas, ou seja, os proprietários rurais anteriormente jamais ameaçados, mesmo na fase populista de Vargas; a classe média urbana, ainda ligada por vários laços pessoais aos proprietários rurais e profundamente duvidosa de sua futura situação num período de rápidas transformações; e a classe militar, cuja aversão ao populismo provinha em parte do temor de perder sua posição de supremo árbitro político e, em parte, devido ao fato de discordar quanto à estratégia adequada para o desenvolvimento econômico do Brasil.

É importante não subestimar a extensão do conflito, tal como se definia em 1960, entre os donos da ordem política estabelecida e as massas, cuja fidelidade os populistas de es-

querda cortejavam. A situação era mais de um conflito em potencial, cujo possível desenvolvimento começava apenas a se apresentar. Como ficará mais claro a seguir, o confronto era atenuado pelo caráter da campanha presidencial de 1960.

Havia duas questões fundamentais, ambas prèviamente sugeridas, que ajudaram a apressar o processo de radicalização política. Uma delas se constituía em saber até que ponto o sistema político devia ser aberto a uma maior participação popular. Deveriam os analfabetos ter o direito de voto? Uma decisão dêste tipo poderia alterar radicalmente a balança política. A segunda questão prendia-se à política econômica. Os defensores de fórmulas econômicas conflitantes propuseram suas soluções, mas nenhuma delas apresentava uma ligação direta com os diversos setores sociais que até então eram apenas esporàdicamente capazes de uma consciência própria quanto a questões de política econômica. (Uma possível exceção seriam os grupos comerciais, cujo endôsso à posição neoliberal refletia um compromisso sério e de longa duração).

O Govêrno Kubitschek debatia-se nos limites de uma política de improvisação, não só no campo econômico como no estilo político e ainda na vida institucional. Como parte de sua política de evitar conflitos, Kubitschek raramente tentara abolir ou alterar radicalmente as instituições administrativas existentes. Preferiu uma atitude mais prática, como a de criar um nôvo órgão para solucionar um nôvo problema. A SUDENE, a nova entidade em matéria de desenvolvimento no nordeste, foi um flagrante exemplo dessa prática. Kubitschek passou por cima do ineficiente Departamento contra as Sêcas, DNOCS, dominado por uma mentalidade corrupta e obsoleta, criando uma nova entidade, concedendo à mesma uma liderança e recursos de que a antiga instituição jamais gozara.[46] Essa tática tornou-se ainda mais fácil de ser executada em Brasília, onde foi concedido a uma nova instituição (NOVACAP) um generoso financiamento e grande autonomia. Se esta prática ajudou a executar as obras com maior rapidez, também tornou mais difícil a manutenção do contrôle central sôbre o dilatado aparato governamental. Esta proliferação de agências *ad hoc* significava que as futuras alterações políticas, num nível nacional mais elevado, tornar-se-iam cada vez mais

difíceis de serem cumpridas, visto que só lentamente, e quando muito, atingiriam o nível operacional de administração.

As instituições políticas existentes do sistema representativo constituiam outra área onde a improvisação havia começado a atingir seus limites. A sociedade brasileira dividira-se em setores mais conscientes, com interêsses conflitantes. No entanto, êtes interêsses estavam representados de modo muito imperfeito no nôvo sistema partidário. Vários dos congressistas, por exemplo, ainda se comportavam em têrmos da vida política pré-1930. Encaravam seu papel como sendo o de dividir os ganhos e favores entre seus partidários. Esta atitude representava o estilo de "clientela", tão típico da tradicional política do interior, persistindo nos hábitos de vários políticos eleitos mesmo nos Estados mais desenvolvidos.

A próxima eleição presidencial iria sòmente acentuar a brecha entre o govêrno nacional e a maioria do parlamentares eleitos para o Congresso. Os membros do Congresso eram escolhidos de acôrdo com a base da população e o eleitorado limitado aos alfabetizados. As oligarquias agrárias que dominavam os Estados predominantemente rurais estavam, portanto, super-representadas em relação às áreas desenvolvidas. Através de seus representantes no Congresso, que eram os donos da máquina eleitoral, a oligarquia agrária podia impedir medidas favorecidas pelas regiões desenvolvidas. No entanto, essa classe perderia suas vantagens numa eleição presidencial, onde o que contava era o voto nacional total. Havia, portanto, uma tendência natural para que um candidato à presidência assumisse uma posição à esquerda da maioria do Congresso, devido à diferença na composição de seus respectivos eleitorados. Assim, a estrutura constitucional brasileira, como outros sistemas federais, combinando um presidente eleito popularmente com um corpo legislativo carregado de grande representação regional, apresentava incapacidade para responder com presteza à necessidade de rápidas transformações sócio-econômicas.[47]

Outros exemplos da irracionalidade do sistema poderiam ser encontrados em outras áreas importantes, tais como a educação, onde se verificava um enorme deficit de escolas de nível secundário.[48] A defasagem entre uma sociedade em rápida evolução e o correspondente sistema político tornou-se mais

séria devido à necessidade urgente de prosseguir o rápido crescimento econômico. Qualquer desaceleração colocaria em risco as vantagens cuja expectativa se generalizava desde o segundo Govêrno Vargas. Por um *tour de force* de improvisação, anualmente, Kubitschek havia esgotado o potencial fundamental do sistema que herdara de Vargas. Mas um nôvo grau de tensão e conflito social, ainda inadequadamente refletido no processo político formal, havia então levantado um maior número de problemas fundamentais no cenário nacional.[49]

VI

Entreato Agonizante (1961)

O Despertar de um Corpo Estranho

Foi entre êstes graves problemas, remanescentes da antiga linha política, a par da adequação do sistema administrativo e constitucional e da direção da política econômica, que surgiu Jânio Quadros como figura política de estatura nacional. Quadros entrou no cenário político como um corpo estranho, por excelência. Por não estar êle definitivamente identificado como um líder anti-Vargas (embora ninguém o considerasse jamais um getulista) foi visto como um tipo capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito. Isto pareceu, então, muito mais possível devido à sua bandeira eleitoral carismática.

Quadros havia sido, durante tôda sua carreira, um político não ortodoxo. Tendo se iniciado como professor em São Paulo, tornou-se Vereador, passando depois a Prefeito, da cidade de São Paulo em 1953. No ano seguinte foi eleito Governador do mesmo Estado, vencendo o temível acumulador de votos, Ademar de Barros. A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o "antipolítico", o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades

de um Brasil urbano e moderno. Não fôra sem razão que obtivera sucesso em São Paulo, o Estado econômicamente mais desenvolvido. O sucesso eleitoral de Quadros foi tal que pôde se dar ao luxo de estar a cavaleiro dos partidos. Êle se apresentou, de início, sob a bandeira dos democratas cristãos (Partido Democrata Cristão, ou PDC) rompendo com os mesmos, no entanto, em 1954. Ao longo de suas vitórias eleitorais em São Paulo, Quadros adquiriu grande fama como administrador eficiente. Parecia incarnar as esperanças da classe média que desejava um govêrno dinâmico porém honesto. Ao mesmo tempo, apresentava um lado atraente à classe trabalhadora, que via nêle um líder carismático, interessado de maneira evidente em estender os benefícios econômicos às classes de baixas rendas. Parecendo querer salientar seu desprêzo pelos rótulos partidários, elegeu-se Deputado Federal como candidato do PTB, no Estado vizinho, o Paraná, em 1958. No entanto, sua verdadeira meta era a presidência e nunca apareceu no Congresso. Em 1959, Quadros surgia como uma figura legendária do nôvo Brasil que era São Paulo: o político que conseguia dirigir eficientemente o govêrno de uma economia em rápida expansão, conciliando os conflitos sociais decorrentes da mesma.[1]

Era Quadros um populista? As dificuldades em responder a essa pergunta revelam bastante as linhas mestras do conflito brasileiro e as relações de Quadros com as mesmas. Até 1959, em sua carreira paulista, Quadros demonstrou certas características de estilo populista: apresentava-se como um candidato dinâmico de grande presença, que estimulava o público levando-o a confiar *nêle*. Oferecia, assim, ao cidadão comum do eleitorado urbano a esperança de uma transformação radical através da fôrça redentora de uma única personalidade líder. Do mesmo modo que Ademar de Barros, a quem vencera em 1954 na eleição para Governador, prometeu colocar-se acima da estrutura partidária convencional, dominada no nível nacional pela UDN, PSD e PTB. Mas o conteúdo da mensagem de Quadros, antes de 1959, não o classificaria como um populista. Dirigia seu apêlo aos eleitores das classes média e média-baixa, para os quais sua capacidade de administrador honesto e eficiente em São Paulo parecia quase que miraculosa. A atração que poderia exercer sôbre os eleitores da classe trabalhadora sustentava-se mais no desafio aos padrões de vestiário da classe média (êle cotumava usar camisa esporte e aparecia freqüentemente despenteado) e nas dramáticas demonstrações de independência pessoal mais do que em promessas de um generalizado bem-estar social ou em apelos aos sentimentos de nacionalismo econômico. Obteve também o apoio das classes mais baixas fazendo-se conhecer, como Prefeito e Governador, como estando sempre disponível a ouvir as queixas dos cidadãos mais humildes.[2]

No entanto, a oposição de Quadros ao "sistema" tornou-se suficientemente ampla, de modo que apresentou maior atração a elementos de tôdas as classes. A partir de 1959, manifestou um crescente interêsse em reformar a estrutura dos sindicatos. Em 1960, apoiava a colocação de candidatos reformistas nos postos-chave contra os políticos trabalhistas profissionais (principalmente do PTB). Êsse esfôrço para transformar o legado paternalista do getulismo, dentro da área de organização trabalhista, constituía a contrapartida do ataque de Quadros à ineficiência do legado de Vargas no campo da administração estatal. Em ambos os casos, Quadros prometia uma transformação mais positiva do que as transformações convencionais antigetulistas ou mesmo populistas como as que Ademar de Barros ou Brizola ofereciam, embora na total dependência do seu contrôle pessoal. Vendo o prestígio crescer dia a dia, Quadros intensificou seu estilo personalista, abandonando eventualmente aquêles movimentos que se desenvolveram com sua ascensão meteórica.

Uma complicação maior, ainda, acompanhava a carreira política de Quadros. Êle fizera sua reputação em São Paulo como um *outsider* que lutava contra o "sistema" — essencialmente o legado de Vargas — mas não se dispunha a associar-se às fôrças anti-Vargas. Como Prefeito de São Paulo em 1953-54 e evidente candidato a Governador em 1954, por exemplo, preservou uma ambígua posição em relação a Getúlio, mesmo nos momentos mais difíceis de Vargas.[3] Em 1955, tornou-se diretamente responsável pelo afastamento do Ministro da Fazenda, Gudin, que temia que as aparentes negociações políticas do Presidente Café Filho com Quadros estives-

sem minando a firme política creditícia considerada por aquêle como essencial ao seu programa antiinflacionário. O substituto de Gudin, José Maria Whitaker, foi nomeado por expressa recomendação de Quadros e a política creditícia mais frouxa que êste seguia representava uma violação das idéias austeras solicitadas por muitos dos antigetulistas.[4] Quadros também não encorajou Carlos Luz em sua tentativa quixotesca de manter um govêrno separado em Santos, após o golpe de novembro de 1955. Estava, portanto, longe de reunir as credenciais impecáveis como um antigetulista.

A Eleição de 1960; Derrota dos "de Dentro"

À medida que se esgotava o prazo para a apresentação de candidatos à campanha presidencial para as eleições de 1960, a esfera governamental não encontrava um candidato. Não obstante, o PSD e o PTB decidiram prolongar a difícil aliança eleitoral de 1955. Na carência de um candidato civil, capaz de dar prosseguimento ao estilo Kubitschek, essa aliança voltou-se para o Marechal Lott, o artífice do golpe de novembro de 1955. Lott exercia uma atração *a priori* sôbre os nacionalistas de esquerda, na defesa de várias causas nacionalistas — a concessão do direito de voto aos analfabetos e a restrição das remessas de lucros de firmas estrangeiras para o exterior. Mais importante que isso, fôra sua atitude de esmagar a conspiração liderada pelos antigetulistas após a eleição de Kubitschek. Sua "legalidade" representava uma poderosa arma contra a direita, principalmente contra o oficialato. Lott era, entretanto, um candidato fraco, sem experiência política e sem nenhum *charme* pessoal — um fato que a antiga linha do PSD e PTB, assim como a dos intelectuais nacionalistas, logo verificaram.

A agitação das manobras anteriores à campanha concentrava-se no provável candidato da oposição. A grande reputação de Quadros em São Paulo fêz com que se tornasse uma figura irresistível à frustrada oposição liberal liderada pela UDN. Viam agora sua oportunidade. Embora Quadros não fôsse um aliado leal da UDN, significava a única esperança

dêsse partido no sentido de reverter seu incontável número de derrotas em eleições presidenciais. Para êles, Quadros representava o lider carismático que poderia destronar a oligarquia do grupo governamental e obter para o partido aquilo que sua própria fraqueza eleitoral o impedia de obter. Na convenção da UDN, em novembro de 1959, Lacerda pronunciou um apaixonado apêlo de "aliança com o povo", ao endossar a candidatura de Quadros. Qualquer outro caminho, como, por exemplo, o de Juraci Magalhães, o principal adversário dentro do próprio partido, significava admitir a derrota, admoestava Lacerda.[5]

A grande maioria da UDN, cansada de derrotas e atraída pela oratória de Quadros, assim como por sua reputação em São Paulo, seguiu o conselho de Lacerda. Quadros aceitou a designação mas anunciou que manteria sua independência quanto a negociações partidárias. Um mês mais tarde confirmou sua posição. Em dezembro de 1959, renunciou à candidatura, em protesto contra uma disputa entre a UDN e o Partido Democrata Cristão (ambos haviam escolhido Quadros como candidato à presidência, mas cada qual tinha seu próprio candidato à vice-presidência — Milton Campos, pela UDN, e Fernando Ferrari, pelos democratas cristãos) que girava em tôrno do problema da vice-presidência. Quadros só reassumiu sua candidatura após terem os partidos reafirmado, pùblicamente — o mais importante era a UDN —, que êle não se encontrava de modo algum comprometido com seu apoio. Êste incidente pôs à prova a fraqueza da UDN e demonstrou, de maneira dramática, a independência política de Quadros perante aquêles eleitores que não viam com bons olhos a estrutura do partido.[6] A débil lealdade de Quadros à UDN, assim como ao PDC, ficou também evidenciada por sua tolerância aos comitês locais "Jan-Jan" que solicitavam aos eleitores que dividissem seus votos, escolhendo Jânio Quadros para Presidente e João Goulart para Vice-Presidente.

Apesar da atitude distante de Quadros, a oposição liberal ainda o considerava como seu candidato contra o sistema de Vargas. Por outro lado, Quadros baseou sua campanha numa plataforma mais extensa que a posição tradicional da UDN. Prometia uma democracia honesta e digna, mas também se comprometia a assegurar uma rápida taxa de desenvolvimento

econômico que atingiria setores anteriormente negligenciados, como a agricultura, educação e saúde. Tudo isso seria feito paralelamente ao contrôle da inflação e preservando a independência do Brasil como nação soberana. Quanto à questão em debate, em relação ao tipo de estratégia que um Brasil nacionalista deveria seguir para o desenvolvimento econômico, Quadros endossava a fórmula neoliberal. Defendia um orçamento equilibrado e insistia na necessidade de criar condições favoráveis aos investidores estrangeiros. Não falava, por exemplo, do estabelecimento de um conjunto sistemático de metas, tal como Kubitschek em sua campanha de 1955.[7]

Mas Quadros teve de modificar sua posição inicial contra a Petrobrás. Passou, mesmo, a opor-se à participação das firmas estrangeiras na produção brasileira de petróleo. Seu estilo dinâmico de campanha convenceu a muitos, inclusive alguns defensores nominais de Lott, que advogavam o nacionalismo-desenvolvimentista, de que sua visão clássica sôbre economia era uma bagagem ideológica herdada e que êle cedo abandonaria. Uma vez no poder, pensavam êles, Quadros veria que um presidente ambicioso não tinha alternativa senão seguir uma política "desenvolvimentista" — em outras palavras, o país tinha que prosseguir em sua industrialização, ainda que isso implicasse uma certa dose de inflação.

Foi na área da política externa que Quadros revelou mais claramente um afastamento de seus patrocinadores udenistas. Em março de 1960, visitou Fidel Castro em Cuba, dando a entender que era simpático à experiência socialista, embora protestasse contra a má interpretação que, segundo êle, o regime cubano havia feito de suas declarações públicas. Tanto seus aliados da UDN como seus opositores do PTB-PSD o suspeitavam de "demagogia". Mas, por que o candidato considerava êstes gestos necessários? Isto parecia um problema sério, mas não de excessiva importância. Jânio não havia sido nunca um político ortodoxo.[8]

À medida que prosseguia na campanha, Quadros conseguia despertar grande entusiasmo no eleitorado, embora as pesquisas de opinião pública revelassem que êle exercia maior atração sôbre as classes altas (de acôrdo com a profissão). Aos olhos de seus partidários, Quadro parecia assumir podêres miraculosos. Face a qualquer problema, respondia-se com a

personalidade dinâmica de Jânio, simbolizada pelo *slogan* que o precedia em sua campanha: "Jânio vem aí". A atração exercida por Quadros ultrapassou a popularidade política convencional de Kubitschek. Embora Juscelino houvesse agradado muitos brasileiros com sua política, dependia das táticas familiares de liderança democrática. Quadros possuía a rara qualidade do carisma.[9] Quando as urnas foram contadas, em outubro de 1960, os estrategistas da UDN, que haviam sugerido a escolha de Quadros, provaram que estavam certos. Pela primeira vez desde 1945, um candidato desligado dos meios oficiais vencia uma eleição presidencial. Jânio, o *outsider* político, o líder livre de alianças complicadas estava eleito. Obteve 48% entre os 11.7 milhões de votos para presidente. Ao contrário de 1950 e 1955, a UDN e Lacerda não viam nenhuma irregularidade no fato do candidato eleito não ter alcançado maioria absoluta. O candidato dos "de dentro", Henrique Lott, obteve sòmente 28% dos votos, ficando apenas um pouco acima de Ademar de Barros, o candidato perene, cujo total fôra de 23%. O poder de Jânio de obter votos entre tôdas as classes foi demonstrado pela impressionante votação que obteve em seu Estado — São Paulo — onde seus 1.588.593 votos foram quase que o dôbro dos votos obtidos por seu rival paulista Ademar de Barros, que atingira um total de 855.093 votos. Os resultados mostraram também como o eleitorado havia crescido ràpidamente nas quatro eleições presidenciais desde 1945: seu número havia sido 5.9 milhões em 1945, 7.9 milhões em 1950, 8.6 milhões em 1955 e em 1960, 11.7 milhões.[10]

A dramática vitória eleitoral de Quadros havia, em dado momento, obscurecido alguns problemas fundamentais, inerentes ao desenvolvimento político brasileiro. Ao invés de debater os limites da improvisação de Kubitschek, o candidato vitorioso desenvolvera uma crítica moralista quanto à ineficiência burocrática e a injustiça social que prometeu varrer (o símbolo usado em sua campanha era uma vassoura) com a fôrça de sua personalidade. Pouco havia sido explicado quanto ao modo de superar os limites institucionais da política precedente. E um grande número de observadores (inclusive alguns partidários tradicionais do PTB), que haviam prèviamente enfatizado a importância dêsses problemas, fo-

ram desviados dos mesmos pela agitação da campanha de Quadros. Finalmente, o resultado da eleição havia obscurecido o conflito potencial, também cuidadosamente evitado durante a presidência de Kubitschek, entre os populistas e o poder estabelecido.

Para os que estudaram os resultados mais cuidadosamente, no entanto, o conflito era evidente. O nôvo vice-presidente eleito era João Goulart, o companheiro de chapa do candidato derrotado, Lott. Goulart vencera com poucos votos a mais que Mílton Campos, o candidato da UDN e Fernando Ferrari. (A lei eleitoral brasileira permitia que os eleitores votassem em chapas diferentes.)

O que a candidatura de Quadros encobrira tornou-se, portanto, claro na eleição do Vice-Presidente. Mílton Campos era um advogado considerado, tendo sido Governador de Minas Gerais e um eminente representante da elite política tradicional do Brasil. A UDN não poderia ter escolhido um líder mais respeitável e responsável. No entanto, fôra pela segunda vez derrotado em sua carreira e por João Goulart — um populista de pouco talento. Êste resultado surpreendeu mais ainda, visto que em 1960 Mílton Campos contava com um terceiro candidato bastante forte, Fernando Ferrari, que rompera com o PTB, capaz de desviar uma série de votos de Goulart, visto que em 1955 um terceiro candidato semelhante, Danton Coelho, havia sido um rival inferior dentro do partido. Mesmo tendo o líder carismático, Quadros, à testa de sua chapa, a UDN não conseguira eleger seu candidato à Vice-Presidência.

Estabilização ou Desenvolvimento?

Dentro de sua característica, Jânio Quadros, durante os três meses entre a eleição e a posse, manteve-se silencioso quanto a seu programa como presidente. Viajou para a Europa, afastando-se, deliberadamente, da especulação sôbre seus próximos compromissos e programas. Seus partidários reclamaram que aquela prolongada ausência prejudicaria todos os esforços para planejar um ataque ao caos econômico que as medidas adotadas por Kubitschek, já no fim do govêrno, agravavam. O afastamento dramático do Presidente eleito era típico do estilo político. Concorreria, naturalmente, para criar uma atmosfera teatral à sua posse.

Os ministros nomeados por Quadros em janeiro de 1965 representavam um misto de componentes da UDN e líderes dos partidos menores, cuja razão de ser prendia-se ao antigetulismo. O importante cargo de Ministro da Fazenda foi preenchido por Clemente Mariani, líder udenista baiano que havia sido Presidente do Banco do Brasil em 1954-55, tendo cooperado nas tentativas de estabilização do Ministro da Fazenda, Gudin. O nôvo Ministro das Relações Exteriores era Afonso Arinos de Melo Franco, membro do clã udenista de Minas Gerais e um antigo antigetulista que participara do ataque a Vargas em 1954 e denunciava o golpe de Lott em novembro de 1955. O PSD e o PTB não obtiveram nenhum cargo de confiança, com exceção do Ministério dos Transportes, que coube a um membro do PSD, Clóvis Pestana. Encontravam-se também visìvelmente ausentes os líderes do movimento dos indivíduos sem partido (Movimento Popular Jânio Quadros) que haviam desempenhado importante papel em sua campanha. Como organização *ad hoc,* inteiramente fiel a Quadros, êste movimento poderia ter constituído o núcleo de uma organização extra-partidária que o nôvo presidente poderia utilizar para mobilizar a opinião pública. No entanto, êle menosprezou êste tipo de instituição. Quanto aos Ministros militares, Quadros manteve o eficiente Ministro da Guerra, General Odílio Denys e nomeou novos Ministros da Marinha e Aeronáutica.

Mesmo nos primeiros meses de govêrno persistia a impressão de que a verdadeira diretriz de sua gestão ainda não havia sido definida. Esta qualidade equívoca ou ambígua da Presidência Quadros constitui um dos aspectos com o qual concordam seus críticos. Os dois problemas que Quadros enfatizou em seu discurso de posse, em 31 de janeiro, foram a ineficiência governamental e a crise financeira (a inflação e as dívidas externas). O tom do discurso variava entre o desafio e o desespêro. Apontou o "falso nacionalismo" e o "nôvo imperialismo" que se haviam infiltrado em algumas classes, principalmente entre os intelectuais. A situação financei-

ra foi descrita como "terrível" — 2 bilhões de dólares de dívidas externas a serem pagas no seu período presidencial das quais mais de 600 milhões a serem saldados dentro de um ano. Quadros lamentou "todo êste montante esbanjado em tanta publicidade e que nós temos, agora, que levantar, pacientemente, dólar por dólar e cruzeiro por cruzeiro. Temos gasto, confiando no futuro, mais do que a imaginação ousa contemplar". Atacou a Administração Kubitschek em seu "favoritismo e nepotismo administrativo" e criticou seu predecessor pelo enorme deficit federal previsto para 1961.[11]

O Govêrno Quadros lançou imediatamente um programa antiinflacionário, mais completo que qualquer outro, tentado desde 1945-55. Em março, Quadros anunciou uma reforma do sistema cambial, simplificando as múltiplas taxas e desvalorizando o cruzeiro em cem por cento. Verificou-se uma drástica redução de subsídios para importações essenciais tais como trigo e gasolina, tendo dobrado, assim, o preço do pão, a varejo, e aumentado o preço dos ônibus, assim como de outros transportes. O presidente prometeu reduzir o deficit governamental e fêz novos investimentos no setor exportador a fim de ajudar a superar a "insuficiência crônica das exportações" brasileiras. Essas reformas contribuíram para obter a aprovação do FMI, dando a Quadros o pré-requisito para renegociação das dívidas, coisa que Kubitschek não conseguira. O nôvo presidente começava então a desenvolver o que pregara em sua campanha: uma restrição financeira dolorosa a fim de estabelecer, mais tarde, as bases de um nôvo desenvolvimento. Embora a restrição de crédito, salários congelados e corte de subsídios de importação estivessem destinados a se tornar medidas impopulares, êsse risco parecia possível dentro da euforia que cercava a área de Quadros no início de 1961.[12]

Em maio e junho, o Govêrno Quadros obteve um brilhante sucesso em suas negociações com os credores estrangeiros. Foi anunciado um empréstimo de mais de 2 bilhões de dólares, incluindo 300 milhões para novos financiamentos, juntamente com a consolidação e extensão da grande dívida, a curto prazo, com os Estados Unidos e os bancos europeus (o Clube de Haia), assim como com as autoridades financeiras internacionais. Os esforços internos de estabilização repercutiram bem no exterior. Os têrmos dos novos acôrdos foram, considerando a fraca posição creditícia do Brasil, altamente favoráveis. É evidente que pòliticamente a "fraqueza" financeira do Brasil servia também como um trunfo. Os negociadores brasileiros sabiam muito bem como o nôvo Govêrno Kennedy, dos Estados Unidos, estava interessado em que o regime Quadros tivesse êxito no Brasil. Os comunicados americanos que anunciaram o empréstimo enfatizavam que o futuro do Brasil era vital para o futuro do hemisfério e que a manutenção da democracia na América Latina dependia do sucesso do desenvolvimento econômico brasileiro.[13]

Após três anos de negociações frustradas, cada vez mais azêdas durante o Govêrno Kubitschek, os credores do Brasil sentiam um grande alívio, face à possibilidade de um sério programa de estabilização que prometia reequilibrar as contas estrangeiras do Brasil. Internamente, surgia a esperança de que a coragem de Jânio pudesse pôr fim aos constantes aumentos de preços que se tinham tornado parte integrante da vida nacional. Já despontavam, no entanto, as inevitáveis reclamações dos empresários, trabalhadores e consumidores que, embora em princípio não desaprovassem a estabilização, achavam que os sacrifícios que lhes eram impostos não se justificavam.

Além disso, Quadros começou a duvidar do rigoroso programa antiinflacionário com o qual se havia comprometido. Nos primeiros meses de sua administração, o Ministro da Fazenda, Mariani, conseguira convencer fàcilmente o presidente de que tais medidas se faziam necessárias. Mas o protesto imediato contra as impopulares medidas de reforma cambial, que resultavam na duplicação do preço do pão e da gasolina, demonstrou a Quadros o custo político do combate à inflação. Passou, portanto, a se tornar receptivo aos conselhos dos intelectuais "desenvolvimentistas" que se aproximaram dêle em março e abril. Argumentavam êstes que as medidas de combate à inflação, embora necessárias, eram inadequadas se tomadas em separado, visto que as causas mais profundas da inflação jaziam no desequilíbrio estrutural da economia brasileira. Qualquer programa de estabilização tornar-se-ia, portanto, ineficaz, se não fizesse parte de um plano

mais amplo de prosseguimento da industrialização e aumento dos investimentos públicos.[14]

Por volta de agôsto, Quadros parecia convencido pelos desenvolvimentistas de que necessitava de uma vigorosa equipe (diretamente ligada ao presidente), capaz de supervisionar o planejamento econômico. Atravessara os primeiros meses sem nenhuma equipe, principalmente no campo da elaboração da política econômica. O contraste com o agressivo grupo que cercava Kubitschek (por vêzes mais importante que os ministros no que se referia a decisões econômicas) tornou-se evidente. Em 5 de agôsto, Quadros anunciou a criação da Comissão Nacional de Planejamento, que deveria ser uma nova versão do Conselho de Desenvolvimento — reunião dos principais planejadores econômicos de Kubitschek, mas que Quadros deixara esmorecer após sua posse. Encontrava-se, ainda, em preparação o Primeiro Plano Qüinqüenal que substituiria o Programa de Metas de Kubitschek. Quanto a êste aspecto, também os primeiros meses da Presidência Quadros haviam revelado uma total ausência de planejamento a longo prazo. Havia, pelo contrário, uma grande preocupação com as tarefas imediatas de estabilização e renegociação externa.[15]

Finalmente, a decisão de Quadros de manter sua política creditícia "austera" havia se alterado em agôsto. O FMI e o Govêrno dos Estados Unidos tinham se impressionado com a rapidez e decisão com que a liberalização cambial havia sido instituída (principalmente a Instrução n.º 204 da SUMOC, em março). Mas as restrições de crédito pareciam ser um assunto mais delicado. Em agôsto, as autoridades monetárias começavam a exceder os limites, no aumento de concessão de crédito, estipulado no início do ano. O sinal de alarma já começava a ser ouvido pelos representantes do FMI que haviam aprovado veementemente o programa antiinflacionário brasileiro em maio e junho.[16]

Nos seis primeiros meses de presidência, Quadros endossara um programa antiinflacionário ortodoxo e inflexível, mas posteriormente foi atraído pela estratégia "desenvolvimentista". Esta mudança nas decisões de política econômica era, entretanto, pouco evidente para o público, por volta de agôsto, e começava apenas a se tornar aparente aos políticos. Era

em outras áreas que a política de Quadros provocava debates mais acalorados.

Política Heterodoxa e Apoio Incerto

A outra principal característica da política interna de Quadros consistia em seu ataque à corrupção e ineficiência da administração pública. Essa ineficiência burocrática, tão incessantemente malsinada em sua campanha presidencial de 1960, tinha duas causas. A primeira residia no atraso da administração num país em desenvolvimento. Grande parte dos servidores públicos encaravam seu emprêgo como um biscate, entre vários outros empregos mal remunerados que possuíam. Mas havia problemas institucionais que tornavam a melhoria do serviço público difícil. Êstes problemas constituíam o segundo fator da ineficiência — o esquema administrativo *ad hoc* freqüentemente usado por Juscelino Kubitschek. A solução seria reforçar a estrutura desordenada da administração pública brasileira e impedir a delegação de responsabilidade em áreas que contavam com múltiplas agências.

Quadros atacou a ineficiência burocrática pela emissão de bilhetinhos presidenciais. O presidente enviava ordens escritas de próprio punho a todos os lados. Parecia querer imitar Napoleão, dominando um aparato governamental pela simples fôrça de sua personalidade. Ao contrário de Napoleão, no entanto, Quadros gastava muito de sua energia em assuntos sem importância. Ao lado de decretos controlando as regulamentações administrativas de departamentos executivos, eram emitidas proibições contra o uso de lança-perfume no Carnaval (o defeito de uma das vistas de Quadros parece ter sido causado por um acidente com um lança-perfume) e do biquini nas praias do Rio.

Essas manifestações de impaciência do presidente com relação à ineficiência federal não poderiam superar as limitações institucionais básicas. Verificaram-se transformações negativas, enquanto que os objetivos maiores do presidente continuavam inalterados. Qual seria o propósito de um aparato governamental mais eficiente e como se poderia manter a

moral em meio a uma campanha que fazia cair em descrédito tanto os empregados honestos quanto os desonestos? Tanto o programa antiinflacionário quanto o programa contra a corrupção eram louváveis, dada a situação brasileira em 1961. No entanto, não contribuíam em nada para formar um programa politicamente atraente e que mobilizasse as fôrças sociais para as tarefas de desenvolvimento, que Quadros focalizara na sua campanha presidencial.[17]

Havia ainda um outro aspecto mais político que administrativo, no que se referia a corrupção e ineficiência. Os ataques de Quadros não deixavam de servir como um instrumento através do qual os antigos "de fora", principalmente a UDN, podiam obter vantagens sôbre os antigos "de dentro", o PSD e o PTB. Logo após a eleição, Quadros desenvolvera uma série de investigações sôbre os escândalos financeiros que envolviam os cofres públicos. Em maio, um relatório, que implicava o Vice-Presidente Goulart, em irregularidades quanto ao uso de fundos da previdência social, veio a público. Os protestos de Goulart, afirmando que as investigações tinham sido levadas a público meramente por interêsses políticos, foram veementemente rejeitados por Quadros. A maioria composta pelo PSD-PTB no Congresso, preocupada com a ameaça política que pairava sôbre êstes partidos, constituira uma Comissão de inquérito sôbre as investigações presidenciais.[18]

Quadros podia, a curto prazo, pensar em obter prestígio entre a classe média, com sua cruzada de honestidade e eficiência no govêrno. Mas, a longo prazo, teria de lutar com o Congresso e teria de abrir uma porta aos políticos da oposição que êle agora detratava. Isto se tornava cada vez mais claro, visto que Quadros pouco fazia para manter o apoio da UDN. Um mês e meio após assumir seu pôsto, só tivera duas reuniões com o gabinete e agia totalmente sem consultar a liderança da UDN no Congresso. À medida que Quadros começou a dar ouvidos ao nôvo quadro de conselheiros "desenvolvimentistas", em março, os políticos da UDN tornavam-se mais preocupados.

Finda a euforia dos primeiros meses, como governaria êle? De onde tiraria sua base política? Quadros havia obtido sucesso como um "antipolítico", no início de sua carreira, visto

que tanto na cidade quanto no Estado de São Paulo isto aparecia como um esquema nôvo, ou seja: havia diretrizes partidárias extremamente fluídas e uma relativa riqueza de talento administrativo não engajado, prontos para criar um líder "reformista". Em Brasília não havia, nem de longe, condições para a mesma situação.

A ambivalência de Quadros, em relação aos mais ardentes colaboradores de sua campanha, tornou-se mais evidente ainda no campo da política externa. O presidente, com a irrestrita cooperação do seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, levou o Brasil a uma "política externa independente". Constituía esta a resposta àquilo que se tinha transformado numa tendência de guerra-fria no "terceiro mundo". Durante a campanha eleitoral já havia alguns prenúncios de que Quadros estivesse pretendendo uma política externa mais aventurosa. Entre a eleição e a posse, Quadros viajara ao redor do mundo, indo a países que nenhum outro presidente eleito jamais visitara. Impressionara-se com a tentativa de várias nações em desenvolvimento, como o Egito, de encontrar um "caminho intermediário" entre o Ocidente e o Comunismo, para atingir o desenvolvimento. Sua relutância em concordar com o boicote americano a Cuba e sua visita a essa ilha mostravam que êle seguiria uma política menos pró-americana do que qualquer presidente brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial.[19]

Uma política de tal envergadura tinha, de certo modo, uma razão óbvia. No campo econômico, por exemplo, Quadros esperava diminuir os males financeiros do Brasil através de negociações simultâneas com as três grandes potências: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o bloco soviético. Walther Moreira Sales foi enviado a Washington, Roberto Campos à Europa, enquanto que o Ministro das Relações Exteriores fazia um acôrdo comercial com o bloco comunista. No entanto, era aquêle um momento infeliz para se lançar uma política "independente" no hemisfério ocidental. A guerra fria nas Caraíbas esquentara com o fiasco da invasão da Baía dos Porcos, fazendo com que o Govêrno dos Estados Unidos se decidisse ainda mais pelo isolamento de Cuba. A Administração Kennedy fêz todo o possível para não permitir que a fricção diplomática crescente colocasse em perigo as nego-

ciações financeiras com o Brasil. No entanto, permanecia o problema do ponto-de-vista americano: por que, tendo a compreensão e assistência de um govêrno do Partido Democrático em Washington, estava o Govêrno Quadros perseguindo uma política quixotesca em relação ao mundo comunista?

Vários observadores acreditavam que a política externa de Quadros podia ser um elaborado disfarce a fim de desviar a atenção do país do impopular programa de estabilização econômica. Esta opinião era partilhada por alguns representantes americanos que admitiam aceitar a posição não-ortodoxa em relação a Cuba (uma firme devoção à interpretação estritamente legalista do princípio de não-intervenção) como sendo o preço para que Quadros aplicasse no país o remédio prescrito pelo Fundo Monetário Internacional. Entretanto, esta aventurosa política externa estava destinada a criar uma dissensão interna. A reação nacional à política externa "independente" constituía apenas um reflexo do fato de que Jânio não podia esperar aplacar a esquerda nacionalista com a política externa, sem ao mesmo tempo irritar importantes elementos conservadores e do centro.

O govêrno negou repetidas vêzes que o Brasil estivesse se tornando "neutralista", mas as atitudes como as de apoio à discussão nas Nações Unidas sôbre a participação da China Comunista nessa organização e a declaração de que o Brasil estava estudando o reatamento das relações com a União Soviética (rompidas desde 1947), causaram a indignação de conservadores como o Cardeal Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, e do Almirante Pena Bôto, presidente da Campanha Anticomunista Brasileira. Sucederam-se inúmeros incidentes desagradáveis com os representantes dos Estados Unidos — emissários ficavam mofando na sala de espera, cortesias de rotina eram desleixadas. Os verdadeiros propósitos dêstes gestos — se é que haviam — permaneceram desconhecidos.[20]

A Renúncia de Jânio Quadros

É difícil determinar quanto da reação à política externa de Quadros constituía uma real preocupação com a questão

de Cuba e da infiltração comunista, e em que medida forneceu um modo de atacar a pessoa de Quadros. O problema é crucial, visto que de seu entendimento depende qualquer interpretação quanto à sinceridade da oposição que se levantou contra Quadros por volta de julho de 1961.

Carlos Lacerda, o demolidor de presidentes e então Governador da Guanabara (o grande Rio) liderou o ataque.[21] Desnorteado com a reviravolta de Quadros, afastando-se de qualquer contrôle da UDN, Lacerda tentou colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares. Era a mesma técnica que empregara anteriormente contra Vargas e que havia tentado contra Kubitschek. Contra êstes dois conseguira utilizar a pecha da corrupção. Contra Quadros usou a política externa "independente". Lacerda passou a fazer ataques pelo rádio e pela televisão, no intuito de entrar em conflito direto com Quadros. A controvérsia teve início com a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul oferecida a Che Guevara. Lacerda fôra a Brasília a fim de ter uma entrevista com o presidente e lá forjou um incidente de opereta, que incluía uma confusão ocorrida com a sua bagagem (teria ela sido entregue no palácio presidencial ou no hotel?) e uma alegada recusa de Quadros em se encontrar com o visitante. Com qualquer outro político, o incidente teria passado despercebido. No caso, tornou-se um desafio ao presidente, devido ao acesso que Lacerda tinha aos veículos de massa e ao grande público que comandava.

Na noite de 24 de agôsto, Lacerda desencadeou um violento ataque pelo rádio, alegando que o Ministro da Justiça, Oscar Pedroso D'Horta, estava tramando um golpe no qual Lacerda teria sido convidado a participar. Tendo antes ameaçado renunciar ao Govêrno da Guanabara, Lacerda prometia agora permanecer "para que o meu país não saia do caminho que os seus fundadores lhe traçaram."[22] Pedroso D'Horta negou calorosamente a acusação de Lacerda, mas os confidentes de Quadros revelaram, depois, que o presidente havia discutido sèriamente a possibilidade de uma solução *gaullista* para o Brasil. Um membro do Congresso advertiu Quadros de que não pensasse em se tornar um De Gaulle, "porque o Congresso Brasileiro nunca lhe daria tal poder".[23]

O significado mais amplo do desafio de Lacerda a Quadros, em agôsto de 1961, está na maneira pela qual os problemas de política externa independente tinham invadido a política interna. Através de sua política externa independente, Quadros começara a identificar-se com a posição "nacionalista", contrária à linha da maioria da UDN e aos oficiais "anticomunistas", entre os militares. A posição "nacionalista" era, por sua vez, identificada com o antiamericanismo, principalmente no que se referia a Cuba. Concentrando seu ataque à política externa de Quadros, Lacerda tentava identificar o presidente, perante a classe média e os quadros militares superiores, com uma posição nacionalista geralmente associada aos populistas de esquerda. O que permanece duvidoso é em que medida êsse confronto com a política externa representava um confronto disfarçado com os problemas políticos nacionais. Torna-se difícil um levantamento da crise política interna, visto que Quadros cortou-a pela raiz. A 25 de agôsto, num momento de grave êrro de cálculo, submeteu sua renúncia ao Congresso, que, prontamente, a aceitou.

É válido perguntar por que o Congresso estava tão preparado para concordar prontamente com o afastamento do presidente?[24] Quadros, o *outsider* político, havia despertado tanta incerteza e temor entre os políticos profissionais de todos os partidos, em Brasília, que êles se sentiram aliviados ao vê-lo entregar o poder. Foram também tomados de surprêsa, visto que a oposição a Quadros, que se iniciara nos primeiros meses de 1961, ainda não se havia cristalizado. É claro, entretanto, que um certo número de grupos poderosos já encontravam motivos de preocupação.

Na primeira linha, destacavam-se os políticos tradicionais. Quadros havia anunciado uma série de investigações sôbre a corrupção política. Isto não poderia deixar de atingir políticos de todos os partidos. Talvez o grupo mais afetado fôsse o PSD, tradicionalmente "de dentro", cujas manobras políticas possibilitaram a relativa estabilidade do govêrno brasileiro e da administração pública desde a Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, encontrava-se o enorme aparato da burocracia governamental. Os servidores do Estado, inclusive vários oficiais importantes, tinham suficientes motivos para se preocupar com a ênfase dada por Quadros à melhoria da eficiência do govêrno. Em terceiro lugar, estavam os industriais e comerciantes, preocupados com o programa de estabilização e seus possíveis efeitos de estagnação econômica. Em quarto, situavam-se os líderes trabalhistas e os intelectuais de esquerda, descontentes com o desigual sacrifício social que o programa de estabilização pedia, assim como com o fracasso em estabelecer as prioridades necessárias a um desenvolvimento econômico.[25] Em quinto, alinhavam-se os políticos da UDN, que outrora deram forte apoio a Quadros, mas que guardavam agora sérias dúvidas quanto ao seu contrôle sôbre êle, uma vez no poder. Como sempre, Lacerda era o mais descontraído porta-voz da UDN. Havia, finalmente, o oficialato que se tornava cada vez mais confuso com as inovações da política externa de Quadros. Sua inquietação, a êsse respeito, assim como sua surprêsa diante do imprevisível comportamento pessoal do presidente, fêz com que desconfiasse dos planos de Quadros. O presidente não podia, portanto, contar com o total apoio de seus ministros militares. Isto tornou-se importante, por exemplo, quando o Ministro da Guerra se recusou a substituir o comandante da guarnição do Exército no Rio de Janeiro, que não havia cumprido as ordens de Quadros no sentido de impedir que os discursos de Lacerda na televisão fôssem ao ar.

O conflito dentro da política nacional tornou-se obscuro devido às excentricidades pessoais do presidente, tornando difícil a análise da crise de agôsto. Alguns observadores contemporâneos à crise, inclusive auxiliares de Quadros, concordam que êste encontrava dificuldade em tomar decisões básicas, tornando-se propenso a se fechar em grandes períodos de depressão, quando assistia a projeções particulares de filmes e fazia uso de uma quantidade generosa de álcool. Generalizou-se o temor de que todo o processo governamental, tão dependente das decisões presidenciais, se fragmentasse. Quadros havia, por exemplo, mostrado sua incapacidade na escolha de colaboradores em vários postos-chave. Êsses defeitos de personalidade tornaram-se amplamente conhecidos em Brasília, principalmente entre os altos quadros militares e o Congresso, em cujas mãos foi cair, repentinamente, em 1961, o problema da sucessão. Entre os partidários de Quadros, muitos eram de opinião que, apesar de seu grande talento, care-

cia de discernimento e de tenacidade para governar o Brasil. Mesmo sem levar em consideração a opinião dos mesmos sôbre sua política, punham em dúvida que Quadros pudesse se manter como presidente. Êsses defeitos de personalidade podem, inclusive, ter afetado o próprio Quadros no momento de sua renúncia. Talvez estivesse agindo como alguém que sobe muito depressa e muito alto para sua capacidade. Teria sido um complexo de autodestruição ou um instinto de autoproteção que o fêz fugir às tarefas que êle mesmo havia criado?

Encarando-se a crise de agôsto como parte de um confronto crescente entre os árbitros do poder tradicional e um Presidente da República que imaginava que sua eleição não havia rompido um ponto de estrangulamento na política brasileira, como poderia Quadros supor que ultrapassaria essa luta? Aparentemente, esperava assumir novos podêres presidenciais. É evidente que Quadros superestimava então sua popularidade como político e imaginava que o Congresso e os militares não teriam outra alternativa senão solicitar que continuasse como presidente, aceitando todo seu programa. Isto leva a crer que Quadros estivesse preparado para mobilizar a opinião pública: êle não fizera de fato, nenhum esfôrço, desde sua eleição, para criar um nôvo movimento político que lhe pudesse oferecer apoio numa crise. Não se preocupara nem mesmo em utilizar o já existente Movimento Popular Jânio Quadros.[26] Se sua renúncia visava a desafiar os políticos profissionais e os altos quadros militares, foi um desafio ôco, pois Quadros se mostrara impotente para organizar o apoio popular em seu favor.

Pode ser, ainda, que Quadros tenha superestimado outro fator: a presença de João Goulart como Vice-Presidente. Muitos dos militares mais graduados veriam, sem dúvida, com certo receio, a possibilidade de Goulart vir a ocupar a presidência — o que seria a conseqüência legal no caso de ser aceita a renúncia de Quadros. No momento da renúncia de Quadros, Goulart encontrava-se em viagem pela China Comunista — fato que não poderia deixar de concorrer para tornar mais dramática, perante os militares anticomunistas, sua possibilidade de acesso ao cargo. Se Quadros imaginava que os políticos e os militares graduados não ousariam aceitar sua renúncia, enganou-se por completo. Êles ratificaram imediatamente

o ato, encarando-o como problema resolvido. Encontravam-se preparados para enfrentar o problema da sucessão de Quadros como um caso à parte.

Goulart, era, de fato, um homem com que os políticos do PSD — o mais poderoso grupo em Brasília — sempre conseguiram lidar. Havia participado da chapa de Kubitschek em 1955 e do Marechal Lott em 1960, sob a legenda PSD-PTB. Apesar de seu passado e de suas ligações populistas, Goulart integrava-se mais no sistema político do Brasil que Quadros. O fato de Goulart ser inaceitável para os militares teria que ser resolvido numa nova etapa. No entanto, a renúncia de Quadros teria primeiro que ser aceita e ratificada. Isto foi ràpidamente executado pelos políticos do PSD, que controlavam o Congresso. A crise que se desenrolou, a seguir, baseou-se no seguinte dliema: João Goulart, o presumível herdeiro da política tradicional de Vargas, poderia ou não ocupar o Palácio Alvorada, em Brasília? Êste seria na verdade o primeiro capítulo da agitada história da Era Goulart.

VII

Goulart no Poder (1961-1964)

De Jânio a Jango: Um Veto Militar?

A Constituição de 1946 não deixava dúvidas sôbre o procedimento a seguir no caso de vagar a presidência. O artigo 79 declarava simplesmente que o vice-presidente substitui o Presidente. Apesar desta clara disposição, o problema da posse de Goulart levantou imediatamente um violento debate. Sòmente após uma crise de dez dias, incluindo a ameaça de uma guerra civil e de uma emenda constitucional, estabelecendo um govêrno parlamentarista, instalou-se o vice-presidente no palácio presidencial. Esta crise de dez dias demonstrou importantes características da relação entre a sociedade e o sistema político, assim como em relação ao equilíbrio das fôrças políticas.[1]

Jânio Quadros apresentou sua renúncia na manhã de 25 de agôsto, aparentemente após consulta ao Ministro da Justiça, Pedroso D'Horta. O presidente comunicou sua decisão, peremptòriamente, aos Ministros militares atônitos, sem seguir a reação dos mesmos à declaração de que o Brasil só poderia ser governado com podêres de emergência. Sua estratégia, se é que assim se pode denominar um ato tão impulsivo, estava lançada. A renúncia não deveria ser transmitida pelo Ministro da Justiça ao Congresso até as três horas da

tarde. Por volta de onze horas da manhã, o presidente e sua família deixaram Brasília, voando em direção a São Paulo.[2]

A comitiva de Quadros desembarcou em Cumbica, base aérea situada em São Paulo, e chefiada por um amigo pessoal do então ex-presidente. Após a chegada, Quadros informou a um grupo de governadores que o esperavam que a renúncia tinha caráter irrevogável. Esta declaração contribuiu ainda mais para manter o desnorteamento sôbre os motivos de Quadros. Se é que estava esperando ser chamado de volta a Brasília para assumir plenos podêres, por que motivo fechava agora tôdas as portas a essa possibilidade?

A carta de renúncia de Quadros foi lida no Congresso na hora marcada, isto é, às três horas da tarde. A notícia havia sido tão pouco divulgada que se encontravam na Câmara, naquele momento, sòmente trinta e quatro deputados (de um total de 326). "Cumpri o meu dever", dizia a carta, "mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo". O tom de autocompaixão era notório: "Sinto-me, porém, esmagado. Fôrças terríveis levantam-se contra mim e intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranqüilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública".[3] Apesar da especulação sôbre seus possíveis motivos táticos, cresceu a suspeita de que o furacão de São Paulo tivesse perdido a fôrça.

Os deputados ouviram a carta entre estupefatos e incrédulos. Os corredores encheram-se ràpidamente de rumores e rápidas conferências. Numa sessão dramática, à noite, o Ministro das Minas e Energia de Jânio Quadros, João Agripino, expressou sua decepção e desapontamento em relação aos janistas abandonados: "Depois de seis meses no exercício do Ministério, volto à minha casa (a Câmara dos Deputados), onde permaneci mais de quinze anos. Nunca no Brasil, houve um presidente tão liberto, com tantas possibilidades de realizar e de construir aquilo que nós, pelo menos, da nossa ge-

ração, quisemos e queremos". A surprêsa causada pelo inesperado ato de Quadros não poderia ter sido maior.[4]

Embora a Constituição estipulasse que no impedimento do presidente, o vice-presidente o sucederia, dizia também que, no caso de ausência do último, o Presidente da Câmara dos Deputados seria o próximo na linha sucessória. João Goulart encontrava-se, na realidade, ausente — encontrava-se encarregado de missão econômica especial na China Comunista. Dêsse modo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência Provisória do Brasil. Na noite de 25 de agôsto desenrolava-se a seguinte situação: Jânio Quadros havia deixado Brasília e um presidente temporário havia assumido o pôsto. O poder efetivo estava nas mãos dos três ministros militares — o General Odílio Denys, Ministro da Guerra; o Brigadeiro Moss, Ministro da Aeronáutica; e o Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha. Êstes declararam imediatamente o estado de sítio, a fim de impedir demonstrações públicas.

Uma questão impunha: haveria algum movimento significativo a exigir a volta de Jânio à presidência? Era difícil deslindar o conflito político. Jânio subira na política independentemente; tudo fizera para evitar comprometer-se com qualquer partido ou movimento, no que se assemelhava a Getúlio Vargas no período de 1930 a 1943. Ao contrário de Getúlio, no entanto, recusara-se a cooperar com os políticos cujo estilo de "clientela" era ainda bastante comum no Brasil de 1961. A fôrça de Jânio consistia no fabuloso apoio que lhe davam as massas, mas, no momento, diversos fatôres minavam qualquer tentativa de uma demonstração de tal apoio. Em primeiro lugar, Jânio com sua aparentemente decisiva renúncia e com a declaração que posteriormente fizera em Cumbica havia excluído a possibilidade de tal demonstração. Em segundo lugar, estava severamente vigiado e, ou não queria, ou não lhe era permitido prestar quaisquer outras declarações públicas. Em terceiro lugar, seu apoio popular nunca havia sido institucionalizado; Jânio não lograra formar organizações que pudessem mobilizar e dirigir demonstrações públicas em apoio ao seu govêrno. Finalmente, muitas das "fôrças populares" que poder-se-ia esperar se manifestassem a

seu favor, dilaceravam-se entre duas tendências. Por um lado, eram tentadas a apoiar Jânio, atraídas por sua política exterior e pela promessa de tornar-se Jânio mais independente no setor da política interna, do setor conservador que o apoiara; por outro lado, a perspectiva de ter como seu nôvo presidente um populista histórico, João Goulart, também as atraía.

Na realidade, as manifestações populares, durante os primeiros três dias que se reguiram à renúncia, foram relativamente sem importância. Em 26 de agôsto, um grupo de líderes operários, no Rio de Janeiro, publicou um manifesto pedindo a Jânio que retornasse ao poder e jurando esmagar os "golpistas", os quais eram identificados como as "eminências pardas" da crise. Em Recife e no Rio de Janeiro, verificaram-se algumas manifestações estudantis dispersas e os governadores — que haviam estado com Jânio em Cumbica — publicaram um manifesto implorando-lhe que voltasse ao poder e pedindo ao Congresso que rejeitasse a sua renúncia. Êste grupo incluía os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carvalho Pinto, de São Paulo, os dois Estados històricamente mais importantes na política brasileira atual. E aí terminaram os esforços sérios de conseguir a volta de Jânio ao poder.

Nos nove dias seguintes, de 26 de agôsto a 4 de setembro, surgiu uma luta entre os ministros militares, que se opunham à posse de Jango, e os que apoiavam a "legalidade". Constituíam-se êstes últimos de militares, políticos e homens públicos em cuja opinião o sucessor legal fôsse êle qual fôsse, deveria ser imediatamente empossado. Consitucionalmente — caso fôsse possível impedir Jango de assumir a presidência — seria necessário realizar eleições dentro de sessenta dias, a fim de eleger-se um nôvo presidente. No ínterim, Mazzilli permaneceria como Presidente. Tal era o objetivo dos Ministros militares, apoiados por um pequeno mas prestigioso grupo de civis. O *Estado de São Paulo*, por exemplo, considerava a posse de Jango algo verdadeiramente alarmante — o relógio da história parecia haver de repente voltado a 1950: "Voltaríamos à situação em que o Brasil se viu quando, numa flagrante deturpação dos princípios que inspiraram a revolução de 29 de outubro de 1945, o ditador Getúlio Vargas, sob a capa constitucional, voltou a subir as escadas do poder".

O que haviam ganho os antigetulistas pela intervenção do Exército em 1945, o que haviam perdido na eleição de Getúlio em 1950, ganho outra vez pelos militares em 1954, outra vez perdido em 1955 (tanto pela eleição, com pelo golpe de Lott) e aparentemente ganho pelas urnas em 1960, estava agora novamente perdido.[5]

A chave para a compreensão da luta que se seguiu, como reação à posse de Jango, se encontra numa análise dos sentimentos políticos dentro do Exército. Quadros havia decidido manter o Ministro da Guerra que herdara de Juscelino, Marechal Denys, nomeado para substituir o Marechal Lott quanto êste foi indicado como candidato a presidente na campanha de 1960. Denys era um ferrenho opositor do legado de Getúlio, em matéria de política interna, e estava decidido, juntamente com seus colegas Moss e Heck — que com êle concordavam —, a impor tais pontos-de-vista após a renúncia de Jânio.

Em 28 de agôsto, o presidente interino Mazilli enviou ao Congresso uma breve mensagem informando que os ministros militares consideravam a volta de Goulart ao Brasil como inadmissível "por motivos de segurança nacional". Os ministros militares esperavam forçar o Congresso a agir como em novembro de 1955. Naquela ocasião, em resposta ao golpe preventivo do Marechal Lott, o Congresso cedeu ao Ministro da Guerra e votou o afastamento do presidente interino Carlos Luz (que ocupava temporàriamente o poder durante a doença de Café Filho) e elegeu para a presidência seu sucessor constitucional, o Vice-Presidente do Senado, Nereu Ramos. Os ministros militares esperavam que, também agora, o Congresso simplesmente ratificasse por um voto formal a ausência do vice-presidente e seu impedimento, continuando a presidência interina de Mazzilli até as eleições que teriam lugar dentro de sessenta dias.[6]

O Congresso, no entanto, negou-se a vetar a posse de Jango. Em vez disto, a comissão do Congresso, nomeada para estudar a questão, recomendou a criação de um sistema parlamentar. Os políticos recusaram-se a abdicar, mas estavam preparados para fazer um acôrdo. Os ministros militares não se tranqüilizaram. Em 29 de agôsto publicaram um manifesto, expondo suas razões para continuar a considerar a posse de

Goulart como inaceitável por motivos de segurança nacional. O manifesto foi mais longe do que os têrmos usados pelos coronéis em fevereiro de 1954, quando forçaram a demissão de Jango como Ministro do Trabalho de Getúlio. Acusava Jango de ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a "agentes do comunismo internacional" posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China Comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas fôrças armadas, transformando-as assim em "simples milícias comunistas". Era um sintoma do temor constante por parte dos militares de que um movimento operário "sindicalista" pudesse destituir as fôrças armadas da sua posição de grupo mais poderoso no cenário político brasileiro.[7]

A opinião do Exército, no entanto, não era unânime. Logo depois da renúncia de Jânio, o Marechal Lott, já então apenas um general reformado, lançou um manifesto insistindo em que Jango assumisse a presidência tal como rezava a Constituição. Não conseguiu sequer arrastar a facção "pró-legalidade" entre o corpo de oficiais. Lott não era mais o Ministro da Guerra, e o aspirante à Presidência não era mais Juscelino, mas João Goulart, havia muito anatematizado pelos oficiais conservadores. Lott foi imediatamente prêso por ordem do Ministro da Guerra. Mas o exato equilíbrio de opinião entre os militares — sobretudo do Exército — era difícil de avaliar, pôsto que as lutas eram secretas.[8]

Sùbitamente a dissensão veio a público. O General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Estado natal de Jango, o Rio Grande do Sul, declarou apoiá-lo totalmente. Uma declaração tão clara parecia uma ameaça de guerra civil. Sem essa deserção da parte de um comandante regional, a "frente legalista", provàvelmente, não teria tido *chance* de contrariar o veto dos ministros militares. Jango ficou, portanto, devendo a sua posse aos oficiais que divergiram da implacável oposição dos Ministros militares.

Entre 28 de agôsto e 4 de setembro, verificou-se uma complicada contenda militar. Esta luta de bastidores entre os comandantes chegou à beira da luta armada, pois o compromisso político exigido pela ameaça de violência parecia ina-

tingível. Contràriamente às crises políticas nas quais os militares intervieram prèviamente de maneira direta — outubro de 1945, agôsto de 1954 e novembro de 1955 —, desta vez o Ministro da Guerra não lograra garantir a fidelidade de todos os principais comandos. O Rio Grande do Sul estava pronto para a luta. Além disto, o comandante do Terceiro Exército tinha o apoio de Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, e — o que era importante — cunhado de Jango. Brizola era um esquerdista agressivo que alimentava ambições quanto à política nacional. Viu imediatamente a posição decisiva de seu Estado na crise de sucessão. Na verdade, havia impelido o General Lopes a se rebelar, aliciando e organizando em tôrno dêle oficiais pró-Jango. Brizola também organizou ràpidamente demonstrações populares em Pôrto Alegre, em apoio ao seu conterrâneo. Uma cadeia de estações de rádio pró-Jango, intitulada a "voz da legalidade", foi imediatamente mobilizada a fim de galvanizar a opinião no resto do Brasil. Quando o Ministro da Marinha anunciou no Rio de Janeiro que estava enviando uma fôrça naval ao sul, Brizola ordenou o bloqueio de Pôrto Alegre.

A posição do Rio Grande do Sul deu ao General Lopes a oportunidade de enfrentar o Marechal Denys, e seus colegas de Brasília, na eventualidade de uma resistência armada à sua tentativa de veto. Os ministros militares cometeram um sério êrro em seus cálculos. Haviam superestimado a lealdade de seus comandantes regionais, que se inclinavam agora a acompanhar a atitude do Terceiro Exército.

A renúncia de Jânio fôra tão inesperada que apanhara desprevenidos os militares antigetulistas. Não estavam preparados para o teste de poder proposto pela repentina possibilidade de Jango assumir a presidência. A intervenção do Exército, para que tivesse um apoio amplo entre o corpo de oficiais, exigia um longo processo de discussão, a fim de se sobrepor *prima facie* a dedicação à legalidade sentida pela maioria dos oficiais. Ao contrário de 1954, ou mesmo de 1955, a crise política surgiu tão sùbitamente que impediu o processo "democrático" da formação de opinião entre o corpo de oficiais. O resultado foi que o Ministro da Guerra extravasou as bases de seu apoio dentro do Exército e viu-se forçado a retroceder para uma posição de compromisso, descobrindo com

desgôsto que seu propalado veto não tinha o pêso de uma maioria suficiente entre os seus próprios oficiais. Unidas, as Fôrças Armadas poderiam ter impôsto uma solução política impopular. Divididas, nunca poderiam vencer.

Solução de Emergência: Parlamentarismo

Enquanto os militares se dividiam quanto à posse de Jango, crescia a opinião pública exigindo que a Constituição fôsse observada e Goulart empossado como sucessor legal. Esta opinião "legalista" representava uma frente ampla. Primeiramente, incluía as "fôrças populares", lideradas por estudantes esquerdistas, líderes trabalhistas e intelectuais. Apesar dêstes grupos tentarem organizar manifestações de protesto contra o Ministros militares, não dependia dêles a decisão final com relação ao poder. O espectro duma vasta opinião no centro — figuras preeminentes tais como governadores e líderes católicos, assim como uma grande parte da classe média, que viam o problema como um caso de fé nos processos democráticos e nos princípios constitucionais — era mais importante. Jango havia sido eleito vice-presidente nas eleições de 1960 derrotando o companheiro de chapa de Jânio, Milton Campos. O fato de tantos eleitores dividirem seu voto, elegendo o candidato de um partido para presidente, e o de outro partido para vice-presidente, demonstrava que a eleição de Jango não havia sido acidental. Impedir a posse de Jango à presidência teria sido renunciar ao princípio das eleições livres, e repudiar milhões de eleitores brasileiros que tinham colocado Jango na posição que lhe dava constitucionalmente direito a assumir a presidência. Em essência, os "legalistas" consideravam que deveria ser dada a Jango a oportunidade de exercer a presidência e não deveria ser permitido a seus opositores excluírem-no sob a acusação do que "poderia" êle vir a fazer no desempenho do cargo.[10]

É importante ter em mente, no entanto, que a opinião do centro apoiava Jango "sob experiência". Muitos ainda abrigavam uma suspeita de que Jango poderia, mais tarde ou mais cedo, tentar uma solução "peronista". Não desejavam sacrificar as tradições de legalidade do Brasil, mas, daquele

momento em diante, a "legalidade" dependeria da habilidade de Jango em exercer a presidência sem perturbar o equilíbrio político.

A 2 de setembro, o Congresso adotou a emenda instituindo um sistema parlamentarista. Os ministros militares compreenderam então que não poderiam sobrepor-se à divisão dentro das fileiras do Exército e não poderiam mais ignorar a difundida reação pública à sua tentativa de veto. Em 4 de setembro, através duma carta do Presidente Mazzilli ao Congresso, os três ministros informaram sua disposição de aceitar o compromisso parlamentar. A 5 de setembro, de 1961, Jango chegou a Brasília.

Jango voltou a Brasília por um caminho circular. Da China Comunista foi a Singapura, quando a crise explodiu. Evitando voltar ao Brasil até que fôsse encontrada uma solução, voou para Paris, onde conferenciou com uma delegação parlamentar apressadamente enviada. Durante esta conferência, concordara em aceitar uma solução parlamentar. De Paris voou para Nova Iorque, daí seguindo pela costa do Pacífico até Montevidéu. De Montevidéu seguiu para seu Estado, o centro da oposição aos ministros militares. Foi do Rio Grande do Sul que Jango se encaminhou para a presidência, em Brasília. A 7 de setembro de 1961, no dia em que o Brasil completava cento e trinta e nove anos de independência, João Goulart prestou juramento como Presidente da República.

O recurso ao parlamentarismo, como solução para a crise política, foi o resultado de longa campanha de um pequeno grupo de partidários do sistema parlamentarista. Êste grupo era liderado por Raul Pilla, um incansável reformador constitucional. Pilla desde muito atribuía os males do Brasil ao "corrupto" sistema presidencialista que, em sua opinião, era um desastroso desvio da tradição parlamentar do Império. Mas a súbita aprovação pelo Congresso de um regime parlamentarista (um gabinete de Ministros nomeados pelo presidente, mas respondendo à Câmara dos Deputados) era pouco mais do que a busca desesperada de uma solução qualquer de compromisso, para a crise provocada pelo veto dos ministros militares à posse de Jango.[11]

A crise de 25 de agôsto a 5 de setembro trouxe à baila vários aspectos do drama político brasileiro. Primeiramente, ficou claro que a vitória eleitoral de Jânio lhe havia dado um poder político mais aparente do que real. Jânio canalizou a opinião do centro e as aspirações da classe média como nenhum político, até então, o havia feito. Mas tais esperanças se apoiavam numa compreensão ingênua do processo político. Jânio não pôde fazer com que o pêso de seu apoio popular o defendesse num contexto nacional, a menos que o tivesse, de alguma forma, organizado. Numa palavra, êle necessitava um partido, ou movimento, de bases amplas para apoiá-lo no que se destinava a ser uma fase de grave luta política. O único outro caminho aberto o nôvo Presidente seria explorar seu carisma a fim de impor alguma forma de govêrno autoritário, talvez segundo os moldes de De Gaulle.[12] Caso escolhesse manter-se dentro do sistema constitucional, sua falta de apoio organizado condenaria seu govêrno a uma impotência cada vez maior.

Em segundo lugar, a crise da sucessão demonstrou que nos momentos em que o processo político civil é abalado, a opinião dos militares se torna decisiva. Se os militares estivessem unidos contra a ascensão de Jango, é provável que nunca tivesse assumido a presidência.

Em terceiro lugar, os militares moderados refletiam a opinião de grande número de civis empenhados na continuidade da Constituição, os quais recuavam frente à idéia de renunciar a um político popularmente eleito, em virtude de suas opiniões serem "consideradas" inaceitáveis. De qualquer forma, no momento, o sistema político brasileiro fôra suficientemente flexível para conciliar o conflito entre os árbitros tradicionais do poder e os novos políticos populistas, dos quais Jango era um exemplo.

Em quarto lugar, era claro que os problemas deixados pelo govêrno Juscelino exigiriam um govêrno forte e uma razoável porção de consentimento público — para que fôssem resolvidos. Mas... poderia um presidente sob "experiência" manter o equilíbrio político necessário e atacar com vigor a variedade de problemas que o Brasil enfrentava em setembro de 1961?

Finalmente, as "fôrças populares" que apoiaram vigorosamene a posse de Jango, poderiam ter tirado conclusões falsas da crise de agôsto/setembro. Se julgassem haver influído para evitar o veto dos ministros militares à posse de Jango, estavam enganadas. Jango tornou-se presidente, não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional.

Quem era João Goulart, o nôvo Presidente do Brasil? Sem dúvida, o herdeiro político de Getúlio e, portanto, irremediàvelmente prêso à dicotomia getulista-antigetulista à qual, até certo ponto, Juscelino e especialmente Jânio pareciam ter dado uma esperança de superar. Eis que, repentinamente, o Brasil retornava às divisões de 1954. Jango estava na presidência, embora com podêres limitados, enquanto que, em 1954, seus opositores foram capazes de tirá-lo do Ministério do Trabalho em oito meses.[13]

Jango era o líder de um grande partido, o que mais ràpidamente crescia — o PTB. Na verdade, representava a única personalidade de estatura nacional que aquêle partido podia apresentar. O PTB não lograra formar um quadro de líderes de projeção. Como muitos partidos da esquerda, parecia levar seus melhores homens a dissenções estéreis, logo abandonando o partido para perder suas vozes em bem intencionadas, mas impotentes, tentativas de fundar movimentos trabalhistas "reformistas". Dois gaúchos de talento, Danton Coelho e Fernando Ferrari, haviam deixado o PTB desta maneira.[14] Era como se o partido repelisse seus líderes mais talentosos e de maior sensibilidade, deixando aos carreiristas (pelegos) e aos oportunistas a manipulação política dos votos da crescente classe trabalhadora, e os lucros e benefícios dos sindicatos dirigidos pelo govêrno. Entre êstes líderes de terceira categoria, Jango brilhava como um mestre no jôgo da intriga política de curto alcance. Jango fizera a sua carreira política quase que inteiramente no plano nacional. Embora o apoio militar e civil no seu Estado natal tivesse tornado possível sua ascensão à presidência, Jango não era, de forma alguma, uma figura regional. Pelo contrário, fêz sua carreira baseado no sistema dos sindicatos e dos tribunais trabalhistas criados em tôda a federação. Era êste o sistema que herdara de Getúlio, e cujo poder os militares olhavam com grande suspeita.

Rico estancieiro, entrara quase que por reflexo no mundo político do PTB, no Rio Grande do Sul. A grande fôrça do partido naquele Estado talvez parecesse paradoxal, uma vez que dificilmente se poderia esperar que as estâncias produzissem líderes de um partido que pretendia representar as classes trabalhadoras. No entanto, o Rio Grande do Sul dera ao Rio de Janeiro mais de um radical na Revolução de 1930. Além disso, Getúlio cuidadosamente nutriu o nôvo PTB em sua terra natal durante seu "exílio" de 1945 a 1950. Tendo recebido de Getúlio um empurrão indispensável em princípios de 1950, Jango era o herdeiro natural (em mais de um sentido, segundo sugeriam seus detratores) à liderança do PTB, após o suicídio de seu mentor em 1954. O partido escolheu-o como seu candidato à Vice-Presidência da República na aliança com o PSD, que havia ganho a presidência em 1955. Embora esta aliança perdesse para Jânio, em 1960, Jango conseguiu sobreviver como vice-presidente. Sua vitória refletiu a aparente esquizofrenia do eleitorado brasileiro em 1960, escolhendo um independente, como Presidente, e, como Vice-Presidente, um representante do sistema que o presidente eleito havia transformado em alvo dos ataques de sua campanha.[15]

A despeito dos temores de seus opositores e das pretensões de seus partidários, Jango carecia de visão política a longo alcance e não era dono de um fascínio sôbre os eleitores. Provàvelmente, era menos atraente para o eleitor do que qualquer presidente eleito desde 1945, com exceção de Dutra. Tanto em 1955 como em 1960, ganhou a vice-presidência apenas por uma estreita margem contra Mílton Campos, duas vêzes candidato pela UDN. Em 1954, até foi derrotado numa tentativa de se eleger Senador pelo Rio Grande do Sul.

As perspectivas do Govêrno Jango dependiam de dois fatôres: — qual seria a política do nôvo presidente e onde procuraria êle apoio político? Vale a pena observar que Jânio ainda não havia respondido a tais perguntas quanto ao seu

próprio govêrno, ao renunciar em 25 de agôsto de 1961. Jango sòmente poderia construir uma base política forte cultivando o centro e ao mesmo tempo mantendo o apoio da esquerda. A situação ainda se complicava mais em virtude da divergência entre o populismo de Jango e as novas fôrças de esquerda. Jango tinha estabelecido contatos com os funcionários nomeados pelo govêrno nos sindicatos e nos tribunais trabalhistas, assim como com os tradicionais políticos locais, sem ideologia. Mas na esquerda, havia surgido uma posição mais radical, cujos porta-vozes olhavam com menosprêzo a política "trabalhista" tradicional de Jango. Êle precisaria, portanto, estabelecer uma ponte entre as esquerdas, assim como entre a esquerda e o centro. Jango precisaria encontrar e manter uma base política operacional. E tudo isso consistia num ato de equilíbrio político em si delicado — dentro do sistema parlamentar recentemente criado, e em face de uma crescente radicalização em cada um dos extremos do espectro político.

Ganhando Tempo

Durante quatorze meses, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango manobrou cuidadosamente a fim de recuperar os podêres presidenciais, ganhando a aprovação popular em um plebiscito para a abolição do Ato Adicional que havia estabelecido o sistema parlamentar. Havia, no entanto, muitos obstáculos em seu caminho. Primeiramente, o nôvo presidente tinha que provar sua "respeitabilidade" aos árbitros tradicionais do poder. Começou por tentar desarmar seus opositores mais poderosos, especialmente os militares antigetulistas que forçaram sua demissão do Ministério do Trabalho em 1954, e que tentaram impedir sua ascensão à presidência em 1961 (fracassaram apenas em virtude da divisão entre os oficiais e da opinião civil do centro preferir uma solução "legal" para a crise).

O problema de Jango com a oposição militar era muito maior do que o de Juscelino em 1956. Juscelino teve que isolar uma minoria de oficiais extremistas, mas Jango enfrentava uma oposição mais entrincheirada e ampla, que já lograra privá-lo da plenitude dos seus podêres presidenciais.[17] Jango era presidente num sistema parlamentar. Sua autoridade fôra diluída pela existência de ministros que podiam ser legalmente forçados a deixar suas pastas sòmente com a desaprovação do Congresso.[18]

O primeiro gabinete parlamentarista incluía uma representação equilibrada da maioria dos partidos. O PSD, ainda o maior partido do Congresso, foi aquinhoado com quatro Ministérios, incluindo o Primeiro Ministro. Êste último pôsto tocou a Tancredo Neves, que havia sido Ministro da Justiça de Getúlio em 1954, quando favoreceu a luta contra o ultimato dos militares. O PTB teve dois Ministérios, inclusive o Ministério do Exterior (San Tiago Dantas). Duas pastas foram dadas a líderes da UDN, um dos quais era o conhecido economista nacionalista de Minas Gerais, Deputado Gabriel de Rezende Passos. A importantíssima pasta da Guerra passou do Marechal Denys ao General João de Segadas Viana, que havia atuado como mediador entre os ministros militares intransigentemente anti-Jango, e os oficiais "pró-legalidade" durante a crise da sucessão.[19]

Nos primeiros seis meses de sua Presidência Parlamentar, Jango labutou para consolidar sua posição política. Acentuou seus princípios anticomunistas e sua devoção ao processo democrático.[20] Em virtude da contínua crise financeira, que Jânio apenas começara a combater, Jango sabia que teria que convencer os Estados Unidos e as autoridades do Fundo Monetário Internacional da seriedade de suas intenções. Logrou em parte seu intento, indo a Washington em abril de 1962. Fazia parte da visita um discurso durante uma sessão conjunta do Congresso norte-americano e uma longa conversa com o Presidente Kennedy e outros altos mandatários. Embora a viagem de Jango fôsse essencialmente uma missão de boa vontade, ambos os lados tiveram atitudes concretas. Jango garantiu ao Congresso que o Brasil era uma nação independente mas não neutra, e declarou sua oposição ao regime totalitário de Fidel Castro. O Govêrno dos Estados Unidos por sua vez completou e finalizou negociações para uma ajuda ao nordeste no valor de US$ 131.000.000.00, ajuda esta que sofreu retenção em virtude da insistência norte-americana em con-

trolar sua aplicação. Os dois Presidentes também publicaram um comunicado conjunto reafirmando os princípios do sistema interamericano e se comprometendo a apoiar o Mercado Comum Latino-Americano. Durante a conversa informal em Washington, Jango mostrou "sinais de conceder um tratamento razoável" às emprêsas de serviços públicos de propriedade estrangeira, cuja expropriação se tornara um problema candente no Brasil. Mostrou-se entretanto relativamente indiferente à insistência norte-americana quanto a uma atitude de maior cooperação com a Aliança para o Progresso no Brasil e não se impressionou pelas preocupações norte-americanas quanto à infiltração comunista no movimento sindical. Embora a visita produzisse resultados limitados, parecia o início do que poderia vir a ser uma cooperação mais frutífera entre o Govêrno Jango e os Estados Unidos. Mas o FMI e os outros principais credores do Brasil voltaram à sua atitude de esperar-para-ver dos últimos anos do Govêrno Juscelino. Sentiam-se pessimistas. Não confiavam que Jango tivesse o desejo, nem o poder, de continuar o duro programa antiinflacionário empreendido por Jânio.[21]

No Brasil, a viagem de Jango — que incluía uma estada no México — lhe granjeara um nôvo respeito por parte dos eleitores da classe média e da oposição conservadora. Sua preocupação passou a ser, então, saber onde se encontrava, na verdade, o equilíbrio do poder no sistema político brasileiro. Quantos votos representavam os populistas radicais de seu cunhado Brizola? Até que ponto o fiasco da renúncia de Jânio radicalizara a opinião pública? De que lado? As eleições para o Congresso, marcadas para outubro, poderiam resolver algumas destas perguntas. Nesse meio tempo, Jango achou que era preciso cultivar a esquerda. Aborrecido e confuso com os relatórios sôbre a crise financeira, cuja solução prometia pouco e acarretava impopularidade política, começou a sentir-se atraído pela crescente campanha em favor das "reformas de base". A idéia de tais reformas, que eram muitas vêzes desconcertantemente vagas, parecia oferecer a Jango a oportunidade de criar para si mesmo uma reputação histórica e também um instrumento com o qual pudesse construir seu apoio entre as massas. Juscelino passou à história como o criador da indústria e o construtor de Brasília; Jânio

lançara uma cruzada para expurgar o Brasil da corrupção política e financeira; Goulart faria, agora, as "reformas de base". Num discurso de 1.º de maio de 1962, começou reclamando uma reforma agrária e exigindo que se modificasse o dispositivo constitucional que determinava que os proprietários de terras expropriadas fôssem pagos em dinheiro.[22]

A tática de Jango, de apelar para a esquerda, tinha uma grave debilidade: a própria esquerda estava dividida. Como a reconhecer êste fato, os brasileiros muitas vêzes se referiam às "esquerdas", que incluíam dois grupos principais. Um, a esquerda moderada, ou "esquerda positiva", representada por San Tiago Dantas, advogado e político do PTB de Minas Gerais (e antigo integralista), e pelos jovens tecnocratas como Celso Furtado, que evitavam os rótulos políticos mas que, no entanto, tinham importância. Êste grupo era respeitado pelos centristas, em virtude da seriedade de suas intenções. A esquerda radical, ou "esquerda negativa", por outro lado, representada por Leonel Brizola, era mais violenta em sua linguagem e parecia disposta a ir além dos processos constitucionais.[23] Em seu discurso de 1.º de Maio, e em outro do dia 13 do mesmo mês, a linguagem de Jango parecia aproximar-se da esquerda positiva, mas seu *tom* parecia mais próximo da esquerda negativa. O Presidente tomara a peito a campanha para as reformas, mas tinha também provocado as suspeitas do centro quanto a seus objetivos finais.

A atitude de Jango frente à esquerda tornou-se mais ambígua em junho, quando Tancredo Neves, o Primeiro Ministro que inaugurava o sistema parlamentar, renunciou.[24] Na verdade, Tancredo Neves e Jango seguiam um plano destinado a demonstrar deliberadamente a inviabilidade do parlamentarismo. Seu objetivo era reforçar a campanha para uma volta ao sistema presidencial. Jango indicou San Tiago Dantas como sucessor de Tancredo Neves. (Como Ministro do Exterior no gabinete de Tancredo Neves, San Tiago havia defendido a neutralidade do Brasil em Cuba, provocando assim o ódio da direita.)[25] A UDN atacou acerbamente San Tiago e, como a Câmara de Deputados protestou contra sua designação, pareceu que haveria um teste de poder entre os dois extremos: na esquerda, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ameaçava entrar em greve em apoio à nomeação de

San Tiago; na direita, oficiais do Exército antigetulistas atacavam San Tiago e tentavam impedir que sua indicação fôsse ratificada. A Câmara rejeitou a designação de San Tiago por um voto decisivo (174-110). Os pessiministas sugeriram que sua designação não era mais que uma tática de Jango para tornar dramáticas as dificuldades de trabalhar com um Congresso dominado pela maioria conservadora.

A chave para a obstrução do Congresso era o PSD. O PSD atuou com o PTB de Jango, numa aliança maleável, desde o princípio da Presidência Juscelino. Mas os membros mais conservadores do PSD assustavam-se, agora, com a tendência esquerdista de Jango, especialmente com relação à reforma agrária. Após consulta com a liderança do Congresso, Jango contornou o PSD simplesmente indicando o Presidente do Senado, Moura Andrade, um dos líderes do PSD, como Primeiro Ministro. Correu, no entanto, o rumor de que Jango havia extraído, prèviamente, uma carta não datada, mas assinada, com a renúncia de Moura Andrade. No espaço de quarenta e oito horas, o nôvo Primeiro Ministro, na verdade, anunciou sua renúncia, em virtude, ostensivamente, da negativa de Jango em aprovar os ministros que indicou para seu gabinete.

A contenda política em Brasília alcançara o auge da confusão. Jango tentou nomear um preeminente petebista e um preeminente pessedista, do que resultou ùnicamente num impasse com o Congresso. O Exército se irritou com a falta de habilidade dos políticos em lograr até mesmo uma mediana estabilidade política frente à espiral inflacionária. Com a notícia da renúncia de Moura Andrade, as Fôrças Armadas entram em prontidão.

Havia razão suficiente para tais precauções. A CNTI declarou greve geral, paralisando os transportes nas grandes cidades. Verificaram-se assaltos a armazéns e centenas de pessoas foram feridas no saque aos depósitos de alimento em Caxias, nas proximidades do Rio de Janeiro. No Rio, os lojistas tomados de pânico fecharam suas portas. Os líderes operários responsáveis pela greve geral voaram no mesmo dia para Brasília, onde o presidente os convenceu a voltar ao trabalho. Tratava-se de uma novidade na política brasileira: o presidente negociando com líderes operários que por sua vez dependiam dos impostos sindicais cobrados pelo govêrno e da

aprovação do Ministro do Trabalho para manter suas posições. Estaria Jango "acalmando" uma pressão genuína da esquerda, ou se tratava de uma pressão de sua própria inspiração?[26]

Jango agarrou-se às greves e aos distúrbios como prova de que necessitava de podêres executivos totais para governar o Brasil. Seus inconciliáveis opositores acusavam-no de que estava deliberadamente manobrando a intranqüilidade social com propósitos políticos. Jango tentou, outra vez, encontrar um Primeiro-Ministro aceitável à Câmara dos Deputados. Indicou Brochado da Rocha, pessedista do Rio Grande do Sul que fôra Secretário do Interior e Justiça do Governador Brizola. Havia sido, igualmente, um dos mais importantes consultores durante a expropriação da subsidiária da International Telephone and Telegraph, no mês de fevereiro anterior. Brochado da Rocha encontrou menos oposição na Câmara do que San Tiago, talvez em virtude de sua condição de membro do PSD e também por ser figura menos conhecida na política nacional.

Jango Obtém Plenos Podêres

A Câmara concordou e aprovou um nôvo gabinete, que incluía Walther Moreira Sales, banqueiro eminentemente respeitável, que ocupara o Ministério da Fazenda do gabinete anterior, e José Ermírio de Morais, líder petebista e industrial "nacionalista", como Ministro da Indústria e Comércio. O nôvo Primeiro Ministro prometeu um programa de emergência para combater a inflação e a escassez de alimentos; comprometeu-se também a continuar a política exterior "independente" do Brasil. Esta última foi garantida pela volta de Afonso Arinos de Melo Franco ao Ministério do Exterior, substituindo San Tiago Dantas, que sucedera Afonso Arinos depois da renúncia de Jânio um ano antes.

O mais significativo foi que Brochado da Rocha convocou um plebiscito antecipado para decidir quanto à continuação do sistema parlamentar. A emenda de setembro de 1961 previra um plebiscito em princípios de 1965, mas agora aumentava a opinião do centro e da esquerda a favor de uma de-

cisão mais pronta. Em agôsto, Brochado da Rocha pediu podêres especiais que incluíam a autoridade para o gabinete legislar por decreto. Não eram êsses os podêres que Jânio alegava necessitar para governar o Brasil? O Congresso, especialmente o PSD e a UDN, recusou o pedido de Brochado da Rocha. O Primeiro Ministro apresentou uma lei para que o plebiscito fôsse realizado em dezembro, mais de dois anos antes da data fixada no Ato Adicional de setembro de 1961. O conflito se centralizou, então, nessa questão.

Da direita vieram os ataques — de Lacerda e do radicalismo udenista. Acusavam o regime de Jango de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe. Conceder plenos podêres ao presidente, assim como autoridade especial a seus ministros, apenas ajudaria seus propósitos "subversivos". Na esquerda, havia a voz de Brizola, que ameaçava o Congresso com intervenção armada, caso não aprovasse a lei marcando o plebiscito para dezembro.

Havia um amplo apoio, tanto no centro quanto na esquerda, em favor de um pronto retôrno ao sistema presidencial.[27] Quase todos os observadores, independentemente de sua opinião política, concordavam em que o Brasil necessitava de um poder executivo federal forte. Esta havia sido a lição desde 1930. Os fios da autoridade estavam suficientemente emaranhados sem que a responsabilidade ministerial dependesse diretamente do Congresso. Até mesmo alguns dos mais encarniçados inimigos políticos de Jango apoiavam a volta ao sistema presidencial, na crença de que qualquer presidente sòmente poderia ser considerado responsável se dispusesse de plena autoridade.

Além disto, as perspectivas dum govêrno eficaz, sob o híbrido regime parlamentar, apresentavam-se más, em virtude do Presidente e de seus aliados políticos não desejarem, realmente, que o sistema funcionasse, especialmente depois de princípios de 1962. Pelo contrário, esperavam capitalizar sua aparente ineficácia, para a qual contribuíam, a fim de apressar o plebiscito. Esta tática tinha aliados nas fileiras do PSD. Juscelino, por exemplo, pressionava Jango para que não se contentasse com seus podêres "castrados" sob o sistema parlamentar. A forte aprovação que Juscelino prestava à campa-

nha para apressar o plebiscito estava sem dúvida ligada a suas próprias ambições de concorrer à presidência outra vez em 1965.

O apoio essencial, no entanto, para obter mais amplos podêres presidenciais, teria que vir dos militares. Jango conseguiu o apoio dêstes através duma hábil política de promoções e transferências. Promoveu mais generais "nacionalistas" a posições-chave de comando. O conflito militar sôbre a questão do plebiscito alcançou o ponto crucial em agôsto/setembro de 1962. Em agôsto, os três ministros militares publicaram um manifesto apoiando o plebiscito, e o Congresso, em seguida, estabeleceu a data-limite de abril de 1963 para a votação nacional. Mas Jango queria que a questão do parlamentarismo *versus* presidencialismo fôsse levada à votação nas eleições para o Congresso, a 7 de outubro de 1962. Em setembro, o comandante do Terceiro Exército (Rio Grande do Sul), General Dantas Ribeiro, telegrafou ao Presidente, ao Primeiro Ministro e ao Ministro da Guerra, informando-os de que não poderia garantir a ordem "se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar a marcar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultâneamente com as eleições de outubro próximo vindouro". O Ministro da Guerra, Nelson de Melo, rejeitou com indignação a ameaça de Dantas Ribeiro.[28]

O General Nelson de Melo, no entanto, fôra também firme partidário da antecipação do plebiscito. Sua reação a Dantas Ribeiro era mais um caso de disciplina militar do que um desacôrdo quanto ao problema, embora muitos oficiais, provàvelmente uma minoria, a isso se opusessem. O Ministro da Guerra irritara-se com o fato de que a atmosfera das deliberações em Brasília, já caldeada pelo manifesto pró-plebiscito dos ministros militares em agôsto, fôsse agora envenenada pela ameaça de guerra civil da parte de um general comandante no Rio Grande do Sul. Para um oficial do centro, tal como o General Nelson de Melo, o incidente era duplamente irritante porque Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, era, sem dúvida, responsável pelo ultimato de Dantas Ribeiro, como o fôra da ameaça de revolta do General Machado Lopes por ocasião da crise de sucessão um ano antes.

Em princípios de setembro, o Gabinete Brochado da Rocha renunciou em virtude de desacôrdo quanto à estratégia do plebiscito. O nôvo Primeiro Ministro foi Hermes Lima, um conhecido socialista que apoiava o plebiscito. (Hermes Lima não foi formalmente confirmado pela Câmara senão em fins de novembro). Um dos primeiros atos do nôvo govêrno foi a substituição do Ministro da Guerra, Nelson de Melo, pelo General Amauri Kruel, amigo pessoal de Jango. Êste passo fortaleceu ainda mais a situação de Jango entre os militares. Jango não logrou realizar o plebiscito no pleito de outubro, mas nos últimos meses de 1962 conseguiu forte apoio militar a favor de seu pedido de que o Congresso estabelecesse data mais próxima para o mesmo. Poucos dias após a renúncia de Brochado, o Congresso, finalmente, cedeu, e o plebiscito foi marcado para 6 de janeiro de 1963.

Acusado de negligenciar os problemas econômicos e sociais básicos, Jango encarregou Celso Furtado, o notável economista e criador da SUDENE, de preparar um plano para o desenvolvimento econômico nacional. Celso Furtado tinha um grande encargo: receitar uma fórmula que garantisse rápido crescimento econômico, juntamente com uma razoável estabilidade de preços. Com o plebiscito marcado para janeiro, no entanto, não era provável que qualquer política audaciosa fôsse adotada antes do fim de 1962. Jango ainda não estava preparado para comprometer-se com uma política claramente definida, ou optar por uma única base de apoio político. Tal aconteceria, sòmente após ter recuperado os plenos podêres presidenciais.

As eleições de outubro deram um nôvo espelho do sentimento político do país. Primeiramente, o fantasma de Jânio Quadros desapareceu nas eleições para Governador de São Paulo. Três dias após sua renúncia, Jânio partiu para uma viagem à volta ao mundo, assinalada por freqüentes promessas de que voltaria e continuaria sua cruzada política. É bastante interessante observar que Jânio continuou a ser uma figura popular no Brasil, o que se tornou mais evidente à medida que o nôvo sistema parlamentar provava ser inviável e ineficaz em seus primeiros meses de existência. Em março de 1962, Jânio desembarcou no Brasil e fêz um propalado discurso pretendendo explicar as razões de sua renúncia. O discurso criou um anticlímax total, e muitos de seus partidários que haviam permanecido fiéis começaram, finalmente, a vacilar.[29]

O Partido Democrata Cristão recusou-se a indicar o nome de Jânio como seu candidato a Governador de São Paulo nas eleições de outubro de 1962. Indómito, Jânio declarou que se apresentaria como candidato independente. Seus opositores eram Ademar de Barros, o conhecido populista paulista, e José Bonifácio, antigo protegido de Jânio e agora candidato do Governador titular, Carvalho Pinto. Jânio foi derrotado ainda que por estreita margem (1.249.414 a 1.125.941), por Ademar de Barros, que recebeu o apoio decisivo, de última hora, dos partidários de Carvalho Pinto que se assustaram ao perceber que José Bonifácio (que obteve 722.823 votos) não tinha virtualmente nenhuma *chance* de ser eleito. Esta derrota diminuiu enormemente a já enfraquecida lenda em tôrno de Jânio, e afastou da campanha de Jango, para o retôrno ao presidencialismo, uma importante barreira.[30]

As eleições de outubro de 1962 para o Congresso, assim com as eleições para governadores de 11 Estados, confirmaram a fôrça do centro. O Congresso manteve seu caráter relativamente não ideológico e as posições intermediárias, na maioria dos partidos, continuaram a manter o equilíbrio do poder entre as duas Câmaras.[31] A 6 de janeiro de 1963, o povo brasileiro votou na proporção de cinco para um contra o sistema parlamentar e a favor da volta ao sistema presidencial. Jango podia agora entrar para a história com todos os direitos, como um verdadeiro presidente.

O Espectro Político e os Extremistas

Qual a situação política com que se defrontava Jango ao iniciar êste nôvo período de sua presidência?[32] O mais importante, era que a política de compromisso se tornava cada vez mais difícil. Jango, agora em vésperas de tentar provar que merecia seus novos podêres, estava a ponto de colhêr os frutos de sua prolongada estagnação. De cada extremo do espectro, extremistas políticos insistiam sôbre soluções anti-

democráticas, compartindo a crença de que cada um estava em condições de ganhar mais com o desmoronamento da política democrática. É importante distinguir entre os vários grupos agora atraídos pelos argumentos dos "radicalizantes".[33]

O primeiro grupo importante se encontrava entre os anti-getulistas tradicionais. Chocados pela súbita renúncia de Jânio em 1961, mas impossibilitados de impedir a posse de Jango, e também a recuperação pelo mesmo dos plenos podêres presidenciais — em janeiro de 1963 —, caíram num desespêro que lembrava seu mal-estar após a eleição de Juscelino em outubro de 1955. Estavam, no entanto, melhor organizados e mais decididos. A tática de Jango, ao manobrar para conseguir uma antecipação do plebiscito — especialmente a não punição da greve geral de 1962 — convenceram-nos de que estavam tratando com o mesmo Jango cuja renúncia os coronéis forçaram em fevereiro de 1954. Em princípios de 1962, êstes líderes anti-Jango começaram a conspirar para derrubar o presidente. Entre os militares eram representados, por exemplo, pelo antigo Ministro da Guerra Denys e pelo antigo Ministro da Marinha, Heck, assim como por generais tais como Cordeiro de Farias e Nelson de Melo. Seu principal chefe civil era Júlio de Mesquita Filho, proprietário do influente jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1962, êstes conspiradores já trocavam idéias quanto à natureza do regime "discricionário" que seria necessário implantar após derrubar Jango.[34]

Os radicais anti-Jango tinham uma conhecida reserva de doutrinas antidemocráticas às quais recorrer. Como haviam alegado em 1950 e em 1955, pretendiam que não se podia confiar no eleitorado brasileiro. Sòmente sob uma cuidadosa tutela poderia o povo ser impedido de cair nas malhas de políticos "demagógicos". A moralidade e o anticomunismo eram as palavras de ordem dêstes radicais. A diferença, depois de 1961, era que entre as intransigentes fôrças anti-Jango havia alguns elementos que queriam experimentar sua própria técnica de mobilizar o eleitorado antes de se disporem a sucumbir à idéia duma conspiração armada.

Existia, por exemplo, uma Frente Patriótica Civil-Militar que constituía a "ala esquerda" da conspiração contra o Govêrno. Êstes líderes anti-Jango procuravam competir com os esforços do Presidente para mobilizar as massas e assim conseguir um movimento próprio, mais "autêntico". Seu objetivo era substituir o "sistema corrupto" de Vargas, organizando, por exemplo, sindicatos livres da supervisão do govêrno. Tais esforços, que mal começavam em janeiro de 1963, eram uma continuação, com nova forma, da breve tentativa de Jânio, em 1960, de apoiar reformadores esquerdistas dentro do movimento operário.[35]

Além da Frente Patriótica, os militantes anti-Jango podiam contar com um nôvo e bem financiado movimento de homens de negócio paulistas, que tinha como centro o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, ou IPES, fundado em 1961. Êste grupo começou com o objetivo, nas palavras de um de seus fundadores, de mobilizar "o sentimento público democrático" contra os "esquerdistas", em tôrno de Jango. Em fins de 1962, no entanto, estavam considerando sèriamente a utilização de métodos mais diretos. Um industrial paulista, membro do IPES, manifestou êste espírito ao organizar "vigilantes" para silenciar perturbadores esquerdistas em *meetings* anticomunistas com "métodos intelectuais — como uma pancada na cabeça".[36]

Na esquerda, os radicalizantes tentavam capitalizar qualquer crise política a fim de provocar uma abrupta transferência de poder. Seu propósito era influenciar a opinião pública, até o ponto em que os árbitros estabelecidos do poder fôssem desacreditados ou vencidos. As organizações que tomavam posição de esquerda radical eram, por exemplo, grupos operários tais como o Comando Geral de Greve, o Pacto Sindical de Unidade de Ação (PUA, que era um grupo de São Paulo), e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).[37] Importantes, igualmente, eram as Ligas Camponesas e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), um pacto interpartidário entre parlamentares esquerdistas.[38] A União Nacional de Estudantes (UNE) era controlada por estudantes que muitas vêzes compartiam esta posição.[39] O Partido Comunista Brasileiro trabalhava para forçar um govêrno mais "nacionalista e democrático", dentro da estrutura existente. O Partido Comunista divisionista "pró-chinês" (Partido Comunista do Brasil), se expressava menos comprometedoramente; mas consti-

tuía um grupo muito pequeno, tendo sido formado sòmente em 1962.

O líder político mais preeminente da esquerda radical era Leonel Brizola, agora deputado federal pelo PTB da Guanabara. Brizola, dado ao uso de linguagem violenta contra seus inimigos, ameaçava muitas vêzes usar de ação extra-parlamentar contra o Congresso, como havia feito na crise de setembro de 1962, no tocante à antecipação da data para o plebiscito sôbre o retôrno ao presidencialismo.

O importante aspecto a notar aqui, sôbre os radicalizantes da esquerda, é sua ênfase nos métodos *diretos* para combater os "golpistas", "entreguistas" e "reacionários". Nenhum dêstes grupos era francamente revolucionário por volta de fins de 1962, mas a esquerda radical, contudo, demonstrava sérias dúvidas quanto à possibilidade de satisfazer seu desejo de mudanças radicais dentro da estrutura constitucional existente.

A pressão da esquerda radical, no entanto, estava longe de ser homogênea. Por um lado, existiam os esquerdistas sinceros mas amadores, algumas vêzes chamados "jacobinos", que desprezavam a disciplina do PCB e se impacientavam com a política de cooperação com a "burguesia nacional". Brizola encontrava-se, por certo, nesta categoria, assim como muitos líderes estudantis nacionalistas radicais pertencentes a grupos como a Ação Popular (uma ramificação do movimento juvenil patrocinado pela Igreja Católica Romana), e alguns líderes operários cuja lealdade para com a liderança da CGT — dominada pelo PCB —, ou para com o Ministério do Trabalho — manipulado pelo Govêrno — não tinha muita consistência. Intelectuais e escritores, tais como Franklin de Oliveira, consultor de Brizola durante seu govêrno no Rio Grande do Sul (1959/1963)[40] desenvolviam muita atividade entre os "jacobinos". Por outro lado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Prestes, aconselhava cautela, advertindo contra qualquer estratégia que superestimasse o verdadeiro poder das "fôrças populares".[41] Estas divisões dentro da esquerda nacionalista radical tornar-se-iam cruciais nos últimos quinze meses da presidência de Jango.

A despeito do crescimento da opinião extremista, em princípios de 1963 a maioria dos brasileiros ainda se encontrava no centro. Pró-democráticos, preferiam uma economia mista que utilizasse o capital estrangeiro sob cuidadoso contrôle nacional. A opinião do centro aceitava ampliar o sistema político, mas sòmente com cautela. Sua base social era primordialmente liberal, mas também reconhecia a necessidade da industrialização, conquanto resistisse a qualquer ideologia definida com relação ao processo de industrialização. Contudo, êstes pontos-de-vista cautelosos não eram claramente formulados, e na verdade continham seu próprio espectro de opinião — desde a "esquerda positiva", que estava a favor de grandes medidas de contrôle, por parte do govêrno, até os "industrialistas esclarecidos", que queriam que a interferência do govêrno fôsse cuidadosamente delimitada.[42]

Nos últimos nove meses da presidência "parlamentar" de Jango, no entanto, os extremistas pareciam ter ganho terreno. Suas opiniões por certo estavam recebendo mais atenção pública. Dois fatos — nenhum dos quais se prestava fàcilmente a uma política de compromisso — eram em grande parte responsáveis pela situação. O primeiro, o papel desempenhado pelo capital estrangeiro. Em novembro de 1961, a Câmara de Deputados votou uma lei restringindo as remessas de lucros. O dispositivo que maior controvérsia despertou referia-se ao tratamento a conceder aos lucros reinvestidos, excluindo essencialmente tais investimentos da definição de "capital-base" sôbre o qual as remessas de lucros poderiam ser calculadas. Getúlio criticara acerbamente a inclusão dos lucros reinvestidos no capital básico, e o fim dêste sistema era, desde então, a meta principal dos deputados nacionalistas liderados pelo petebista Sérgio Magalhães, que encaminhou a lei na Câmara dos Deputados. Entre os que se opunham à lei, encontravam-se líderes da UDN como o Senador Mem de Sá, a colônia estrangeira e o Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que discutiram, até ao cansaço, defendendo a tese de que os lucros reinvestidos *deveriam* ser considerados juntamente com o investimento básico como parte da base sôbre a qual as remessas poderiam ser enviadas ao estrangeiro.

O Senado emendou a lei da Câmara, suavizando as medidas sôbre o reinvestimento com uma versão de compromisso. A Câmara, no entanto, que tinha o poder de aprovar sua própria versão em segunda votação, rejeitou a lei de compromisso e reintroduziu as disposições mais duras sôbre o rein-

vestimento. Embora os nacionalistas, por si só, constituíssem minoria da Câmara, foram capazes de organizar uma maioria recorrendo à suspeita contra os investidores estrangeiros, o que logrou os deputados por natureza pollticamente tímidos. A lei havia levantado uma tempestade de discussões entre economistas e homens de negócio, e sua aprovação, juntamente com a inflação contínua e a instável situação política, fêz com que os investidores estrangeiros protelassem mais aplicações de capitais no Brasil.[43]

A reação de Jango à lei finalmente aprovada foi típica. Perturbado pela discussão pormenorizada, mas consciente, das graves implicações políticas, encontrou-se prêso entre a ala nacionalista do PTB e o Ministro da Fazenda, Miguel Calmon, que lhe recomendou vetasse a lei. Mas o presidente assinou a lei concordando em que apoiaria outra apresentada pelo Senado emendando a disposição sôbre os lucros reinvestidos. Contudo, ao chegar o momento, quando o Senado enviou a emenda à Câmara, Jango perdeu a coragem e não apoiou a medida contra os nacionalistas. Entrementes, a divisão entre nacionalistas e defensores de uma política mais ortodoxa, se aprofundara, tornando-se mais acerba.[44]

Havia outro problema, relativo ao capital estrangeiro, que também exacerbava as divisões. Em fevereiro de 1962, Leonel Brizola, como Governador do Rio Grande do Sul, expropriara uma companhia telefônica local, subsidiária da International Telephone and Telegraph Co.[45] Êste incidente, presságio de possíveis expropriações por parte de outros Governadores, provocou negociações diplomáticas febris entre os Estados Unidos e o Brasil. Carlos Lacerda, o combativo Governador anti-Jango da Guanabara, decidiu cortejar a opinião nacionalista à sua moda: anunciou que expropriaria a companhia telefônica do Rio de Janeiro, propriedade de grupos canadenses. Num esfôrço para impedir outros atos de caráter unilateral por parte de políticos locais, o Govêrno Federal apressou-se a negociar um entendimento geral com as emprêsas de utilidade pública de propriedade estrangeira.

A radicalização política também aumentava de maneira evidente num segundo setor: a estrutura rural. Em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, um Congresso Nacional de Camponeses, tendo Francisco Julião como principal figura. Em princípios de 1961, Julião e uma centena de líderes camponeses estiveram em Cuba para as celebrações de 1.º de Maio. Após o Congresso de Camponeses, de novembro de 1961, a violência na zona rural tornou-se mais freqüente e os posseiros lutavam contra os especuladores que tentavam expulsá-los da terra que ocupavam e sôbre as quais adquiriram direitos de usucapião. Atos de violência tornaram-se freqüentes em Minas Gerais, no Estado do Rio e em vários Estados do Nordeste.[46] O interior do país, antes tranqüilo, despertava pollticamente. Tal fato estava destinado a transmitir à política nacional uma onda de choques, uma vez que muitos políticos deviam sua existência aos sistemas políticos antiquados das zonas ainda manipuladas pelos latifundiários.[47]

Além dêstes dois problemas — o papel do capital estrangeiro e a questão da estrutura agrária — existia ainda o perene problema da inflação e dos deficits no balanço de pagamentos do Brasil. Êste último desequilíbrio exigia que o Brasil se submetesse a uma "disciplina financeira", aparentando assim seguir a orientação dos países desenvolvidos e das autoridades monetárias internacionais. Esta situação, como de costume, apresentava motivos de discussão para os radicalizantes políticos tanto da direita quanto da esquerda.

Linhas Partidárias

Qual era o quadro político-partidário quando Jango obteve plenos podêres, em janeiro de 1963? É comum dizer-se que os partidos políticos, em si, significam relativamente pouco no Brasil de após-guerra, em virtude das grandes variações de origem regional, dentro de cada partido. Tal conclusão, se não tem por base um estudo cuidadoso do caráter geral de cada um dos partidos, dentro dos quais as variações ocorriam, poderá induzir a êrro. Além do mais, a lealdade partidária — embora possa parecer ilógica, em têrmos dos princípios em jôgo (em política econômica, por exemplo) — era ainda uma fôrça poderosa entre os políticos. Tal fato tornava-se ainda mais verdadeiro uma vez que o presidente — gozando agora de plenos podêres — se autoproclamava herdeiro do "sistema" de Getúlio, e eram os beneficiários e os opo-

sitores dêste "sistema" os que primeiro haviam organizado os três maiores partidos.

Tornava-se evidente, no entanto, que, no plano local, as linhas partidárias tinham se tornado cada vez mais apagadas desde a criação do nôvo sistema partidário em 1945. O que melhor ilustrava êste fato era a crescente predominância das cédulas de coalizão nas eleições para o Congresso. Dos 409 membros eleitos para a Câmara dos Deputados, em novembro de 1962, sòmente 216 candidataram-se em uma única cédula partidária. Os outros 193 foram eleitos em cédulas de coalizão, alianças estas que se fizeram com propósitos eleitorais e sem nenhuma implicação de consciência partidária, ou multipartidária, na atividade legislativa que se seguiria às eleições. A crescente busca de apoio no recurso às coalizões eleitorais impedia o eleitorado — presumindo que tivesse êste consciência e motivação suficientes — de exigir de seus deputados qualquer atuação de acôrdo com a política partidária.[48]

O resultado prático desta falta de definição da política partidária deveria fazer de cada partido, embora com diferenças de importância, um microcosmo do espectro político nacional. A UDN, nascida em 1945 de uma oposição democrática liberal a Getúlio, representava, especialmente, as classes urbanas média e alta da região centro-sul, as quais já haviam colhido os frutos do limitado desenvolvimento industrial do Brasil. Mas um grupo da ala esquerda, conhecido como a "bossa nova", próximo à posição mais liberal do Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais (eleito em 1960), tornava impossível uma simples classificação ideológica, ou classista, do partido como um todo. O PSD era o partido predominantemente de "clientela", acostumado a usufruir o poder e seus benefícios sob Getúlio e Juscelino. Abrigava, todavia, seus esquerdistas "agressivos" que pouco tinham em comum com os muito mais numerosos representantes dos grandes latifundiários. O terceiro maior partido, o PTB, embora destinado por Getúlio a canalizar a seu favor os votos da crescente classe operária, associava alguns membros dos Estados atrasados, que representavam posições mais conservadoras do que os membros esquerdistas do PSD ou da UDN. O PTB tinha também seu "grupo compacto", que buscava uma identidade

ideológica nova, mais radicalmente esquerdista, para o partido.[49]

Embora as eleições de novembro de 1962 pouco contribuíssem para mudar as aparentes fôrças partidárias no Congresso, trouxeram à baila várias lutas individuais, tanto para Governador como para o Congresso, que evidenciavam a crescente polarização da opinião.[50] Os Estados-chave de Minas Gerais e da Guanabara foram conquistados dois anos antes pela UDN. Magalhães Pinto, que ganhou em 1960 em Minas, era um opositor moderado de Jango, enquanto Carlos Lacerda — o ativo Governador da Guanabara — era violentamente anti-Jango. Em 1962, o Govêrno do Rio Grande do Sul coube a Ildo Meneghetti, um pessedista sem inspiração e inexpressivo, que derrotou o candidato do PTB apoiado pelo esquerdista radical Governador Leonel Brizola então em fim de mandato. (Havia ainda um terceiro candidato em jôgo, o trabalhista independente Fernando Ferrari.) As eleições governamentais de 1962, em São Paulo, foram ganhas por Ademar de Barros, o candidato de recursos inesgotáveis, que derrotou Jânio e o candidato pessoal (José Bonifácio) do Governador Carvalho Pinto. Tanto Meneghetti quanto Ademar, embora opositores ainda não declarados de Jango, eram vencedores que nada deviam diretamente às "fôrças populares" que Jango tanto desejava dominar. Em nenhum dos onze pleitos para Governador, em 1962, houve aliança entre o PSD e o PTB — união na qual Getúlio e Juscelino basearam seu apoio partidário. É interessante notar que em 1960 verificaram-se oito destas alianças nas onze eleições realizadas para Governadores estaduais.

As eleições na Guanabara em 1962, por outro lado, pareciam indicar uma virada para a esquerda. A vitória para Vice-Governador coube a Eloi Dutra, opositor declarado de Lacerda, o Governador antijanguista. Leonel Brizola ganhou as eleições para deputado de maneira sensacional, recebendo 269.000 votos, a maior votação recebida por um candidato ao Congresso jamais ocorrida no Brasil. Sua vitória foi ainda mais impressionante em virtude de não ter êle nenhuma ligação com a Guanabara. Sua atração parecia ser exclusivamente pessoal, no entanto, e êle não foi capaz de transferir seu magnetismo eleitoral para o candidato que havia indicado para Governador do Rio Grande do Sul. Na verdade, sua grande

votação na Guanabara foi em parte devida ao fato de que votar em Brizola significava retirar votos dos candidatos da ala esquerda do PTB. Esta vitória pessoal, no entanto, reforçou as ilimitadas ambições de poder de Brizola dentro do PTB e fortaleceu suas pretensões de representar o elemento mais dinâmico do partido.

Pernambuco, igualmente, dava mostras de uma tendência esquerdista. O candidato vitorioso para o pôsto de Governador foi Miguel Arraes, apoiado por uma coalizão de partidos esquerdistas, inclusive o pequeno Partido Comunista. A eleição de Arraes representou a primeira séria vitória de um eleitorado urbano de orientação esquerdista num Estado relativamente atrasado do ponto-de-vista econômico. Arraes conseguiu mobilizar os trabalhadores de cana-de-açúcar da faixa costeira (suficientemente alfabetizados para terem direito ao voto), e pôde, assim, sobrepujar o domínio eleitoral da oliguarquia política tradicional, que começara a perder o contrôle na eleição anterior para o pôsto de Governador (1958). Pernambuco também elegeu o industrial "nacionalista" de São Paulo, José Ermírio de Morais, que ganhou um pôsto no Senado Federal. José Ermírio de Morais concorreu na legenda do PTB e concedeu uma generosa ajuda financeira à campanha de Arraes em troca de seu endôsso à candidatura senatorial "petebista" por Pernambuco.

Existia outro aspecto nas eleições de 1962, que significava uma nova fase no desenvolvimento da atividade política: o financiamento exorbitante das campanhas eleitorais. O govêrno de Jango colocou à disposição dos candidatos esquerdistas enormes somas, através da utilização dos institutos e de outras formas de apadrinhamento federal. Os opositores de Jango foram também bem financiados. Os empresários brasileiros (e também os estrangeiros, segundo os críticos esquerdistas) contribuíram para o cofre de uma guerra eleitoral administrada por novel organização extrapartidária, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática ou IBAD. Êste grupo era uma contrapartida, no plano eleitoral, das organizações antiesquerdistas como o IPES, o movimento paulista dos homens de negócios.[51]

Que conclusões podem ser tiradas das eleições de 1962, quanto à relatividade das fôrças partidárias? Primeiro, não havia uma tendência nem para a esquerda nem para a direita

no plano nacional. A crescente influência dos radicalizantes podia ser observada em várias lutas individuais, mas os ganhos respectivos da extrema direita e da extrema esquerda pareciam anular-se mùtuamente. Brizola ganhou bem na Guanabara mas perdeu o contrôle da situação no Rio Grande do Sul. Lacerda continuou a catalisar a opinião antijanguista no país, mas sua base eleitoral na Guanabara se enfraqueceu. Na esquerda, as tendências eram ambíguas. O PTB aumentou sua representção na Câmara de Deputados de maneira marcante, passando de 66 representantes para 104. Contudo, tal fato não parecia melhorar a posição de Jango, o chefe titular do partido. Jango viu-se prêso entre as duas alas de seu próprio partido. Na esquerda, seu cunhado, Brizola, entusiasmado com a vitória na Guanabara exigia uma ação radical. A "esquerda positiva" dentro do PTB estava representada por San Tiago Dantas, o brilhante deputado por Minas Gerais, que era o Ministro da Fazenda de Jango no nôvo gabinete nomeado depois do plebiscito de janeiro de 1963. San Tiago, no entanto, havia recebido sòmente 35.000 votos em sua reeleição para deputado por Minas Gerais, muitíssimo menos do que candidatos do PSD tais como Sebastião Pais de Almeida e Gilberto Faria. Tal fato era significativo em vista de que, em meados de 1962, sua fracassada nomeação para Primeiro Ministro sob o sistema parlamentar havia provocado ameaças de uma greve geral por parte dos líderes trabalhistas da ala esquerda, que agora preferiam a linguagem radical de Brizola.

O fato mais nefasto que se evidenciava no quadro da política partidária, era a ausência de um partido que representasse a opinião de centro. A UDN estava dividida entre sua ala moderada, liderada pelo Governador Magalhães Pinto (Minas Gerais) e pelo Senador Afonso Arinos, e sua ala intransigente, liderada por Carlos Lacerda (que no entanto realizava uma administração eficiente e progressista como Governador da Guanabara) e pelo deputado Bilac Pinto. Os últimos eram os depositários da tradição das cruzadas antigetulistas. Seu interêsse na política nacional tinha em mira radicalizar a opinião pública contra os novos beneficiários do "sistema" de Getúlio, não unindo fôrças para acelerar o desenvolvimento econômico ou realizar a reforma social. Sua atitude era totalmente partidária, uma vez que para êles a ques-

tão essencial era: como poderiam derrubar os herdeiros de Getúlio?

Mas, em janeiro de 1963, esta atitude militante não coincidia com a opinião do centro. Embora as exigências violentas de uma mudança radical pelos esquerdistas, tais como Brizola, assustassem muitos eleitores do centro, havia uma ampla simpatia dentro do próprio centro pela idéia de uma reforma social. A prova desta opinião poderia ser encontrada, por exemplo, no trabalho da ala progressista da Igreja Católica, que tornava clara sua rejeição aos pontos-de-vista extremistas, fôssem da esquerda ou da direita, se bem que endossasse, ao mesmo tempo, a necessidade de modificar a estrutura arcaica do Brasil em áreas tais como a agricultura e a educação. Desgraçadamente, no entanto, esta opinião legalista, democrática e reformista não pôde encontrar refúgio num único partido.[52]

Essa posição aproximava-se da de San Tiago Dantas dentro do PTB. San Tiago, no entanto, estava longe de controlar o PTB, cujas massas seguiam a liderança fria e estereotipada de possíveis herdeiros de Getúlio, tais como Doutel de Andrade — um deputado que carecia de qualquer qualidade para inspirar confiança à opinião do centro.[53] Na UDN, as opiniões do centro estavam próximas a Magalhães Pinto, mas êste perdia terreno dentro do partido para radicalizantes como Lacerda, para quem o confronto com os inimigos históricos do partido, como Jango, era o *leit-motiv* da atuação política. E o PSD mostrava-se essencialmente passivo face a esta radicalização de opiniões. Como grupo, o partido parecia estar em expectativa nos bastidores, desfrutando certa participação no govêrno e esperando que Jango terminasse o seu período — a fim de que Juscelino pudesse voltar ao poder. Além disto, o PSD era dificilmente um veículo para as aspirações de reformas do centro, especialmente na área da agricultura.

Assim como a opinião do centro não podia achar um verdadeiro partido no qual se apoiar, estava cada vez mais sujeita ao pânico com as perspectivas de ver a administração da reforma passar a mãos de extremistas da esquerda — populistas radicais como Brizola e líderes de grupos como os dos sindicatos militantes dos portuários e dos metalúrgicos. Em resumo, a busca de uma base partidária capaz de sustentar

um govêrno eficaz era uma corrida contra o tempo: poderia um regime centrista obter resultados antes de que os extremistas minassem qualquer possibilidade de uma política democrática?

Jango herdou, portanto, uma estrutura partidária que prometia pouco êxito para seu programa, tanto no que tocava a sua meta, a curto prazo, de estabilização econômica, quanto em sua ambição a longo parzo de levar a efeito uma reforma de estrutura. Sem um sistema partidário radicalmente reconstituído, como poderia o presidente esperar realizar um programa ambicioso quer a curto, quer a longo prazo? Uma lição do episódio Jânio foi a impossibilidade de fazer reformas por decreto presidencial — na estrutura constitucional existente no Brasil. Não havia como evitar a necessidade de legislação nova e abundante. Mas, como se poderia fazer para que os membros do Congresso agissem de maneira coerente e consistente, uma vez que as linhas partidárias refletiam tão inadequadamente a predominância e o ânimo da opinião do centro? A despeito desta óbvia deficiência do sistema partidário, não existia nenhuma alternativa à vista para a organização da ação política nacional em linhas partidárias.

Uma Experiência de Cinco Meses

De janeiro a junho de 1963, João Goulart empenhou-se em sua mais séria tentativa de atacar os problemas da nação dentro do contexto da estrutura existente. Esta "fase positiva" foi o trabalho de alguns técnicos e deputados importantes da esquerda moderada, que se encontravam entre os ministros que Jango incluiu em seu primeiro govêrno presidencial, depois do plebiscito de janeiro de 1963. Um dêles era Celso Furtado, que tomara parte, no último gabinete parlamentar (Hermes Lima; Setembro 1962/1963), continuando como ministro sem pasta (para o Planejamento Econômico). Celso Furtado tinha surgido como líder de uma geração mais jovem (nasceu em 1920), a qual queria uma mudança rápida nas estruturas superadas do Brasil. Sua direção na SUDENE — a organização para o desenvolvimento do Nordeste — lhe havia granjeado nomea-

da internacional como um dinâmico tecnocrata supervisionando imenso esfôrço para reverter o ciclo da miséria humana na maior área subdesenvolvida do Brasil.[54] Agora fôra escolhido para planejar um ataque à inflação e para estabelecer um nôvo grupo de prioridades econômicas. Suas idéias foram expressas num Plano Trienal visando a manter o crescimento econômico e reduzindo, ao mesmo tempo, o ritmo da inflação. Um resumo do plano foi publicado a 30 de dezembro de 1962, alguns dias antes do plebiscito. Logo que Jango recuperou os plenos podêres, o Plano Trienal tornou-se o centro da sua experiência de cinco meses com a "esquerda positiva".[55]

O outro importante representante da esquerda moderada era San Tiago Dantas, o nôvo Ministro da Fazenda. San Tiago havia acumulado uma fortuna como grande advogado e, como membro da elite financeira e intelectual do Brasil, tentava criar uma ponte entre as novas fôrças políticas descontroladas e indisciplinadas na esquerda (sôbre as quais Jango tinha um contrôle inseguro) e o antigo poder estabelecido. Dotado de brilhante inteligência e inesgotável engenhosidade nas negociações políticas, San Tiago havia sido rejeitado, em julho de 1962, pela Câmara dos Deputados, como Primeiro Ministro de Jango. Jovem líder intelectual integralista, na década de 30, e agora membro moderado da ala esquerda do PTB, estava determinado a levar adiante enérgica política de estabilização como pré-requisito para um maior desenvolvimentor econômico.[56]

Nem Celso Furtado, nem San Tiago Dantas, porém, tinham base política forte. Celso Furtado nunca entrara no mundo dos partidos políticos, preferindo, como outros importantes modernizadores brasileiros de sua geração, exercer sua influência no campo da tecnocracia e da intelectualidade. Tal atitude deixou-o, portanto, sem nenhuma base partidária — enquanto a luta dentro da esquerda tornava-se mais acentuada, durante a Presidência de Goulart. San Tiago Dantas era um caso diferente. Escolhera entrar para o PTB (de Minas Gerais) e lutava para ganhar influência dentro do partido, em âmbito nacional. Era ainda uma figura minoritária, porém. Mesmo em Minas Gerais, não logrou obter votação apreciável — em sua reeleição para deputado federal em novembro de 1962. Intelectualmente, San Tiago prestava-se de modo admirável para representar a opinião do centro e da esquerda moderada. Pessoalmente, no entanto, faltava-lhe a base política, embora sobrassem os dotes que poderiam tê-lo feito um líder popular ou, pelo menos, um manipulador bem sucedido de outros políticos. Os líderes daquilo que San Tiago chamava de "esquerda positiva" não estavam, pois, na direção das fôrças do partido, não estavam capacitados para mobilizar apoio nos momentos de perigo que breve surgiriam.

O primeiro ministério presidencial de Jango também incluía um representante importante da esquerda radical — Almino Afonso, Ministro do Trabalho — conhecido por tolerar os esquerdistas radicais e a infiltração comunista no movimento sindical. A presença de Almino Afonso era um indício de que Jango pretendia praticar um duplo jôgo político. Por um lado, êle podia endossar os programas de Celso Furtado e San Tiago Dantas, negociando para obter o apoio do centro. Esta política seria fundamentada num reinício dos esforços de estabilização seguidos por Jânio em 1961, ainda mais ambiciosos em virtude de incluir também um programa de "reformas de base". Por outro lado, a nomeação de Almino Afonso como Ministro do Trabalho era uma prova de que Jango tencionava fortalecer o poder do dispositivo sindical, em cuja lealdade se acostumara a confiar.

A cobertura militar era essencial a qualquer govêrno no Brasil, e Jango parecia tê-la ao iniciar a nova fase de sua presidência. O General Amauri Kruel, um oficial respeitado, de opiniões políticas moderadas, continuou no primeiro gabinete presidencial como Ministro da Guerra. Era, no entanto, evidente, que Jango queria formar um dispositivo militar mais ativo, nomeando oficiais notòriamente pró-Jango para postos de importância. Entre os oficiais pró-Jango importantes se encontravam os Generais Osvino Alves, Comandante do Primeiro Exército (Rio de Janeiro) e Jair Dantas Ribeiro, Comandante do Terceiro Exército (Rio Grande do Sul). O interêsse de Jango pelo dispositivo sindical e pelo dispositivo militar foi considerado pelos seus antigos inimigos como uma prova de que planejava utilizá-los como fonte de apoio para uma manobra presidencial, tendo em vista uma liderança de fôrças extracongressionais. Tal possibilidade se

ocultava na retaguarda, enquanto Jango iniciava sua experiência com a esquerda positiva.

O programa San Tiago Dantas-Celso Furtado fôra calcado no Plano Trienal. Êste documento, escrito principalmente por Celso Furtado em fins de 1962, esboçava um grupo de objetivos baseados em uma análise do crescimento econômico de após-guerra do Brasil, e do evidente impasse a que o país havia chegado em 1962.[57] O Plano reconhecia que o índice de inflação (52 por cento em 1962) havia excedido os níveis toleráveis, tanto do ponto-de-vista de seu efeito sôbre o investimento e sôbre um maior crescimento, quanto da conseqüente exacerbação de tensões sociais. O diagnóstico, no entanto, salientava o fato de que qualquer linha de medidas antiinflacionárias deveria fazer parte de uma política geral para reatar os níveis de alto desenvolvimento, explicando que "o declínio na taxa de crescimento seria, do ponto-de-vista social, bem mais negativo do que o desenvolvimento presente com tôdas as suas deficiências"[58] O Plano, portanto, propunha um programa simultâneo para combater a inflação e recuperar um alto índice de crescimento. O objetivo era reduzir o índice de inflação, durante um período de 3 anos, a um nível de 10 por cento em 1965, mantendo ao mesmo tempo um índice de crescimento real de 7 por cento, e ao mesmo tempo introduzindo reformas que eliminariam barreiras institucionais (educacionais, agrárias, administrativas) — com o fito de favorecer um maior crescimento e também aliviar notórias desigualdades de renda entre as classes e as regiões. O govêrno de Jango empenhou-se assim num programa mais ambicioso do que qualquer outro regime brasileiro de após-guerra: manteria um ritmo de crescimento no nível dos melhores anos de Juscelino (7 por cento), reduzindo ao mesmo tempo o aumento dos preços a um nível nunca igualado desde Dutra (10 por cento). Concomitantemente, empreenderia reformas de base — para cujo caráter ou propósito não havia ainda um consenso claro — nem na esquerda, nem no centro.

Desde o início de sua presidência, em 1961, Jango insistira sôbre a necessidade de "reformas estruturais" no Brasil. Mencionou diversos setores necessitados de reforma — tais como educação e habitação. Referia-se mais insistentemente, porém, a modificações do sistema fiscal e da estrutura agrária.

Sugeria que para realizar esta última, necessitava de uma emenda constitucional, de vez que a Constituição de 1946 exigia que a expropriação da terra fôsse prèviamente compensada por uma "rápida e adequada indenização". Em outras palavras, a indenização deveria ser em dinheiro paga adiantadamente.

Qual o propósito exato das reformas que, depois de janeiro de 1963, Jango começou a atacar com mais vigor? Havia três objetivos a alcançar:

1) As reformas poderiam ter originalmente a intenção de eliminar um nôvo tipo de "engarrafamento" no processo do desenvolvimento econômico.[59] A reforma agrária, por exemplo, poderia ser defendida tomando-se por base o fato de que um arcaico sistema de propriedade rural impedia qualquer aumento da produção agrícola. Restringia, também, a expansão da economia financeira — e, portanto, o mercado para os bens manufaturados — no setor rural. A explicação do "engarrafamento" poderia ser aplicada a outras reformas propostas: administrativa, fiscal e financeira. A ênfase nesta exigência de reformas se encontrava na pertinência de maior crescimento econômico, mais do que na redistribuição da renda nacional.[60]

2) Era também possível alegar a urgência das reformas, sob o pretexto de que os frutos do crescimento econômico já alcançado deveriam ser distribuídos de maneira mais equitativa. Poder-se-ia ter em vista uma reforma agrária ou fiscal, que atingisse, por exemplo, os setores mais ricos, retirando assim do setor "privilegiado" seus lucros "anti-sociais". O mesmo raciocínio poderia justificar a educação rural, ou o aumento do investimento público, como um meio de ajudar os cidadãos menos privilegiados.

3) As reformas poderiam, originàriamente, visar à alteração do equilíbrio político, tarefa que Juscelino nunca tentara levar a cabo, e a qual Jânio apenas começara a dar atenção durante seu breve período presidencial. A concessão do voto aos analfabetos, ou programas de alfabetização das massas, ou de direitos políticos às praças das fôrças armadas, — poderia mudar radicalmente o equilíbrio eleitoral e, por conseguinte, abrir o caminho para outras profundas modificações na estrutura social.

Jango referiu-se especialmente ao segundo propósito, embora o Plano Trienal salientasse o primeiro, sem deixar de reconhecer a importância do segundo. O perigo estava na constante ênfase do presidente com relação à necessidade de "reformas", sem acalmar as crescentes suspeitas do centro quanto ao terceiro propósito. Ao despertar sérios temores por parte dos setores e classes sociais estabelecidas, essa estratégia caiu nas mãos dos extremistas da direita que se opuseram à posse de Jango e agora conspiravam para depô-lo. Também fortaleceu os extremistas da esquerda que desprezavam as "meias-medidas conciliatórias" de Jango e conspiravam para puxá-lo para a esquerda ou, se necessário, apressar o processo de radicalização da opinião pública a fim de possibilitar uma ação extra-parlamentar. Além disso, Jango provocava suspeitas dentro do próprio Congresso, por estar sempre alegando que êste nunca aprovaria as reformas, quando êle mesmo não se havia esforçado no sentido de sondar a opinião parlamentar quanto a medidas específicas. Permitir que a corrida das reformas parecesse uma mera tática ao serviço de algum propósito não especificado, era, portanto, perigoso.

No Plano Trienal, Celso Furtado focalizou dois pré-requisitos imediatos para o êxito de qualquer programa — que visasse a continuar o crescimento, reduzindo ao mesmo tempo a inflação: 1) A pressão inflacionária, produzida pelos deficits no setor público, deveria ser severamente reduzida pelo financiamento constante do investimento público em alto nível (considerado essencial para um maior crescimento). E isso deveria ter lugar através de meios não-inflacionários, ao contrário da política de generosas emissões de moeda seguida na década anterior. Uma medida dêste tipo exigia a criação de novos impostos para os setores mais ricos, assim como uma redução nos subsídios que produziam enormes deficits nas emprêsas governamentais de navegação e de estradas-de-ferro.[61] 2) A capacidade de importar (igualmente considerada essencial para um maior crescimento) deveria ser mantida por intermédio de um refinanciamento da dívida externa do Brasil, concentrada no momento em obrigações de pagamento a médio e curto prazo. Em 1962, o Plano calculava que o pagamento das dívidas e as remessas de lucros alcançavam US$ 564 milhões, ou seja 45 por cento do valor de tôdas as

exportações do Brasil naquele ano. O primeiro passo era, pois, o refinanciamento da dívida externa. Mas só poderia ser dado em combinação com um programa de exportação mais agressivo com relação a itens tais como produtos manufaturados e minério de ferro, garantindo, assim, que a receita cambial cobrisse o nível das importações necessárias para uma constante industrialização.[62]

Êstes dois pré-requisitos exigiam uma ação resoluta da parte do Govêrno Jango, tanto interna quanto externamente. As duas áreas não eram na verdade senão a nova versão dos problemas interno e externo na política econômica enfrentada por Getúlio entre 1951 e 1954. Em muitos aspectos, o Plano Trienal era uma maneira relativamente "ortodoxa" de encarar o perene problema da inflação. Sua novidade, em cimparação com o plano de Lucas Lopes e Roberto Campos, de 1958, ou o programa de Jânio de 1961 (jamais elaborado de maneira ampla, como os outros dois), consistia na ênfase ao encarar as medidas antiinflacionárias como parte de um programa "global" de planejamento econômico e social.[63]

Combatendo a Inflação

San Tiago e Celso Furtado sabiam que o ambicioso Plano Trienal seria difícil de implementar. A primeira fase exigiria medidas impopulares — a fim de reduzir os deficits no setor público — assim como uma firme política salarial. Esperavam aliviar o sacrifício impôsto aos setores mais pobres, aumentando a tributação dos ricos. O primeiro passo foi executar uma lei de reforma fiscal votada pelo Congresso em fins de 1962[64]

O passo seguinte, na política econômica, foi semelhante ao primeiro ato do Govêrno Jânio em 1961: uma tentativa de uniformizar as taxas cambiais. Os subsídios sôbre as importações de trigo e de gasolina terminaram em janeiro de 1963, ao ser abolido o câmbio preferencial, que voltara a vigorar quando Jânio pôs fim aos subsídios em 1961. Em virtude dos produtos petrolíferos e do trigo exercerem influência tão estratégica no custo de vida (afetando diretamente o custo do

transporte e do pão) havia uma constante tentação de conceder subsídios à sua importação. O Govêrno Jango parecia pronto a correr o risco de ir de encontro à repercussão impopular que encontrou Jânio como resultado de política semelhante, adotada em 1961. Jango foi ainda mais longe quanto a uma taxa de câmbio realista em abril de 1963, ao desvalorizar o câmbio "oficial" em 30 por cento (de 460 cruzeiros o dólar para 600). Esta decisão levou o câmbio oficial quase à mesma taxa do mercado negro e, por conseguinte, restituiu, temporàriamente, a confiança no propósito do Govêrno brasileiro de combater a inflação.

Embora tais ajustamentos na taxa de câmbio oficial fôssem sem dúvida essenciais, a fim de recuperar o equilíbrio no balanço de pagamentos, contribuíram para um aumento imediato no custo de vida — ao aumentar o custo em cruzeiros das importações para o consumo doméstico. O dilema no caso do subsídio ao trigo e ao petróleo era particularmente cruel: o efeito inflacionário do deficit público em que se havia incorrido prèviamente, a fim de financiar os subsídios, foi substituído pelo efeito inflacionário dos preços mais altos que os consumidores tinham de pagar pelo pão e pelas passagens de ônibus sem subsídio. Em fevereiro, calculou-se que terminar com os subsídios aumentaria o custo do transporte em 40 por cento e o preço do trigo e do pão em 177 por cento.[65] O Govêrno Jango aprendia a desagradável lição que convencera a todos os governos que haviam tentado um programa antiinflacionário desde 1950 — Getúlio em 1953/54, Café Filho em 1954/55, Juscelino em 1958/59, e Jânio em 1961. A lição consistia em convencê-los de que a introdução de taxas de câmbio "realistas", necessárias a conseguir-se uma aproximação do equilíbrio no balanço de pagamentos internacional, assim com para ganhar a aprovação do FMI com o fito de obter mais financiamento (taxas de câmbio unificadas e não discriminatórias consistiam um compromisso específico na Carta do FMI), estava destinada, em pouco tempo, a fazer crescer os preços do mercado interno a um nível ainda mais alto.

Em março de 1963, San Tiago Dantas foi a Washington, para tentar o passo indispensável em qualquer programa de estabilização. Planejava discutir uma ajuda imediata e maciça dos Estados Unidos e preparar o terreno para conversações

sôbre o renegociamento das dívidas externas do Brasil. Armado com o Plano Trienal de Celso Furtado, San Tiago poderia demonstrar que o Brasil finalmente aceitara as exigências do planejamento econômico e da reforma social pedidas pela Aliança para o Progresso.

Preferiria chegar em Washington após ter conseguido um maior progresso no ataque à inflação no país. Mas a luta econômica do Brasil era desesperada. San Tiago necessitava alguma prova imediata da cooperação dos credores estrangeiros. Na verdade, êle preparara um plano em três etapas a fim de obter ajuda exterior — para salvar o Brasil de um desastre econômico iminente. O primeiro passo consistia em negociar uma grande ajuda do Govêrno dos Estados Unidos. O segundo, seria a renegociação da dívida do Brasil com seus credores europeus. O terceiro consistia numa série de acordos comerciais e financeiros com a União Soviética e os países da Europa Oriental. Por motivos táticos, San Tiago sentia que não poderia dar início a um trabalho sério na segunda e na terceira etapas antes de ir a Washington, o que enfraqueceu sua posição entre a esquerda no Brasil porque isso o expunha a uma acusação imediata de que estava vendido aos norte-americanos.[66]

San Tiago procedeu a negociações prolongadas em Washington, tendo levado a efeito, inclusive, longas conversações com o Presidente Kennedy. Logrou, ao fim, obter um acôrdo de US$ 398.5 milhões com o Govêrno dos Estados Unidos. Todavia, sòmente US$ 84 milhões foram destinados a utilização imediata. O restante dependeria de um programa de reforma e estabilização por parte do Brasil, programa êste especificado num comunicado de San Tiago Dantas e David Bell, diretor da USAID.[67]

San Tiago ficou profundamente desapontado pelas precauções tomadas tanto por parte do Govêrno dos Estados Unidos quanto por parte do FMI. Sentia necessidade de um gesto de apoio mais ostensivo do Exterior a fim de desarmar seus adversários políticos. Sabia que seria acusado pelos nacionalistas da esquerda de ter sido muito "fraco" junto aos banqueiros de Washington. Na verdade, esforçava-se ao máximo em explicar às autoridades norte-americanas o perigo por parte da extrema esquerda no Brasil.[68] À medida que as

conversações se atolavam no pessimismo norte-americano, condicionado pela desilusão com promessas anteriores do Brasil, especialmente desde a renúncia de Jânio, San Tiago e Roberto Campos (Embaixador do Brasil em Washington) chegaram a cogitar em romper as negociações e a tentar vencer a crise econômica mobilizando a opinião nacionalista em apoio a uma política de enfrentar o problema por si mesmo, desde que essa política temporàriamente não dependesse de ajuda exterior. Estavam tentados a seguir a atitude que Juscelino havia escolhido em circunstâncias semelhantes em 1959. Todavia, San Tiago e Roberto Campos concluíram que o Brasil não poderia arriscar-se a confiar sòmente em seus próprios recursos por faltar ao govêrno "suficiente coesão" e porque o nacionalismo brasileiro era muito superficial para proporcionar o necessário apoio político a um regime de austeridade conseqüente. Com efeito, admitiam para si mesmos as sérias limitações políticas que a democracia brasileira impunha à mobilização dos recursos internos para o desenvolvimento econômico. Temiam também que essa política levasse ao poder a "esquerda negativa" de Brizola, "tão corrupta quanto ineficaz", segundo palavras de Roberto Campos.[69] San Tiago, portanto, voltou ao Rio de Janeiro com a primeira parte de uma ajuda financeira cujo restante dependia da colocação em prática, pelo Congresso, de um programa que incluísse medidas visando a alcançar tanto uma estabilização econômica quanto uma reforma social. O mais importante, de maneira imediata, era a política salarial: uma proposta de aumento nos vencimentos dos funcionários civis e dos militares aguardava aprovação.[70]

O Govêrno norte-americano decidira manter os brasileiros com "rédea curta", e conceder mais ajuda e financiamento sòmente a trôco de medidas antiinflacionárias específicas que conseguissem a aprovação da comissão do FMI que deveria visitar o Brasil em maio. Abril e maio seriam, portanto, os meses críticos.

Quando San Tiago voltou ao Brasil em fins de março, defrontou-se com as inevitáveis repercussões das medidas antiinflacionárias, as quais estavam atingindo o regime de Jango em diversas frentes. A batalha antiinflacionária se concentrava em quatro áreas: a política creditícia, a política cambial, a política orçamentária federal e a política salarial.

Na área da política creditícia, San Tiago lograra seu mais visível sucesso. Embora existissem queixas por parte dos industriais — especialmente da indústria automobilística de São Paulo — o govêrno havia conseguido manter o aumento da emissão monetária dentro dos limites planejados em janeiro. Infelizmente, êsse fato causou também uma ligeira recessão na indústria automobilística e na indústria da construção civil e levou San Tiago a garantir aos homens de emprêsa que a situação se tornaria mais normal na segunda parte do ano.[71]

Quanto à política cambial, no entanto, a resolução do govêrno já estava falhando. Quando a taxa de câmbio do dólar oficial foi desvalorizada para 600 cruzeiros (a 22 de abril) a taxa para as importações de petróleo e de trigo foi mantida a 460 cruzeiros o dólar, reintroduzindo assim um subsídio para o consumidor dêstes itens vitais. A esta altura, os cortes prometidos nos gastos públicos eram difíceis de avaliar, embora os aumentos espetaculares nas passagens dos trens dos subúrbios (cinco vêzes o preço anterior, que há vinte anos não era aumentado) garantissem uma redução do deficit no setor público.

Os preços continuavam a subir mais depressa do que fôra preconizado pelo Plano Trienal, que previa para todo o ano de 1963 um aumento de 25 por cento. Sòmente em março, o índice de preços subiu 9 por cento, causando um aumento, para os primeiros três meses, de 16 por cento. O aumento refletia as medidas "antiinflacionárias" tomadas anteriormente (reforma cambial), assim como a pressão do quadro inflacionário herdado de 1962. A rápida subida dos preços enfraqueceu, no entanto, a causa do Govêrno, quando êste se preparava para a luta da política salarial.[72]

A política salarial era um sério teste para o programa antiinflacionário de San Tiago e Celso Furtado. O problema consistia num esperado aumento de vencimentos para os funcionários civis e militares, uma vez que o salário mínimo de outros setores já fôra aumentado pelo Ministro do Trabalho, em novembro de 1962[73] Determinar o aumento de vencimentos para os funcionários civis e militares era pòliticamente mais embaraçoso do que aumentar o salário-mínimo, uma vez que o primeiro teria que ser aprovado pelo Congresso, en-

quanto que o salário-mínimo dos trabalhadores não-governamentais era fixado por decreto do Ministério do Trabalho. Durante as negociações de março, em Washington, San Tiago havia virtualmente prometido que o Govêrno recomendaria um aumento de salário de não mais de 40 por cento. Mas os funcionários civis e militares estavam indignados com essa cifra. Queriam pelo menos 60 por cento e pressionavam para obter 70 por cento. Em meados de abril, o Govêrno apresentou ao Congresso um projeto-de-lei pedindo um aumento de 40 a 56 por cento para os civis e de 25 a 55 para os militares.

Em princípios de maio havia enorme pressão para se obter uma porcentagem ainda mais alta. Pòliticamente, o problema era perigoso para Jango e seus ministros, pois estavam lidando com os interêsses vitais da mais poderosa corporação do Brasil: os militares. O corpo de oficiais mais uma vez estava desgostoso com a erosão das diferenças salariais. Seu descontentamento soava como um eco do memorando dos coronéis em fevereiro de 1954. Em fins de maio, um grupo de oficiais enviou a Jango uma mensagem minuciosa protestando contra o baixo nível dos vencimentos dos oficiais, salientando, por exemplo, que um segundo tenente do Exército recebia sòmente o mesmo que um ajudante de cozinha na Marinha Mercante.[74] (Esta questão de salários não foi finalmente resolvida senão em julho, depois da renúncia de San Tiago, mas já em meados de maio, o Ministério, em contradição com a política anterior, concordara com um aumento de 70 por cento nos vencimentos dos funcionários civis e militares).

Esta pressão militar sôbre Jango era especialmente significativa em virtude de estar êle numa posição difícil junto ao comando do Exército. Como em 1951/52 e em 1955, havia profundos desacordos políticos dentro do corpo de oficiais. As opiniões nacionalistas radicais ganharam apoio entre alguns oficiais não comissionados. O Primeiro Exército (cuja área de comando incluía o Rio de Janeiro), estava sob o comando do General Osvino Alves, que cortejava ativamente os grupos esquerdistas, tais como os estudantes da UNE e os líderes trabalhistas tipo Dante Pelacani. Num comício, em princípios de maio, um sargento atacou violentamente o FMI e as outras "fôrças imperialistas" que impediam o desenvolvimento do Brasil e a realização das "reformas de base". O Ministro da Guerra, que representava a posição centrista dentro do corpo de oficiais, ordenou que o sargento em questão fôsse imediatamente castigado de acôrdo com a disciplina. Esta ação poderia ter passado simplesmente como um incidente a mais na conhecida luta dos Ministros da Guerra para manter a "disciplina" dentro do Exército. Mas a simpatia evidente dum comandante de alto escalão (Osvino Alves) pelas opiniões do sargento castigado, transformou a disputa numa aparência de teste de poder entre os campos políticos dentro do corpo de oficiais. Jango convocou os comandantes das quatro zonas militares para um "almôço de paz", e o conflito foi superado sem que fôsse mudado nenhum dos altos comandos.[75]

Capital Estrangeiro e Reforma Agrária

O desacôrdo entre os altos escalões militares correspondia à tensão política que surgira no setor civil. O conflito tornara-se acerbo não sòmente quanto aos "sacrifícios" exigidos pelo programa antiinflacionário, mas também quanto a duas outras questões que se tornaram centrais na experiência de Jango com a liderança da esquerda positiva. A primeira foi a política de San Tiago de compra das concessionárias estrangeiras de serviços públicos. Êste aspecto do investimento estrangeiro tocou o nervo mais sensível da opinião nacionalista. Durante a visita de Jango aos Estados Unidos, em abril de 1962, êle conversou com o Presidente Kennedy sôbre a compra das companhias de serviços públicos brasileiras de propriedade norte-americana, e sôbre a aplicação do capital da venda em determinadas indústrias no Brasil. Esperava-se que esta fórmula permitiria ao investidor norte-americano retirar-se dos investimentos considerados pòliticamente ultra-sensíveis assim como sem interêsse financeiro, sem privar o Brasil do capital estrangeiro, que poderia ser muito mais útil à economia brasileira assim como lucrativo para seus proprietários norte-americanos. Esta conversa foi em resposta à necessidade de liquidar com incidentes tais como a expropriação por parte do Governador Leonel Brizola da subsidiária da International Telephone and Telegraph Company no Rio Grande do Sul, em princípios de 1962.

A aguda controvérsia sôbre o problema exacerbou o inevitável conflito político, com relação à estabilização, de maneira notàvelmente semelhante ao que aconteceu por ocasião das declarações equívocas de Roberto Campos sôbre a Petrobrás, as quais ajudaram a inflamar a oposição nacionalista contra a tentativa de estabilização de 1958/1959. San Tiago tinha uma opinião firme quanto à questão da nacionalização das emprêsas de propriedade estrangeira. Imediatamente após assumir o Ministério da Fazenda, em janeiro de 1963, anunciou que tais emprêsas seriam nacionalizadas sòmente com completa garantia de que o resultado da venda seria reinvestido em outras emprêsas no Brasil.[76] Esta fórmula havia sido utilizada para resolver o caso da subsidiária da I T & T no Rio Grande do Sul, em 1962. As negociações para um acôrdo semelhante com a maior emprêsa de utilidade pública no Brasil de propriedade estrangeira estavam sendo agora realizadas — a American and Foreign Power Company que calculava seus interêsses no Brasil em bem mais de 100 milhões de dólares.

San Tiago evidentemente sentiu que um acôrdo decisivo com essa enorme emprêsa privaria os nacionalistas extremistas de sua questão favorita e, ao mesmo tempo, fortaleceria sua posição frente ao Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte. Estava claro que o Embaixador Lincoln Gordon era grande defensor de tal solução, e o Govêrno dos Estados Unidos vinha sendo pressionado pelo Congresso, que acrescentara um dispositivo (a emenda Hickenlooper) à lei sôbre a ajuda exterior de 1962, o qual obrigava o Govêrno a suspendê-la a qualquer país que confiscasse bens de propriedade norte-americana sem provar, num prazo de seis meses, que poderia pagar "indenização justa e imediata."

Em fins de abril, a American and Foreign Power Company (AMFORP) e o Govêrno brasileiro anunciaram um acôrdo que previa a compra de seus bens no Brasil pelo preço de 135 milhões de dólares, 75 por cento dos quais deveriam ser reinvestidos em emprêsas que não fôssem de utilidade pública no Brasil, sendo que os restantes 25 por cento seriam pagos em dólares. Havia compreensíveis razões, por parte do

Govêrno brasileiro, para desejar um acôrdo o mais depressa possível. A AMFORP vinha negociando há mais de um ano, impelida pelo fato de que três de suas subsidiárias brasileiras já haviam sido objeto de expropriações por parte de governos estaduais.[77] Além disso, Jango lograra um entendimento para acôrdo no mesmo sentido quando de sua visita aos Estados Unidos em abril de 1962. Mas San Tiago escolhera um momento especialmente difícil para anunciar o acôrdo com a AMFORP. Nada tinha a ver diretamente com o programa antiinflacionário. No entanto, tal acôrdo teve lugar em plena batalha de abril, relativa à lei sôbre os vencimentos dos funcionários civis e militares. O acôrdo com a AMFORP — mais do que generoso para com a companhia, segundo o ponto-de-vista brasileiro — forneceu excelente munição para os extremistas da direita e da esquerda que, sinceramente, desejavam o fracasso da experiência de Jango com a "esquerda positiva".

Brizola liderava o ataque por parte da extrema esquerda, acusando San Tiago de se ter metido numa "liquidação". Usando uma linguagem violenta, o cunhado do Presidente advertiu de que a consumação do acôrdo com a AMFORP constituiria um rompimento irrevogável com a esquerda radical. Ao mesmo tempo, Carlos Lacerda, já agora atento ao potencial político existente no sentimento fortemente nacionalista com relação ao problema, atacou partindo da direita. Criticou o plano de compra da companhia telefônica de propriedade estrangeira no Estado da Guanabara, alegando que seu equipamento (classificado de "ferro velho") estava obsoleto e enormemente superavaliado.

San Tiago defendeu com energia sua política nacionalista. Tentou aliciar o apoio do centro e da esquerda moderada contra os insultos de Brizola (que também exigia que o reajustamento salarial proposto ao Congresso deveria ser de pelo menos 70 por cento). San Tiago estava agora sendo vítima da situação política ambígua, evidenciada pelas eleições ao Congresso de outubro de 1962. Embora o centro representasse, sem dúvida alguma, maioria da opinião do eleitorado, faltava-lhe totalmente qualquer expressão partidária. O possível apoio para um programa antiinflacionário impopular já

estava destruído por uma questão política — o capital estrangeiro — que suscitou os argumentos ideológicos mais incompatíveis.[78]

Havia um segundo problema a polarizar a opinião política, durante o Ministério San Tiago-Celso Furtado: a reforma agrária. Seguindo o compromisso declarado de Jango com relação às "reformas de base", a reforma agrária tornara-se parte importante do Plano Trienal, tanto sob seu aspecto de medida de justiça social, quanto como passo para facilitar o incremento da produtividade e do poder aquisitivo no setor rural. Para Jango, a campanha parecia oferecer os meios de consolidação de seu contrôle sôbre as "fôrças populares" e para solapar seus críticos da esquerda, que o atacavam por se haver rendido aos "reacionários", no interior e no exterior, através de sua política econômica.

Em março, Jango apresentou ao Congresso uma lei de reforma agrária que propunha a indenização em apólices do Govêrno e não em moeda corrente. Requeria, portanto, a lei, uma emenda ao Artigo 141 da Constituição. Uma emenda constitucional necessitava dois terços dos votos do Congresso, os quais, em virtude da tensa atmosfera política, eram ainda mais do que improváveis. Ràpidamente na Câmara dos Deputados (onde os distritos rurais estavam super-representados, dando aos proprietários de terras uma grande influência — em virtude da exigência de alfabetização para ter direito ao voto e às poderosas máquinas eleitorais locais que impediam a maioria dos lavradores e trabalhadores rurais de votar), formou-se uma oposição ao projeto-de-lei. O projeto foi imediatamente atacado pela ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar, aliança interpartidária de deputados da ala direita, fundamentalmente da UDN e do PSD.

Jango foi acusado pelo centro e pela direita de "gestos demagógicos" destinados apenas a suscitar a opinião em apoio de um projeto insuficientemente estruturado. Nenhum projeto desta natureza poderia ter passado fàcilmente no Congresso. Jânio Quadros, por exemplo, teria tido uma posição mais forte para exigir uma tal lei do Congresso, em 1961. Jânio, porém, nunca tentou introduzir uma lei dêste tipo. Seu sucessor era

mais vulnerável. A tradicional desconfiança da direita com relação a Jango era agora compartilhada por grande parte do centro. Muitos parlamentares não concordavam com a estrutura agrária dominante e estavam preparados para estudar modificações possíveis. Demonstravam, porém, desconfiança sôbre os objetivos finais de Jango e recusaram-se a considerar, sèriamente, uma medida que daria ao Executivo um poder tão grande.[79]

A esquerda radical, liderada por Brizola, aproveitou-se dêste choque e advertiu Jango de que isso era o típico resultado que poderia esperar, continuasse tentando trabalhar dentro da estrutura política existente. Argumentaram que seria inevitável o fracasso das meias medidas da "esquerda positiva".

Enquanto isto, o projeto provocava estremecimentos dentro dos dois partidos que formavam a antiga aliança PSD-PTB. O PSD, fortemente influenciado por seus partidários predominantemente agrários, se opôs à lei. E, o que é bastante interessante, Juscelino, o mais famoso membro do PSD, estava agora ansioso por fortalecer suas perspectivas eleitorais para as eleições presidenciais em 1965, e procurou modificar a situação do partido. O PTB apresentava-se divididíssimo, enquanto que a UDN aparecia quase tôda unida em sua oposição à lei. O problema, porém, extravasou os salões do Congresso. Era assunto de debates acalorados no seio da Igreja Católica Romana, com opiniões que iam desde o mais veemente apoio, até a mais violenta oposição.[80]

O setor social menos tocado pela industrialização e pela mudança política desde 1930 tornara-se demasiado importante para ser ignorado por mais tempo. O desamparado setor rural começou o ser mobilizado pelas Ligas Camponesas e sacudido por espontâneas ocupações de terras. As perspectivas para qualquer solução constitucional, porém, eram poucas, enquanto a maioria do Congresso pretendesse, a todo custo, restringir o poder de Jango. E Jango, por sua vez, não parecia querer aumentar seus esforços para conciliar o centro, uma vez que estava evidentemente desgostoso com as acusações da esquerda radical e dava mostra de desinterêsse com relação à sua experiência com a esquerda moderada.

Em maio, uma Comissão da Câmara dos Deputados rejeitou o projeto-de-lei da reforma agrária por uma votação de sete contra quatro. Brizola, membro da minoria derrotada da Comissão, reagiu exigindo que o Exército "empunhasse armas" em apoio da reforma social. San Tiago incluíra a reforma agrária em seu comunicado conjunto de Washington, em março, como parte essencial de seu acôrdo de ajuda. Agora a obstrução política tornara tais reformas muito pouco prováveis.

Um Presidente Perplexo

Em fins de março a experiência San Tiago Dantas-Celso Furtado se encontrava severamente ameaçada. Os projetos sôbre os salários e o acôrdo com a AMFORP encontravam forte oposição e, desde fins de abril, corriam rumôres de que o gabinete seria modificado. O problema crucial, a curto prazo, era o programa antiinflacionário. A missão do FMI chegou na segunda semana de maio e estudava as medidas tomadas pelo govêrno de Jango contra a inflação. As conclusões da missão foram cruciais, uma vez que, tanto os credores norte-americanos quanto os europeus, esperavam a decisão do FMI antes de aceitarem outro financiamento da enorme dívida a curto prazo do Brasil.[81]

Uma das decisões políticas que a missão do FMI considerava mais difíceis era o projeto-de-lei salarial que se encontrava em discussão no Congresso. Na véspera da chegada da missão, San Tiago anunciou confiantemente que a mesma ficaria bem impressionada pelas medidas antiinflacionárias que tomara. Apenas passada uma semana, no entanto, o Ministério concordou em conceder 70 por cento de aumento aos vencimentos dos funcionários civis e militares. Poucos dias mais tarde, San Tiago conseguiu um voto de confiança ao Ministério. Era inegável, porém, que perdera o contrôle quanto a uma importante decisão política, e se encontrava em má posição para impor suas opiniões. Conquanto defendesse vigorosamente a estabilização e as propostas de nacionalização das emprêsas de utilidade pública em abril, San Tiago fôra atacado por um câncer no pulmão e não estava em condições físicas de enfrentar a luta intragovernamental. Celso

Furtado, que representara um papel político menos importante na defesa do programa do Govêrno, encontrava-se ausente, numa reunião da CEPAL, durante o período em que a posição em face do decreto salarial era decidida. Os principais líderes da "esquerda positiva" perdiam influência dentro do círculo presidencial.

A tendência natural de Jango em considerar a luta de abril-maio em têrmos políticos mais estreitos foi fortalecida pela crescente influência dos extremistas. Dentro da UDN, por exemplo, os moderados sofreram um golpe sério quando a convenção da UDN no Estado do Paraná escolheu Carlos Lacerda como seu candidato às eleições presidenciais que teriam lugar dentro de dois anos. Êste entusiasmo por Lacerda fortaleceu a ala direita da UDN, que a todo custo queria desacreditar todo o programa de Jango, e acima de tudo as reformas. Lacerda fortaleceu a ala direita da UDN e ganhou terreno à custa de seu principal rival udenista, o moderado Governador Magalhães Pinto, que representava a posição centro-esquerda nascente, mas ainda desorganizada. Na verdade San Tiago tentara estimular Magalhães Pinto ao deixar que os bancos em seu Estado (Minas Gerais) excedessem os limites de crédito estabelecidos pelo programa antiinflacionário. San Tiago, porém, via que seus inimigos da direita estavam tão ansiosos pelo seu fracasso, quanto seus inimigos da esquerda. Um artigo de David Nasser na revista popular *O Cruzeiro* era típico do ataque irresponsável de seus inimigos. Comparava San Tiago a uma mulher célebre de vida fácil no Brasil do século dezoito.[82] Êstes antigos e constantes inimigos do "sistema de Getúlio" não podiam tolerar a idéia de que qualquer reforma fôsse realizada sob a égide de Jango. Seu fracasso era a mais certa garantia de uma maior fôrça eleitoral em 1965. Dificilmente, pois, podiam ser considerados como uma "oposição leal". Pelo contrário, viraram-se para as Cassandras que advertiam que o motivo "real" do Presidente era subverter a ordem constitucional.

O próprio Jango parecia mais impressionado com os ataques da esquerda. Ali, o aspecto personalista adquiria importância, pois o auto-proclamado líder da esquerda radical era Brizola, cunhado do presidente. Em virtude de seu paren-

tesco (que não permitia a Brizola candidatar-se a presidente em 1965), Jango parecia associar-se às opiniões extremistas de Brizola face à estabilização (maiores aumentos de salários), capital estrangeiro (confisco com mínima ou nenhuma indenização), e reforma (mudança radical, com ou sem o Congresso). Durante a crise política de abril-maio, Brizola ocupou o centro do palco. Estava em tôda parte, atacando os "entreguistas" em tôrno do presidente, os "reacionários" no Congresso, os "gorilas" no Exército e os "imperialistas" na Embaixada dos Estados Unidos e no FMI.

As respostas às invectivas de Brizola eram freqüentes e indignadas. San Tiago qualificou-o de membro da "esquerda negativa", que não tinha um real interêsse em realizar um crescimento econômico não-inflacionário. João Calmon, deputado conservador e um dos dirigentes da rêde de jornais e de TV de Assis Chateaubriand, acusou Brizola de protetor da subversão. Deputados centristas exigiram que o presidente repudiasse os ataques de seu cunhado contra o Congresso. Altos oficiais do Exército, moderados, liderados pelo Ministros da Guerra, Kruel, advertiram Jango contra tais denúncias de oficiais conservadores como, por exemplo, a que fizera Brizola com relação ao General Murici, em Natal, no mês de maio. Também aconselharam Jango a precaver-se contra a coalizão de Brizola com os organizadores radicais esquerdistas entre os oficiais inferiores (sargentos, etc.). Até o Embaixador dos Estados Unidos ofereceu sua contribuição ao debate, caracterizando a campanha contra o capital estrangeiro dos brizolistas como a técnica da "grande mentira" aperfeiçoada pela primeira vez por Goebbels.[83]

Tal como acontecera na crise política em tôrno do esfôrço para a estabilização em 1958/59, a linguagem da discussão política deteriorou sèriamente. Com o Govêrno esforçando-se por tentar simultâneamente a reforma, a estabilização e o desenvolvimento econômico, os extremistas colheram seus frutos da discórdia — promovendo assim, como acreditavam, suas próprias possibilidades de alcançar o poder.

Havia outro aspecto pessoal no dilema político de Jango. Tendo alcançado a presidência em circunstâncias tão desfavoráveis em 1961, e obtido plenos podêres sòmente ao iniciar o terceiro ano de seu qüinqüênio presidencial, Jango tinha

uma aguda consciência do pouco tempo de que dispunha. Não sendo possível reeleger-se, observava com ciúme mal disfarçado a ascensão de San Tiago, a figura mais dinâmica do Govêrno. Era San Tiago, não o presidente, quem enfrentava os ataques da esquerda e da direita. O Ministro da Fazenda aparecia freqüentemente na televisão, apelando para a compreensão do povo quanto aos sacrifícios exigidos pelo programa antiinflacionário. Não sòmente se estava tornando o principal porta-voz do Govêrno, como também um concorrente em potencial da liderança do PTB (então em poder de Jango). San Tiago era, até mesmo, mencionado como uma possibilidade presidencial para 1965. A experiência da esquerda positiva sofria, ainda, maior solapamento por desentendimentos pessoais entre Celso Furtado e San Tiago, tendo como conseqüência o virtual abandono, em maio, do Plano Trienal por parte de Celso Furtado, quando êste percebeu que havia pouca esperança de que seus projetos fôssem cumpridos, ou de serem os mesmos vistos com simpatia por parte do presidente.

No decorrer do amargo conflito político de abril e maio, Jango havia tentado avaliar o impacto das medidas de seus ministros. Incapaz de compreender as dificuldades de uma política antiinflacionária, podia ao menos avaliar a dimensão política da mesma: perdia terreno na esquerda, enquanto fortalecia seus opositores da direita. Preferia acreditar que o problema *real* em jôgo era a reforma social, não o contrôle da inflação. Em têrmos políticos, esta opção tinha uma lógica óbvia. Em fins de maio, não havia nenhum grupo político que apoiasse com fôrça as medidas antiinflacionárias. Mas a voz pública exigia reformas sociais, especialmente a reforma agrária. Mais importante ainda, não havia uma fôrça política que pudesse ser ràpidamente mobilizada por San Tiago Dantas ou Celso Furtado a fim de pressionar, fôsse o Congresso, fôsse o hesitante presidente. Em outras palavras, San Tiago não podia apresentar ao presidente um ultimato. Mesmo que se demitisse, Goulart não teria alternativa — dada a posição das fôrças partidárias — senão seguir os desejos do centro e da esquerda moderada tanto com relação à estabilização quanto com relação à reforma.

Em princípios de junho, tornara-se impossível salvar tanto o Plano Trienal quanto o programa San Tiago-Celso Fur-

tado. O Ministério, submetido à forte pressão dos militares e dos funcionários civis, concedeu-lhes um aumento de 70 por cento em seus vencimentos. A missão do FMI, recebida com tanto otimismo por San Tiago em princípios de maio, partiu com uma péssima opinião quanto à determinação do Govêrno de lutar contra a inflação. Faltava, pois, o pré-requisito essencial para mais ajuda e refinanciamento, dos Estados Unidos e da Europa. San Tiago perdeu a jogada que fizera para ganhar uma rápida e ampla cooperação por parte dos credores estrangeiros. Os projetos do Plano Trienal já se haviam tornado obsoletos pela inflação acelerada, que alcançou 25% nos primeiros cinco meses de 1963 — o nível estabelecido por Celso Furtado para todo o ano. O nôvo aumento salarial seria sem dúvida financiado através de uma enorme emissão de papel moeda, pois o autofinanciamento previsto na lei através de um aumento compulsório do impôsto de renda não tinha probabilidade de obter a renda necessária através de um sistema fiscal sabidamente falho e já sobrecarregado por outros impostos recentemente aprovados.[84]

Prêso entre os extremistas da direita e da esquerda, mas não querendo submeter sua posição como presidente aos programas de San Tiago e de Celso Furtado, Jango procurou de maneira discreta mudar seus principais Ministros. Em meados de junho êle o conseguiu. San Tiago, sèriamente afetado em sua saúde, mas ainda assim tentando manter-se no pôsto, foi forçado a renunciar como Ministro da Fazenda. Celso Furtado deixara, pouco antes, o Ministério do Planejamento — agora dissolvido — embora tècnicamente permanecesse como ministro sem pasta. Jango não se atreveu a substituir a "esquerda positiva" pela "esquerda negativa", e substituiu, também, seu Ministro do Trabalho, Almino Afonso. Os três Ministros militares foram substituídos, mas o nôvo Ministro da Guerra não foi, como esperavam alguns, o General Osvino Alves, o "general do povo". O sucessor de Kruel foi o General Jair Dantas Ribeiro, comandante do Terceiro Exército (Rio Grande do Sul). Embora em setembro de 1962 Dantas Ribeiro advertisse de que não poderia garantir a ordem pública, se o Congresso não aprovasse uma data mais próxima para o plebiscito sôbre o presidencialismo, era um

oficial respeitado e uma figura política mais neutra do que Osvino Alves.

O substituto de Almino Afonso como Ministro do Trabalho era uma incógnita — o Senador Amauri Silva. O mais importante era o nôvo Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, antigo Governador de São Paulo e importante porta-voz da opinião centrista. Carvalho Pinto entrara na política como Secretário da Fazenda durante o Governo de Jânio Quadros em São Paulo, e era agora líder da ala progressista do Partido Democrata Cristão, partido pequeno mas de crescimento rápido. A nomeação de Carvalho Pinto tranqüilizou os críticos de Jango, tanto no país quanto no estrangeiro, mas havia poucos motivos para esperar que o nôvo Ministro da Fazenda encontrasse base partidária ou firmeza por parte do presidente, quando seu predecessor havia fracassado de maneira tão notória.

VIII

Colapso Democrático (1963-1964)

Mobilização e Perda de Equilíbrio

Durante os cinco meses que transcorreram entre janeiro e junho de 1963 o conflito político continuou a polarizar-se em tôrno dos extremos. A partir de 1945, a política nacional, que fôra em grande parte o jôgo particular de uma elite restrita, começou a ser invadida por líderes populistas. O êxito de Ademar de Barros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola fundamentou-se numa participação popular cada vez maior, embora mal organizada, na política. Embora as classes sociais tivessem consciência apenas de maneira ocasional e incompleta de seu papel político, os apelos diretos aos interêsses classistas e setoriais tornaram-se mais freqüentes depois que Getúlio assumiu a presidência da República em 1951. O rápido aumento do número de eleitores e a crescente participação política diminuíram o raio de ação das operações de elite. Mas as regras da política de massas que emergia pareciam indefinidas. Jango, por exemplo, teve de fazer um jôgo muito cauteloso para obter plenos podêres presidenciais. Depois do plebiscito, foi obrigado a enfrentar um dilema. Poderia dar prosseguimento a uma linha moderada, ou estava fadado a exercer o papel do populista dinâmico que seu passado lhe conferira?

As lutas políticas em tôrno do programa San Tiago Dantas-Furtado de estabilização e reforma facultaram aos extremistas a oportunidade de recrutar novos prosélitos. Fator importante foi a maneira pela qual êsse recrutamento ocorreu, através de um processo de mobilização de maior envergadura do que qualquer participação política jamais vista na história da República. Podia-se pràticamente deduzir que o Brasil estava experimentando a tomada de consciência que os ideólogos do nacionalismo vinham pregando desde o começo da década de 50. O fato de ter sido a mobilização muitas vêzes empreendida pelos extremistas reflete simplesmente a gravidade das questões e suas conseqüências sociais de longo alcance.

Do lado da esquerda, organizações estudantis radicais como a UNE e a Ação Popular tomaram a si um ambicioso programa de organização política. Se o Movimento de Educação de Base, em parte patrocinado pelo Ministério da Educação, atingisse seu objetivo de alfabetização em massa, milhões de eleitores novos iriam engrossar as fileiras do eleitorado brasileiro. Era de se esperar que os organizadores da campanha de alfabetização pudessem tentar mobilizar êsses novos eleitores em apoio de políticos populistas, talvez do campo nacionalista radical.[1]

No interior, o crescimento das Ligas Camponesas e as invasões de terras cada vez mais freqüentes indicavam o despertar do setor agrário atrasado. A controvérsia em tôrno da lei de reforma agrária acendeu o ânimo dos organizadores da revolta agrária, que se constituíam tanto de esquerdistas radicais como de centristas de espírito reformista, como o clero progressista do Nordeste. Esta mobilização de camponeses e trabalhadores rurais ainda estava em uma etapa primitiva em meados de 1963, porém o seu ulterior avanço só poderia alarmar o centro e ao mesmo tempo fazer com que Jango pensasse que o poder das "fôrças populares" justificava um empenho ainda maior com a reforma agrária.[2]

Os donos tradicionais do setor agrário não viram com indiferença a mobilização nascente das massas rurais. Em Minas Gerais, no Estado do Rio de Janeiro e no Nordeste, os proprietários de terras aumentaram sua oposição às medidas de reforma agrária já propostas por Jango.

Outros agentes da mobilização contra Goulart também deram início a suas atividades. Os conspiradores militares redobraram seus esforços, com base nos incidentes "disciplinares" que envolveram os generais Kruel e Osvino Alves, tentando convencer oficiais legalistas de que a oposição a Jango devia ser mais ativa. Conspiradores também havia na área civil. Políticos da UDN, como Bilac Pinto, havia muito acreditavam que Jango, mais cedo ou mais tarde, devia ser deposto. Os movimentos paulistas de oposição, liderados por Júlio de Mesquita Filho e o grupo empresarial (IPES), representavam mobilização mais ampla do que os anteriores movimentos antigetulistas, como o pequeno e excêntrico Clube da Lanterna de Lacerda (assim chamado por causa do episódio de Diógenes com uma lanterna na mão a procurar um homem honesto), organizado para combater os herdeiros de Vargas após seu suicídio em 1954.[3] Sinais havia também de que o grande grupo de opinião centrista, favorável a uma solução constitucional para a crise resultante da renúncia de Jânio, começava a sentir mêdo ante a inflação galopante e a visível má-vontade de Jango em executar um programa de estabilização. Viam com apreensão a mobilização política das massas urbanas e rurais. A experiência de Jango com a "esquerda positiva" servira apenas para exacerbar êsse simultâneo processo de mobilização e polarização. Personalidade fraca, colhida pelas garras de um tufão, o presidente agira com indecisão, expondo-se dessa forma aos ataques da direita como da esquerda.

O consenso público no Brasil entrava em desintegração. Elementos representativos das duas extremas proclamavam com freqüência cada vez maior sua perda de fé na política democrática. Os exageros da improvisação, óbvios ao apagar das luzes do govêrno Juscelino; do interlúdio presidencial do Govêrno Jânio Quadros e os quinze meses do período parlamentar de Jango nada tinham resolvido. Na verdade, em tôda a campanha de João Goulart para reconquistar plenos podêres presidenciais houve um sentimento geral de que as questões essenciais tinham sido postergadas. Depois que Jango obteve plenos podêres e tentou uma política econômica coerente, a fragilidade do consenso público mais clara se tornou.

O fracasso da fase positiva de Jango também pôs em evidência a importância dos motivos pessoais do presidente. João Goulart tinha a reputação de ser um homem fraco. Parecera perfeitamente identificado no papel de vice-presidente, mostrando-se irresoluto na crise de agôsto-setembro de 1961, quando foi pressionado por Brizola e o General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul. A evidente fraqueza de Jango tornou difícil aos seus inimigos, que conspiravam na área militar, aliciando seus colegas céticos bem como a opinião centrista, procurando convencer a uns e outros que o presidente era um antidemocrata a provocar o caos para justificar sua pretensão a podêres autoritários. Muitos oficiais e civis da classe média tinham em baixa conta as habilidades de Jango e seus fins políticos últimos, mas ainda esperavam que o Brasil pudesse aguentar até ao fim de seu govêrno, que terminaria com a posse de um nôvo presidente, a ser eleito em 1965. Como a Constituição brasileira não permite que o presidente se candidate à reeleição, o "acidente" Jango na presidência, por isso mesmo, logo teria fim.

Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar. E essa crença ainda mais generalizada se tornou quando, tendo Jango mudado seu govêrno em junho de 1963, muitos acharam que o próprio presidente perdera a esperança nos processos constitucionais. Essa opinião era comum não só entre seus adversários de longa data, no seio da direita, que conspiravam preparando um golpe, mas também entre os nacionalistas radicais da esquerda. Brizola temia que a reforma ministerial de junho pudesse ser o prelúdio de uma tentativa de Jango para permanecer no poder depois de expirar o seu mandato legal. Em meados de 1963, portanto, a cena política brasileira caracterizava-se por exigências cada vez mais fortes de ação extra-legal tanto da direita como da esquerda, enquanto os objetivos pessoais do presidente permaneciam indefinidos, o que vinha fortalecer a posição dos extremistas.

A notória falência do programa San Tiago Dantas-Furtado foi, temporàriamente apenas, disfarçada com a nomeação do nôvo Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, um moderado muito bem conceituado. O abandono de qualquer política coerente que aliasse o desenvolvimento ao combate à inflação logo se tornou evidente no destino da máquina de planejamento. O Ministério do Planejamento, de Furtado, desaparecera oficialmente em junho. Haveria de ser substituído por um nôvo órgão, criado por decreto de 11 de julho, com o nome de Coordenação do Planejamento Nacional, que devia dar prosseguimento à execução do Plano Trienal. Entre os signatários do decreto figurava Furtado, que continuava nominalmente ministro, mas perdera qualquer função dentro do Govêrno João Goulart.[4]

Entretanto, o planejamento era virtualmente impossível, dado o colapso da política antiinflacionária. O aumento salarial do funcionalismo civil e militar foi um bom exemplo. Embora o Executivo concordasse com um aumento de 70 por cento, antes da reforma ministerial de junho, o Congresso ainda não aprovara a lei em princípios de julho. A insatisfação dos militares transbordou. Dois mil oficiais do Clube Militar assinaram um ultimato ao Congresso exigindo aprovação da lei de aumento de 70 por cento no prazo de dez dias. O presidente do Clube Militar, Marechal reformado Augusto Magessi Pereira, e vários outros oficiais criticaram violentamente o Congresso e Jango na reunião do Clube, e o resultado foi uma prisão "disciplinar" de dez dias, imposta pelo Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro. O Congresso, contudo, cedeu ao ultimato militar (o prazo expiraria a 14 de julho) e aprovou a lei a 11 de julho. Como era de esperar que o dispositivo criando um aumento compulsório do impôsto de renda para atender ao aumento salarial demoraria a funcionar, se é que iria funcionar, o numerário foi elevado quase imediatamente.[5]

O índice de inflação continuou a subir. O custo de vida no Rio de Janeiro aumentou 31 por cento nos primeiros seis meses de 1963, em comparação com um aumento de 18 por cento no mesmo período de 1962. O índice de inflação para 1962 chegara a 52 por cento; chegaria, òbviamente, pelo menos, a 75 por cento em fins de 1963.

O Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, encontrou a situação do balanço de pagamentos igualmente grave. Comunicou ao nôvo gabinete, a 4 de julho, que os débitos do Brasil no exterior somavam cêrca de US$3 bilhões e que as amortizações e os pagamentos de juros já programados para os anos de 1963-65 elevar-se-iam a US$1,8 bilhões, ou seja, cêrca de 43 por cento da renda de exportação prevista para êsse período.[6] Não havia dúvida de que essa cifra estava muito além da capacidade de pagamento do país. Em junho, após o veto impôsto pela missão do FMI, deram-se pressa em considerar a perspectiva de declarar o Brasil uma moratória unilateral, com a suspensão de todos os pagamentos até 1965. A idéia era de que daí por diante fôsse posta de lado uma percentagem fixa de cambiais para pagamento total de amortizações e juros por volta de 1977, ao invés da data programada de 1981. O plano nunca passou de boato.

A questão do refinanciamento externo veio a complicar-se novamente com o problema da compra das emprêsas de serviços públicos de propriedade americana. A oposição nacionalista radical à compra da AMFORP amedrontara Jango. Êste anunciou que, apesar da declaração feita em abril, o govêrno brasileiro ainda não tinha firmado ponto-de-vista quanto ao preço exato a ser pago. A questão foi submetida a várias comissões de estudo encarregadas de dar parecer sôbre uma "justa" avaliação. O Presidente Kennedy irritou-se com o adiamento de uma questão que acreditava já estar resolvida. A Lei de Remessa de Lucros de 1962, cujo decreto de regulamentação ainda estava por ser emitido, foi outro fator de irritação dos credores estrangeiros, cuja disposição de discutir o refinanciamento era agora arrefecida pela inquietação com que viam a fraqueza do govêrno brasileiro ante a sua oposição nacionalista.

Esta interação dos aspectos internos e externos da crise financeira vinha sendo há muito tempo uma característica fundamental da história do Brasil. Desde que conquistaram sua independência política em 1822, os brasileiros se viram obrigados a condicionar suas decisões políticas aos imperativos decorrentes de suas dívidas externas. Antes de existir o Fun-

do Monetário Internacional, os governos do Brasil já vinham sendo forçados a convencer os banqueiros europeus do "acêrto" de suas obrigações financeiras.[7] Apenas uma vez na história republicana gozou o govêrno de uma considerável margem de ação em questão de finanças. Foi imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial. Mas essa oportunidade foi desperdiçada quando as grandes reservas monetárias acumuladas durante a guerra se dissiparam, sem maiores preocupações com as prioridades do desenvolvimento econômico. Em conseqüência, o alto nível de importações necessárias à espetacular industrialização do Brasil na década de 1950 só pôde ser mantido à custa de onerosos compromissos no exterior. Esta tendência adversa intensificou-se com o desastroso declínio nas relações de troca a partir de 1954, eliminando a possibilidade de financiar o Brasil de maneira adequada importações essenciais através dos lucros com as tradicionais exportações agrícolas.

Face a êsse papel de devedor, nenhuma política econômica interna poderia deixar de ser fortemente influenciada pela necessidade de considerar até que ponto qualquer medida afetaria as reservas monetárias, a posição comercial do Brasil e, o que não era de menor importância, a atitude de seus credores estrangeiros. Esta necessidade de dar constante atenção a círculos financeiros europeus e norte-americanos muitas vêzes do tipo mais ortodoxo, tem representado um compromisso político com muitos governos. Proporcionou aos nacionalistas econômicos (inclusive alguns industriais de São Paulo, bem como intelectuais de esquerda) pronta munição para atacarem Jango quando êste enfrentou a necessidade inevitável de executar um programa antiinflacionário. As injunções políticas se tornaram mais prementes à medida que as dívidas do Brasil no exterior se elevaram e suas perspectivas para solvê-las mais sombrias ficaram. Por outro lado, abandonar a tentativa de estabilização só poderia significar a guinada no sentido de uma solução política radical, envolvendo renúncia unilateral de dívidas externas e, possìvelmente, até mesmo o confisco de investimentos estrangeiros no Brasil. Além disso, esta perspectiva servia muito bem à estratégia da esquerda radical, que concentrava sua propaganda na "injustiça" das relações econômicas entre o Brasil e o mundo "capitalista".

A lição dos custos políticos da estabilização não fôra perdida com Jango. Êle alienara, apenas temporàriamente, como pensava, exatamente os grupos dos quais esperava apoio básico — os trabalhadores mais altamente organizados, cujos líderes ostensivos tinham elaborado o seu dispositivo sindical. E também os servidores civis, que acionavam a máquina administrativa e constituíam um elemento importante entre os "de dentro". A histórica aliança de Jango com o PSD fundamentou-se em parte em sua disposição de alimentar êsse estado cartorial. Não foi por mera coincidência que o aumento salarial do funcionalismo civil e militar constituiu uma das causas de fracasso da política de estabilização de San Tiago Dantas. A dificuldade estava em que, embora a maioria dos brasileiros quisesse evitar a hiperinflação, nenhum grupo — o empresariado, os trabalhadores, os funcionários civis ou os oficiais militares — queria começar a estabilização cortando *suas* pretensões particulares. Os acordos San Tiago Dantas-Bell condicionaram novos auxílios e empréstimos à execução, por parte do Brasil, de um vigoroso programa antiinflacionário. Essa exigência levou o Govêrno Jango a um ponto crítico entre seus credores estrangeiros e os grupos de pressão internos, nenhum dos quais disposto a abrir mão de seus interêsses imediatos em benefício de um incerto lucro a longo prazo. Era o problema familiar de quebrar o círculo vicioso da psicologia da inflação.

Em agôsto, novos rumores de uma moratória unilateral a ser aplicada pelos brasileiros provocaram uma violenta advertência do *New York Times,* no sentido de que o Brasil só "mereceria ajuda, quer através de auxílios, quer de uma revisão de seu esquema de pagamento de dívidas externas", depois de "dar provas concretas de estar cumprindo a sua promessa de deter a inflação". Carvalho Pinto respondeu reafirmando seu compromisso de atacar gradativamente a inflação, o que era, disse êle, a única esperança do Brasil de evitar o "desemprêgo e a miséria".[8]

O fracasso da experiência San Tiago Dantas-Furtado pôs em relêvo outro aspecto do agravamento das dificuldades econômicas. A estabilização tinha uma finalidade dupla. Pri-

meiro, era necessária para corrigir os desajustamentos e as tensões sociais que a inflação estava produzindo na economia interna. Segundo, era necessária para conseguir que os credores estrangeiros ajudassem o Brasil a atender à pressão imediata de sua balança de pagamentos. A longo prazo, contudo, a necessidade desesperadora de cambiais só poderia ser atendida aumentando-se e diversificando-se as exportações brasileiras, assim como encontrando-se fontes internas de suprimento para as importações maciças de trigo e petróleo que, em 1962, totalizavam US$ 380 milhões, ou seja, mais de um quarto do valor total das importações no ano. Durante a experiência de janeiro a junho de 1963 pouco tempo houve para se dar início a essas tarefas a longo prazo.[9]

Ensaio Para a Derrota

Após a reforma ministerial de junho, ficou evidente que Jango perdera o interêsse pelos problemas centrais de estabilização e crescimento econômico continuado. Tendo dado um apoio pouco entusiástico a uma política destinada a realizar o desenvolvimento sem inflação, só conseguira realizar a inflação sem o desenvolvimento. Havia outra meta do programa San Tiago Dantas-Furtado anterior à investidura ministerial de ambos e para a qual o presidente voltava agora os seus limitados podêres de concentração: as reformas.

Furtado incluíra no Plano Trienal reformas essenciais tanto por seu papel de remover barreiras institucionais ao futuro desenvolvimento econômico como por sua contribuição à justiça social. As reformas eram de quatro categorias: administrativa, financeira, tributária e agrária. A esta última Jango deu maior atenção. Mesmo assim sua tática foi suicida. Ao invés de usar sua habilidade política para mobilizar os centristas de espírito reformista, preferiu repreender o Congresso por sua oposição pouco esclarecida. Òbviamente, uma medida de tão profundas implicações sociais como a reforma agrária destinava-se a despertar paixões. Os proprietários rurais, por exemplo, tentavam convencer eleitores da classe média nas cidades de que uma emenda constitucional permitindo indenização em títulos, ao invés de em dinheiro, pelas desapropriações de terras seria um atentado a todo o princípio da propriedade privada. Jango podia ter feito muito para angariar apoio partidário para uma emenda constitucional apresentada pelo PSD em julho. Porém, não conseguindo firmar sua própria liderança no PTB desorganizado, permitiu que Brizola e a extrema esquerda ganhassem terreno em seu próprio partido. Isto, por sua vez, levou o PSD a se voltar para a UDN militantemente antijanguista, solapando assim a aliança PSD-PTB, que era a única esperança de Jango de um apoio do legislativo para as reformas. Passava a pregar a reforma inevitável sem qualquer base coerente de apoio político.

Em setembro e outubro ocorreu uma série de crises políticas que aumentaram a inquietação geral. No dia 12 de setembro, várias centenas de sargentos, fuzileiros e soldados da Aeronáutica e da Marinha revoltaram-se em Brasília, tentando assumir o contrôle do govêrno. Conseguiram prender o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do Supremo Tribunal. Os rebeldes, logo dominados, alegaram que o movimento pretendia apenas dramatizar a situação dos sargentos que o Tribunal Eleitoral (com o apoio do Supremo) declarara inelegíveis para cargos eletivos.[10]

A rebelião teve implicações de longo alcance. Em primeiro lugar, deram-se conta apreensivos os parlamentares de quão fàcilmente poderiam ficar isolados em Brasília. Umas poucas centenas de soldados haviam cercado os principais edifícios do govêrno, isolando-os de qualquer comunicação pelo rádio ou por telefone com o resto do país. Uma delegação de parlamentares da UDN, ao chegar para uma sessão matutina, viu-se de maneira inglória impedida por um contingente de praças. Essa experiência impressionou profundamente os parlamentares conservadores, que estavam preparando o *impeachment* de João Goulart. Se uma rebelião de sargentos tão mal coordenada podia ser tão eficiente, que dizer de um golpe militar vibrado de cima?

Em segundo lugar, a rebelião vinha a ser um atentado à disciplina militar, partido de baixo, mais significativo ainda porque os sargentos rebeldes tinham mantido contato com os líderes sindicais radicais de esquerda da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). E o que teve igual importância foi o fato de Jango manter uma atitude neutra, recusando-se a

defender ou atacar os rebeldes. Com isso aumentou a crescente suspeita no seio da oficialidade mais graduada das fôrças armadas para dar o seu próprio golpe contra os processos constitucionais.

Na primeira semana de outubro, uma estranha série de medidas presidenciais aumentou êsse receio e provocou diretamente o rápido avanço da conspiração militar que objetivava a deposição do presidente. No dia 4 de outubro, Jango enviou ao Congresso mensagem solicitando o estado de sítio por 30 dias — os podêres de lei marcial que tinham sido usados entre novembro de 1955 e fevereiro de 1956, e com muito mais freqüência na história da República anterior à guerra. Jango foi forçado a pedir a medida por seus ministros militares, preocupados com a crescente onda de greves e incidentes de violência com motivação política, especialmente no interior. Sentiam-se também ultrajados por uma entrevista concedida pelo Governador Carlos Lacerda a um jornalista americano em fins de setembro. Lacerda chamara seu inimigo de longa data, Jango, de "inepto" e "favorável aos comunistas" e deu a entender que só estava ainda no poder porque os militares hesitavam em depô-lo. Lacerda vinha criticando violentamente o Govêrno Federal desde 1961, mas agora punha em dúvida a coragem das fôrças armadas.[11]

Os ministros militares queriam rápida aprovação do Congresso, a fim de deterem novas demonstrações e protestos. O Congresso, entretanto, mostrou-se obstinado. A princípio, a bancada do PTB na Câmara dos Deputados assegurou apoio unânime; mas em seguida mudou de opinião ao perceber que a esquerda em pêso condenava a medida. Foi como se, de súbito, todos os setores políticos temessem que ela fôsse o objetivo de podêres de exceção que o Executivo exerceria através das fôrças armadas. O brado dos esquerdistas ganhou ressonância por tôda parte, desde os grupos extremistas como a UNE, a CGT e parlamentares nacionalistas como Sérgio Magalhães, e até San Tiago Dantas que, às pressas e muito preocupado, avisou Jango de que os podêres de exceção poderiam se tornar fàcilmente um instrumento de repressão contra as classes trabalhadoras.[12] A UDN denunciou a proposição, à qual também se opuseram o Governador centrista de Minas

Gerais (Magalhães Pinto), o Governador esquerdista de Pernambuco (Miguel Arraes) e os Governadores de São Paulo (Ademar de Barros) e da Guanabara (Carlos Lacerda), adversários militantes de Jango.

Diante dessa posição negativa, os líderes do Congresso recuaram. A 7 de outubro, apenas três dias depois de sua solicitação, Jango retirou a proposta sob o pretexto de "novas circunstâncias" que, disse êle, lhe tinham sido explicadas por seu Ministro da Justiça e pelos três ministros militares. O fato é que mais tensa ficou a situação do que três dias antes. No dia em que Jango enviou a outra mensagem ao Congresso surgiu nova onda de violências (de que resultaram seis mortes) por ocasião de uma manifestação em uma usina de aço em Minas Gerais. As greves prolongadas de bancários em todo o país provocaram repetidas corridas aos bancos, exigindo novas emissões substanciais que só serviram para ativar as chamas da inflação.

A verdade era que Jango mais uma vez perdia a cabeça. Nas lutas de abril e maio pela estabilização êle deixou de apoiar seus ministros da "esquerda positiva". A fluida situação política fizera com que o presidente seguisse daí por diante, por vários meses, uma política de deixar que as coisas acontecessem. Porém a mobilização cada vez maior dos extremistas alarmou os ministros militares, que convenceram Jango a restabelecer o seu prestígio de uma outra maneira. Quiseram convencê-lo a governar em regime de emergência, apoiado antes de mais nada no Exército. O Govêrno resultante poderia ser, na realidade, de caráter antipartidário, perspectiva essa que, sem dúvida, levou a bancada do PTB na Câmara a mudar de opinião em relação à proposta. O Govêrno de emergência, sob estado de sítio significaria inevitàvelmente o fim da nova mobilização, principalmente da esquerda. O Exército, além do seu desejo natural de manter o seu monopólio decrescente sôbre os instrumentos de violência, suspeitava de arregimentação de armas na direita. Na mensagem enviada pelos ministros militares quando Jango retirou a sua solicitação do estado de sítio, êles explicavam que seu pedido original era motivado pela preocupação com o "intenso tráfico de armas levado a efeito por organizações clandestinas em todo o país".[13]

Mais estranha do que a solicitação do estado de sítio foi a tentativa frustrada, levada a efeito ao mesmo tempo, de prender Lacerda. A conspiração, aparentemente saída do palácio presidencial, previa a prisão de Lacerda por um pequeno contingente de pára-quedistas em uma solenidade pública. Não sòmente os soldados chegaram tarde demais (por causa de dificuldades de trânsito) como também o Governador fôra avisado por alguns oficiais que se haviam recusado a tomar parte no complô. Lacerda e os oficiais dissidentes denunciaram imediatamente a trama. A publicidade que o fato provocou, premeditadamente explorado por Lacerda, desviou a atenção do que tinha sido um plano simultâneo para depor Miguel Arraes, o Governador esquerdista de Pernambuco. O objetivo de Jango era remover de um só golpe os dois Governadores que simbolizavam a mobilização da esquerda e da direita, conquistando assim as simpatias para os podêres de emergência, sob um caráter pòliticamente "neutro". Com isso removeria também dois dos principais candidatos às eleições presidenciais de 1965. O plano parecia extremamente semelhante aos preparativos de Getúlio para o golpe de 1937. Contudo, os preparativos em Pernambuco foram ainda mais rudimentares do que os da Guanabara, e o complô inteiro deu em nada.

As tentativas frustradas de Jango poderiam ter passado como pouco mais do que um outro capítulo da história de sua velha rixa com Lacerda. Entretanto, o presidente quis ser decisivo em uma questão de importância fatal. Em novembro, insistiu êle em que fôsse punido disciplinarmente o oficial pára-quedista (Coronel Boaventura Cavalcanti) que se recusara a tomar parte no movimento contra Lacerda e vinha agora denunciando o Govêrno por seus objetivos "subversivos".

As Opções do Presidente

Essa atitude confirmou os receios de muitos oficiais mais graduados do Exército, que antes se haviam negado a engrossar a rêde de conspirações militares visando à derrubada de Jango. No curso dos últimos dez anos havia um pequeno grupo de militares de "linha dura" ansiosos em intervir no

processo político. Só o conseguiram quando a maioria dos oficiais normalmente voltados para a "legalidade" se convenceu de que os processos constitucionais estavam entrando em colapso, com em 1954 e 1955 (mas não em 1961).

Então, em outubro de 1963, um grande número de oficiais mais antigos começou a organizar uma conspiração que êles consideravam "defensiva". Não estavam preparados para levar a efeito uma ação contra o presidente, mas estavam decididos a "deter" e "resistir" a possíveis atentados contra a Constituição, como o fechamento do Congresso. Seu líder era o Chefe do Estado-Maior do Exército, nomeado havia pouco (setembro de 1963), General Castelo Branco — um representante da maioria moderada, contrário aos motivos de Jango, mas sem querer intervir no jôgo democrático enquanto o presidente não fizesse uma tentativa clara de mudar as regras.[14]

Que foi que aproximou os moderados dos oficiais militantes que advogavam um golpe contra Jango desde 1962? Foram os acontecimentos de setembro e outubro, que levantaram a questão da disciplina militar. Em última análise, o pedido de estado de sítio e a prisão frustrada de Lacerda foram fatôres negativos. Enfraqueceram a posição de Jango porque reforçaram a suspeita de que o presidente estava ensaiando soluções antidemocráticas para o impasse político, que só fizera piorar desde a reforma ministerial de junho. Além disso, parecia êle agora disposto a violar a disciplina do Exército. A maioria moderada começou a considerar sèriamente a acusação levantada por seus camaradas mais extremados de que Jango estava se bandeando para a posição esquerdista radical de seu cunhado e iria arrastar o Brasil a uma convulsão social. Se conseguisse neutralizar o Exército, poderia tomar o caminho que quisesse.

Que dizer dos "nacionalistas" no seio da oficialidade? Novamente vinham sendo superados em estratégia e em número. Podiam-se perceber as familiares linhas de batalha desde princípios da década de 50. Em princípios de dezembro, por exemplo, Jango nomeou um esquerdista radical, Almirante Cândido Aragão, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais. A nomeação provocou um protesto público de 26 oficiais de

Marinha conservadores. Os manifestantes logo foram presos, porém essa ação disciplinar não pôde abafar a opinião predominantemente conservadora no seio da oficialidade naval.

Idêntico acontecimento ocorreu em novembro com a remoção do comandante do Segundo Exército (São Paulo), General Peri Bevilacqua, que, a despeito de suas opiniões moderadamente esquerdistas, aliara-se ao Governador Ademar de Barros na adoção de uma atitude severa contra a greve frustrada nas indústrias, tentada sob a liderança da CGT, esquerda radical. Peri foi substituído no comando do Segundo Exército pelo ex-Ministro da Guerra, Kruel, um moderado. Mas persistia a impressão de que Peri Bevilacqua fôra removido por causa da repetida denúncia que fêz contra os líderes da CGT, êstes agora em freqüente contato com o presidente.[15]

Compreendera Jango o preço de seus movimentos frustrados de outubro? Deixara que seus ministros militares perdessem a questão do estado de sítio, apenas para lhes dar uma rasteira dias depois. Como Presidente da República do Brasil devia saber que o equilíbrio de opinião no seio do Exército seria crucial em qualquer pretensão ao poder. No entanto, não deu mostras de compreender que seu dispositivo militar estava se desintegrando. Suas ilusões a êsse respeito eram alimentadas pelo Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, e pelo Chefe de sua Casa Militar, General Assis Brasil, que continuavam a lhe assegurar o apoio das fôrças armadas.

Nenhuma dessas manobras políticas e militares alterara o fato de que o Brasil se encontrava em uma profunda crise financeira para a qual o Govêrno não tinha qualquer política coerente desde a demissão de Furtado e San Tiago Dantas em junho. Em fins de novembro de 1963, Jango concedeu longa entrevista a uma revista, em que pintou a situação financeira com uma curiosa mistura de pessimismo e indiferença. "A inflação", advertiu êle, "ameaça devorar-nos a curto prazo, acompanhada de uma recessão econômica de caráter estrutural. Não tenho a menor dúvida de que o vertiginoso processo inflacionário a que estamos agora submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas". Na

mesma entrevista referiu-se em desespêro à "malfadada deterioração" do comércio exterior do Brasil, sem a qual, explicou êle, "o Brasil já não teria dívida internacional a pagar".[16]

A irritação do Govêrno João Goulart contra a crescente pressão financeira apresentada pelas relações econômicas externas do Brasil transpareceu da atitude independente de Jango por ocasião da reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em São Paulo em novembro de 1963. O principal assunto em pauta foi uma proposta no sentido da criação de um nôvo Comitê Interamericano para coordenar e "multilateralizar" a administração da Aliança para o Progresso. Jango preferiu a organização de uma frente comum latino-americana de política comercial perante as nações desenvolvidas. Seu tom indicava visível falta de interêsse em tentar satisfazer os credores estrangeiros do Brasil.[17]

Em dezembro, Jango tomou uma série de medidas conciliatórias com Brizola, que havia dado início à sua campanha no sentido de levar ao descrédito quaisquer providências que não fôssem as propostas pela esquerda radical. Espalhavam-se boatos de que Brizola estava prestes a substituir Carvalho Pinto, cuja autoridade como Ministro da Fazenda fôra minada profundamente por conselheiros radicais de esquerda que cercavam o presidente. Isso significaria, por fim, uma decisiva guinada no rumo da "esquerda negativa".

Essa guinada era um de três possíveis cursos de ação que Jango poderia ter seguido depois que sua rejeição da "esquerda positiva" se tornou óbvia nos meses que se seguiram à reforma ministerial de junho. O primeiro teria sido lançar a esquerda radical e a direita reacionária uma contra a outra — dramatizando o impasse político no Congresso e apoiando-se em seus próprios dispositivos sindical e militar para conquistar os podêres de exceção que êle queria para governar. Essa parecia a idéia que havia por trás do pedido de estado de sítio ao Congresso em princípios de outubro. Essa opção, porém, continha uma contradição óbvia: nenhum presidente brasileiro, muito menos Jango; poderia voltar-se para uma *combinação* de sindicatos e fôrças armadas, excluindo tôdas as outras fôrças políticas. Os sindicatos eram muito fracos em comparação com os militares, que constituíam a fôrça mais

poderosa no Brasil. Jango estava, portanto, pedindo podêres de exceção que poderiam muito bem ser usados pelos militares para suprimir a estrutura sindical em que êle baseara tôda a sua carreira. Êsse foi sem a menor dúvida o ponto explicado com tanto empenho pelos dirigentes do CGT ao presidente, imediatamente depois do pedido de estado de sítio. Sua inábil retirada do pedido impediu qualquer reconsideração futura dessa linha de estratégia.

O segundo curso de ação teria sido exercer um inócuo papel de administrar sem na realidade governar o país. Isso confirmaria a imagem de Jango como o vice-presidente perpétuo a quem faltava a coragem de seguir uma ativa política própria. Jango poderia ter continuado o seu sistema de ziguezague, neutralizando cada concessão à esquerda radical com uma concessão ao centro. Êste modo de agir, que muitos observadores esperavam de Jango, tornou-se mais difícil devido ao agravamento da situação financeira e da pressão crescente dos extremistas políticos. Por outro lado, não satisfazia as ambições pessoais do presidente. Apesar de tôdas as suas indecisões, João Goulart era dominado por um desejo de entrar na história do Brasil como um líder — um presidente cuja atuação pudesse ser comparada com a de seu mentor, Getúlio Vargas. Mas parecia angustiado pela dúvida de como exercer aquêle papel. Uma resposta poderia ter sido a sua terceira opção possível: uma guinada clara para a esquerda radical. Mas, assim agindo, poderia arriscar-se a perder a liderança das "fôrças populares" em favor de um líder mais dinâmico e de maior talento para enfrentar a violenta luta interna que se seguiria. Brizola era o rival mais óbvio.

Carvalho Pinto, com efeito, exonerou-se em dezembro de 1963, após um premeditado ataque insultuoso de um membro do govêrno, mas Brizola não veio a ser seu substituto.[18] O nôvo Ministro da Fazenda foi Nei Galvão, um político do Rio Grande do Sul sem maior expressão, que servia como diretor do Banco do Brasil. Parecia, portanto, que Jango continuava a manter sua linha de indecisão, conquanto poucos esperassem que Galvão ficasse muito tempo em seu nôvo cargo. Pelo menos, aquela nomeação possibilitava mais

uma tentativa de cultivar a desmantelada coalizão PSD-PTB no Congresso.[19]

Pressão Financeira: Beco Sem Saída

A substituição de Carvalho Pinto pelo burocrata inexpressivo Nei Galvão deixou à mostra a falta de idéias novas de João Goulart nas frentes econômica e financeira. Na verdade, desperdiçara sem realmente tentar o que a esquerda moderada e seus técnicos puderam lhe oferecer. A política San Tiago Dantas-Furtado fôra abandonada por falta de vontade tão logo se tornou um passivo político imediatista. Carvalho Pinto, o sóbrio professor paulista, logo descobriu que o palácio presidencial era uma fonte de apoio com que não podia contar.

Carvalho Pinto tentara adaptar o Plano Trienal à dura realidade política que a crise abril-maio de 1963 tornara evidente. Agora estava claro que, embora fatôres "estruturais" estivessem contribuindo para a elevação de preços, sòmente um firme contrôle do meio circulante poderia deter a subida alarmante do índice de inflação. Deviam ser encontrados meios não inflacionários de cobrir os aumentos salariais e os deficits federais. O "empréstimo compulsório" vinculado ao aumento de 70 por cento de salários de julho de 1963 para o funcionalismo civil e militar foi ineficaz, por exemplo, em face da "evasão" ocorrida na arrecadação. Era necessário um método mais direto de compelir os meios de pagamento.

O pessoal de Carvalho Pinto, dirigido pelo administrador paulista Diogo Gaspar, examinou o problema e propôs um engenhoso esquema nôvo segundo o qual o Banco do Brasil venderia títulos do Tesouro cuja compra seria exigida por bancos particulares que ultrapassassem seus limites de crédito autorizados pelo Govêrno. Alterando o nível de compras compulsórias de bônus do Govêrno, as autoridades fazendárias federais poderiam ao mesmo tempo acorrer ao deficit e controlar a disponibilidade de crédito ao setor privado. Igualmente importante era o fato de poder esta nova política de grande alcance ser instituída pelo Ministro da Fazenda, a SUMOC e o Banco do Brasil, sem exigir qualquer ato do Congresso.

O objetivo existente por trás do plano era segurar as economias privadas, que poderiam, então, ser parcialmente investidas em projetos desenvolvimentistas tidos em alta prioridade pelos diretores do Fundo Nacional de Investimento. Se levado a efeito, o esquema de bônus compulsórios daria ao govêrno federal o contrôle sôbre os investimentos por meio do sistema monetário — algo que o ineficaz sistema de recolhimento tributário jamais poderia tornar possível.[20]

As implicações do nôvo plano, lançado pela Instrução 255 da SUMOC, de outubro de 1963, logo se tornaram claras para os banqueiros particulares, que protestaram imediatamente. Mesmo assim, Carvalho Pinto foi adiante. Os bônus começaram a ser negociados com desconto alto, confirmando as previsões pessimistas dos adversários do plano. O dobre de finados pelo esquema soou quando Carvalho Pinto perdeu seu cargo de Ministro da Fazenda em fins de dezembro. Um dos primeiros atos de seu sucessor foi concordar com a revogação da Instrução 255 de SUMOC, depondo assim a última arma para financiar o moribundo Plano Trienal.[21]

Nos seis meses de sua gestão como Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto também lutara em vão para renegociar a dívida externa do Brasil. Novos prazos por parte dos credores estrangeiros dependiam da prova de êxito da política interna de estabilização. Desde a renúncia de Jânio Quadros, os aspectos interno e externo da deterioração das finanças do Brasil interagiam agravando um ao outro. A missão de San Tiago Dantas a Washington, em março de 1963, pretendia ser o ponto de partida para o que êle esperava fôsse um amplo reescalonamento da dívida externa segundo diretrizes lançadas em junho de 1961, mas nunca executadas por causa da insegurança política que se seguiu à renúncia de Jânio. Ao fim de sua gestão, Carvalho Pinto conseguiu negociar um adiamento para vários empréstimos a curto prazo do FMI e do Tesouro dos Estados Unidos, que deviam ser saldados em setembro e outubro, mas foram simplesmente adiados para 1964, ficando assim uma importância de um bilhão e 928 milhões de dólares a ser liquidada antes de encerrado o ano de 1965. Tão vultosa soma estava longe da capacidade de pagamento do Brasil. Carvalho Pinto pouco mais podia fazer quanto à renegociação do que negar os insistentes boatos de que o Brasil estava prestes a declarar uma moratória unilateral.[22]

Nei Galvão, o nôvo Ministro da Fazenda em dezembro de 1963, encontrou a situação ainda pior do que a que encontrara Carvalho Pinto ao suceder a San Tiago Dantas em junho. A inflação continuava acelerada, com o custo de vida (na Guanabara) elevando-se a 81 por cento em 1963, um índice alarmante comparado com o de 55 por cento de 1962. O deficit orçamentário não podia ser controlado, a cifra de 1963 (504,6 bilhões de cruzeiros, mais de um têrço dos gastos totais) ultrapassando as previsões mais pessimistas.

Movido pelo desespêro, o Govêrno João Goulart voltou-se para contrôles diretos. Em fevereiro e março de 1954 o presidente emitiu decretos criando novos órgãos controladores de preços de gêneros de primeira necessidade como vestuário, calçados e remédios. Os preços dos gêneros alimentícios deviam ser controlados pela SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento). O Ministro da Justiça de Jango, Abelardo Jurema, prometeu processar imediatamente quem quer que violasse as complexas regulamentações que estavam sendo emitidas para o contrôle de aluguéis.[23] Juntamente com a confusão dos contrôles diretos surgiu uma torrente de injunções morais contra os "aproveitadores". Embora o povo fôsse o que mais sofria, sem a menor dúvida, todo mundo era esmagado no torvelinho dos preços e salários em constante elevação. O recurso a contrôles diretos impossíveis de pôr em prática foi uma medida de desespêro que deu ao Govêrno uma ilusão de atividade. Na realidade, o regime de Jango estava quase perdendo os últimos resquícios de contrôle na batalha contra a inflação.

A pressão produzida pelo deficit no balanço de pagamentos continuou também a ser intensa. Em fevereiro de 1964 o Govêrno lançou-se à reforma da tremendamente complexa estrutura da taxa de câmbio.[24] Era, essencialmente, uma simplificação e, conseqüentemente, um movimento na direção da ortodoxia do FMI. Em princípio, tôdas as importações e exportações deviam ser transacionadas ao câmbio livre (cêrca de 1.200 cruzeiros o dólar). Mas as exceções foram importantes. O Banco do Brasil ganhou um monopólio sôbre tôdas as divisas obtidas pelas exportações de café e açúcar, para o que

foi mantida a cotação anterior do dólar a 600 cruzeiros. Isso significou que o "confisco de cambiais", há tanto tempo pôsto em prática em relação ao café, estendera-se também ao açúcar. Na pauta das importações, o trigo, o petróleo e o equipamento para a indústria petrolífera interna deviam contar com um subsídio na base de 620 cruzeiros o dólar. Mais uma vez, o dispendioso subsídio das importações de trigo e petróleo vinha sendo concedido numa base que contribuía expressivamente para o deficit inflacionário federal.

O Govêrno brasileiro falou bravamente, em princípios de 1964, em reformular a dívida externa. As negociações com o FMI foram restabelecidas após uma suspensão durante a gestão de Carvalho Pinto. Conversações com credores europeus foram programadas para março. O otimismo manifestado por Jango em seu discurso de 19 de fevereiro (quando foram anunciadas as reformas cambiais) baseava-se por certo em uma superestimação da importância de uma mudança favorável nas relações de troca em 1963, tendo o café subido ràpidamente de 33 *cents* por libra pêso (para o conhecido como "Nova Iorque-Santos Tipo 4") para 44,8 *cents* a libra-pêso, em janeiro de 1964. O balanço do comércio exterior do Brasil melhorava ràpidamente em 1963, produzindo um acréscimo de aproximadamente US$ 100 milhões, mas o balanço de pagamentos ainda apresentava um quadro sombrio por causa dos pagamentos em atraso de pesados juros e capital.[25]

Jango referiu-se ainda com muita confiança, em seu discurso de 19 de fevereiro, à atitude de investidores japonêses e europeus. O govêrno alemão acabara de anunciar um empréstimo a longo prazo de US$ 50 milhões ao Brasil, e os importadores japonêses de minério de ferro brasileiro tinham oferecido um crédito de US$ 220 milhões contra minério a ser comprado da Vale do Rio Doce, companhia de mineração de propriedade estatal. Mas o fato era que êsses acordos isolados, há muito em negociações, não representavam um súbito alívio da crise dos pagamentos ao Exterior. As perspectivas de reformulação eram, sob qualquer hipótese, as piores possíveis. O Govêrno dos Estados Unidos, que tinha a chave para o refinanciamento da dívida, estava visìvelmente ficando cada vez mais preocupado com os rumos esquerdistas do Govêrno João Goulart. Desde a frustrada solicitação do estado de sítio em outubro de 1963, e especialmente a partir do dia 1.º do Ano Nôvo, o Departamento de Estado, através de sua excepcionalmente bem informada Embaixada no Rio de Janeiro, soube que a conspiração tramada pela oposição contra Jango estava ràpidamente tomando corpo. Com a atmosfera no Brasil tensa daquela forma, o Govêrno americano preferiu entrar em compasso de espera concedendo pequenas negociações a curto prazo, mas sem encorajar as pretensões do Brasil a refinanciamento em grande escala. Se com San Tiago Dantas, um ano atrás, os Estados Unidos se haviam mostrado cautelosos, muito mais o eram agora.[26]

A atitude americana se tornou mais difícil com o malfadado caso da AMFORP. Jango perdera a cabeça sob o ataque nacionalista em 1963, e submetera o debatido assunto do valor das propriedades de AMFORP a uma junta de avaliação recentemente nomeada. Entrementes, o Govêrno americano tomou êsse adiamento como um sinal de má-fé e condicionou qualquer refinanciamento de pagamento em grande escala à solução satisfatória do caso da AMFORP.

A Lei de Remessa de Lucros foi outro pomo de discórdia nas relações do Brasil com seus credores estrangeiros. Em janeiro de 1964, Jango emitiu finalmente a regulamentação que punha em execução a Lei de Remessa de Lucros aprovada pelo Congresso em setembro de 1962. Seu decreto pôs ponto final na questão, que a lei não deixara perfeitamente clara, da definição do capital-base sôbre o qual incidia o cômputo das remessas. Os lucros de reinvestimento deviam ser considerados como "capital nacional", não capital estrangeiro, o que vinha a ser diretamente contrário ao ponto-de-vista muitas vêzes manifestado pelos investidores estrangeiros e pelo Govêrno dos Estados Unidos (o Embaixador norte-americano criticara sem rebuços a lei de 1962).[27]

Em dezembro de 1963 o Govêrno João Goulart tomara outra medida com implicações de longo alcance para os investidores estrangeiros, emitindo um decreto que determinou completa revisão de tôdas as concessões governamentais na indústria de mineração. Ao mesmo tempo, Jango anunciava sua intenção de cancelar tôdas as concessões não exercidas no curso dos últimos vinte anos. Aí estava outro ponto de máximo atrito entre os investidores norte-americanos e os nacio-

nalistas brasileiros. As concessões de minas eram como batata quente na política brasileira por mais de quarenta anos, desde a séria controvérsia aberta em princípios da década de 20 sôbre a concessão frustrada do minério de ferro de Itabira, de Percival Farquhar.

O atual pomo da discórdia era a concessão da São João del Rei (anteriormente nas mãos de um consórcio inglês), agora de posse da Hanna Corporation, uma grande firma norte-americana conhecida por suas inábeis relações públicas e notória insensibilidade para com a dimensão política das operações de mineração a cargo de investidores estrangeiros no Brasil. A infeliz imagem da Hanna foi reforçada pelo fato de ser a firma chefiada pelo ex-Secretário do Tesouro de Eisenhower, o ultraconservador George Humphrey, e por ter mandado ao Brasil como consultores Herbert Hoover Jr. e o filho de John Foster Dulles (J.W.F. Dulles), ambos óbvias *bêtes noires* para os nacionalistas. A inabilidade da Hanna contrastava gritantemente com o notável sucesso de outras firmas norte-americanas, como a Bethlehem Steel, que inteligentemente se associara a uma firma brasileira, Antunes. Esta detinha 51 por cento de propriedade (contra 49 por cento da Bethlehem) na altamente produtiva e rendosa concessão de mineração de manganês (ICOMI) no Território do Amapá, extremo norte do Brasil. A Bethlehem deixara, tanto quanto possível, a delicada questão das relações com o Govêrno brasileiro nas mãos de sua sócia do Brasil. Os brasileiros de cabeça fria mostravam essa e outras concessões estrangeiras de sucesso como prova de não haver, em princípio, dificuldade em relação aos investidores estrangeiros. Mas o decreto de dezembro provocou imediatos rumôres de que a concessão da Hanna estava para ser cancelada.[28]

Nessa como em pràticamente tôdas as outras principais áreas de política econômica, Jango conseguira irritar todo mundo e agradar quase a ninguém. Como Getúlio em 1951-54, Jango estava tentando combinar medidas nacionalistas e ortodoxas. O resultado foi a confusão.

Os nacionalistas, por exemplo, cerram fileiras contra a sua hesitação. Atacaram a reforma cambial de fevereiro (Instrução 263 da SUMOC) como uma quase rendição ao FMI e exigiram o imediato cancelamento da concessão à Hanna, bem

como o confisco das propriedades da AMFORP. Denunciaram as renegociações de dívida iminentes na Europa e exigiram em vez disso uma moratória unilateral.

O centro e os conservadores, por outro lado, juntamente com credores estrangeiros do Brasil, viam apenas Jango cedendo à pressão da esquerda. Adiamento do caso da AMFORP, regulamentação da lei de remessa de lucros, virtual abandono de um programa antiinflacionário coerente — tôdas essas medidas destinadas a aplacar os radicais dos quais Brizola se fazia porta-voz — reforçaram a crença de que Jango estava, consciente ou inconscientemente, perdendo o contrôle da política econômica. Os conspiradores no seio da oposição foram ainda mais longe: tomaram suas atitudes como prova de que o presidente deliberamente promovia o caos econômico a fim de preparar o caminho para o seu próprio golpe "continuísta".[29]

O Jôgo dos Candidatos à Presidência

Em fins de 1963 e comêço de 1964 o conflito político intensificou-se em uma atmosfera carregada de denúncias de golpes e contragolpes. Mas havia muitos políticos importantes que esperavam que Jango fôsse capaz de terminar o seu mandato presidencial. Nenhum era advogado de Jango; e na verdade vários eram seus inimigos figadais. Mas cada um tinha escorado seu futuro político no processo eleitoral, cada um temia que a reviravolta para métodos extralegais viesse a alterar dràsticamente as regras do jôgo democrático. As aspirações pela presidência estavam no ar e os que mais as alimentavam eram, pela lógica de sua posição, naturalmente contrários a um golpe.[30]

O primeiro aspirante de importância à presidência era o eterno candidato Ademar de Barros. Eleito com estreita margem de votos Governador de São Paulo em 1962, êsse populista *demodé* era uma figura anômala em meio à crise política que se agravava. Embora tivesse alicerçado sua carreira em promessas de bem-estar, tendo se tornado Governador pela primeira vez com apoio comunista, em 1947, cerrara fileiras contra a esquerda radical no conflito ideológico desde meados

de 1963. Ademar, por exemplo, adotara uma atitude dura em fins de 1963 em relação à infiltração comunista nos sindicatos operários paulistas e chegara mesmo a incentivar a violência para pôr fim às greves. Suas ambições presidenciais repousavam em seu partido pessoal — o PSP — o qual, por se restringir, antes de mais nada, a São Paulo, não o poderia levar à vitória por maioria absoluta de votos. Em fevereiro de 1964, o PSP realizou sua Convenção Nacional e indicou Ademar para presidente nas eleições (de outubro de 1965) que deviam realizar-se daí a um ano e meio. Seu companheiro de chapa era João Calmon, parlamentar tremendamente anti-Brizola (trocara de partido passando do PSD para o PSP para obter sua indicação) e diretor do império jornalístico de Assis Chateaubriand. Ademar tinha um núcleo muito reduzido de apoio político. Como Governador de São Paulo podia contar com a polícia estadual mais bem equipada e treinada do Brasil. No caso de uma luta armada, contudo, esta teria de enfrentar o Segundo Exército, muito maior e muito mais bem equipado, sediado em São Paulo e comandado pelo General Kruel, amigo íntimo de Jango.

O segundo aspirante à presidência era Juscelino Kubitschek, que já se preparava para as eleições de 1965 mesmo antes de deixar o cargo em 1961. O PSD, também sentindo a necessidade de galvanizar sua fé na continuação de uma política aberta no Brasil, realizou sua convenção em março, indicando, sem surprêsa para ninguém, Juscelino. Tendo dado êsse passo em seu plano longamente amadurecido de retôrno ao poder, Juscelino estava agora tentando desesperadamente preservar a aliança com o PTB, que anteriormente lhe assegurara a presidência da República. Temia que o namôro de Jango com a esquerda radical pudesse abrir um cisma permanente na aliança PSD-PTB. E o que era mais importante, receava que a inépcia do presidente pudesse levar o país ao caos financeiro e à guerra civil. Juscelino procurou, pois, agir como elemento moderador sôbre Jango, enquanto instava ao mesmo tempo para que o PSD fôsse mais receptivo às reivindicações de "reformas de base" do presidente. A esperança de Juscelino de voltar ao poder dependia de permanecer Jango compromissado com o que a esquerda radical rotulava desdenhosamente de "política de conciliação". Juscelino era por essa

época senador, e portanto não tinha nenhum contrôle sôbre as fôrças armadas no caso de se chegar a vias de fato.[31]

O terceiro aspirante à presidência era Carlos Lacerda. Sua posição mais difícil. Fôra um destacado defensor do golpe em 1950, 1954 e 1955, quando suas ambições políticas dependiam de intervenção militar. Por volta de 1961, contudo, Lacerda acreditava que sua carreira ia decidir-se na arena eleitoral. Fôra deputado federal, mas sua eleição para o Govêrno da Guanabara em 1960 lhe facultara uma nova base de onde lançar uma cabeça-de-ponte para sua indicação a presidente. Depois de ser por muito tempo um brilhante jornalista afeito a polêmicas no campo da política, Lacerda mostrava-se agora um hábil administrador. À medida que Jango mais se inclinava para a esquerda radical, ganhava fôrça a campanha de Lacerda pela indicação de seu nome à presidência pela UDN. Muitos eleitores centristas, amargamente desapontados com o fiasco de Jânio Quadros, deixavam-se agora atrair pelo antigetulismo intransigente de Lacerda. Excursões políticas por todo o território nacional em fins de 1963 e princípios de 1964 mostraram que os seguidores de Lacerda estavam aumentando de número não sòmente entre os apreensivos proprietários de terras no interior. Nada podia ser melhor para êle do que a continuação do govêrno de Jango, pois a falta de um programa antiinflacionário e o namôro com a esquerda radical faziam os eleitores do centro pender para o lado de Lacerda. A convenção da UDN foi marcada para abril e o nome de Lacerda era o mais provável para indicação como candidato à presidência da República.[32]

Outros dois fatôres colocavam Lacerda em posição ainda menos favorável a um golpe. O primeiro era a sua rivalidade com outros líderes dentro da UDN. Em princípios de 1964, Bilac Pinto, por exemplo, pregava abertamente "medidas extraordinárias" para conter a "guerra revolucionária" que, alegava êle, Jango já havia declarado.[33] Mas, se houvesse um golpe contra Jango, que seria das aspirações presidenciais de Lacerda? Poderia muito bem não haver eleições. Além disso, Lacerda estava muito exposto se tivesse que passar por uma prova de fôrça com o Govêrno Federal na Guanabara. Contava apenas com um pequeno contingente policial, que havia sido esvaziado com as transferências em massa para a polícia

federal em fins de 1963. Estando aquartelado no Rio o Primeiro Exército, as fôrças de Lacerda poderiam ser fàcilmente esmagadas em uma guerra civil.

O quarto político com as vistas voltadas para a presidência nas eleições de 1965 era o Governador mineiro, Magalhães Pinto, o rival-mor de Lacerda para a indicação da UDN. Próspero banqueiro, Magalhães Pinto estava cultivando ativamente a centro-esquerda. Até fevereiro de 1964 procurou uma "saída para a esquerda", sendo importante contato nos esforços de San Tiago Dantas para organizar uma frente única em princípios de 1964. Magalhães Pinto constituíra-se no principal porta-voz da ala liberal da UDN, mas perdera terreno para Lacerda no seio do partido. Seu rival conseguira maior apoio das facções locais e estaduais da UDN. Mesmo assim, alimentava esperanças de melhorar sua posição e por isso tinha razões pessoais para querer a continuação do jôgo democrático. Ao contrário de Lacerda, Magalhães Pinto comandava uma grande fôrça estadual de polícia, o que o colocava em uma posição forte na hipótese de vir a mudar de idéia quanto a um conflito armado. Na realidade, em Minas a fôrça estadual era maior do que a federal, esta apenas constituída de parte do Primeiro Exército.[34]

O quinto aspirante à presidência era o Governador esquerdista Miguel Arraes, de Pernambuco.[35] Sendo Jango e Brizola inelegíveis para as eleições presidenciais de 1965, era Arraes o principal candidato na ala esquerda. Fato que não acontecia com Brizola, Arraes surgia preparado para o longo processo de organizar o eleitorado em âmbito nacional, dentro das diretrizes que se tinham revelado eficientes na experiência de Pernambuco. Tais esforços podiam resultar infrutíferos em 1965, mas Arraes esperava que o tempo fôsse seu aliado. O que êle mais temia era que alguma imprudência de Jango pudesse provocar um golpe que anulasse irremediàvelmente os esforços para a organização do eleitorado de esquerda. Além disso, receava êle com razão que Jango desse o seu próprio "golpe preventivo", removendo governadores destacados tanto da direita quanto da esquerda. Em outubro de 1963, por ocasião da tentativa frustrada de prender Lacerda, tropas do Quarto Exército, no Recife, ocuparam o coração da cidade e cercaram o palácio governamental, numa operação

que o General Justino Alves Bastos, comandante das fôrças, chamou de "manobras".

Houve um incidente ainda mais estranho em fevereiro de 1964, quando os empregadores de Recife levaram a efeito um *lockout* que o Govêrno Federal aparentemente endossou (não foram enviadas tropas), com isso contribuindo para prolongar um sério conflito entre os latifundiários tradicionalmente poderosos, aliados agora a elementos do comércio, contra o Govêrno de Arraes. Êste seria muito vulnerável num teste de fôrça com o Govêrno Federal, uma vez que Pernambuco (como os outros Estados nortistas) não tinha virtualmente uma polícia estadual que pudesse enfrentar o Quarto Exército. A situação de Arraes era tensa entre seus inimigos declarados da direita e seus competidores da esquerda. Seu futuro dependeria apenas do processo eleitoral. Não tinha tropas para uma revolta só sua, e possuía motivos para acreditar que um golpe, de direita como de esquerda, a primeira coisa que faria seria removê-lo.[36]

Dêsses cinco políticos de nomeada, três acabaram por se tornar conspiradores. Os outros dois foram vítimas da repressão que acompanhou e se seguiu à deposição de Jango.

A Esquerda Dividida e Superconfiante

Desde fins de 1961, Jango enfocou sua mensagem política na necessidade de "reformas de base". Uma ação nessa área poderia atrair apoio simultâneo do centro e da esquerda enquanto as questões permanecessem vagas. Diante da dura realidade, contudo, a ação decisiva se tornou extremamente difícil. A indecisão de Jango e a ineficaz liderança em 1963 deixaram o centro e a esquerda moderada desmoralizados e desacreditados aos olhos dos anti-reformistas da direita.

Tendo seguido uma política de flutuação em fins de 1963, Jango adotou uma atitude mais impulsiva quando começou o ano de 1964. Em seu discurso de Ano Nôvo atribuiu a crise econômica do Brasil a políticos obstinados que se recusavam a colaborar nas reformas sociais fundamentais, únicas capazes de salvar o processo constitucional.[37] A tônica foi ainda a reforma agrária, de permeio com uma atitude mais agressiva

para com o capital estrangeiro. Ao assinar finalmente, em janeiro de 1964, o decreto regulamentando a lei restritiva de remessa de lucros, aprovada em setembro de 1962, Jango estava remexendo numa questão que era a pedra de toque para a esquerda radical. Quanto mais recorria à teoria da exploração estrangeira como explicação da crise econômica do Brasil, entretanto, mais irremediàvelmente voltava o presidente as costas para a esquerda moderada e o centro. Havia esperança de apoio do centro, desde que Jango não fôsse, em sua marcha para a esquerda, além da posição reformista de San Tiago Dantas e Furtado. Jamais poderia contar com o centro, se adotasse a posição de Brizola.[38] Na verdade, a essência do nacionalismo radical de Brizola era um repúdio a qualquer reforma dentro da estrutura existente.

A idéia de que Jango "se voltava para" Brizola, como os inimigos do presidente diziam que estava para acontecer, mostrou como a retórica podia simplificar ao máximo a situação real. O dilema político de Jango era muito mais cruel. Não havia alternativa definida para a esquerda dos moderados, alijados em junho de 1963. Em vez disso, o que havia era uma estonteante variedade de grupos improvisados, mal disciplinados, superconfiantes, dominados por políticos amadores. Jornalistas políticos do Brasil falavam das "esquerdas" e não da "esquerda".[39] À medida que prosseguia o Govêrno João Goulart, as "esquerdas" cresciam cada vez mais convencidas de que a desorganização da tradicional elite política estava abrindo o caminho para mudanças radicais na estrutura política do Brasil. No auge de seu exagêro de confiança, as esquerdas não viam que estavam ainda mais sèriamente divididas do que seus inimigos.[40]

Um fator que complicava os cálculos de tôdas as facções da esquerda era a atitude de Jango. Tornara-se êle presidente por um êrro de cálculo de seu predecessor. Em 1963 — o primeiro ano em que Jango desfrutou de plenos podêres — o presidente adotou e logo pôs de lado as políticas da esquerda moderada. Agora a pressão da crise financeira e o impasse político pareciam levá-lo para a esquerda mais avançada. Concluíram os radicais que uma inesperada reviravolta de acontecimento poderia colocar o presidente em suas mãos. Deixaram-se também levar pela crença de que tal contingência era

o resultado inevitável de seus esforços. Muito ao contrário, a tendência era o resultado da busca frustrada e erradamente prevista do próprio Jango, de um papel heróico, favorecida pela desmoralização e confusão temporárias das fôrças centristas entre os militares e a classe média.

Quem eram os grupos e os líderes da esquerda radical? Pode-se começar recapitulando o esfôrço desesperado de San Tiago Dantas, iniciado em dezembro de 1963, para evitar uma irremediável cisão no seio da esquerda fragmentada. A gestão frustrada de San Tiago Dantas como Ministro da Fazenda tornara penosamente clara a falta de uma base política mobilizável para a esquerda moderada. Depois de sua exoneração em junho de 1963, San Tiago Dantas ficou cada vez mais preocupado com a crescente influência dos radicais.

Sem dar atenção à doença mortal que o minava, lutou ardentemente para construir uma frente única na esquerda. Seu plano era manter o domínio dos moderados no contrôle dos radicais através de uma coalizão. Com liberdade para agirem por conta própria, os esquerdistas radicais como os líderes comunistas do CGT poderiam conseguir levar Jango a superestimar sua fôrça política real. Uma vez domados, entretanto, por uma frente popular, poderiam os moderados ter condições de manter o predomínio. San Tiago Dantas propôs, assim, uma frente única que incluísse tudo, desde o Partido Comunista Brasileiro ao PSD. Com sua paciente negociação, esperava lançar uma ponte sôbre o abismo que se abria entre a esquerda positiva, que êle representara no poder um ano antes, e os nacionalistas radicais que agora estavam querendo sangue. Como membro renegado da elite política, San Tiago não esquecera as questões de fôrça. Sabia que os conspiradores de direita é que mais se beneficiavam com o crescente impasse político, porque podiam, em qualquer prova final, contar com o apoio militar.[41]

A proposta esbarrou com uma hostilidade quase geral entre os grupos aos quais fôra apresentada. Um dos poucos a vê-la favoràvelmente, embora com reservas, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB).[42] Êste partido de linha russa, ainda dirigido pelo venerável Luís Carlos Prestes, aceitou a proposta no sentido de sua reintegração na legalidade — medida que San Tiago Dantas acreditava viesse a isolar o PCB, redu-

zindo com isso sua eficácia como fôrça desagregadora. O PCB era de fato uma voz de prudência em comparação com os radicais intransigentes que condenavam as "políticas de conciliação" simbolizadas pela posição de San Tiago Dantas. Mas Prestes se lembrava do desastre de 1935 e tinha experiência bistante, como estudioso da realidade política brasileira, para não superestimar o potencial revolucionário de 1964. O govêrno "democrático e nacionalista" que êle procurava em nome do PCB representaria uma fase de continuada cooperação com os políticos "burgueses".[43] O que mais o preocupava era o perigo de que as táticas imprudentes dos amadores de esquerda pudessem provocar um teste prematuro de fôrças que a esquerda estaria fadada a perder. Prestes estava, contudo, longe de ser a figura dominante no seio da esquerda radical. A geração mais niva de radicais o exonerara como o persistente mas cansado manipulador burocrático de uma máquina obsoleta, comparável em mentalidade com a elite "fracassada" do centro e da direita.[44]

No seio da geração mais velha, a prudência de Prestes levantara a oposição de um grupo de antigos líderes do PCB, como João Amazonas e Maurício Grabois, que se afastaram para formar uma facção dissidente, de linha chinesa, o Partido Comunista do Brasil em 1962. Rejeitaram descontentes a frente única de San Tiago Dantas, apregoando, ao invés, a organização revolucionária dos camponeses. O PC do B era muito pequeno, contando apenas algumas centenas de membros. Tinha sôbre os ombros o pêso de uma posição rìgidamente dogmática e conseguira obter adeptos não importantes entre as organizações sindicais e estudantis, os centros de organização esquerdista radical.[45]

A fôrça mais expressiva da esquerda era também a mais nova e a menos experimentada. Era tôda uma gama heterogênea de organizações militantes, muitas vêzes descritas como a esquerda "jacobina" ou "fidelista". Êsses grupos freqüentemente usavam a linguagem do marxismo, mas estavam longe de aceitar a disciplina do PCB ou do PC do B. Eram nacionalistas militantes, concentrando suas baterias contra os Estados Unidos como principal agente do "imperialismo" no Brasil. Tinham do Brasil uma visão românticamente revolucionária; sua atenção se concentrava no que imaginava ser a luta imediata pelo poder.[46]

O que tornava êsses militantes "jacobinos" diferentes e importantes era seu esfôrço de mobilização popular. Grupos como a Ação Popular (AP), o movimento católico estudantil, haviam conseguido assumir o contrôle dos programas de alfabetização em massa, lançados pelo Ministério da Educação. A Ação Popular surgira da Juventude Universitária Católica (JUC) e era a representante jovem, militante, da ala progressista, consciente do problema social, da Igreja Católica, formando um dos elementos mais imprevisíveis e de mais rápido crescimento no seio da esquerda radical independente. De sua liderança fazia parte uma minoria de comunistas que competiam com os independentes pelo contrôle da AP.[47]

Outra organização estudantil de esquerda radical era a União Nacional dos Estudantes. Êste grupo era um produto da estrutura corporativista proporcionada ao Brasil de após-guerra pelo Estado Nôvo de Getúlio Vargas. A UNE era financiada por uma subvenção do Ministério da Educação e beneficiava-se também de boa renda proveniente de fundos não-oficiais da Petrobrás e do próprio gabinete presidencial de Jango. Desde a década de 50 a UNE vinha sendo infiltrada pelos comunistas, que agora competiam com os membros da AP pelo contrôle do mecanismo da organização. Em princípios de 1964, a UNE, como entidade isolada, era mais burocratizada do que a Ação Popular.[48]

Em outras áreas da esquerda "jacobina" havia grupos sindicais como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e o PUA (Pacto de Unidade e Ação), mais eficientes no papel do que na prática. O CGT era dirigido por vários comunistas conhecidos, como Oswaldo Pacheco (que fôra membro do PCB no Congresso, eleito em dezembro de 1945). Êsses líderes trabalhistas, cujos salários vinham diretamente do Ministério do Trabalho sob a estrutura sindical corporativista criada por Vargas, conquistaram influência junto a Jango durante a luta anterior de seu Govêrno, promovendo greves por ocasião da crise ministerial de julho de 1962 e da crise do plebiscito em setembro daquele mesmo ano. Ajudaram a dissuadir Jango do estado de sítio em outubro de 1963. Em princípios de 1964 pareciam convencidos de que tinham sob seu

comando uma máquina sindical capaz de proporcionar a base para um regime sindicalista. Por isso não acolheram a proposta de San Tiago Dantas no sentido de uma frente única, acreditando que seu acesso direto ao presidente tornava desnecessários tais estratagemas políticos.[49]

Na zona rural havia sinais de que o Brasil podia estar finalmente experimentando o movimento de protesto que o seu arcaico sistema agrário, especialmente no nordeste, parecia tornar invitável. As Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião, eram o melhor exemplo conhecido. No comêço de 1964, contudo, Julião desaparecera virtualmente de circulação, atraído pelos prazeres do Rio de Janeiro e de Brasília, e seus adeptos foram suplantados por outros movimentos mais novos. A legislação autorizando sindicatos rurais, em 1963, revelara-se de grande estímulo para os movimentos de organização que coincidiram com espontâneas invasões camponesas de terras nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como no nordeste. Os organizadores rurais estavam além do alcance dos esforços de San Tiago Dantas pela frente única, a não ser por intermédio da Igreja, cujos padres no nordeste competiam com Julião e o PCB na organização dos sindicatos rurais que ganhariam reconhecimento oficial por parte do Govêrno Federal.

Havia, finalmente, as figuras independentes da esquerda: Brizola e Arraes. Na opinião de Jango, Brizola era o mais perigoso.[50] Sua carreira era uma história de triunfos eleitorais que culminaram com sua eleição para deputado federal pela Guanabara (apesar do fato de ser êle gaúcho) com um total de 269.000 votos, resultado que batia um recorde. Brizola possuía o que só um outro político de âmbito nacional, Jânio Quadros, podia proclamar: uma presença eletrizante em campanha política. Traduzia a retórica do nacionalismo radical para a linguagem das ruas. Arrogante e grosseiro, era dado a lutas corporais com seus inimigos políticos no recinto do Congresso ou em salas de espera de aeroporto, tendo a coragem estimulada pela presença de vários guarda-costas armados. Êste lado rudemente viril de Brizola aumentou as simpatias das classes mais baixas por êle e ao mesmo tempo afastou a classe média e a "respeitável" elite política. Em suma, Brizola era o mais dinâmico populista da ala esquerda.[51]

Era também uma figura isolada na esquerda. Rixento e autoritário, Brizola não tinha condições para aspirar assumir a liderança da esquerda; podia, no máximo, aspirar a tomá-la. Esquerdistas radicais, como os congressistas Sérgio Magalhães e Marco Antônio, que pensavam em têrmos de cuidadosos esforços de organização a longo prazo, temiam que a ambição desmedida de Brizola pusesse em risco o futuro de tôda a esquerda. Êles, juntamente com muitos outros esquerdistas pessoalmente honestos, também desdenhavam a vida privada ostensivamente luxuosa de Brizola. Para muitos da esquerda "jacobina", Brizola inspirava mêdo, mas não respeito.

Em 1963 Brizola tentou institucionalizar seus adeptos. Obteve o contrôle de uma cadeia de estações de rádio (Mayrink Veiga) e começou a organizar células políticas armadas que denominou "grupo dos onze". Em princípios de 1964 lançou seu próprio semanário, o *Panfleto*, que foi engrossar o número dos diários e semanários de esquerda.[52] Fortalecido pelo rádio e pelo periódico de sua propriedade, Brizola tinha um público maior para os seus apelos insistentes em favor de medidas radicais (moratória da dívida externa, Assembléia Constituinte em vez do Congresso) junto ao seu cunhado presidente. Ao mesmo tempo, podia transmitir instruções e exortações aos "grupos dos onze", que *Panfleto* garantia haver de alcançar a anunciada meta de 100.000 em junho.[53] Essas tentativas de organizar sua própria máquina refletiam a idéia de Brizola de que, como San Tiago Dantas, não podia confiar no presidente, que não haveria de adotar, por certo, a sua política. O fato de não ter obtido o Ministério da Fazenda quando Carvalho Pinto saiu, em dezembro de 1963, aborreceu Brizola e o convenceu de que devia redobrar seus esforços a fim de mobilizar a pressão popular sôbre o govêrno, o que então parecia a única maneira de abrir caminho rumo aos mais altos círculos do Executivo.[54]

Como era de esperar, Brizola não tinha mais do que desprêzo por San Tiago Dantas e seus esforços no sentido de organizar uma coalizão. San Tiago Dantas simbolizava para Brizola tudo o que devia ser destruído se êste quisesse emergir vitorioso da luta pelo poder na esquerda. Tendo contribuído para impedir a experiência San Tiago Dantas-Furtado

de janeiro-junho de 1963, Brizola agora ridicularizava San Tiago Dantas como um "entreguista" interesseiro. O *Panfleto* condenou a frente única e desencadeou tremenda campanha acusando San Tiago Dantas de se beneficiar pessoalmente de acôrdos de excedentes de trigo assinados com os Estados Unidos durante sua gestão no Ministério.[55] San Tiago Dantas respondeu com um processo por calúnia.

O outro esquerdista independente de projeção nacional era Miguel Arraes, que tinha sido o primeiro político populista a conseguir uma governança no nordeste. Venceu em 1962, em uma campanha que mobilizou o eleitorado trabalhador do Recife, juntamente com os trabalhadores da zona rural nas plantações de cana da faixa litorânea. Arraes, como já fizemos ver, estava profundamente interessado na continuação do processo democrático. Em seu primeiro ano de govèrno, consolidara expressivamente seu prestígio político liderando os trabalhadores agrícolas do litoral (que acabavam de se organizar sob a legislação sindical rural aprovada pelo Congresso em 1963) em sua reivindicação de melhores salários, para diminuir a diferença entre a sua renda e a dos trabalhadores urbanos que gozavam de proteção da lei de salário-mínimo.[56]

Arraes, entretanto, estava mais isolado na esquerda do que Brizola. Apesar de seu brilhante êxito em Pernambuco, aos olhos de todos não passava de um nordestino provinciano cujo estilo político parecia fora de moda no mundo industrializado do centro-sul do Brasil. Conquanto tivesse conquistado a simpatia e a admiração de alguns intelectuais nacionalistas de esquerda no Rio de Janeiro, seu pequeno prestígio dentro do PTB era suplantado pelo de Jango e Brizola, que se elevavam no centro da política nacional. O efetivo de fôrça de Arraes veio a ser neutralizado em princípios de 1964 pelo conluio de Jango com o *lockout* deflagrado em Pernambuco pelos proprietários de terras e a classe comercial. Em suma, o estilo honesto, democrático, de Arraes não tinha condições de satisfazer o mau humor dos radicais da esquerda, que gostavam de sua linguagem, mas o consideravam cauteloso demais.

Dessa forma, a esquerda radical estava profundamente cindida. Falar em infiltração "comunista" para explicar a vitalidade nova da esquerda seria fugir à realidade dos fatos. O

PCB estava abalado pelos acontecimentos de princípios de 1964, temeroso do estardalharço dos brizolistas, e pronto a cooperar com os políticos "burgueses". O PC do B, de linha chinesa, tinha influência inexpressiva. A verdadeira fôrça na esquerda vinha dos "jacobinos". Algumas de suas organizações (UNE, AP, os sindicatos industriais) eram infiltradas de elementos do PCB, mas o próprio PCB mal podia ter-se em conta de organização bem disciplinada. Estaria Oswaldo Pacheco, por exemplo, seguindo as instruções de Prestes, quando insistia junto a Jango com seus propósitos sindicalistas? Brizola, por outro lado, apregoava abertamente que sabia muito bem como lograr os comunistas na luta pelo poder, que se aproximava.

Os românticos jacobinos da esquerda eram divididos entre suas visões de uma vasta mobilização popular em apoio de uma política nacionalista radical, e sua esperança de que tal política viesse a brotar miraculosamene de cima para baixo, isto é, que Jango transformasse o regime "reformista, burguês", em um instrumento de reforma radical. Empenhados em esforços no sentido de ampla mobilização das "fôrças populares", estavam ao mesmo tempo tentados a acreditar que Jango viesse a poupar-lhes o trabalho de mobilização, impondo suas diretrizes de cima para baixo.

Nesta confusão de manobras e contra-ataques no seio da esquerda, os esforços de San Tiago Dantas estavam fadados ao fracasso. Qualquer plano para "domar" os jacobinos era inútil, porquanto os elementos moderados, como a esquerda "positiva", estavam procurando unidade em sua própria fraqueza. Foi o mesmo motivo que levou o PCB de Prestes a apoiar a idéia de uma frente única. Porém os nacionalistas radicais tinham pouco tempo para pensar em unidade, porque estavam ficando cada vez mais convencidos de que haveriam de ganhar muito mais com o iminente colapso da política democrática.

O infeliz Jango, à mercê da corrente que o impelia para a esquerda, apegou-se à tática em que por tanto tempo confiava: lançar um grupo contra o outro. Agora a sua tática era aplicada a manobras *dentro* da esquerda. Em dezembro, alimentou as esperanças de Brizola de ser Ministro da Fazenda e nomeou Nei Galvão. Em fevereiro, colaborou com

os conservadores locais e o Quarto Exército em seus esforços para intimidar Arraes em Pernambuco, e depois recuou. A nebulosa política de Jango com as "esquerdas" era uma caricatura do estilo maquiavélico de seu mentor, Getúlio Vargas. Enquanto Getúlio tinha o instinto de reter aliados potenciais em todos os seus golpes de mestre, Jango reduzia cada vez mais a margem de apoio ao se atirar na areia movediça do impasse político que se agravava. O seu destino agora estava ligado ao seu êxito com a esquerda, de vez que êle já havia (em princípios de outubro de 1963) experimentado e depois afastado a idéia de um regime de exceção "não-político", subscrito pelos militares. Aquêle pedido de estado de sítio, combatido na época veementemente por tôdas as "esquerdas", reforçou as suspeitas destas quanto aos propósitos últimos de Jango. Apesar de seu candente otimismo, portanto, as "esquerdas" tinham seus motivos para não confiar no presidente, que era agora alvo de uma ativa conspiração de direita.

Destino de Jango; Sexta-Feira, 13

É neste ponto que devemos concentrar a atenção na personalidade e nos motivos do próprio João Goulart. Todos concordavam em que o presidente era uma figura enigmática. "Uma verdadeira esfinge", dizia mais tarde a seu respeito seu Ministro da Justiça. Como Jânio Quadros, era êle afligido por complexos que destorciam seu discernimento político. Seu senso de autoconfiança sofreu nôvo golpe em julho de 1963, quando sua mãe faleceu. Amigos seus informaram que ela exercia sôbre o filho uma poderosa influência moderadora, e o prevenira especialmente das maquinações de seu cunhado "ateu", Brizola. Era sempre o substituto. Duas vêzes vice-presidente, Jango nunca soubera como se conduzir na presidência. Bafejado pela sombra do gênio político que antes o conduzira, Jango agora via os acontecimentos o dominarem.

Se o presidente chegou a sentir sua falta de base política, jamais tirou as conclusões óbvias. Não fêz esforços sérios para reorganizar a estrutura do partido. Depois da experiência San Tiago Dantas-Furtado em 1963, êle exerceu o papel de um intermediário, desvencilhando-se manhosamente dos grupos rivais de dentro e de fora do partido desorganizado. Sua atitude em relação à estrutura da política brasileira sempre foi essencialmente passiva. Mas o tempo ia passando nesta política de ziguezague. A impaciência da extrema esquerda, as decepções no seio da esquerda moderada, o alarme do centro, a conspiração da direita — tudo se misturava no caldeirão político em efervescência.

A confusa situação veio a complicar-se ainda mais com as correntes em conflito dentro do palácio presidencial. Seu círculo de consultores contava com políticos relativamente ortodoxos como o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema — membro do PSD e ex-líder da Maioria na Câmara dos Deputados durante o Govêrno Kubitschek — que advogava a continuação do diálogo com o centro. Havia também líderes sindicais como Oswaldo Pacheco, Dante Pelacani e Hércules Correia, que viviam insistindo com o presidente para que apresentasse um ultimato ao Congresso exigindo aprovação de reformas esquerdistas radicais, com a ameaça de greves em massa. Êsses líderes comandavam uma hierarquia sindical apoiada pelo Govêrno, com um poder de mobilizar o apoio das massas, que não era essencialmente submetido a qualquer prova. Mesmo assim inebriavam-se com sua própria retórica sôbre mobilização de massas. Jango era particularmente suscetível a seus argumentos porque êles manobravam o movimento sindical no qual viera a confiar como um reflexo histórico.[57]

Também influentes no círculo presidencial eram o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, e o Chefe da Casa Civil, General Assis Brasil.[58] Ambos deram provas de não se impressionar com os repetidos avisos de que aumentava a conpiração militar contra o presidente. O Ministro Dantas Ribeiro não podia acreditar que oficiais centristas como Castelo Branco fugissem ao papel tradicional de neutralidade política, apesar das advertências do próprio Castelo Branco. E o Ministro da Guerra confiava na amizade de longa data entre Jango e o General Kruel, comandante do Segundo Exército (São Paulo) e predecessor de Jair Dantas Ribeiro como Ministro da Guerra, capaz de assegurar a lealdade daquele comando-chave.[59] Assis Brasil foi ainda mais

longe, alimentando a ilusão de Jango de que desfrutava de excelente margem de apoio entre a oficialidade. O presidente devia ter notado que a fraqueza de Assis Brasil pelo álcool o tornava um informante pouco digno de confiança, bem como alguém que inspirava menos do que respeito geral entre seus camaradas oficiais.[60]

Entre os eventuais porém influentes conselheiros de Jango contava-se Samuel Wainer, diretor do jornal *Última Hora*, favorável ao govêrno. Wainer incentivou o namôro de Jango com a idéia de podêres de emergência como uma escapatória para a crise política. Finalmente, o presidente veio a confiar muito no conselho de dois ambiciosos políticos amadores. Um foi Raul Riff, chefe do Serviço de Imprensa do gabinete presidencial; o outro foi Darci Ribeiro, Chefe da Casa Civil, anteriormente antropólogo e reitor da Universidade de Brasília, que deixara o ensino superior pelo palácio presidencial. Ambos possuíam grande soma de autoridade e pressionavam o presidente para que tomasse medidas radicais.[61]

Os conselheiros radicais em tôrno de Jango vinham há muito tempo procurando convencê-lo de que suas meias medidas conciliatórias eram a fonte de suas dificuldades políticas. Suas opiniões seguiam estas linhas: todos os grandes problemas econômicos do Brasil — balanço de pagamentos, inflação, escassa produção agrícola — eram sintomas relacionados com a "espoliação" do Brasil por inimigos internos e externos aliados. O Brasil era a vítima das "fôrças ocultas" que Getúlio denunciara em sua carta de suicida de agôsto de 1954 e às quais Jânio Quadros aludira em seu ofício de renúncia, de agôsto de 1961. Os esforços no sentido de conciliar êsses inimigos só poderiam enfraquecer a posição do govêrno. A única saída de Jango, por conseguinte, seria tomar uma atitude inequívoca. Devia congregar as "fôrças populares", uma maioria de brasileiros, contra a elite egoísta que tinha tanta prática em manobrar a política democrática. Jango só poderia esperar reconquistar o desenvolvimento econômico e realizar a reforma social de base no Brasil, levantando a maioria latente. A reforma estrutural era impossível sem a reforma constitucional. Mas se a oposição não votasse a primeira, como poderia votar a segunda, um assunto muito mais sério? Que esperança havia de que o Congresso emendaria a Constituição para conceder o voto aos analfabetos (com isso beneficiando antes de mais nada os pobres da zona agrária), quando não chegavam sequer a examinar a reforma agrária? O Congresso devia, portanto, ser intimidado ou deixado de lado.

A "explicação" esquerdista radical logo veio confortar intensamente o presidente atormentado. Cada nôvo sintoma de caos econômico e intransigência política fortalecia as mãos dos que aseguravam a Jango que tudo o que lhe fazia falta era um esquema para novas diretrizes de ação política. Acabaram por convencê-lo a decidir-se pela estratégia dêles.

O presidente devia comparecer a uma série de comícios-monstros nas principais cidades a fim de mobilizar o que os radicais lhe asseguravam como uma esmagadora maioria em favor das "reformas de base". Ao mesmo tempo que demonstrasse êsse apoio maciço, Jango começaria a realizar reformas por decreto. A idéia era passar por cima do Congresso lançando mão de podêres executivos que, diziam os conselheiros de Jango, êste devia vir ainda a explorar. Quando a oposição no Congresso protestasse, o presidente poderia recorrer a plebiscitos para demonstrar o apoio popular com que contava. Essa nova fase da presidência deveria começar numa sexta-feira, 13 de março, no Rio de Janeiro, o reduto do inimigo tradicional de Jango, Carlos Lacerda.

Os conselheiros radicais do presidente planejaram um comício-monstro a ser realizado naquele dia na Praça da República.[62] Os preparativos indicavam que aquela não seria uma concentração política como as outras. O palácio presidencial anunciou que os oradores falariam do mesmo palanque de madeira que havia sido construído para os mais famosos aparecimentos de Getúlio Vargas em público e que, desde então, permanecera guardado, sem qualquer uso. O local, cuidadosamente escolhido, era a enorme praça em frente à principal estação ferroviária do Rio de Janeiro. Semanas antes o govêrno mobilizou os que deviam tomar parte na concentração. Os trabalhadores da Petrobrás, das refinarias do Estado do Rio de Janeiro, e os elementos de vanguarda dos sindicatos operários, seriam transportados às custas do govêrno. A significação política do fato era realizar-se êle na cidade governada pelo mais extremado antigetulista do Brasil, Carlos Lacerda. O presidente tomou a precaução de ordenar uma se-

vera proteção do Exército para o comício. Lacerda tomou a providência de decretar feriado para todos os empregados do Estado da Guanabara, na esperança de que os cariocas aproveitassem o fim-de-semana mais longo, para viajar para fora do Rio, esvaziando dessa maneira a concentração de Jango.

À medida que se aproximava a hora do comício, crescia a tensão em todo o território nacional. Até subirem ao palanque os oradores, poucos sabiam com certeza quem iria usar da palavra. Os rivais de Jango, Brizola e Arraes, apareceriam a seu lado? Naquela sexta-feira, à tarde, 150.000 pessoas lotavam a praça. Carregavam um mar de faixas e cartazes exigindo a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista. Pelotões da polícia do Exército, de capacete branco, empunhando metralhadoras, mantinham em ordem a multidão festiva. A cena, levada aos lares da classe média em todo o país, pela televisão, era a repetição de um comício semelhante, no Rio de Janeiro, no mesmo mês de agôsto do ano anterior, por ocasião do aniversário do suicídio de Getúlio. Agora, entretanto, a retórica era para ser transformada em ação.

Ao aproximar-se o instante de seu aparecimento, Jango ficou nervoso. Desejava chegar à concentração depois dos oradores que deviam precedê-lo. Queria especialmente evitar estar presente quando Brizola estivesse fazendo uso da palavra. Depois de muitas delongas, contudo, seus auxiliares diretos lhe disseram que devia encaminhar-se para o comício, e êle chegou à Praça da República a tempo de ouvir o seu cunhado eletrizar a multidão, reclamando uma Assembléia Constituinte a ocupar o lugar do Congresso.[63]

Chegou finalmente a vez do presidente. Suando intensamente na úmida noite carioca, aproximou-se da tribuna tendo ao lado sua bela espôsa (prática nada comum na política brasileira) elegantemente vestida.[64] Seu discurso não decepcionou a multidão. Fortalecido pela presença dos Chefes das Casas Civil e Militar, Darci Ribeiro e Assis Brasil, assinou dramàticamente dois decretos, cuja promulgação vinha sendo anunciada havia meses. O primeiro nacionalizava tôdas as refinarias de petróleo particulares. Essas emprêsas eram de propriedade de brasileiros, mas se haviam tornado um alvo para os nacionalistas radicais, que afirmavam que todo o processamento do petróleo devia caber à Petrobrás, o monopólio esta-

tal. O segundo decreto era o da SUPRA, declarando sujeitas a desapropriação tôdas as propriedades que ultrapassassem cem hectares localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais, e as terras de mais de trinta hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação dos açudes públicos federais.

Em seu discurso, Jango começou por agradecer aos sindicatos que "mobilizaram" os seus associados para "tão entusiástica e calorosa manifestação". E prosseguiu agora atacando os que "exploram os sentimentos cristãos do povo, na mistificação de um anticomunismo". Depois, Jango passou imediatamente ao assunto principal de seu discurso — a necessidade de reforma agrária: "Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar a necessidade de revisão da Constituição que não atende mais aos anseios do povo. Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana". Invocou a autoridade do Papa João XIII e do General MacArthur, em apoio da idéia de uma reorganização completa da estrutura rural agrária, que tão necessária também se fazia para "aumentar e melhorar o mercado interno". O decreto da SUPRA, explicou êle, era apenas "um passo à frente no caminho das grandes reformas estruturais".

Jango invocou a memória de Vargas, "o grande e imortal patriota", para justificar o outro decreto — o de nacionalização das refinarias particulares. Advertiu que emprêsas nacionalistas como a Petrobrás eram apoiadas com tanto ardor que "o povo estará sempre presente nas ruas e nas praças públicas, para prestigiar um govêrno que pratica atos como êstes, e também para mostrar às fôrças reacionárias que há de continuar a sua caminhada".

O presidente concluiu anunciando as outras áreas nas quais estava planejando a promulgação de novos decretos (contrôle de aluguéis) ou o envio de projetos-de-lei ao Congresso (reforma tributária, voto para os analfabetos e para os pracinhas), por ocasião da mensagem anual a ser enviada a 15 de março. O presidente concluiu com muita segurança, e mesmo num tom de desafio, dizendo: "Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer — que nenhuma fôrça será capaz de

impedir que o govêrno continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Fôrças Armadas da nação". Prolongados aplausos acolheram a sua promessa final de que o govêrno haveria "de lutar com tôdas as suas fôrças" pelas reformas "ao lado do povo pelo progresso do Brasil".[65]

A significação do comício de 13 de março era evidente. Jango voltara-se finalmente para a esquerda radical. Começara por atacar o princípio da propriedade privada tanto no setor industrial como na zona rural. Entretanto, o decreto sôbre as refinarias de petróleo tinha uma lógica econômica pouco óbvia. A operação das refinarias não punha em perigo a Petrobrás. Representava um esfôrço privado menos significativo do que a distribuição dos produtos petrolíferos, que estava inteiramente nas mãos da iniciativa privada, inclusive de firmas como a Standard Oil e a Shell. Sua desapropriação não chegava a constituir um ataque a capitalistas estrangeiros, porque as refinarias eram de propriedade brasileira.[66] O decreto de reforma agrária tinha significação maior. Era um ataque indireto aos problemas mais difíceis e controvertidos da estrutura social brasileira e, portanto, da política interna. Não tendo conseguido convencer o Congresso da necessidade de uma transformação da estrutura agrária rural, Jango lançava mão unilateralmente do decreto. Como não houvera nenhuma emenda ao dispositivo do Congresso exigindo pagamento em dinheiro pelas desapropriações de terras, Jango seria obrigado a levantar vultosas quantias em seu tesouro depauperado pelo deficit. Tratava-se de uma total impossibilidade, como bem o sabiam os proprietários de terras. A providência que se seguiria, denunciavam êles, haveria de ser o confisco puro e simples.[67]

Os dois decretos de 13 de março, relativamente modestos em seus efeitos imediatos, representavam a vitória dos radicais que cercavam o presidente. Em todo o Executivo havia vários centros de pressão de esquerda cada vez mais ativos, como o Ministério da Educação, que estava subvencionando um programa de alfabetização em massa com côres políticas bem pronunciadas, como parte evidente de um esfôrço de grande envergadura (decerto destinado a produzir frutos nas eleições de 1965) no sentido da organização da base de apoio popular maciço de que o regime notòriamente carecia. A Petrobrás, o monopólio estatal do petróleo, estava empenhada em política, desviando fundos para a União Nacional dos Estudantes, operando uma estação de rádio e proporcionando transporte em seus caminhões para trabalhadores que deviam apoiar Jango no comício de 13 de março. Êsses elementos dinâmicos adquiriam contrôle cada vez maior sôbre a real política do govêrno. Não estavam mais meramente mobilizando pressão política contra a oposição no seio da estrutura constitucional vigente. Na verdade, objetivavam afastar as instituições tidas como antiquadas. Havia, por exemplo, um ataque de vulto contra as escolas secundárias particulares, dirigido por elementos ligados ao Ministério da Educação, pela União Nacional dos Estudantes, subvencionada pelo govêrno, e por grupos estudantis improvisados, financiados por fontes não reveladas (mas provàvelmente federais).

É difícil fixar o caráter real da política que Jango resolveu endossar depois de 13 de março, em face das muitas correntes heterogêneas dentro do palácio presidencial. Dizia-se que o comício do Rio era o primeiro de uma série de comícios a serem realizados em todo o Brasil — Belo Horizonte, Bahia, Recife — terminando com uma apoteótica concentração em São Paulo a 1.º de maio, o dia que Getúlio sempre reservava para os rasgos mais dramáticos de tendência para a esquerda. Em cada comício haveria mais decretos, de acôrdo com a decisão de Jango de governar sem o Congresso, se preciso fôsse. Qual o fundamento lógico de tais medidas?

Essa pergunta pode ser respondida em parte examinando-se a Introdução à *Mensagem ao Congresso Nacional*, datada de 15 de março. Nesse documento, João Goulart explicava: "Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por fôrça das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva". Procurava assim desobstruir o caminho e acelerar a reforma que visava a

"transformação de uma sociedade arcaica em uma nação moderna, verdadeiramente democrática e nova".

O documento prosseguia traçando um ambicioso programa de investimento público cada vez maior, a ser financiado sem as dificuldades do passado recente, "graças ao reescalonamento dos nossos compromissos externos e à consolidação da posição do Brasil junto aos seus credores". De fato, essas negociações acabavam de ser iniciadas em Paris e Jango, com exagêro de confiança, predizia o fim do problema do comércio exterior do Brasil.

A parte final da Introdução apresentava o caminho a ser seguido pelo Brasil — uma agenda de reformas de base, inclusive a reforma agrária (emenda constitucional permitindo a redistribuição, supervisionada pelo Estado, de terras sem prévia indenização em dinheiro), reforma política (votos para os analfabetos e praças) e reforma universitária (abolição dos cargos de professor vitalício). Finalmente, o presidente insistia para que o Congresso examinasse a convocação de um plebiscito nacional sôbre a questão das reformas de base. Como para acentuar o ultimato que se escondia por trás dessa sugestão, Jango observou que as "peias institucionais" tinham dividido o país em dois grupos. "o reduzido núcleo dos privilegiados" e a "imensa massa dos deserdados, dos quais tudo se exige, sem assegurar-lhes sequer o calor da certeza de um futuro melhor". O momento era premente, advertiu êle, "como a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a promulgação da Legislação Trabalhista", quando "nossos antepassados tiveram a sabedoria e a grandeza de renovar instituições básicas da nação, que se haviam tornado obsoletas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro".[68]

No principal campo das "reformas estruturais" o Govêrno João Goulart contou em sua nova fase com *slogans*, reforçados por decretos administrativos mal coordenados. Para a reforma agrária, o presidente emitira o decreto de 13 de março, que caracterizou como "um primeiro passo apenas".[69] Mas não havia indício de um programa sistemático para estudo do problema agrário em seu conjunto. Êsse decreto preparado às pressas foi veementemente atacado pelos conservadores e considerado lamentàvelmente fora de propósito pela esquerda

radical. Entrementes, grupos esparsos de camponeses sem terra invadiam propriedades rurais, algumas já ocupadas por pequenos agricultores. Estourou o conflito armado no interior, e havia informações de que os fazendeiros estavam se armando para fazer face às crescentes hostilidades dos sindicatos rurais. Jango quis aproveitar essa tensão, porém seu govêrno deixara de apresentar um programa agrário de envergadura. Não tendo organizado nem arregimentado os sindicatos rurais recentemente formados (apesar de alguns esforços atrasados no Nordeste), Jango também deixou de oferecer um esquema que orientasse seus ataques mal organizados contra a ordem agrária estabelecida.

Nesse ponto, como em outros, Jango foi incapaz de articular um programa coerente de esquerda, cuja ala mais radical (Brizola) êle parecia ter conquistado depois de 13 de março. Destinava-se, portanto, a ter o pior de todos os mundos. Jamais organizara uma base de apoio popular maciço para um Govêrno reformador. Nem tampouco mobilizara uma base de apoio para ataque revolucionário contra a estrutura constitucional que jazia por trás do impasse político. E êle próprio sequer se colocava em posição que pudesse ser descrita como inequìvocamente esquerdista, e muito menos revolucionária. Mesmo assim, deixara-se conduzir pelos radicais após 13 de março. Não tendo contado com uma base de apoio democrático durante a fase San Tiago Dantas-Furtado de 1963, ei-lo agora diante de uma multidão cuidadosamente preparada com antecedência, no dia 13 de março de 1964, visìvelmente convencido de que uma falange revoluciária, criada sem qualquer iniciativa clara de sua parte, o levaria à vitória contra uma frente pràticamente unida de militares e de políticos centristas direitistas, que ainda controlavam os redutos de fôrça política.

O comício monstro de 13 de março servira para fortalecer o excesso de confiança da esquerda "jacobina", comunicando euforia quanto à "irreversível" mobilização popular agora em marcha. No seio de muitas facções da esquerda ocorreu um colapso de qualquer capacidade de avaliação objetiva da verdadeira situação de fôrça: foi como se o desejo se tornasse a concretização da realidade. As "fôrças populares" tinham então despertado — a tomada de consciência era o

fato mais importante da política, pelo menos assim o era para a esquerda. A verdade era que a esquerda estava mais dividida do que antes de 13 de março.

Brizola continuou em seus esforços para a conquista do poder. Reiterou sua exigência de uma Assembléia Constituinte, indo dessa maneira de encontro à estratégia de Jango (definida na Introdução à *Mensagem ao Congresso Nacional*) de pressionar o Congresso existente.[70] Brizola botou mais lenha na fogueira da tensão, confessando ter dúvidas de que houvesse eleições em 1965.[71] No dia 20 de março êle disse em uma convenção do PTB em Brasília que êste não devia ter mêdo de "lavar a sua roupa suja" em público, porque a crítica ajudaria a fortalecer o partido. Pediu que o apoio ao govêrno fôsse cauteloso porque "achamos que o Jango do comício voltou a ser o Jango do Ministério".[72] *Panfleto,* o jornal de Brizola, despejou água fria nos esforços da frente popular, preferindo uma posição independente.[73] Brizola parecia certo de que as "fôrças populares" gozavam de uma natural vantagem sôbre os "reacionários". "O espírito golpista" já fôra "duas vêzes fragorosamente derrotado pelo povo — na crise de 1961 e no plebiscito".[74] Observadores mais em contato com o pensamento da esquerda informaram em fins de março que os escalões mais baixos das esquerdas irritavam-se com a disposição de seu líderes (CGT, UNE, PCB) de seguir a linha legalista de Jango em relação ao Congresso. Preferiam o radicalismo de Brizola. A verdade era que estavam sèriamente receosos de que Jango alimentasse propósitos "continuistas".[75]

San Tiago Dantas, por outro lado, continuava obstinadamente em sua tentativa de unir a esquerda após o comício de 13 de março; mas sabia que o tempo estava se esgotando. No dia 23 de março a frente divulgou o seu programa, que pressupunha uma tentativa continuada de trabalhar através do Congresso para conquistar as "reformas de base".[76] A atmosfera, entretanto, mudara ràpidamente. O ar estava carregado de denúncias de golpe e continuísmo. San Tiago Dantas ficou alarmado com o excesso de confiança dos jacobinos dentro do palácio presidencial e no seio das esquerdas. Advertiu que "os que procuram desmoralizar o Congresso, os que procuram caricaturá-lo aos olhos do povo são, em primeiro lugar, inimigos dêsse mesmo povo e, provàvelmente, só estão interessados em trabalhar por aquilo de que o Brasil mais necessita afastar-se, que é o risco da ressurreição das formas de poder pessoal".[77] Arraes, um dos líderes de esquerda que mantinha certa objetividade, à medida que a polarização política se acelerava, negou veementemente que houvesse qualquer trama visando ao fechamento do Congresso.[78] O caso de sentir êle a necessidade de fazer tal declaração veio apenas confirmar os rumôres e receios.

O partido de Prestes (o PCB) pôs-se febrilmente em campo para definir suas próprias diretrizes em meio ao confronto político que crescia ràpidamente. No dia 17 de março, Prestes analisou exaustivamente a situação, reiterando o apoio do partido à frente popular e à política de exercer "crescente pressão sôbre o Congresso". O objetivo continuava sendo "a conquista de um govêrno que, embora ainda sob o atual sistema e precedendo a vitória da revolução, fôsse capaz de iniciar e promover as reformas estruturais que são reclamadas". A linha legalista, prudente, foi acentuada por Prestes, que afirmou ser o "caminho pacífico" o "mais adequado aos melhores interêsses dos trabalhadores". Para se chegar a um "govêrno nacionalista e democrático" será preciso que as "fôrças patrióticas e democráticas de nossa pátria se unam. E êsse processo é lento e difícil. Não é fácil unificar as variadas fôrças patrióticas e democráticas de nossa pátria". Estas fôrças, acrescentou Prestes, "chegam mesmo a atingir as classes médias urbanas e a burguesia nacional".[79]

A Queda de João Goulart

As próprias fôrças centristas às quais tanto Prestes como San Tiago Dantas recorreram à pressa, cheios de preocupação, já estavam se bandeando ràpidamente para os radicais de direita.[80] A tirada radical de 13 de março solidificou a oposição a Jango, fortalecendo a crença de que êle rejeitara as regras do jôgo democrático. A mudança de opinião foi mais expressiva no seio do grupo que detivera o equilíbrio de poder durante todos os graves impasses políticos civis da história da República: a oficialidade militar. A visão da polícia de

elite do exército, com o apoio de tanques, servindo como tropas de choque para a manutenção da ordem no comício de 13 de março, levou os oficiais de opinião centrista (legalistas) à dolorosa constatação de que os militares estavam sendo obrigados a apoiar tàcitamente medidas que êsses oficiais julgavam irrefletidas e talvez mesmo subversivas. Se o povo quer as reformas do Presidente, começaram êles a perguntar, então por que precisa de tanta proteção para seus aparecimentos em público?

Os ativos conspiradores entre os militares foram ainda mais longe; resolveram então sair da defensiva e passar ao ataque. Os acontecimentos se precipitavam. Jango, raciocinavam êles, comprometera-se irremediàvelmente e devia ser afastado. Sua atenção voltava-se agora para questões de detalhes: o momento oportuno para o golpe, o índice exato de adesão nos comandos do Exército, o problema do abastecimento no caso de uma guerra civil, o grau de confiança nos políticos civis contrários a Jango.

Mas os moderados entre os militares ainda relutavam em depor o chefe constitucional do Govêrno, para cuja legitimação o Exército desempenhara papel crucial ratificando tàcitamente o plebiscito de janeiro de 1963. Não seria uma medida dessa ordem uma violação da Constituição? Êsse dilema foi real para muitos oficiais e provocou longos debates nos quartéis e nos clubes. Era problema de consciência dêsses moderados — entre os conspiradores civis como entre os militares — que os tentava a enfatizar ao máximo a coerência ideológica da opção final de Jango em 13 de março. Sentiram que tinham motivos perfeitamente justificáveis para considerar o govêrno como perigosamente incompetente: a desastrosa política econômica, que não tinha condições de vencer a inflação galopante no país (agora ultrapassando um índice anual de 100 por cento) nem de conjurar a ameaça da falta de pagamento da dívida externa; o recurso exclusivo de soluções estatais para problemas sociais e econômicos (por exemplo, a reforma agrária) e a crescente cumplicidade com a violência organizada. Em suma, a oposição moderada — o centro castigado e confundido de ontem — passou a acreditar nos adversários de Jango, cujas advertências de catástrofe foram ouvidas pela primeira vez quando seu arquiinimigo, Getúlio,

o nomeou Ministro do Trabalho em junho de 1953. Favoráveis à reforma, porém temendo uma mudança rápida demais do *status quo*, partilhavam agora do receio, que se espalhava desde fins de 1963, de que tôdas as manobras de Jango não tinham outro objetivo senão o de criar uma situação revolucionária da qual o presidente emergiria como um Perón brasileiro.

Como em 1954, o acionamento da máquina militar contra o seu comandante-em-chefe foi um processo lento. Embora conspiradores de longa data como Odílio Denys e Cordeiro de Farias não precisassem ser convencidos, ainda era uma árdua tarefa mobilizar os comandantes de exércitos. Com efeito, os conspiradores estavam certos apenas do apoio de um dos quatro generais comandantes de quatro principais regiões militares — o General Justino Alves Bastos (Quarto Exército, Nordeste). Os outros três — General Amaury Kruel (Segundo Exército, São Paulo), General Âncora (Primeiro Exército, Rio de Janeiro), General Galhardo (Terceiro Exército, Rio Grande do Sul) — eram tidos como intransigentemente legalistas e mais ou menos fiéis a Jango. Mas muitos de seus oficiais se haviam mostrado simpáticos aos argumentos dos conspiradores. No Terceiro Exército, por exemplo, onde a pressão favorável a Jango possibilitara a sua posse como presidente em 1961 e a antecipação da data do plebiscito, em 1962, o sentimento antijanguista grassava entre os oficiais, especialmente no interior do Rio Grande do Sul.[81]

A conspiração militar contra Jango tomou vulto a 20 de março, quando Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, expediu um memorando aos seus subordinados. Êsse pronunciamento lacônico logo se tornou conhecido dos oficiais moderados indecisos, e ofereceu uma justificativa clara para uma oposição ao plano evidente do presidente de usar os sindicatos operários controlados pelo govêrno como base política para a derrubada da estrutura constitucional. O memorando, que se tornou peça principal da conspiração anti-Jango, começava por mencionar o comício de 13 de março como a causa do que estava acontecendo entre o pessoal do seu Estado-Maior. "Compreendo", dizia êle, "a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados".

Mais adiante, Castelo Branco atacava a idéia de uma Assembléia Constituinte como prelúdio de uma ditadura. "O povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte?" — perguntava êle. "Parece que ainda não". Não devia ser esquecido o papel histórico das Fôrças Armadas como defensoras da ordem constitucional e das leis, "inclusive as que asseguram o processo eleitoral".[82]

Um líder respeitado dos moderados dera a Jango um conselho inconfundível: ou você recua de sua aliança com a esquerda radical, ou perde seu apoio militar como presidente. Como os conspiradores militares se lançariam contra Jango, na hipótese de não dar êle ouvidos àquela advertência (o memorando chegou ràpidamente às mãos do presidente), ainda não era uma questão clara. A oposição ainda estava na incômoda posição de expectativa de alguma nova manobra de Jango, que acabasse por desacreditá-lo aos olhos dos legalistas. E, o que foi mais incrível, Jango logo proporcionou essa manobra.

O que finalmente galvanizou a ação dos moderados foi o flagrante desafio de Jango ao princípio de disciplina militar durante o fim da Semana Santa de 27-29 de março. No dia 25 de março, o Ministro da Marinha, Almirante Mota, determinou a prisão de um marinheiro que se empenhava ativamente na organização de uma associação de marinheiros. Êsse grupo era um sindicato, que exigiria melhoria de condições de trabalho a seus comandantes. Haviam ganho o apoio dos marinheiros liderando suas reivindicações de melhor sôldo e o direito de se casarem e de usar trajes civis quando fora do serviço.

Embora tendo sido espontâneo o apoio ao movimento, sua liderança estava ligada diretamente aos esquerdistas radicais que se haviam entendido com o presidente nos moldes da nova estratégia de 13 de março. José Anselmo, o marinheiro prêso, era um estudante universitário, que antes trabalhara ativamente na UNE e se alistara na Marinha para fazer o serviço militar, que a maioria dos estudantes de universidade procurava evitar. Anselmo, entretanto, entrara para a Marinha ansioso por levar a mobilização das "fôrças populares" até aos proletários navais. Quando o Ministro da Marinha se voltou contra Anselmo e a Associação dos Marinheiros, bem como contra o Almirante Aragão, o comandante esquerdista do Corpo de Fuzileiros Navais (cuja nomeação em fins de 1963 levantara protestos da parte de oficiais de Marinha conservadores)[83] mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se revoltaram em 26 de março e se entricheiraram na sede do sindicato dos metalúrgicos.

No dia seguinte, Sexta-Feira Santa, Jango voltou à pressa do que êle contava fôsse um longo fim-de-semana no Rio Grande do Sul. Foi imediatamente bombardeado de conselhos os mais divergentes sôbre como enfrentar a crise. Darci Ribeiro e Raul Riff conseguiram por fim convencer o presidente de que devia demitir Mota. Nomeou como nôvo Ministro, um fraco e encanecido almirante reformado, Paulo Rodrigues, escolhido em uma pequena lista de candidatos apresentada pelos líderes do CGT. A oposição militar não teve a menor dúvida do aspecto claro da questão: a liderança sindical sob infiltração comunista impondo um veto sôbre o chefe de uma das três armas. Os piores receios da oposição se confirmaram quase imediatamente. O nôvo ministro recebeu de Jango carta branca para resolver o problema. Rodrigues ordenou imediatamente ampla anistia aos marinheiros rebelados. Essa medida atingiu a oficialidade como uma bomba. O Clube Militar e um grupo de almirantes lançaram manifestos denunciando o atentado ao princípio de disciplina militar.

Durante a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, Jango recuara no momento crítico, permitindo aos comandantes disciplinarem os rebeldes. Porém os acontecimentos de março se haviam precipitado ràpidamente demais para a tática costumeiramente lenta do presidente. Estava êle agora associado de modo irremediável aos inimigos declarados dos altos escalões militares. Como acontecera na crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954, os militares foram levados à intervenção direta por um incidente que punha em cheque a "honra" e a autonomia da própria oficialidade. Em 1954, foi o assassinato com motivação política de um major da Aeronáutica; agora, dez anos depois, era a mobilização dos marinheiros contra seus superiores — um movimento de importância muito maior. Os dois casos envolveram as armas menores, a Aeronáutica e a Marinha, o que não deixa de ser interessante. O Exército, entretanto, não ficou indife-

rente e entrou na questão levado pelo sentimento de solidariedade de classe entre os oficiais e por um receio comum de que seu papel de "poder moderador" no sistema político estivesse em jôgo.

Ao atingir então o seu clímax a conspiração militar, a opinião política civil centrista estava sendo também mobilizada. O comício de 13 de março convencera muitos legalistas de que Jango deixara de acreditar no processo democrático. Para compreender esta reação, é preciso lembrar que o sistema político brasileiro repousava sôbre um delicado equilíbrio.[84] O equilíbrio de fôrças pressupunha que nenhum setor tentasse suplantar totalmente os outros. Em fins de 1963 Jango já convencera muitos dos elementos mais tradicionais — grandes proprietários de terras, militares conservadores, e negociantes — de que a "ordem constituída" era ameaçada por uma transformação radical, não meramente uma reforma. Concentraram, assim, seus ataques contra os *nouveaux*, que êles temiam viessem a ser os beneficiários exclusivos da nova ordem: líderes trabalhistas radicais (CGT) e organizadores dos camponeses (padres progressistas, Arraes, estudantes radicais).

Juntamente com a preocupação dos setores tradicionais crescia o pânico na classe média e entre os industriais e banqueiros nervosos. A classe média da região centro-sul, por exemplo, temia perder sua posição junto ao nôvo proletariado pelo qual os conselheiros radicais de Jango se achavam com o direito de falar. Poderia o Brasil vir a se tornar uma nova Cuba, onde a classe média tinha sido obrigada a emigrar ou ficara reduzida à impotência? Tampouco estava a classe média preparada para aceitar sem luta a imposição de um regime sindicalista que a reduzisse a um papel inferior. Êsse receio correspondia na área civil à preocupação dos militares de que uma falange sindical pudesse superá-los, arvorando-se a supremo árbitro do processo político.[85]

Tanto os setores tradicionais como os "médios" viam, pois, com alarme, a queda visível das instituições republicanas criadas em 1945-46. O sistema político de elite se revelara incapaz de atender à ampla participação popular que se desdobrara ràpidamente a partir de 1945. O presidente resolvera levar para além do recinto do Congresso e para as ruas a

sua luta pelas "reformas". Agora, a classe média estava prestes a dar a sua resposta com a sua própria mobilização.[86]

No dia 19 de março, uma passeata pública organizada às pressas, na qual tomaram parte em grande proporção grupos religiosos femininos, procurou demonstrar a oposição militante da classe média contra Jango. Uma multidão calculada em mais de 500.000 pessoas encheu as ruas de São Paulo, sob a bandeira da fé religiosa, para protestar contra o comício do dia 13 no Rio, e contra tudo que os manifestantes achavam que êsse comício significava. Diz-se que as mais altas patentes do Segundo Exército, sediado em São Paulo, observaram atentamente as proporções da multidão.[87]

Os elementos civis que agora dirigiam a oposição a Jango compreendiam diversos grupos. Iam desde os de extrema-direita, em pequeno número, mas articulados, que temiam sèriamente a democracia de base popular que estava sendo criada por um Brasil industrializado, aos centristas receosos de que Jango estava pondo em risco o crescimento econômico ordenado nos moldes de uma economia mista. Os primeiros eram representados por jornais como a *Tribuna da Imprensa* (que não pertencia mais a Lacerda, mas ainda estava sob sua influência) e pelo Cardeal Dom Jaime Câmara, enquanto os últimos eram representados por grupos como o IPES, o movimento dos homens de negócios de São Paulo, e a *Síntese*, órgão dos católicos moderados, de mentalidade reformista.

Destacando-se também entre os oposicionistas de fins de março estavam os Governadores dos grandes Estados — São Paulo (Ademar de Barros), Minas Gerais (Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda), e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti). Ao contrário do que ocorrera em 1937, quando Getúlio preparou com cuidado o terreno para o seu golpe entre os principais governadores, Jango se isolara quase totalmente dos dirigentes políticos regionais mais poderosos.

Muito antes da revolta da Semana Santa, o General Castelo Branco dissera aos conspiradores civis que a demissão do Ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango. Quando tomou conhecimento da demissão, Adauto Cardoso, líder da UDN e um dos conspiradores civis, entendeu-se com Castelo Branco e foi informado de que o sinal

para a revolta fôra na verdade confirmado. No domingo, 29 de março, a data para a derrubada de Jango foi marcada para o dia 2 de abril, quinta-feira, quando outra passeata-monstro de oposição, nos moldes da de 19 de março, realizada em São Paulo contra Jango, deveria ser levada a efeito no Rio. Esperava-se que essa manifestação civil oposicionista facultasse aos militares maior "cobertura" política para a intervenção.

A questão se resumia agora em obter a adesão dos principais comandos militares. O comando-chave acêrca do qual os conspiradores tinham dúvidas era o Segundo Exército em São Paulo. O General Kruel, seu comandante, continuava indeciso. Embora tivesse denunciado líderes sindicais esquerdistas em São Paulo, sua íntima amizade pessoal com Jango e sua intransigente devoção à "legalidade" adiavam sua adesão à conspiração.

Segunda-feira, 30 de março, a data da derrubada de Jango era do conhecimento até do CGT, cuja diretoria emitiu uma denúncia do "golpe" marcado para 2 de abril. Mas o dispositivo militar de Jango deixara de funcionar. Até o destino parecia ter-se aliado à conspiração contra o presidente. Seu Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, estava imobilizado em um leito de hospital em conseqüência de uma operação intestinal durante tôda a crise. O Exército era então um "corpo sem cabeça", fato da maior importância, pois o Ministro da Guerra era uma figura que ainda merecia considerável respeito da parte de muitos oficiais centristas.

Como para dar a seus inimigos uma justificativa final, o presidente concordou em comparecer a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube, domingo à noite, dia 30 de março. Foi uma decisão que correspondeu pràticamente a um suicídio político. Deixando de lado o texto preparado de seu discurso, recusou-se a fugir à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida. Mesmo o General Assis Brasil, até então uma voz a incentivar a permanência de Jango, compreendeu que êste fôra longe demais.[88]

O discurso de Jango foi transmitido pela televisão. Um dos espectadores, conspirador militar antigo, achou que chegara a hora de agir. O General Mourão Filho, o homem que forneceu o infame Plano Cohen em outubro de 1937, mobilizou suas tropas em Juiz de Fora (parte do Primeiro Exército, com sede em Minas Gerais). Ao alvorecer, disse a seus comandados que marchariam sôbre o Rio. O Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, já expedira um manifesto no dia 30 de março convocando os mineiros "para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora". Os conspiradores haviam combinado antes que a revolta devia começar em Minas, não em São Paulo. "Nós a começamos em 1932", disseram os paulistas, lembrando que Minas deixara de ajudar a Revolução Constitucionalista, "agora é a vez de vocês".[89]

Enquanto as tropas de Mourão Filho se deslocavam para o Rio, onde se esperava resistência do Primeiro Exército sob o comando do General Âncora, os conspiradores aguardavam ansiosos confirmação de São Paulo de que o General Kruel também aderisse à revolta. Por todo o domingo, 29 de março, esperaram pela decisão. De duas uma; ou Kruel mudara novamente de idéia ou êles estavam mal informados. Certo é que, durante a têrça-feira, Kruel ainda fazia repetidos apelos por telefone a Jango insistindo para que renunciasse ao CGT comunista. Se fizesse isso, dizia Kruel, podia ainda "salvar o seu mandato". Mas Jango não podia voltar atrás. Respondeu por fim:

— Não posso também deixar de lado as fôrças populares que me apóiam.

Essa recusa terminante veio aliviar afinal a consciência de Kruel:

— Então, Presidente — disse êle — nada podemos fazer.[90]

Na tarde de 31 de março, Kruel finalmente deu ordens para que seus tanques se deslocassem rumo ao Rio. Essa manobra era essencial para a revolta, devido à importância estratégica do Vale do Paraíba em caso de uma guerra civil.

Entrementes, no Rio, o Governador Carlos Lacerda, que mantinha estranho silêncio em tôrno do tenso fim da Semana Santa, entricheirara-se em palácio. Dera ordens para que os caminhões de lixo do Estado, de côr cinza e laranja, formassem barricadas na avenida ornada de palmeiras que dá acesso ao palácio do Govêrno. Lá dentro, Lacerda estava vestido com um blusão de couro e armado de duas metralhadoras portáteis e uma pistola. Não parava de telefonar para os postos

de polícia da cidade aguardando confirmação dos boatos de que os fuzileiros navais do Almirante Aragão estavam prestes a atacar o palácio.

Jango começou a saber quão desastradamente as esquerdas radicais e seus conselheiros militares haviam superestimado sua fôrça real. O CGT convocara uma greve geral para o dia 30 de março, mas os trabalhadores não atenderam. Trens e ônibus trafegaram normalmente no dia 31, só se registrando um retardamento dos serviços no dia 1.º de abril, quando as notícias sôbre a movimentação de tropas se tornaram de conhecimento geral. O dispositivo sindical ficou de fato paralisado porque o punhado de líderes sindicais da esquerda radical havia sido prêso no dia 30 de março pela polícia política de Lacerda (a DOPS) ou estava foragido. O abismo entre os líderes excessivamente confiantes e seus liderados passivos, tanto em questão de comando como em sentimento político, era de uma dolorosa evidência. Na manhã de 1.º de abril, o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, assumiu o comando da estação de rádio do Govêrno e começou a transmitir desvairados apelos ao "povo" para que saísse às ruas e lutasse contra os golpistas. Muitos cariocas estavam de fato nas ruas, mas levados pela curiosidade. Em seus aparelhos de rádio de pilha ouviam passivamente as súplicas de Jurema.[91]

Tudo o que restava era saber a posição do comando do 1.º Exército, sediado no Rio. As tropas que no dia 31 de março Jango enviara do Rio para "esmagar" a "insignificante rebelião" de Minas Gerais mostravam-se curiosamente incapazes de encontrar seus inimigos. Altas horas da manhã de 1.º de abril, Jango viu que sua posição era desesperadora. Ao meio-dia, voou para Brasília onde esperava oferecer resistência. O General Âncora, do 1.º Exército, telefonou para o palácio presidencial em busca de instruções, e descobriu que o presidente se evadira. Pôs-se, entretanto, em contato com o General Assis Brasil, que se furtou a qualquer responsabilidade de falar pelo presidente, mas informou a Âncora que Jango deixara dito que não queria choque militar. Aquilo encerrava a questão. Imediatamente o Primeiro e o Segundo Exército confraternizaram, conjurando qualquer perigo de luta armada. As unidades legalistas enviadas para conter a marcha de Mourão Filho contra o Rio já haviam passado para as fileiras dos rebeldes. Nas mãos dêstes estava, com tôda segurança, a região centro-sul do Brasil.

Jango viu que a situação em Brasília era igualmente desesperadora. Na noite de 1.º de abril, poucas horas depois de ter deixado o Rio, continuou sua fuga rumo a Pôrto Alegre. Naquela mesma noite, em Brasília, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência. Não havia base constitucional para êsse ato unilateral, conquanto oferecesse uma solução lógica da crise ora ditada pela pressão da rebelião militar. Os adversários de Jango no Congresso sabiam, havia muito, que não contavam com os votos necessários para o *impeachment* do Presidente (nos têrmos dos Artigos 88 e 89), e os líderes congressistas não estavam dispostos a esperar que êle saisse para fora do país (com isso violando o Artigo 66, que exigia aprovação do Congresso para qualquer viagem do Presidente ao exterior).

Auro de Moura Andrade, ao declarar vago o cargo, seguiu a prática constitucional empossando como Presidente em exercício Ranieri Mazzili que, como Presidente da Câmara dos Deputados, era o subsituto natural do Chefe do Govêrno, nos têrmos do Artigo 79.

Ao chegar a Pôrto Alegre, Jango encontrou seu cunhado Brizola a exigir uma última cartada decisiva. O General Ladário Teles, comandante do Terceiro Exército, estava oferecendo uma resistência ambígua.[92] O Governador Meneghetti, um conspirador indeciso, que temia a guerra civil em sua capital, fugira para o interior. Brizola discutiu violentamente com seu cunhado, chegando a chorar para convencê-lo de que o Rio Grande do Sul poderia resistir; mas Jango se recusou a aprovar qualquer resistência.[93]

No dia seguinte, Brizola apareceu na sacada da Prefeitura concitando seus irmãos gaúchos a pegarem em armas. Seguiram-se apenas agitações sem maiores conseqüências. E antes de terminado o dia 2 de abril, o Terceiro Exército em pêso aderira à revolta. Jango fugiu para o interior do Rio Grande do Sul com Assis Brasil e ambos se refugiaram nas fazendas do primeiro, perto da fronteira. No dia 4 de abril, Assis Brasil finalmente convenceu o ex-Presidente a pedir asi-

lo político ao Uruguai. Como para dar mostras de sua coragem e independência, Brizola despistou seus perseguidores deslocando-se pelas fazendas da faixa de fronteira, sob o maior mistério, até fins de abril, quando tomou, com relutância, o caminho do Uruguai.[94]

Epílogo

Em Busca de Uma Nova Ordem Política

A derrubada de João Goulart provou que os processos constitucionais habituais tinham falhado no Brasil. Não era a primeira vez que o Exército intervinha para fazer cessar a luta entre os políticos. O precedente óbvio era 1954; mas 1964 era profundamente diferente por diversas razões.

Pela primeira vez o Exército estava unido numa posição ideológica contra o populismo. Essa posição foi pela primeira vez manifesta em fevereiro de 1954 quando o "memorando dos coronéis" tinha sido uma solicitação velada da demissão de Goulart da pasta do Trabalho. Êsse antipopulismo transformou-se, porém, no subseqüente ultimato dos generais que acarretou o suicídio de Vargas em agôsto de 1954. Agora, mesmo os moderados pró-legalidade chegavam à conclusão de que não se podia confiar em que os políticos populistas perturbassem o delicado equilíbrio social em que repousava a democracia brasileira.

Fôra a aparente destruição dêste equilíbrio que levara os militares moderados a uma conspiração ofensiva. Acreditavam êles que o regime de Goulart havia decidido incorporar uma nova guarda à elite política, ameaçando ao mesmo tempo excluir de vez a velha guarda. Por "velha guarda" compreen-

dia-se a liderança do sistema político híbrido criado por Vargas. Incluía políticos do velho estilo (os do PSD), porta-vozes da classe média (principalmente na UDN), e os políticos inexpressivos do PTB — um partido trabalhista criado por Vargas e não o fruto de um movimento independente da classe trabalhadora. A "nova guarda" eram os líderes da esquerda radical, como a liderança trabalhista da ala-esquerda (CGT, PUA), associações de estudantes nacionalistas radicais (UNE, AP), e os políticos profissionais da esquerda radical (Leonel Brizola, Max da Costa Santos e outros membros da Frente Parlamentar Nacionalista). A linguagem violenta da nova guarda indicava que êles buscavam um monopólio do poder político que acabasse definitivamente a política de compromisso. Verdade ou não, isto é o que a velha guarda e os militares moderados tinham chegado a crer em março de 1964. O Exército, portanto, preparou-se para desencadear uma guerra civil contra quaisquer facções que a esquerda radical pudesse mobilizar.

Os Vencedores e os Vencidos

O Govêrno Goulart caiu tão ràpidamente que até os "revolucionários" ficaram surpresos. Em vez de armar uma resistência no Rio de Janeiro, ou em Brasília, ou no Rio Grande do Sul, Goulart fugiu do Brasil, deixando seus perplexos partidários isolados em face dos revolucionários que se mobilizavam ràpidamente. Mas as fôrças políticas que derrubaram o Govêrno Goulart estavam longe de ser unidas. Isto logo se evidenciou quando os revolucionários contemplaram o súbito vácuo de poder criado por sua audácia.

Quem eram os vencedores de 31 de março? Os mais importantes entre êles eram os agressivos jovens militares. Insistindo em sua atitude antipolítica não tinham nenhum desejo de pôr fim à sua intervenção, simplesmente entregando o poder a um grupo diferente de políticos civis, como tinha acontecido em 1954, 1955 e 1961. Os militares da "linha dura" tinham sido os mais antigos conspiradores e empreendido longa campanha para converter seus superiores moderados.

Êstes pensavam em têrmos do tradicional papel do Exército como guardião do equilíbrio político e não podiam suportar a visão de um Brasil governado indefinidamente por homens de farda. Foram os agressivos militares jovens que levaram seus colegas mais velhos a uma posição mais militante.

Embora fôssem os militares os que haviam interferido para salvar o Brasil da "corrupção" e do "comunismo", civis havia que acreditaram serem êles os vencedores. Tais eram os antigetulistas civis de idéias neoliberais. Eram dirigidos por políticos conservadores, como Bilac Pinto, conspiradores de longa data, e homens públicos, como Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*. Os conspiradores civis acreditavam que tinham afinal triunfado sôbre o legado de Vargas. Sua pretensão de vitória era outra expressão do síndrome de 1937 — combinado com a frustração pela vitória incompleta de 1954, o retrocesso de 1955 e a amarga frustração de 1961. Quando do suicídio de Getúlio Vargas, as linhas do conflito se demarcaram: de um lado, os políticos populistas mobilizando o nôvo voto da massa; de outro lado, os militares, a classe média e a velha elite temerosa de que os populistas pudessem impelir o Brasil ao reinado da confusão, em que as técnicas tradicionais de compromisso político seriam atiradas para um canto em favor de métodos mais radicais de govêrno.

A influência evidente dos populistas foi aumentada pelo fracasso da esquerda democrática em encontrar qualquer expressão institucional nas duas décadas que se seguiram a 1945. Êsse fracasso foi temporàriamente disfarçado pelo *tour de force* de improvisação de Kubitschek, mas a falta de uma liderança responsável no início da década de 60 fêz a crise subir à tona. Quando a "esquerda positiva" fêz sua breve experiência no início de 1963, San Tiago Dantas verificou que não existia base política organizada para sustentar seu programa. O PTB permanecia em mãos de manipuladores irresponsáveis e as alas "progressistas" do PSD e da UDN não eram senão movimentos minoritários inexpressivos dentro de seus próprios partidos. Não havia tempo nem liderança para organizar um nôvo partido da esquerda. Além disso, o centro, que representava a opinião da classe média, que desejava tanto honestidade como reforma, estava também debilitado pela desorganização. Visto nestes têr-

mos, o malôgro de Jânio Quadros em 1961, combinado com a ausência de uma esquerda democrática "responsável", levou diretamente ao choque de março de 1964.

Entretanto, quando o choque veio, até a esquerda radical desmoronou. Seus líderes haviam superestimado a militancia e organização das massas e subestimado o pânico que provocavam no centro. Sujeito ao teste, o nacionalismo radical revelou carecer tanto de coerência interna com de uma base social firme.

Golpe ou Revolução?

Terá sido uma autêntica revolução o trauma político de 1964? Se o definirmos em têrmos de uma transformação radical na distribuição do poder entre classes ou setores, sòmente o tempo pode dar uma resposta a essa pergunta. Poder-se-ia, ao menos, concluir que a vitória do "movimento de 31 de março" pressagiava uma metamorfose radical das instituições políticas? Esta pergunta recebeu uma resposta parcial a menos de duas semanas após o golpe.

João Goulart foi deposto por uma revolta militar. Sua fuga não tinha sido o resultado de ação da elite política civil. Ao contrário, os oponentes de Goulart no Congresso sequer haviam tentado procedimentos de *impeachment*, pois sabiam não contar com os votos necessários para vencer um tal teste, exatamente como os antigetulistas não tinham votos suficientes em 1954. Embora a maioria dos congressistas nutrisse profundas suspeitas sôbre as intenções de Goulart, não se decidiam a embargá-lo segundo os fundamentos previstos na Constituição. Tal relutância nada tinha de estranhável. Como políticos profissionais, receavam o que poderia vir na esteira de um *impeachment.* Em conseqüência, não havia um só líder congressista do centro disposto a encabeçar um movimento para impedir o Presidente. E os militantes da UDN favoráveis a tal movimento, como Bilac Pinto, eram figuras suspeitas para a liderança da maioria, constituída de próceres do PSD, temerosos de que o afastamento de Goulart pudesse resultar num expurgo geral da "camarilha" do partido.

Nos dias imediatamente consecutivos à fuga de Goulart, houve um período de apreensivo manobrar entre a elite política do velho estilo. Muitos políticos, mormente no PSD e na ala moderada da UDN, tentaram proceder como se 1964 estivesse fadado a ser pouco diferente das crises anteriores de 1954, 1955 e 1961. O primeiro sinal de uma real diferença surgiu, porém, quando o Congresso se recusou declaradamente a formalizar a saída de Goulart deixando de votar (nenhuma resolução foi sequer apresentada) que êle estava impedido de continuar a exercer podêres presidenciais. O Marechal Lot conseguira, em novembro de 1955, êsse voto contra Carlos Luz e Café Filho. Não fôra necessário em 1954 nem em 1961, quando Vargas e Quadros tinham abandonado o pôsto. Por que, em 1964, o Congresso não tentou repetir o voto de 1955? Em parte porque a maioria — ainda PSD-PTB com em 1954 — estava grandemente apreensiva sôbre o próprio futuro e muito mais interessada em pensar acêrca do próximo presidente do que em ratificar a inglória saída do último presidente. (Em 1955 o presidente já tinha sido eleito e representava a aliança PSD-PTB.) O fato era que em 1964 a iniciativa pertencia aos militares e os políticos o sabiam

A Constituição determinava uma eleição para dentro de trinta dias, se tanto a presidência como a vice-presidência ficassem vagas. As crises políticas se tinham sucedido com tal rapidez no princípio da década de 60 que o Brasil agora não dispunha de um vice-presidente para a sucessão. Ao contrário da crise de 1954, quando o Exército endossou a investidura do Vice-Presidente Café Filho, ou da de 1961, quando os adeptos da legalidade alçaram o Vice-Presidente Goulart ao paço presidencial, um nôvo nome teria de ser encontrado. Os políticos iniciaram as sondagens. Recairia a escolha num experimentado líder pessedista da centro-esquerda, como Tancredo Neves, ou num político do velho estilo, como Gustavo Capanema? Talvez um general centrista como Amauri Kruel? Ou um patriarca civil-militar como Dutra?

O que a especulação ignorava era o debate mais significativo que crepitava por trás dos bastidores. Os militares extremistas, logo conhecidos como a "linha-dura", estavam agora ansiosos para ganhar o contrôle da política brasileira. No seu

entender, as intervenções militares desde 1945 nada tinham resolvido. Estavam decididos a não repetir o êrro de entregar o poder a outro subgrupo da elite política que poderia levar de volta o Brasil ao beco sem saída da "corrupção" e da "subversão". Não haveria eleição presidencial antes que os "revolucionários" militares pudessem certificar-se de que o poder político se tinha adaptado a seu talante.

Desde o momento em que assumiu o cargo, nas primeiras horas da manhã de 2 de abril, o Presidente em exercício Mazzilli e a liderança congressista da linha antiga ficaram sob intensa pressão para expulsar de suas fileiras legislativas aquêles que os militares rotulassem como inaceitáveis e para obter do Congresso legislação anti-subversiva de emergência. No dia 7 de abril a exigência dos três Ministro militares, nomeados por Mazzilli (exceto Costa e Silva, o Ministro da Guerra, que literalmente se havia nomeado no dia 2 de abril[1] e foi meramente "conservado" no pôsto por Mazzilli), tornou-se do conhecimento público. A legislação exigida pelos militares daria ao Executivo amplos podêres para expurgar o funcionalismo civil e revogar os mandatos de membros das legislaturas federais e estaduais.

Entretanto, os líderes do Congresso não pareciam dispostos a entregar os pontos. Os líderes conservadores da UDN e do PSD elaboraram uma própria versão de um ato de emergência que deixava claro que não endossavam a diagnose feita pelos "linha-duras" do problema político do Brasil. Em outras palavras, os políticos civis não estavam desejosos de empreender a "cirurgia" na extensão e maneira que os militares exigiam.[2]

Em conseqüência, os revolucionários fardados tomaram "o pião na unha". A 9 de abril de 1964, os três ministros militares simplesmente deixaram de tomar conhecimento do ato de emergência submetido pelos políticos e publicaram, com a autoridade que tinham assumido arbitràriamente como Supremo Comando Revolucionário, um Ato Institucional. O Ato, elaborado por Francisco Campos (autor da Constituição de 1937), conferia ao Executivo do Brasil podêres extraordinários para resolver o impasse político. Começava por afirmar que a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais

deviam permanecer em vigor, sujeitas às modificações incluídas nos artigos do Ato Institucional. Os novos podêres concedidos ao Executivo incluíam o seguinte: 1) O poder de submeter emendas constitucionais ao Congresso, que teria sòmente trinta dias para considerar as propostas e apenas precisava aprová-los pelo voto de uma simples maioria, ao invés de pelo voto de dois terços requeridos na Constituição de 1946. O Presidente recebia também poder exclusivo para propor projetos de despesas ao Congresso e negava-se-lhe o direito de aumentar despesas em quaisquer projetos submetidos pelo Presidente. O Presidente recebia igualmente podêres para declarar estado de sítio ou prolongar tal estado de sítio por um período máximo de trinta dias sem aprovação do Congresso. 2) O Executivo recebia amplos podêres para suprimir direitos políticos até por dez anos. Isto incluía o direito de cassar os mandatos de membros de legislaturas estaduais, municipais ou federais. Havia também um artigo suspendendo por seis meses as garantias constitucionais de segurança para os funcionários públicos.

Êste ato de Supremo Comando Revolucionário era uma resposta nova à crise de autoridade política que se evidenciava no Brasil desde os meados da década de 50. Quadros tinha se queixado de que lhe faleciam podêres adequados para lidar com o Congresso. Goulart repetira a queixa, chegara a propor um estado de sítio em outubro de 1963 e, em princípios de 1964, apresentara diversas propostas específicas para fortalecer o braço do Executivo. O Ato Institucional era, pois, nova e decisiva resposta à manifesta incapacidade do Executivo Brasileiro de exercer a necessária autoridade.

A ação dos militares em 1964 foi, assim, além de qualquer outra intervenção desde 1945, porque o Exército estava quase a ponto de repudiar a elite política como um todo. O Ato Institucional mudou temporàriamente as regras da política democrática. A implicação era evidente: a política de compromisso tinha sido desacreditada pelo jôgo "ultrademocrático" de Goulart. A intervenção do Exército era um retôrno à mensagem antipolítica pregada por Jânio Quadros: tinha sido a irresponsabilidade dos "políticos" que conduzira o Brasil à beira do caos.

O Incômodo Eleitorado

O Ato Institucional estipulava que a eleição de um nôvo Presidente e de um Vice-Presidente devia ter lugar dentro de dois dias após a sua publicação. Cancelava também especìficamente a cláusula constitucional de inelegibilidade, tornando assim candidatáveis à eleição os oficiais militares da ativa. Esta alteração visava possibilitar a pronta eleição do General Castelo Branco, coordenador da conspiração militar, que tinha a preferência esmagadora dos revolucionários, militares e civis. Castelo Branco foi eleito Presidente em 11 de abril. Como para reafirmar sua independência, o Congresso elegeu Vice-Presidente José Maria Alkmim, líder do PSD de Minas Gerais, que se tornara um aliado civil dos conspiradores militares sòmente quando Goulart se aproximava do fim de sua investidura.

Castelo Branco bem cedo provou ser um mediador entre os militares da linha-dura e os pré-constitucionalistas entre os revolucionários. Os dois meses que se seguiram à sua eleição, até a expiração, em 15 de junho, do Artigo X do Ato Institucional (dando ao Presidente tempo para revogar mandatos legislativos e suspender direitos políticos), foram o período de expurgo designado pelo nôvo govêrno. Castelo Branco estava sob pressão dos militares da linha-dura para cassar os direitos políticos de pelo menos 5.000 "inimigos" do nôvo regime. A 15 de junho, quando o Ato Institucional cruzava a linha demarcatória, os direitos políticos de 378 pessoas tinham sido cassados.[3] Estas incluíam três ex-presidentes — Kubitschek, Quadros e Goulart — bem como seis governadores estaduais, 55 membros do Congresso Federal e diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos. Aos acusados era negado o direito de autodefesa. Sua punição era francamente reconhecida pelo govêrno como um ato arbitrário reclamado pelas condições de emergência que ocorriam no país. O fato de apenas algumas centenas terem sido punidos representava considerável vitória para os moderados entre os revolucionários, que desejavam manter num mínimo a lista dos expurgados. Houvera efetivamente pressão para que se estendesse o limite de tempo do Artigo 10 a 9 de novembro, data da expiração do Artigo

7.º, o artigo que dispunha quanto aos expurgos dentro do funcionalismo público. O Marechal Taurino de Rezende, Chefe da Comissão Geral de Investigações, havia solicitado pùblicamente ao Presidente Castelo Branco que prolongasse a vigência do Artigo 10, mas os moderados venceram e o artigo caiu, como estipulado, a 15 de junho.

O nôvo govêrno incluía uma combinação de conservadores políticos e tecnocratas. Havia diversos ministros identificados com a UDN, da qual era prócer o chefe da Casa Civil, Luís Viana Filho. A política econômica estava em mãos lo Ministro de Finanças, Otávio Bulhões, e do Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Ambos eram identificados como adeptos francos de uma vigorosa política antiinflacionária.

A questão fundamental era saber, naturalmente, qual a posição política que o nôvo govêrno iria tomar. Durante os meses iniciais, Castelo Branco tentou dissociar seu regime da posição reacionária dos revolucionários da extrema direita. Ponderava que a revolução tinha sido feita para assegurar desenvolvimento econômico continuado e justiça social para todos. Mas a forte ênfase governamental dada ao anticomunismo, combinada com a cassação dos direitos de uma figura nacional como Kubitschek, evidenciavam que a influência da linha-dura era grande. Parece que os extremistas estavam preparados para exigir a retomada de podêres de emergência contra qualquer oposição que ameaçasse o monopólio de poder do nôvo govêrno.

Desde o início, o Govêrno Castelo Branco enfrentou o problema de encontrar uma base política. O regime logo compreendeu que o programa de estabilização econômica, a que o presidente conferia máxima prioridade, exigiria mais do que o ano e meio que lhe restavam de mandato presidencial, a expirar-se a 20 de janeiro de 1966. A política deflacionária "gradualista" de Campos e Bulhões não teria logrado seus objetivos na época da eleição presidencial marcada para outubro de 1965. Em julho de 1964, o Presidente Castelo Branco relutantemente concordou com uma emenda do Congresso que prolongava seu têrmo até 15 de março de 1967, marcando ao mesmo tempo a eleição para novembro de 1966. Isto foi ex-

plicado como uma extensão da "cura" temporária durante a qual se operaria a volta à vida política normal.

O primeiro teste eleitoral veio em março de 1965, com a eleição para Prefeito de São Paulo. O vencedor foi o Brigadeiro Faria Lima, que tinha sido pùblicamente apoiado por Jânio Quadros. Embora o prestígio do Govêrno Federal não estivesse diretamente em jôgo na eleição, havia rumôres de descontentamento entre os militares da linha-dura, que argumentavam que ao Govêrno não se devia permitir um teste eleitoral direto em outubro, quando os cargos de Governador de onze Estados ficariam vagos.

Em julho de 1965 a crise política agravou-se. Dos onze Estados em que devia haver eleições para Governador, dois eram de capital importância — Guanabara e Minas Gerais. Em ambos os casos o Governador em exercício (impedido por lei de se suceder a si mesmo) era um preeminente líder da UDN — Carlos Lacerda na Guanabara e Magalhães Pinto em Minas Gerais. Ambos tinham sido membros destacados da conspiração anti-Goulart, mas haviam-se tornaram abertamente contrários (Lacerda de maneira violenta) ao programa de estabilização econômica, que se tornara grandemente impopular, porque todos os setores estavam sendo por êle simultâneamente pressionados. Era, assim, inevitável que, nos dois Estados, a eleição fôsse considerada como um teste da popularidade do Govêrno federal.

No decurso de julho, o Govêrno Castelo Branco tratou de aumentar seu contrôle sôbre o sistema eleitoral com duas medidas. A primeira foi uma "lei de inelegibilidade" que barrava a candidatura nas eleições vindouras de quaisquer ex-Ministros que serviram durante a Presidência de Goulart depois do plebiscito de janeiro de 1968. Esta medida destinava-se inequìvocamente a limitar a eficiência da oposição e tornar menos provável que o Govêrno sofresse reveses sérios em seu primeiro teste eleitoral importante. A segunda medida foi um nôvo Estatuto de Partidos Políticos, que se destinava a ser a superestrutura para uma reorganização geral da atividade política no Brasil. Era esta uma medida a longo prazo, que, esperava-se, superaria o fenômeno da fragmentação partidária e ajudaria a dar ao Brasil a condição que seu nôvo

govêrno dizia ser aquela cuja falta mais se tinha feito sentir desde a guerra — estabilidade.

Em agôsto, quando os preparativos para as eleições se intensificavam, a oposição na Guanabara e Minas Gerais tentou indicar figuras que logo se revelaram anátema para os revolucionários da linha-dura. Na Guanabara, a escolha tinha recaído a princípio no Engenheiro Hélio de Almeida prontamente tornado inelegível pelo ato aprovado pelo Congresso em julho. A segunda escolha da oposição evidentemente tencionava inflamar a ira dos militares da linha dura. Era a designação do Marechal Lott, o General "nacionalista" de 1955, o candidato presidencial derrotado na eleição de 1960. A candidatura do Marechal Lott venceu por cabeça numa tumultuosa convenção do PTB, mas foi logo impugnada no Tribunal Eleitoral com o fundamento de que lhe faltava a necessária residência no Estado da Guanabara. Entretanto, o Tribunal tinha deliberado sob intensa pressão do Govêrno, inclusive uma advertência do Presidente Castelo Branco, ao declarar que os inimigos da revolução não teriam acesso a altos postos.

Em Minas Gerais, a oposição tentou apresentar Sebastião Pais de Almeida, prócer político do PSD naquele Estado, e último Ministro da Fazenda do Govêrno Kubitschek. Era também uma *bête noire* para os militares da linha dura pela sua reputação de comprador de votos. Depois que Pais de Almeida foi declarado inelegível, o PSD apontou outro aliado de longa data de Kubitschek em Minas, Israel Pinheiro. Na Guanabara, o PTB juntou-se ao PSD e apontou candidato Negrão de Lima, originário do PSD e ex-colaborador do Govêrno Kubitschek. Em ambos os Estados os Governadores da UDN em exercício endossaram os candidatos de seu partido — Roberto Rezende em Minas Gerais e Flexa Ribeiro na Guanabara. A refrega era, pois, entre políticos do PSD inspirados por Kubitschek e políticos da UDN que o eleitorado tendia a identificar com o Govêrno Castelo Branco, a despeito da tentativa dos Governadores investidos de estabelecer uma posição independente para seus candidatos.

Contados os sufrágios, Negrão de Lima e Israel Pinheiro tinham vencido com boa margem, embora nos outros nove Estados o prestígio do Govêrno federal não ficasse abalado

pelos resultados. A reação dos militares da linha-dura foi imediata e veemente ao que êles encaravam como o sucesso eleitoral da oposição. Pressionaram o Presidente Castelo Branco fortemente no decurso do mês de outubro para que anulasse os resultados das eleições. Houve até pressão para que se submetessem os vencedores a investigação por tribunal militar. Em resultado, o Presidente foi forçado a emitir um nôvo (Segundo) Ato Institucional em 27 de outubro, restaurando muitos dos podêres especiais que tinham expirado com o primeiro Ato Institucional. Em compensação, permitiu-se que o Presidente investisse pacìficamente os dois governadores pessedistas recém-eleitos, mas ao mesmo tempo seu Segundo Ato Intitucional de largo alcance ratificava as regras para a política no Brasil.

Todos os partidos políticos deviam ser dissolvidos. A eleição presidencial de 1966, bem como as eleições para governador, seriam indiretas (pelo Congresso para o Presidente e pelas legislaturas estaduais para governadores), e o Presidente readquiria o direito de cassar, à sua discrição, os direitos políticos de brasileiros considerados como ameaça à segurança do govêrno. Havia muitas outras determinações no nôvo Ato Institucional, incluindo o aumento de número de membros do Supremo Tribunal de onze para dezesseis, devendo os juízes adicionais serem nomeados pelo Presidente. Êste ensardinhamento do Tribunal era uma reação às repetidas decisões do Tribunal em favor da libertação de prisioneiros políticos.

Ao mesmo tempo que capitulava diante dos militares linha-dura, o govêrno tentava institucionalizar essas mudanças e estabelecer limites claros. O nôvo Ato Institucional devia permanecer em vigor até 15 de março de 1967, data em que o Presidente Castelo Branco passaria o poder ao sucessor. O Ato era portanto um compromisso entre os linha-dura e os constitucionalistas. Era igualmente o claro reconhecimento por parte do govêrno de que na busca de uma base política manipularia o cenário político de maneira mais cabal do que os revolucionários "constitucionalistas" tinham esperado fôsse necessário. Para êles a ampliação era profundamente inquietante: por quanto tempo teria o eleitorado de ser privado do direito de escolher diretamente seus governadores e seu

presidente? E em benefício de quem seria usada a manipulação? Acaso êste golpe não se revelaria "revolucionário" acabando por devorar seus próprios filhos?

Estabilização Versus Democracia

Depois da queda de Goulart todos os problemas essenciais do Brasil continuavam à espera de ser atacados: o problema imediato da estabilização econômica; reforma social na agricultura e na educação; e, mais importante que tudo, racionalização da economia para promover ulterior crescimento.

Mas que sistematização racional emergiria para sustentar um ataque a êsses problemas? Como seria criado e mantido um nôvo consenso social? Desde os fins da década de 50, a ideologia do Brasil, até o ponto em que a tinha, era o nacionalismo na forma ambígua que arregimentava tanto o apoio de neoliberais empenhados no crescimento como da esquerda moderada. Kubitschek mostrara-se capaz de governar, em parte porque tivera cuidado de não dar a seu govêrno qualquer identificação ideológica clara. Quadros abraçara um moralismo frenético, mas combinava-o com uma política externa marcadamente independente — inclusive uma franca recusa a seguir a política norte-americana em Cuba. Goulart, como vimos, jogou com ideologias tanto da esquerda moderada como da radical, parecendo finalmente optar pela última. Nenhum Presidente, eleito desde 1950, tinha ignorado a ideologia do nacionalismo e a esquerda que a fomentara. Para que lado iria agora o Brasil?

Nos vinte anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira tinha hesitado entre expansionismo e tentativas de estabilização. Desde a exaustão das divisas em 1947, o país afundara cada vez mais em débitos externos. Êste financiamento estrangeiro era o resultado previsível e necessário do impulso de industrialização. Não obstante, retardava o desenvolvimento e representava um ônus que equivalia a crescente risco político para os governos

subseqüentes. De 1951 a 1964 podia-se caracterizar o Brasil como apanhado numa "crise de crédito" que se aprofundava. O ritmo de crescimento econômico permanecia alto, um dos mais altas do mundo até 1962, mas o recurso extensivo ao financiamento externo significava que uma percentagem crescente de escassas divisas externas tinha de ser usada para amortizar o débito. Esta crise de crédito, que pela primeira vez se tornou grave em 1959, repetiu-se em 1961, quando o Govêrno Quadros tentou medidas ortodoxas de estabilização. Foi o problema isolado mais importante de política administrativa para o regime de Goulart. A séria escassez de divisas externas, resultado direto do preço decrescente para as exportações bem como do fracasso do Brasil em diversificar suas exportações, tornou-se evidente no começo da década de 50. Teria de ser um dos principais embaraços ao desenvolvimento continuado até meados da década de 60. Em suma, o Brasil não conseguira encontrar um nôvo método para financiar seu desenvolvimento depois de ter atingido um nível de débito que orçava pelo máximo de tolerância de seus credores estrangeiros.

Juntamente com a ocorrência de pesados débitos externos lavrava um crescente sentimento de nacionalismo político. Esta atitude, que tinha raízes históricas no Brasil e estava agora sendo fomentada pela esquerda organizada, culpava a incompreensão e má vontade estrangeiras pelas dificuldades do Brasil em manter o desenvolvimento econômico. Na prática, a explicação nacionalista era freqüentemente pouco mais do que a busca de um bode expiatório conveniente. O que ela ocultava era a dificuldade inerente de mobilizar recursos internos para o crescimento econômico, particularmnete para um ritmo ambicioso de crescimento.

Como sucede a tantas economias em desenvolvimento, uma mobilização de recursos em plena escala é o que o Brasil evidentemente precisava durante seu impulso "desenvolvimentista" da década de 50. A fim de mobilizar recursos, três passos são necessários: 1) uma adequada avaliação técnica da situação; 2) a seleção de uma estratégia de ação; 3) a construção de uma base política firme para a estratégia adotada.

O primeiro passo requer a determinação do estágio de desenvolvimento alcançado e das potencialidades e estrangulamentos para o estágio seguinte. Havia uma concordância no início da década de 50 quanto à diagnose adequada da situação econômica brasileira. Os estudos da CEPAL, do BNDE e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos lançaram os alicerces para o esfôrço de industrialização que produziu bons resultados na Presidência Kubitschek. As barreiras específicas foram identificadas: a falta de tecnologia aprimorada, a falta de equipamento e a falta de incentivos para produtores internos e externos. Estas barreiras foram vencidas pela combinação inteligente de diretrizes políticas governamentais que alentavam o rápido desenvolvimento de uma base industrial aprimorada no Brasil. Pode-se dizer sem receio que a avaliação técnica da situação econômica no Brasil no início da década de 50 — em que pesem divergências de pouca monta — foi virtualmente unânime entre a elite tecnocrática. Cremos ser difícil encontrar outra nação na América Latina onde a diagnose fôsse tão amplamente compartilhada ou a política do govêrno tão plenamente apoiada.

O segundo passo envolve a seleção de uma estratégia para o desenvolvimento. No Brasil do início da década de 50 alternaram-se os governos entre uma política nacionalista e uma política moderadamente "cosmopolita", alternativa das mais dramáticas durante a Presidência de Vargas entre 1951 e 1954. O Govêrno Kubitschek mostrou-se disposto a adotar uma estratégia mista baseada no máximo uso de recursos públicos e privados internos e externos. A ênfase nacionalista era menos pronunciada que no período de Vargas, embora a crise de crédito de 1958-59 tenha encontrado Kubitschek procurando uma saída nacionalista. Era o seu jôgo político para preservação de sua própria imagem e cumprimento de seu "programa de metas". A década de 50 pode, pois, ser vista como um período em que o Brasil seguiu uma estratégia mista, valendo-se do investimento público e privado, interno e externo, para desenvolver a base industrial e o capital social necessários para uma economia industrializante.

O terceiro passo impunha a elaboração de uma estratégia política para assegurar o apoio público à estratégia de desenvolvimento adotada. Isto requer em primeiro lugar

uma avaliação das linhas de apoio partidário e em segundo uma avaliação da base de classes e setorial subjacente à estrutura partidária. É neste ponto que o caso brasileiro se torna interessante e complexo. A base política escolhida para o esfôrço desenvolvimentista da década de 50 foi articulada por Vargas pela primeira vez na sua volta ao poder. Formando uma improvável aliança do PSD e do PSP, juntamente com o seu próprio PTB, Vargas pôde obter uma grande vitória na eleição presidencial. Mas a partir de então deixou de fortalecer a base política para uma continuação do esfôrço desenvolvimentista que começou em 1953. Kubitschek estendeu a estratégia de Vargas à sua última potencialidade sem criar entretanto nenhuma nova linha de estratégia política. O que faltava de forma mais evidente a esta estratégia era qualquer compromisso definido do partido, quer em relação à diagnose da situação econômica, quer em relação à política escolhida para o desenvolvimento. O principal amparo de Kubitschek foi o PSD, partido particularmente sem ideologia cujo apoio êle mantinha pelo generoso uso de recompensas políticas aos afilhados. A curto prazo esta atitude pragmática para com as questões básicas de análise econômica e de estratégia desenvolvimentista, foi vantajosa. Ajudou a dissolver desacordos latentes e a evitar conflitos de política administrativa sôbre os papéis relativos das classes no esfôrço desenvolvimentista. A longo prazo, porém, esta evasão às questões básicas se revelaria desastrosa quando, sob Jânio Quadros e Goulart, a liderança política se deteriorou por completo.

Maneira compreensiva de encarar o regime "revolucionário" e compará-lo com governos passados é examinar como o Marechal Castelo Branco atacou êsses três passos na tarefa básica de mobilizar recursos para o desenvolvimento. Quanto ao primeiro, meramente endossou uma avaliação técnica da situação econômica que "estava no ar" desde os primórdios da década de 60. Êste diagnóstico dava prioridade à necessidade de conseguir uma desaceleração no ritmo de aumento dos preços como pré-requisito essencial para ulterior desenvolvimento econômico. Estava implícita na política de estabilização de Quadros em 1961 e fôra a base do Plano Trienal de Furtado, delineado em dezembro de 1962. Mas nenhum govêrno tinha explicitado a avaliação com tanta minúcia como

fizeram Roberto Campos e Otávio Bulhões em meados de 1964. Foram além dos diagnósticos interiores ao fixar a responsabilidade do Govêrno Federal pelo contrôle da inflação e ao ressaltar a necessidade de diversificar o comércio exterior do Brasil como chave para aliviar o estrangulamento de divisas. Havia também uma ênfase mais nítida nos estrangulamentos da estrutura institucional brasileira: o mercado de capital obsoleto, os grupos privilegiados dentro do movimento trabalhista oficializado, o sistema monetário mal organizado e a estrutura defeituosa de distribuição dos produtos agrícolas. Tôdas essas debilidades tinham sido acentuadas antes, especialmente no Plano Trienal de Furtado, mas havia agora uma nova unidade de vistas por parte do govêrno em relação à efetivação das mudanças sugeridas pelo diagnóstico.

Na estratégia para o desenvolvimento o Govêrno Castelo Branco divergia fortemente da política de regimes anteriores. Havia antes de tudo forte ênfase na necessidade de satisfazer as autoridades financeiras internacionais e os principais credores estrangeiros como pré-requisito para ulterior desenvolvimento do Brasil. Isto significava compromisso com um rigoroso programa antiinflacioinário. Ao mesmo tempo, o nôvo govêrno procurava reabilitar o papel do setor privado, que julgava ter sido denegrido no regime de Goulart, por acentuar demais o papel do setor público numa estratégia mista. O regime de Castelo Branco procurava acentuar o do setor privado.

Havia ao mesmo tempo um nôvo compromisso com o fortalecimento e melhoramento da maquinaria da administração pública. A arrecadação de impostos — notória pela sua negligência — foi reformada com a introdução de técnicas mecanizadas de registro. Os devedores estavam sujeitos a perseguição mais pronta; viam-se não sòmente sujeitos a multas, mas também forçados a pagar um ágio percentual (computado segundo uma taxa estabelecida pelo govêrno sob uma política chamada "correção monetária") para compensar o declínio no valor real da taxação de impôsto, causado pela inflação.

Instrumento potencialmente poderoso do nôvo govêrno, para induzir alterações no setor agrário, foi a proposta de Reforma Agrária aprovada pelo Congresso Brasileiro em no-

vembro de 1964. A lei valeu-se principalmente de um impôsto territorial progressivo como estímulo à utilização mais eficiente das terras. Embora a lei contivesse muitas salvaguardas aos proprietários rurais (limites estritos ao poder estatal de desapropriar, garantias contra depreciação monetária para detentores de títulos governamentais pagos em compensação), o êxito da reforma òbviamente iria depender da atitude e determinação das autoridades administrativas. Como primeiro passo, o Instituto de Reforma Agrária (IBRA) iniciou em 1965 um ambicioso levantamento cadastral, auxiliado por computadores, de tôdas as propriedades rurais. Quando completado, êste seria o primeiro levantamento de âmbito nacional jamais levado a têrmo no Brasil. Era mais um exemplo da abordagem "tecnocrata" que caracterizou a estratégia do govêrno Castelo Branco em matéria de problemas sociais.[4]

Foi na terceira área — do apoio político à nova estratégia — que o Govêrno Castelo Branco encontrou maiores dificuldades. Em essência, defrontou-se com o mesmo problema que todo govêrno brasileiro de após-guerra tinha deparado: a avassaladora impopularidade política de qualquer esfôrço para aplicar políticas antiinflacionárias. Isto se tornou óbvio para Vargas em 1953, para o Govêrno Café Filho em 1955, para o Govêrno Kubitschek em 1958-59, para o Govêrno Quadros em 1961, e para Goulart, especialmente depois do início de 1963. O Govêrno Castelo Branco escolheu como saída uma política administrativa que o Govêrno Goulart parece ter considerado em 1964: uma solução francamente antidemocrática. De vez que o diagnóstico econômico sugeria que não havia alternativa a um rigoroso programa antiinflação e uma constante atenção à necessidade de renegociar e regularizar a dívida externa, o Govêrno Castelo Branco relegou o retôrno ao govêrno constitucional a um plano secundário. Levou às derradeiras conseqüências o que parecia ser a lógica inerente às medidas desesperadas de Quadros e Goulart: uma suspensão do processo democrático normal durante um período de emergência. A suspensão do sistema político existente entre 1945 e 1964 tinha, pois, uma conexão direta com o ritmo de desenvolvimento econômico e com a crise econômica que se evidenciou desde a Segunda Guerra Mundial. Confrontado com o problema de reveses eleitorais, enquanto prosseguisse um programa antiinflacionário, o Govêrno Castelo Branco preferiu mudar as regras do jôgo eleitoral de forma a que não pudesse sofrer derrota.

A questão histórica recorrente que surge de um exame do período 1945-1964 é a seguinte: a solução autoritária seria realmente a única saída para o impasse político? Em que ponto a suspensão do sistema democrático se tornou inevitável? Mesmo se reconhecermos que o Brasil foi extremamente mal servido por seus dois presidentes depois de 1960, permanece o fato de que a necessidade de escolhas impopulares e dolorosas na política econômica impunha graves limites ao potencial de liderança política populista ou carismática. O que todos os líderes descobriram nesse sistema político foi a ineficiência da estrutura de partidos, a incapacidade de controlar a elite no meio de uma crise altamente controvertida de formulações políticas. Em suma, não havia autoridade moral suficiente para sustentar as lideranças políticas exigidas pela crise do início da década de 60.

De outra parte, havia um contínuo envenenamento da atmosfera política à medida que a possibilidade de negociação e compromisso declinava. Os argumentos da extrema esquerda e da extrema direita tinham singular semelhança. Ambas acusavam seus inimigos de entregar o Brasil a uma potência estrangeira. A esquerda bradava "entreguismo", isto é, venalidade às potências capitalistas, particularmente os Estados Unidos. A direita clamava subversão e comunismo — venalidade ao bloco comunista. De permeio havia acusações diversas de má-fé e sentimentos antidemocráticos que iam de suspeita de Peronismo na esquerda à suspeita de militarismo reacionário na direita. Essencialmene, havia um colapso da crença de que se poderiam conciliar interêsses antagônicos. A "tensão criadora" do período Kubitschek dissolvia-se num conflito acerbo entre diferentes visões dos problemas e do potencial brasileiros.

Sobretudo, durante o último ano da Presidência Goulart havia crescente suspeita de que o equilíbrio sôbre o qual repousava a política do Brasil estava prestes a ser destruído. Seria possível que a política brasileira se tivesse atirado a um jôgo em que só havia vencedores e vencidos em sentido absoluto, mas nenhuma solução negociável? O trauma da derru-

bada de Goulart em 1964 levou a uma supressão de manejos políticos abertos e a uma tentativa de soluções de emergência a curto prazo que incluíam não só estabilização econômica como reforma institucional.

Que dizer das causas mais profundas do colapso do sistema político tão cuidadosamente construído em 1945-46? Naquela época o Brasil reafirmou seus ideais democráticos rejeitando o sistema autoritário sob o qual tanta mudança econômica e inovação institucional tinham ocorrido. Nas duas décadas seguintes a rota implícita era a participação política mais ampla — carreando uma maior porção do povo ao processo político ativo. Em 1964, interrompeu-se a tendência para uma participação pública crescente. Em seu lugar surgiu um sistema semi-autoritário. Os revolucionários cada vez mais receavam não poder justificar a uma maioria do eleitorado seus programas ou suas iléias básicas. As eleições foram, pois, tornadas indiretas — não apenas a eleição para governador de doze estados em setembro de 1966, mas também a de um nôvo presidente em outubro de 1966. Quando o Govêrno Castelo Branco encontrou séria resistência à tentativa de impor seus próprios cadidatos (sob o rótulo do nôvo partido do govêrno, chamado ARENA) nas eleições para governadores de 1966, não hesitou em expurgar a legislatura estadual, como no Rio Grande do Sul em julho de 1966, ou mesmo em afastar o governador, como em São Paulo, onde a deposição de Ademar de Barros em agôsto removeu o último dos líderes revolucionários civis que ainda ocupavam postos de cúpula.

No outono de 1966 era claro que o Govêrno Castelo Branco tinha escolhido (ou sentia-se a isso forçado) fechar cada vez mais o sistema político. A justificação imediata era a necessidade de continuar um programa de desenvolvimento econômico e de antiinflação reconhecidamente impopular, no entanto essencial. Foi o único item sôbre o qual Castelo Branco exigiu um compromisso do General Costa e Silva, candidato dos militares e portanto seu sucessor. Sòmente depois que Costa e Silva prometeu positivamente continuar o programa de estabilização, é que recebeu o apoio incondicional de Castelo Branco na campanha presidencial. A eleição de Costa e Silva pelo Congresso em outubro de 1966 era uma

conclusão óbvia, de vez que o partido governamental detinha uma maioria de cadeiras no Congresso. O partido da oposição, MDB, registrou seu protesto recusando-se a aparecer no Congresso para o voto *pro forma.*

A rejeição do eleitorado pelo govêrno, qualquer que fôsse sua justificação a curto prazo, pareceu adquirir impulso próprio. Um regime, que tão deliberadamente se recusava a praticar as artes da política eleitoral, tentava ao mesmo tempo desenvolver uma racionalização para o autoritarismo a prazo mais longo. Sobretudo o fechamento do sistema político — os expurgos dos políticos eleitos, a constante mudança das regras para impedir vitórias significativas da oposição — tornava claro que qualquer eventual retôrno para a competição aberta encontraria a elite e o grande público mal preparados. A organização de novos grupos políticos parecia virtualmente impossível na atmosfera criada pelos revolucionários.

Resta uma questão. E a oposição? Como poderiam ter-se calado tão ràpidamente as fôrças da esquerda e do centro? Os dois centros importantes de oposição política consistente, depois de 1964, eram os estudantes universitários radicais e o clero católico-romano progressista. É significativo que êsses fôssem os únicos grupos que permaneciam seguros em suas respectivas posições ideológicas. O fato é que a esquerda estava profundamente dividida no início da década de 60 e nunca o estêve tanto como no último ano da Presidência de Goulart. Entre políticos e intelectuais identificados com a esquerda grassavam profundas dúvidas acêrca da retidão das próprias idéias e da inexpugnabilidade de sua estratégia política. A confiança de que faziam praça tinha descambado para a temeridade no início de 1964. O centro? Estava ultrapassado, inexpressivo, desorganizado. A voz do centro que representava a maioria do público politizado (especialmente no setor urbano), não teve qualquer ressonância significativa nem na crise final de 1963-64 nem na situação consecutiva à crise do golpe de 31 de março.

Três fatôres contribuíram para o crescente autoritarismo do Govêrno Revolucionário. O mais importante foi a atitude dos militares que tinham sido a causa direta da queda de Goulart e imediatamente se constituíram em censores ati-

vos da vida política brasileira. A despeito de freqüentes conflitos entre os moderados e os "linha-duras" dentro do quadro de oficiais, a maioria dos militares era acorde sôbre a absoluta necessidade de impedir uma volta à política populista. Constantemente pressionavam Castelo Branco para que restringisse a oposição sempre que esta ameaçasse o monopólio de poder que os revolucionários reivindicavam para si. Um segundo fator era a desorganização e o oportunismo da elite política que lògicamente devia compreender a oposição. Um terceiro fator era a atitude profundamente cética do público em geral. A suspensão arbitrária das regras políticas, por exemplo, quase não produziu reação. O povo, desiludido com os erros e oportunismo dos "políticos", parecia resignar-se, pelo menos temporàriamente, com o domínio dos tecnocratas sob tutela militar.

Apêndice

Papel dos Estados Unidos na Queda de Goulart

Qual foi o papel do govêrno dos Estados Unidos na reviravolta política de 31 de março de 1964? A esquerda jacobina e os comunistas apressaram-se em atribuir a conseqüência do trauma político à intervenção norte-americana no Brasil, como já em seu título tornava explícito um dêsses relatos, *O golpe começou em Washington.*[1] Esta interpretação começava por argumentar que os Estados Unidos tinham modificado sua política latino-americana desde o início da Aliança Para o Progresso em 1961. A esquerda radical sustentava que o Secretário de Estado Adjunto Thomas Mann, ao contrário de seus antecessores até 1961, adotara uma política mais simpática aos governos militares na América Latina. Alegava-se que os Estados Unidos tinham esquecido os ideais de reforma social delineada pela Aliança Para o Progresso e voltado à sua tradicional política de após-guerra, de anticomunismo obsessivo. Em sua versão extrema, esta explicação concluía que os conspiradores brasileiros que derrubaram Goulart estavam agindo sob instruções diretas do govêrno dos Estados Unidos.

A evidente desorganização do govêrno de Goulart e sua relutância em empreender uma resistência até a última trin-

cheira, tornam pouco plausível a teoria de "conspiração" para explicar a derrocada do sistema político, iniciado em 1945. A reviravolta política de 1964 é explicável em têrmos das fôrças políticas que têm disputado o contrôle do Brasil desde 1945. Vale a pena, no entanto, examinar a atitude do govêrno dos Estados Unidos para com o regime de Goulart e tentar verificar qual a influência que possa ter exercício no curso dos acontecimentos em 1963 e 1964.

O govêrno dos Estados Unidos ficara extremamente decepcionado com o exíguo período de sete meses da presidência de Jânio Quadros. Ao começar o govêrno, em 1961, Quadros parecia reunir talentos invulgares de liderança que o habilitariam a realizar um vigoroso programa de estabilização, mantendo ao mesmo tempo uma base política viável no Brasil. Quando renunciou, os Estados Unidos tiveram que enfrentar a desagradável situação criada pela profunda divisão dos brasileiros quanto à possibilidade da aceitação de Goulart como Presidente. Uma vez resolvida a questão sucessória em 1961, o govêrno dos Estados Unidos decidiu adotar uma atitude de cooperação cautelosa para com o govêrno Goulart, política que não sofreu solução de continuidade até meados de 1963. Até então, a administração Kennedy encorajou Goulart a prosseguir em seu interêsse pela reforma social, mas também pressionou-o constantemente a empreender o ataque à inflação, pollticamente impopular, mas que se estava tornando mais e mais inadiável.

A mudança na atitude do govêrno dos Estados Unidos ocorreu no curso de 1963. Os acordos San Tiago Dantas-Bell, de março de 1963, deram ao Brasil a clara advertência de que precisava levar a têrmo um programa de estabilização e enfrentar a reforma social, a fim de habilitar-se para ulterior amparo financeiro. O fracasso da experiência San Tiago Dantas-Furtado e a evidente relutância de Goulart em apoiar medidas similares, como propunha o Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, despertaram dúvidas no govêrno norte-americano de que Goulart estaria disposto, em quaisquer circunstâncias, a levar a têrmo um penoso programa antiinflacionário, medida considerada indispensável pelas autoridades financeiras internacionais, e pràticamente por todos os economistas, mesmo que divergissem nos detalhes. A partir da segunda metade do ano de 1963, o govêrno norte-americano tornou-se cada vez mais circunspecto em relação a Goulart. Nenhum nôvo acôrdo de auxílio foi assinado, exceto os acôrdos para o excedente de trigo (Lei Pública 480 dos Estados Unidos) e a assistência ao programa da SUDENE no Nordeste. Em vez disso, o govêrno dos Estados Unidos seguiu uma política de negociar diretamente com os governadores estaduais que estivessem dispostos a preencher as condições das agências norte-americanas. Em estados como a Guanabara e o Rio Grande do Norte, governadores da UDN aceitaram as condições e receberam dinheiro norte-americano para realizar programas de desenvolvimento econômico.

A deterioração nas relações entre o Govêrno Goulart e os Estados Unidos tornou-se óbvia quando o nôvo Comitê de Coordenação da Aliança Para o Progresso se reuniu em São Paulo, em novembro de 1963. O Presidente Goulart fêz um discurso no qual virtualmente ignorou a Aliança Para o Progresso e concentrou suas esperanças na próxima Conferência Mundial de Comércio, em Genebra. Durante a reunião em São Paulo, o govêrno brasileiro mostrou-se ostensivamente desinteressado nos esforços para desenvolver um nôvo mecanismo multilateral para a administração da Aliança Para o Progresso.

No início de 1964, o govêrno dos Estados Unidos mostrava-se preocupado com a possibilidade de uma brusca guinada esquerdista no Brasil. O embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, mais tarde, não fêz segrêdo de sua própria crença de que Goulart em princípios de 1964 estava prestes a tentar uma solução peronista ao beco-sem-saída político do Brasil. Esta opinião era também a do Secretário de Estado, Rusk, que explicou logo depois do golpe de 1964 que o govêrno norte-americano se preocupara com a infiltração esquerdista no regime Goulart.

É claro, portanto, que o govêrno dos Estados Unidos tinha, desde os meados de 1963, decidido suspender qualquer nova assistência financeira ao govêrno federal, embora estivesse disposto a prosseguir na cooperação com os governadores estaduais que se conformassem aos preceitos da Aliança Para o Progresso. Quanto à volumosa dívida externa do Bra-

sil, o govêrno norte-americano, em fins de 1963, declarou que estava preparado a entrar em negociações para um reescalonamento da dívida brasileira, desde que a iniciativa partisse do govêrno brasileiro; e, também, que a primeira etapa da aprovação deveria vir dos credores europeus, que detinham uma parcela da dívida brasileira maior do que a dos Estados Unidos. Em outras palavras, os Estados Unidos esperariam até que o regime de Goulart estivesse capacitado a satisfazer seus credores europeus, antes de entrar em negociações para o refinanciamento da dívida. O Govêrno Goulart iniciara negociações em Paris, em março de 1964, pouco antes do Presidente ter sido derrubado. Durante o mês de março, porém, o govêrno norte-americano tornou-se mais apreensivo com a tendência *política* do regime Goulart. Havia, pois, grande tensão na embaixada norte-americana e nos altos círculos administrativos em Washington sôbre a possibilidade de violências políticas no Brasil.

E quanto ao papel norte-americano na época da própria revolta militar? Foi o govêrno dos Estados Unidos um patrocinador direto dos rebeldes militares, como tinha sido na Guatemala, em 1954, ou na Baía dos Porcos, em 1961? A resposta é, sem dúvida, negativa. Não existe prova para apoiar a alegação de que os conspiradores militares teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo govêrno dos Estados Unidos. Em princípio, a intervenção dos militares brasileiros em 1964 em nada diferiu das anteriores de 1955, 1954 ou 1945.

Como seria de esperar o embaixador norte-americano e o Secretário de Estado negaram que os Estados Unidos tivessem qualquer participação no golpe. A linguagem de ambos era inequívoca e notável a semelhança das palavras. Afirmou o embaixador Gordon, no seu depoimento perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado em 1966; "É certo que nestes quatro anos em que vivi no Brasil tornei-me bastante consciente das limitações da nossa influência. O Brasil é um país muito grande, tem uma vida política própria muito ativa e a voz norte-americana, embora significativa, não é, em nenhum sentido, uma voz controladora. A revolução brasileira de 1964 foi um produto cem por cento brasileiro, e não foi, sob qualquer feitio, forma ou maneira, um produto escondido dos Estados Unidos".[2] Em sua conferência coletiva com a imprensa,

em 3 de abril de 1964, o Secretário de Estado Rusk foi igualmente irredutível em suas negativas. Perguntado sôbre a acusação cubana de que a revolução brasileira foi preparada, ordenada e paga nos Estados Unidos, disse Rusk: "Pois bem, não existe um mínimo de verdade nisto. Simplesmente não é assim de qualquer modo, forma ou maneira".[3] O ex-embaixador Gordon foi interrogado detalhadamente sôbre o possível papel do pessoal norte-americano acreditado no Brasil e replicou: "O movimento que depôs o Presidente Goulart foi um movimento brasileiro cem por cento — não 99,44 — mas cem por cento, puramente brasileiro. Nem a embaixada norte-americana nem eu pessoalmente desempenhamos absolutamente qualquer parte no processo". Indagado se a CIA estava incluída em sua contestação de qualquer papel dos Estados Unidos, Gordon respondeu: "Sim. Na situação brasileira, qualquer que tenha sido o caso em outros países e em outras ocasiões, não houve falta de coordenação entre o pessoal da CIA, os adidos militares, os funcionários políticos da embaixada, a missão AID, a missão USIS e o Embaixador. Tudo isto foi e é uma só equipe".[4]

Parece claro, porém, que a embaixada norte-americana estava *bem informada* sôbre os esforços dos conspiradores. O adido militar, Coronel (mais tarde promovido a General) Vernon Walters, era elemento de ligação sumamente eficiente com o corpo de oficiais brasileiros. Lingüista de valor e um dos mais eficientes attachés militares estadunidenses, Walters tinha servido de intérprete para o Quinto Exército dos Estados Unidos em seus contatos com a Fôrça Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Na Itália, êle se tornou amigo pessoal do Tenente-Coronel Castelo Branco, agora General, coordenador da conspiração militar anti-Goulart. Embora os revolucionários vitoriosos fôssem circunspectos sôbre os contatos com a embaixada antes de 31 de março de 1964, alguns relatos posteriores incluíam detalhes de conversações com representantes norte-americanos no Brasil. A série de artigos-documentários publicados no *O Estado de São Paulo*, por exemplo, descreve pelos menos três contatos entre conspiradores militares e a embaixada antes de 31 de março de 1964. Assim reporta o terceiro: "Um alto funcionário [brasileiro] foi perguntado sôbre a possibilidade de

entrevista com um dos membros da seção militar da Embaixada dos Estados Unidos. Concordou em manter conversações no escritório da mesma. A entrevista teve lugar e nessa ocasião êle recebeu, vertida em linguagem diplomática, uma oferta de materiais de guerra em caso de necessidade. Sua reação foram sinceros agradecimentos acompanhados da seguinte explicação: "O Brasil, meu senhor, é um país diferente de todos os outros. No momento decisivo, estou certo de que nós aqui, com nossas próprias fôrças, saberemos como resolver a situação. De armas não precisamos. Temos bastante para uma ação, ainda que seja longa. Mas admito que possamos ser confrontados pela necessidade de combustível e nesse caso talvez entrarei em contato com o senhor".[5] Um relato jornalístico norte-americano simpático à conspiração, publicado na revista *Fortune,* afirma que nos princípios de 1964 os conspiradores estavam fazendo planos para uma rebelião armada: "Enviaram um emissário para perguntar ao Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, qual seria a posição dos Estados Unidos se se declarasse a guerra civil, o qual informou de volta que Gordon foi cauteloso e diplomático, mas deixou a impressão de que se os paulistas pudessem aguentar durante 48 horas, obteriam o reconhecimento e a ajuda dos Estados Unidos".[6] Evidentemente êstes conspiradores estavam ao mesmo tempo pensando em têrmos de uma possível secessão de São Paulo, como em 1932. O fato é que esta assistência (nunca, segundo esta reportagem, realmente prometida — sua possibilidade foi deduzida de uma "impressão") nunca foi necessária e, por conseguinte, as autoridades norte-americanas *puderam* depois declarar inequìvocamente que não tinham auxiliado os rebeldes. Que sua simpatia estava ao lado da conspiração, parece inegável.

Depois da queda de Goulart, o govêrno norte-americano deixou claro que estava exultante com o rumo da política brasileira. Apenas algumas horas depois de empossado Ranieri Mazzilli como Presidente em exercício do Brasil, nas primeiras horas de 2 de abril, o Presidente Lyndon Johnson enviou uma mensagem expressando seus "mais cordais cumprimentos" e afirmando que "o povo norte-americano acompanhou com ansiedade as dificuldades políticas e econômicas pelas quais sua

grande nação tem passado e admirou a resoluta vontade da comunidade brasileira para solucionar essas dificuldades dentro de um arcabouço de democracia constitucional e sem guerra civil".[7] A surpreendente rapidez do reconhecimento norte-americano após a queda de Goulart serviu para reforçar a suspeita de que os Estados Unidos tinham representado algum papel no golpe brasileiro.

É sabido que houve desacordos dentro do Departamento de Estado sôbre a conveniência de reconhecer imediatamente um govêrno que galgara o poder através de um golpe militar. A despeito de objeções em Washington, prevaleceram as opiniões da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro. Esta posição baseava-se no pressuposto de que a transferência de poder tinha sido constitucional, argumentando que, de vez que Goulart "deixara vaga" a presidência, era perfeitamente consentâneo com o procedimento constitucional que o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, empossasse Mazzilli, o suplente legal [na falta de um Vice-Presidente], como Presidente. Esta foi a explicação dada pelo Secretário de Estado, Rusk, na entrevista coletiva com a imprensa de 3 de abril de 1964. O entusiasmo e a rapidez do reconhecimento norte-americano causaram, porém, cuidados em Washington. A 3 de abril, Arthur Krock, o bem conhecido colunista do *New York Times,* de opiniões conservadoras, tinha elogiado o govêrno norte-americano por sua política manifesta de "deixar assentar a poeira" antes de emitir juízos sôbre os acontecimentos no Brasil. Por ocasião do aparecimento dêsse comentário, porém, a mensagem do Presidente Johnson já tinha sido enviada. Krock ficou consternado de que o govêrno norte-americano agisse tão precipitadamente. A 7 de abril reportava êle que os funcionários de carreira no Departamento de Estado tentaram convencer seus superiores de que "o povo latino-americano se apressa em encontrar e ressentir, em qualquer declaração de Washington, louvando suas mudanças revolucionárias, uma implicação de que estas serviram primordialmente ao interêsse dos Estados Unidos. E outra lição da experiência é que mais vale aguardar o desenvolvimento da política dos novos governos latino-americanos antes de os elogiar; e, como no caso do Brasil, começar a reiterar ofertas de cooperação". Krock fêz então sua perturbadora pergunta:

"Em vista destas seqüelas familiares de uma revolução na América Latina, e considerando o fato de que, embora o govêrno constitucional fôsse mantido pela substituição de um presidente fugitivo pelo presidente da Câmara dos Deputados [Goulart tinha sido derrubado pela fôrça militar] por que o Presidente Johnson e o Secretário Rusk não só tinham rejeitado os conselhos de experimentados subordinados como os tinham rejeitado com tanta pressa e publicidade ilimitada?"

Baseado em suas próprias informações, Krock responde: "Uma explicação autorizada dada hoje a êste departamento é que o Presidente e Rusk agiram por recomendação do Embaixador Lincoln Gordon no Rio de Janeiro e sua "equipe local" — "os funcionários norte-americanos que laboravam inteligente e eficientemente para manter os Estados Unidos à margem dos acontecimentos que levaram o país à revolução. Com tão boa fôlha de serviços numa situação delicada, e colocados no próprio cenário dos acontecimentos, é compreensível que seus conselhos preponderassem sôbre o dos colegas de Washington, donos de uma maior experiência continental acêrca dos caminhos da América Latina. Não obstante, crescem os indícios de que os locais [isto é, os funcionários do Departamento de Estado em Washington] foram os melhores conselheiros".[8]

Indubitàvelmente, um dos fatôres motivantes na Embaixada do Rio de Janeiro foi o desejo de fortalecer a mão dos moderados contra os "linha-duras" na disputa entre os revolucionários. O Embaixador Gordon pode ter raciocinado que o reconhecimento imediato de um nôvo chefe civil do govêrno enfraqueceria os militares mais extremados que tinham pouca paciência com formalidades constitucionais. Se foi êste o raciocínio, então a jogada do reconhecimento imediato deu resultados decepcionantes. A pressão dos oficiais da linha-dura, combinada com o fato de que os revolucionários não acreditavam nos políticos profissionais, conduziu diretamente ao primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964 (um edito arbitrário que contradizia o raciocínio "constitucional" que os Estados Unidos louvaram tão pressurosamente em justificativa de um pronto reconhecimento), e aos atos complementares cada vez mais freqüentes durante os dois anos e meio seguintes. Nascida do que foi essencialmente um golpe militar,

a Revolução de 1964 não podia ser contida dentro de limites constitucionais normais, fôsse o que fôsse que o govêrno dos Estados Unidos tivesse esperado e para isso trabalhado.

Não há dúvida de que o Embaixador Lincoln Gordon foi um defensor entusiasta do nôvo govêrno do Brasil. A 23 de abril falou em Pôrto Alegre, anunciando que a queda de Goulart presenteara o Brasil com a oportunidade de uma nova arrancada para a realização dos ideais da Aliança Para o Progresso. A 5 de maio fêz importante alocução na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, exaltando a revolução brasileira. Explicou que "êste acontecimento pode ser incluído, juntamente com o Plano Marshall, o bloqueio de Berlim, a derrota de agressão comunista na Coréia e a resolução da crise dos mísseis em Cuba, como um dos principais pontos decisivos na história mundial nos meados do séculos XX".[9] O Embaixador Gordon continuou, durante seu mandato no Brasil até princípios de 1966 (quando foi nomeado Secretário Adjunto de Estado para Assuntos Interamericanos), a defender o regime brasileiro contra as críticas que vinham do estrangeiro. Expressou sua fé no compromisso do govêrno Castelo Branco de restaurar os procedimentos democráticos, considerando-o compatível com os princípios da política Estados Unidos da América-América Latina, tais como formulados pelo presidente Kennedy. A atitude do Embaixador Gordon foi plenamente endossada nas declarações políticas e ações oficiais de Washington.

O govêrno brasileiro começou, depois de 1.º de abril de 1964, a desfrutar de uma cooperação muito mais ampla dos Estados Unidos no campo da assistência econômica e financeira. Ao mesmo tempo, o govêrno Castelo Branco adotou uma política externa inequìvocamente pró-Estados Unidos. O Brasil se tornou adepto entusiasta da intervenção na República Dominicana, em abril de 1965, e contribuiu com uma fôrça militar para a operação da OEA de manutenção da paz naquele país. Efetivamente, o Ministério de Relações Exteriores brasileiro tentou pressionar o govêrno norte-americano a exercer um veto nas Nações Unidas a fim de impedir o envio de um representante para investigar a situação dominicana. Não foi, porém, bem sucedido nesse esfôrço e o secre-

tário-geral da CEPAL, José Mayobre, viajou para a República Dominicana a fim de preparar um relatório para as Nações Unidas no verão de 1965. O efeito total da modificação da política externa do Brasil foi repudiar a política externa "independente" do período Quadros-Goulart, implementando, ao invés, a filosofia "pró-Ocidente", explanada nos cursos e conferências da Escola Superior de Guerra.

Há ainda uma razão fundamental pela qual se pode indagar a respeito do papel dos Estados Unidos na reviravolta política de 31 de março de 1964. Admitido que o govêrno norte-americano de nenhum modo "patrocinou" os rebeldes anti-Goulart, cujas ações foram explicáveis em têrmos da dinâmica da política brasileira desde 1930, até que ponto foi a mentalidade dos "revolucionários" influenciada indiretamente pelos Estados Unidos? Esta é uma questão difícil, além de interessante, que transcende o escopo de um apêndice e iria exigir um estudo detalhado das relações Estados Unidos-Brasil durante várias décadas pretéritas.

Uma área especial em que se deve procurar indícios desta "influência" mais sutil é a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949 sob a inspiração e liderança do General Cordeiro de Farias, líder anti-getulista na era do após-guerra. Em decorrência dos acôrdos militares Estados Unidos-Brasil dos princípios da década de 1950, o Exército norte-americano recebeu direitos exclusivos de prestar assistência na organização e operação da escola modelada pelo *National War College* de Washington. Tendo em vista o fato de que a Escola Superior de Guerra se converteu em ponto de encontro de eminentes militares oposicionistas aos políticos civis populistas, valeria examinar a extensão em que a ideologia fortemente anticomunista — raiando por uma atitude antipolítica — de oficiais como os Generais Cordeiro de Farias e Jurandir Mamede foi fortalecida (ou moderada?) por seus freqüentes contatos com oficiais norte-americanos. Houve também o fato de que os militares brasileiros tinham recebido, desde princípios da década de 1950, considerável quantidade de assistência militar dos Estados Unidos sob a forma de equipamento e treinamento. Até que ponto esta relação transformou atitudes anteriores de oficiais brasileiros no papel das fôrças armadas no porcesso político brasileiro? Se, como parece provável, os militares brasileiros se entregaram a um envolvimento muito mais profundo em política, os estudiosos do Brasil contemporâneo terão de examinar cuidadosamente as fôrças que plasmaram a opinião do oficialato.

Notas

Capítulo I

1. A historiografia sôbre a República Velha (1889-1930) é relativamente escassa. O relato clássico é o de José Maria Bello, *História da República:* 1889-1954 (São Paulo, 1959), de que há edição norte-americana (Stanford, California 1966). Um ensaio estimulante, mas geralmente subestimado, é o de Charles Mozaré, *Les trois ages du Brésil* (Paris, 1954). Uma das mais profundas críticas à República Velha foi publicada por um monarquista às vésperas da Revolução de 1930: José Maria dos Santos, *A política geral do Brasil* (São Paulo, 1930). Dois relatos gerais com muitas informações valiosas são: Sertório de Castro, *A República que a revolução destruiu,* (Rio de Janeiro, 1932): e Dormund Martins *Da república à ditadura* (Rio de Janeiro, 1931). Para inestimáveis sugestões bibliográficas veja de Américo Jacobina Lacombe, *Brasil: Período nacional* (México City, 1956).

2. O clássico estudo sôbre os "coronéis" na política interna é o de Vítor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil* (Rio de Janeiro, 1948). Para um estudo que mostra como o coronelismo persistiu num Estado nordestino atrasado, veja de Edson Portela Santos: "Evolução da Vida Política no Município de Picos, Piauí", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* N.º 10 (Janeiro, 1961), 160-83. Uma coleção de

estudos de casos de "Coronel" com muitos detalhes é o de Marcus Vinicius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque: *Coronel, Coronéis* (Rio de Janeiro, 1965). Sem dúvida uma das melhores maneiras de compreender a atmosfera do coronelismo é através de novelas de escritores oriundos dessas áreas da hinterlândia. Um dos conhecidos relatos ficcionais de um "coronel" é a novela de Má rio Palmério, *Vila dos Confins* (Rio de Janeiro, 1956).

3. A Aliança Liberal nasceu de pacto para a eleição presidencial de 1930 firmado pelos líderes dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O pacto era apoiado também pelo recém-formado Partido Democrático de São Paulo, que se opunha ao Partido Republicano Paulista, a fôrça dominante no Estado. A plataforma da Aliança Liberal, publicada em 2 de janeiro de 1930, está em Getúlio Vargas: *A Nova Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1938). I, 19-54.

4. Reimpresso por Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930* (São Paulo, 1958), II, 18-20.

5. A literatura sôbre a Revolução de 30 é muito extensa e até agora não existe uma bibliografia crítica disponível. Tirei farto material de excelente levantamento de Edgar Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, 1922-1938 (São Paulo, 1965). Para narrativas secundárias úteis, veja de Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras, 1922-1928* (São Paulo, 1966), II, 363-368, e Hélio Silva, *1930, a revolução traída* [O ciclo de Vargas, v. III], (Rio de Janeiro, 1966). Os mais penetrantes relatos contemporâneos são de Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sôbre a revolução de outubro* (São Paulo, 1933) e de Virgílio de Melo Franco, *Outubro 1930* (Rio de Janeiro, 1931). Um importante depoimento extremamente minucioso sôbre as origens da Aliança Liberal é de João Neves da Fontoura, *Memórias*, v. II: A aliança liberal e a revolução de 1930, (Rio de Janeiro, 1963). Sôbre o papel de Minas Gerais na Revolução, veja de Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, (Rio de Janeiro, 1955), III, 1300-1363. Sôbre dois aspectos especiais da revolução, veja de John D. Wirth, "Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930", *Hispanic American Historical Review*, XLIV, N.º 2 (maio de 1964), 161-179; e de Jordan Young, na mesma edição de *Hispanic American Historical Review*, 180-96. Afirmando (p. 181) que pràticamente não houve expurgos entre os militares superiores depois da revolução, Young parece contradizer a análise de Wirth (p. 169), onde se argumenta que muitas vítimas ressentidas dos expurgos mais tarde aderiram à revolta paulista de 1932. Sôbre o assassinato de João Pessoa, veja de Ann Quiggins Tiller, *Hispanic American Historical Review, XLV*, N.º 3 (agôsto de 1965), 384-92.

6. Vargas, *A Nova Política*, I, 59-63.

7. Tristão de Alencar Araripe, *Tasso Fragoso*: *Um pouco de história de nosso exército* (Rio de Janeiro, 1960), 543, 545, 547. Sôbre o papel cada vez mais "político" do Exército na década de 20, veja de Estêvão Leitão de Carvalho, *Dever militar e política partidária* (São Paulo, 1959).

8. *Ibid.*, 557.

9. Existe um detalhado relato da dramática intervenção do Cardeal, no livro da Irmã Maria do Santo Rosário (Laurita Pessôa Raja Gabaglia), *O Cardeal Leme* (Rio de Janeiro, 1962), 216-26.

10. Araripe, *Tasso Fragoso*, 611.

11. Para a história da política rio-grandense durante a velha República, veja de A. Fay de Azevedo e F. Contreiras Rodrigues, "Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: dois pontos de vista", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, N.º 2 (julho de 1957), 76-98. Interessantes também são os depoimentos de Neves da Fontoura, *Memórias, I: Borges de Medeiros e Seu Tempo* (Rio de Janeiro, 1958); e de João Pio de Almeida, *Borges de Medeiros* (Pôrto Alegre, 1928). O Professor Joseph Love, da Universidade de Illinois, está preparando um estudo sôbre a política gaúcha na Velha República.

12. Para uma análise dessas duas correntes, veja de Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República*, III, 1421; e o mais recente *Evolução da Crise Brasileira* (São Paulo, 1965), 76-82. Há uma interessante análise das diversas correntes ideológicas na Revolução de 1930 por um ulterior apologista do Estado Nôvo, Azevedo Amaral, em *O estado autoritário e a realidade nacional* (Rio de Janeiro, 1938), 80-105.

13. A história do constitucionalismo liberal no Brasil é precìpuamente, ainda que decerto não inteiramente, um aspecto da história da política e do pensamento político em São Paulo. Entre as fontes sôbre o Partido Democrático, está o volume da memória dedicado ao primeiro presidente do partido, Antônio Prado: Naza-

reth Prado, ed., *Antônio Prado no Império e na República* (Rio de Janeiro, 1929); e as memórias do secretário-geral do partido, Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista: O Partido Democrático e a Revolução de 1930* (São Paulo, 1958), 2 vols. Para um exemplo da posição liberal clássica, veja A. de Sampaio Doria, *O espírito das democracias* (São Paulo, 1925). O calcanhar de Aquiles do constitucionalismo no Brasil foi a "questão social", problema que já se configurava bem antes da Revolução de 1930. Veja de F. Contreiras Rodrigues, *A questão social e o Partido Democrático Nacional* (Rio de Janeiro, 1928). Oliveira Viana criticou o Partido Democrático logo depois de sua fundação por estar "refletindo apenas o ambiente paulista". E ainda do mesmo Oliveira Viana, *O idealismo da Constituição* (Rio de Janeiro, 1927), 114. O mais famoso representante do constitucionalismo liberal fora de São Paulo foi o político sul-riograndense J. F. de Assis Brasil, fundador no Rio Grande do Sul do Partido Libertador. Uma de suas obras mais importantes se intitula *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*, 4.ª ed. (Rio de Janeiro, 1931).

14. As melhores narrativas secundárias das revoltas dos tenentes são as de Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, I, 223-309; Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, 21-67. Preciosa pormenorização se encontra nos dois primeiros volumes da série "O Ciclo de Vargas" de Helio Silva: *1922: Sangue na Areia de Copacabana*, (Rio de Janeiro, 1964) e *1926: A Grande Marcha* (Rio de Janeiro, 1965).

15. A melhor análise concisa do tenentismo se encontra em Wirth, "Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930", O mais antigo estudo clássico é o de Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo* (Rio de Janeiro, 1933), republicado sob o título *Que foi o tenentismo?* (Rio de Janeiro, 1963). Veja também de Robert J. Alexander, "Brazilian Tenentismo", *Hispanic American Historical Review*, XXXVI, N.º 2, (maio de 1956), 229-42. Para uma interessante análise marxista, veja Leoncio Basbaum, *História sincera da República*, III (São Paulo, 1962), 21ss. O caráter elitista do pensamento tenentista é patente na resposta de Juarez Távora ao Manifesto Comunista de Maio de 1930, de Luís Carlos Prestes, reimpresso em *Ideais e lutas*, de Nogueira Filho, II, 714-18.

16. Lídia Besouchet, *História da Criação do Ministério do Trabalho* (Rio de Janeiro, n. d.), 57. Luís Carlos Prestes, exilado

em Buenos Aires, publicou um manifesto a 30 de maio de 1930, denunciando o "programa anódino" da Aliança Liberal e advertindo que a eleição não tinha passado de uma disputa "entre os interêsses contrários de duas correntes oligárquicas". Dois líderes do tenentismo, João Alberto e Siqueira Campos, tinham ido a Buenos Aires para tentar aliciar o apoio do "cavaleiro da esperança" para a revolta iminente. Não conseguiram convencer Prestes, cujo Manifesto de Maio, reclamando uma "revolução agrária e anti-imperialista", era uma declaração de sua conversão ao comunismo. O manifesto é reimpresso em *Ideais e Lutas*, de Nogueira Filho, II, 710-13. Detalhes da missão a Buenos Aires, durante a qual Prestes procurou sem sucesso converter seus visitantes ao comunismo, estão em João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um revolucionário* (Rio de Janeiro, 1953), 222-26. Sôbre a história antiga do Partido Comunista no Brasil, veja de Astrogildo Pereira, *Formação do PCB: 1922-1928; notas e documentos* (Rio de Janeiro, 1962). Pereira era um dos intelectuais comunistas do Brasil mais extensamente respeitados. Para a história do Partido Comunista, veja também Abguar Bastos, *Prestes e a revolução social* (Rio de Janeiro, 1946); Rollie E. Poppino, *Internacional Communism in Latin America* (Glencoe, 1964), 70.77; Roberto J. Alexander, *Communism in Latin America* (New Brunder, N. J., 1957), capítulo VII.

17. Araripe, *Tasso Fragoso*, 582.

18. General Tasso Fragoso, membro da junta que depôs Washington Luís, irritou-se com a rejeição pelo Presidente de sua sugestão para o aumento de verbas. *Ibid.*, 525-26. Aumento de verbas para os militares era uma cláusula específica na plataforma da Aliança Liberal.

19. Há um sumário do caso das cartas forjadas de Artur Bernardes em José Honório Rodrigues, *Teoria de história do Brasil*, 2.ª ed. (São Paulo, 1957), II, 509-19.

20. A plataforma da Aliança Liberal também era favorável a uma anistia geral para todos os rebeldes e militares, alguns dos quais tinham passado anos no exílio no Uruguai e Argentina. Washington Luís tinha-se recusado teimosamente a conceder anistia aos rebeldes da era Bernardes (1922-1926).

21. Júlio Prestes, líder da maioria no Senado em 1926, ocasião em que apresentou ao Congresso a Lei da Reforma Monetária que foi a base da política financeira de Washington

Luís. Há uma explicação pormenorizada da situação financeira do Brasil em 1930 em Agnes Waddell, "The Revolution in Brazil", *Foreign Policy Association Information Service,* VI, N.º 26 (março, 4, 1931), 489-506. Uma defesa da política financeira de Washington Luís é apresentada por Francisca Isabel Schurig Vieira. "O pensamento político-administrativo e a política financeira de Washington Luís", *Revista de História,* XI, N.º 41 (jan-mar, 1960), 105-46. O estudo fundamental da política de exportação do café é de Antônio Delfim Neto, *O problema do café no Brasil* [Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas: Universidade de São Paulo, Boletim N.º 51] São Paulo, 1959. Celso Furtado argumenta que a revolução "foi uma reação contra a excessiva predominância dos grupos do café — e seus aliados da finança internacional envolvidos na política de valorização — no Govêrno Federal". *The Economic Growth of Brasil* (Berkeley, 1963), 221. Certamente não se pode dizer o mesmo do ano imediatamente anterior à revolução, quando os cafeicultores atacaram amargamente o Govêrno Federal pela manutenção de um alto valor para a moeda brasileira e pelo seu fracasso em pelo menos minorar os efeitos do colapso dos preços mundiais do café. considerando a Revolução de 1930 como uma revolta contra São Paulo e tudo quanto simbolizava o sistema político da Velha República, Furtado deixa de mencionar a maneira como os cafeicultores se tinham voltado contra o Govêrno Washington Luís (e seu candidato presidencial, Júlio Prestes) em 1929. A ironia estava no fato de que ambos os homens eram do principal Estado cafeeiro. O papel da questão cafeeira em 1930 é bem descrito por Barbosa Lima Sobrinho *A Verdade,* capítulo IX, intitulado "O Marechal Café".

22. Pode-se enfocar a Revolução de 1930 como parte da luta entre reformadores, especialmente os tenentes, e as "oligarquias" estaduais. Êste é o tema de Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo,* Olhando-se por êsse prisma, pode-se dizer que Vargas finalmente obteve o domínio usando as oligarquias contra os reformadores. Amaral, *O estado autoritário,* 107ss.

23. Não existe história geral da política nem da cidade nem do Estado de São Paulo. Muitas informações podem ser encontradas em Richard M. Morse, *From Community to Metropolis* (Gainesville, 1958). As memórias do preeminente político paulista Altino Arantes, *Passos do meu caminho* (Rio de Janeiro, 1958) são uma importante fonte, do mesmo modo que o volume comemorativo *Centenário de Júlio Mesquita* (São Paulo, 1964). Exemplos interessantes de obras exaltando as virtudes cívicas de São Paulo: de A. Carneiro Leão, *São Paulo* em 1920 (Rio de Janeiro, 1920); e de Ruy Ribeiro Couto, *Espírito de São Paulo* (Rio de Janeiro, 1932). A história do separatismo paulista remonta ao império e está intimamente associada ao crescimento do republicanismo. Sôbre êsse fenômeno pouco estudado, veja Luís Washington Vita, *Alberto Sales: ideólogo da república* (São Paulo, 1965), 35ss. Sôbre a existência e papel de classe média na moderna história brasileira, veja de John J. Johnson, *Political Change in Latin America: The Emergence of the Middle Sectors* (Stanford, 1958), Capítulo 8. Alguns dados rudimentares sôbre a mobilidade social sob a Velha República são apresentados por João Camillo de Oliveira Tôrres, *Estratificação social no Brasil* (São Paulo, 1965), 151-77.

24. Para exemplo da reivindicação de uma Assembléia Constituinte já em novembro de 1930, feita por um porta-voz do constitucionalismo liberal, veja de A. de Sampaio Dória, *Democracia: A Revolução de 1930* (São Paulo, 1930).

25. O decreto foi publicado por Nogueira Filho, *Ideais e Lutas,* II, 741-43.

26. Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo,* 99-10; breve relato das origens do Ministério do Trabalho é dado por Besouchet, *História da Criação de Ministério do Trabalho.*

27. A influência dos tenentes entre 1930 e 1932 está muito bem focalizada em "Tenentismo", de Wirth.

28. Vargas, *A Nova Política,* II, 17-19.

29. Para exemplos da irada reação de revolucionários paulistas ao que consideravam o deliberado abuso de São Paulo e o fracasso em levar a têrmo seu programa, veja Paulo Duarte, *Que é que há?... pequena história de uma grande pirataria* (São Paulo, 1931); e Vivaldo Coaraci, *O caso de São Paulo* (São Paulo, 1931). O Partido Republicano Paulista era o alvo favorito dos dois autores.

30. Theodorico Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil: 1808-1946* (Rio de Janeiro, 1947), 193-96.

31. Desprovidos de armamento suficiente, os paulistas revidaram com palavras. A literatura comemorativa é vasta e muito *engagé.* Para uma bibliografia da Revolução Constitucionalista de 1932, veja Aureliano Leite, "Causas e objetivos da Revolução de

1932", *Revista de História*, XXV, N.º 51 (julho-setembro, 1962), 139-66. Típico da exuberante literatura é o livro de Alfredo Ellis Junior, *A nossa guerra* (São Paulo, 1933); e o de Menotti Del Picchia, *A Revolução Paulista.* (São Paulo, 1932). Para uma interessante resenha de Paulo Duarte, *Palmares pelo Avêsso* (São Paulo, 1947), memória de um rebelde paulista, veja Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil* (São Paulo, 1960), Capítulo IX. As memórias de João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um revolucionário* foram objeto de longo estudo de Júlio de Mesquita Filho, *Memórias de um revolucionário: Notas para um ensaio de sociologia política* (São Paulo, 1954). João Alberto era o interventor desastrosamente impopular em São Paulo em 1930-31. Júlio de Mesquita Filho é o rebento da famosa família proprietária de influente diário, *O Estado de São Paulo*, um pilar do constitucionalismo liberal. Para o esfôrço de mobilização paulista em que Roberto Simonsen desempenhou papel central, veja de Clóvis de Oliveira, *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932* (São Paulo, 1956). O melhor relato secundário da Revolta de 1932 é o de Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, II, 396-413.

32. Para um exemplo da tentativa de um gaúcho procurar aliciar Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro para o apoio de São Paulo, veja João Neves da Fontoura, *Por São Paulo e pelo Brasil* (n. p., 1932). Representante da posição constitucionalista liberal, Neves da Fontoura atacou vigorosamente os tenentes, 46. Mais tarde, em suas memórias, afirma que Vargas aprovava sua atividade em 1930-31, *Memórias*, II, 481ss. Logo depois da derrocada da revolta paulista, Neves da Fontoura publicou sua própria análise dos setores onde a Revolução de 1930 tinha errado, em *Acuso!*, 2.ª ed. (Lisboa, 1933). A posição ambígua de Flores da Cunha, antes de eclodir a revolta em São Paulo tornou-o pòliticamente vulnerável depois da derrota militar dos paulistas. Num esfôrço para provar que tinha sido leal a Vargas, pediu um "Tribunal de Honra" cujas conclusões foram publicadas em *O General Flôres da Cunha e a Revolução Paulista: Decisão do tribunal de honra e outros documentos* (Pôrto Alegre, 1933).

33. Sôbre as reformas no sistema eleitoral, veja de Barbosa Lima Sobrinho, "Evolução dos sistemas eleitorais", *Revista de Direito Público e Ciência Política*, IV, N.º 3 (Set.Dez. 1961), 29-40; de Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, capítulo 6; e de Edgard Costa, *A Legislação Eleitoral Brasileira* (Rio de Janeiro, 1964).

34. Para uma análise da Constituição de 1934 por um notável estudioso da história constitucional européia e norte-americana, veja de Karl Loewenstein, *Brazil Under Vargas* (Nova York, 1942), 21-26. Veja também de Fábio Lucas, *Conteúdo social nas Constituições brasileiras* (Belo Horizonte, 1959), 65-71; Hamilton Leal, *História das instituições políticas do Brasil* (Rio de Janeiro, 1962), 469-505. A avaliação dos acontecimentos políticos entre 1930 e a Constituição de 1934 feita por um intelectual católico, pode ser encontrada em Alceu Amoroso Lima, *Indicações Políticas da revolução à Constituição*, (Rio de Janeiro, 1936). Para um relato das atividades da Liga Eleitoral Católica, que pedia artigos progressistas sôbre assuntos sociais e econômicos na nova Constituição, veja da Irmã Maria Regina, *O Cardeal Leme*, 309-22.

35. O Clube 3 de Outubro, que tinha sido a voz mais atraentemente organizada do tenentismo, começou a sofrer forte declínio em sua influência em abril de 1933, depois de publicar um manifesto opondo-se às eleições marcadas para o mês seguinte. Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, 133-34. Alhures Carone assinalou que embora os tenentes estivessem divididos e carecessem de uma "ideologia definida", não obstante exerciam importante influência. Atribui os seguintes itens aos esforços dos tenentes: o Código de Minas, a tributação dos bens imóveis, a "luta" contra a Light, o Código de Aguas, a eleição e o govêrno de Pedro Ernesto como prefeito do Distrito Federal e o trabalho de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho. Êste último item parece um caso questionável de influência tenentista. Resenha de Nelson Werneck Sodré, *Introdução à revolução brasileira* (Rio de Janeiro, 1958) por Carone em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 7 (nov. 1959), 150.

36. Afonso Arinos de Melo Franco, *História e teoria do partido político no Direito Constitucional Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1948), 86-87.

37. A narrativa de Prestes da fundação e direção do ANL foi mais tarde feita em um discurso pronunciado em 1945: *Problemas atuais da democracia* (Rio de Janeiro, n.d.), 167-82.

38. Detalhes da ANL podem ser encontrados em *Vargas, o maquiavélico*, de Afonso Henrique (São Paulo, 1961), que trata do período até o Estado Nôvo. O autor, que era o tesoureiro da

ANL, em 1966 publicou mais dois volumes sôbre a era de Vargas, inclusive a presidência de 1951-1954.

39. As fontes sôbre o Integralismo são limitadas. Olbiano de Melo, ex-integralista, nos deu um relato em *A marcha da revolução social no Brasil* (Rio de Janeiro, 1957). Plínio Salgado, o líder integralista, tem sido um autor prolífico. Veja dêle *O integralismo perante a nação*, 3ª ed. (Rio de Janeiro, 1955), que inclui seus principais manifestos. Útil também é *Enciclopédia do integralismo*, 11 vols. (Rio de Janeiro, 1957-61). Uma excelente narrativa contemporânea Karl Heinrich Hunsche, *Der brasilianische Integralismus: Geschichte und Wesen der faschistischen Bewegung Brasiliens* (Stuttgart, 1938). A dissertação de Hunsche foi completada logo antes do golpe de novembro de 1937.

40. Um dos mais interessantes relatos secundários da década de 30 é de Basbaum, *História sincera*, III, uma indispensável fonte primária é a franca narrativa de Góes Monteiro, o general cujo apoio foi essencial para o golpe de 1937, por Lourival Coutinho, *O General Góes depõe...* (Rio de Janeiro, 1955). Uma análise contemporânea que se revelou de valor duradouro é "Brazil's Political and Economic Problems", de Horace B. Davies, *Foreign Policy Reports*, XI, Nº 1 (13 de março de 1935), 2-12. Existe uma interpretação do período inteiro da Revolução de 1930 até o fim do Estado Nôvo em Rollie E. Poppino, "O processo político no Brasil: 1929-1945", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 17 (julho de 1964), 83-94.

41. Citado por Carone, *Revolução do Brasil Contemporâneo*, 143.

42. O processo da radicalização é descrito em detalhe por Afonso Henrique, *Vargas, o maquiavélico*, que atribui o descrédito da Aliança Nacional Libertadora aos ubíquos "agentes" de Vargas. Uma teoria semelhante da conspiração é apresentada em Basbaum, *História sincera*, III. Robert Levine, da State University of New York at Stanybrook, está empenhado num estudo da radicalização política durante a década de 30. Aproveitei-me abundantemente de Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, para minha própria análise. Historiadores que fizeram pesquisas sôbre a revolução de 1930 relatam que a desorganização dos registros policiais sugere que a polícia dificilmente seria capaz das maquiavélicas manipulações de que é freqüentemente acusada. Os serviços de inteligência do Exército podem ter sido mais eficientes. As fontes de informação do próprio Vargas foram provàvelmente suplementadas pelo generosidade do serviço secreto britânico, bem como pela Gestapo. Estas duas organizações investigavam as atividades comunistas no Brasil e ambas tinham suas próprias razões para desejar ajudar a impedir uma violenta "guinada" para a esquerda no Brasil.

43. Não existe estudo histórico detalhado da revolta comunista de 1935, que foi descrita como "a única tentativa séria de tomar o poder pela fôrça na história do comunismo latino-americano" cf. Ernst Halperim, "Latin América", *Survey* (Jan. 1965), 165. Um relato da revolta pode ser encontrado em Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, II, 415-35, e Poppino, *Internacional Communism in Latin America*, 143-44. Para o relato de um participante, veja de Agildo Barata, *Vida de um revolucionário* (Rio de Janeiro, n. d.). Robert J. Alexander, *Communism in Latin America*, Capítulo VII, tem um interessante relato da Aliança Nacional Libertadora, mas não distingue claramente entre as alas "legalista" e "revolucionária" do Partido Comunista. A distinção é clara em Basbaum, *História sincera*, III, 77-103, ativo comunista do período. Em anos posteriores, Luís Carlos Prestes viu-se em dificuldades para explicar como os comunistas puderam ter sobreestimado tão gravemente o potencial revolucionário em 1935. "Nosso êrro", explicou êle num discurso em 1945, "não foi empunharmos armas", mas "não termos conseguido ampliar a frente, a União Nacional, em não termos conseguido desmacarar por completo, a propaganda fascista". Prestes, *Problemas atuais da democracia*, 169. Veja também Bastos, *Prestes e a revolução social*, 297-336.

44. Armando de Sales Oliveira, *Jornada democrática: discursos políticos* (Rio de Janeiro, 1937), XIX; 7-9, 10, 17-18.

45. Para os seus discursos de propaganda, veja José Américo de Almeida, *A palavra e o tempo: 1937-1945-1950* (Rio de Janeiro, 1965).

46. Lourival Coutinho, *O General Góes depõe*, 231-327. A contínua e eficiente pressão sôbre Vargas dos militares é salientada em John D. Wirth, *Brazilian Economic Nationalism: Trade and Steel Under Vargas*, (PhD., dissertação, Stanford University, 1966).

47. Para uma breve análise do incidente do "Plano Cohen" e suas origens, veja José Honório Rodrigues, *Teoria da história do Brasil*, II, 519-24.

48. A filha de Vargas, Alzira, descreve sarcàsticamente o desejo de Dutra e Góes Monteiro de desfechar o golpe "dêles" no aniversário da queda do Império, como êmulos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os arquitetos do golpe de 1889. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu Pai* (Rio de Janeiro, 1960), 162-230. Os esforços de Dutra para restabelecer a "disciplina" no Exército depois de 1936 são descritos por José Caó, *Dutra: o presidente e a restauração democrática* (São Paulo, 1949), 63.

49. Armando de Sales Oliveira, *Diagrama de uma situação política: manifestos políticos do exílio* (São Paulo, 1945), 5-19.

50. Armando de Sales Oliveira, *Jornada democrática,* 10,21.

51. Armando de Sales Oliveira, *Diagrama,* 13.

52. Vargas, *Nova política,* V, 17-32.

53. Sôbre a política do café na década de 30, veja Benedicto Mergulhão, *O General Café na revolução branca de 30* (Rio de Janeiro, 1944); e Sérgio Milliet, *Roteiro do café* (São Paulo, 1941), bem como a abalizada análise econômica de Delfim Neto, *O problema do café*.

54. Exemplo mais antigo da crítica antidemocrática do "liberalismo romântico" pode ser encontrado em Virgínio Santa Rosa, *A desordem*, 99ss., (Rio de Janeiro, 1932). Libelo similar ao liberalismo "fossilizado" inerente à Revolução de 1930 aparece no sugestivo livro de Martins de Almeida, *Brasil Errado: ensaio político sôbre os erros do Brasil como país* (Rio de Janeiro, 1932). Na altura de 1935 êsses críticos sentiam seus diagnósticos amplamente confirmados pela ação da Assembléia Constituinte e da resultante Constituição de 1934. Veja, por exemplo, Azevedo Amaral, *A aventura política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1935). Amaral anunciava que o "individualismo econômico e a democracia liberal estão reduzidos a dois cadáveres em tôrno dos quais murmuram as suas lamentações impotente as velhas carpideiras..." *Aventura,* 6. Os discursos de campanha de Armando Sales Oliveira em 1937 manifestavam uma justificada preocupação com a questão da viabilidade da democracia no Brasil.

55. O caráter do regime autoritário de Vargas foi analisado por Loewenstein, *Brazil Under Vargas*. Embora o estudo de Loewenstein seja a melhor análise existente do Estado Nôvo, ressente-se de uma abordagem excessivamente jurídica e de ter sido publicada em 1942, antes que algumas das características mais duradouras da estrutura sindical, como o sistema de sindicatos trabalhistas, tivessem experimentado o subseqüente desenvolvimento iniciado em 1942. Para uma indignada visão do Estado Nôvo por um amigo estrangeiro do Brasil, veja Samuel Putnam, "The Vargas Dictatorship in Brazil", *Science and Society,* V (1941), 97-116. Os relatos históricos do Estado Nôvo tendem a minimizar o terrorismo policial da era, talvez em parte porque Vargas posteriormente conseguiu modificar a imagem do ditador pela sua atuação democrática depois de 1945, especialmente na presidência de 1951 a 1954. A perseguição do ditador a intelectuais produziu pelo menos uma obra famosa na literatura: Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere,* 4 vols. (Rio de Janeiro, 1953).

56. A melhor narrativa secundária do ataque integralista está em Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras,* II, 437-57, Alzira Vargas fêz seu próprio relato chistoso da suspeita incapacidade dos militares superiores para defender o presidente — Goes Monteiro "cercado" em seu apartamento (conforme informou à Alzira pelo telefone); o Chefe do Gabinete Militar Canrobert Pereira da Costa raptado de pijama; Cordeiro de Farias, comandante da coluna de socorro, imerso em problemas de lógica; o Ministro da Guerra Dutra chegando ao palácio e depois pedindo instruções, perplexo. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas,* 117-33. Um influente jovem oficial não-integralista envolvido no ataque foi o Tenente Severo Fournier, cujo diário foi publicado por David Nasser, *A revolução dos covardes* (Rio de Janeiro, 1947).

57. O autor da Constituição de 1937 e principal teórico do Estado Nôvo foi Francisco de Campos. Veja seu *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico,* 3.ª ed. (Rio de Janeiro, 1941). Azevedo Amaral, *O estado autoritário,* faz uma lúcida defesa de Estado Nôvo como o primeiro regime brasileiro que não foi simplesmente uma cópia de um modêlo estrangeiro inadequado, como os ineficientes regimes "liberais-democráticos" do passado. Amaral mais tarde descreveu Vargas como o "Chefe da Nação", cuja "suprema e incontrastável" autoridade tem uma "benéfica atividade educadora" sôbre a "alma popular". Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas: estadista* (Rio de Janeiro, 1941), 92. O papel de apologista do Estado Nôvo é tanto mais interessante em vista do fato de que Azevedo Amaral endossou Júlio Prestes durante a campanha de 1930. Veja, por exemplo, *Ensaios Brasileiros,* 229-45.

Um dos primeiros ensaístas a apoiar uma solução fascista para o Brasil depois da Revolução de 1930 foi Otávio de Faria em seu *Maquiavel e o Brasil* (Rio de Janeiro, 1931). Oliveira Viana, que também se revelou simpático à mudança autoritária de 1937, criticara por muito tempo o pendor brasileiro para copiar sem critério formas políticas estrangeiras. Veja, por exemplo, seu *Idealismo da Constituição*, 12-15, onde argumenta que a falta de opinião pública organizada no Brasil tornava impossível a democracia, como é praticada nos Estados Unidos e na Europa. As obras da inspiração governamental de Isaías Alves, *Educação e brasilidade: idéias-forças do Estado Nôvo* (Rio de Janeiro, 1939) e *Fôrças Armadas e direção política* (Rio de Janeiro, 1941 são apenas coletâneas e excertos de discursos de Vargas.

58. As frases "política de clientela" e "estado cartorial" foram cunhadas por Hélio Jaguaribe em suas sugestivas análises do sistema político brasileiro sob a República. A primeira versão publicada foi "Política de Clientela e Política Ideológica", *Digesto Econômico*, VI, N.º 68 (julho de 1950), 41-62. Entre seus trabalhos posteriores veja *O problema de desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (São Paulo, 1956); *Condições institucionais do desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1958); *O nacionalismo na atualidade brasileira* (Rio de Janeiro, 1958).

59. Para uma coletânea de artigos de eminentes críticos do mundo político, econômico e social da República Velha, veja de A. Carneiro Leão e outros, *À Margem da História da República*, (Rio de Janeiro, 1924). A efervescência intelectual da década de 20 é descrita por João Cruz Costa, *A History of Ideas in Brazil* (Berkeley, 1964), 239-71.

60. Wirth, "Tenentismo", 172-75; Delfim Neto, *O Problema do café*, 123-40; Henry William Spregel, *The Brazilian Economy: Chronic Inflation and Sporadic Industrialization* (Filadélfia, 1949). 220-224.

61. G. Mythe, R. A. Wight e H. M. Midkiff, *Brazil: An Expanding Economy* (Nova Iorque, 1949), 34, 263-66. Um economista estrangeiro que estudou o Brasil no início da década de 30 concluiu de seu levantamento da moderna história econômica brasileira que "o principal problema permanece inalterado: estender o território do Brasil econômico e injetar uma substância econômica na área política." J. F. Normano, *Brazil: A Study of Economic Types* (Chapel Hill, N. C., 1935) 222.

62. Mário Wagner da Cunha, *O sistema administrativo brasileiro* (Rio de Janeiro, 1963); Gilbert B. Siegel, 'The Strategy of Public Administration Reform: The Case of Brazil", *Public Administration Review*, XXVI, Nº 1 (março de 1966), 45-55.

63. O caráter altamente pessoal da disadura de Vargas é ressaltado por Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, 270-75. Essa apreciação foi contestada por Florestan Fernandes na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, N.º 7 (nov. 1959), 143-45.

64. Entre os interventores de princípios da década de 30, Juraci Magalhães foi particularmente eficiente na Bahia, enquanto que João Alberto se revelou uma escolha sumamente infeliz em São Paulo. Ambos tinham sido tenentes. Discursos durante os anos de Juraci Magalhães como interventor podem ser encontrados em seu livro *Minha vida pública na Bahia* (Rio de Janeiro, 1957, 81-171. Entre outros interventores que se tornaram figuras de prol na política brasileira de após-guerra estavam Ademar de Barros, Amaral Peixoto (genro de Vargas e ulterior líder de PSD), Benedito Valadares. As memórias de Valadares, que Vargas nomeou interventor em Minas Gerais em 1933 e que se tornou figura-chave na política de Minas nos trinta anos subseqüentes, foram publicados no volume, *Tempos idos e vividos: memórias* (Rio de Janeiro, 1966).

65. Para exemplo de um panfleto apologético escrito por um autor de nomeada, veja de Gilberto Amado, *Perfil do Presidente Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro, 1936). A admiração dêste notável intelectual por Vargas não foi afetada pelo golpe de 37, como se depreende do prefácio a uma publicação oficial em 1938 escrita por Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, *Getúlio Vargas: esbôço de biografia* (Rio de Janeiro, 1938). Para um exemplo de propaganda pró-Vargas antes do golpe de 1937, veja José Pereira da Silva, *Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro, 1934), e a coleção do mesmo autor dos primeiros discursos de Vargas: *Os melhores discursos de Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro, 1934). Ainda em louvor de Getúlio, na ocasião do segundo aniversário do Estado Nôvo, veja de Alexandre Marcondes Filho, *O Presidente Getúlio Vargas: Um Estadista como Ainda não Surgira no Brasil* (D.I.P., n.d.) Marcondes Filho mais tarde se tornaria Ministro do Trabalho de Vargas e importante colaborador no desenvolvimento da doutrina do trabalhismo. No aniversário de Vargas (19 de abril), em 1941, houve celebração pública com discursos apologéticos de Góes Mon-

teiro, João Neves da Fontoura e outros. *Uma grande data* (D.I.P., Rio de Janeiro, 1941).

66. A explicação estava num discurso pronunciado por Vargas em janeiro de 1947 numa reunião de PTB no Rio de Janeiro. Getúlio Vargas, *A política trabalhista no Brasil* (Rio de Janeiro, 1950), 130.

67. John Gunther, *Inside Latin America* (Nova Iorque, 1941), 362-66; Loewenstein, *Brazil Under Vargas,* 363-67. A enigmática personalidade política de Vargas irá indubitàvelmente continuar a desafiar seus biógrafos por muitos anos. Um retrato unidimensional de Vargas é apresentado por Afonso Henriques, *Vargas: o maquiavélico.* A tese de que Vargas pôde usar os outros porque êstes desejavam ser usados é esposada por Cláudio de Araújo Lima, *Mito e realidade de Vargas* (Rio de Janeiro, 1955). Para o aspecto pessoal, veja Luis Vergara, *Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954* (Rio de Janeiro, 1960); e as memórias (o primeiro do que promete ser uma série de volumes) da filha de Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai.* Obra mais antiga escrita durante o Estado Nôvo e favorável a Vargas é a de Paul Frischauer, *Presidente Vargas* (São Paulo, 1943). O tratamento do tema Vargas em Tad Szulc, *Twilight of the Tyrants* (Nova Iorque, 1959), 41-98, versa primordialmente a carreira de Vargas até 1945. A biografia mais recente é do J.W.F. Dulles, *Vargas from Brazil,* publicada pela University of Texas Press (Austin, Texas, 1967).

68. Alexandre Marcondes Filho, *Trabalhadores do Brasil! Palestras do Ministro Marcondes Filho na Hora do Brasil em 1942* (Rio de Janeiro, 1943). Marcondes Filho foi atacado furiosamente por um ex-funcionário trabalhista que renunciou em 1943 por causa de uma divergência acêrca da nova política trabalhista. O crítico era Cupertino de Gusmão, cujo libelo *Do bôjo do Estado Nôvo: memórias de um socialista na República de Trinta e Sete* (Rio de Janeiro, 1945), contém muitas informações valiosas sôbre as origens da estrutura sindical trabalhista e do impôsto sindical compulsório. Marcondes Filho foi responsável pela reorganização de todo o Código de Trabalho em 1942-43, consolidando dessa forma a obra de seus predecessores, especialmente Waldemar Falcão, que foi Ministro do Trabalho de 1937 a 1941. O clássico relato secundário é de Robert J. Alexander, *Labor Relations in Argentina, Brazil and Chile* (Nova York, 1962), 59-62. O caráter

paternalista da organização sindical patrocinada pelo govêrno é claramente realçado em Azis Simão, "Industrialisation et syndicalisme au Brésil", e Alain Touraine, "Industrialisation et Conscience Ouvrière a São Paulo", *Sociologie du Travail,* N.º 4 (out.-dez. 1961) 66-76, 77-95. O trabalho de Sarah Elizabeth Roberts, útil também, embora baseado sòmente, em fontes de língua inglêsa, é *A History of Trade Unionism in Latin America* (Ph.D. dissertação na George Washington University, 1948), 174-228. Veja também de Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo* (São Paulo, 196)6.

69. Vargas, *Nova Política,* X, 178, 290.

70. Meu emprêgo do têrmo "liberalismo" em discussões de história econômica brasileira e política econômica se refere à escola de Manchester ou liberalismo *laissez-faire*.

71. A principal obra secundária sôbre história econômica brasileira é de Celso Furtado, *The Economic Growth of Brazil*. Para uma crítica contemporânea, à política da proteção do café, iniciada pela Convenção de Taubaté em 1906, veja Pandiá Calógeras, *A Política Monetária do Brasil* (São Paulo, 1960), 410-31. O livro de Calógeras foi primeiro publicado em francês em 1910. Para as opiniões de um liberal da escola de Manchester que foi várias vêzes Ministro da Fazenda durante a República Velha, veja Augusto de Bulhões, *Leopoldo de Bulhões: um financista de princípios, 1856-1928* (Rio de Janeiro, n.d.).

72. Para um estudo da polêmica entre adeptos da industrialização e defensores da posição brasileira tradicional sob a lei de vantagem comparativa, veja Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930* (São Paulo, 1961); e da mesma autora "O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil: 1808-1920", *Revista de História,* XXVII, Nº 56 Out-Dez. 1963), 271-285. Os industriais de tecidos tiveram notável sucesso ao obter proteção por meio de tarifas e mais tarde através da restrições as importações de maquinaria. Veja Stanley Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950* (Cambridge, Mass., 1957).

73 Wythe, *Brazil: An Expanding Economy,* 296. Veja também Valentin F. Bouças, *História da dívida externa,* 2.ª ed. (Rio de Janeiro, 1950), 337 ss.

74. O relato consagrado desta indvertida manutenção da demanda interna é o de Furtado, *Economic Growth of Brazil,* 203-24.

Pormenores sôbre o mecanismo de apoio ao café podem ser achados Delfim Neto, *O problema do café*, 136-46. Existe um número relativamente pequeno de estudos detalhados do desenvolvimento industrial do Brasil antes de 1945. Veja Francisco Iglésias, *Periodização do processo industrial no Brasil*, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais: Textos de História: Nº 1 (Belo Horizonte, 1963, mimeo). Um antigo estudo escrito por prestigioso defensor da industrialização brasileira é o de Roberto Simonsen, *Brazil's Industrial Evolution* (São Paulo, 1939). Veja também George Wythe, em *Economic Growth: India, Japan,* Simon Kuznets, Wilbert E. Moore e Joseph J. Spengler, eds. (Durham, N. C., 1955), 29-77; Henri Van Deursen, "L'émancipation industrielle du Brésil", *Révue Economique Internationale,* XXVI, Nº 2 (Agôsto de 1934), 275-335; Preston E. James, "Industrial Development in São Paulo State, Brazil", *Economic Geography,* XI (julho de 1935), 258-66. A surpreendente opinião de que os empresários paulistas realmente "entravaram o crescimento industrial" é expendida por Warren Kempton Dean, *São Paulo's Industrial Elite, 1890-1960* (dissertação de Ph.D., Universidade da Florida, 1964, Univ. Microfilms, Ann Arbor, Mich). Há abundância de dados no estudo de Otávio A. Dias Carneiro, *Past Trends of Structural Relationships in the Economic Evolution of Brazil, 1920-65* (Center for International Affairs, Harvard University, Cambrigde, Mass., mimeo 1966).

75. Seabra Fagundes, "O poder econômico da União e as suas repercussões sôbre a autonomia política dos Estados", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* N.º 5 (Jan. 1959), 30-55; Wéthe, *Brazil: An Expanding Economy*, 135.

76. Humberto Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil* (São Paulo, 1959).

77. Frederic William Ganzert, "Industry, Commerce, and Finance" e "Wartime Economic Conditions", em *Brazil,* Lawrence F. Hill, ed. (Berkeley, 1947), 254-322.

78. Um relato da história diplomática é o de J. Lloyd Mecham, *A Survey of United States-Latin American Relations* (Boston, 1965), 139-40, 450-53. O chefe da Missão Técnica Americana, Morris Llewellyn Cooke, publicou seu relato em *Brazil en the March: A Study in International Cooperation* (Nova York, 1944). Para um relato que encara com ceticismo o grau em que o auxílio econômico da administração de Roosevelt representou um rompimento

significativo com as políticas tradicionais dos Estados Unidos, veja Lloyd C. Gardner, *Economic Aspects of New Deal Diplomacy* (Madison, Wis., 1964), 129-32; 212-3.

79. Vargas, *Nova Política,* v. X, 168; 300. A demora de Vargas em se comprometer com a industrialisação é ressaltada por Dean, *São Paulo's Industrial Elite.*

80. Argumentos em apoio do nacionalismo econômico vieram tanto da direita como da esquerda. Para um integralista e declaradamente anti-semita, atacando os banqueiros estrangeiros, veja Gustavo Barroso, *Brasil: colônia de banqueiros; História dos empréstimos de 1824 a 1934,* 6ª ed. (Rio de Janeiro, 1937). Para uma interessante análise dêsse período por um conhecido historiador marxista do Brasil, veja, de Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira* (Rio de Janeiro, 1964), 290-324. Não é de surpreender que estudos eruditos da história do nacionalismo econômico no Brasil sejam quase inexistentes. Para um estimulante tratamento do assunto na década de 30, veja, de John D. Wirth, *Brazilian Economic Nationalism: Trade and Steel Under Vargas;* de Barbosa Lima Sobrinho, *Desde quando somos nacionalistas?* (Rio de Janeiro, 1963), panfleto polêmico visando demonstrar que os brasileiros vêm lutando contra o "imperialismo" econômico desde a era colonial.

81. A nacionalização de emprêsas de propriedade estrangeira em certos setores-chave, como recursos minerais e estradas de ferro, só foi introduzida depois da Revolução de 30. A base legal durante o Estado Nôvo foi o artigo 144 da Constituição de 1937, que dispunha sôbre a nacionalização "progressiva de minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia assim como das indústrias consideradas básicas ou essencias à defesa econômica ou militar da Nação". Loewenstein, *Brazil Under Vargas* 208; Wythe, *Brazil: An Expanding Economy,* 189, 306-7. A Constituição de 1934 continha dispositivo similar, embora mais suave, inspirado certamente pela influência de Juarez Távora. Mesmo antes da Revolução de 1930, a Constituição da República Velha tinha sido emendada em 1926, para incluir dispositivo (Artigo 72, Parágrafo 17) proibindo os estrangeiros de adquirirem minas "necessárias à segurança e defesa nacional". Essa emenda resultou em parte da longa controvérsia política sôbre a concessão da Itabira Iron em Minas Gerais, adquirida em 1920 pelo investidor norte-americano, Percival Farquhar. O Presidente Artur

Bernardes (1922-26) tornou-se adversário indormido da concessão Itabira e pressionava para seu cancelamento. As origens de ulterior conflito político interno sôbre questões de nacionalismo econômico podem ser vistas nos argumentos aduzidos durante a controvérsia Itabira. O "jacobinismo" de Bernardes foi atacado por Assis Chateaubriand, advogado brasileiro cujos honorários legais pagos por investidores estrangeiros como Faquhar ajudaram a possibilitar a fundação do que logo se tornaria um império jornalístico. Assis Chateaubriand, *Terra desumana: a vocação revolucionária do Presidente Artur Bernardes,* (Rio de Janeiro, n. d.). A defesa de Bernardes é apresentada em Paulo Amora, *Bernardes: O Estadista de Minas na República* (São Paulo, 1964), 201-16. Para um último mas excêntrico estudo de Farquhar, veja Charles A. Gauld, *The Last Titan: Percival Farquhar, American Entrepreneur in Latin America* (Stanford, 1964). Depois da última concessão de Farquhar ter sido cancelada em 1942, uma emprêsa estatal, a Companhia Vale do Rio Doce, foi fundada para explorar as áreas pretendidas pela Itabira Iron.

82. Começando em 1943, uma série de conferências nacionais foi organizada e promovida por partidários da industrialização e do planejamento econômico apoiado pelo Govêrno. O Primeiro Congresso Brasileiro da Economia reuniu-se em 1943 e foi sucedido em 1944 pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria e depois em 1945 pela Primeira Conferência das Classes Produtoras. As duas últimas conferências publicaram declarações exigindo um vigoroso papel do Estado na promoção do crescimento econômico. Humberto Bastos, *O pensamento industrial no Brasil* (São Paulo, 1952). Roberto Simonsen, líder da industrialização, empenhara-se na organização das duas primeiras conferências e na redação de propostas para ambas. Sua carreira como industrial de sucesso, historiador econômico e publicista, estêve no centro de todos os esforços de industrialização no Brasil depois do início da década de 20. Um ponto de partida para o estudo de sua carreira é o capítulo de Heitor Ferreira Lima sôbre Simonsen em *Homens de São Paulo* (São Paulo, 1955). Um indispensável guia bibliográfico é de Anibal Freire da Fonseca, *Filinto de Almeida e Roberto Simonsen: Notas bibliográficas* (Rio de Janeiro, 1952). O paralelo óbvio entre Simonsen e o pioneiro da industrialização no século XIX, Mauá, foi desenvolvido por Heitor Ferreira Lima, *Mauá e Roberto Simonsen: Dois pioneiros do desenvolvimento* (São Paulo, 1963).

Simonsen em *A industria em face da economia nacional* (São Paulo, 1937) defendeu a industrialização como único meio para o Brasil libertar-se da pobreza.

83. Em 1945, porém, houve uma amarga querela entre o adepto da arqui-industrialização, Roberto Simonsen, e Eugênio Gudin, eminente porta-voz do liberalismo econômico. Gudin tentara desacreditar a idéia de planejamento e lançara sérias dúvidas sôbre o potencial para a industrialização do Brasil no relatório à Comissão Nacional do Planejamento recém-criada: Eugênio Gudin, *Rumos da Política Econômica* (Rio de Janeiro, 1945). Simonsen replicou dois meses depois, bradando indignado que Gudin tinha deturpado as opiniões (e mesmo os conceitos básicos, como o de renda nacional) de seus opositores: Roberto Simonsen, *O planejamento da economia brasileira* (São Paulo. 1945). Existe muita análise das controvérsias sôbre industrialização em Otavio Ianni, *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil,* (Rio de Janeiro, 1965).

Capítulo II

1. Os Generais Dutra e Góes Monteiro começaram a discutir a inevitabilidade da "reconstitucionalização" com Vargas e os políticos civis em fins de 1944. Coutinho, *O General Góes depõe,* 395-409; Caó, *Dutra,* 215-16
2. Vargas, *Nova Política,* v. X, 178.
3. *New York Times,* 16 de abril de 1944.
4. Virgílio A. de Melo Franco, *A campanha da UDN: 1944-1945* (Rio de Janeiro, 1946), 103-11. Êsse volume inclui uma valiosa coleção de documentos sôbre o último ano do Estado Nôvo.
5. *Ibid.,* 138.
6. José Américo de Almeida, *1945* (Rio de Janeiro, 1946), 13-35.
7. Caó, *Dutra,* 225-26.
8. Mello Franco, *A Campanha da UDN,* 243-49.
9. Prestes. *Problemas atuais,* 77-94.
10. Alexander, *Communism in Latin America,* 116-19

11. Mais tarde, Vargas explicou calmamente (a Góes Monteiro) que Berle tinha lido o discurso antes para êle num "português mal engrolado" que não podia lembrar-se se era a mesma versão que Berle subseqüentemente apresentara. Coutinho, *O General Góes depõe,* 430-32.

12. O decreto foi redigido pelo Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, cujas feições asiáticas levaram mais tarde Chateaubriand a batizá-lo de "Lei Malaia". O texto do decreto e a reação da UDN estão em Melo Franco, *A campanha da UDN,* 288-307. Para uma narrativa "antiimperialista" da disputa sôbre o decreto, veja de Osny Duarte Pereira, *Que é a Constituição? Crítica à Carta de 1946 com vistas a reformas de base* (Rio de Janeiro, 1964), 21-24. Uma análise muito proveitosa do cenário político brasileiro em agôsto de 1945 encontra-se em Olive Helmes, "Brasil: Rising Power in the Americas", *Foreign Policy Reports,* XXI, N.º 15 (Out. 15, 1945), 209-19.

13. Melo Franco, *A campanha da UDN,* 345-48,

14. No dia 15 de outubro Getúlio exortou todos os trabalhadores a aderirem ao PTB. De vez que o PTB era um foco de "queremismo", Vargas estava na realidade autorizando o movimento para manter-se no palácio presidencial. Caó, *Dutra,* 233.

15. Benjamim Vargas se jactava com amigos de que logo seria chefe de polícia. Corria também o boato de que já tinha mandado buscar trezentos colchões extras para acomodar os generais "conspiradores" que logo ia prender. Luiz Vergara, secretário particular de Vargas, que conhecia bem Benjamim, aceita a versão. Vergara. *Fui secretário de Getúlio Vargas,* 175-76

16. Góes Monteiro faz um relato detalhado dos eventos de 29 de outubro em Coutinho, *O General Góes depõe,* 440-67. O secretário de Vargas deu sua versão em *Fui secretário de Getúlio Vargas,* 173-89. Para uma narrativa antigetulista, veja de Hernane Tavares de Sá, *The Brazilians: People of Tomorrow* (Nova York, 1947), 209-17.

17. Melo Franco, *A Campanha da UDN,* 375-76; 383.

18. A advertência veio logo depois da eleição de Vargas à Presidência em outubro de 1950. Num irônico discurso em 27 de outubro de 1950, no qual ridicularizava o oportunismo dos antigos opositores, Góes Monteiro dizia que sabia em outubro de 1945 que Vargas poderia ter vencido uma eleição, mesmo então, porque "o povo estava a seu lado" apesar de "todos os seus erros e defeitos". *Diário do Congresso Nacional,* 7229-36, outubro de 1950.

19. As conseqüências políticas dêste contraste levaram um observador a estabelecer dois polos distintos: a "política do atraso" e a "política do desenvolvimento". Gláucio Ary Dillon Soares, "The Political Sociology of Uneven Development in Brazil", em *Revolution in Brazil: Poltics and Society in a Developing Nation,* Irving Louis Horowitz, ed. (Nova York, 1964), 164-95. A mais conhecida análise das "defasagens" dentro da moderna sociedade brasileira é de Lambert, *Os dois Brasis.* Este livro provocou uma cáustica crítica por Caio Prado Júnior em *Revista Brasiliense,* 26, (Nov.-Dez. 1959, 213-16. A análise de Lambert é provàvelmente a versão mais conhecida e mais amplamente debatida da interpretação "dualística" do Brasil moderno. Para uma crítica sociológica dêste tipo de interpretação, veja Ianni, *Estado e capitalismo,* 73-82.

20. Não existe ainda nenhum estudo que examine a história dos partidos políticos brasileiros desde a Segunda Guerra Mundial. Um ponto de partida útil como pano de fundo é o estudo de Afonso Arinos de Melo Franco, *História e teoria do partido político,* além dos de Otávio Ianni, Paulo Singer, Gabriel Cohn e Francisco C. Weffort, *Política e revolução social no Brasil* (Rio de Janeiro, 1965), coletânea de ensaios interpretativos. Há um levantamento sucinto do sistema partidário, com ênfase no seu funcionamento nos princípios da década de 60, em Bela C. Manday e outros, *U. S. Army Area Handboek for Brazil* (Washington, D. C., 1964), 312-28. Análise mais detalhada pode ser encontrada numa dissertação doutoral não publicada de Phyllis Peterson, *Brazilian Political Parties: Formation, Organization, Leadership, 1945-1959* (dissertação de Ph.D., Universidade de Michigan, 1962). Veja também o capítulo do mesmo autor sobre o Brasil em *Political Systems of Latin America,* Martin C. Needler, ed. (Princeton, N. J., 1964), 463-510. Subsídio indispensável, que inclui análise das eleições presidenciais, é *Brazil: Election Factbook,* Nº 2 (Washington, D. C., 1965), editado por Charles Daugherty, James Rowe e Ronald Schneider e publicado pelo Institute for the Comparative Study of Policial Systems, abrangendo as eleições de 1945 a 1962. Uma interessante análise da política brasileira de após-guerra — vista da perspectiva da era pós-Goulart — encontra-se em "The 'Revolution' and the 'System': Notes on Brazilian Politics", *American Universal Field Staff Reports Service,* East Coast South America Series, XII, Nos. 3 & 4 (Brazil).

21. Orlando M. Carvalho, "Os Partidos Políticos em Minas Gerais", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Nº 2 (julho de 1957), 104; Afonso Arinos de Melo Franco, *História e Teoria do Partido Político,* 101; Vargas, *Política Trabalhista,* 112.

22. Góes Monteiro era suplente no primeiro diretório do PSD. Foi subseqüentemente eleito Senador pelo PSD de Alagoas. Sua carreira ilustra os problemas para quem admite sem crítica a opinião amplamente aceita de que os militares superiores do Brasil são "não-políticos". Coutinho, *O General Góes depõe,* 423.

23. Vargas, *Política Trabalhista,* 112.

24. A principal fonte sôbre as origens da UDN é Melo Franco, *A campanha da UDN.* Um filho da "geração melancólica", que viveu através do Estado Nôvo, se bem que rejeitando seu autoritarismo, foi Aliomar Baleeiro, que se tornaria um dos líderes da UDN. Em 1943 pronunciou um discurso na Bahia atacando os herdeiros de Oliveira Viana (o que incluia muitos membros de sua geração, explicou Baleeiro) por sua falta de fé no Brasil e em seu potencial democrático. Baleeiro, *A política e a mocidade: ensaios,* 2.ª ed. (Bahia, 1957), 151-73. Como exemplo do antigetulismo *enragé* de um constitucionalista liberal de longa data, veja de Paulo Duarte, *Prisão, exílio, luta* (Rio de Janeiro, 1946). Duarte tinha sido redator de *O Estado de São Paulo* desde 1916. Obrigado a exilar-se em 1938, voltou ao Brasil depois do fim do Estado Nôvo em 1945. Para uma biografia de Gomes, veja de Gastão Pereira da Silva, *Brigadeiro Eduardo Gomes* (Rio de Janeiro, 1945). Os discursos da campanha de 1945 de Eduardo Gomes estão em *Campanha da libertação* (São Paulo, 1946).

25. Armando de Sales Oliveira, *Diagrama de uma situação política: manifestos políticos do exílio* (São Paulo, 1945), 108-11.

26. *Ibid.,* 147.

27. A tônica da classe média no Exército em 1945 é salientada em M. Seabra Fagundes "As Fôrças Armadas na Constituição", *Revista Militar Brasileira,* XLVIII, Nos. 3-4 (julho-dez. 1949), 333-77. Considerando sua importância na moderna história brasileira, o Exército tem sido relativamente pouco estudado. O mais valioso ponto de partida são dois capitulos sôbre o Brasil em John J. Johnson, *The Military and Society in Latin America* (Stranford, 1964), que inclui uma bibliografia muito útil. Para um interessante relato de um oficial nacionalista extremado, veja de Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil* (Rio de Janeiro, 1965),

28. Melo Franco *A campanha da UDN,* 405-10.

29. *Ibid.,* 349.

30. Holmes, *"Brazil: Rising Power".*

31. Gomes, *Campanha da Libertação,* 322; Herbert V. Levy. *O Brasil e os novos tempos: Considerações sôbre o problema de reestruturação política, econômica e social do Brasil* (São Paulo, 1946), 23.

32. Prestes, *Problemas Atuais,* 84, 92.

33. Poppino, *International Communism in Latin America,* 77; e do mesmo autor, "Communism in Postwar Brazil" (estudo não publicado, apresentado a American Historical Association (dezembro de 1962, mimeo); Alexander, *Communism in Latin America,* 114-21. Fiúza logo se converteu no alvo inerme para a primeira das muitas sensacionais campanhas jornalísticas do vitriólico ex-comunista Carlos Lacerda. Em fins de novembro, Lacerda investiu contra Fiúza, acusando-o de escândalos durante a sua administração do DNER. Carlos Lacerda, *O rato Fiúza* (Rio de Janeiro, 1946).

34. A UDN em meados de 1945 abrangia três posições principais. A ala direita era representada por figuras como Herbert Levy, um paulista. No centro estavam figuras como Otávio Mangabeira, enquanto a esquerda (que se chamava a "Esquerda Democrática" e logo se transformou no Partido Socialista), conduzida por João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco, apoiava Gomes para presidente mas concorria independentemente às eleições para o Congresso. Para os pontos-de-vista de Domingos Velasco, veja seu *Rumos políticos* (Rio de Janeiro, 1946).

35. Coutinho, *O General Góes depõe,* 425-26.

36. Vargas, *Política trabalhista,* 15-16; Caó, *Dutra.*

37. Perterson, *Brazil: Election Factbook Brazilian Political Parties.* Para uma análise das eleições de 1945 por um ex-membro do PCB, veja Basbaum, *História sincera,* III, 199-210.

38. Como útil guia biográfico aos membros da Assembléia Constituinte de 1946, veja de Gastão Pereira da Silva, *Constituinte de 46: dados biográficos* (Rio de Janeiro, 1947). A composição da Assembléia foi notada pela sua relativa juventude e pela predominância das profissões liberais, especialmente Direito e Medicina. Um dos líderes da comissão que redigiu a nova Constituição foi Raul Fernandes. Veja a respeito, Antonio Gontijo de Carvalho, *Raul Fernandes: um servidor do Brasil* (Rio, 1956),

309-13. Para uma crítica esquerdista da "reconstitucionalização" de 1945-46, que inclui interessantes pormenores dos debates da Assembléia Constituinte, veja de Osny Duarte Pereira, *Que é a Constituição?*

39. Para uma análise da estrutura constitucional e do sistema eleitoral como foi reorganizado em 1945-46, veja Temístocles Cavalcanti, Carlos Medeiros Silva e Victor Nunes Leal, *Cinco estudos* (Rio de Janeiro, 1955); Barbosa Lima Sobrinho, *Sistemas eleitorais e partidos políticos* (Rio de Janeiro, 1956); Raul Machado Horta, *Perspectivas do federalismo brasileiro* (Belo Horizonte, 1958); Hamilton Leal, *História das instituições políticas*, 575-99; Fábio Lucas, *Conteúdo social nas Constituições*, 77-82. As provisões econômicas da Constituição de 1946; como as da Constituição de 1934, combinavam tantas "tendências ideológicas contraditórias" que logo ficaram conhecidas como emendas "almôndegas". Temístocles Brandão Cavalcanti, *Manual da Constituição* (Rio de Janeiro, 1960), 13.

40. Exemplos dos apelos podem ser encontrados na *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional* (Rio de Janeiro, 1948). 5; e na *Mensagem* para 1949, 373. Nesta, Dutra pedia "serenidade" e "congraçamento" porque "a Nação está fatigada dos atritos estéreis e da demagogia sem finalidade". Excertos de discursos de Dutra como Presidente foram coletados por José Teixeira de Oliveira, ed., *O Govêrno Dutra* (Rio de Janeiro, 1956).

41. O líder da UDN Juraci Magalhães argumentou sem sucesso que, a fim de salvar a democracia brasileira, "democratas de todos os partidos" deveriam congregar-se "para a manutenção escrupulosa e cuidadosa de boas finanças e preservação das mais amplas liberdades públicas" Magalhães, *Minha vida pública*, 187.

42. Vargas, *Política trabalhista*, 56-68.

43. Osny Duarte Pereira, *Que é Constituição?* 45-51.

4. Poppino, *Communism in Latin America*, 77.

45. Os sumários do promotor e uma coleçãa de opiniões da imprensa contemporânea (sòmente opiniões pró-supressão estão representadas) sôbre o Partido Comunista podem ser encontrados em Alceu Barbedo, *O fechamento do Partido Comunista* (Rio de Janeiro, 1947).

46. Wythe, *Brazil: An Expanding Economy*, 239-40; Jover Telles, *O movimento sindical no Brasil* (Rio de Janeiro, 1962), 40-41. Êste é uma coleção de artigos publicados no jornal comunista *Novos Rumos*. O Govêrno Dutra a princípio anunciou que faria eleições para substituir os líderes sindicais depostos, porém explicou mais tarde que isso se revelara "inconveniente" na "situação anormal" porque o Congresso estava em vias de reorganizar tôda a estrutura sindical, *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional* (Rio de Janeiro, 1949), 165. A legislação nunca se concretizou.

47. Vargas *Política Trabalhista*, 183

48. Azis Simão, "O Voto Operário em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 1 (Dez. 1956), 130-41.

49. O conceito de "populismo" passou a ser usado amiúde em análises políticas após a Segunda Guerra Mundial na América Latina. Aparece com freqüência, por exemplo, na coleção de artigos editados por Cláudio Veliz, *Obstacles to Change in Latin America* (Londres, 1965). No capítulo sôbre "Populismo e Reforma na América Latina", Torcuato di Tella, entretanto, teve dificuldade em como enquadrar o caso do Brasil dentro do esquema que traçou para a América Latina. Não há exemplos brasileiros em nenhuma de suas duas tabelas (57-73) e a discussão do Brasil (59-60) aparece desvirtuada por uma preocupação com partidos mais do que com líderes. O líder dos estudiosos do populismo no Brasil é Francisco Weffort, veja dêle "Estado y masa en el Brasil", em *Revista Latinoamericana de Sociologia*, I (Nº 1, março de 1965), 53-71; Otavio Ianni, "Política de Massa", *Política e revolução social*, 161-98; e "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira*, I, N.º 2 (maio de 1965), 39-60. O último é uma análise comparativa dos seguidores eleitorais de Ademar de Barros e Jânio Quadros em São Paulo na eleição para Governador de 1962. Para outras análises da política brasileira de após-guerra que enfatizam o populismo, veja de Luciano Martins, 'Aspectos Políticos da Revolução Brasileira", no mesmo número da *Revista Civilização Brasileira* em que está o artigo de Weffort; e de Juarez R. B. Lopes, "Some Basic Developments in Brazilian Politics and Society", em *New Perspectives of Brazil*, Eric N. Baklanoff, ed., (Nashville, Tenn., 1966), 59-77. Charles Morazé, em *Les trois ages du Brésil*, traça interessante paralelo entre coronelismo e populismo. O que ignora é o fato de que o coronelismo repousa num sistema político manipulável, cujos resultados são previsíveis. Populismo, de outra parte, pressupõe um sistema político aberto com resultados menos previsíveis.

50. Clóvis Leite Ribeiro, "A classe média e as eleições de 19 de janeiro", *Digesto Econômico*, III, N.º 29 (abril de 1947), 71-77. Uma das primeiras análises do estilo político de Ademar de Barros e sua significação para o sistema político brasileiro pertence a Hélio Jaguaribe, "Que é o ademarismo?", *Cadernos do Nosso Tempo*, 2 (jan.-jun. 1954), 139-49.

51. As táticas perdulárias das campanhas de Ademar e sua administração corrupta converteram-no no "bicho-papão" para os moralistas entre a elite política tradicional de São Paulo. Como exemplo veja F. Rodrigues Alves Filho, *Um homem ameaça o Brasil: A história secreta e espantosa da "caixinha" de Ademar de Barros* (São Paulo, 1954). Ademar foi defendido numa obra de fôlego (e muito provàvelmente subsidiada) de Lopes Rodrigues, *Ademar de Barros perante a nação* (São Paulo, 1954), que adotou a tática franca de argumentar que "no Brasil só há duas soluções para o homem público: ou ficar parado e passar por honesto ou fazer alguma coisa, e passar por ladrão", 305.

52. Para uma coleção de artigos jornalisticos violentamente antigetulistas escritos em 1945-47, veja de David Nasser, *Para Dutra ler na cama* (Rio de Janeiro, 1947). Nasser insurgia-se com a continuação da influência do "sistema" de Vargas. Para estudo que só vê oportunismo político e escândalo financeiro durante a era Dutra, veja Milcíades Mourão, *Dutra: história de um govêrno* (Rio de Janeiro, 1955).

53. Nesta e em subseqüentes discussões da história econômica brasileira de após-guerra, utilizei-me fartamente de "Fifteen Years of Economic Policy in Brazil", *Economic Bulletin for America*, IX, N.º 2 (dez. 1964), 153-214; "The Growth and Declin of Import Substitution in Brazil", *Economic Bulletin for Latin America*, Nº 1 (março de 1964), 59; Werner Baer, *Industrialization end Economic Development in Brazil* (Homewood, Ill., 1965); Dorival Teixeira Vieira, *O desenvolvimento econômico do Brasil e a inflação* (São Paulo, 1962); e Pedro C. M. Teichent, *Revolución Económica e Industrialización en América Latina*, 2.ª ed. (México, D. F., 1963), 201-3. Para o período Dutra relatos valiosos são de Rômulo de Almeida, "Experiência brasileira de planejamento, orientação e contrôle da economia", *Estudos Econômicos*, I, N.ª 2 (junho de 1950), 6-115; e Wythe, *Brazil: An Expanding Economy*, 333-46.

54. Ministério da Fazenda, *Relatório: 1946* (Rio de Janeiro, 1948), 9, 156, 172.

55. Baer, *Industrialization and Economic Development*, 45-48; Furtado, *Economic Growth*, 239-40.

56. O regime Dutra, como um todo, não era abertamente contra a industrialização; ao contrário, o presidente relatava orgulhosamente os esforços de seu Govêrno para o desenvolvimento regional, destinados a assegurar que o "Brasil possui, em condições de funcionamento regular, indústrias de base indispensáveis". *Mensagem* (1948), 117. A questão aqui é que o Govêrno não deu prova alguma de que tivesse entendido a conexão entre medidas como os contrôles cambiais e o processo de industrialização.

57. Almeida, "Experiência brasileira", 33-34; Furtado, *Economic Growth*, 240-41, "Fifteen Years of Economic Policy", 155-57; *The Development of Brasil: Report of the Joint Brazil-United States Technical Economic Development Commission* (Washington, D.C., 1954) 5. A mensagem presidencial de Dutra para 1949 anotava que tinha sido uma "constante preocupação da política do Govêrno, de combate à inflação, não concorrer para qualquer depressão econômica que pudesse causar o desemprêgo. Por isso evitou a deflação e não reduziu a circulação monetária". *Mensagem* (1949), 187. Atitude semelhante, condicionada pela impossibilidade política de perseguir uma política genuìnamente deflacionária tem caracterizado virtualmente todo Govêrno brasileiro desde a guerra.

58. O nome SALTE era derivado das iniciais das palavras que designam as principais áreas de despesas: saúde-alimentação, transporte, energia.

59. Baer, *Industrialization and Economic Development*, 61-63.

60. Almeida, "Experiência brasileira", 41-42. Detalhes sôbre as origens do planejamento regional no Brasil podem ser encontrados em Alberto Hirschman, *Journeys Toward Progress* (Nova York, 1963), 13-58. O órgão para o desenvolvimento do Nordeste (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ou SUDENE) foi criado sòmente em 1959. Veja um breve relato do planejamento central no Brazil desde a Segunda Guerra Mundial em Robert T. Daland, "La planificación central como un instrumento de desarrollo: Problemas de aplicación en el Brasil", *Anales de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*, I, N.º 1 (jan.-dez. 1964), 169-186.

61. *Report of the Joint Brazil-United States Technical Comission*, Washington, D.C., 1949), iii, 12, 35-36.

62. "Relatório Abbink, *Estudos econômicos*, I, Nº 1 (março 1950), 175-91. Dois dos economistas responsáveis por esta crítica eram Ewaldo Correia Lima e Rômulo de Almeida, mais târde importantes planejadores governamentais. Tinham participado de uma das subcomissões que preparavam estudos técnicos em conexão com o Relatório Abbink. Veja também Almeida. "Experiência brasileira", 77, e Otávio Gouvêa de Bulhões, *À margem de um relatório* (Rio de Janeiro, 1950). Bulhões ressaltava o papel central a ser desempenhado pela emprêsa privada ("não menos forte no Brasil do que nos Estados Unidos") mais do que pelo Govêrno: "Por que, pois, deve o estabelecimento de relações financeiras entre os dois países ser confiado aos canais governamentais se, neste momento, indivíduos particulares de ambos os lados estão melhor qualificados para êste objetivo do que os líderes do Govêrno?" Bulhões, "Inflation and Industrialization: A Brazilian Viewpoint", em *Four Papers Presented in the Institute for Brazilian Studies*, Vanderbilt University (Nashville, 1951), 55. Bulhões estava atrasado em relação à opinião tanto do Brasil como dos Estados Unidos, como os acontecimentos da nova era de Vargas (1951-54) logo evidenciariam. Prevaleceu contudo o ponto-de-vista dos planejadores mais jovens.

63. Vargas, *Política trabalhista*, 61, 69-115.

64. *Ibid.*, 58, 165.

65. *Ibid.*, 68.

66. Os colaboradores mais chegados a Vargas na construção do PTB no Rio Grande do Sul foram José Lourenço da Silva e Alberto Pasqualini. A. Fay de Azevedo, "Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 8 (abril de 1960), 274-75. Alguns anos depois Pasqualini explicou sua filosofia política a um repórter: "Não sou homem de esquerda ou de direita, nada tenho de socialista. Julgo apenas que a burguesia precisa ceder um pouco. Há muito egoísmo entre os ricos. Parece-me que os burgueses estão cada vez mais cegos e surdos." Nertan Macedo, *Aspectos do Congresso Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1957), 159.

67. Coutinho, *O General Góes depõe*, 494-500.

68. Quando Gustavo Capanema, prócer do PSD em Minas, fazia a campanha por Machado muitas vêzes confessou: "Bem,

vocês têm razão, Getúlio realmente é o melhor dos três [candidatos presidenciais]". Macedo, *Aspectos do Congresso*, 135-36

69. Gomes, *Campanha de Libertação*, 351. As observações de Gomes sôbre o salário mínimo foram feitas no discurso final da campanha de 1950. *O Estado de São Paulo*, 1.º de outubro de 1950.

70. Coutinho, *O General Góes depõe*, 500.

71. Vargas, *A campanha presidencial* (Rio de Janeiro, 1951), 379, 634, 217-18.

72. *Ibid.*, 362. Em 1947 Vargas atacou Guilherme da Silveira Filho quando êste era Presidente do Banco do Brasil: "O público estava convencido de que tinha elegido o General Dutra Presidente da República. Mas quem dirige a nação é o presidente do Banco do Brasil, impondo um programa que só tem como objetivo aumentar o valor do dinheiro". Vargas, *Política trabalhista*, 268.

73. Vargas, *Política trabalhista*, 58; *Campanha Presidencial*, 511.

74. *Ibid.*, 101.

75. Há um interessante estudo das táticas de campanha dos três principais candidatos em Morazé, *Les trois ages*, 153-77. Uma das melhores análises contemporâneas é a de Clarence H. Haring, "Vargas Returns in Brazil", *Foreign Affairs*, XXIX, N.º 2 (janeiro 1951), 308-14.

Capítulo III

1. Vargas queixou-se na ocasião que Ademar estava pedindo pagamento muito maior para seu apoio na campanha eleitoral. Coutinho, *O General Góes depõe*, 512.

2. A tendência urbano-rural no Brasil é ilustrada pelo fato de que entre 1940 e 1950 a população rural aumentou de apenas 17,4 por cento, enquanto a população das áreas urbanas aumentou 41,5 por cento e das áreas suburbanas, 58,3 por cento. Tomás Pompeu Acioli Borges, "Relationships between Economic Development, Industrialization and the Growth of Urban Population in Brazil", em *Urbanization in Latin America*, Philip M. Hauser, ed. (Nova York, 1961), 155. Para uma análise interessante (se bem que ultra-esquematizada) da estrutura social brasileira e suas im-

plicações para a política no início da década de 50, veja o artigo de Hélio Jaguaribe, "A crise brasileira", em *Cadernos do Nosso Tempo,* Nº 1 (Out.Dez. 1953), 120-60. Para uma análise geral de após-1945 e estrutura brasileira de classes, veja de L. A. Costa Pinto, "As classes sociais no Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* III. N.º 1 (março de 1963), 217-47; e "The Brazilian Revolution: Social Changes Since 1930", em *Social Change in Latin America Today,* de Lyman Bryson, ed. (Nova York, 1960).

3. Muitos trabalhadores industriais no Brasil conservam atitudes mentais condicionadas pela atmosfera patriarcal do setor rural de que migraram. Êste "retardamento" tende a torná-los menos militantes e menos inclinados à ação coletiva do que os trabalhadores que cresceram em comunidade industriais urbanizadas. O ponto é enfatizado por Juarez Rubens Brandão Lopes, "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação" [estudo de trabalhadores numa fábrica de São Paulo] em *Mobilidade e Trabalho,* Bertram Hutchinson, ed. (Rio de Janeiro, 1960); e o mais recente do mesmo autor, *Sociedade industrial no Brasil* (São Paulo, 1964). Veja também artigos de Lopes, Alain Touraine, Azis Simão e Fernando Henrique Cardoso em *Sociologie du Travail.* III. Nº 4 (out.-dez. 1961).

4. John J. Johnson prefere a expressão "setores médios" a "classe média" em sua *Political Change in Latin America* (Stanford, 1958), que incluiu um capítulo sôbre o Brasil. Veja também de L. C. Bresser Pereira, "The Rise of the Middle Classe and Middle Management in Brazil", *Journal of Inter-American Studies,* IV, Nº 3 (julho 1962), 313-26; Tales de Azevedo, *Social Change in Brazil* (University of Florida, Latin American Monograph Series: N.º 25). (Gainesville, 1963), 46-56.

5. Para uma breve análise da atitude política da classe média brasileira em princípio de 60, veja de Charles Wagley, "The Dilemma of the Latin American Middle Classes", *Proceeding of the Academy of Political Science,* XXVII, Nº 4 (maio de 1964), 2-10; Cláudio de Araújo Lima, *Imperialismo e angústia: ensaio sôbre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista* (Rio de Janeiro, 1960), embora não satisfaça o que seu sugestivo subtítulo promete.

6. Detalhes sôbre a política governamental cafeeira de após-guerra, podem ser encontrados em Delfim Neto, *O problema do café,* Marck Skowronski, *La politique brésilienne du café après la deuxième guerre mondiale* (Rio de Janeiro, 1961); e Sálvio Pacheco de Almeida Prado, *Dez anos na política do café, 1945-1955* (São Paulo, 1956).

7. A política econômica inicial do Govêrno Vargas foi esboçada na mensagem presidencial apresentada ao Congresso em março de 1951, reimpressa em Getúlio Vargas, *O govêrno trabalhista no Brasil* (Rio de Janeiro, 1952), I, 161ss. O estudo da CEPAL foi publicado sob o título *Recent Developments and Trends in the Brazilian Economy* (Mexico City, 1951, mimeo) [E/CN 12/217/ Add 2], 24.

8. A história do crescimento industrial em São Paulo, e especialmente a história das emprêsas individuais e dos empresários, ainda não foi escrita, em grande parte Um esfôrço pioneiro é de Warren Dean, "The Planter as Entrepreneur: The Case of São Paulo", *Hispanic American Historical Review,* XLVI, Nº 2 (maio 1966), 138-152, baseado em pesquisas feitas para a dissertação de colocação de grau do mesmo autor, *São Paulo's Industrial Elite.* Dean ressalta que os empresários paulistas não formaram uma nova classe, em comparação com a classe plantadora da qual muitos dêles procediam e com a qual permaneciam identificados. Para outros subsídios sôbre o desenvolvimento econômico de São Paulo, veja o Capítulo I, nota 74.

9. Existe uma discursão destas fórmulas, com títulos um tanto diferentes em Ianni, *Estado e capitalismo,* 215-56; e em Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* (Rio de Janeiro, 1962), 184-213.

10. Eugênio Gudin ainda hoje escreve abundantemente, em *O Globo* e publicações de associações comerciais. Para uma amostra de seus pontos-de-vista, veja de Eugênio Gudin, *Análise de problemas brasileiros; coletânea de artigos, 1958-1964* (Rio de Janeiro, 1965). Gudin foi apoiado em suas doutrinas neoliberais pelas visitas periódicas ao Brasil de economistas de opiniões semelhantes dos Estados Unidos, como Gottfried Habeler e Jacob Viner. Outro economista brasileiro com vistas liberais menos ultra-doutrinárias era Otávio Gouvêa de Bulhões. O mais capacitado economista de nova geração associado à sua posição, Roberto Campos, mal tinha começado sua carreira profissional no Brasil em 1951. Mais tarde se revelaria por demais eclético e pragmático para ser "classificado".

11. A posição desenvolvimentista-nacionalista é freqüentemente mencionada como a escola "estruturalista", embora essa

palavra imediatamente traga a mente o debate técnico sôbre as causas da inflação. Certamente os partidários do que passou a ser designado como "nacionalismo desenvolvimentista" estavam mais interessados em crescimento do que em estabilidade de preços, propensos a tolerar um nível mais alto da inflação (que êles consideravam inevitável numa economia em desenvolvimento), ao contrário dos neoliberais. Entre os mais influentes porta-vozes dêste ponto-de-vista estavam os jovens economistas-administradores que iriam formar em 1951 a Assessoria Econômica da Presidência da República, ao tempo de Vargas, como Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleanto de Paiva Leite. Talvez o mais notável escritor desta posição tenha sido Celso Furtado, em obras como *A economia brasileira* (Rio de Janeiro, 1954) e *Uma economia dependente* (Rio de Janeiro, 1956).

12. Um grupo de jovens intelectuais era conhecido como "o grupo da Itatiaia", nome do parque nacional próximo ao Rio de Janeiro onde mantinham suas reuniões. Organizado em 1952, no ano seguinte passou a publicar um periódico, *Cadernos do Nosso Tempo* (saíram cinco números entre 1953 e 1956), com análises sistemáticas dos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil. Êste grupo, liderado por escritores versados em ciências sociais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Ewaldo Correia Lima, foi o núcleo do qual surgiu ulteriormente o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para uma análise dêste grupo, veja de Frank Bonilla. "A National Ideology for Development: Brazil", em *Expectant Peoples*: *Nationalism and Development*, de K. H. Silvert, ed. (Nova York, 1963), 232-64.

13. Os porta-vozes do nacionalismo radical estavam menos organizados em 1950 do que no fim da década. Em 1955 a *Revista Brasiliense* começou a publicar-se como o fôro principal do nacionalismo radical. Seu diretor, Caio Prado Júnior, era um marxista, e uma porção de colaboradores eram ex-membros do Partido Comunista, embora o jornal fôsse independente de qualquer linha partidária, conforme editorial explicando as opiniões dos fundadores. Veja o primeiro número (Set. Out. 1935). 1-3. Outro escritor influente foi Nelson Werneck Sodré, representante da posição nacionalista radical. Para um exemplo desta posição no início da nova era Vargas, veja Moacyr Paixão, "Capitais estrangeiros dominam a economia nacional", *Digesto Econômico*, VI, nº 70 (set. 1950), 29-35.

14. Hélio Jaguaribe distinguiu duas fórmulas principais: "cosmopolitismo" e "nacionalismo", a primeira atribuindo ao capital estrangeiro "a mais ampla possível participação" e assinalando-lhe "a maior cota de responsabilidade e iniciativa no crescimento e no aumento de produtividade da economia nacional." A corrente "nacionalista", de outra parte, acreditava que "o desenvolvimento brasileiro por escasso que seja o capital nacional, terá de ser por êle promovido", como parte da direção da economia brasileira por brasileiros, "a serviço do interêsse nacional brasileiro. O grupo "cosmopolita" era subdividido ainda em alas "liberal" e "desenvolvimentista" e o grupo "nacionalista" em alas "socializante" e "desenvolvimentista". Essas posições e seus principais representantes são descritos em Jaguaribe. *Desenvolvimento econômico*, 201-10. Uma rica fonte de artigos que expressam os pontos-de-vista de tôdas as posições é o periódico *Digesto Econômico*, especialmente para os fins da década de 1940 e princípios de 50, antes do aparecimento de publicações mais especializadas representando cada posição. Nas páginas dessa publicação mensal, editada por Antonio Gontijo de Carvalho e subsidiada pela Associação Comercial de São Paulo e pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, podem encontrar-se colaborações de personalidades das mais diversas tendências como Eugênio Gudin, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e outros.

15. Para as opiniões de um líder udenista que não via com bons olhos a intervenção estatal na economia (citando aprovativamente a *Road to Serfdom* de Hayek), veja Herbert Victor Levy. *Problemas Básicos da Nação*: *Economia, Finanças, Política Nacional e Internacional* (São Paulo, 1950). Um político udenista que expressava mais dúvidas sôbre a propriedade das doutrinas neoliberais era Aliomar Balceirro, *A política*, esp. 53-54, 62-63, e 223. Para as opiniões de um conhecido jornalista de opiniões constitucionalistas que havia decidido por volta de 1950 que o socialismo democrático era a resposta para o Brasil, veja Paulo Duarte, "Justiça social, por que preço?", *Anhembi*, I, Nº 1 (dez. 1950), 3-27. Um líder da UDN que lamentou o fracasso de seu partido em superar seu pendor excessivamente legalista foi Afonso Arinos de Melo Franco, *A escalada*: *Memórias*, (Rio de Janeiro, 1965), 49-50.

16. A melhor introdução aos problemas do desenvolvimento econômico do Brasil em 1953 é provàvelmente *The Development*

of Brazil: Report of the Joint Brazil-United States Economic Development Commission, publicado em 1954. Para a análise seguinte baseie-me também em *Economic Survey of Latin America* para 1951-52 (Nova York, 1954) e para 1953 (Nova York, 1954), publicado pela Economic Commission for Latin America. As estatísticas são as estampadas em Baer, *Industrialization and Economic Development*.

17. Em principais de 1951 Vargas invocou a criação desta comissão como prova das boas relações que o Brasil desfrutava com os Estados Unidos Vargas, *Govêrno Trabalhista,* I, 55.

18. *The Development of Brazil,* vi.

19. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, *Exposição sôbre o programa de reaparelhamento econômico: exercício de 1955* (Rio de Janeiro, n. d.), 1. Para detalhes da história e operação do BNDE, veja de Cleanto de Paiva Leite, "Brazilian Development: One Problem and Two Banks", *Inter-American Economic Affairs,* XIV, Nº 1, (verão de 1960), 3-24.

20. *The Development of Brazil,* vi.

21. Vargas, *Govêrno Trabalhista,* I, 252.

22. Baer, *Industrialization and Economic Development,* 51-55. O sistema cambial é explicado em Alexandre Kafka, "The Brazilian Exchange Auction System", *Review of Economics and Statistics,* XXXVIII, Nº 3 (agôsto de 1956), 308-22.

23. Uma coleção de discursos de Vargas sôbre a questão do petróleo foi publicada em *A Política nacionalista do petróleo no Brasil* (Rio de Janeiro, 1964). Não existe, que seja do meu conhecimento, nenhum estudo da longa controvérsia política que levou à criação da Petrobrás. Para relatos nacionalistas radicais, veja Werneck Sodré, *História Militar;* e Almir Matos, *Em agôsto Getúlio ficou só* (Rio de Janenro, 1963).

24. O discurso é reimpresso em *Govêrno Trabalhista,* II. 65-79.

25. Os dados sôbre remessa de lucro são provenientes da *A Remessa de Lucros: Um Problema Nacional* [Pareceres do Deputado Daniel Faraco e do Senador Mem de Sá] (Rio de Janeiro, 1963), 17, que se baseiam nos dados da SUMOC. Vargas declarou mais tarde que o saldo de movimentos de capital estrangeiro para os anos de 1939-53 foi de US$800 milhões: *Mensagem ao Congresso Nacional,* 92 (Rio de Janeiro, 1954).

26. Um excerto do discurso está reproduzido em Afonso Cézar, *Política, Cifrão e Sangue,* 3.ª ed., 113-14 (Rio de Janeiro, 1956).

27. *O Estado de São Paulo,* 30 de novembro de 1950.

28. Para uma interessante estimativa da significação das eleições de 1950 na perspectiva da moderna história brasileira, veja de Roland Corbisier, "Reflexões sôbre o momento político", *Digesto Econômico,* VI, N.º 72 (nov. 1950), 5-24. Veja também no "Jornal de 30 dias", *Anhembi,* I, N.º 1 (dez. 1950), 125-39.

29. Os esforços da UDN foram objeto de muitas novas histórias em *O Estado de São Paulo* em fins de outubro e durante o mês de novembro. Veja por exemplo os números de 4, 7 e 9 de novembro de 1950.

30. *Ibid.*, 18 de novembro de 1950.

31. *Ibid.,* 19 e 22 de novembro de 1950.

32. Baseei-me extensamente em *Cadernos do Nosso Tempo.* Nº 1 (out.-dez. 1953), 90-98.

33. Werneck Sodré, *História Militar,* 304-55, traz muitas informações sôbre as batalhas políticas dentro do corpo de oficiais durante os três primeiros anos da Presidência de Vargas. O autor foi um membro eminente do campo radical nacionalista.

34. Coutinho, *O General Góes Depõe,* 496.

35. Robert J. Alexander, "Brazil's CP: A Case Study in Latin American Communism", *Problems of Communism,* IV, Nº 5 (set.-out. 1955), 17-26.

36. *O Estado de São Paulo,* 24 de novembro, 8, 13 e 16 de dezembro de 1950.

37. Um destacado opositor do nacionalismo, General Canrobert Pereira da Costa, falava francamente: "A mão comunista está em todos os cantos e é preciso cortá-la. Sou favorável a que o Govêrno tome drásticas medidas contra a infiltração comunista para que possamos voltar a trabalhar em paz." *O Estado de São Paulo,* 26 de março de 1952.

38. O conflito no seio dos militares foi amplamente divulgado na imprensa brasileira. *O Estado de São Paulo,* por exemplo, dava detalhes sôbre as acusações e contra-acusações, ao mesmo tempo que tomava posição nos editoriais em apoio do grupo "anticomunista". O texto dos discursos de Estillac Leal e Espírito Santo Cardoso na ocasião da investidura do segundo na pasta da Guerra está impresso em *O Estado de São Paulo,* 28 de março de 1952.

39. O presidente em exercício era o General Horta Barbosa, um "nacionalista" que tinha sido eleito para a diretoria do Clube em 1950 ao mesmo tempo em que Estillac Leal era eleito presidente. Êste renunciou a presidência em 1951, sendo sucedido por Horta Barbosa. Para uma lista dos oficiais do Clube Militar até 1962, veja do General Majella Bijos. *O Clube Militar e Seus Presidentes* (Rio de Janeiro, s. d.).

40. Werneck Sodré, *História Militar,* 327-28. A Cruzada Democrática acusara aos nacionalistas de procurar "lançar o Clube Militar a serviço de interêsses de grupos ou correntes estranhos ao quadro social." *O Estado de São Paulo,* 12 de março de 1952. Ao aceitar a presidência honorária da Cruzada Democrática em abril, Eduardo Gomes explicou que "como nacionalistas não transigiremos com quaisquer influências exteriores incompatíveis com o brio e o pundonor de nossos compatrícios ciosos de reger os seus destinos, nem com as que visem destruir a ordem juridica estabelecida e a nossa concepção cristã de existência..." *Ibid,* abril, 20, 1952.

41. Estillac Leal pedira um "nacionalismo sadio e não jacobinismo estéril." Seu objetivo era "vigilância ativa na defesa da soberania nacional." *O Estado de São Paulo,* 8 de março de 1952. Durante a campanha da eleição desafiou seus opositores a definir seus conceitos sôbre economia política, declarando que ambigüidades nesta área "só servem para fazer o jôgo dos trustes internacionais e seus agentes, interessados em dividir a Nação para melhor poderem apossar-se de suas riquezas." *Ibid.,* 15 de abril de 1952.

42. Em março e abril de 1952, *O Estado de São Paulo* noticiou muitas prisões e batidas a células "comunistas" e "subversivas". A 29 de março, por exemplo, noticiava a prisão (pelo DOPS) de diversos operadores de impresoras no Rio de Janeiro, bem como prisões em Salvador, Pôrto Alegre e Pelotas.

43. Louvei-me aqui na análise de *Cadernos do Nosso Tempo,* Nº 2 (Jan.-Junho 1954), 103-20.

44. Amora, *Bernardes,* 201-19.

45. Êste ponto é enfatizado no artigo que analisa moralismo e alienação da classe média em *Cadernos do Nosso Tempo,* Nº 2 (jan.-jun. 1954), 150-59; e em Plínio de Abreu Ramos, *Brasil, 11 de novembro,* (São Paulo, 1960), 108.

46. Vargas justificou o aumento salarial de dezembro de 1951 e ao mesmo tempo atacou o Govêrno Dutra por ter congelado o salário mínimo, deixando-o no mesmo nível que "assegurei

aos trabalhadores há mais de oito anos", enquanto a vida dêles se tornara "cada vez mais difícil e mais cara". *Govêrno Trabalhista,* II, 57-62. Detalhes sôbre níveis salariais — em têrmos monetários e reais — podem ser achados em Baer, *Industrialization and Economic Development,* 119-25; Oliver Onody, *A Inflação Brasileira, 1820-1958* (Rio de Janeiro, 1960), 255-74.

47. No início de seu segundo govêrno, Vargas repetidamente concitara os trabalhadores a ter paciência. Em sua fala de véspera de Natal em 1951, por exemplo, conclamava: "Não precisais de greves ou apelos a recursos extremos; nem vos deixais levar por agitadores e perturbadores da ordem, que vos engodam com ideologias que encobrem ambições de outra natureza." Repetiu o apêlo a 1º de maio de 1952, prometendo "um plano orgânico e sistemático de reaparelhamento econômico, tendo como objetivo a expansão da nossa riqueza em benefício de tôdas as classes sociais." *Govêrno Trabalhista,* II, 60, 460-62.

48. Fontes secundárias sôbre atividades sindicais no início da década de 50 são de difícil consulta. Para um relato comunista, veja Jover Telles. *O Movimento Sindical,* 44-77.

49. Para uma biografia ecomiástica de Goulart, veja Limeira Tejo, *Jango: Debate sôbre a crise dos nossos tempos* (Rio de Janeiro, 1957).

50. Em sua mensagem anual ao Congresso para 1953, Vargas esboçava os alicerces para sua mudança na estratégia política que viria meses depois: "O Brasil possui hoje uma economia em vias de propiciar à população níveis de consumo equiparáveis aos vigentes nos países desenvolvidos. Carece, entretanto, para atringir êste objetivo em tempo útil, de vencer certas insuficiências, de remover certos obstáculos de transformar-se de modo mais acelerado e dirigido, através da ação deliberada do Govêrno, fundada no assentimento da opinião nacional. A composição dêste assentimento, em bases democráticas, é precisamente o problema político dos nossos dias e sua resolução implica o compromisso das fôrças representativas do País com os objetivos da superação do subdesenvolvimento nacional." *Mensagem ao Congresso Nacional,* (Rio de Janeiro, 1953), 11. Uma interessante análise das fôrças políticas como se manifestavam no início do último ano da presidência de Vargas pode ser encontrada em Michèle Langrod, "Les forces politiques au Brésil", *Révue Française de Science Politique,* III, N.º 3 (set. 1953), 511-532.

51. Há uma análise muito proveitosa desta tendência e a reação do Govêrno brasileiro em *The Brazilian Balance of Payments* (Londres, 1956), folheto publicado pelo Bank of London & South America Ltd.

52. *Economic Survey of Latin America*: 1953 (Nova York, 1954). 15-16. 79-82. 183-86. 211-12. O discurso de Láfer é reimpresso em *O Estado de São Paulo,* 19 de junho de 1953.

53. Augusto de Bulhões, *Ministro da Fazenda do Brasil*. 1808-1954 (Rio de Janeiro, 1955), 223. Aranha, fiel companheiro de muitas batalhas no passado (embora Aranha tivesse amarga desavença com Vargas durante a guerra), não perdera sua fé entusiástica no Brasil. Depois de descrever os "temporários" transtornos financeiros, predisse que o "Brasil será um dos grandes líderes do fim de nosso século e dará à nova ordem humana contribuições que não serão excedidas por outros povos, mesmo os que, hoje, se mostram mais avançados e poderosos." *O Estado de São Paulo,* 19 de junho de 1953.

54. Não confundir com o malogrado Plano Aranha de refinanciar a dívida externa no início da década de 30.

55. Algumas das idéias subjacentes no plano foram explicadas nas réplicas de Aranha aos questionários sôbre o esfôrço de estabilização a êle enviados pelos Deputados Raimundo Padilha e Bilac Pinto: *Exposição Geral do Ministro Oswaldo Aranha Perante a Câmara dos Deputados* (out. 1º, 1953, mimeo).

56. Um conselheiro presidencial, que canalizava as idéias dos nacionalistas radicais foi Lourival Fontes. A reação brasileira ao fim da Comissão Mista é relatado pelo *New York Times,* de 19, 23, 29 de julho de 1953: e uma reportagem retrospectiva em 9 de maio de 1955. A irritação norte-americana com as tendências nacionalistas de Vargas reflete-se no relatório de um ex-membro norte-americano da Comissão Mista: Thomas Palmer, Jr., *Search for a Latin American Policy* (Gainesville. 1957). 197-98.

57. Hélio Damante, "O Movimento de 22 de março de 1953 em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos.* 18 (jan. 1965), 105-112. A eleição é também analisada em Oliveiros S. Ferreira, "Comportamento Eleitoral em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 8 (abril 1960). 162-228. A aceitação de Jânio pelas classes trabalhadoras é examinada em Simão, "O voto Operário em São Paulo". Informações sôbre a carreira política pregressa de Jânio podem ser encontradas em Castilho Cabral, *Tempos de Jânio e outros tempos* (Rio de Janeiro, 1962), 1, 47-141.

58. Carvalho "Os Partidos Políticos em Minas Gerais".

59. Em livro escrito em 1947, Afonso Arinos de Melo Franco, figura de prol da UDN, lamentava o fracasso do Brasil em desenvolver um sistema partidário representativo mais responsável. Significativamente, porém, parecia mais preocupado com a ausência de um "movimento socialista mais consistente" que pudesse ter impedido que "a tradição do movimento operário fôsse, como é, de caráter comunista." *História e Teoria do Partido Político,* 112, 144-45. Um economista norte-americano visitante observou que "de modo geral é provavelmente correto dizer que os grupos brasileiros mais firmemente apegados aos princípios *políticos* da tradição liberal ocidental, isto é, os grupos que prezam as liberdades civis e as prerrogativcas políticas do indivíduo, mostram-se céticos acêrca de um papel mais ativo do Govêrno na esfera econômica. Ao contrário, aquêles grupos cujo arsenal de idéias políticas econômico-administrativas contém mais do que os esquemas de ação liberal ao velho estilo ou inação, tendem ao "intervencionismo" também na esfera política. Em outras palavras, parece não existir um partido "progressista" que combine um programa ativo na esfera da economia com a abstenção observada pelos liberais da velha guarda na esfera política." Henry William Spiegel, "Brazil: The State and Economic Growth", em *Economic Growth: Brazil, India, Japan,* Simon Kuznets, Wilbert E. Moore e Joseph J. Spengler, eds. (Durham, N. C., 1955), 413.

60. *Cadernos do Nosso Tempo,* Nº 2 (jan.-jun. 1954), 104-5.

61. Qualquer tentativa de descrever posições coerentes dentro do corpo de oficiais está sujeita a atribuir aos grupos divergentes uma consistência e homogeneidade maiores do que realmente existia. Sem embargo, uma classificação *grosso modo* em categorias é imprescindível até que novas pesquisas aclarem a escala cromática da opinião do oficialato.

62. César, *Política, Cifrão e Sangue,* 117-20.

63. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos advertira em 1953 que a capacidade para controlar a inflação "foi enfraquecida pela falta de um órgão não-político eficiente, independente, encarregado da supervisão do sistema bancário e da coordenação das políticas monetárias e creditícias." *The Development of Brazil,* 42.

64. Em outubro de 1953, Aranha, conhecido como opositor das generosas inclinações de Goulart quanto aos salários mínimos, explicara que "êsses reajustamentos, sejam por funcionários, empregados e operários, são efeitos e não causas da inflação, salvo se êles se fizerem acima dos níveis e das quotas atribuídas a êsses setores na distribuição da renda nacional". Aranha, *Exposição Geral*, 22-23. *O Estado de São Paulo*, certamente nada simpático a Goulart, expendia em seu editorial a opinião de que os ajustamentos do salário mínimo deviam "corresponder a alta do custo da vida entre fins de 7951 [data do último ajustamento] até a presente data." *O Estado de São Paulo*, 24 de fevereiro de 1954.

65. *O Estado de São Paulo*, 19 de junho de 1953.

66. Em 1952 surgiu uma Cruzada Brasileira Anticomunista, que proclamava ter uns 600.000 membros. *Ibid.*, 29 de março de 1952. Em 1954 houve uma Aliança Popular Contra o Roubo e o Golpe, capitaneada por Carlos Lacerda e Adauto Cardoso, *ibid.*, 9 de julho de 1954.

67. Para exemplos de ataques a Goulart, como *alter ego* de Vargas e "chefe do Peronismo brasileiro", veja *ibid.*, 14, 21 de janeiro e 16 de fevereiro de 1954.

68. Informações sôbre as origens da investigação do Congresso podem ser encontradas em Nelson de Souza Sampaio, *Do Inquérito Parlamentar* (Rio de Janeiro, 1964), 109-44.

69. A Escola Superior de Guerra, fundada em 1949 sob a liderança do General Cordeiro de Farias, era um importante centro de reuniões para os membros das elites civis e militares. A escola tinha um curso de um ano freqüentado por oficiais superiores, altos burocratas e figuras de prol do setor civil político. Em seu discurso como paraninfo dos formandos de 1953, Juarez Távora reclamava mais "planificação e, sobretudo, coordenação efetiva das atividades públicas e até onde possível democràticamente das atividades privadas, que cooperam no campo da economia." Ao mesmo tempo, porém, advertia contra a "propaganda sub-reptícia e desleal, mas sistemática e tenaz, tendente a intrigar e desunir as nações democráticas do bloco ocidental, a incompatibilizar, em cada uma delas a massa com a elite." Igualmente perniciosa, sustentava êle, era a tentativa comunista de depreciar a "cooperação que poderiam dar-nos a iniciativa, a técnica e o capital estrangeiros para acelerarmos o nosso desenvolvimento econômico e social." Juarez Távora. "Escola Superior de Guerra", *A Defesa Nacional*. XLI. N.º 475 (fev. 1954 111-20. Em seu discurso à primeira turma de formandos em dezembro de 1950, o General Cordeiro de Farias fêz do anticomunismo a tônica, denunciando a "inflação comunista" que se disfarça de "ultranacionalista" e "defensora dos fracos". Não se podia evitar a escolha entre "o hemisfério comunista e o hemisfério cristão" porque o mundo estava caminhando para "o choque de dois mundos, que não podem coexistir porque se repelem e se antagonizam." *O Estado de São Paulo*, 23 de dezembro de 1950.

70. *O Estado de São Paulo*, 27 de janeiro de 1954. O memorando é reproduzido, juntamente com uma lista completa de signatários, Oliveiros S. Ferreira, *As Fôrças Armadas e o desafio da revolução* (Rio de Janeiro, 1964, 122-29. O livro de Ferreira é uma importante fonte sôbre as correntes políticas dentro do corpo de oficiais, especialmente em princípios da década de 1960.

71. Para uma análise das reclamações salariais, veja General Miguel de Castro Aires. "O Memorial dos Coronéis", *A Defesa Nacional*, XLI, N.º 478 (maio de 1954), 113-15. Indubitàvelmente a opinião antigetulista era ainda mais forte dentro da Fôrça Aérea e da Marinha, cujos oficiais eram sabidamente mais conservadores em suas opiniões políticas do que os do Exército.

72. Uma entrevista de Vargas em *O Globo*, reimpressa em *O Estado de São Paulo*, 23 de fevereiro de 1954.

73. *Ibid.*

74. *Ibid.*. 12 de janeiro e 2 de fevereiro de 1954.

75. *Ibid.*, 23 de fevereiro de 1954.

76. Vargas, *Mensagem ao Congresso Nacional*, (Rio de Janeiro, 1954), 79 ss.

7. *O Estado de São Paulo*, 27 de fevereiro de 1954.

78. A entrevista está reimpressa em João Neves da Fontoura, *Depoimentos de um Ex-Ministro* (Rio de Janeiro, 1957). Para uma análise das implicações políticas da entrevista, veja *Cadernos do Nosso Tempo*, Nº 2 (jan.-jun. 1954), 83-100. Vale recordar que João Neves tinha sido notório adversário de Getúlio no início da década de 30, quando aderiu à Revolução Constitucionalista em São Paulo.

79. Macedo, *Aspectos do Congresso*, 149.

80. *Correio da Manhã*, 4 de maio de 1954.

81. *Ibid.*

82. Vergara, *Fui secretário*, 246-48.

83. Morton Baratz, "The Crisis in Brazil", *Social Research*, XII, Nº 3 (outubro de 1955), 347-61.

84. Matos, *Em agôsto Getúlio ficou só*, 47-48. As cifras mensais (por quantidade e valor) para as exportações de café aos EUA em 1953 são dadas em *Conjuntura Econômica* (edição internacional), II, Nº 1 (jan. 1955), 2.

85. A narrativa da queda de Vargas é baseada em John V. D. Saunders, "A Revolution of Agreement Among Friends: The End of the Vargas Era", *Hispanic American Historical Review*, XLIV, Nº 2 (maio de 1964), 197-213, que recorre a inúmeros testemunhos pessoais publicados na imprensa da época. Um dos mais dramáticos testemunhos pessoais é o de José Américo de Almeida, *Ocasos de Sangue* (Rio de Janeiro, 1954). Útil também para informação e documentação são de F. Zenha Machado, *Os últimos dias do govêrno de Vargas* (Rio de Janeiro, 1955) e César, *Política, cifrão e sangue*. Para a versão posterior ao movimento estudantil nacionalista radical, veja Matos, *Em agôsto Getúlio ficou só*. Uma das mais penetrantes análises da queda de Vargas é "O golpe de agôsto", *Cadernos do Nosso Tempo*, Nº 3 (jan.-mar., 1955), 1-22. Para os relatos de dois estudiosos norte-americanos veja Baratz, "The Crisis in Brazil", e Alan K. Manchester, "Brazil in Transition", *South Atlantic Quarterly*, LIV, Nº 2 (abril de 1955), 167-76. Existe uma dramática reconstrução do último dia de Vargas em Araken Távora, *O dia em que Vargas morreu* (Rio de Janeiro, 1966).

86. Uma coleção, feita segundo um critério bastante pessoal, de documentos relativos à tentativa de assassinato de Toneleros é de Hugo Baldessarini, *Cronica de uma época: Getúlio Vargas e o crime de Toneleros* (São Paulo, 1957).

87. Saunders, citado em "A Revolution of Agreement", 204; e Baldessarini, *Getúlio Vargas e o Crime*, 221.

88. César, *Política, cifrão e sangue*, 163-64.

89. O discurso é reimpresso em Machado, *Os Últimos Dias*, 157-61. As memórias próximas de João Café Filho serão uma importante fonte sôbre a crise de agôsto. Veja a entrevista em *Visão*, 15 de julho de 1966, 22-25.

90. Machado, *Os Últimos Dias*, 81-82.

91. O manifesto é reimpresso em Bento Munhoz da Rocha Netto, *Radiografia de Novembro*, 2ª ed. (Rio de Janeiro, 1961), 118-19.

92. Saunders, H. "A Revolution of Agreement", 209.

93. O texto da carta-testamento, tal como foi fornecido à imprensa está reproduzido em César, *Política, cifrão e sangue*, 219-20, A tradução inglêsa, meio truncada, publicada no *New York Times* de agôsto, 25, de 1954, é reproduzida em E. Bradford Burns. *A Documentary History of Brasil* (Nova York, 1966), 368-70. A autenticidade da carta-testamento é sustentada por em John W. F. Dulles, "Farewell Messagers of Getúlio Vargas", *Hispanic American Historical Review*, XLIV. Nº 4 (nov. 1964), 551-53: e por Lourival Fontes em Glauco Carneiro, "A Face Final de Vargas", *O Cruzeiro*, 15 de maio de 1965.

Capítulo IV

1. *Keesing's Contemporary Archives*. p. 13774.

2. O General Lott, Ministro da Guerra, designou oficiais e tropas para mais de 200 localidades em 19 Estados para assegurar a liberdade de "propaganda eleitoral" e para garantir "o livre exercício do voto e a fiel apuração dos sufrágios". O Ministro da Guerra mais tarde congratulou-se com seus emissários pela "maneira impecável" como cumpriram suas atribuições. A declaração de Lott está publicada no *Diário Oficial* de dezembro, 13, de 1954, era *A Defesa Nacional*, XLII. Nº 487 (fev. 1955). 113.

3. Os resultados da eleição são analisados em *Cadernos do Nosso Tempo*, n.º 3 (jan.-mar., 1955), 31-48. Para o efeito do suicídio de Vargas sôbre a eleição, inclusive a derrota de Goulart no Rio Grande do Sul, veja Baratz, "The Crisis in Brazil": Tejo, *Jango*, 142. O suicídio de Vargas e as eleições do Congresso evidentemente indecisas, realizadas sòmente dois meses mais tarde, levaram a uma porção de apelos pela reforma constitucional e eleitoral. Veja, por exemplo, Hermes Lima, *Lições da Crise*, 2ª ed. (Rio de Janeiro, 1955); e Rui Bloem, *A Crise da Democracia e a Reforma Eleitoral* (São Paulo, 1955). Bloem argumentava em favor de um maior rigor nos requisitos para o exercício do voto juntamente com o aumento da disciplina partidária. Orlando Carvalho pedia uma profunda reforma dos "partidos do centro" como a UDN, PSD e PR. "Os Partidos Políticos em Minas Gerais". Há interessantes re-

tratos de uma porção de deputados e senadores que se aposentaram ou foram derrotados em 1954, como Marcondes Filho, em Macedo, *Aspectos do Congresso.*

4. Para uma estimulante análise das manobras pré-eleitorais em 1955, veja o artigo em *Cadernos do Nosso Tempo,* N.º 4 (abril-agôsto, 1955), 1-23.

5. *Tribuna da Imprensa,* fevereiro, 18, e março, 31 de 1955; Rodrigues Alves Filho, *Democracia Corrompida ou Golpe de Estado?* (São Paulo, 1955), 50, 56.

6. *O Estado de São Paulo,* 2 de agôsto de 1955.

7. *Ibid.,* 6 de agôsto de 1955.

8. *Ibid.,* 3 de setembro de 1955.

9. As idéias de Kubitschek sôbre política econômica foram sumariadas em um volume circulado privadamente durante a campanha e publicado imediatamente após sua eleição: *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento* (Belo Horizonte, 1955).

10. O Almirante Pena Bôto era o Presidente da Cruzada Brasileira Anti-comunista que publicava regularmente matéria paga em jornais, como esta advertência: "Não é possível que através de eleições desonestas voltem ao poder os mesmos homens que humilharam e arrasaram êste País". *O Estado de São Paulo,* 6 de setembro de 1955.

11. Munhoz da Rocha, *Radiografia de Novembro,* 160-61; *O Estado de São Paulo,* 6 de setembro de 1955.

12. *Dados Estatísticos*: *Eleições Federais, Estaduais e Municipais,* v. III, pt. 2, Tribunal Superior Eleitoral (Rio de Janeiro, s. d.).

13. *Tribuna da Imprensa,* outubro, 5, 1955. Em agôsto de 1955, o Partido Comunista Brasileiro tinha apoiado Kubitschek e Goulart.

14. *O Estado de São Paulo,* outubro, 26, 1955.

15. As opiniões de Lott estão expressas numa declaração ao Congresso lida pelo deputado Armando Falcão a 7 de outubro. *Jornal do Comércio,* 8 de outubro de 1955.

16. A entrevista foi publicada por *O Globo* no dia 29 de outubro de 1955 (décimo aniversário da queda de Vargas), e reproduzido em *O Estado de São Paulo* a 30 de outubro.

17. O General Canrobert Pereira da Costa tinha sido Ministro da Guerra durante o mandato presidencial de Dutra e um

ex-chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas. Era um agressivo anticomunista e tinha sido membro destacado da Cruzada Democrática que apoiou o General Etchegoien em sua vitoriosa campanha para Presidente do Clube Militar em 1952 contra a Cruzada Nacionalista dos Generais Estillac Leal e Horta Barbosa. Por ocasião de sua morte, o General Canrobert era presidente do Clube Militar, cargo para o qual tinha sido eleito em 1954 como sucessor do General Etchegoien. Canrobert foi um conspirador de primeira linha contra Vargas em agôsto de 1954, e em agôsto de 1955 denunciava a elite política pelo que considerava como seu fracasso em prover "estabilidade".

18. O discurso está reproduzido em Ferreira, *As Fôrças Armadas e o desafio da revolução,* 130-33.

19. Detalhes sôbre o caso Mamede estão em Munhoz da Rocha, *Radiografia de Novembro,* 71-80.

20. O texto do memorando dos militares está em *ibid.,* 13 2-33.

21. Lott aborrecera-se com a demora da solução do caso Mamede, que estava ràpidamente se convertendo numa *cause celébre* na imprensa, e a 5 de novembro o Ministério da Guerra emitiu uma declaração refutando a delegação de Lacerda em a *Tribuna da Imprensa* de que Café Filho recusara o pedido de Lott para a transferência de Mamede. A declaração está reproduzida em José Loureiro Júnior, *O golpe de novembro* (Rio de Janeiro, 1957), 238-39.

22. Êste relato é baseado principalmente em Munhoz da Rocha que participou da reunião ministerial, *Radiografia de Novemrbo,* 75-80. Carlos Luz mais tarde fêz seu relato em que ressaltava a má-vontade do comando da Escola Superior de Guerra em libertar Mamede. *Em Defesa da Constituição* (Rio de Janeiro, 1956).

23. Esta posição, da qual o conhecido sociólogo Gilberto Freyre também era apoiogista, é descrita em Munhoz da Rocha, *Radiografia* 29-30. 58-70.

24. O deputado udenista Aliomar Baleeiro mais uma vez como em 1950, apresentou detalhada argumentação legal destinada a provar que a Constituição exigia uma maioria absoluta de votos nas eleições presidenciais. As manobras da UDN depois da eleição de outubro foram extensivamente reportadas nas colunas do *O Estado de São Paulo.*

25. Afonso Arinos e outros membros udenistas do Congresso achavam que a adoção de um sistema parlamentar poderia ser uma solução de compromisso permitindo a Kubtschek assumir a presidência. *Ibid.*, 28 de outubro de 1955. Naturalmente isto teria reduzido consideràvelmente os podêres do nôvo presidente, o que era precisamente o que a UDN desejava. Já em março de 1955 Otávio Mangabeira, expressando seu desespêro sôbre a incapacidade de encontrar um candidato de união "não-partidário" para a campanha presidencial, confessava num discurso na Câmara: "Imagine, Sr. Presidente [da Câmara dos Deputados], o desconsôlo, a tristeza, com que, soldado da democracia, — e é êste o mais caro título que me conferiu a vida pública, — posso ou venha a assumir atitudes que pareçam de qualquer modo antidemocráticas. Mas se o faço, ou se o fizer, será precisamente por amor das nossas liberdades". Otávio Mangabeira, *A Situação Nacional: Três Discursos* (Rio de Janeiro, 1956), 31.

26. *Tribuna da Imprensa,* 4, 9 de novembro de 1955.

27. *Ibid.*, 24 de outubro de 1955.

28. Um exemplo do ponto-de-vista pró-legalidade entre os militares foi uma preleção, com o significativo título "Sejamos otimistas na análise da conjuntura nacional", feita no Colégio Naval em agôsto de 1955. O orador, um capitão da marinha, argumentava que por sua história o Brasil já tinha demonstrado "uma autêntica, generosa e atávica vocação democrática". As campanhas eleitorais sempre produzem "confusões e intranqüilidade" mas isto é "natural... e parte do sistema democrático", explicou êle. "Esquecem-se êsses idealistas, que a História nos demonstra ser terrível a procissão de calamidades decorrentes do esfacelamento da ordem constitucional." A corrupção? "Em uma mesma nação, os corruptos e moralmente enfermos distribuem-se, igualmente, por tôdas as classes que a integram". Contra a corrupção, o "voto popular" é a "única arma moralmente aceitável". Êste capitão otimista não deixava a menor dúvida quanto à firmeza de suas idéias. "Qual seria a solução para o problema que fôsse criado pela alegação de existência de uma corrupção desenfreada que estivesse abalando a própria estrutura do Estado? Responderíamos que o pior dos govêrnos é, ainda, melhor que a melhor das revoluções". Francisco de Souza Maia Júnior, "Sejamos otimistas na análise da conjuntura nacional". *A Defesa Nacional,* LXIII, Nº 497 (dezembro 1955), 61-65.

29. O grupo "legalista" era dirigido pelo General Zenóbio da Costa, que havia se manifestado repetidamente em favor da posse de Vargas durante a campanha da UDN para anular as eleições presidenciais de 1950. Tinha também servido como último Ministro da Guerra de Getúlio, ocasião em que se revelara incapaz de deter a onda de opinião anti-Vargas entre as altas patentes militares durante a crise de agôsto de 1954. Lott tinha-o demitido de seu pôsto de inspetor geral do Exército em outubro de 1955 porque Zenóbio começara novamente a se pronunciar em favor do empossamento dos candidatos eleitos, Kubitschek e Goulart, infringindo asim as reiteradas portarias ministeriais no sentido de que os oficiais não deviam externar quaisquer posições políticas. Outro oficial que impeliu Lott ao golpe preventivo da noite de 10 de novembro foi o General Odílio Denys, comandante da guarnição do Exército no Rio de Janeiro.

30. O Ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, seguira para São Paulo, onde esperava articular preparativos para que Carlos Luz e seus Ministros leais pudessem continuar ali o govêrno "legítimo". Entretanto o Governador de São Paulo, Jânio Quadros, mostrou-se indiferente. O oficial em comando do "Tamandaré", durante sua fuga abortada, era o Vice-Almirante Pena Bôto, Comandante em Chefe da Esquadra e também Presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista. Outros passageiros a bordo incluíam o Coronel Mamede e o Capitão da Marinha Silvio Heck. Uma lista dos passageiros importantes está em Munhoz da Rocha, *Radiografia,* 115-16.

31. *Keesing's Contemporary Archives,* p. 14.530

32. Munhoz da Rocha, *Radiografia,* garante a devoção de Café Filho à legalidade, mas uma defesa semelhante de Carlos Luz não apareceu. Munhoz da Rocha tomou parte na fuga a bordo do "Tamandaré".

33. O debate na Câmara dos Deputados em 11 de novembro está reproduzido em Loureiro Júnior, *O Golpe de Novembro,* 241-317.

34. Veja, por exemplo, os discursos em 11 e 14 de novembro por Afonso Arinos de Melo Franco, reproduzidos no panfleto *Episódios de história contemporânea: dois discursos do Sr. Afonso Arinos* (Rio de Janeiro, 1956).

35. Em 14 de novembro três Ministros militares — Antonio Alves Câmara (Marinha), Vasco Alves Seco (Aeronautica),

e Henrique Lott (Guerra) — enviaram ao Presidente (Nereu Ramos) um memorando pedindo o estado de sítio. O golpe de 11 de novembro ("o movimento de retôrno aos quadros constitucionais vigentes") tinha sido necessário, explicavam êles, "pela necessidade de impedir a consumação iminente da subversão da ordem constitucional, pregada afrontosamente por maus brasileiros na tribuna parlamentar, na imprensa, no rádio e na televisão e tornada possível pela conivência de alguns chefes militares detentores de altos cargos do Poder Executivo". Acusavam o Presidente em exercício Carlos Luz de, "em poucas horas de exercício do cargo". ter-se mostrado "sob a influência dos que urdiam contra o regime, e instrumento eficaz pôsto a serviço da subversão. Agravando por atos deliberados, infringentes de disciplina, a crise [caso Mamede] que se processava, o então Presidente procurava ao mesmo tempo colocar nos postos da administração militar a quem abrisse as portas ao movimento destruidor da legalidade, e assim suscitou o pronunciamento fulminante com que as Fôrças Armadas puderam uma vez mais, mercê de Deus, preservar a ordem pública e o regime representativo de um golpe de Estado desfechado de cima para baixo, sem raízes nos sentimentos do povo e da tropa, ditado apenas pelos assomos da ambição pessoal e do ressentimento político". Os Ministros da Marinha e da Aeronáutica que assinavam êste memorando foram nomeados por Nereu Ramos depois do golpe de 11 de novembro, substituindo Amorim do Vale e Eduardo Gomes, que tinham permanecido leais a Carlos Luz. O memorando é reproduzido em Loureiro Júnior, *O Golpe de Novembro,* 319-22.

36. O discurso de Luz, com detalhes sôbre a viagem do "Tamandaré", foi publicado em Carlos Luz, *Em defesa da Constituição.*

37. A análise recorreu extensivamente ao trabalho da ECLA. *Economic Survey of Latin para* 1954 *e* 1955; *The Brazilian Balance of Payments* publicado pelo Bank of London and South America; e José Maria Whitaker, *Seis Meses de Nôvo no Ministério da Fazenda* (Rio de Janeiro, 1956). As estatísticas são de Baer, *Industrialization and Economic Development.*

38. Augusto de Bulhões, *Ministros da Fazenda,* 230-33.

39. Como chefe da Comisão Brasileira que participou na preparação do "Relatório Abbink" em 1948, Bulhões tinha sido alvo de críticas dos jovens economistas brasileiros mais tarde conhecidos como "estruturalistas".

40. Gudin defendeu suas diretrizes num discurso pronunciado em meados de abril, quando seu sucessor tomou posse. O discurso foi reimpresso por Whitaker, *Seis meses,* Gudin defendeu sua política de crédito antiinflacionária em "Nota Sôbre as Apreciações da CEPAL", *Carta Mensal do Conselho da Confederação Nacional do Comércio,* II, Nº 9 (setembro 1956), 287-95.

41. Whitaker fêz uma detalhada defesa de sua política, especialmente a proposta da abolição do "confisco cambial" para o café, em seu *Seis Meses.*

42. Lincoln Gordon e Engelbert L. Grommers, *United States Manufacturing Investment in Brazil: The Impact of Brazilian Government Politics* 1946-1960 (Boston, 1962). 19ss. A Instrução 113 da SUMOC tornou-se subseqüentemente o foco de aceso debate entre "nacionalistas" e aquêles que eram favoráveis ao incentivo de investimentos estrangeiros no Brasil. Há um estudo sôbre a atitude dos homens de negócios brasileiros para com o investimento estrangeiro privado e especialmente dos efeitos da Instrução 113 da SUMOC em Reimar Richers e outros, *Impacto da Ação do Govêrno Sôbre as Emprêsas Brasileiras* (Rio de Janeiro, 193), 105-121. Eugenio Gudin muitas vêzes defendeu a Instrução 113, como em "A Reforma Cambial", *Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio,* II, Nº 7 (julho de 1956), 219-28. Um escritor norte-americano em visita ao Brasil observou em 1955: "não existe unidade de vistas no Brasil acêrca da desejabilidade de investimento estrangeiro privado. Nesta situação a única certeza para importadores de capital a longo prazo é a incerteza da política governamental." Baratz, "The Crisis in Brazil", 361.

Capítulo V

1. Importante fonte para as atividades da Presidência durante a era Kubitschek é a *Sintese Cronológica* publicada pela presidência da República para os anos de 1956, 1957, 1958 e 1959

(Rio de Janeiro, 1959-60). Inclui um sumário dia-a-dia dos discursos e atos oficiais iniciados no paço.

2. Francisco Medaglia, *Juscelino Kubitschek, President of Brazil: The Life of a Self-Made Man* (s. d. 1959). Como o subtítulo sugere, esta breve biografia foi publicada como parte de um esfôrço de relações públicas nos Estados Unidos. A obra fundamental sôbre o *bockgrond* mineiro e as origens familiares de Kubitschek é de Francisco de Assis Barbosa, *JK*: *Uma Revisão na Política Brasileira* (Rio de Janeiro, 1960).

3. Celso Furtado, *Diagnosis of the Brazillian Crisis* (Berkeley, 1965), 88-90. Análises detalhadas das políticas econômicas do período Kubitschek podem ser encontradas em Baer, *Industrialization and Economic Development,* e os dois estudos patrocinados pelo *ECLA* anteriormente citados: "Fifteen Years of Economic Policy in Brazil" e "The Growth and Decline of Import Substitution in Brazil". Há também um estudo a respeito de formulação de políticas econômicas no Brasil entre 1954 e 1963 na Comissão Econômica para a América Latina, *Economic Survey of Latin America*: 1964. (Nova York, 1966), 288-309.

4. Kubitschek, *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento.*

5. Um observador brasileiro comparou o uso de "grupos executivos" durante a Presidência Kubitschek à estrutura associativa criada nos últimos anos do Estado Nôvo. Em ambos os casos, o Executivo procurou novos meios de entrar em contato direto com o setor empresarial a fim de "dinaminá-lo". Ianni, *Estado e Capitalismo,* 233-34.

6. Uma firma consultiva norte-americana publicou um estudo em 1958 bastante otimista a respeito do "dinâmico nôvo espírito no Brasil". Achava que "a febre de industrialização tomara conta do Brasil; é na produção industrial que foram feitos os maiores ganhos e que residem grandes esperanças e aspirações para o futuro". William B. Dale.*Brazil*: *Factors Affecting Foreing Investiment* (Stanford Research Institute. Menlo Park. Calif., 1958), 4.

7. *The Economic Development of Brazil: A Study Prepared by the Joint Working Group of the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico and the Economic Commission for Latin America* (Nova York, 1956). Uma versão dêste relatório foi publicada pelo BNDE em 1955 sob o título *Esbôço de um Programa Preliminar de Desenvolvimento da Economia Brasileira.* Celso Furtado, então trabalhando para a ECLA, participou na redação dêsse relatório. A principal fonte brasileira de financiamento público externo foi o Export-Import Bank of the United States.

8. Ao assumir o govêrno, um dos primeiros atos de Kubitschek foi criar um Conselho de Desenvolvimento diretamente subordinado ao Presidente. O Conselho recebeu podêres, entre outras missões, para "estudar as medidas necessárias à coodernação da política econômica do país, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico, elaborar planos e programas visando a aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada *Síntese Cronológica:* 1956, 18. Uma das mais importantes atividades do Conselho era o patrocínio da elàboração do Programa de Metas que estabelecia objetivos nos campos de energia, transporte, agricultura, indústrias básicas e educação. O programa é exposto em *Programa de Metas,* 3 vols. Conselho de Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1958).

9. Na véspera da Presidência Kubitschek, um artigo anônimo no periódico editado por Hélio Jaguaribe, conselheiro político do nôvo Presidente, delineava os problemas que qualquer diretriz "desenvolvimentista" teria de confrontar. *Cadernos do Nosso Tempo,* Nº 5 (jan.-mar. 1956), 1-17.

10. A primeira mensagem de Kubitschek ao Congresso em 1956 foi típica desta abordagem. Tentava conciliar a oposição anotando que nela se incluíam "eminentes homens públicos e patriotas esclarecidos". Chegou até a tranqüilizar os oficiais militares que haviam tentado uma revolta logo abortada contra o seu govêrno em fevereiro de 1956, assegurando que não abrigava "agravos ou ressentimentos de qualquer espécie". Na última campanha eleitoral êle tinha verificado "a incoercível vocação de nossas populações para o regime democrático. Concluiu com uma nota característica: "Façamos desta hora uma hora construtiva. E reconheçamos, pela abdicação de nossos personalismos transitórios em proveito de uma obra comum de grandeza nacional, a velha verdade bíblica: uma geração vai e outra geração vem; mas a terra para sempre permanece". Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagem ao Congresso Nacional* (Rio de Janeiro, 1956), 552-57.

11. Como exemplos do discurso de um intelectual nacionalista, explicando a importância de Brasília para o passado e o

futuro do Brasil, veja Roland Corbisier, *Brasília e o desenvolvimento nacional* (Rio de Janeiro, 1960). Uma visão muito diferente da nova cidade, olhada por um migrante nordestino, nos é dada por José Marques da Silva, *Diário de um Candango* (Rio de Janeiro, 1963). Candango, como se sabe, era o nome dado aos migrantes que afuíam ao nôvo Distrito Federal, formando assim mão-de-obra para a construção febril da capital. Muitos dos círculos tradicionais criticavam amargamente a construção de Brasília. A opinião no Rio de Janeiro, em vias de perder os benefícios econômicos e culturais, que tinha desfrutado como cidade capital, era compreensìvelmente fria. Alguns críticos, como Eugênio Gudin, argumentavam que os fundos consumidos na construção de Brasília poderiam ser melhor usados para outras formas de gastos públicos. O que êsses críticos negavam era a possibilidade ou valor de uma mudança na mentalidade nacional que pudesse ser simbolizada e estimulada pela remoção da capital do litoral para o centro do país. Como exemplo de debate nacional sôbre Brasília, veja as cartas ao editor nos números de *Visão* de abril de 1959. O regime Kubitschek rejubilava-se com a impressão favorável que a construção de Brasília criava no Exterior. O Govêrno publicou quatro volumes de comentários laudatórios em *Brasília e a Opinião Mundial* (Rio de Janeiro, 1958-59), bem como um folheto de André Malraux, *Brasília — La Capitale de l'Espoir* (Rio de Janeiro, 1959).

12. A revista, patrocinada pela Confederação Nacional da Indústria, intitulara-se *Desenvolvimento & Conjuntura*, primeiro númeço com data de julho de 1957. O principal editorial no primeiro número ("Bases de uma Política para o Desenvolvimento") manifestava uma posição favorável a uma economia mista em têrmos muito semelhantes aos que estavam sendo adotados pelo Govêrno Kubitschek. O mesmo número incluía um artigo analisando a disponibilidade de divisas externas para a industrialização e prevenindo contra a "desnacionalização" da indústria brasileira que poderia resultar da execução da Instrução 113 da SUMOC. Sôbre a questão, veja o levantamento das opiniões dos homens de negócios brasileiros, de modo geral favoráveis à participação estrangeira, em Richers e outros, *Impacto da Ação do Govêrno*, 105-21. A 6 de abril de 1958, o *New York Herald Tribune* publicava os resultados de um inquérito da opinião pública (entrevistas feitas só no Rio e em São Paulo) que mostravam que, de todos os países onde se procedeu a inqueritos semelhantes, o Brasil é que tinha o mais

baixo nível (14 por cento) que considerava o investimento estrangeiro como "mau" para o país e a mais alta cota da divergência favoráveis/desfavoráveis em relação ao papel do investimento privado estrangeiro. Doze países estavam incluídos no inquérito, inclusive dois na América Latina, sete na Europa e Canadá. Citado por Dale, em *Brazil: Factors Affecting Investment*, 32.

13. Para uma análise das fortes dúvidas sôbre o potencial da elite empresarial brasileira para ação independente em apoio da industrialização, veja Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e Desenvolvimento Econômico* (São Paulo, 1964). Nas vésperas da posse de Kubitschek, Helio Jaguaribe apelou para que os industriais brasileiros assumissem um papel dinâmico na nova fase de industrialização que estava iminente. A conferência foi pronunciada no Forum Roberto Simonsen e publicada por Hélio Jaguaribe, *O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nactional* (São Paulo, 1956).

14. Não obstante, houve amargas críticas à política cafeeira do Govêrno por parte dos plantadores, inclusive uma marcha de protesto (em automóvel) pelos cafeicultores em outubro de 1958. Mas o princípio da compra extensiva dos estoques excedentes de café foi mantido pelo Govêrno Kubitschek. As divergências ocorreram a respeito da política de taxas cambiais (os plantadores de café sendo favoráveis à depreciação, de forma a aumentar seus lucros em cruzeiros) e da continuação da política de "confisco cambial".

15. Em sua primeira mensagem ao Congresso, Kubitschek incluiu uma seção, em têrmos enfáticos, sôbre a agricultura que parecia pressagiar propósitos de longo alcance. Observava que a industrialização iria requerer "uma sólida base agrícola" e "um mercado interno em expansão". O mercado rural era fraco, explicou, por causa de uma inadequada "estrutura agrária, no que respeita ao regime de propriedade da terra: um desequilíbrio entre o número reduzido dos proprietários rurais e o número elevado dos que trabalham em gleba alheia". *Mensagem ao Congreso Nacional* (1956). 152. Esta questão não voltou, porém, a ser suscitada em nenhuma das subseqüentes mensagens ao Congresso. Sou grato a Márcio Rêgo Monteiro por esta referência.

16. O custo de Brasília tornou-se tema favorito de debates entre os adversários de Kubitschek. Brasília nunca foi incluída no Programa de Metas. Não havia prestação de contas pelo projeto,

dando surto assim aos mais disparatados comentários. Uma das poucas fontes é "Gastos Públicos em Brasília", *Conjuntura Econômica*, XVI N.º 12 (dez. 1962). Sou grato por esta informação a um manuscrito não publicado de Nathaniel Leff, "Economic Policy and Economic Development in Brazil, 1947-1962", que contém uma interpretação muito interessante da influência do nacionalismo e das doutrinas pró-industrialização entre os formuladores de politicas do Brasil.

17. A melhor fonte isolada sôbre o alicerçamento intelectual para o "desenvolvimento" é de Bonilla. "A National Ideology for Development". Para uma análise dos "desenvolvimentistas" brasileiros e da reformulação de suas posições iniciada depois do término do período Kubitschek, veja de Michel Debrun, "Nationalisme et politique de développement au Brésil", *Sociologie du Travail*, VI, N° 3 (jul.-set. 1964), 235-57, e N° 4 (out.-dez. 1964). 351-80. Veja ainda a discussão do grupo ISEB resumida por Arthur P. Whitaker e David C. Jordan, *Nationalism in Contemporary Latin America* (Nova Yory, 1966), 79-88. É impossível compreender a influência dos intelectuais "desenvolvimentistas", a menos que se tenha em mente que muitos dêles foram também influentes da modelagem efetiva das políticas governamentais depois de 1951, especialmente na esfera da política econômica. Administradores cientistas sociais como Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Ewaldo Corrêa Lima, Roberto Campos, Jesus Soares Pereira, Cleanto de Paiva Leite e Hélio Jaguaribe estavam empenhados não só em traçar um esquema racional para a rápida industrialização como também em planejar e administrar importantes setores do papel governamental nesse processo. Pertenciam quase todos a uma geração mais jovem (geralmente na casa dos 30), combinando os papéis de elite administrativa e intelectual. Excelente panorama das opiniões do grupo que modelaram o pensamento da ISEB no seu início é a coleção de conferências feitas no Instituto em 1955: *Introdução aos Problemas do Brasil* (Rio de Janeiro, 1956).

18. Relato da rebelião da Fôrça Aérea em Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, II, 504-17.

19. As eleições para a Presidência do Clube Militar em maio de 1956 resultaram na vitória do General João de Segadas Viana, identificado por um perito em política dos militares como um "nacionalista". Werneck Sodré, *História Militar*, 367. Isto sem

dúvida fortaleceu o braço de Lott dentro das fileiras superiores do corpo de oficiais do Exercito.

20. Num discurso em 1953, por exemplo, Juarez Távora endossava a idéia de construir uma nova capital no interior, que traria o Govêrno federal em contacto com as "realidades do Brasil interior" e, como conseqüência, "libertar a ação nacional dêsse Govêrno da pressão constante e poderosa de problemas que são mais locais que gerais", Távora, "Escola Superior de Guerra", 113-14. A opinião de Távora é tanto mais interessante porque era um intransigente antigetulista e devia ser o adversário de Kubitschek na eleição presidencial de 1955. O General Edmundo de Macedo Soares e Silva, um pioneiro no desenvolvimento do complexo siderúrgico de Volta Redonda, era exemplo marcante de opinião pró-industrialização entre os militares de alta patente. Em discurso pronunciado pouco antes da posse de Kubitschek, conclamava aos brasileiros que assegurassem as "condições" que possibilitam a "criação de uma indústria moderna", tais como uma "compreensão exata das elites" e "devotamento à causa comum" pelos "homens de direção econômica e política" e de que não "opusessem os seus mesquinhos interêsses aos de progresso nacional". "A indústria pesada e o progresso do Brasil", *A Defesa Nacional*, LXIII, N° 498 (jan. 1956), 85.

21. A liderança de Goulart no PTB foi repetidamente desafiada durante a Presidência Kubitschek por "reformadores" partidários, como o deputado Fernando Ferrari. Acusavam Goulart de não imprimir ao PTB uma nova orientação ideológica, limitando-se a apenas capitalizar a legenda de Vargas para vantagens eleitorais a curto prazo. Veja, por exemplo, o relato de Tad Szulc no *New York Times*, 3 de março de 1957. Quanto à conexão de Goulart com os comunistas e à política das classes trabalhadoras de Kubitschek, assim conclui uma autoridade que estudou detidamente a história do movimento trabalhista brasileiro neste período: "Em 1956, os comunistas deixaram de fazer oposição ao "impôsto sindical" já que, como importante parte da liderança trabalhista, estavam se beneficiando dêle. O PTB permitiu que os comunistas lançassem alguns candidatos sob a legenda do PTB. Em compensação, o Partido Comunista supriu quadros de pessoal disciplinados de que o PTB necessitava urgentemente. Goulart e o PTB controlavam a distribuição de empregos públicos em tribunais trabalhistas e em institutos de previdência social. Êsses empre-

gos possibilitavam aos líderes trabalhistas viver na classe média, da qual muitos dêles eram oriundos. O apoio dos líderes trabalhistas, tanto comunistas como do PTB, ajudou Kubitschek a manter a aliança de Vargas entre trabalho, classe média e industriais, bem como entre os proprietários de terras, até o fim de seu mandato em 1960." Timothy F. Harding, "Revolution Tomorrow: The Failure of the Left in Brasil", *Studies on the Left,* IV Nº 4 (outubro de 1964), 36.

22. Sem dúvida havia atritos ocasionais entre o Presidente e seu Ministro do Trabalho a respeito de política trabalhista. Em setembro de 1959, por exemplo, o Presidente fêz uma declaração denunciando um "movimento organizado e orientado por conhecidos agitadores, no sentido de criar condições que venham a ameaçar a ordem e a paz do povo brasileiro, declarando greves ilegais e concomitentes". No dia seguinte, o Presidente teve de fazer outra declaração explicando que em suas anteriores observações não tencionava fazer referência a "partidos ou personalidades políticas, muito menos à pessoa do meu leal amigo e sincero aliado Dr. João Goulart." *Síntese Cronológica:* 1959, v. II, 88, 94.

23. Detalhes sôbre as origens da "Operação Pan Americana" são fornecidos em Licurgo Costa, *Uma Nova Política para as Américas: Doutrina Kubitschek e OPA* (São Paulo, 1960). O Govêrno brasileiro publicou uma série de documentos em *Operação Pan-Americana,* 5 vols. (Rio de Janeiro, 1958-59).

24. Em seu discurso propondo a Aliança Para o Progresso, o Presidente Kennedy anunciou que "nossa abordagem mesmo precisa ser audaz — uma abordagem condizente com a majestosa concepção da Operação Pan-Americana". *New Times,* 14 de março de 1961. Mais tarde, um economista norte-americano observou: "se qualquer pessoa pode ser considerada como o pai do programa, foi ela o Presidente Kubitschek. William Withers, *The Economic Crisis in Latin America* (Glencoe, III, 1964, 35. É de notar que a administração Eisenhower tinha começado a alterar sua rígida política latino-americana em 1959, lançando os alicerces para mais dramáticas mudanças políticas de Kennedy.

25. O estudo ECLA-BNDE de 1956, *The Economic Development of Brazil* (p. 29), advertiu que o nível de crescimento do "passado recente" provàvelmente "não poderia ser atingido durante o período 1955-1962". Efetivamente, predizia o estudo, "supondo que o Brasil vá perder, durante os próximos cinco anos, todo o melhoramento nas condições de comércio que caracterizaram os cinco anos anteriores (1949-54), o nível de crescimento da economia será ainda mais lento". Em realidade, a determinação não se mostrou tão desastrosa. Tomando 1953 como ano-base, o mais importante fator de divisas estrangeiras para o Brasil, tinha diminuído para 61 em 1960, contra 47 em 1949. Esta perda na capacidade de obtenção de divisas externas, terrìvelmente angustiante, surgiu no momento em que o Brasil envidava o maior esfôrço de industrialização de sua história. O Bank of London and South America avaliou os preparativos futuros mais corretamente ao sugerir em 1956: "A eventual solução dos problemas mais prementes do Brasil pareceria depender não tanto de um aumento em ganhos de exportação — embora êste naturalmente fôsse bem escolhido — como de ser dada prioridade ao desenvolvimento de produção básica que, na extensão em que suprisse as necessidades do país, aliviaria a conta de importações de onerosos itens essenciais". *The Brazilian Balance of Payments,* 29. Não obstante, a crítica escassez de divisas externas eventualmente incidiu no Govêrno Kubitschek. Os dados são de Baer, *Industrialization and Development.*

26. Tôda edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Nº 8 (abril de 1960) foi devotada a uma análise das eleições de 1958. A eleição de Brizola para Governador do Rio Grande do Sul marcou o aparecimento de um nôvo político populista na primeira plana das figuras de prol da política nacional. Sua técnica eleitoral é analisada por A. Fay de Azevedo, "Eleições de 58 no Rio Grande do Sul", em *ibid.* Outra significativa tendência nos escrutínios eleitorais para Governador foi a eleição de Cid Sampaio em Pernambuco, numa vitoria sem precedentes dos votantes urbanos e litorâneos sôbre a oligarquia tradicionalmente dominante do interior. A campanha e a eleição são analisadas por Gláucio Veiga e outros, "Geografia eleitoral de Pernambuco", em *ibid.,* 50-85. Para uma análise das eleições de 1958, veja *Síntese Política Econômica Social,* I, Nº 1 (jan.-mar. 1959), 53-59.

27. Ministério da Fazenda, *Programa de Estabilização Monetária para o Período de Setembro de 1959 a Dezembro de* 1959 (Rio de Janeiro, 1959), 11.

28. *Ibid.,* 1,7.

29. As cifras foram extraídas de uma resenha básica para um ulterior esfôrço de estabilização: *Ministério do Planejamento e*

Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Govêrno: 1964-1966: *Síntese* (Rio de Janeiro, 1964), 29.

30. *Programa de Estabilização Monetária*, 12-13.

31. O relato da tentativa de estabilização econômica em 1958-1959 é baseado no trabalho da ECLA, *Economic Survey of Latin America*: 1958 (Mexico, 1959); *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Economic Review*: *Brazil*, Nº 28 dezembro 1959), Nº 36 (nov. 1960); e os sumários mensais de notícias no *Hispanic American Report*.

32. Em princípios de 1959, o Partido Comunista Brasileiro decidiu lançar um ataque mais agressivo à "política de conciliação" no Brasil. Como líder do partido, Luís Carlos Prestes assim se definiu em janeiro de 1959: "Tôda a nossa análise nos leva à conclusão de que, no ano de 1958, a situação mundial se desenvolveu mais ràpidamente no sentido do enfraquecimento do imperialismo, enquanto se fortaleceu o campo socialista e avançaram as lutas dos povos coloniais e dependentes por sua emancipação nacional. Estas tendências fundamentais repercutem no Brasil, exercem influência sôbre o desenvolvimento de sua situação interna, criando condições mais favoráveis para a luta contra o imperialismo norte-americano". *A Situação Política e a Luta por um Govêrno Nacionalista e Democrático* (Rio de Janeiro), 15. A 28 de fevereiro de 1959, surgiu o primeiro número de um nôvo semanário do Partido Comunista, *Novos Rumos*. Na primeira página havia uma caricatura de Roberto Campos como um bonifrate de Wall Street.

33. O conflito no Brasil acêrca dos custos e objetivos de um programa antiinflacionário nasceu de uma controvérsia geral na América Latina entre "monetaristas" e "estruturalistas". Essas posições antagônicas, que tinham seus adeptos entre economistas acadêmicos e formuladores de políticas estatais, são descritas por Roberto de Oliveira Campos, "Two Views on Inflation in Latin America" e "An Alternative View of the 'Monetarist'-'Structuralist' Controversy", em *Latin American Issues*, Albert O. Hirschman, ed. (Nova York, 1961). O Govêrno Kubitschek e a opinião pública brasileira mostravam-se atentos ao fato de que o Govêrno chileno empreendera um programa estritamente monetarista em princípios de 1959 em acôrdo com o FMI. A Argentina também tinha concordado com um programa de "austeridade" em fins de 1958. Isto sem dúvida fortaleceu a decisão brasileira de não "ceder" à escola ortodoxa. O caso chileno é o tema de um capítulo em

Hirschman, *Journeys Toward Progress*. A limitação dos métodos ortodoxos no combate à inflação no Brasil, bem como alhures na América Latina, foi ressaltada na ocasião por alguns observadores de fora. A *Economist Intelligence Unit*, por exemplo, advertia que, "se bem que muito se pode dizer em favor da estabilização, seu custo em têrmos de estagnação econômica e inquietação política pode ser muito alto." *Three-Monthly Economic Review: Brazil*, Nº 31 (ag. de 1959), 4. Em agôsto de 1959. Sir George Belton, presidente do Bank of London and South America, criticou o uso de contrôles estritos de crédito como instrumento antiinflacionário na América Latina: "Pode-se até argumentar que qualquer coisa que entrave o volume da produção, ainda que por uma razão justificada está sujeita, em economias tão precárias, a ser fator de inflação." *Times* (Londres), agôsto, 10, 1959, citado em *ibid.*, 4.

34. A imprensa comunista levantou a grita maior. Roberto Campos, que êles sabiam ser uma das figuras-chave na continuação do esfôrço de estabilização, era acusado de seguir os "ensinamentos dos Fouché, Goebbels e Himmler", em suas supostas tentativas de suprimir a crítica dentro do próprio Govêrno. *Novos Rumos*, 8-14 de maio de 1959. Um ataque mais eficaz a Campos foi articulado pela associação dos estudantes universitários nacionalistas radicais (UNE), que promovia marchas de protesto que terminavam com a queima "em estátua" do Sr. Campos, "Go Home, Bobby Fields", era o brado dêles. Para um relato desta campanha por uma fonte da UNE, veja Zuleika Alambert, *Estudantes Fazem História*, (Rio de Janeiro, s. d. 1963?), 64-68.

35. O conflito dentro da ISEB concentrava-se ostensivamente em Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (Rio de Janeiro, 1958), publicado pelo Instituto. Os nacionalistas radicais consideravam por demais pragmático o capítulo sôbre o papel do capital estrangeiro, especialmente na questão da possível participação alienígena na indústria petrolífera brasileira. A controvérsia entre nacionalistas radicais e nacionalistas moderados levou às renúncias, em fins de 1958 e princípios de 1959, de Jaguaribe (que tinha sido o diretor do Departamento de Ciência Política), Cândido Antônio Mendes de Almeida (que tinha sido diretor do Departamento de História) e Guerreiro Ramos (que tinha sido diretor do Departamento de Sociologia). O ISEB, a partir de então, passou a refletir as opiniões de nacionalistas radiciais como Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier (que continuou como di-

retor-executivo) e Alvaro Vieira Pinto. Outro ponto de conflito tinha sido a extensão em que o Instituto tomara na campanha vindoura para a eleição presidencial. Os moderados demissionários argumentavam sem êxito que o Instituto não devia se envolver diretamente nas manobras políticas.

36. Uma breve descrição de sua posição é dada por Roberto de Oliveira Campos, *A Moeda, o Govêrno e o Tempo* (Rio de Janeiro, 1964), 106-107. Roberto Campos tinha anteriormente explicitado suas idéias sôbre a estratégia adequada para o desenvolvimento econômico em discursos, ensaios, o mais importante das quais estão reunidos em *Ensaios de História Econômica e Sociologia* (Rio de Janeiro, 1963) e *Economia, Planejamento e Nacionalismo* (Rio de Janeiro, 1963).

37. A revista brasileira políticamente moderada *Visão* explicou que a confrontação de Kubitschek com "a ortodoxia financeira dos técnicos do FMI" era de "importância política" decisiva, razão pela qual "era impossível conciliar o 'estilo' desenvolvimentista do Govêrno de JK com as regras inflexíveis desta ortodoxia. Mais cedo ou mais tarde, JK teria de escolher um caminho: conciliatório ou antagônico. O certo era que êle não aceitaria os conselhos rígidos dos técnicos do Fundo." *Visão*, 19 de junho de 1959, 12.

38. *New Yory Times*, 28 de junho, 1959.

39. Como *Visão* assinalara, em seu artigo analisando as implicações políticas internas da ruptura de Kubitschek com o FMI, "o desejo de capitalizar sôbre o prestígio emocional do nacionalismo poderia levar, no desenvolvimento da manobra, JK mais longe do que desejaria ir." Número de 19 de junho de 1959. Detalhes sôbre as mensagens de apoio enviados ao Govêrno podem ser encontrados em *Síntese Cronológica*: 1959 para o mês de junho. No dia 30 de junho, por exemplo, Kubitschek recebia o apoio de Oscar Augusto de Camargo, Presidente da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo. *Síntese Cronológica*: 1959, v. I, 369.

40. O Govêrno Kubitschek conseguiu tentear até o fim do seu mandato, recorrendo a grande número de manobras de financiamento a curto prazo, como as transações *swap*. A melhoria no preço do café em fins de 1959 também auxiliou. A bravata do Brasil, ao desafiar o FMI, não deixou de encontrar admiradores no Exterior. O *London Financial Times* deu ao Brasil seu Oscar de

1959 pelo "mais desafiador movimento do ano". *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Economic Review*: *Brazil*, Nº 33 (fevereiro 1960), 2. Durante as longas negociações com o FMI e as autoridades norte-americanas, houve um forte sentimento no Brasil de que o país não estava recebendo na escala desejável atenção e respeito. Êste sentimento tornou-se evidente na ulterior manifestação de Kubitschek explicando o fracasso de seu Govêrno em alcançar a estabilização econômica em 1959: "Não obtivemos, todavia, de entidades financeiras internacionais, a cooperação, a que podíamos aspirar pela nossa importância no mundo contemporâneo, o que teria grandemente facilitado a tarefa interna da estabilização monetária, a par de contribuir para acelerar o nosso desenvolvimento econômico." Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagem ao Congresso Nacional* (Rio de Janeiro, 1960), 51. Ao fim do mandato, Kubitschek fêz pormenorizada defesa de sua política econômica num discurso reproduzido na *Revista do Conselho Nacional de Economia*, X, Ns. 1-2 (jan.-jun. 1961). 94-109.

41. O Ministro da Guerra, General Lott, possível candidato pela aliança PSD-PTB o que se positivou logo depois, assumira posição agressivamente anti-FMI, do mesmo modo que João Goulart, que mais tarde se tornaria seu companheiro na eleição presidencial.

42. Em 1955 Roberto Campos expôs, com admirável franqueza, qual seria a lógica da era Kubitschek: "A opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o ritmo de desenvolvimento econômico, que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo de desenvolvimento é rápido, a desigualdade pode ser tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixa o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivos adequados, o exercício de justiça distributiva se transforma numa repartição de pobreza. Isso não significa, òbviamente, que se devam deixar descontrolados os intuitos predatórios ocasionalmente presentes em certos setores do capitalismo. Implica apenas que, em nossa escala de valorização cultural, a preservação de incentivos para o crescimento da produção deve ter prioridade sôbre medidas que visam à sua redistribuição." Esta conferência, parte do curso de ISEB em 1955, foi incluída em *Introdução aos Problemas do Brasil*, publicado pelo ISEB. A passagem citada está na pág. 233.

43. Logo depois de sua investidura como Governador do Rio Grande do Sul, em princípios de 1959, Brizola desapropriou a emprêsa local de energia elétrica subsidiária da American and Fo-

reign Power. Isto levou a uma campanha pela desapropriação de outras subsidiárias da AMFORP em Minas Gerais e Pernambuco. *Visão*, 22 de maio de 1959.

44. Kubitschek visitou Belo Horizonte e verificou que tinha pouco apoio para sua oposição ao movimento em favor de desapropriar a companhia local de energia elétrica, de propriedade estrangeira. Tais incidentes ajudaram a convencê-lo de que havia amplo apoio público para um rompimento "nacionalista" com o FMI. *Visão*, 19 de junho de 1959.

45. As atividades das Ligas Camponesas no Nordeste despertaram maior atenção com os artigos publicados por Antônio Callado no *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) em fins de 1959. Os artigos foram republicados, juntamente com outros documentos da controvérsia que provocaram, em Antônio Callado, *Os industriais da Sêca e os "Galileus" de Pernambuco*, (Rio de Janeiro, 1960). Dois artigos da Tad Szulc no *New York Times*, de 31 de outubro e 1.º de novembro de 1960, contribuíram, por seu turno, para despertar interêsse nos Estados Unidos. A sêca de 1958, uma das piores já registradas, também dramatizou a miséria endêmica do Nordeste.

46. A criação da SUDENE oferece um dos três exemplos práticos em Albert Hirschman, *Journeys Toward Progress*.

47. Êste ponto é ressaltado em Celso Furtado, na introdução do seu *Diagnosts of the Brazilian Crisis*, xix-xx.

48. A análise de uma tentativa fracassada de reformar o sistema educacional é dada por Roberto J. Moreira, "Sociologia Política da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Nº 9 (julho de 1960), 176-212.

49. Para uma análise das "defasagens" no desenvolvimento brasileiro tal como se evidenciaram em fim da década de 1950, veja Werner Baer, "Socio-Economic Imbalances in Brazil" em *New Perspectives of Brazil*, Eric. N. Baklanoff, ed. (Nashville, Ten., 1966), 137-54.

Capítulo VI

1. Detalhes da carreira progressa de Jânio podem ser encontrados nas fontes citadas na nota 57 no Capítulo III.

2. A composição social e as implicações políticas dos partidários de Quadros são analisadas nos artigos de Francisco Weffort e Oliveiros Ferreira, citados na nota 49 no Capítulo II e na nota 57 do Capítulo III.

3. Sôbre novos relatórios das tentativas de Quadros de angariar o apoio do PTB em sua campanha para o govêrno de São Paulo em 1954, veja *O Estado de São Paulo*, 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 1954.

4. Whitaker sempre foi muito claro no reconhecimento de que se tinha tornado Ministro da Fazenda por causa da influência de Quadros. Whitaker, *Seis Meses;* Cabral, *Tempos de Jânio*, 69-73.

5. Detalhes da convenção podem ser encontrados em Vidal dos Santos e Luiz Monteiro, *Diário de uma campanha*, São Paulo, s. d.) 1, 61-84.

6. *Ibid.*, 85-123. A efêmera renúncia de Jânio à candidatura desencadeou uma revolta de um grupo de oficiais da aeronautica, direitistas, na remota base de Aragarças, pronto debalada. A revolta fôra encabeçada pelos mesmos elementos que tinham tentado a revolta de Jacarèacanga contra o recém-empossado Presidente Kubitschek em janeiro-fevereiro de 1956. A rebelião era motivada pelo desespêro diante da perspectiva certa da "camarilha" getulista vencer outra eleição. Os rebeldes alegaram mais tarde que estavam também agindo para bloquear um iminente golpe esquerdista planejado pelo Governador Brizola, do Rio Grande do Sul. Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, II. 519-31.

7. Relatos da campanha acham-se em Cabral, *Tempos de Jânio*, 142-210, Vital dos Santos e Monteiro, *Diário*, 85-281. Depois da eleição de Quadros, um professor paulista de teoria econômica, polìticamente conservador, proferiu uma série de conferências predizendo confiantemente o que seria a política econômica do nôvo Presidente. Explicava que Jânio, "como todo neoliberal, procura, mediante uma combinação, no ecletismo das doutrinas, a conservação do sistema liberal de livre emprêsa, eliminando-lhe, todavia, os erros e exageros que a desfiguram." Observava que o candidato vitorioso acreditava que "só é possível realizar o desenvolvimento econômico quando se promover o crescimento equilibrado de todos os setores constitutivos da economia nacional". O resultado lógico seria abandonar "a idéia do grande impulso" para substituí-la pela do desenvolvimento nacional equilibrado." Dorival

Teixeira Vieira, *A Futura Política Econômica e Financeira do Brasil,* Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, Boletim Nº 17 (São Paulo, 1961), 135, 141.

8. O estilo da campanha de Quadros e as contradições da sua mensagem estão bem analisados em Frank Bonilla, "Jânio vem aí: Brazil elects a President", *American Universities Field Staff Reports Service,* East Coast South America Series, VII, Nº 2 (Brazil), reimpresso em *Latin American Politics: Studies of the Contemporary Scene,* Robert D. Tomasek, ed. (Garden City, N. Y. 1966), 468-82.

9. Gláucio Ary Dillon Soares, "Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960, *Sociologia,* XXIII,Nº 3 (set. 1961), 217-38; e "Interêsse político, conflito de pressões e indecisão eleitoral", do mesmo autor, *Sintese Política, Econômica e Social* (jan-.mar. 1961), 5-34.

10. *Brazilian Election Factbook*: 1965, 56-57.

11. O discurso é reproduzido em *O Estado de São Paulo,* 1º de fevereiro de 1961.

12. *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Economic Review*: *Brazil*. Nº 18 (maio 1961); *O Estado de São Paulo,* 14 de março de 1961. *New York Times,* 15 de março de 1961. A mais importante decisão de política administrativa foi a emissão da Instrução 204 da SUMOG no dia 13 de março de 1961, que explanava a desvalorização *de facto* de 100 por cento. O Govêrno brasileiro publicou um panfleto informativo em dezembro de 1961, explicando as mudanças nas políticas financeiras instituídas desde o início do ano: *A Nova Política Financeira do Brasil* (1961).

13. *New York Times,* 18 de maio de 1961.

14. Um destacado "desenvolvimentista", que se tornou um dos principais conselheiros presidenciais, membro da assessoria do palácio, em março de 1961, foi Cândido Antônio Mendes de Almeida. Participando do ISEB, era um nacionalista moderado que havia renunciado durante a disputa ideológica e política dentro de Instituto em 1958-59) e tinha apoiado Lott na campanha de 1960. Sua nomeação era sinal de que Quadros se inclinava para a abordagem "desenvolvimentista".

15. Em sua mensagem ao Congresso em março, por exemplo, Quadros tinha implìcitamente menosprezado o papel do investimento público ao debater os problemas de financiar o desenvolvimento industrial. "Não há dúvida, entretanto, que a sua [do govêrno] maior

contribuição consistirá em obter a estabilidade monetária, único clima em que poderá florescer o mercado de capital, solução permanente e definitiva para o problema." *Mensagem ao Congresso Nacional* (Brasília. 1961), 46-47. A mensagem era notável pela ausência de quaisquer considerações a longo prazo sôbre o desenvolvimento econômico. O próprio documento era consideràvelmente sintético (104 páginas), muito mais do que qualquer mensagem presidencial desde a era Dutra. Sôbre a espinhosa questão de reforma agrária, a mensagem recomendava um "sistema de penalidades" para obrigar a exploração de terras subutilizadas, mas não havia menção de uma possível alteração no Artigo 141 da Constituição, que exigia remuneração prévia em dinheiro para a desapropriação de terras, 85-86. A idéia de maior alcance na mensagem era a proposta para a eliminação dos impostos sindicais compulsórios, base da estrutura trabalhista manipulada pelo Govêrno, além da substituição de tôda a legislação trabalhista por um regime da "autêntica liberdade para os sindicatos", de forma que o trabalhador pudesse atingir "sua maturidade política", 68. As implicações políticas dêsse lance, que nunca passou do estágio de planejamento, seriam imprevisíveis.

16. Entrevista com Otávio Dias Carneiro. Cambridge, Mass, dezembro de 1965.

17. Uma das mais interessantes análises das mudanças no contexto institucional da política brasileira manifestadas pela eleição de Quadros é de Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*. (Rio de Janeiro, 1961), especialmente 21-104.

18. *New York Times,* 23 de maio de 1961.

19. Quadros defendeu suas política externa num artigo que apareceu um mês depois de sua renúncia. Jânio Quadros, *"Brazil"*, New Foreign Policy", *Foreign Affairs* (outubro 1961), 19-27. As raízes da política são examinadas em Frank Bonilla, "Operational Neutralism", *American Universities Field Staff Reports Service,* East Coast South America Series, IX, Nº 1 (Brazil). O Ministro do Exterior de Quadros era Afonso Arinos de Melo Franco, líder moderado da UDN e membro de distinta família mineira. Sua análise retrospectiva da política externa de Quadros pode ser encontrada em sua *Evolução da Crise Brasileira,* 244-58. Para uma explicação (publicada pela primeira vez em 1962), da nova política "independente" por um eminente historiador brasileiro que era um de seus principais defensores, veja José Honório Rodrigues,

"Uma Política externa própria e independente", *Política Externa Independente*, I, Nº 1 (maio 1965), 15-39. O mesmo autor publicou também um estudo muito interessante das relações Brasil-África, que pretendia em parte ser uma justificação histórica para a tentativa do Govêrno de Quadros de retirar o tradicional apoio à política portuguêsa na África e substituí-la por uma política mais dinâmica para com as novas nações afro-asiáticas com as quais o Brasil, nas palavras de Quadros, tinha muito em comum pelas características de sua economia e de suas origens raciais. José Honório Rodrigues, *Brasil e África: outro horizonte* (Rio de Janeiro, 1961), publicado também em tradução norte-americana: *Brazil and Africa* (Berkeley, 1965).

20. Relato noticioso e uma análise separada (na seção: "News of the Week in Review") por Tad Szulc, *New York Times*, março, 5, 1961.

21. Na convenção nacional da UDN no Recife, maio de 1961, Carlos Lacerdas advertiu o Presidente Quadros de que êle não devia "deixar de ouvir o UDN e tem de confiar nela." Concluía enfàticamente, dizendo que "existe um esfôrço permanente, e que lança mão de todos os meios, para separar-me do Presidente Jânio Quadros; e apesar de sua argúcia e lucidez não sei até que ponto êle estará convencido de que êsse esfôrço existe ou se pensa que é apenas imaginação ou artifício." O discurso está em Carlos Lacerda, *O Poder das Idéias* (Rio de Janeiro, 1963), 121-37.

22. Discurso reproduzido em *ibid.*, 329-43.

23. *The New York Times*, 12 de setembro de 1961

24. A mais penetrante análise da crise da renúncia de Quadros é de Hélio Jaguaribe, "A renúncia de Jânio Quadros e a crise política brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, I, Nº1 (nov. 1961), 272-311, embora o autor exagere o papel da coesão obtida pela oposição de Quadros na altura de 25 de agôsto de 1961. Êste artigo foi publicado em inglês, mas a incompetência da tradução infelizmente o torna inaproveitável. Irviag L. Horowitz, *Revolution in Brazil*, 136-64. A importância das dificuldades de Quadros na política interna é realçada por Charles Morazé, "La démission de Jânio Quadros", *Revue Française de Science Politique*, XII, Nº 1 (mar. 1962), 39-53. Uma coleção muito útil do documentos foi publicada por Gileno de Carli, *Anatomia da Renúncia* (Rio de Janeiro, 1962). O autor conclui que os indícios não autorizam a hipótese do que Quadros tenha sido derrubado por

qualquer dos grupos (interêsses econômicos estrangeiros, o Congresso, os militares) tachados de "golpistas". O estudo de Ivo A. Canduro Piccoli, *As pressões na renúncia de Jânio* (Rio de Janeiro, 1962), é uma contribuição de pouca monta ao estudo da crise.

25. Em junho, Quadros tinha usado tropas federais para abafar uma greve de estudantes na Faculdade de Direito do Recife, ocasião em que o Reitor tinha vetado uma renião na qual falaria a mãe de *Che* Guevara. *New York Times*, 9, 11, 18 de junho de 1961. Esta medida de Jânio fortaleceu a argumentação dos nacionalistas radiciais que afirmavam que a política externa "independente" não passava de uma camuflagem para sua política interna "reacionária".

26. Quadros enviou a Castilho Cabral, ex-Presidente do MPJQ, uma mensagem oblíqua no dia da renúncia, sugerindo que Cabral "agisse de acôrdo com sua consciência. Seus esforços subseqüentes para protestar foram mal coordenados ou improfícuos, prejudicados pela falta de uma liderança clara de Jânio e pelo fato de que a lei marcial tinha sido imposta imediatamente pelos Ministro militares. Cabral. *Tempos de Jânio*, 230.

Capítulo VII

1. Existe uma cronologia útil, embora longe de completa, da crise em Mário Victor, *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco* (Rio de Janeiro, 1965), 287-416. Jaguaribe, "A Renúncia de Jânio Quadros", inclui uma análise das fôrças atuantes para assegurar a sucessão de Goulart à Presidência.

2. Victor, *Cinco Anos*, 307-10.

3. *Ibid.*, 311-12.

4. *Ibid.*, 315.

5. *O Estado de São Paulo*, 26 de agôsto de 1961.

6. Victor, *Cinco Anos*, 337. Houve acalorado debate no Congresso sôbre as diferenças entre a situação em 1955 e 1961. Naturalmente era a esquerda que mais ressaltava a diferença. Mesmo uma figura como Adauto Cardoso, líder udenista partidá-

rio estrito da legalidade, denunciou o que lhe parecia um conluio entre os Ministros militares e o Presidente interino Mazzilli. *Ibid.* 335.

7. *Ibid.*, 347-48. Os Ministros predisseram que a sucessão de Goulart à Presidência iria desencadear "um período inquietador de agitações sôbre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã."

8. O manifesto de Lott está reproduzido em Werneck Sodré, *História Militar,* 374, juntamente com os detalhes sôbre o papel dos militares pró-Goulart.

9. Relato dêste período decisivo encontra-se em Gileno dé Carli, *JQ, Brasília e a Grande Crise* (Rio de Janeiro, 1961).

10. Esta opinião foi claramente expendida por Munhoz da Rocha, ex-Governador do Paraná e Ministro da Agricultura (no govêrno Café Filho), quando êle disse no debate do Congresso: "Não votei no Sr. João Goulart, não lhe admiro o estilo político. Votei para a Vice-Presidência no Sr. Milton Campos e trabalhei por sua vitória. Sinto-me, portanto, à vontade para defender a quem nada conquistou com o meu voto, mas a quem assistem direitos políticos inalienáveis. Venho dizer, então, que, sem abrir mão ou abdicar das minhas convicções políticas, aceitarei a emenda parlamentarista como solução de emergência, a fim de evitar que o Brasil pegue fogo, que a guerra civil sacuda a nossa Pátria". Victor, *Cinco Anos,* 402.

11. A adoção do sistema parlamentar tinha sido repetidamente proposta e discutida desde a "reconstitucionalização" de 1945. Raul Pilla, deputado federal do Rio Grande do Sul e líder do Partido Libertador, que, como o Partido Republicano, era uma relíquia histórica da Velha República.

12. Um analista batizou esta alternativa de "neobismarquiana". Jaguaribe, "A Renúncia de Jânio Quadros".

13. Não existe estudo satisfatório da carreira anterior de Goulart. A biografia política de autoria de Limeira Tejo não passa de um panegírico. É de notar, porém, que o autor observa, profèticamente, que Goulart precisava rever os "métodos getulistas" que já estavam começando a ser "superados" quando Vargas cometeu o

suicídio, em conseqüência das "imposições políticas" de "um nôvo ciclo econômico-social". Tejo, *Jango,* 40-141.

14. Ferrari foi um dos mais ativos defensores de um trabalhismo mais "autêntico" dentro do PTB. Expulso do partido, procurou construir seu Movimento Trabalhista Renovador, ou MRT, como um movimento político independente. Ferrari foi indicado pelo PDC como candidato à vice-presidência em 1960, mas ficou em terceiro lugar atrás de João Goulart e Milton Campos (UDN). Concorreu a Governador do Rio Grande do Sul em 1962 e conseguiu desviar votos suficientes do candidato do PTB (Egídio Michaelsen) para eleger Ildo Meneghetti, o candidato de coalizão do PSD, UDN e PL. A carreira de Ferrari, com as dificuldades que confrontam qualquer líder que tente reorganizar a esquerda democrática, foi tràgicamente cortada por um desastre aéreo em 1963. Detalhes sôbre a campanha de 1960 podem ser encontrados em Fernando Ferrari, *Minha Campanha* (Pôrto Alegre, 1961), informações sôbre esforços para organizar o trabalho rural estão no volume póstumo: *Escravos da Terra* (Pôrto Alegre, 1963).

15. Apesar de sua retórica moralista, Quadros revelou-se político "flexível" durante a campanha de 1960 endossando tàcitamente os comitês "Jan-Jan" (Jânio-Jango), que concitavam os eleitores a dividirem seus votos, votando para o candidato da UDN-PDC para Presidente e para o candidato do PTB-PSD para Vice-Presidente. Êsses comitê eram, na maioria dos casos, uma tentativa dos partidários do PTB de salvar algum capital político de que se prenunciava como a inevitável derrota de seu candidato presidencial, Lott.

16. O cunhado de Goulart (casado com a irmã de Goulart), Governador Leonal Brizola, do Rio Grande do Sul, era o radical da esquerda mais exaltado e seu prestígio crescia ràpidamente. Já estava fazendo extravagantes reivindicações quanto ao seu papel no bloqueio do veto dos Ministros militares na crise de agôsto-setembro.

17. Como o matutino veementemente anti-Goulart, *O Estado de São Paulo,* expressava no dia seguinte ao da renúncia de Quadros: "Está em suas [os militares] mãos o futuro da nacionalidade". 26 de agôsto de 1961.

18. Apesar do trauma político-militar que cercou a criação do nôvo regime parlamentar, a assessoria que Quadros tinha co-

meçado a reunir nos ultimos meses de sua Presidência e esbôço de uma "política econômica para o desenvolvimento com estabilidade", explicitada em detalhe num documento que superava a mensagem de Quadros do Congresso em março pela sua atençã ao planejamento econômico a longo prazo e à reforma social. *Program ade Govêrno; Bases: Análise da Situação Econômica e Social do Brasil* (Brasília, set. 1961). O documento sugeria até que o parlamentarismo seria "um instrumento mais hábil... para concretizar as reformas por que almeja o país, e cuja postergação tem sido, com injustiça, imputada ao Congresso Nacional", vi-vii.

19. Carli, *JQ, Brasília e a Grande Crise,* 148.

20. Goulart também acentuava a necessidade de "reformas estruturais". Em sua curta (47 páginas) mensagem ao Congresso, em março de 1962, reclamava reformas no sistema bancário, na administração pública, nos impostos e "a grande aspiração brasileira, a reforma agrária", que êle descrevia como "uma idéia-fôrça irresistível". *Mensagem ao Congresso Nacional* (Rio de Janeiro, 1962), xi, xiii.

21. O embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos e o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, fizeram suas narrativas da visita de Goulart em Alberto Dines e outros, *O mundo depois de Kennedy* (Rio de Janeiro, 1965), 110-11; 192-200. Segundo Campos, o Presidente Kennedy "por um fugaz momento" pensou que tinha encontrado em Goulart "um líder reformista do centro, dotado de habilidade para comunicação com as massas e capaz de empalmar a liderança vacante da Aliança para o Progresso na América Latina, que por direito caberia ao Brasil, não como a maior massa continental, mas também por ser o iniciador da Operação Pan-Americana." 110. Os discursos de Goulart durante a jornada são reproduzidos em *Desenvolvimento e independência; Discursos*: 1962 (Brasília, 1963).

22. *Ibid.*, 75-81.

23. As divisões dentro da esquerda serão discutidas com mais detalhe abaixo. As expressões "esquerda negativa" e "esquerda positiva" foram cunhadas por San Tiago Dantas.

24. As renúncias eram necessárias em face do dispositivo constitucional, segundo o qual os membros do ministério eram obrigados a renunciar a seus postos pelo menos três meses antes de concorrerem à eleição.

25. Uma coletânea de discursos e debates no Congresso em que defendia e explicava sua política externa pode ser encontrada em San Tiago Dantas, *Política Externa Independente* (Rio de Janeiro, 1962).

26. A liderança trabalhista esquerdista radical tinha publicado uma serie de manifestos no mês de julho anterior e fins de junho, culminando na ordem para uma greve geral em 4 de julho. Os documentos são reproduzidos em Jover Telles. *O movimento Sindical no Brasil,* 158-82. Em meados de 1952, era evidente que Goulart não tinha mais ação sôbre o movimento trabalhista que controlava como Vice-Presidente. Isto se devia em parte à crescente radicalização dentro do movimento trabalhista, aguda desde 1960, em parte à impossibilidade de combinar os papéis de Presidente e patrono da liderança trabalhista, especialmente enquanto Goulart continuasse a perseguir a "política de conciliação". Harding, "Revolution Tomorrrw", 40; e, do mesmo autor, "An Analysis of Brazil's Third Labor Congress", *Hispanic American Report,* XIII. Nº 8 (outubro de 1960), 567-72; Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13* (Rio de Janeiro, 1964), 59.

27. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ficou sob contrôle dos intelectuais da esquerda radical. Em outubro de 1962 publicou um panfleto dando resposta detalhada à pergunta *Por que votar contra o parlamentarismo no pebliscito?* (Rio de Janeiro, 1962).

28. Victor, *Cinco Anos,* 441-45.

29. Cabral, *Tempos de Jânio,* 297-309.

30. Sôbre a eleição de 1962 em São Paulo, veja dois estudos de Oliveira S. Ferreira: "A Crise do Poder do Sistema e as Eleições Paulistas de 1962", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Nº 16 (jan. 1964), 179-226: Temístocles Cavalcanti & Reisky Dubnic. "São Paulo" em *Comportamento Eleitoral no Brasil* (Rio de Janeiro, 1964), 229-62. Existe uma análise da base social dos estilos "populistas" diferentes de Jânio e Ademar em Weffort, "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo".

31. As eleições foram sujeita a uma análise Estado por Estado (dez Estados abrangidos, sendo a mais notável omissão a Guanabara) num número especial da *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Nº 1 (jan. 1964). Para um importante exame das variações regionais na natureza ideológica dos principais partidos, veja Hélio Jaguaribe, "As Eleições de 62", *Tempo Brasileiro,* Nº 2

(dez. 1962), 7-38. Outra coleção de estudos detalhados sôbre as eleições de 1962 (inclusive a Guanabara) pode ser encontrada em *Comportamento Eleitoral no Brasil.* Conclui um observador estrangeiro, comentando o cenário político depois das eleições no Congresso: "Os brasileiros hoje, em sua impaciência e desilusão, estão num perigoso estado de espírito. Seu sentimento é que são os políticos que têm estado a abrir a cova da democracia. Se, depois de referendo de janeiro próximo, continuar a balbúrdia política, o Exército poderá ser forçado a intervir." Andrew Marshall, "Brazil: Democrav's Last Chance?", *The World Today* (Londres) (nov. 1962), 467.

32. As principais fontes a que recorri para a descrição factual do restante da Presidência Goulart são *Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo,* e *O Cruzeiro,* bem como os relatos do *New York Times* e *Le Monde.* Os sumários mensais consultados foram o *Hispanic American Report* (Stanford University), e o muito útil "Analysis of Governament Background in Brazil" preparado de 1962 a 1964 pelo Professor George W. Bemis da Escola de Administração Pública da University of Southern California. Os sumários de notícias do Professor Bemis eram parte de um projeto da United States Agency for International Development (USAID) no Brasil.

33. "Radicalização" refere-se ao crescimento do extremismo e da intransigência entre os setores políticos. Em suma, significa a perda da fé nos processos democráticos de negociação de compromissos.

34. Detalhes sôbre a conspiração anti-Goulart podem ser encontrados na série de artigos documentários primeiro publicados em *O Estado de São Paulo* e mais tarde publicados em forma de livro: José Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audácia* (São Paulo, 1965).

35. Detalhes sôbre a Frente Patriótica podem ser encontrados no livro de um jornalista (de *O Estado de São Paulo*) que simpatizava com o movimento: Ferreira, *As Fôrças Armadas e o desafio da Revolução.* O Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha na ocasião da renúncia de Quadros, era o líder dêste movimento, cujo manifesto foi publicado no *Correio da Manhã* de 19 de dezembro de 1963.

36. "When Executives Turned Revolutionaries", de Phillip Siekman, *Fortune,* LXX, Nº 3 (set,. 1964), 147-49, 210-21. Há um relato do IPES por um dos fundadores, veja Paulo Aires Filho, "The Brazilian Revolution", em *Latin America: Politics, Economics, and Hemispheric Security,* Norman A. Bayle, ed. (Nova York, 1965), 239-60.

37. A CGT era tècnicamente ilegal sob a legislação trabalhista de Vargas (ainda válida) de 1940, que tinha procurado impedir qualquer organização horizontal do trabalho, embora a integração vertical fôsse grandemente promovida. O objetivo de Vargas sempre foi assegurar o contrôle governamental do trabalho ao mesmo tempo que impedir a formação de uma frente trabalhista independente. Para uma análise do movimento trabalhista em princípios de 1963 veja "The Organization and Ideology of Brazilian Labor", de Neuma Aguiar Walked, em Horowitz, *Revolution in Brazil,* 242-56. Os comunistas dentro do movimento trabalhista mostravam-se extremamente ativos na tentativa de organizar um comando horizontal. Para detalhes sôbre seus esforços, veja Teles, *O movimento sindical no Brasil.*

38. A FPN publicou sua declaração de princípios em 3 de fevereiro de 1963, reproduzido em Sérgio Magalhães, *Prática do Emancipação Nacional* (Rio de Janeiro, 1964) 155-58. O Presidente do comitê de organização era Sérgio Magalhães e um dos vice-presidentes Leonel Brizola.

39. Para uma história de seus esforços, publicada pela UNE, veja Zuleika Alambert, *Estudantes Fazem História.* Existe um terrificante "retrato" em Sonia Seganfredo, *UNE: Instrumento de Subversão* (Rio de Janeiro, 1963). Amarga controvérsia sôbre política estudantil em Belo Horizonte, imponente centro de atividades estudantis radicais, é descrita pelo ex-diretor da Faculdade de Economia, Yvon Leite de Magalhães Pinto. *O Movimento "Estudantil" de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais.* (Belo Horizonte, 1963). O Partido Comunista (a ala moscovita dirigida por Luís Carlos Prestes) tinha uma relação do tipo entra-e-sai com o movimento estudantil. Em 1962 um porta-voz do Partido explicou que "em anos recentes, os reacionários têm procurado enfraquecer o movimento estudantil e desviá-lo da senda da luta revolucionária. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista subestimou êste movimento e franziu o cenho para êle, com o fraco pretexto de que desafiava o papel de liderança da classe trabalhadora". P. Motta Lima em *World Marxist Review,* V, Nº 2 (fev. 1962), 75. A mais detalhada análise da posição po-

tica das organizações universitárias estudantis (enfocando a situação em princípio de 1964) é "Dominant Power Components in the Brazilian University Student Movement Prior to April, 1964", *Journal of Inter-American Studies,* VII, Nº 1 (jan. 1965), 27-48.

40. A expressão "esquerda jacobina" foi usada por Robert Alexander para descrever aquêles partidos e grupos políticos que têm muitos dos atributos dos jacobinos da Revolução Francesa: "favoráveis à revolução social a qualquer preço e excessivamente nacionalistas ao ponto de xenofobia". Devem ser distinguidos dos partidos comunistas ortodoxos por sua rejeição ao processo democrático e sua relutância em aceitar disciplina externa. Robert J. Alexander, *Today's Latin America* (Ancher, Garden City, N. Y., 1962), 9-10; 157-59. Para uma importante discussão das distinções entre os partidos da esquerda no Brasil, bem como no resto da América Latina, veja o artigo de Ernst Halperin em *Survey* (jan. 1965), 154-67. Existe do mesmo autor uma interessante análise da relação entre nacionalistas e partidos comunistas na América Latina em *Nationalism and Communism in Chile* (Cambridge, Mass. 1965), Cap. I. Uma posição análoga à da esquerda "jacobina" se evidencia em muitos dos volumes da série de panfletos "Cadernos de Povo Brasileiro", dirigida por Álvaro Vieira Pinto (que permanecia como um dos principais elementos do ISEB depois da renúncia dos nacionalistas moderados em 1958-59) e Ênio Silveira (êste editor das referidas publicações), que começaram a aparecer em 1962. O primeiro título foi de Francisco Julião, *Que São as Ligas Camponesas?* (Rio de Janeiro, 1962).

41. Pouco antes das eleições de outubro de 1962, *Novos Rumos,* semanário do PCB, publicava uma detalhada análise da situação política no Brasil, expondo a estratégia do Partido Comunista para atingir um "Govêrno nacionalista e democrático". Segundo um apanhado da publicação comunista oficial em língua inglêsa, o documento advertia contra duas perigosas tendências: "Primeiro, a tendência da 'Esquerda' de não dar a devida ênfase à luta contra o imperialismo e seus agentes internos, sem estabelecer diferenças entre a ala pró-imperialismo e a ala nacional da burguesia, ignorando ao mesmo tempo as contradições entre os dois grupos, em vez de utilizar essas contradições para intensificar a luta contra o imperialismo e o latifundismo, fomentar o movimento das massas e assim pavimentar a estrada para um Govêrno nacional e democrático. Segundo, a tendência 'direitista' de identificar os interêsses da classe trabalhadora e do povo em geral com os interêsses da burguesia, representados por João Goulart, desprezando o caráter dual, conciliatório da burguesia nacional, abstendo-se enfim da luta coerente contra a sua política de compromisso com o imperialismo e com os reacionários empedernidos". Communists Review the Situation in Brazil", *World Marxist Review,* V, Nº 11 (nov. 1962), 42.

42. Julgamentos impressionistas sôbre a opinião pública são um substituto insatisfatório para as investigações científicas. Minha avaliação se baseia, entre outras fontes, em Lloyd A. Free, *Some International Implications of the Political Psychology of Brazilian.* [Institute for International Social Reserch] (Princeton, N. J., 1961). Os dados de Free são o resultado de uma cuidadosa pesquisa de opinião feita tanto nas áreas urbanas como rurais em fins de 1960 e princípios de 1961. Refletem, portanto, a auto-confiança nacional que logo seria abalada pela prolongada crise política que começou com a renúncia de Quadros. Outro cientista social norte-americano (autor de pesquisas psiquiátricas) conduziu pesquisas entre estudantes universitários brasileiros em princípios de 64 e verificou que havia três principais posições políticas: "conservadora, reformista e revolucionária, usando êstes têrmos como puramente descritivos. Observou que "não são os têrmos usados pelos próprios estudantes, mais inclinados a falarem em têrmos de posição direitista ou esquerdista; curiosamente, não existe nenhum têrmo comum para a posição reformista moderada, embora esta certamente represente a posição virtual da maioria dos estudantes". O autor divide os estudantes em "ativos" e "passivos", em sua atitude política. Baseado em entrevista com funcionários universitários, líderes estudantis e cientistas sociais brasileiros, estimou que em nove universidades (em cinco cidades) em que estudou, a distribuição da opinião dos estudantes era a seguinte: dos 15 por cento classificados como "ativos", 3 por cento eram "conservadores", 7 por cento "reformistas moderados" e 5 por cento "revolucionários". Os outros 85 por cento eram classificados como "passivos", constituídos de 15 por cento "conservadores", 60 por cento "reformistas moderados" e 10 por cento "revolucionários". Bryant Wedge, *Problems Dialogue: Brazilian University Students and the United States* [Institute for the Study of National Behavior] (Princeton, N. J., 1965), 154-55. O êxito dos "revolucionários" em ganhar o contrôle das organizações estudantis como a UNE foi de-

vido indubitàvelmente à eficiência dos seus esforços de organização e dedicação. No correr de 1963, procedeu-se a uma pesquisa muito bem conduzida entre as vizinhanças da classe média e superior do Rio de Janeiro para determinar a opinião de um ponto básico da reforma — o voto dos analfabetos. Os pesquisadores descobriram (contràriamente ao que esperavam!) que uma maioria (56,5 por cento) era contrária a esta reforma, com uma minoria bastante grande (38,7 por cento) a favor e o restante (4,7 por cento) sem opinião. A permissão do voto para os analfabetos iria por certo aumentar radicalmente o eleitorado e seria talvez de tôdas as reformas propostas na ocasião a de mais longo alcance. Hermínio Augusto Faria, ed. *Três Pesquisas* [Escola Brasileira de Administração Pública] (Rio de Janeiro, 1964), 5-67.

43. Economist Intelligence Unit, *Three-Monthly Economic Review: Brazil*, Nº 43 (setembro de 1962), 3-4.

44. A luta em tôrno da lei de remessa de lucros daria um excelente estudo da política do nacionalismo econômico no Brasil. As declarações de um deputado e de um senador, ambos contrários ao projeto-de-lei nos têrmos em que foi aprovado, foram publicadas em *A Remessa de Lucros: um problema nacional. Pareceres do Deputado Daniel Faraco e do Senador Mem de Sá* (Porto Alegre, 1963). No dia 6 de novembro de 1963, o *Jornal do Brasil*, de linha centro-direitista, publicou um longo artigo sôbre "Concepções errôneas sôbre o investimento privado estrangeiro e remessas de lucros". As opiniões dos nacionalistas radicais que lideraram a luta a favor do projeto, são claramente definidas no trabalho de Sérgio Magalhães *et alt.*, *A Questão da Remessa de Lucros* (Rio de Janeiro, 1962); e de Magalhães, *Prática da Emancipação Nacional*, 51-66, 76-81. Um apanhado de entrevistas com os adversários do projeto, antes de sua aprovação final, foi publicado em *O Cruzeiro*, XXXIV, Nº 11 (23 de dezembro de 1961), 155-61. Em 1961, Jânio Quadros iniciara ação no Congresso encarecendo "imediata disciplina de tôdas as remessas de lucros, que estão em nível imoderado"... *Mensagem ao Congresso Nacional*, 85. Para um importante estudo da economia do investimento privado norte-americano no Brasil, ver o capítulo de Hélio Jaguaribe em Raymond Vernon, ed., *How Latin America Views the U. S. Investor* (Nova York, 1966), 67-93. O nível de remessas de lucros tem significação pelo ônus que representam para o balanço de pagamentos — sempre uma questão crucial no Brasil.

45. Em seus primeiros meses como Governador, em princípios de 1969, Brizola consolidou sua posição de liderança entre os nacionalistas radicais desapropriando uma subsidiária da *American and Foregn Power* no Rio Grande do Sul.

46. As invasões de terras no Estado do Rio de Janeiro são relatadas pelo *New York Times*, 23 e 26 de junho de 1963, e pelo *Correio da Manhã*, 3 de dezembro de 1963.

47. No que se refere à situação política no interior, ver Franè Bonilla, "Rural Reform in Brazil", *Dissent*, IX, N.º 4 (outubro de 1962), 373-82. À medida que continuava o Govêrno de Jango, Bonilla se preocupava cada vez mais com o possível desaparecimento da tão louvada capacidade brasileira de conciliação. Disse êle: "Sinais de perigo de que esta espécie de harmonia social pode estar desmoronando, principalmente nas zonas rurais, podem ser vistos em tôdas as regiões do país, embora se concentrem no nordeste devastado pela fome". Frank Bonilla, "Brazil" in James S. Coleman, ed., *Education and Political Development* (Princeton, N. J., 1965), 213. Observadores não brasileiros tenderam a superestimar (talvez devido a falta de informações) a liderança e influência de Julião, que, em princípios de 1963, estava sendo suplantado por outros organizadores rurais. Um dos maiores exageros sôbre Julião constava de Horowitz, *Revolution in Brazil*, 13-34. Para uma análise sôbre Francisco Julião como membro da "jovem guarda", ver Anthony Leeds, "Brazil and the Myth of Francisco Julião", in Joseph Maier e Richard W. Weatherhead, eds., *Politics of Change in Latin America* (Nova York, 1964, 190-204. Um sociólogo que considerou os movimentos de protesto na zona rural como profundamente influenciados pela atmosfera patrimonial da sociedade rural brasileira tradicional é Benno Galjart, "Class and Following in Rural Brazil", *America Latina*, VII, Nº 3 (julho-set. 1964), 3-24. Galjart foi acusado por Gerrit Huizer de dar pouca ênfase ao conflito de classes, "Some Notes on Community Development and Rural Social Research", *America Latina*, VIII, Nº 3 (julh-set. 1965) 128-44. Gajart respondeu na mesma edição, 145-52. A controvérsia é importante porque diz respeito, à medida em que os movimentos rurais novos puderam sobreviver ao declínio político de alguns líderes de importância capital

Um registro geral do descontentamento rural no Nordeste em princípios da década de 1960 pode ser encontrado em Josué de Castro, *Sete Palmos de Terra e Um Caixão* (São Paulo, 1965).

48. Êste fenômeno foi descrito como a "inautenticidade progressiva" da representação partidária. Pompeu de Souza, "Eleições de 62: Decomposição Partidária e Caminhos da Reforma", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Nº 16 (jan. 1964), 7-19.

49. Ramos, *A Crise do Poder no Brasil,* 94-98; Pedreira, *31 de Março* 84-89. O melhor estudo recente da organização partidária é de Octávio Ianni, *et alt., Política e Revolução Social no Brasil.* Qualquer estudo da base social ou da posição ideológica exata dêsses partidos é grandemente prejudicado pela falta de monografias dignas de confiança.

50. As fontes básicas sôbre as eleições de 1962 são a edição de janeiro de 1964 (Nº 16) da *Revista Brasileira de Estudos Políticos;* e Cavalcanti e Dubnic, eds., *Comportamento Eleitoral no Brasil*; assim também, *Brazil: Election Factbook,* 61-68.

51. O IBAD foi objeto de uma investigação do Congresso em princípios de 1963, e abolido por decreto federal no mesmo ano. *Correio da Manhã,* 21 de dezembro de 1963. A propósito de um ataque da esquerda contra o IBAD, ver Elói Dutra, *IBAD: Sigla da Corrupção* (Rio de Janeiro, 1963).

52. Em julho de 1962, a Conferência Nacional de Bispos brasileiros expediram veemente pronunciamento em apoio às reformas. Suas sugestões, inclusive possível desapropriação de terras na zona rural para redistribuição, foram especificadas em maiores detalhes em um documento publicado a 30 de abril de 1963. Um líder nessas atividades era o Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, propagandista muito em evidencia de uma rápida transformação social. *New York Times,* 15 de agôsto de 1963; Houtart e Pin, *The Church and the Latin American Revolution,* 216-18. Um centro de sentimentos reformistas moderados foi o Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que começou a publicar em 1959 uma publicação trimestral, *Síntese: Política Econômica Social*. A propósito de um ataque contra os reformadores radicais no seio da Igreja, ver Manoel Cardozo, "The Brazilian Church and the New Left", *Journal of Inter-American Studies,* VI, Nº 3 (julho de 1964), 313-21. Cardoso acusava o semanário *Brasil Urgente,* editado pelo frade

dominicano Carlos Josaphat, de "imitar e seguir o vocabulário da ideologia do comunismo, tanto quanto possível", 313.

53. Muitos elementos da bancada do PTB no Congresso eram burocratas eleitorais de pouca imaginação, ansiosos por se beneficiarem da posição paternalista do partido no Ministério e nos Institutos de Previdência. A descrição de Alexander do PTB como um "dos partidos da Esquerda Jacobina" naturalmente não procede: Alexander, *Today's Latin America,* 9, 102. Havia um pequeno grupo de parlamentares do PTB (Grupo Compacto) que tentava imprimir ao partido uma diretriz mais agressiva de esquerda e ideològicamente mais coerente depois de 1961. Porém, mesmo êsses esquerdistas no seio do PTB estavam divididos. Um dêles, Guerreiro Ramos, fêz uma interessante crítica do trabalhismo de Getúlio Vargas e da necessidade de sua atualização em *A Crise do Poder no Brasil* (Rio de Janeiro, 1961), 89-94. Ramos, mais tarde, provou ser um moderado entre os reformadores do PTB, e travou uma renhida batalha com seus colegas "Jacobinos", que contribuíram para sua derrota ao concorrer êle a uma cadeira no Congresso pela Guanbara nas eleições de 1962. Para maiores detalhes, ver Guerreiro Ramos, *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (Rio de Janeiro, 1963), 9-15. Em meio à campanha, pediu que o PTB da Guanabara especìficamente renunciasse ao Marxismo-Leninismo. Seu manifesto está reproduzido nas páginas 217-18. Em outros trechos Alexander apresentou um quadro mais nítido das divisões no seio do PTB: Robert J. Alexander, "The Emergence of Political Parties in Latin America", in Maier e Weatherhead, eds., *Politics of Change in Latin America,* 119-20

54. Detalhes sôbre a criação e os primeiros anos da SUDENE, incluindo muitas notas a respeito da atuação de Furtado podem ser encontrados em Hirschman, *Journeys Toward Progress,* cap. I. Para detalhes sôbre o início da carreira de Furtado ver a reportagem publicada pela revista *Visão* de 26 de junho de 1959.

55. A idéia de usar os têrmos "positivo" e "negativo" pelo Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, deve ter ocorrido durante sua réplica aos ataques de Leonel Brizola em abril de 1963. *Hispanic American Report,* XVI, N.º 4 (junho, 1963), 404. San Tiago Dantas demonstrou a diferença em "A Evolução da Política Brasileira", *Digesto Econômico,* 174 (nov./dez., 1963), págs. 77-85. Mais tarde San Tiago Dantas voltou ao assunto: "As fôrças da esquerda não são inerentemente negativas ou positivas, mas a esquerda

algumas vêzes assume atitudes que são positivas ou negativas." Conferência à imprensa publicada no *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1964.

56. San Tiago Dantas é o autor de um estudo brilhante sôbre a política de Rui Barbosa quando Ministro da Fazenda (1889-91), apresentando-o como um "reformista social... que deveria ser considerado o estadista do progresso na nossa sociedade, onde antes as maiores figuras políticas encarnavam a prudência, a moderação, e uma atitude conservadora". San Tiago Dantas, *Dois Momentos de Rui Barbosa* (Rio de Janeiro, de 1949) 44-45. Certamente não nos enganaríamos se afirmássemos que San Tiago Dantas desejava desempenhar um papel equivalente em 1964. Ramos, *Mito e Verdade da Revolução Brasileira,* 60. O discurso pronunciado por San Tiago Dantas quando tomou posse como Ministro da Fazenda foi publicado pelo *Jornal do Brasil,* 25 de Janeiro de 1963.

57. *Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965 — Síntese* (Rio de Janeiro, s.d.). O Plano Trinal foi detalhadamente analisado por um grupo de economistas num número especial da *Revista Brasileira de Economia,* XVI, 4 ((dez. 1962). O Plano foi ràpidamente delineado por Furtado nos três últimos meses de 1962. Muitas de suas deficiências técnicas (imediatamente apontadas tanto por seus simpatizantes quanto pelos adversários) foram resultantes da pressa na sua elaboração. Goulart estava ansioso por poder confrontar os Estados Unidos e as autoridades multilaterais da Aliança Para o Progresso (os "Nove Sábios" que tinham todos o podêres para defender os planos apresentados pelas nações latino-americanas) com uma prova do planejamento a longo-prazo do Brasil.

58. *Plano Trienal,* pg. 18.

59. A justificativa para as reformas era o "engarrafamento" diretamente ligado à teoria da estagnação. Teoria essa segundo a qual o retardamento, desde 1962, no crescimento econômico era decorrência de ter a industrialização atingido um nível de integração vertical. Disso resultava uma capacidade de absorver o trabalho que vinha decrescendo face a uma oferta sempre maior de mão-de-obra. Isto, por sua vez, impunha um teto para o mercado. Para ampliar o mercado seria necessário mudanças "de estrutura", especialmente no setor agrário. Um trabalho cuidadosamente documentado e uma pesquisa minunciosa da economia brasileira é o da autoria de Maria Conceição Tavares, e outros, "The Growth and Decline of Import Substitution in Brazil", *Economic Bulletin for Latin America,* IX ,N.º 1 (março, 1964), págs. 1-59. Escritores e estudiosos sociais, antes tachados de "desenvolvimentistas", representavam geralmente o modêlo da estagnação. A justificativa da "justiça social" foi advogada, como de esperar, pelos nacionalistas radicais conscientes de que a promessa da imediata distribuição de rendas representava atrativo político maior do que complicadas teorias procurando explicar o retardamento do crescimento econômico. Sua análise dêste retardamento corresponde a uma interpretação neoleninista.

60. A parte final do Plano Trienal delineava "a reforma de base necessária para o desenvolvimento econômico", explicando que "as autênticas modificações qualitativas nos processos econômicos pressupõem reformas que podem ser preparadas pelo planejamento, mas que estão acima de seu alcance direto". As reformas sugeridas eram de dois tipos: "a) racionalização da ação do govêrno, em cujo campo, no Brasil, destacam-se as reformas administrativas e bancárias; b) eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatôres de produção, destacando-se as reformas fiscais e agrárias". *Plano Trienal,* 189.

61. *Ibid.,* pgs. 39-42.

62. *Ibid.,* pgs. 19-22, pgs. 34-38.

63. *O Plano Trienal* expressava o ponto epigramàticamente: tratava-se "de planejar a estabilização em condições de desenvolvimento, a fim de que possamos em uma fase subseqüente, planejar a intensificação do desenvolvimento sem comprometer a estabilidade", pág. 18. O plano de estabilização de 1958-1959, redigido por Lucas Lopes e Roberto Campos, tinha quase a mesma finalidade, mas dava menos atenção aos problemas da reforma institucional e da justiça social.

64. Para esta análise da formulação da política econômica nos seis primeiros meses de 1963, baseei-me no *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Review: Brazil,* N.º 44 (Dez. 1962): Nº 45 (Fev. 1963); Nº 46 (junho 1963); N.º 47 (agôsto, 1963).

65. *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Economic Review:* Brazil, Nº 45 (ev. 1963), pgs), 4-5.

66. A mensagem anual ao Congresso, de Goulart, clamava por um aumento nas relações comerciais com o bloco oriental. Sua publicação a 15 de março (a data tradicional da mensagem) seguiu-se imediatamente à chegada de San Tiago Dantas a Washington.

67. As negociações foram retratadas de maneira minuciosa no *New York Times,* março, 11, 12, 14, 18 e 25, 1963.

68. As negociações em Washington foram perturbadas por um "furo" jornalístico do testemunho do Embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, perante o Comitê de Assuntos Estrangeiros. Devido a uma inexplicável falta de coordenação entre o Departamento de Estado e o Comitê de Assuntos Estrangeiros, uma parte do depoimento no qual o Embaixador afirmava que o movimento trabalhista brasileiro e as organizações estudantis estavam sofrendo uma forte "infiltração comunista" foi cedida à imprensa. Imediatamente houve uma onda de protestos no Brasil, encabeçados por Brizola. Finalmente chegou-se a uma conclusão, quando o Govêrno americano conseguiu convencer Goulart de que o incidente nada tinha a ver com as negociações e não significava nenhuma mudança brusca na atitude dos Estados Unidos com relação ao Brasil. *New York Times,* março, 18, 19, 21, 1963.

69. Campos deu sua versão sôbre estas conversações em Alberto Dines, *O mundo depois de Kennedy,* págs. 115-17.

70. O significado diplomático da missão de San Tiago Dantas em Washington foi tema de uma análise interessante de Geraldo Banas em *O Cruzeiro,* abril, 13, 1963.

71. *"Economist Intelligence Unit, Three Monthly Economic Review: Brazil",* N.º 46 (junho, 1963), págs. 2-3.

72. *Desenvolvimento & Conjuntura,* VII, Nº 2 (fev. 1964) contém um resumo completo das estatísticas oficiais de 1963.

73. O aumento foi efetivado em 1º de janeiro de 1963, segundo as estimativas 60% a mais em têrmos de dinheiro. *Conjuntura Econômica,* XVIII, Nº 2 (fevereiro, 1964), pg. 71.

74. Os protestos militares vêem publicados em *O Cruzeiro,* 11 de maio e 8 de junho, 1963.

75. As relações de Goulart com os oficiais superiores do Exército são analisadas em *O Cruzeiro,* 27 de abril e 4 de maio de 1963.

76. San Tiago Dantas expôs suas idéias no primeiro discurso que pronunciou como Ministro da Fazenda, *Jornal do Brasil,* 25 de janeiro, 1963.

77. *Wall Street Journal,* 23 de abril, 1963.

78. O Plano Trienal também era alvo do ataque dos esquerdistas radicais. Uma publicação subvencionada pela UNE concluía: "O Plano Trienal corresponde a uma política, a essa política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio que a burguesia nacional realiza através do Govêrno do sr. Goulart. Seu fracasso é inevitável, pois contra tal política já se ergue, e há de erguer-se, com fôrça cada vez maior, a oposição do povo brasileiro". Mário Alves e Paul Singer, *Análise do Plano Trienal* (Rio de Janeiro, 1963), pg. 90. Uma crítica semelhante pode ser encontrada em José de Souza Martins, "O Plano Trienal e a Marcha da Revolução Burguesa," *Revista Brasileira,* Nº 49 (set.-out. 1963), pgs 41-52. Nos círculos esquerdistas radicais, Furtado era acusado de ter sucumbido à "Gudinização" do planejamento econômico do Brasil. Eugênio Gudin era o economista conservador que defendia medidas de estabilização ortodoxas e fôra Ministro da Fazenda nos seis primeiros meses do Govêrno Café Filho.

79. O impasse político a respeito das reformas é analisado por Benedito Coutinho em *O Cruzeiro,* 1º de junho, 1963. O líder da maioria no Congresso (Deputado Oliveira Brito-PSD, Bahia) era favorável a uma emenda ao artigo 141 da Constituição que requeria pagamento em dinheiro em caso de desapropriação. Brito expressou suas idéias em entrevista publicada no *O Cruzeiro,* 25 de maio, 1963.

80. François Houtart e Emile Pin, *The Church and the Latin American Revolution* (New York, 1965), pg. 216.

81. As lutas políticas de abril-maio foram relatadas detalhadamente no *New York Times,* que usei como fonte, assim como os resumos mensais do *Hispanic American Report* e a publicação mensal "Analysis of Government Background in Brazil" preparada pelo Professor George W. Bemis.

82. *O Cruzeiro,* 13 de abril de 1963. Da esquerda veio esta descrição da missão de San Tiago Dantas: "Com a situação insegura na retaguarda, apresentava-se o bravo Ministro da Fazenda para saltar da trincheira e atravessar, em lances rápidos, a terra de ninguém, numa operação de 'comando' em pleno baluarte de nossos tradicionais e generosos amigos, os Shylocks de Wall Street."

Paulo Motta Lima, "A Viagem do Ministro da Fazenda", *Revista Brasiliense*, Nº 46 (março-abril, 1963), pg. 122.

83. *New York Times*, 23 de maio de 1963.

84. A maior oposição à provisão do empréstimo compulsório viera da bancada udenista do Congresso, sob a alegação de que se houvesse mais seriedade na coleta fiscal não seriam necessários novos impostos.

Capítulo VIII

1. Pelo menos quatro campanhas de alfabetização estavam sendo efetuadas em 1963. Uma delas, de carater experimental, era orientada pelo Professor Paulo Freire, da Universidade Federal de Pernambuco, no Recife. Freire era o pioneiro de um método de alfabetização que ensinava a ler ràpidamente por meio de dramáticas ilustrações relativas ao meio em que as pessoas viviam. Sua intenção era despertar uma "consciência crítica" nos recém-alfabetizados. Como o meio em que viviam era muito pobre. Freire foi logo acusado de estar se valendo da campanha de alfabetização para disseminar "idéias subversivas". O jornal da direita, *O Globo*, liderou o ataque. O segundo grupo a patrocinar uma campanha de alfabetização foi a Conferência Nacional dos Bispos, que encomendou uma cartilha (publicada no começo de 1964) obedecendo o mesmo critério do método Paulo Freire. O terceiro grupo trabalhava sob a orientação direta do Ministério da Educação. O quarto era o Movimento de Educação de Base (MEB), um programa parcialmente subvencionado pelo Ministério da Educação e composto de voluntários, que só começaram a trabalhar em fins de 1963. Entrevista com Paulo Freire, Cuernavaca, México, 4 de janeiro de 1966.

2. A tomada de consciência no setor rural foi acelerada pela extensão ao interior do País do direito à sindicalização. Garantira de modo específico a Constituição de 1964 a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Tais sindicatos nada mais eram no entanto que uma ficção legal. No fim do Govêrno Kubitschek, os esforços de Francisco Julião para organizá-los estimularam a competição entre os seus rivais, tais como os políticos esquerdistas e os padres progressistas, que procuravam imprimir-lhes sua própria orientação e captar o protesto camponês. Em março de 1963, o Congresso aprovou uma lei legitimando a formação dos sindicatos rurais. Como no caso de todos os demais admitidos pela lei brasileira, competia ao Ministério do Trabalho conceder o certificado de legalidade ao sindicato de cada região. A lei de 1963 era pois mais uma aplicação, agora no setor rural, da estrutura corporativista iniciada por Vargas. Logo a seguir estabeleceu-se a disputa procurando definir quais os grupos que conseguiriam controlar êste poderoso nôvo instrumento político-econômico no interior do Brasil. Como base para o estudo do contexto legal e social ver, de Richard Adams, "Rural Labor", editado por John J. Johnson, *Continuity and Change in Latin America* (Stanford, 1964). pg. 66; J.V. Freitas Marcondes, *First Brazilian Legislation Relating to Rural Labor Unions; A Sociological Study* (Gainesville Florida, 1962); e Caio Prado Júnior, "O Estatuto do Trabalhador Rural", *Revista Brasiliense*, N.º 47 (maio-junho, de 1963)), pg. 1-13. O melhor estudo geral sôbre os sindicatos até dezembro de 1963, é o de Robert E. Price, *Rural Unionization in Brazil* (Research Paper: Land Tenure Center, University of Wisconsin] (Madison, Wisconsin, agôsto de 1964, mimeo). Também útil é o breve estudo sôbre Pernambuco realizado em outubro de 1963 por Mary E. Wilkie, *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco* (Centro Latino-Americano de Investigaciones en Ciencias Sociales, Rio de Janeiro, abril de 1964, mimeo). Uma visão geral da organização rural no Nordeste encontra-se também no capítulo "The Revolucionary Process in the Northeast" no livro de Celso Furtado, *Diagnosis of the Brazilian Crisis*, págs. 125-62. Para outras informações, ver Capítulo VII, nota 47.

3. Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audácia*, documenta os esforços conspiratórios das fôrças anti-Goulart.

4. Esta reorganização era mais uma tentativa de criar uma instituição efetiva de planejamento econômico. A última grande mudança estrutural resultara do decreto de Quadros de 5 de agôsto de 1961 (criando o grupo conhecido como COPLAN). A tentativa, por sua vez, buscava criar uma instituição que sucedesse o aparato de planejamento de Kubitschek.

5. A análise da política econômica do Govêrno Goulart, de meados de 1963 até março de 1964, foi baseada no *Economist*

Intelligence Unit, Quarterly Economic Review, Nº 48 (dez. 1963), Nº 49 (fev. 1964), Nº 50 (junho, 1964).

6. O relatório apresentado por Carvalho Pinto ao Presidente e ao Ministério foi publicado pelo *Correio da Manhã* de 5 de julho de 1963.

7. Valentim F. Bouças, em *História da Dívida Externa* (2.ª ed.; Rio de Janeiro, 1950), fornece os dados históricos básicos da dívida externa do Brasil.

8. *New York Times*, 31 de agôsto e 3 de setembro de 1963.

9. O Plano Trienal de Furtado frisara a necessidade de fomentar a exportação. *Plano Trienal*, pag. 34-38. Dados sôbre as importações de trigo e petróleo em 1963 são fornecidos pela *Conjuntura Econômica*, XVIII, Nº 2 (fev. 1964 pg. 53.

10. Podem-se encontrar os detalhes da Revolta dos Sargentos na obra de Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*, vol. II, pg. 533-50; e em *O Cruzeiro*, 5 de outubro de 1963.

11. A entrevista, cuja versão publicada Lacerda mais tarde negou ser autêntica, foi concedida a Julian Hartt, correspondente no Rio do *Los Angeles Times*.

12. *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1963.

13. *Ibid.*, 8 de outubro de 1963.

14. É imprescindível conhecer-se as alterações nos comandos e as idéias dos oficiais do Exército para que se possa compreender os dez meses finais do Govêrno Goulart. Uma das fontes mais categorizadas é Carlos Castelo Branco, colunista político do *Jornal do Brasil* em Brasília. Ver seu "Da conspiração à Revolução", em Alberto Dines e outros, *Os Idos de Março e a Queda em Abril* (Rio de Janeiro, 1964). O livro é uma coletânea de oito artigos publicados pelos jornalistas do *Jornal do Brasil* apenas alguns meses após os acontecimentos. Outra fonte importante sôbre a opinião militar é Fernando Pedreira, in *Março 13: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira* (Rio de Janeiro, 1964), especialmente os dois primeiros capítulos. Depois do golpe de 31 de março de 1964, muitos dos conspiradores mostravam-se ansiosos por revelar os detalhes da conspiração. Ver, por exemplo, os dados em Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audácia*; as entrevistas de Armando Falcão em *O Cruzeiro*, 2 de maio de 1964; Marechal Odílio Denys em *Fatos e Fotos*, 4 de maio de 1964; e General Carlos Luiz Guedes em *O Cruzeiro*, 16 de abril, 1966.

15. O General Beviláqua esclareceu sua posição numa entrevista publicada em *Fatos e Fotos*, 4 de janeiro de 1964. Era favorável à amenda ao artigo 141 da Constituição, que determinava o prévio pagamento à vista quando da desapropriação de terras.

16. A entrevista vinha publicada num artigo da *Manchete* de 30 de novembro de 1963, que apareceu nas bancas a 20 de novembro. A reação expressa no *Correio da Manhã*, de 21 de novembro, era típica das idéias do centro: "A todos êles cabe, na verdade, colaborar com o Govêrno Federal para pôr em execução as medidas de emergência. Mas ao Govêrno Federal cabe propô-las. É isto que o Presidente da República, em sua entrevista, deixou de fazer". Logo após a recusa do pedido de estado-de-sítio feito por Goulart, em princípio de outubro, o *Correio da Manhã* passou a uma posição semelhante, premindo o Govêrno Federal para que "elabore um plano, um programa, ao menos um esquema para resolver os problemas da inflação, endividamento externo, desenvolvimento econômico. Que o elabore e o ponha em prática". *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 1963.

17. O Ministério (brasileiro) das Relações Exteriores encabeçara os preparativos dos países latino-americanos para a Conferência do Comércio e do Desenvolvimento das Nações Unidas, marcada para março de 1964, em Genebra. O ponto-de-vista latino-americano, expresso num relatório especial escrito por Raúl Prebisch, *Nueva Politica Comercial para el Desarrollo* (México, 1964), frisava a urgência de uma revisão nas normas do comércio mundial, de forma a ampliar a capacidade limitada de importação dos países em desenvolvimento. O discurso de Goulart em São Paulo foi, portanto, parte da preparação diplomática para a conferência de Genebra. Detalhes da atuação do Brasil podem ser encontrados na *Revista Brasileira de Política Internacional*, VII, Nº 28 (dez. 1964).

18. Para um noticiário dos boatos a respeito da possível nomeação de Brizola, ver *Correio da Manhã*, 17 de dezembro de 1963. Em fins de dezembro, de um momento para outro, via-se pintado nos muros e paredes do Rio de Janeiro o seguinte *slogan*: "Contra a inflação, Brizola é a solução!!!"

19. Para compreender o desejo do PSD de continuar cooperando com Goulart na preparação do retôrno de seu líder Kubitschek, nas eleições presidenciais de 1965, ver o artigo em *O Cruzeiro* de 14 de setembro de 1963. Em fins de novembro, Goulart reu-

niu-se com os líderes pessedistas Tancredo Neves e Amaral Peixoto para discutir sôbre o prosseguimento da aliança LSD-PTB na sessão a realizar-se no Congresso, marcada para março de 1964, *Jornal do Brasil,* 1º de dezembro de 1963.

20. *Jornal do Brasil,* 23 de outubro de 1963.

21. A viabilidade do esquema compulsório do certificado do Tesouro foi discutida no *Economist Intelligence Unit, Three-Monthly Economic Review: Brazil,* N.º 49 (fevereiro de 1963) pág. 2, segundo o qual a emissão dos certificados havia confundido de tal forma o mercado que o próprio Carvalho Pinto se veria obrigado a livrar-se do plano se tivesse continuado como Ministro da Fazenda. Contudo, fôra êste um meio de restringir a emissão e ao mesmo tempo canalizar as poupanças privadas em áreas essenciais de investimento. O fracasso do esquema serviu apenas para comprovar a falta de qualquer método do Govêrno para conseguir o seu objetivo.

2. Ver, por exemplo, o apêlo de Carvalho Pinto por "mais tempo", não "mais dólares", tal como foi publicado no *New York Times* de 25 de outubro de 1963.

23. Jurema descreve seus esforços em suas memórias, *Sexta Feira 13,* págs. 49-56.

24. As conseqüências da reforma cambial, a mais importante das quais foi a Instrução 263 da SUMOC, foram analisados por Gilberto Paim no *Correio da Manhã* de 1º de março de 1964.

25. Em 1963, o deficit já caíra para $220 milhões, de $345 milhões em 1962. A violenta alta nos preços do café, que começara em setembro de 1963, como resultado do acôrdo internacional, dos prejuízos causados pela geada no Brasil, melhorou o balanço e parecia destinada a continuar em 1964. Para 1964 o Brasil, de fato, antecipava o primeiro superavit (em conta-corrente) no seu balanço de pagamentos, o primeiro a ocorrer desde 1961. Êste prognóstico otimista pode ter levado Goulart a acreditar que havia melhorado rezoàvelmente a posição do Brasil nas negociações com os credores estrangeiros. *Conjuntura Econômica,* XVIII, N.º 2 (fev-1964), pgs. 61-68. Os esforços dispendidos no fim do Govêrno Goulart para o reescalonamento da dívida externa são descritos em "Brazil Tries Again: Independence Without Inflation?" *The Banker,* CXIV, N.º 458 (abril, 1964), págs. 228-33. O artigo dizia que "o deficit cada vez mais sério nas finanças públicas reflete a opinião generalizada, tanto do govêrno como do povo em geral, de que o estabelecimento de uma independência econômica é mais importante do que a vitória sôbre a inflação." Mas foi observado pelo correspondente anônimo, "infelizmente êstes sentimentos não são compartilhados tão entusiàsticamente pelos credores estrangeiros do Brasil, cujas atitudes em relação à inflação, acima de tudo, são bem menos fatalistas que a da média dos brasileiros". 229. A 9 de março, Goulart, dirigindo-se pelo rádio, citou com otimismo as perspectivas do Brasil com relação ao iminente reescalonamento da dívida que teria lugar em Paris. *Correio da Manhã,* 10 de março de 1964.

26. Ver, por exemplo, a reportagem de Nahum Sirotski, correspondente nos Estados Unidos do *Jornal do Brasil,* publicada a 22 de janeiro de 1964. Ver também a coluna de Arthur Krock no *New York Times,* 11 de fevereiro de 1964, que descreve a preocupação dos círculos governamentais americanos quanto à radicalização política no Brasil. O Embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, expôs mais tarde, durante uma reunião do Comitê de Relações Exteriores do Senado, sua interpretação das intenções de Goulart em princípios de 1964: "Muitos meses antes de ser deposto já se tornara clara sua intenção de pôr fim ao regime constitucional no Brasil com a finalidade de estabelecer certo tipo de ditadura pessoal. Eu, por mim, acredito que êste regime seria cópia dos padrões de Perón na Argentina e de Vargas no Brasil, nos anos compreendidos entre 1937 e 1945". Respondendo a um interrogatório hostil do Senador Gore, Gordon continuou: "Eu esperava, Senador, como muitos brasileiros, inclusive, acredito, o atual presidente (Castelo Branco), que se encontrariam meios de afastar o Presidente, desviando-o de sua intenção de subverter o regime, da cúpula para baixo, meios que lhe tornariam possível levar a têrmo o seu mandato dentro das normas institucionais. Até o fim de janeiro de 1964 eu ainda esperava ser possível consegui-lo, embora já começasse a descrer da sua viabilidade. Eu diria que houve um momento, entre janeiro e a deposição, quando me convenci de que já não havia maiores possibilidades, porque êle não o permitiria, fôssem quais fôssem as circunstâncias. Êle estava terminantemente resolvido a derrubar o regime a menos que outros o impedissem de fazê-lo". *Hearing Before the Comettee on Foreign Relations United States Senate, on the Nomination of*

Lincoln Gordon to be Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs: February 7, 1966, 7, 11-12.

27. O discurso pronunciado por Goulart quando emitiu o decreto vem publicado no *Correio da Manhã* de 18 de Janeiro de 1964. O *New York Times* atacou o decreto num editorial intitulado "Brazilian Boomerang" a 27 de janeiro de 1964.

28. Detalhes sôbre os bens da Hanna no Brasil podem ser encontrados em:: "Brazil: Hanna's Immovable Moutains", *Fourtune*, IXXI, N° 4 (abril, 1965), pgs. 55-64.

29. Depois da entrevista pessimista de Goulart publicada em novembro por *Manchete*, a liderança udenista anunciou que o Presidente estava envolvido em uma conspiração que pretendia prolongar seu período além de 1966, quando legalmente deveria entregar o pôsto em janeiro daquele ano. *Jornal do Brasil*, 22 de novembro de 1963. As principais figuras do Congresso, o Presidente Moura Andrade, do Senado, e o Presidente Ranieri Mazzili, da Câmara dos Deputados, ambos políticos pessedistas, desconfiados das intenções de Goulart, decidiram que o Congresso se mantivesse em sessão permanente durante o recesso normal do verão, de dezembro a março. Êles temiam algum movimento que pretendesse fechar o Congresso (*à la* 1937) como parte de uma conspiração "continuísta". Os congressistas ativamente contra Goulart (como o líder udenista Bilac Pinto) começaram a considerar um *impeachment* contra o Presidente, mas sabiam não poder contar com votação suficiente. O problema era quase o mesmo da situação de junho de 1954, quando a UDN falhou na sua tentativa de *impeachment* contra Vargas.. O mêdo generalizado da "brusca interrupção do processo constitucional" foi descrito no *Jornal do Brasil* de 15 de fevereiro de 1954: "Esta é realmente uma nova situação; a difusão do mêdo oficialmente sancionada, ou melhor, a convicção de que o país se encontra num estado de anormalidade e se dirige, como que por uma fatalidade, para uma situação anormal em seus problemas institucionais".

30. O PSD mostrava-se bastante preocupado com as intenções de Goulart tanto que antecipou de um ano sua convenção para apontar os candidatos à Presidência (março de 1954), o mesmo fazendo a UDN, marcando sua convenção para abril. Mesmo a liderança petebista do Congresso sentia necessidade de, em janeiro de 1964, ter reasseguradas por Goulart suas intenções, e tornar clara sua oposição a qualquer golpe, assim como sua reserva

quanto à "eficiência do govêrno, ideológica, política ou administrativa". Coluna de Carlos Castelo Branco, *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1964. Ver também a reportagem do *Correio da Manhã*, de 25 de janeiro.

31. O dilema de Kubitschek, se deveria ou não romper com Goulart, foi analisado na coluna de Carlos Castelo Branco no *Jornal do Brasil* de 1° de março de 1964.

32. Para a análise de uma pesquisa de opinião com relação a Lacerda (tomada em princípios de 1964, antes da queda de Goulart) entre os estudantes da Guanabara, ver Gláucio Ary Dillon Soares: "As bases ideológicas do lacerdismo", *Revista Civilização Brasileira*, N° 4 (setembro 1965), págs. 49-70. De seus dados, Soares concluiu: "O lacerdismo é predominante liberal, não intervencionista, e favorável ao capital estrangeiro, rejeitando, portanto, a posição nacionalista, no que tange a êste ponto", pág. 69.

33. Bilac Pinto enunciou sua teoria num discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 23 de janeiro de 1964. Vem impresso no seu livro *Guerra Revolucionária* (Rio de Janeiro de 1964). Teoria semelhante é apresentada num panfleto publicado em princípios dc 1964, sob o pseudônimo de Pedro Brasil: *Livro Branco Sôbre a Guerra Revolucionária no Brasil* (Pôrto Alegre, 1964). É escrito no estilo de um relatório de Estado-Maior.

34. Para conhecer a posição política de Magalhães Pinto em princípios de 1964, ver os artigos de Hermano Alves no *Correio da Manhã*, de 29 e 30 de janeiro de 1964. A 13 de março, o *Correio da Manhã* noticiou que Magalhães Pinto decidira continuar como candidato à Presidência, qualquer que fôsse o resultado da convenção udenista marcada para abril. A 1° de março fêz um estudo detalhado do impasse político, prevenindo contra o "extremismo esquerdista" que "visa à derrota da democracia", mas continuou afirmando que também se preocupava pelo fato de que "areas enormes, sobretudo da classe média brasileira, estão sendo submetidas a um processo de hipnose que arrasta camadas da população a um anticomunismo irracional e fanatizado". A meta de sua campanha, afirmou, era "a classe média brasileira". *Correio da Manhã*, 1.° de março de 1964. Um dos principais rivais de Magalhães Pinto no liderança do centro era Carvalho Pinto, ex-Ministro da Fazenda e ex-Governador de São Paulo. Carvalho Pinto fôra também um dos cadidatos à Presidência, mas sua atuação infeliz e ineficaz como Ministro da Fazenda (junho-dezembro 1963) enfraqueceu de-

mais sua posição política. Além do mais faltava-lhe certa base política. Seu mais forte apoio partidário vinha do Partido Democrático Cristão, fôrça relativamente pequena na política nacional.

35. Um dos admiradores de Arraes acreditou que o Governador estava lançando uma nova linha no Nordeste para um movimento esquerdista responsável que abrangesse elementos que variavam desde os padres progressistas até membros do Partido Comunista: Antônio Callado, *Tempo de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência* (Rio de Janeiro, 1964). Êste livro reúne uma série de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, em dezembro de 1963 e janeiro de 1964. O livro inclui, ainda um prefácio interessante e um epílogo escrito após a queda de Goulart e a prisão de Arraes. Ver também o forte apoio dado a Arraes em Caio Prado Júnior, "Um discurso marca época", *Revista Brasiliense*, Nº 46 (março-abril, 1963), pgs. 1-9. Para outras fontes sôbre Arraes, ver Adirson de Barros, *Ascensão e queda de Miguel Arraes* (Rio de Janeiro, 1965) e a coletânea dos discursos de Arraes: *Palavras de Arraes* (Rio de Janeiro, 1965).

36. A campanha presidencial de Arraes foi lançada, em janeiro de 1954, por Almino Afonso, Ministro do Trabalho durante o período de janeiro-junho de 1963. *Correio da Manhã*, 17 de janeiro de 1964. A preocupação de Arraes quanto a um possível golpe é relatada na coluna de Carlos Castelo Branco no Jornal do *Brasil*, 26 de janeiro de 1964.

37. O discurso está publicado no *Jornal do Brasil*, 1º de janeiro de 1964.

38. As constantes advertências publicadas no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã* são típicas de sua posição centrista.

39. Para um *Post-mortem* sôbre a queda de Goulart que acentua as divisões existentes na esquerda, ver Maia Neto, *Brasil: Guerra Quente na América Latina* (Rio de Janeiro, 1965), págs. 3-7. O autor era o diretor da estação de rádio Mayrink Veiga, controlada por Brizola.

40. Ver, por exemplo, Murilo Melo Filho, "Os Três Caminhos das Esquerdas", *Manchete*, 21 de março de 1964. Os três caminhos eram: (1) Jango-reeleição; (2) Arraes-voto; (3) Brizola-armas.

41. Em princípios de fevereiro, Goulart anunciou o programa proposto para a Frente Única, como fôra elaborado por San Tiago Dantas. Incluía emendas constitucionais dando o voto para os analfabetos e revendo o artigo 141 da Constituição (que determinava pagamento à vista e adiantado para as desapropriações de terras), assim como a legalização do Partido Comunista e a negociação (ou, se necessário, uma declaração unilateral) de uma moratória da dívida externa. *Correio da Manhã*, 6 de fevereiro, 1964. San Tiago Dantas explicou que a Frente Única tinha as seguintes metas: "1) A preservação do sistema democrático e da ordem constitucional e, por conseguinte, o repúdio ao golpe; 2) O apoio às reformas de base como condição inseparável de qualquer política de desenvolvimento econômico e de contenção da inflação; 3) A preservação, por via de conseqüência, do processo de sucessão presidencial até o plento de 1965". *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1964. As perspectivas da Frente Única foram analisadas num artigo em *Manchete* de 1º de fevereiro de 1964. Mais tarde, San Tiago Dantas explicou que a finalidade da Frente Única era unir a "esquerda" e "as fôrças progressistas do centro". *Correio da Manhã*, 1º de março de 1964.

42. Ver, por exemplo, o editorial em *Novos Rumos*, o semanário do PCB, de 28 de fevereiro a 5 de março de 1964.

43. A abordagem cautelosa de Prestes aparecia claramente em suas declarações, em princípios de 193, publicadas na *World Marxist Revivew*, VI, n.º 5 (maio, 1963), pág. 50-51. Sua cautela mais uma vez se fêz notar em entrevista concedida em fins de 1963. Prestes declarou que "Nós, comunistas, queremos uma solução sem a guerra civil, e cremos ser isto possível". Com relação à "revolução", advertiu: "não há condições para um chamamento da massa para uma insurreição... A burguesia brasileira goza de grandes vantagens e sabe como fazer concessões. Durante a última greve em São Paulo [novembro, 1963] êles concordaram com um aumento salarial de 80 por cento. Logo, a crise não é uma crise econômica, mas financeira." A entrevista foi primeiramente publicada na revista mexicana *Siempre!*, 1º de Janeiro de 1964, e mais tarde numa tradução em inglês por Victor Rico Galan em "The Brazilian Crisis", *Monthly Review*, XV, Nº 12 abril de 1964) págs. 657-74. A linha adotada pelo PCB em 1963 também pode ser encontrada em Giocondo Dias, "Some Problems of the Class Struggle in Brazil", *World Marxist Review*, VII, Nº 1 (jan. de 1964), págs. 21-25. Escreve Dias: "Acreditamos que a tarefa básica das fôrças de vanguarda na luta pelas reformas de estrutu-

ra é agora a de resconstruir os movimentos nacionais e democráticos. É seguindo essas linhas que nós visualizamos a possibilidade de uma revolução pacífica", pág. 24.

44. Para exemplos de críticas esquerdistas sôbre o PCB, ver Ramos, *A Crise do Poder no Brasil,* págs. 106-18; e Edmar Morel, *O Golpe Começou em Washington* (Rio de Janeiro, 1965), págs. 63-65. Um esquerdista radical independente criticou o PCB por não ter sido capaz de apreciar o grande significado dos sindicatos rurais recém-legalizados. Ao contrário, criticou êle, o partido ainda pregava a doutrina obsoleta e irrelevante (no Brasil) da distribuição da terra. Caio Prado Júnior, "Marcha da Questão Agrária no Brasil", *Revista Brasiliense,* N.º 51 (jan.-fev., 1964), pgs. 1-9.

45. O principal órgão do PC do B era bi-semanal *A Classe Operária.* No número de 16-29 de fevereiro de 1964, por exemplo, João Amazonas atacou o PCB como "um simples apêndice da burguesia" e acusou os comunistas que "bajulam vergonhosamente o govêrno que representa os latifundiários e os grandes capitalistas". A primeira página do jornal rejeitou desdenhosamente a Frente Única como um "saco de caranguejos". As negociações revelaram que "em todo êste *arreglo* destacam-se os revisionistas do Partido de Prestes, que apresentam suas sugestões e dòcilmente respondem aos acenos do Professor Dantas à espera da tão almejada legalidade e, talvez, um pôsto no govêrno".

46. Em dezembro de 1963, Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, explicou seu "esquerdismo": "Entendemos a esquerdização como o esfôrço pelo desenvolvimento com emancipação econômica, e consideramos o fenômeno muito mais como uma disposição de luta em favor das classes populares e do País, do que como a prática de uma tendência ideológica. Como esquerdistas atuam os comunistas, os trabalhistas, os socialistas e até mesmo os católicos. Por isto mesmo não concordamos muito com a designação de esquerda, que pode confundir o povo. Muitos pensam, assim, que ser esquerdista é ser marxista. Ora como se verifica, as chamadas esquerdas brasileiras não reclamam a socialização dos meios de produção. Não são, pois, marxistas na sua atuação. Queremos, é verdade, o revigoramento da democracia, o aprimoramento das leis sociais, as reformas básicas, as reformas que se fazem necessárias na Constituição". Magalhães, *Prática da Emancipação Nacional,* pág. 146. Magalhães era um dos colaboradores regulares do jornal *O Semanário,* dirigido por Oswaldo

Costa, que representava esta posição esquerdista independente. E mostrava-se receptivo às propostas de San Tiago Dantas por uma frente única. Ver por exemplo o editorial de 5-11 de março de 1964, que clamava apoio à Frente Única como a única forma para que as "lideranças políticas do centro, da meia-esquerda e da esquerda 'possam' sobreviver em face do imenso perigo que o desespêro e o poderio das direitas representam, dependem de concessões recíprocas (ainda que transitórias), que propiciem a união".

47. Sôbre a política estudantil nos anos de 1963 e 64, ver Therry, "Dominant Power Components in the Brazilian University Student Moviment Prior to April", 1964; e Harding, "Revolution Tomorrow", págs. 51-52.

48. O semanário *Política Operária* (não confundir com a revista do mesmo nome, que também surgiu para seguir a linha do PC do B) geralmente representava a opinião de alguns líderes da UNE, militantes e outros esquerdistas radicais que eram favoráveis à posição revolucionária seguida pelo PC do B, rejeitando desta forma a política "conciliatória" do PCB. Ver, por exemplo, o editorial na *Política Operária,* de 27 fevereiro-4 de março de 1964, atacando San Tiago Dantas e a Frente Única e exigindo em seu lugar uma política proletária.

49. Êstes líderes tornaram-se o alvo favorito dos ataques da imprensa após a queda de Jango. Ver por exemplo, "CGT: Império da Corrupção", *O Cruzeiro,* 16 de maio de 1964; e "Os Generais da Derrota", *O Cruzeiro,* 2 de maio de 1964. A crescente influência dos líderes do CGT no palácio presidencial alarmou grandemente as opiniões de centro. O editorial "Assalto ao Regime" no *Jornal do Brasil,* 18 de março de 1964, é disso um exemplo típico.

50. Numa entrevista concedida em fins de 1963, Brizola esclareceu suas relações com Goulart: "Eu e êle nos entendemos através da política, e tinhamos as mesmas idéias. É um reformador, um daqueles que desejam pintar as paredes das choupanas dos camponeses e embelezá-las, mas para si ficam com a casa grande. Êle não sabe que a casa grande deve se tornar o quartel da cooperativa local. Estou começando a abandonar minhas idéias antigas, a compreender as coisas claramente, ao passo que êle se inclina para uma política de conciliação; desta forma o nosso diálogo torna-se agora mais e mais difícil. Não há nenhum rompimento for-

mal nas nossas relações, mas um diálogo que não leva a nada é inútil." Galan, "The Brazilian Crisis, 674.

51. A 25 de fevereiro a presença de Brizola desencadeou um tumulto em Belo Horizonte quando tentou dirigir-se ao público durante um comício político. No dia anterior, o Almirante Heck falou em um comício da ala direitista, o Movimento de Mobilização Democrática, em que outro orador, o General Bragança, incitou os participantes a impedir a realização do comício de Brizola marcado para o dia seguinte. O comício de Brizola foi, realmente, invadido por um grupo de mulheres agitando crucifixos no ar. Encabeçadas pelo Padre Caio de Castro, ali chegaram antes e a polícia local impediu Brizola de entrar na sala onde o comício teria lugar. *Correio da Manhã,* 26 de fevereiro de 1964. *O Cruzeiro de* 21 de março publicou fotografias da refrega. "O incidente tornou-se logo uma *cause celèbre*, apresentada pela direita (*O Globo,* por exemplo) como prova de que por fim as fôrças "cristãs, democráticas" haviam finalmente tomado uma posição contra a "comunização", enquanto a esquerda radical (ver, por exemplo, *Panfleto* de 2 de março de 1964) acusava os golpistas de estarem amedrontados a ponto de precisarem recorrer à violência, provando assim que os esquerdistas deviam estar preparados para uma ação "revolucionária" Os homens de centro, por sua vez, mostravam-se estarrecidos com o desmoronar iminente do processo democrático. Ver, como exemplo, o editorial "O direito de reunião" no *Jornal do Brasil,* 27 de fevereiro de 1964.

52. O primeiro número de *Panfleto* é de 17 de fevereiro de 1964. Sete números foram publicados, sendo o último de 30 de março. O quadro de redatores contavam com Brizola, Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Almino Afonso, Demistóclides Batista, Adão Pereira Nunes, Paulo Alberto e Àlvaro Vieira Pinto. Como se pode observar, êsses mesmos nomes apareciam como colaboradores das demais publicações da esquerda radical. Via-se entretanto que o pulso forte no *Panfleto* era Brizola. Seu artigo era sempre o de maior destaque em cada número. Além do mais, o diretor-presidente de *Panfleto* era Maia Neto, também o diretor da Rádio Mayrink Veiga, controlada por Brizola.

53. *Panfleto,* 23 de março de 1964, pag. 4.

54. Em princípios de janeiro, por exemplo, Brizola atacou Goulart por sua ineficiência no Govêrno e advertiu que o povo esperava a hora de Jango voltar a ser "o Jango do tempo de Getúlio Vargas". *Correio da Manhã,* 10 de janeiro de 1964. Já que Brizola se tornou uma figura de tamanha importância durante a crise de 1963-64, é interessante examinar suas idéias mais detalhadamente. Numa entrevista em fins de 1963, Brizola declarou que a crise econômica resultante do "imperialismo espoliador" fazia com que as "classes dominantes, apoiadas pelo imperialismo", se unissem para desfechar "um golpe direitista, com o fim de estabelecer um govêrno de fôrça, uma ditadura, fôsse ela declarada ou encoberta. Não há dúvida de que seria difícil impor uma ditadura, porque já não é fácil enganar o povo. Nós queremos lutar, nós estamos preparados, e êste será o comêço da luta revolucionária pela libertação nacional. O exemplo de 1961 nos mostra que o povo lutará, junto com seus irmãos do exército — os sargentos, os cabos, os soldados, e os oficiais nacionalistas". Esta luta prosseguiu
cabos, os soldados, e os oficiais nacionalistas". Esta luta, prosseguiu
devido a erros cometidos pelo Partido Comunista e por Francisco Julião. Devemos, contudo, reconhecer que Julião tem o mérito de ter despertado o setor mais oprimido da população, os camponeses. E acreditamos que todos os erros serão superados. Nós não somos anticomunistas, acolhemos prazerosamente qualquer brasileiro que venha como patriota lutar pela libertação do seu país. O problema latino-americano deve ser definido em têrmos de libertação nacional. Sem libertação nacional não pode haver reformas de base, porque a pobreza não pode ser reformada". Galan, "The Brazilian Crisis", pág. 673. No artigo publicado no *Panfleto* de 2 de março de 1964, Brizola pronunciou-se sôbre a "autenticidade da liderança", "atacando as "dezenas de líderes, nascidos no PTB que pregam a acomodação e a paciência, que afastam o povo do caminho das conquistas sociais". Era óbvio que estas palavras foram dirigidas a Jango. Brizola conclui em tom ameaçador: "O melhor aviso que posso dar ao povo, visando auxiliá-lo no julgamento de seus líderes, é que tenha sob os olhos não a palavra, mas a ação daqueles a quem segue. Porque uma ação corajosa vale mais do que um milhão de palavras, mesmo igualmente corajosas".

55. *Panfleto,* 17 de março de 1964. O editorial ridicularizava os esforços de San Tiago Dantas para incluir na frente popular "as velhas rapôsas do PSD".

56. Arraes também tomou uma posição francamente "anti-imperialista", atacando a "exploração" pelo capital estrangeiro, assim como o que êle julgava ser a má orientação da assistência dos

Estados Unidos ao Nordeste. No seu discurso de posse como governador, em janeiro de 1963, disse: "O câncer do Nordeste preocupa os norte-americanos, que imaginam possa a nossa doença ser pollticamente contagiosa e contaminar os vizinhos e por isso, não sei se tão ingênuamente nos doam leite em pó, como se a nossa fome fôsse diferente da fome dêles, como se ela não fôsse, como a de todo mundo, uma fome renascente". *Palavras de Arraes*, pág. 13-14. Em princípio de 1963 êle nomeou uma comissão para estudar os contratos do Estado com o USAID. O relatório apresentado pela comissão em maio de 1963 recomendava que o Estado anulasse os contratos e incluía uma análise crítica, de inspiração nacionalista radical, da teoria e da prática da ajuda americana. O relatório foi publicado pela Editôra Brasiliense: *"Aliança Para o Progresso": Resultado de Inquerito* (São Paulo, 1963).

57. Jurema declarou que com os preparativos para o comício de 13 de março, os líderes trabalhistas assumiam maior importância no palácio presidencial. *Sexta feira* 13, página 143. A posição de Jango com relação aos líderes trabalhistas era sem dúvida muito menos forte do que o fôra quando Vice-Presidente. Êste ponto é apresentado em Harding, "Revolution Tomorrow", pág. 40.

58. O depoimento de quatro horas de Assis Brasil diante de um tribunal militar de investigações que se formou, a 26 de maio de 1964, é uma importante fonte de informações sôbre as semanas finais de Jango no poder. As declarações de Assis Brasil a respeito da personalidade do Presidente e os detalhes dos conflitos surgidos entre os conselheiros é sem dúvida de grande valor. O testemunho deverá ser comparado com o de outros participantes, como o Ministro da Justiça (Jurema) e muitos outros cujos relatos ainda deverão ser publicados. O testemunho prestado por Assis Brasil foi publicado pelo *O Estado de São Paulo*, 2 e 3 de julho de 1964.

59. Em meados de fevereiro, Pedro Aleixo, congressista udenista de Minas Gerais e líder da oposição na Câmara dos Deputados, admitiu francamente a um jornalista que Castelo Branco era sua fonte de informações sôbre o pensamento antijanguista entre os oficiais do Exército. *Correio da Manhã*, 19 de fevereiro de 1964. Vinham, desta forma, corroborar-se os rumores de que Castelo Branco estava prestes a ser transferido de sua posição-chave de Chefe do Estado-Maior do Exército, como foi publicado pelo *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro e 27 de março de 1964.

60. Para exemplo das notícias de imprensa segundo as quais Assis Brasil assegurava ao Presidente de que os "nacionalistas" eram em maioria no oficialato, ver *Correio da Manhã*, 17 de março de 1964.

61. Para a cobertura jornalística do papel de Riff na véspera do comício de 13 de março, ver "Riff: O Braço Esquerdo", *Fatos e Fotos*, 14 de março de 1965. A 13 de fevereiro de 1964, Darcy Ribeiro falou durante bastante tempo na televisão, expondo os planos e as intenções do Presidente. O texto foi publicado no *Jornal do Brasil* de 14 de fevereiro de 1964. A exposição provocou uma resposta imediata de Bilac Pinto, o líder udenista que lançara uma campanha para provar que o Govêrno Jango fomentava uma "guerra revolucionária" como preparação para um golpe "continuista".

62. É difícil apontar-se com exatidão quais os maiores organizadores na mobilização do comício. Jurema disse que Goulart os escolhera, e que eram êles José Gomes Talarico e Gilberto Crockat de Sá, "antigos e leais amigos, que nada tinham com o plano ideológico, mas se especializaram em atividades sindicais, a serviço exclusivamente do Presidente." *Sexta Feira*, 13, pág. 143. Talarico, que era o Vice-Presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara, foi citado como o principal organizador, secundado por representantes da UNE, do CGT, da CNTI, e da FPN pelo *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1964.

63. Assis Brasil declarou que Jango "foi surpreendido com o fato de que o ex-Governador Leonel Brizola ia falar no comício, tanto que êle demorou para ver se chegava lá depois que o Sr. Brizola tivesse falado. Mas êles retardaram o comício e, afinal, êle chegou e teve que ouvir o discurso de Brizola." Do depoimento de Assis Brasil no *O Estado de São Paulo*, 2 de julho de 1964. Numa parte de seu discurso, Brizola recorreu ao artifício dramático de pedir a todos aquêles que desejassem livrar-se da "política de conciliação" em favor de um "govêrno nacionalista e popular" que levantassem as mãos. O que se pôde ver na Praça da República foi uma floresta de braços. Continuou clamando por um plebiscito que iria decidir da necessidade de uma Assembléia Constituinte. Não havia a menor ameaça de "continuísmo", disse Brizola, porque "já ouvi pessoalmente do Presidente da República a sua palavra assegurando que, se fôsse decidida neste país a realização de eleições para uma Constituinte, sem a participação dos grupos econômicos

e da imprensa alienada mas com o voto dos analfabetos, dos soldados e cabos e com a imprensa democratizada, êle, o Presidente, encerraria o seu mandato." Brizola concluiu desafiadoramente: "O nosso caminho é pacífico mas saberemos responder à violência com a violência". O discurso está publicado no *Panfleto* de 16 de março de 1964; diferentes versões, em uma linguagem mais pitoresca, foram publicadas na imprensa diária de 14 de março. A referência feita por Brizola à democratização da imprensa se referiu sem dúvida ao tipo de justificativa que se escondia por trás do projeto (que corria nos círculos presidenciais) de que o Govêrno federal deveria estabelecer um monopólio sôbre a importação e a distribuição do papel para jornal. Desta forma o Govêrno federal passaria a possuir um instrumento valioso que lhe permitiria influenciar a opinião pública. Para exemplos dos protestos da imprensa contra a proposta, ver os editoriais no *Correio da Manhã,* 19 e 20 de março no *Jornal do Brasil,* 25 de março de 1964.

64. O aparecimento da Sra. Goulart na plataforma alguns momentos antes que Brizola tivesse terminado seu fulminante discurso, veio ajudar a distrair a atenção dos ouvintes às palavras do maior rival de seu marido. Vários oradores sem inspiração discursariam entre Brizola e Jango, de forma que o Presidente não teve que enfrentar uma comparação direta com seu cunhado.

65. O discurso foi publicado no *Jornal do Brasil,* 14 de março de 1964.

66. Para um editorial examinado a lógica da desapropriação das refinarias de propriedade de particulares, que estava no ar em fins de 1963, ver *Correio da Manhã,* 10 de novembro de 196.

67. No seu discurso de 13 de março, Goulart dedicou uma atenção muito maior à reforma agrária do que a qualquer outro ponto. Não se poderia afirmar que a tendência dos latifundiários fôsse favorável a uma conciliação, como ilutrado pelo comentário de Último de Carvalho, líder da bancada pessedista de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, que, segundo afirmam, declarou: "Se o Presidente confiscar as nossas propriedades, ou se permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque o seu mandato de Presidente." Coluna de Carlos Castelo Branco, no *Jornal do Brasil,* 7 de fevereiro de 1964.

68. João Goulart, *Os Novos Tempos e as Novas Tarefas do Povo Brasileiro*: *Introdução à Mensagem Presidencial de Abertura da Sessão Legislativa de* 1964 (*Brasília,* 1964), p. V-VII, XLIX, LIX-LX.

69. João Pinheiro Neto, *SUPRA Começa a Reforma* (Rio de Janeiro, 1964), pág. 66. Pinheiro Neto era o diretor da SUPRA, o instituto de reforma agrária habilitada a fazer cumprir o decreto. Êste livro, publicado pela UNE em fins de março de 1964, inclui o decreto de 13 de março, e a análise do problema agrário, de Pinheiro Neto.

70. *Correio da Manhã,* 17 de março de 1964.

71. *Ibid,* 21 de março de 1964.

72. Brizola esfregou sal nas feridas deixadas pela experiência Santiago Dantas-Furtado de princípios de 1963: "Se houvesse um PTB forte não teria havido Plano Trienal nem essa vergonha da compra das concessionárias. O Govêrno não teria embarcado naquela canoa furada." *Jornal do Brasil,* 21 de março de 1964.

73. Ver, como exemplo, a coluna de Maia Neto no *Panfleto,* 23 de março de 1964.

74. O artigo de Brizola, que levava o título revelador de "A Violência Não Partiu de Nós", no *Panfleto,* 30 de março de 1964.

75. Ver, por exemplo, a coluna de Wilson Figueiredo no *Jornal do Brasil,* 26 de março de 1964. As lutas entre os esquerdistas durante o mês de março são bem descritas no capítulo de Figueiredo "A Margem Esquerda," em Dines, *Os Idos de Março,* págs. 193-245.

76. O programa foi publicado no *Correio da Manhã,* 24 de março de 1964.

77. *Ibid.,* 20 de março de 1964.

78. *Jornal do Brasil,* 17 de março de 1964. Depois do comício de 13 de março, Arraes partiu para Minas para conferenciar com o Governador Magalhães Pinto. Estiveram juntos por três horas. Esta foi uma das últimas tentativas do Governador udenista de explorar a malfadada "abertura para a esquerda".

79. O discurso de Prestes foi publicado pelo semanário *Novos Rumos,* 20-26 de março de 1964.

80. A principal fonte secundária dos antecedentes imediatos e da história da queda de Jango é de Alberto Dines e outros, *Os Idos de Março,* escrito por oito jornalistas do corpo redatorial do *Jornal do Brasil,* e publicado apenas poucos meses após os aconte-

cimentos. A análise mais objetiva, assim como a mais sensível feita por um estrangeiro pode ser encontrada nas duas reportagens de James W. Rowe, "Revolution or Counter-revolution in Brazil.', o *American Universities Field Staff: Reports Service*, East Coast, South America Series, XI, Nº 4 e 5 (Brazil). Para uma análise interessante que examina com argúcia a contribuição das fôrças políticas brasileiras dada no seu primeiro livro, *Revolution in Brazil*, escrito pouco antes da queda de Goulart, ver Irving Louis Horowitz, "Revolution in Brazil: The Counter-Revolutionary Phase", *New Politics*, III, Nº 2 (Primavera de 1964) págs. 71-80. Outro artigo útil é o de um estudioso americano, Harding, "Revolution Tomorrow." Uma análise extremamente antipática para os "revolucionários" é encontrada em Ruy Mauro Marini, "Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporaneo," *Foro Internacional*, V, N.º 4, abril-junho, 1964), págs. 511-46. Há um número enorme de publicações e que cresce constantemente — a respeito da crise de política que levou à queda de Goulart. Já existe uma bibliografia à disposição: "Bibliografia sôbre a Revolução de 31 de Março," *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, 13 (2), Jul-dez. 1964, págs. 499-514.

81. As principais fontes de informação sôbre a conspiração militar contra Goulart são Dines, *Os Idos de Março;* Stacchini, *Março 64: Mobilização da Audácia;* e os números especiais de *Cruzeiro*, *Manchete*, e *Fatos e Fotos*, publicados imediatamente após a queda de Goulart.

82. O memorando está publicado em Dines, *Os Idos de Março e a Queda em Abril*, 392-93. Em vista da extrema importância assumida pelos militares, é imprescindível examinarmos suas idéias *antes* da queda de Goulart. Embora Castelo Branco tivesse a reputação de ser um general "apolítico" isto não significava que se esquivasse em manifestar sua opinião a respeito da questão de "ideologias" no Brasil. A 15 de dezembro de 1961, por exemplo, pronunciou um discurso mostrando a diferença entre a democracia e o totalitarismo, concluindo: "Estas duas ideologias encontram-se envolvidas num conflito mundial. Não reconhecê-lo significa dissociar-se do mundo e descudir-se do Brasil. [...] A luta ideológica cruzou o Atlântico e já se pode afirmar que se propaga no nosso país." O discurso está publicado no *Boletim do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional*, Nº 4 (novembro, 1962). Ao assumir seu pôsto como Chefe do Estado-Maior em fins de 1963, Castelo

Branco advertiu que o Estado-Maior não deveria ficar "tão absorvido pelos negócios do dia-a-dia" que o tornasse "desligado da evolução da política nacional." Atacou os "reformadores oportunistas" que tentavam mudar a estrutura do Exército "solapando-o traiçoeiramente e contìnuamente". Acusava aos que desejavam introduzir "um Exército popular, uma pseudomilícia com uma ideologia ambígua que pretendia comover o Brasil com os já batidos pronunciamentos ideológicos e dilacerar o povo com subversões brancas e motins. Na sua obra de destruição, êles tentam desacreditar os padrões profissionais afastando aquêles que honram a profissão e depreciando a importância dos padrões, assim como fomentando discretamente a discórdia entre os militares." Humberto de Alencar Castelo Branco, "Papel do Estado-Maior do Exército," *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, XXXI Nº 44 (2º semestre, 1963), pág. 29. O memorando de Castelo Branco de 20 de março tornou-se amplamente conhecido sendo discutido pela imprensa, como, por exemplo, através da coluna de Carlos Castelo Branco (que não tem nenhum parentesco com o General), *Jornal do Brasil*, 26 de março de 1964.

83. O protesto dos oficiais conservadores da Marinha contra a nomeação de Aragão é citado no *New York Times*, 5 de dezembro, 1963.

84. A análise sôbre êste ponto deve muito a Charles W. Anderson, *Toward a Theory of Latin American Politics* [Occasional Pape Nº 2: The Graduate Center for Latin American Studies, Vanberbilt University] (Nashville, Tenn., fev., 1964).

85. O crescente alarme nos editoriais do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, diários cariocas defensores da linha centrista, era um índice desta polarização política. A 20 de março, por exemplo, o *Jornal do Brasil* publicou que "esta é a hora da resistência democrática. Também é a hora da reforma democrática. Devolvamos ao país a paz e a tranquilidade perdidas, retirando a iniciativa dos radicais que cortam tôdas as pontes de saída democrática."

86. Em meados de fevereiro o *Jornal do Brasil* comentou favoràvelmente os esforços de San Tiago Dantas para a formação de uma frente popular, observando: "Melhor fôra que, ainda em tempo, deslocasse o fulcro da frente reformista para o Congresso, situando-se em seu terreno correto o encaminhamento das reformas,

até agora agitadas nas ruas e nos campos,..." *Jornal do Brasil,* 15 de fevereiro de 1964.

87. Entre os oradores presentes ao comício encontravam-se os deputados Herbert Levy, líder udenista no Congresso, Plínio Salgado, o ex-líder integralista de 1930, e o senador Auro de Moura Andrade, *Correio da Manhã,* 20 de março de 1964.

88. Longos trechos do discurso foram publicados pelo *Jornal do Brasil,* 31 de março de 1964 e *Manchete,* 11 de abril de 1964.

89. O manifesto de Magalhães Pinto está publicado em Dines, *Os Idos de Março,* págs. 393-94. Os conspiradores paulistas não haviam esquecido sua amarga experiência de 1932.

90. *Ibid.,* pág. 144.

91. A 1º de abril o jornal comunista *Novos Rumos* publicou um número especial, pedindo que fôsse dado todo o apoio à greve geral ordenada pela CGT. Mais ainda se evidenciava a atitude cautelosa, pró-govêrno, que caracterizava a posição do PCB através das desavenças existentes entre os esquerdistas: "Êste é o momento de exigir do Presidente da República medidas efetivas e imediatas contra os golpistas civis e militares, muito dos quais ainda ocupam postos de mando, e de apoiar firmemente todos os atos do Govêrno federal destinados a eliminar a conspiração da extrema direita". Como bem sabiam os líderes comunistas, a situação já estava muito alêm do contrôle de Goulart, eram pràticamente nulas as perspectivas de sucesso de qualquer greve geral. Wilson Figueiredo, "A Margem Esquerda", em Dines, *Os Idos de Março,* págs. 241-42. A 27 de março *Novos Rumos* publicou um suplemento especial, "Teses para Discussão." Um artigo do *Jornal do Brasil* — "Rumos Comunistas Ditavam Rumos ao Brasil Janguista" (12 de abril de 1964), — depois da revolução, analisou êste suplemento, tentando demonstrar que o Govêrno Goulart e tôda a esquerda seguiam uma linha coerente que estava de acôrdo com o pensamento do PCB. De fato, o PCB tentava com tôdas as suas fôrças seguir os acontecimentos, o que se tornara irremediàvelmente confuso devido à desorganização e a falta de cálculo que dominavam a esquerda já totalmente dividida, assim como também o Govêrno.

92. O General Ladário Teles chegou a Pôrto Alegre para assumir o comando do Terceiro Exército que era comandado pelo general Benjamin Galhardo sòmente na manhã de 1º de abril. Foi um desesperado gesto de última hora de Goulart, mas não se podia

garantir a lealdade dos outros comandos, já que os conspiradores haviam conseguido converter tantos oficiais.

93. Assis Brasil, em seu testemunho, descreveu êsse encontro. Para a versão de um jornalista, ver "Brizola Queria Sangue, "*O Cruzeiro,* 16 de maio, 1964. Há uma cronologia detalhada dos últimos dias da era de Goulart em "A Revolução Vista do Rio Grande," *Revista do Globo, Pôrto Alegre* 872 (9-22 de maio de 1964), págs. 34-48.

94. O Exército ficou em situação embaraçosa dada a sua incapacidade de capturar Brizola quando êste se movia pelas fazendas limítrofes do Rio Grande do Sul. A 3 de maio de 1964, o *Correio da Manhã* publicou uma carta, dita da autoria de Brizola, onde êste anunciava sua decisão de asilar-se no Uruguai.

Epílogo

1. Durante a noite de 1 para 2 de abril, o General Costa e Silva simplesmente anunciou a um grupo de oficiais que se achavam reunidos, que êle passava a assumir as "funções de Comandante-em-Chefe do Exército Nacional". Êste fato foi anunciado pelo *Correio da Manhã* no seu número de 2 de abril de 1964. Mais tarde, Costa e Silva anunciou que êle já havia assumido o comando quando da conspiração de 16 de março de 1964 o que foi imediatamente contestado pelo General Mourão Filho, que se considerava o pai da revolta. *O Estado de São Paulo,* 4 de abril de 1965.

2. Mais tarde, o General Costa e Silva usou de uma franqueza absoluta quando descreveu sua luta com a liderança do Congresso, que segundo êle, "consumiu mais a nossa energia do que a própria operação militar". Os comentários de Costa e Silva são parte de um discurso pronunciado em princípios de maio de 1964 perante a Câmara dos Deputados, cujos excertos foram divulgados no *Boletim Informativo,* N.º 86 (7 de maio de 1964), publicado pela Embaixada Brasileira em Washington.

3. Aparentemente não foi publicado nenhum relato oficial do número de pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo govêrno de Castelo Branco. Os mais diferentes dados foram

apresentados pela imprensa. Uma reportagem publicada no *Correio da Manhã* de 1º de abril de 1965 apresentou um total de 378 pessoas cujos direitos políticos foram suspensos entre 1º de abril e 15 de junho de 1964. Segundo esta mesma reportagem, cêrca de 10.000 funcionários públicos foram demitidos ou forçados a pedir sua demissão, e que cêrca de 5.000 investigações (envolvendo 40.000 pessoas) estavam em curso. A suspensão dos direitos políticos teve início depois que o Govêrno reassumiu podêres arbitrários pelo segundo Ato Institucional (outubro de 1965. Foi sob a vigência dêste último que Ademar de Barros foi deposto do Govêrno de São Paulo, em 1966.

4. A nova lei é analisada em Robert E. Price, *The Brazilian Land Reform Statute* [Research Paper: Land Tenure Center, University of Wisconsin] (Madison, Wisc., abril, 1965, mimeo.). Ver também James W. Rowe, Week of the Land' in the Brazilian sertão", *American Universities Fields Staff Reports Service*, East Coast *South America Series*, XI, Nº 1 (Brazil).

Apêndice

1. Edmar Morel, *O Globo Começou em Washington* (Rio de Janeiro, 1965).

2. *Hearing Before the Committee on Foreign Relations, Unite States Senate*, 7 de fevereiro de 1966, 9.

3. *Department of State Bulletin*, L, N.º 1295 (20 de abril de 1964), 614.

4. *Hearing Before the Committee on Foreign Relations, United States Senate*, 7 de fevereiro de 1966, 44-45.

5. Stacchini, *Março:1964, Mobilização da Audácia*, 87-89.

6. Siekman, "When Executives Turned Revolutionaries", 214.

7. *New York Times*, 3 de abril de 1964.

8. *New York Times*, 7 de abril de 1964.

9. Traduzi esta passagem do texsto em português publicado em *O Estado de São Paulo*, 4 de maio de 1964.

Índice bibliográfico selecionado

Êste índice relaciona as obras que foram citadas mais de uma vez. As referências remetem o leitor à primeira citação (por exemplo: III, 12 significa capítulo III, nota de pé de página 12), onde se encontram as indicações completas. Jornais e revistas não estão incluídos neste índice.

Cabral, *Tempos de Jânio,* III
Caó, *Dutra,* I
Carneiro, *História das revoluções brasileiras,* I
Carone, *Revoluções do Brasil contemporâneo,* I
Carvalho, "Os partidos políticos em Minas Gerais", II
Cavalcanti e Dubnic, edit., *Comportamento eleitoral no Brasil,* VII
César, *Política, cifrão e sangue,* III
Coutinho, *O general Góes depõe,* I
Dale, Brazil: *Factors Affecting Foreign Investiment,* V
Dean, *São Paulo's Industrial Elite,* I
de Carli, *JQ, Brasília, e a grande crise,* VII
Delfim Neto, *O problema do café,* I
Development of Brazil, The, III
Dines, et alii, *O mundo depois de Kennedy,* VII
————,*Os idos de março,* VIII
Economic Development of Brazil, The, V
Ferreira, *As Fôrças Armadas e o desafio da Revolução,* III
————, "As crise do poder do 'Sistema'", VII
"Fiffeen Years of Economic Policy", II
Fontoura, *Memórias,* vol. I: *Borges de Medeiros e seu tempo,* I
————, *Memórias,* vol. II: *A aliança liberal e a revolução de* 1930, I
Franco, Afonso Arino de Melo, *Evolução da crise brasileira,* I
————, *História e teoria do partido político,* I
————, *Um estadista da República,* I
Franco, Virgílio A. de Mello, *A campanha da U.D.N.,* II
Furtado, *Diagnosis of the Brazilian crises,* V
————, *The Economic Growth of Brazil,* I
Galan, "The Brazilian Crisis", VIII
Gomes, *Campanha de libertação,* II
"Growth and Decline of Import Substitution in Brazil, The", II
Harding, "Revolution Tomorrow" V
Hearing Before the Committee on Foreign Relations, United States Senate, VIII
Henriques, *Vargas: o maquiavélico,* I
Hirschman, *Journeys Toward Progress,* II
Holmes, "Brazil: Rising Power", II
Horowitz, *Revolution in Brazil,* II
Houtart and Pin, *The Church and the Latin American Revolution,* VII

Ianni, *Estado e Capitalismo,* I
————, *Política e revolução social,* II
Introdução aos problemas do Brasil, V
Jaguaribe, *Desenvolvimento econômico,* III
————, "A renúncia de Jânio Quadros", VI
Jurema, *Sexta-feira,* 13, VII
Kubitschek, *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento,* IV
Lambert, *Os dois Brasil,* I
Leal, Hamilton, *História das instituições políticas,* I
Leal, Nunes, *Coronelismo, enxada e voto,* I
Lima Sobrinho, *A verdade,* I
Leowenstein, *Brazil Under Vargas,* I
Loureiro Júnior, *O golpe de novembro,* IV
Lucas, *Conteúdo social nas constituições,* I
Luz, *Em defesa da Constituição,* IV
Macedo, *Aspectos do Congresso,* II
Machado, *Os últimos dias,* III
Magalhães, Juracy, *Minha vida pública,* I
Magalhães, Sérigo, *Prática da emancipação nacional,* VII
Maier and Weatherheald, edit., *Politics of Change in Latin America,* VII
Matos, *Em agôsto Getúlio ficou só,* III
Morazé, *Les trois ages du Brésil,* I
Nogueira Filho, *Ideais e lutas,* I
Oliveira, *Diagrama,* I
————, *Jornada democrática,* I
Palavra de Arraes, VIII
Pedreira, *Março* 31, VIII
Peixoto, *Getúlio Vargas,* I
Pereira, *Que é a Constituição?,* II
Plano Trienal, VII
Poppino, *Internacional Communism in Latin America,* I
Prestes, *Problemas atuais da democracia,* I
Ramos, *A crise do poder no Brasil,* VI
————, *Mito e verdade da revolução brasileira,* VII
Regina, *O Cardeal Leme,* I
Richers, et alii, *Impacto da ação do govêrno,* IV
Rocha, *Radiografia de novembro,* III
Rodrigues, *Teoria de História do Brasil,* I

Santos e Monteiro, *Diário*, VI
Saunders, "A Revolution of Agreement", III
Siekman, "When Executives Turned Revolutionaries", VII
Simão, "O voto operário em São Paulo", II
Síntese cronológica: 1956, 1957, 1958, 1959, V
Sodré, *História militar*, II
Stacchini, *Março 64: mobilização da audácia*, VII
Távora, "Escola Superior de Guerra", III
Tejo, *Jango*, III
Telles, *O movimento sindical*, II
Therry, "Dominant Power Components in the Brazilian University Student Movement Prior to April, 1964", VII
Vargas, *A campanha presidencial*, II
———, *O govêrno trabalhista*, III
———, *A nova política*, I
Vegara, *Fui secretário de Getúlio Vargas*, I
Vianna, *O idealismo da Constituição*, I
Victor, *Cinco anos*, VII
Weffort, "Raízes sociais do populismo em São Paulo", II
Whitaker, *Seis meses*, IV
Wirth, *Brazilian Economic Nationolism: Trade and Steel Under Vargas*, I
———, "Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930", I
Wythe, *Brazil: An Expanding Economy*, I

Considerado hoje um clássico no gênero, *Brasil: de Getúlio a Castelo* de Thomas Skidmore dispensaria maiores apresentações. Pioneiro no levantamento de fatos históricos que percorreram o longo período analisado (1930-1964), o autor proporcionou ao estudioso brasileiro, já nos fins dos anos 60, uma lição de seriedade na pesquisa, de apego à objetividade e de arrojo no tratamento dos fatos mais recentes.

Escrito no "calor da hora" (Castelo Branco era ainda presidente do Brasil), o ineditismo de *Brasil: de Getúlio a Castelo* o transformou numa referência obrigatória de toda a literatura posterior.

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição desta obra fundamental de um grande "brasilianista", Thomas Skidmore.

ISBN 978-85-7753-022-9